



CONGRESSO NACIONAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 6

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 1, de 2023, para "destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília.".

PRESIDENTE: Deputado Arthur Oliveira Maia

RELATORA: Senadora Eliziane Gama

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Sergio Moro, Giordano, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Cleitinho, Duarte Jr., Carlos Sampaio, Duda Salabert, Josenildo, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Emanuel Pinheiro Neto, Roberto Duarte, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Prof. Paulo Fernando e Marcel Van Hattem, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Davi Alcolumbre, Cid Gomes, Eliziane Gama, Omar Aziz, Magno Malta, Damares Alves, Amanda Gentil e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberação de requerimentos. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 879 de 2023 que : "Convoca o Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues." Autoria: Senadora Soraya Thronicke. Resultado: Aprovado.. ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1151 de 2023 que : "Convoca o Subtenente BEROALDO JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR." Autoria: Deputado Delegado Ramagem. Resultado: Aprovado.. ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1302 de 2023 que : "Requer informações à Procuradoria-Geral da República." Autoria: Senador Sergio Moro. Resultado: Aprovado.. ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1430 de 2023 que : "Convoca Osmar Crivelatti" Autoria: Deputado Duarte Jr.. Resultado: Aprovado.. ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1475 de 2023 que : "Transferência de sigilo bancário e fiscal de LUIS MARCOS DOS REIS, entre 01.01.2020 até 02.08.2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1477 de 2023 que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário de HEITOR GARCIA de DEUS CUNHA, entre 01.01.2020 até 02.08.2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1486 de 2023 que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário de Sagres - Política e Gestão Estratégica Aplicadas (Instituto Sagres) no período de 2020 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1487 de 2023 que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário de RIDAUTO LÚCIO FERNANDES entre 01.01.2020 e 02.08.2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1622 de 2023 que : "Requer à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal as imagens de câmeras internas e externas do Centro Integrado de Operações de Brasília de todo o período dos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023." Autoria: Deputado Rogério Correia. Resultado: Aprovado.. ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1638 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Tércio Arnaud Tomaz



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no período de 30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023." Autoria: Deputado Pastor Henrique Vieira. Resultado: Aprovado.. ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1640 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de José Matheus Salles Gomes no período de 30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023." Autoria: Deputado Pastor Henrique Vieira. Resultado: Aprovado.. ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1655 de 2023 que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário de Antonio Ramirez Lorenzo no período de 2021 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1656 de 2023 que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário de Franco Giaffone no período de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1691 de 2023 que : "Requer a disponibilização dos arquivos e imagens, internas e externas, do Palácio do Alvorada e do Ministério da Defesa entre os dias 1º de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022." Autoria: Deputada Jandira Feghali. Resultado: Aprovado.. ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1706 de 2023 que : "Requer que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) encaminhe cópias de todos os relatórios produzidos no âmbito do Batalhão de Choque, principalmente aquele confeccionado pelo então Primeiro-Sargento Beroaldo José de Freitas Júnior, que envolvam os atos ocorridos no dia 8 de janeiro." Autoria: Deputado Delegado Ramagem. Resultado: Aprovado.. ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1711 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Bruno Marcos de Souza Campos no período de 1º de outubro de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1712 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico, no período de 1º de outubro de 2022 a janeiro de 2023, e telemático, no período de 1º de outubro de 2022 até o presente, de Jhoni dos Santos Bressan." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1713 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mônica Regina Antoniazzi no período de 1º de outubro de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1714 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Odilon Araújo Júnior no período de 1º de outubro de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1715 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Odilon Araújo Júnior no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1716 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) da empresa Odilon Araújo Júnior Transportes no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1717 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Mônica Regina Antoniazzi no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1718 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Jhoni dos Santos Bressan no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1719 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Bruno Marcos de Souza Campos no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1720 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Bernardes e Bernardes Transportes Ltda. no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1721 de 2023 que : "Transferência de sigilo bancário e fiscal de Cedro do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líbano Comércio de Madeiras e Materiais no período de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1722 de 2023 que : "Requer que o Comando do Exército Brasileiro preste informações acerca da existência e encaminhe cópias de protocolo de planejamento operacional estratégico definido para impedir qualquer tipo de invasão, depredação e outros ilícitos nas sedes e instalações de quaisquer dos Poderes da República ou órgãos públicos federais localizados na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes." Autoria: Deputado Delegado Ramagem. Resultado: Aprovado.. ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1726 de 2023 que : "Requer ao Comando do Exército Brasileiro cópias de todos os Processos, Sindicâncias e Inquéritos Policiais Militares, instaurados para investigar os militares que deveriam ter protegido o Palácio do Planalto, diante das manifestações de 8 de janeiro, especialmente aquele cuja apuração foi conduzida pelo então Coronel Roberto Jullian da Silva Graça, atual chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Planalto." Autoria: Deputado Delegado Ramagem. Resultado: Aprovado.. ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1736 de 2023 que : "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Walter Delgatti Neto." Autoria: Deputado André Fernandes. Resultado: Aprovado.. ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1746 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carla Zambelli Salgado de Oliveira no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1748 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Marcelo de Ávila, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1749 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Carla Zambelli Salgado De Oliveira, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1750 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Marcelo Gonçalves Jesus, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1751 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcelo De Ávila no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1752 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luís Carlos Reischak Júnior no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1753 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Djairlon Henrique Moura no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1754 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático (nos períodos de 2022 até o presente) e bancário e fiscal (nos períodos de 2021 até o presente) de Osmar Crivelatti." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1755 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático (no período de 2022 até o presente) e RIF (no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente) de Marcelo de Costa Câmara." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1756 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luis Marcos dos Reis no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1759 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Saulo Matheus Arantes Alves no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1760 de 2023 que : "Transferência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo telefônico e telemático de André Saul do Nascimento no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1761 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcelo Gonçalves de Jesus no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1762 de 2023 que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - da GOL GRAFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 09.029.247/0001-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1764 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) da empresa GG CONCRETO LTDA no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1765 de 2023 que : "Transferência de sigilo bancário e fiscal de RICARDO PEREIRA CUNHA, de 01/01/2019 a 18/08/2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1766 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) da empresa MGJ CONSULTORIA EM SEGURANCA E COMERCIO EXTERIOR LTDA no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1768 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marília Ferreira de Alencar no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1769 de 2023 que : "Requer informações à Polícia Federal." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1770 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de FRANCO GIAFFONE, de 01/01/2022 a 18/08/2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1771 de 2023 que : "Convoca novamente o Senhor Mauro Cesar Barbosa Cid." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1776 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Antonio Aginaldo de Oliveira no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1777 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Bruno Zambelli Salgado no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1778 de 2023 que : "Transferência de sigilo (RIF) de Antonio Aginaldo de Oliveira no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 1779 de 2023 que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Renan Cesar Silva Goulart no período de 2022 até o presente." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1780 de 2023 que : "Transferência de informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Renan Cesar Silva Goulart, de 1º/01/2019 até 18/08/2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 1781 de 2023 que : "Transferência de informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Bruno Zambelli Salgado, de 1º/01/2019 até 18/08/2023." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 1668 de 2023 que : "Requer que seja concedido, pelo Tribunal de Contas da União, acesso, a representante indicado por esta Comissão, aos autos dos processos para os quais esta comissão aprovou ou venha aprovar requerimento solicitando a realização de fiscalização pelo Tribunal, bem como daqueles, de qualquer tipo, relacionados ao objeto desta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Resultado: Aprovado.. 2ª Parte - Oitiva Luis Marcos dos Reis. Finalidade: Depoimento de Luis Marcos dos Reis. Oitiva do Luis Marcos dos Reis, em atendimento aos requerimentos 885/2023, 1025/2023, 1137/2023, 1426/2023, 1434/2023 e 1514/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião destina-se à deliberação dos requerimentos constantes da pauta e ao depoimento do Sr. Luis Marcos dos Reis, Requerimento 885, de 2023, convocado na condição de testemunha.

Eu gostaria de fazer uma consulta aqui porque, como sabemos, esta reunião é uma reunião deliberativa e também uma reunião destinada à oitiva de uma testemunha. Tem uma relação de itens na pauta. Se houver aqui consenso de que nós aprovaremos em bloco todos os requerimentos, que são consensuais – não botei nenhum requerimento polêmico, nem de um lado, nem do outro, justamente para que a gente pudesse não ter nenhuma polêmica a respeito desses requerimentos.

Se houver um acordo, se houver o entendimento de todos de que não há nenhum requerimento problemático, polêmico, desses que estão na pauta, nós poderíamos votar logo no começo da reunião e depois ouvir a testemunha. Caso contrário, nós vamos ouvir a testemunha e deixar o requerimento para o final.

Eu pergunto – o Deputado Rogério Correia já me disse aqui que a ideia era aprovar todos os requerimentos – aqui se existe algum requerimento constante da pauta em que haja alguma divergência. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum requerimento, então eu submeto a votação em bloco todos os requerimentos constantes da pauta publicada.

Aqueles que os aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Estão, portanto, aprovados todos os requerimentos.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 879/2023

Convoca o Coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 1151/2023

Convoca o Subtenente BEROALDO JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR.

Autoria: Deputado Delegado Ramagem.

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 1302/2023

Requer informações à Procuradoria-Geral da República.

Autoria: Senador Sergio Moro.

1ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 1430/2023

Convoca Osmar Crivelatti

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 1475/2023

Transferência de sigilo bancário e fiscal de LUIS MARCOS DOS REIS, entre 01.01.2020 até 02.08.2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 1477/2023

Transferência de sigilo fiscal e bancário de HEITOR GARCIA de DEUS CUNHA, entre 01.01.2020 até 02.08.2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 1486/2023

Transferência de sigilo fiscal e bancário de Sagres - Política e Gestão Estratégica Aplicadas (Instituto Sagres) no período de 2020 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 1487/2023

Transferência de sigilo fiscal e bancário de RIDAUTO LÚCIO FERNANDES entre 01.01.2020 e 02.08.2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 1622/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal as imagens de câmeras internas e externas do Centro Integrado de Operações de Brasília de todo o período dos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 10

Requerimento Nº 1638/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Tércio Arnaud Tomaz no período de 30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023.

Autoria: Deputado Pastor Henrique Vieira

1ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 1640/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de José Matheus Salles Gomes no período de 30 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023.

Autoria: Deputado Pastor Henrique Vieira

1ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 1655/2023

Transferência de sigilo fiscal e bancário de Antonio Ramirez Lorenzo no período de 2021 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 13

Requerimento Nº 1656/2023

Transferência de sigilo fiscal e bancário de Franco Giaffone no período de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 14

Requerimento Nº 1691/2023

Requer a disponibilização dos arquivos e imagens, internas e externas, do Palácio do Alvorada e do Ministério da Defesa entre os dias 1º de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

Autoria: Deputada Jandira Feghali

1ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 1706/2023

Requer que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf) encaminhe cópias de todos os relatórios produzidos no âmbito do Batalhão de Choque, principalmente aquele confeccionado pelo então Primeiro-Sargento Beroaldo José de Freitas Júnior, que envolvam os atos ocorridos no dia 8 de janeiro.

Autoria: Deputado Delegado Ramagem

1ª PARTE

ITEM 16

Requerimento Nº 1711/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Bruno Marcos de Souza Campos no período de 1º de outubro de 2022 até o presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 17

Requerimento Nº 1712/2023

Transferência de sigilo telefônico, no período de 1º de outubro de 2022 a janeiro de 2023, e telemático, no período de 1º de outubro de 2022 até o presente, de Jhoni dos Santos Bressan.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 18

Requerimento Nº 1713/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mônica Regina Antoniazi no período de 1º de outubro de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 19

Requerimento Nº 1714/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Odilon Araújo Júnior no período de 1º de outubro de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 20



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 1715/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Odilon Araújo Júnior no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 21

Requerimento Nº 1716/2023

Transferência de sigilo (RIF) da empresa Odilon Araújo Júnior Transportes no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 22

Requerimento Nº 1717/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Mônica Regina Antoniazi no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 23

Requerimento Nº 1718/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Jhoni dos Santos Bressan no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 24

Requerimento Nº 1719/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Bruno Marcos de Souza Campos no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 25

Requerimento Nº 1720/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Bernardes e Bernardes Transportes Ltda. no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 26

Requerimento Nº 1721/2023

Transferência de sigilo bancário e fiscal de Cedro do Líbano Comércio de Madeiras e Materiais no período de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 27

Requerimento Nº 1722/2023

Requer que o Comando do Exército Brasileiro preste informações acerca da existência e encaminhe cópias de protocolo de planejamento operacional estratégico definido para impedir qualquer



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo de invasão, depredação e outros ilícitos nas sedes e instalações de quaisquer dos Poderes da República ou órgãos públicos federais localizados na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes.

Autoria: Deputado Delegado Ramagem

1ª PARTE

ITEM 28

Requerimento Nº 1726/2023

Requer ao Comando do Exército Brasileiro cópias de todos os Processos, Sindicâncias e Inquéritos

Policiais Militares, instaurados para investigar os militares que deveriam ter protegido o Palácio do Planalto, diante das manifestações de 8 de janeiro, especialmente aquele cuja apuração foi conduzida pelo então Coronel Roberto Jullian da Silva Graça, atual chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Planalto.

Autoria: Deputado Delegado Ramagem

1ª PARTE

ITEM 29

Requerimento Nº 1736/2023

Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Walter Delgatti Neto.

Autoria: Deputado André Fernandes

1ª PARTE

ITEM 30

Requerimento Nº 1746/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carla Zambelli Salgado de Oliveira no período de 2022 até o presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 31

Requerimento Nº 1748/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Marcelo de Ávila, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 32

Requerimento Nº 1749/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Carla Zambelli Salgado De Oliveira, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 33

Requerimento Nº 1750/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Marcelo Gonçalves Jesus, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 34



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 1751/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcelo De Ávila no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 35

Requerimento Nº 1752/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luís Carlos Reischak Júnior no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 36

Requerimento Nº 1753/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Djairlon Henrique Moura no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 37

Requerimento Nº 1754/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático (nos períodos de 2022 até o presente) e bancário e fiscal (nos períodos de 2021 até o presente) de Osmar Crivelatti.

Autoria: Senadora Eliziane Gama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 38

Requerimento Nº 1755/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático (no período de 2022 até o presente) e RIF (no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente) de Marcelo de Costa Câmara.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 39

Requerimento Nº 1756/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luis Marcos dos Reis no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 40

Requerimento Nº 1759/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Saulo Matheus Arantes Alves no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 41

Requerimento Nº 1760/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de André Saul do Nascimento no período de 2022 até o presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 42

Requerimento Nº 1761/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcelo Gonçalves de Jesus no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 43

Requerimento Nº 1762/2023

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - da GOL GRAFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 09.029.247/0001-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 44

Requerimento Nº 1764/2023

Transferência de sigilo (RIF) da empresa GG CONCRETO LTDA no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 45



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 1765/2023

Transferência de sigilo bancário e fiscal de RICARDO PEREIRA CUNHA, de 01/01/2019 a 18/08/2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 46

Requerimento Nº 1766/2023

Transferência de sigilo (RIF) da empresa MGJ CONSULTORIA EM SEGURANCA E COMERCIO EXTERIOR LTDA no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 47

Requerimento Nº 1768/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marília Ferreira de Alencar no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 48

Requerimento Nº 1769/2023

Requer informações à Polícia Federal.

Autoria: Senadora Eliziane Gama



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 49

Requerimento Nº 1770/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de FRANCO GIAFFONE, de 01/01/2022 a 18/08/2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 50

Requerimento Nº 1771/2023

Convoca novamente o Senhor Mauro Cesar Barbosa Cid.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 51

Requerimento Nº 1776/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Antonio Aginaldo de Oliveira no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 52

Requerimento Nº 1777/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Bruno Zambelli Salgado no período de 2022 até o presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 53

Requerimento Nº 1778/2023

Transferência de sigilo (RIF) de Antonio Aginaldo de Oliveira no período de 1º de janeiro de 2019 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 54

Requerimento Nº 1779/2023

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Renan Cesar Silva Goulart no período de 2022 até o presente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 55

Requerimento Nº 1780/2023

Transferência de informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Renan Cesar Silva Goulart, de 1º/01/2019 até 18/08/2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 56



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 1781/2023

Transferência de informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Bruno Zambelli Salgado, de 1º/01/2019 até 18/08/2023.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 57

Requerimento Nº 1668/2023

Requer que seja concedido, pelo Tribunal de Contas da União, acesso, a representante indicado por esta Comissão, aos autos dos processos para os quais esta comissão aprovou ou venha aprovar requerimento solicitando a realização de fiscalização pelo Tribunal, bem como daqueles, de qualquer tipo, relacionados ao objeto desta comissão.

Autoria: Senadora Eliziane Gama.)

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pela ordem, quem foi?

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quem foi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Paulo Magalhães.

Deputado Paulo Magalhães, pois não.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu apresentei o Requerimento de nº 1.738, em que eu convoco o Coronel Marcelo Câmara, e o meu requerimento foi excluído da relação. Eu gostaria de que V. Exa. incluísse ou me dissesse a razão pela qual o meu requerimento foi excluído.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O requerimento de V. Exa. é pertinente, entretanto havia, em relação a esse requerimento, como a outros – não é uma qualidade, uma condição exclusiva do requerimento de V. Exa. –, vários requerimentos que alguns Parlamentares defendiam e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros eram contra, e isso criou uma celeuma tão grande que não tivemos condição de colocar esse requerimento em votação.

Mas eu estou tentando e ainda hoje vou me reunir outra vez com algumas Lideranças no propósito de a gente construir uma pauta, que eu espero que seja uma pauta decisiva.

Eu estava conversando com a nobre e querida Relatora Eliziane Gama, Deputado Paulo Magalhães, e fizemos as contas: considerando que nós temos...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... considerando que nós temos dois feriados nos próximos meses – o feriado de 7 de setembro e o feriado de 12 de outubro, os dois feriados caem numa quinta-feira... Não é ainda algo oficial, mas tive a informação de que, durante a semana do 7 de setembro, pelo menos – não sei 12 de outubro, mas 7 de setembro –, possivelmente não terá atividade no Congresso. Consequentemente, seria muito desagradável chamar só os Deputados da Comissão.

Então, se não tiver reunião na semana de 7 de setembro e fizermos uma reunião – já que 12 de outubro é impossível, é uma quinta-feira também – na semana de 12 de outubro, se nós fizermos assim, considerando esse depoimento de hoje até o dia 17 de outubro, nós teríamos 12 reuniões – 12 reuniões. Dessas 12 reuniões, três delas já estão comprometidas com depoimentos – essa de hoje, a de terça e a de quinta-feira da semana que vem –, portanto restarão nove reuniões. Me parece que nove reuniões deveriam ser todas dedicadas à oitiva de testemunhas.

A Relatora está na sua fase final de trabalho. Ela tem, obviamente, prioridade para pedir a elaboração da pauta, porque ela está comandando essas investigações.

E eu estou tentando fazer uma composição entre Governo e oposição, no sentido de fazermos uma pauta definitiva até o dia 12, até o dia 17. A minha ideia – isso aí eu estou aqui falando, quem determina, na verdade, o prazo é a Relatora que é a dona do parecer; o parecer quem está fazendo é ela, portanto, quem pode dizer o prazo é ela –, mas a minha sugestão, a minha sugestão era de que nós concluíssemos os trabalhos até o dia 17, no mais tardar. Se a Relatora puder ler o relatório dela no dia 17 de outubro, a gente faria a leitura do relatório no dia 17 de outubro e teria a outra sessão para o debate e votação do relatório.

Essa é a minha ideia, mas eu me comprometo com V. Exa. a trabalhar, porque julgo também pertinente esse requerimento, para que esse requerimento seja aprovado, seja colocado. Não posso garantir a aprovação, mas que seja submetido à apreciação do Plenário.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente... Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A explanação de V. Exa...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – A explanação de V. Exa. atende. Porém, eu gostaria que V. Exa. fizesse uma análise – criterioso como sempre que V. Exa. é –, esse requerimento é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Paulo Magalhães, o fato de ter apostado nesse requerimento a assinatura de V. Exa., para mim já é importante, pode ter certeza disso.

Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é porque eu gostaria também que fosse avaliado com rapidez o pedido de movimentação financeira de Michelle Bolsonaro e Jair Bolsonaro. Esses requerimentos já estão aí há algum tempo, eles já estavam acordados para colocar na pauta e saíram da pauta. Então eu gostaria que V. Exa. também avaliasse com a Relatora a inclusão na pauta nas próximas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente, Deputada. Vamos avaliar todos os requerimentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Da mesma forma, eu queria fazer um registro.

Da pauta de hoje, Sr. Presidente, nós votamos 51 requerimentos da base governista e da Relatora contra seis requerimentos da oposição. É uma desproporcionalidade sem justificativa.

Essa CPI nasceu por iniciativa de um Parlamentar da Oposição, Deputado André Fernandes. Boa parte dos requerimentos que estão aqui nada tem a ver com o 8 de janeiro. Eu ouvi a fala de V. Exa. dizendo que essa CPI não vai bisbilhotar coisas que não têm nada a ver com o objeto da CPI.

Em termos de depoimentos, em termos de oitivas, talvez isso... V. Exa. tenha tido essa cautela até agora. Mas os requerimentos vão na direção totalmente oposta. Eles quebram o sigilo bancário, telefônico, telemático de pessoas que não têm qualquer vinculação com o 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é do jogo. O que não é do jogo – e eu faço esse apelo a V. Exa., dentro do respeito que tenho e confesso que fiquei frustrado, porque é desproporcional –, veja, CPI é instrumento de controle político da administração e é um objeto, é um instrumento da Oposição, é um instrumento das minorias. Nós somos minoria aqui, mas os requerimentos não são aprovados, não são sequer pautados.

Eu sei do esforço de V. Exa. para buscar entendimento, mas, quando se faz uma pauta... Essa pauta aqui certamente foi fruto de um entendimento, menos com a oposição – menos com a oposição. Vou repetir: são 51 requerimentos da Relatora e dos governistas contra seis requerimentos da oposição. Isso não é proporcional, isso não é razoável, isso não é equilibrado.

Eu, desde o início aqui – V. Exa. é testemunha disso –, não faço aqui defesa daquilo em que não acredito. Quem é culpado é culpado, quem cometeu crime cometeu crime e vai responder pelos crimes. O que nós não podemos permitir é que injustiças sejam cometidas e que esta CPI se torne um palco para um embate político que esteja fora do escopo da CPI.

O apelo que faço a V. Exa., mais uma vez, é que a gente tenha, pelo menos... Se nós não concordamos no mérito – e não há concordância no mérito com relação a oposição e base –, mas, pelo menos quanto aos procedimentos – e V. Exa. é o árbitro dos procedimentos –, que se busque esse equilíbrio para que a gente não seja preterido no ambiente de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou responder, mas antes eu vou fazer o seguinte: eu vou conceder o mesmo tempo que foi concedido ao Senador Marcos Rogério, ao Deputado Rubens Pereira Júnior. Em seguida, eu vou responder a ambos e chamarei...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu peço a V. Exa. desculpas, mas eu gostaria de que a gente pudesse chamar o início da oitiva. Se eu começar a conceder questão de ordem, todos vão querer falar. O discurso é político...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, os requerimentos vão ser votados em que momento?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e nós não vamos avançar.

Então, eu vou conceder aqui ao Deputado Rubens Pereira Júnior o mesmo tempo que foi concedido e, em seguida, nós vamos...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – A gente fica educadamente aguardando...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, apenas...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Está faltando motivação para a oposição apresentar requerimentos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, apenas na linha do que falou o Senador Marcos Rogério, se nós vamos quantificar quantos requerimentos foram apresentados pela oposição e aprovados, foram 6. Quantos requerimentos foram apresentados pela bancada governista hoje? Cinco requerimentos. Os demais são da Relatora. Apenas cinco requerimentos aprovados da bancada governista. É natural que a Relatora dirija a investigação, apresentando um plano de trabalho que está aquiescido por ela.

Tem um requerimento da Senadora Soraya Thronicke, um do Deputado Rogério, um do Deputado Duarte e dois do Deputado Henrique.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Bem-vinda à oposição, Eliziane.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Há uma tentativa de vitimização...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Rubens, está faltando motivação da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Estamos para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... deixe o Deputado concluir.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Só para concluir.

Há uma tentativa de dizer, uma tese absurda de dizer que a CPI foi sequestrada. Como? Hoje, todos os requerimentos apresentados pela oposição foram aprovados. Se fosse para exercer maioria, nós temos votos. Nós estamos preparados para exercer maioria na hora em que bem entendermos.

Agora, a pauta montada por V. Exa. respeitou o diálogo, respeitou o acordo. Foi uma pauta praticamente consensual. E acusar V. Exa. de estar montando uma pauta, nesse caso, imparcial e governista é injusto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não pode mentir, não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Então, ao nosso entendimento, a pauta é correta, absolutamente diferente do que a gente vê lá na CPI do MST, por exemplo. E é por isso que o Governo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não teme a investigação. Nós queremos aprofundá-la. E o calendário, inclusive, apresentado por V. Exa., encaminhando o encerramento das oitivas para o dia 17 de outubro, tem, inclusive, a nossa concordância.

A impressão que eu tenho é que a oposição começa a procurar um meio de encerrar essa CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – A gente quer prorrogar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu tenho a impressão, repito, que eles estão absolutamente arrependidos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Eu vou... Só, Deputado Marcos Rogério, veja bem, a Senadora... Senador Marcos Rogério, a Senadora Eliziane havia me apresentado uma lista com cerca de 90 requerimentos. E nós reduzimos essa lista dentro daquilo que não era consensual. Eu tenho aqui em mãos também a lista que me foi enviada pela Oposição – constam doze requerimentos, dos quais eu botei seis. Então, eu tento, ao máximo, incluir os requerimentos da Oposição.

Aliás, ninguém mais do que eu aqui tem lutado para incluir requerimento da Oposição. Se eu simplesmente colocar em votação, todas as votações serão exclusivamente como foi no primeiro dia desta Comissão: excluídos todos os requerimentos da Oposição e aprovados apenas os do Governo, porque a proporção aqui de Governo e Oposição é de aproximadamente três para um.

Eu tenho feito, sim, um esforço imenso, porque eu entendo que, para a nossa CPMI ter credibilidade, é preciso que haja aprovação do requerimento da Oposição e do Governo, mas eu não posso me sobrepor à maioria.

Então, eu recebo a crítica de V. Exa., mas quero dizer que ninguém mais do que eu – ninguém – tem lutado para colocar em pauta os requerimentos... Em pauta não, em pauta é fácil colocar, em pauta não tem problema. Mas, ninguém mais do que eu tem lutado e trabalhado para aprovar – aprovar – os requerimentos da Oposição.

Vamos agora...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço que seja conduzido o depoente...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... à mesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, só um comentário. O Deputado Rubens Pereira sugeriu que a Oposição quer encerrar antes... Só um comentário, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vai ter comentário, Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu sugiro que eles apresentem um requerimento de prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marcel... Deputado Marcel Van Hattem, nós não vamos permitir debate político aqui neste momento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não. Não é debate, Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ah, Presidente, oitiva, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Flávio Bolsonaro me pediu uma questão de ordem; eu expliquei, o Senador compreendeu; o Deputado Marco Feliciano também. E eu peço a mesma compreensão a V. Exa. Nós não vamos... Porque, se acontecer isso, se eu conceder a palavra a V. Exa., todos os Parlamentares – e com absoluta razão – vão querer responder também. E eu não posso permitir isso.

Eu peço que seja conduzido...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Presidente, vamos lá. A oitiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... o depoente à nossa mesa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele apresenta o requerimento de prorrogação e vamos ver como a Oposição vota e o Governo também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele apresente o requerimento de prorrogação e vamos ver se a Oposição quer encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele já está... Ele já está...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certeza de que a gente vai querer prorrogar, vamos ver o Governo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – V. Exa...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu vou lhe pedir um favor... Se V. Exa. for fazer uso da palavra, eu vou ter que dar a palavra para outros Deputados. A Deputada Jandira Feghali já me pede a palavra de novo; o Deputado Marcos Rogério já me pede a palavra de novo; a Senadora Soraya Thronicke já me pede a palavra de novo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não posso, Deputado. Eu não posso. V. Exa. não está com a palavra.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Por que o senhor está tentando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou conceder a palavra, porque nós não vamos transformar isso aqui – como todo dia tem acontecido, quando começa desse jeito – em um debate.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente, de maneira educada a gente aguarda uma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marco Feliciano, eu não vou conceder a palavra...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – V. Exa. concede a palavra a todos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... nem a V. Exa. nem a ninguém.

Eu peço que corte o som de todos os Parlamentares até chegar o depoente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Tirano e ditador. *(Pausa.)*

Eu vou suspender a reunião, por cinco minutos, até o depoente, que está ausente, retornar.

(Suspensa às 9 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois bem, o Sr. Luis Marcos dos Reis já está aqui sentado à mesa. Eu quero fazer alguns esclarecimentos. A decisão da Ministra Cármen Lúcia, no Habeas Corpus nº 231.054, de 22 de agosto de 2023, determinou que o depoente:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] tem o dever de comparecimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para a qual convocado, que, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito [...] [devem ser respeitados] a) o direito de ser assistido por seus advogados e com eles se comunicar pessoal e reservadamente [...] b) o direito de não ser obrigado a produzir prova contra si, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo, sendo-lhe, entretanto, proibido silenciar diante de perguntas que, nítida e objetivamente, em nada o incrimine, por exemplo, quanto a seus dados pessoais, a sua qualificação, não podendo faltar com a verdade quanto aos demais questionamentos não inseridos, nem contidos nesta cláusula. [...]

Peço a atenção dos senhores advogados, para que não tenhamos nenhuma dificuldade e não tenhamos nenhum tipo de problema na condução dos trabalhos.

A Comissão também foi comunicada de decisão do Sr. Ministro Alexandre de Moraes, que determinou que o depoente, na condição de testemunha, tem o dever legal de manifestar-se sobre os fatos acontecidos, relacionados ao objeto de investigação, estando, entretanto, assegurado o direito de silêncio e a garantia de não autoincriminação se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação e que seja assistido por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles reservadamente ou não.

Eu vou, inicialmente, ler o termo de compromisso para que o senhor responda.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito", constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

O nosso procedimento aqui estabelece o seguinte: o senhor poderá falar por 15 minutos; em seguida, a palavra irá para a Relatora, que fará a inquirição dela por um tempo indeterminado, que lhe aprouver; em seguida, falarão os Srs. Parlamentares, por 10 minutos cada um. O tempo dos Parlamentares, entretanto, durante o tempo que eles tiverem para falar, eles vão inquiri-lo e V. Sa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responde, o que estará contando no tempo do Parlamentar. Portanto, quando o Parlamentar quiser interrompê-lo, ele tem esse direito. Depois que todos falarem, o senhor terá mais cinco minutos para as suas considerações finais.

Então, inicialmente, eu passo a palavra ao Sr. Luis Marcos dos Reis, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Exmo. Sr. Deputado Federal Arthur Maia, Presidente da CPMI – 8 de Janeiro; Exma. Sra. Senadora Eliziane Gama, Relatora desta CPMI; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, e demais autoridades aqui presentes; prezadas senhoras e prezados senhores, vou me apresentar. Eu sou o Sargento Luis Marcos dos Reis, nascido na cidade de Goianésia. Entrei, para servir o Exército, no dia 13 de fevereiro de 1989, Soldado do Exército no 42º Batalhão de Infantaria Motorizado em Goiânia...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... onde eu permaneci durante 33 anos, 6 meses e 18 dias, no nosso Exército Brasileiro. Sou hoje 2º Sargento da Reserva. Sou casado há 28 anos, tenho três filhos. Sou uma pessoa de origem humilde, comum, como a maioria dos brasileiros. E como milhões de brasileiros de bem, independentemente de raça, cor, posição política ou ideológica, sempre procurei nortear minha vida pessoal e profissional, ainda que sujeito a erros, como seres humanos que somos.

Por alguns princípios, como honra, honestidade, verdade, respeito, integridade, disciplina – manifestada pelo cumprimento do dever – e, sobretudo, lealdade – externada pelo compromisso de fidelidade –, apesar do pouco conhecimento que tenho, o entendimento de tudo que conquistei foi construído tendo como base meus princípios, alguns dos quais eu mencionei acima e, como pilares, a crença nos poderes constituídos de nosso Estado, nas nossas instituições e na Justiça, independentemente da conjuntura vigente. Desta forma, queria antecipar que as atitudes respeitadas e colaborativas irão nortear a minha conduta aqui nesta Casa, no dia de hoje, apesar de reconhecer a situação embaraçosa e desconfortável na qual me encontro. Mas, apesar desta situação incômoda, entendo que esta também é uma oportunidade de apresentar aqui, pela primeira vez, 113 dias preso, os devidos esclarecimentos sobre alguns temas sensíveis que envolvem o meu nome, haja vista que, até o momento, eu não fui ouvido, em qualquer outro foro, para o devido conhecimento do conteúdo do processo em que sou acusado. Assim, reconheço que meu nome foi envolvido em alguns temas sensíveis e, conforme falei, estarei disposto a contribuir com o esclarecimento e com as investigações decorrentes, naquilo que me couber, naquilo que tiver responsabilidade, sem especular, opinar ou julgar quem quer que seja, bem como a acatar com as mesmas resignação e humildade atuais decisões decorrentes.

Nesse sentido, os temas controversos que, até onde tenho conhecimento, envolvem o meu nome são, em suma, três temas: cartão de vacinação, atos de 8 de janeiro, suposta movimentação irregular



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em minha conta. Reforço que apresentarei as informações pertinentes, lembrando que irei pautar-me pelo respeito com os Srs. e Sras. Parlamentares, pelos princípios anteriormente citados e, naturalmente, pela orientação jurídica de minha defesa.

Dessa maneira, sobre o tema cartão de vacinação, peço a compreensão, mas foi decidido, como estratégia de minha defesa, apenas que jamais tive ou tenho envolvimento direto ou indireto ou mesmo conhecimento sobre suposto esquema de falsificação de cartão de vacinação envolvendo o nome do ex-Presidente ou qualquer membro de sua família. Para além disso ou quando pertinente, irei invocar o meu direito constitucional de permanecer calado aqui, neste momento, apresentando os devidos esclarecimentos perante a Justiça, já que esse espaço, com todo o respeito a esta Casa, foi julgado como sendo o fórum mais adequado. Nesse sentido, pediria mais uma vez o entendimento das Sras. e Srs. Parlamentares sobre essa decisão, que é absolutamente legal, respaldada pelo STF, que já foi, até onde sei, utilizada para outros depoentes aqui nesta mesma Comissão.

Sobre suposto envolvimento no tema dos atos de 8 de janeiro, esclarecerei as circunstâncias em que se deram os acontecimentos devidos à minha pessoa, elucidando os fatos e reconhecendo da minha parte o que me coube. Assim, tenho a convicção de que ficará evidenciado aos Srs. e Sras. Parlamentares e também para a Justiça que jamais contribuí para o vandalismo que sucedeu na Praça dos Três Poderes no 8 de janeiro, que não deprededei... não deprededei nenhum patrimônio, que não cometi qualquer ato de vandalismo ou de desrespeito à ordem emanada por integrante dos órgãos de segurança pública e, sobretudo, que não financiei, planejei, coordenei, estimei, instruí, dei suporte ou tomei parte de qualquer ato preparatório ou executório que tenha relação, ainda que tangente, com os ocorridos.

Sobre o tema movimentação em minha conta, dessa mesma forma, apresentarei os devidos esclarecimentos...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... com absoluta tranquilidade sobre as acusações levianas, fraudulentas, infundadas, improcedentes que me atingem.

Bem, essas eram as minhas palavras iniciais.

Em suma, jamais tomei parte em suposto esquema de falsificação de cartão de vacinação envolvendo o ex-Presidente ou membro de sua família. Não sou eu o responsável pelo ocorrido no dia 8 de janeiro, e as movimentações da minha conta são absolutamente legais.

Agradeço uma vez o espaço.

E, para finalizar, depois de mais de 110 dias preso sem ser ouvido, gostaria de reiterar minha crença e meu respeito em relação aos Poderes Legislativo e Judiciário, aproveitando para fazer um apelo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esta Comissão e ao STF, clamando pela chance de pagar por aquilo e somente aquilo que eu tenha efetivamente feito de errado, com a devida proporcionalidade e dosagem da Justiça.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra à Sra. Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, Sr. Luis Marcos dos Reis; cumprimento também a defesa, os seus advogados.

Sr. Luis Marcos, o senhor é Sargento do Exército Brasileiro, uma posição, naturalmente, bastante honrosa e também de relevo, mas sabidamente fora do que se considera ali o oficialato das Forças Armadas.

O senhor está preso, hoje, há três meses, em razão de ter supostamente se envolvido em fraudes...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os Parlamentares que estão aqui na frente estão pedindo silêncio, porque o barulho de aí de trás realmente está chegando aqui muito forte. Eu pediria a todos aí que mantivessem o silêncio, para gente poder continuar a nossa sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor está preso há cerca de três meses – não é? –, em razão de supostamente ter-se envolvido em fraudes do entorno do então Presidente da República.

O senhor é casado e, como o senhor colocou, pai de três filhos. Naturalmente há aí uma família que tem a zelar e a honrar, naturalmente além do seu próprio nome, até pela própria carreira militar que o senhor na verdade tem. Mas, na verdade, Sr. Marcos dos Reis ou Dos Reis – vou chamá-lo Dos Reis –, o senhor parece ter sido, de certa forma, abandonado por aqueles seus ex-chefes e até mesmo no âmbito das Forças Armadas, provavelmente aí, talvez, por o senhor não participar desse Alto Comando na verdade das Forças Armadas, eu diria do generalato, que é a posição, o ponto mais alto em relação à carreira nas Forças Armadas.

Mas eu também quero lhe dizer que aqui nesta CPMI o senhor é considerado uma peça chave, no ponto central e no foco da investigação, que são os atos antidemocráticos, notadamente o do 8 de janeiro.

E aí, como já foi colocado inclusive pela sua fala e pela decisão da Ministra Cármen Lúcia, aqui ninguém faltará com respeito com o senhor, mas também gostaríamos que o senhor, naturalmente, não faltasse com respeito conosco e também contribuísse com os trabalhos desta Comissão. As suas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, os seus esclarecimentos são muito importantes para os trabalhos da Comissão e também para o senhor. Como o senhor coloca, é a primeira vez que o senhor tem a oportunidade de falar e neste momento o senhor passa até a oportunidade de falar para o Brasil, naturalmente para as pessoas e, sobretudo, os seus familiares, não é?

O senhor, na verdade, fez referência a sua prisão, e hoje mesmo eu lia uma matéria sobre prisão de um companheiro seu, eu diria de um chefe seu, que é precisamente o Mauro Cid. Eu li a matéria, e a matéria dizia o seguinte: que ele está preso, mas ele tem direito, por exemplo, a *cooper* dentro do quartel, ele tem uma sala com 20m², ele tem uma sala com frigobar, ele tem televisão; teve, por um período significativo, direito a várias visitas ao longo desse seu período de fato na prisão.

Eu pediria só, Presidente, que a gente pudesse ter um pouco de silêncio.

Eu queria inicialmente, Sr. Dos Reis...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que o senhor me falasse um pouquinho sobre a sua prisão. Como é que está hoje a sua prisão? O senhor tem recebido visitas? O senhor poderia destacar, por exemplo, aqui os principais visitantes que o senhor recebeu ao longo desses três meses?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Bom dia, mais uma vez, Senadora Relatora.

Eu recebi durante esses... Hoje estou com 114 dias preso. Quem mais tem me visitado é a minha esposa e meus filhos e grandes amigos meus de caserna, do Exército. Já saiu amigo meu de Uberlândia para vir, saiu de Uberlândia no mesmo dia, veio para me ver e voltou nos dias de visita. As minhas visitas são às terças, quintas e aos domingos. Muitos amigos de Goiânia têm me visto; de Brasília, também muitos foram me visitar. Eu tenho recebido bastantes visitas. Eu não posso falar aqui um nome ou a quantidade de pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você recebeu de oficiais?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Recebi, recebi, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor poderia falar o nome?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu recebi uma visita para ver como eu estava, somente uma visita, como eu estava alojado, se eu estava bem de saúde e que o Exército era para me manter ali saudável durante essa medida cautelar. Eu recebi, eu não sei a data agora, mas acho que menos de 30 dias da minha prisão, recebi... No dia em que foi a minha prisão, estava lá o General Carmona, que é o chefe do CMP.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Carmona?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – General Carmona.

O Comandante do Exército, o General Tomás.

Eu não conhecia o General Escoto, que foi me visitar, não conhecia. Ele ficou sabendo que eu estava... Ele falou que sabia como eu estava e tudo, foi ali, levou um livro para eu ler, mas eu não o conhecia pessoalmente, foi a primeira vez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General Escoto.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso, e o... Bom, que eu me lembre foram esses três generais. O restante foram alguns oficiais e mais praças e familiares. A minha mãe foi me visitar por três vezes, porque ela mora longe, mora no interior, tem 83 anos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual a idade dela, Dos Reis?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ela tem 83 anos, e hoje, para ela, sim, que é a maior dificuldade, não é? Porque, para a mãe, um filho nunca se torna um adulto, para ela sempre vai ser aquele filho ali. Então, assim, para ela vir e voltar é difícil, vir e voltar no mesmo dia. Mas recebi visita dos meus pais, meu pai e minha mãe me visitaram três vezes durante esses três meses. Irmãos, sobrinhos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Da classe política, alguém chegou a visitá-lo, Parlamentar, Deputado, Senador?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não recebeu nenhuma visita dessa natureza?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

Sr. Dos Reis, o senhor, na verdade, entrou na ajudância de ordem precisamente – aí você me corrige se eu tiver aqui algum dado que não seja compatível –, o senhor entrou em dezembro de 2018, junto com o Mauro Cid, na ajudância de ordens, já na transição?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu entrei, na ajudância de ordem, em novembro de 2018. Eu recebi um convite do General-Chefe do Executivo do GSI em julho de 2018. Eu estava no Censipam, só que o meu comandante imediato não me liberou. Isso demorou uns três meses para ele poder me liberar, eu tive que arrumar um outro militar para colocar no meu local, e aí eu consegui. Quando eu coloquei um militar no meu local, ele me liberou. Quando ele me liberou, aí tem uma transição para ser publicado no *Diário Oficial* e tudo isso. Eu me apresentei na ajudância de ordens – eu não sei aqui, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabeça, a data certa –, mas foi em novembro de 2018. Trabalhei umas cinco, seis semanas com o Presidente Michel Temer e saí da ajudância de ordens no dia 13 de julho de 2022.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nesse período, então, o senhor chegou para a ajudância de ordens a convite dessa pessoa do GSI. Qual é o nome dele?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O General Freire Gomes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O General Freire Gomes, então, foi quem lhe fez o convite imediato.

O Mauro Cid, eu percebi que ele entrou junto com o senhor na ajudância de ordens, mas o senhor não recebeu do Mauro Cid esse convite?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não lembro quem chegou primeiro, se foi o Coronel Cid ou se fui eu. Disso eu não lembro, mas, se vocês virem lá no órgão que gerencia tudo isso, porque lá tem, no GSI. Então, de cabeça, eu não me lembro porque já tem mais de quatro anos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na verdade, pelo levantamento que nós fizemos, o senhor e ele teriam entrado basicamente na mesma data. E daí, por isso, a minha pergunta: se ele o convidou ou se esse convite, de fato, que o senhor me coloca agora, veio pelo General Freire Gomes.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Quando eu fui... Eu pedi ao General Freire Gomes, que eu conheci muito tempo atrás – eu estava na Justiça Federal –, se tinha vaga no GSI, e ele falou que tinha vaga, sim. Aí ele mandou o convite, e, nesse tempo, eu me apresentei no Censipam.

Quando eu cheguei no GSI, na ajudância de ordens, o meu primeiro contato com o Coronel Cid já foi final de dezembro, final de dezembro. Tinha os ajudantes de ordens, que ainda eram do Governo Temer, ainda a gente acompanhava, a nossa função ali é institucional, não era... Então, as atribuições são de qualquer Presidente que ali esteja, inclusive alguns que trabalharam comigo lá ainda permanecem, trabalharam com outros Governos, com o Governo Dilma, com o Governo Temer, com o ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, e com o atual Presidente da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Me fala um pouco agora, Sr. Dos Reis, sobre como era o seu trabalho na ajudância de ordens, como era a sua relação com o Mauro Cid. A gente pode dizer, por exemplo, que o senhor era o nº 2, que o senhor era a pessoa mais próxima do Mauro Cid? E, ao mesmo tempo, também me fala um pouquinho das suas ações, como eram as suas atividades. O senhor tinha acesso, por exemplo, a que exatamente de forma mais direta? O senhor tinha acesso ao cartão corporativo do ex-Presidente?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu nunca vi e não conheço o cartão corporativo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar como funcionavam os trabalhos, para todos aqui entenderem como funcionam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sempre que o Presidente – o Presidente... Não vou colocar o nome, ou Temer ou o Presidente Bolsonaro... Agora, não o Presidente Lula, mas, antes, sempre tinha um militar. Confere? Sempre tinha um militar ali. Então, tinha dois militares do Exército, um militar da Marinha e um militar da Aeronáutica. Cada dia eles têm a escala deles, e a gente, o sargento tem a nossa escala. A gente hoje está de serviço lá, na Ajudância de Ordens. Então, tem... Isso é no subsolo. E tem... O ajudante de ordens, que é o oficial, fica na antessala. É ele que... Eu acho que todos os Parlamentares conhecem ali. É ele quem barra o Parlamentar, é ele quem segura... Ele é o filtro até chegar ao Presidente. Isso com qualquer Presidente. Essa era a função do ajudante de ordens. Ele recebia alguma demanda, tipo... Um exemplo: quando o Presidente Temer ia viajar para São Paulo, porque ele trabalhava aqui, mas, na sexta-feira ele ia e voltava... Tinha aquele... Então, ele tinha algumas coisas que eram de cada pessoa. Ele gostava de algumas coisas. Por exemplo, durante o voo, a gente ia lá... Isso foi três vezes só, que eu fui três... Eu trabalhei com ele umas cinco semanas, mais ou menos. Então, eu fiz três embarques dele. O que é o embarque? Você vai na frente, faz o embarque, as coisas particulares dele ali... Então, a função nossa, do auxiliar do ajudante de ordens, é assistir o Presidente da República em qualquer coisa: caiu o óculos aqui, quebrou, vai ali... Uma pessoa pública não vai ali para resolver esse problema, nem o oficial. O oficial é aquele cara imediato que fica do lado do Presidente. Então, vai, nesse caso é o auxiliar que vai. E a gente tinha também o sargento... Tinha eu, do Exército, tinha outro do Exército, mais um da Aeronáutica e mais um da Marinha.

É isso. Não sei se esclareceu a pergunta da senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essas ações mais particulares, especificamente: vocês faziam pagamentos, vocês efetuavam, por exemplo, atendiam, por exemplo, a esses pedidos de fazer pagamentos de pequenas despesas ou coisa parecida?

Eu quero falar especificamente do senhor, o Sr. Dos Reis. O senhor fazia algum tipo de pagamento quando o Mauro Cid lhe solicitava, referente às ações do ex-Presidente Bolsonaro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ele ou qualquer outro ajudante de ordens, não somente o Coronel Cid, mas qualquer um que estivesse naquela função naquele dia.

O Coronel Cid trabalhava hoje, e ele tinha outras atribuições. Mas, no dia em que ele estava de serviço, ele ia com a outra farda. É diferente. Quando ele não estava de serviço, ele ia com outro traje, mais leve, manga curta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas os pagamentos eram feitos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja: no inquérito da Polícia Federal, Sr. Dos Reis, consta, por exemplo, uma transmissão de mensagens, e essa transmissão de mensagens é feita, por exemplo, a Mauro Cid de uma auxiliar da então Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, e ela faz referência, por exemplo, ao Vanderlei.

O senhor conhece o Vanderlei?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O Vanderlei era funcionário do Palácio da Alvorada. Era...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele era funcionário do Palácio da Alvorada?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É um sargento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sargento como eu, como qualquer outro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele tinha alguma ação específica, o Vanderlei, na Cedro do Líbano, na empresa Cedro do Líbano, uma madeireira?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não. Não que eu saiba.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele não fazia nenhuma ação referente a essa empresa. A função dele não era diretamente na ajudância de ordens?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não. O Vanderlei, as atribuições dele eram direto lá no Palácio da Alvorada. Eu não sei qual era a função dele, porque o Palácio da Alvorada tinha um gestor e o Palácio do Planalto tem outro gestor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – A gente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele era do Palácio da Alvorada?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Como eu ia às vezes ao Palácio, eu o via, acaba que não tem como... Durante três anos que trabalhei... "Vanderlei e tal...". "Dos Reis...". Ele me conhece e eu o conheço pelo nome. Não sei o nome completo dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu sei que é Vanderlei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não sei o nome completo dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele, na verdade...

E, nessa troca de mensagens, colocava... Ela fazia o seguinte... Olha... Ela cita que o Vanderlei, no caso, poderia pegar pessoalmente a quantia de R\$295, e aí ela fala, por exemplo, de dinheiro em espécie, e depois ela faz uma outra referência, em um segundo momento, de que ele poderia estar fazendo um depósito de R\$3 mil. E, nessa mesma mensagem, essa auxiliar da ex-Primeira-Dama faz uma referência, na verdade, que ela teria... a pessoa teria que buscar o dinheiro em espécie na mão do Vanderlei, ou seja, em algum momento você viu essa conversa, essa negociação em relação a valor em espécie, dinheiro em espécie?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor nunca ouviu falar referente a valores em espécie?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E o Vanderlei, na verdade, o nome dele, Sr. Dos Reis, é Vanderlei Cardoso de Barros.

Nas informações levantadas por esta CPMI, ele seria... faria a administração da empresa Cedro do Líbano, que seria a madeireira Cedro do Líbano.

O senhor conhece essa madeireira lá em Goiás?

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Relatora, para lhe ajudar e para a gente...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Não pode, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Não, não, não...

Não, não, é só para ajudar a Relatora mesmo.

Nós temos dois Vanderleis...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Nós temos dois Vanderleis...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Senadora, é exatamente essa...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Para não ter dúvida com o sobrenome.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, tudo bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o questionamento específico, porque o nome do administrador da empresa Cedro do Líbano é exatamente Vanderlei Cardoso de Barros, e agora ele me traz a informação... E, por essa informação que eu tenho, este Vanderlei não é militar, tanto que ele é de uma empresa. E ele está me trazendo uma informação de outro Vanderlei...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – De outro, isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que seria sargento, é isso que o senhor coloca? Ele seria um militar do Palácio da Alvorada.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – A senhora me falou a primeira vez de Sargento Vanderlei. Eu conheço o Sargento Vanderlei.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não... Eu citei o nome Vanderlei...

Então, o senhor me afirma que existe um Sargento Vanderlei...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Que trabalhou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... também no Palácio do Alvorada e que faria ações referentes à ajudância de ordem, é isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, eu falei que eu conheci o Sargento Vanderlei, que trabalhava no Palácio da Alvorada, que as atribuições dele lá eu não sabia quais eram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E tinha um gestor que administrava lá.

Ajudância de ordens somente no Palácio do Planalto.

A ajudância de ordens é para assistir ao Presidente da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Queria até pedir que a minha consultoria fizesse um levantamento deste, especificamente, militar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Qual o nome?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele não tem o nome completo desse novo nome.

O nome completo que eu tenho é do administrador da empresa Cedro do Líbano, que, pelo que estamos vendo, na verdade, é o mesmo nome.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Sargento... Sr. Dos Reis, o Coaf, nós recebemos, na verdade, aqui alguns RIFs, que são os relatórios de movimentação financeira, e aí eu vou fazer aqui algumas perguntas, e eu queria que o senhor, de uma forma bem tranquila, me respondesse.

Na sua fala inicial, o senhor colocou que tem pouco conhecimento. Então, como são relatórios de inteligência financeira e, às vezes, há algumas especificidades próprias, o senhor pode, com a devida tranquilidade, responder e a não compreensão a gente pode, na verdade, fazer a leitura do próprio documento que está já aqui em poder desta Comissão.

O Coaf apresentou a esta Comissão um relatório de inteligência, que na verdade foi esse RIF, que aponta uma movimentação em suas contas bancárias que é muito incompatível com a sua renda. Por exemplo, a sua renda mensal no período analisado, de fevereiro de 2022 a janeiro de 2023, era algo em torno de R\$13 mil a R\$14 mil, e o senhor teria movimentado aí algo em torno de R\$3 milhões em sua conta, não é? Ou seja, no conjunto do seu valor...

Eu quero pedir aqui só o relatório, que eu vou ler exatamente os valores exatos. *(Pausa.)*

O próprio RIF, está aqui.

Por exemplo, referente a seus proventos, no relatório, foram movimentados R\$239.383,47, que é exatamente o movimento dos seus proventos, quer dizer, do seu salário. Mas, ao mesmo tempo, houve, por exemplo, uma movimentação da ordem de aproximadamente R\$3 milhões – uma delas uma movimentação que, no somatório, foi de R\$1.501.767; e uma outra movimentação da ordem de R\$1.000.358,89, em vários tipos de movimentações: Pix, depósitos, saques, movimentação, por exemplo, em poupanças. Enfim, uma movimentação absolutamente atípica. O senhor pode me explicar por que essa movimentação tão alta na sua conta?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu recebi esse relatório... É bem complicado de entendê-lo, e o meu advogado solicitou à minha esposa, e eu tirei extrato dos últimos... de todo esse período que a senhora mencionou aqui, do dia 1º de fevereiro de 2022 ao dia 20 de janeiro 2023. A senhora está com o relatório, por gentileza, para acompanhar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Estou com o relatório em mãos.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Se a senhora seguir aí... Ó, é mais embaixo aí... Aí fala dos meus proventos, de R\$13 mil, depois R\$10 mil. Mais embaixo, vai: resumo de lançamento de crédito do período de 1º de fevereiro ao dia 20/01/2023, tornara-se R\$1.501.767,27.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Esse, na verdade, é o dinheiro que entrou na minha conta. Esse seria o movimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O que entra e que sai é multiplicado por dois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso é o que eu entendi. Se eu estiver errado, podem me corrigir.

Aí, vem na frente aqui: tem R\$550 mil. Se vocês olharem aí o que está devolvido: 11 transações que não foram efetivadas. Isso foi somado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato.

Por que esse tanto de transação devolvida? Eu vi, são 11 transações ao todo, entre TEDs e DOCs.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou tentar explicar aqui para todos, para ficar bem claro.

Eu trabalhei 33 anos, como eu falei. O militar, quando ele vai para reserva, ele recebe oito soldos, oito vencimentos – bruto –, e eu tinha férias acumuladas, e eu tinha licença especial. Eu recebi, girando tudo isso, cento e... Eu não sei, não tem como eu falar, mas foi mais ou menos, aproximadamente, R\$122 mil, depois mais R\$52 mil. É que, quando você trabalha os 30 anos, funcionário público recebe de um jeito, e militar recebe pecúnia, que é como se fala. Aqui, esses R\$550 mil que estão aí, de que se está falando, isso já inflaciona, não é? Se a senhora diminuir os R\$1,501 milhão menos os R\$550 mil, vão sobrar R\$960 mil. E tem mais um detalhe: os R\$239 mil entram numa conta poupança. O militar entra na conta poupança... *(Pausa.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Estou o ouvindo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Posso continuar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pode continuar. Estou o ouvindo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Se estiver muito...

Eu também recebi isso ontem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, claro!

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aí eu pedi, porque pelo extrato é mais fácil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... mas, sempre que... se for o caso, me coloco à disposição, em hora ou em qualquer situação, aqui nesta Casa, nesta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram devolvidos... Quando eu recebi, eu tirei todos os extratos aqui, vocês vão olhar a movimentação.

Os mesmos... Mais à frente, a senhora vê, o dinheiro que foi creditado na minha conta tem os nomes das pessoas e depois o dinheiro que eu transferi está nos mesmos nomes das pessoas.

A gente fazia consórcio. A gente de situação financeira mais baixa começa um consórcio...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um instante aqui, Luis.

Olha, toda hora tem um Parlamentar, a Senadora aqui – toda hora, um Parlamentar –, pedindo silêncio. Eu vou pedir mais uma vez que todos façam... É uma súplica que eu faço aí.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – É um momento muito importante do depoimento para a gente poder ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito importante o depoimento, Deputado Aluisio Mendes, o senhor está muito correto.

Então, eu peço a todos que façam silêncio, porque o burburinho aí atrás incomoda até mais aqui na frente.

Então, eu pediria a todos que fizessem silêncio para que nós possamos prosseguir com a oitiva muito importante aqui do Sr. Luis Marcos.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, é a imprensa aqui atrás que está fazendo esse barulho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu estou falando lá atrás mesmo. O senhor está certo, Deputado.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Então, os 239 mil de proventos que a senhora vê aí, depois a senhora vê poupança – está vendo aí 201 mil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, eu estou vendo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... tudo isso é somado, só que os 239 mil entram em uma conta poupança, entram na conta corrente e depois saem. Isso é duplicado. Isso é duplicado.

Está aqui: o valor normal que entrou na minha conta teve, em todas essas situações aí, mas eu já vou antecipar aqui, uma compra de um carro meu, que girou e isso inflacionou. O que inflacionou esse...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vê, assim, 3 milhões... Quando o meu advogado... Eu falei: "Cara, eu queria que tivesse esse dinheiro", nunca passou na minha conta.

Aí eu fui ver aqui, diminuindo 550 mil, que foram TEDs que foram e voltaram... Eu não sei se o senhor pode ver, mas o senhor fique à vontade, aqui tem todos os TEDs que foram e voltaram.

Eu peguei aquele dinheiro. Até o mês de outubro de 2022, eu sempre era pedindo um dinheiro emprestado com alguém para passar na situação, pagar um cartão de crédito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De quem o senhor pediu emprestado?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – De amigos, parentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas amigos da ajudância de ordens ou fora do...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Tem, tem, tem da ajudância de ordens, tem da ajudância de ordens também que já me emprestou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode citar quem lhe emprestou dinheiro da ajudância de ordens?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não queria, você sabe por quê? Para não expor mais as pessoas, porque eles não são investigados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá. Então, tudo bem.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Estou com o documento aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor pode passar a esta Comissão os nomes?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu posso passar, sim. Vamos lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, havia pessoas da ajudância de ordens...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Pode, pode passar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que lhe emprestavam dinheiro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não, não foi a ajudância de ordens. Eu falei que existia um ou outro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, existiam pessoas, integrantes da ajudância de ordens que, em algum momento, lhe passavam dinheiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Me emprestou. É tipo ligar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Emprestou e o senhor devolveu?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... transfere... Devolvia. O dinheiro dele estava na poupança. Eu devolvia para ele com a correção da poupança, sem juros, sem nada.

Eu tenho um extrato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas espere aí, vamos lá: o senhor recebia, botava, fazia uma transação financeira para gerar...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por que ele não fazia na conta dele?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não tem nada disso. Não tem nada disso, de transação... É um empréstimo pessoal. Eu falava assim: "Eu estou pagando juros de cheque especial".

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Quer saber o que ele está pegando emprestado com amigo?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E aí, aí...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Respeite o depoente, Relatora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aí eu pegava... Um exemplo, eu liguei para um...

É porque eu vou expor meu cunhado, um exemplo.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou dar um exemplo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço silêncio a todos. Todos vão ter direito à fala. Peço silêncio para a gente poder prosseguir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se o senhor não está querendo expor nenhum familiar...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não, não, mas o familiar eu posso expor, porque eu pedi para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... eu vou citar o nome de uma empresa, por exemplo, de que o senhor recebeu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu posso deixar com a Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, o senhor pode me passar os nomes, mas, já que o senhor não quer citar o nome de familiar seu – o senhor pode deixar para a gente, a gente pode dar sigilo –, mas, por exemplo, o senhor recebeu R\$18.140 da Cedro do Líbano.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E depois eu paguei lá embaixo para ele de volta, se a senhora olhar no relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas como é que é? O senhor pedia dinheiro para eles também?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É quem... Eu já pedi... Não pedi para ele, para a Cedro, eu nem sabia que tinha Cedro. Eu sabia da pessoa, depois que eu fui saber que a pessoa era dona da Cedro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, o senhor recebeu da empresa Cedro, não foi da pessoa física.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Se a senhora puxar aí o extrato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não foi do administrador.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... não sai o nome aqui. Sai, um exemplo: Pix. Não sai o nome da empresa, CNPJ. Isso aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pediu para o dono da Cedro? Então, como foi o nome da pessoa da Cedro do Líbano a quem o senhor pediu dinheiro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – De quem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Da Cedro do Líbano? Depois que o senhor viu que era Cedro do Líbano?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Relatora, nessa parte aí eu vou usar o direito de manter em silêncio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... porque já está bem especificado, está em todos os autos da Polícia Federal. A Dra. Lindôra, a Subprocuradora, mandou arquivar, que não tem procedimento. Então, assim, eu vou colaborar o máximo possível no que vocês precisarem aqui. Estou disposto a qualquer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... de falar, de esclarecer. Estou falando dos montantes, que eu acho que vocês estão querendo saber do Coronel Cid. Tem aqui, eu vendi um carro para ele. Está a procuração...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vou já chegar ao carro dele. Só para eu fechar aqui essa questão de Cedro do Líbano...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – A pessoa que estiver exposta já eu vou falar; mas quem não foi eu vou preservar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, gente, por favor.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós estamos fazendo uma investigação. Ele vai esclarecer. O que não for compatível é bom para ele, é bom para os trabalhos da Comissão. O que for, vamos arrolar para, na sequência, trabalhar com os indiciamentos. Agora, por favor, vamos fazer o mínimo de silêncio.

Sobre a Cedro do Líbano, especificamente, o senhor não recorda o nome, então, da pessoa que lhe emprestou, que lhe deu esse dinheiro? Porque esse dinheiro foi para sua conta: R\$18.140. Não é um dinheiro pouco, é um dinheiro muito.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Dra. Senadora, eu falei agora que, nesse caso, como já foi investigado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ah, está, o senhor não vai responder.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... que está nos autos da Polícia Federal, a Dra. Lindôra... já foi investigado isso aí pela PGR e não tem procedimento.

Então, por isso, eu não vou expor pessoas públicas para não atrapalhar. Mas, se for, no caso, o meu cunhado, eu especifico em cima que ele me emprestou e depois tem mais quatro depósitos que eu fiz para ele, que dá um montante de 5 mil. Foi coisa de empréstimo, tanto que vocês, os senhores – estão todos aqui os extratos da minha conta –, se vocês virem, de janeiro a outubro de 2023, todo mês eu paguei juro e paguei IOF. Está aqui, para todo mundo...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Presidente, isso aqui é CPMI ou isso é o Coaf? Nós viramos agora investigador de conta corrente?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Tem que responder se tu patrocinou alguma coisa no 8 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Seif...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Seif...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Semana passada vocês... *hacker* aqui também semana passada.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – A gente quer saber sobre o dia 8, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O Brasil inteiro quer ver aqui discutir sobre o dia 8, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Seif...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Seif...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Para contribuir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Seif... Senador Seif...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... essa Presidência só interfere na fala dos Parlamentares exclusivamente quando o Parlamentar solicita uma questão de ordem e começa a fazer uma fala que não tem nada a ver com questão de ordem. Aí eu tenho realmente intervindo para evitar isso. Agora, quanto à natureza, quanto ao mérito, quanto ao conteúdo da fala de cada um, eu não posso intervir, nem V. Exa., nem ninguém.

O julgamento que nós estamos fazendo é um julgamento que também está sendo visto pelas pessoas. Então, cada um que está vendo, assistindo à televisão, vai apreciar e julgar a nossa conduta.

Então, eu peço a todos que respeitem o direito da Relatora de fazer as suas questões e, quando ela acabar, cada um poderá, de acordo com o seu tempo, fazer as suas indagações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Prossiga, por favor, Relatora.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Senador...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou conceder questão de ordem.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Não, não, só...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou conceder questão de ordem...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Só uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para ninguém.

Não, não, não. Eu não vou interromper a fala da Senadora Eliziane, que está fazendo a sua inquirição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Espera, Presidente. Não, calma.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu não posso, Senador, me perdoe. Eu não posso fazer isso agora. Ela está... Ninguém aqui interrompeu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não é...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ninguém aqui interrompeu a fala de nenhum Parlamentar durante toda esta CPI para fazer uma questão de ordem. Eu não posso fazer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, não é...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço a V. Exa...

Eu não vou conceder a palavra, Deputado... Senador Rogério, eu não vou conceder a palavra, por favor. Depois V. Exa. fala.

Prossiga aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Dos Reis...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Lamentável, Presidente. Lamentável.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Vanderlei que o senhor...

O senhor conhece este senhor aqui?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Este aqui é qual Vanderlei?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Este é Vanderlei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas é o Vanderlei Sargento que o senhor conheceu da...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não, não. O Vanderlei é outro. Esse aí é outro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Este aqui é o Vanderlei Cardoso de Barros...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Certo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que não é militar e é o administrador da empresa Cedro do Líbano. Ou seja, para além da empresa Cedro do Líbano, que houve uma transferência... O senhor recebeu R\$18 mil, o senhor também fez uma transação com ele. O senhor teria recebido dele R\$31.160 e teria depois feito um outro retorno de R\$24.980.

O senhor pode explicar para a gente o que é isso aqui?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É onde eu falei para a senhora de consórcio. Comecei a falar...

Consórcio... Você faz consórcio... Um exemplo: 12 pessoas; começa com R\$1,5 mil e, cada mês, aumenta R\$15. É uma maneira de você pegar um dinheiro emprestado com juros menores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor está querendo dizer que é agiotagem...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não é agiotagem, não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não tem juros.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor emprestava o dinheiro...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não emprestava, Senadora.

Vou dar um exemplo para a senhora aqui. Nós quatro aqui trabalhamos... Olha só, nós quatro trabalhamos no mesmo setor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Explica para ela o que é consórcio.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O que é... O que funciona assim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Não dá, Presidente. Assim não dá.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – No meio militar... No meio militar, isso existe há 20, 30 anos. Se for ilegal, eu não sei. Estou sendo sincero.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Então, quem está precisando do dinheiro recebe primeiro. A senhora está precisando do dinheiro, a senhora faz um consórcio de R\$1 mil, um exemplo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aí R\$1 mil, o próximo a receber vai ser o... Aí, cada mês, aumenta R\$20. Vai ser R\$1 mil, R\$1.020, R\$1.040, R\$1.060, confere? Então, a senhora, que recebe primeiro, vai receber R\$4 mil. Quem recebe esse aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas por que, então, ele lhe mandou R\$24 mil?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não... Eu estou te dando um exemplo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... de como funciona o consórcio entre amigos.

O do Vanderlei – o do Vanderlei aí –, se a senhora vir mais embaixo aí, tem o que eu devolvo para ele.

É o que eu falei para a senhora: eu não quero expor pessoas. Esse Vanderlei que vocês estão falando aí – esse Vanderlei – está no inquérito da Polícia Federal. Foi investigado. Foi quebra de sigilo dele. A PGR mandou arquivar.

Então, eu falei do início aqui: nesse caso aí, para não expor a pessoa, eu vou me manter em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Dos Reis, é porque, no começo da sua fala – e está gravado aqui na taquigrafia –, o senhor disse que o senhor não conhecia esse outro Vanderlei. Agora, o senhor está dizendo que o senhor já conhece. E esse Vanderlei fez uma... Esse Vanderlei que não é o da Alvorada – porque esse Vanderlei aqui não é militar, ele é administrador da Cedro do Líbano –, ele movimentou para a sua conta e o senhor para a conta dele...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... R\$31.160 e R\$24.980 entre ida e vinda, sem falar que o senhor recebeu da Cedro do Líbano R\$18.140...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Dra. Relatora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que é uma empresa, quer dizer, o senhor recebe da pessoa física, mas é o administrador da jurídica, um montante; o senhor recebe da jurídica também um outro montante. E é bom lembrar, gente, que falar do 8 de janeiro, os 32... (*Palmas.*)

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A Cedro do Líbano é uma empresa investigada que, na verdade, só para vocês terem uma ideia, Deputada Jandira, ela fez uma movimentação de mais de R\$32 milhões de 2020 a 2023. Segundo o Coaf, e por isso a atipicidade desses RIFs que chegaram à CPMI, ela é incompatível com o porte e a estrutura da empresa. Essa empresa, o capital dessa empresa é de R\$15 mil. Olha a movimentação dela milionária. E, esta mesma empresa, para desenhar aí para quem está incomodado, esta mesma empresa transfere, entre o titular da empresa e a própria empresa, o equivalente a R\$74.280 para o Sr. Dos Reis. Eu estou mostrando aqui a documentação em mão.

Então, as explicações que o senhor está colocando são incompatíveis com os dados que estão aqui diante de nós e de posse desta CPMI. Por exemplo... Inclusive eu queria até que o senhor me respondesse, porque eu dei uma olhada aqui, o senhor, de fato, tem várias TEDs devolvidas, e essas TEDs constam aqui no RIF, que são 11 TEDs. Aqui no seu extrato não diz do que é. O senhor lembra do que era? Porque, olha, não é um volume pequeno, é 80 mil, é 50 mil, é 10 mil, quer dizer, é um volume, de fato, muito grande o que tem aqui.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Posso falar para a senhora, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E todo esse questionamento, Sr. Dos Reis, é porque o senhor é militar, o senhor estava na ajudância de ordem do Presidente da República do Brasil, quer dizer, o senhor tem movimentações que são absolutamente estranhas, com empresas que fizeram convênios com o Governo Federal, com a Codevasf. É uma empresa, uma madeireira, mas que fez convênio com o Governo Federal, Rogério Correia, para a venda de equipamentos agrícolas, quer dizer, você vê que há uma coisa absolutamente confusa e estranha nesse conjunto. E o senhor era uma pessoa absolutamente próxima ao Mauro Cid. No celular do Mauro Cid havia uma minuta de golpe, havia uma minuta de uma decretação de uma GLO, quer dizer, há, de fato, muita confusão nesse emaranhado aí de transações financeiras. Nesta CPI nós precisamos entender quem irrigou o 8 de janeiro, de onde veio o dinheiro que irrigou o 8 de janeiro.

E aí eu pergunto para o senhor mais uma vez: o senhor recorda a característica ou a fundamentação desses estornos, dessas várias TEDs?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode falar para a gente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim.

No início eu falei que eu trabalhei 33 anos, recebi o dinheiro, está nos extratos aqui. Até outubro... Eu faço questão de passar e qualquer coisa a senhora pode me interromper.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode passar só para a gente tirar a xerox e eu lhe devolvo?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Pode, pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu lhe devolvo, é só para o Leandro fazer a cópia de tudo. Leandro...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Dra. Relatora, sobre as TEDs que a senhora quer saber...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ali, nos extratos, estão lá todos os meses de janeiro de 2022 até setembro de 2022, todos os meses eu paguei juro e IOF, está nos extratos. Eu só tenho uma conta-corrente desde 1994. Os TEDs, entrou o dinheiro, que é a pecúnia, recebi R\$122 mil do Exército e eu tentei... As TEDs, foi o seguinte: eu tenho uma conta na Clear, investimento, eu tentei colocar o dinheiro, ia para lá R\$80 mil, saía, eu fazia pelo celular as TEDs, fazia para o meu CPF, tenho a conta né? Quando eu olhava o dinheiro, estornava para a conta, depois foi de R\$50 mil, estão todos lá, pode ver que é endereçado ao meu CPF, à minha pessoa. Foram R\$550 mil, que dá esse montante aí, por isso que – até eu mesmo me assustei: foi um milhão? Nunca vi esse dinheiro! Está aqui, a senhora pode ler aí, está no relatório do Coaf, R\$550 mil, é daquelas TEDs que eu mostrei, que estão nos extratos do mês de outubro, novembro e dezembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Me fala dessa transferência que o senhor fez para o Mauro Cid, que o senhor fala que foi um veículo, não é? Me explica melhor sobre isso.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor fez uma transferência de R\$70 mil para ele, dois dias antes do 8 de janeiro.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele estava nos Estados Unidos nessa época, não é? Ele não estava no Brasil.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Poxa, eu só conto os dias que eu estou preso, eu não me lembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, isso é em janeiro, o senhor não estava preso ainda.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Com todo o respeito, mas assim, se a senhora... quem estiver com o relatório aí do Coaf, por favor, se quiser acompanhar, onde fala aí, ó, bem na pág. 3 de 16: oito lançamentos, no total de R\$83 mil, é para minha pessoa, Luis Marcos dos Reis. Maria Eunice Paiva de Novaes, CPF e tal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor está se referindo a essa...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu peço desculpa que ela... essa é a compradora do carro. Na 3 do 16, Senadora. Bem embaixo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não quero... acabou que eu esqueci... eu vi a pessoa três vezes, eu vendi o carro para ela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu estou perguntando não é dela, eu estou perguntando do Mauro Cid.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso que eu vou chegar lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – A fonte do dinheiro dos R\$70 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Como é o nome dela?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Está o nome aí, por favor, que, se eu falar aqui, vai ficar expondo a pessoa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Maria Eunice Paiva, certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É, então eu anunciei o carro pela OLX.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tem a cópia da OLX para mandar para a gente? (Risos.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não. Não, mas pode procurar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Pode procurar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero saber.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Pode procurar, pode procurar. Eu anunciei o carro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É um Yaris branco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Esse carro estava no nome de quem? Dela?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Foi comprado, não, o nome... o Yaris foi comprado pelo Coronel Cid. O carro era dele, comprou, único dono, e eu anunciei o carro para vender. A compradora é essa "m" aqui, no qual eu fiz o negócio com ela, e tinha duas multas. Então, somando as multas, o valor do carro era R\$74 mil, valor da tabela Fipe, R\$74 mil. Ela abateu as multas, tem um depósito aí, que está entrando na minha conta, R\$72.738, Banco do Brasil, no meu nome. Confere?

Posso virar aqui? Aí na próxima página, na 4 de 16 aí. Mauro César Barbosa Cid, CPF tal, Tenente-coronel do Exército, Forças Armadas, regular, comunicado. Quatro lançamentos, que eu fiz o pagamento para ele, de R\$72.910, no extrato que a senhora pediu para tirar a cópia, está lá no dia que essa senhora comprou o carro, que depositou na minha conta, R\$72 mil.

Eu liguei para ele depois, consegui falar com ele e falei: "Coronel, eu vendi o carro". Ele: "Quanto que sobrou?". "Setenta e dois mil, oitocentos e trinta." Ele falou assim: "Passa 70 mil; fica para você o restante por seu trabalho". Eu: "Sim, senhor". Aí eu passei para ele, aqui está o montante: 72.980. Isso, porque, às vezes, é aquele detalhe, paga uma coisa para ele. Às vezes, estava num avião, pagava um, sei lá, um lanche, comprava um presente e, depois, ele me devolvia o dinheiro. Por isso que deu um montante...

A senhora está acompanhando aí no quadro do lançamento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Estou acompanhando.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Então, essa é a fonte do Coronel Cid. A origem é da professora, que comprou o carro dele, um Yaris. Essa aqui é a procuração que ele fez no meu nome.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E os 11 mil que ele lhe enviou, 11.740?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É do... Quando... O Coronel Cid, para que todos saibam, ele foi nomeado pelo Exército, em maio de 2022, ele foi nomeado pelo Exército. O Exército nomeia um militar – depende do tipo de missão – com até um ano de antecedência, até um ano e meio, até dois anos, depende da missão; ele vai ter que se preparar. E o Coronel Cid ia comandar o 1º Batalhão de Ações de Comandos em Goiânia. Ele foi nomeado em maio. Quando foi em janeiro, a esposa dele tinha ido a Goiânia deixar os cachorros lá, porque ele ia mudar para a Goiânia, ia comandar o 1º Batalhão. Estava voltando, estava chovendo, e ela bateu o carro num buraco. Ele me ligou, eram 10h da noite. Aí eu falei



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ele... Ele falou: "Ó, estou precisando de uma ajuda". Eu falei: "Agora? Onde o senhor está?". Ele falou assim: "Não, é amanhã para levar o carro, porque amanhã eu tenho uma reunião com o Comandante do Exército". Estava naquela fase de colocar outro para comandar o 1º Batalhão de Ações de Comandos, em Goiânia.

Eu peguei o carro numa segunda-feira, fui à concessionária, peguei o carro, fui até à W3 Norte, próxima ao McDonald's. Eu não lembro o nome da loja, está no meu cartão de crédito lá. Os quatro pneus, com mais as coisas de alinhar, balancear, deram 11.790. Está no extrato também, está lá o depósito que ele fez, tanto que a senhora vai ver um absurdo e falar: "Como que um Sargento do Exército vai pagar 14 mil de cartão de crédito?". Nesse dia, eu usei o meu cartão de crédito para pagar em uma vez só, e ele fez o depósito, que está na outra página lá, de 7.790, que está no extrato da senhora. Esse são os 11 mil também, os quais ele me passou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Onze mil, setecentos e quarenta.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou passar para o questionamento que levou, na verdade, à sua prisão, especificamente, que também é alvo de investigação desta CPMI, porque tem uma relação direta com a saída de pessoas que são diretamente ligadas e investigadas em relação ao 8 de janeiro. Mas, só para finalizar, sobre essas várias transações financeiras em torno do seu nome, porque, daqui a pouquinho, eu volto com mais uma transação financeira aqui que chega a mais de R\$100 mil, para além dessas que nós já acabamos de citar...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É bom lembrar, é bom colocar, mais uma vez, Sr. Dos Reis, quando nós fazemos, na verdade, todos esses questionamentos – todos esses questionamentos –, é exatamente em função da sua posição estratégica na ajudância de ordem e da sua relação com o Mauro Cid, que tinha naturalmente uma posição direta ao ex-Presidente da República e, como nós já colocamos, ele tinha acúmulo de dados e de informações referentes, de fato, a atos golpistas.

Para finalizar acerca dessa movimentação financeira. Ainda acerca das movimentações financeiras... Por exemplo, nós temos na ajudância de ordens... O senhor falou que havia algumas pessoas, inclusive da ajudância de ordens, enfim, que faziam conversas e, portanto, tratativas com o senhor. Eu pergunto: o senhor conhece o Sr. Heitor Garcia de Deus Cunha? O senhor já ouviu falar desse nome?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Por favor. É Heitor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Heitor Garcia de Jesus Cunha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor nunca ouviu falar dele?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É porque ele também fez transações com a ajudância de ordens. Aliás, Jandira, ele é dono... Ele é um joalheiro, ele é dono de um ourives e fez transação com a ajudância de ordens, precisamente com o Sr. Mauro Cid e também com o Adriano Alves, que eram da ajudância de ordens, no valor, somando, de mais de R\$25 mil. Então, veja que, no entorno da ajudância de ordens, você vê uma série de movimentações financeiras absolutamente atípicas e estranhas, com joalheiros, com empresas que têm convênio com a Codevasf... Então, é algo realmente que, até o final desses trabalhos, nós estaremos aí apresentando...

O SR. RONALDO BRAGA – Excelência, pela ordem, por gentileza?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... nos nossos indiciamentos.

O SR. RONALDO BRAGA – É, mas isso não tem assunto a ver com...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu fiz uma pergunta para ele... Eu queria primeiramente... Vou lhe responder, mas não é prática a gente responder ao advogado...

O SR. RONALDO BRAGA – Perdão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... porque o advogado tem que falar apenas com o cliente. Por isso, eu fiz a pergunta se ele conhecia o Sr. Heitor Garcia de Deus Cunha, porque é um senhor que faz transações semelhantes com companheiros dele da ajudância de ordens. Óbvio que ele disse que não tem conhecimento, naturalmente eu sigo, mas há uma ramificação por conta dos companheiros do mesmo perfil de negociação, só que, no caso específico, não é com uma madeireira, é com uma joalheira, ou seja, no entorno da ajudância de ordens, esses integrantes, na verdade, faziam movimentações financeiras significativas. Detalhe: de posse do cartão corporativo do ex-Presidente da República.

Sr. Dos Reis, o senhor, na verdade, foi preso no último dia 3 de maio. E a sua prisão foi substanciada aí por ter participado naquele momento de um esquema que teria emitido comprovantes falsos de vacinação em relação à covid-19, e o senhor teria participado adulterando dados de vacinação do ex-Presidente Bolsonaro, da filha dele e também do Mauro Cid, da mulher e das filhas dele. O senhor pode me falar um pouco sobre essa sua participação? Quem lhe deu a ordem para o senhor fazer essas tratativas – se foi do Mauro Cid ou se foram de outras pessoas que, na verdade, tinham poder em relação à ajudância de ordens?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senadora, no início das minhas palavras, eu falei que não falarei de cartão de vacina por orientação dos meus advogados. Isso está nos autos da Polícia Federal, está sob... Nos autos, está já com a Procuradoria-Geral da República. E eu vou ficar, permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor conhece o Farley, não é?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele é seu sobrinho?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É meu sobrinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele é médico e ele, na verdade, juntamente... Ainda falando das movimentações financeiras, ele tem uma... Ele é seu sobrinho, filho de uma irmã sua. É isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É filho da minha cunhada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É filho da cunhada.

E aqui nesse levantamento, ainda no RIF, nós detectamos uma movimentação entre ele e familiares também do Farley da ordem de R\$105 mil. O senhor pode me explicar um pouco sobre essas transações também?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Relatora, eu posso explicar da minha pessoa. Eu trouxe aqui tudo e entreguei os extratos para esta Comissão. O Farley é meu sobrinho; o pai dele é dono de uma empresa, que paga imposto como qualquer outro brasileiro comum. Eu não posso responder por eles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, ele mandou dinheiro para o senhor, e o senhor mandou para ele. Eu não estou perguntando dele, eu estou perguntando do senhor.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É o que eu falei para senhora: se a senhora vir a parte de cima aqui, senhores, que foi a entrada, depositaram dinheiro na minha conta, e aqui foi o que saiu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É muito depósito, gente! É impressionante.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É coisa não mais que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aqui você tem uma movimentação para ele. São várias: uma de 6.580, outra de R\$2,5 mil, outra de 7.802, uma de 9.470. Aí vêm aqui várias: uma de 5 mil indo e vindo, outra de 33.940, uma de 24 mil, uma de 5.250. Quer dizer, você recebe dele, do mesmo grupo da família, uma de 24 mil, outra de 5 mil; aí você volta uma de 33 mil, uma de 5 mil; aí você recebe dele aqui uma de 2 mil e uma de 6.580; aí você volta depois uma de 2,5 mil. Quer dizer, é muita movimentação financeira, Senador Contarato. É impressionante!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destes aqui, do qual o senhor na verdade é investigado e hoje está preso, você também tem mais outra movimentação de R\$105 mil. O senhor naturalmente não quer falar, mas eu vou fazer aqui as minhas perguntas por dever de ofício.

Por exemplo: as investigações apontaram que a inserção de dados falsos no ConecteSUS teve que ser refeita inclusive, não é? Uma envolvendo inclusive o Rio de Janeiro e Goiás, porque não havia compatibilidade em relação à presença, por exemplo, do então Presidente Bolsonaro nessas várias tentativas, algumas delas inclusive frustradas. Houve, inclusive, desistência e depois foi retomada mais de uma vez. O senhor participou desses dois momentos envolvendo a inserção de dados no sistema em relação ao Rio de Janeiro, portanto, lá em Duque Bacelar, e também essa conectividade em relação à Cabeceiras, em Goiás, ou o senhor participou em apenas uma dessas fases?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Relatora, mais uma vez, é sobre cartão de vacina. Eu mencionei no início da minha fala: não falarei de cartão de vacina. Cartão de vacina está nos autos da Polícia Federal, investigado, está junto com a PGR. Cabe à Justiça decidir. Está tudo lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor conhece o Max Guilherme, o militar Max Guilherme?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele atuou na segurança presidencial, é isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu acho que ele não era segurança; ele era um assessor do Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Bom, posso estar enganado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Sérgio Cordeiro você conhece?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tinha relação próxima com ele?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Como qualquer um outro da ajudância de ordens, só que ele era do 3º piso do Palácio do Planalto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O João Carlos Brecha...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nunca vi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... de Duque de Caixas, o senhor não conhece? Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nunca vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Ailton Gonçalves?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nunca tive contato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor conhece, não é? Foi candidato.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Conheci pela televisão, nunca vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só, então, para registrar, todos esses aqui foram presos pela operação, juntamente com o senhor, que trata da questão da inserção de dados falsos de um cartão de vacina que foi necessário para que eles saíssem do Brasil antes dos atos de 8 de janeiro.

Para finalizar aqui a segunda etapa: em relação aos acampamentos, no dia 11 de novembro de 2022, o senhor na verdade teve... E a gente recebeu inclusive aqui um relatório da Polícia Federal, Sr. Dos Reis, que mostrava várias conversas, na verdade, feitas, do senhor com o Mauro Cid, e nessas várias conversas, inclusive no período específico do 8 de janeiro, o senhor fez vários compartilhamentos, na verdade, de imagens, não é? O senhor pode me falar um pouco sobre isso? O senhor estava no ato? O senhor estava aqui no Congresso Nacional, inclusive fez fotografias, e enviou para ele esses vídeos? Me conta como é que foi essa sua vinda para cá.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não enviei foto nem imagem nenhuma para o Coronel Cid de 8 de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor fez um compartilhamento, no relatório da Polícia Federal... Estou com o relatório aqui em mão.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Do 8 de janeiro, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor fez de outras manifestações, especificamente em relação... O senhor fez, numa primeira etapa, na manifestação que estava acontecendo no estado dele.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estava em Goiânia, passei na frente do quartel o qual ele tinha sido nomeado para comandar e tinha aqueles acampados ali, como tinha em todo o Brasil. Eu tirei uma foto e falei: "Estão na frente do seu quartel". Pode ver que a mensagem está aí: "Estão na frente do seu quartel".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa aqui data do dia 8, o senhor faz aqui transferências, por exemplo... O senhor disse que não fez para o Mauro Cid. O senhor fez para quem, então, essas transmissões aqui de vários vídeos do ato do 8 de janeiro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Relatora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Derlei, por exemplo...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Relatora, eu não tenho como lembrar coisas que aconteceram meses atrás, quase de novembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O mesmo Vanderlei, dono da Cedro do Líbano, que o senhor disse numa primeira etapa que não conhecia – dono não, administrador, na verdade, da Cedro do Líbano –, ele faz um compartilhamento com o senhor de várias imagens aqui. Está aqui, arquivo seu sendo enviado no dia 8 de janeiro de 2023. Aí ele responde para o senhor: "Estou daqui acompanhando". Aí o senhor envia um vídeo para ele, ele envia outro para o senhor. O senhor não lembra, não?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não. Se a senhora está falando para o Vanderlei, no dia que eu mandei daqui do Palácio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor estava aqui?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não. Eu vim no Palácio... Se a senhora quiser que eu responda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pode falar, estou aqui para ouvi-lo, tá?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estive aqui no 8 de janeiro... *(Pausa.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo, estou ouvindo, pode falar.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estive, no 8 de janeiro... Eu acompanhei pela minha casa, estava eu e minha esposa, e meu filho não estava. Eu estava morando num apartamento na 308 Norte, e assistindo, acompanhando pela televisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não veio aqui? *(Pausa.)*

Certo, continua.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – A minha esposa chamou para eu vir, eu falei assim: "Vamos lá, vamos por curiosidade". Já era por volta de 16h30 mais ou menos, ela pediu no aplicativo, no 99, pode checar lá pelo nome dela, vai ter um pedido de um carro saindo da 308 Norte para o Conjunto Nacional. Descemos do carro no Conjunto Nacional e descemos a pé pela Esplanada. Quando nós chegamos na Esplanada, a Força de Segurança Pública, a PM, a polícia, a Força Nacional estava ali do lado do Palácio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Justiça, mas já estava tudo dominado pela Segurança Pública. Onde estavam várias pessoas normais ali, com carrinho de bebê, pessoas de idade, pessoas... Até recém-nascido estava ali com os pais, e ali eu fiquei. E nesse eu vejo o meu erro. Está na Polícia Federal a hora que eu saí da minha casa, a hora que eu cheguei aqui na Esplanada, e estava a rampa, que dá acesso...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ali estava tomado por gente com a Bandeira do Brasil. Se vocês virem na foto, estava eu – estava de bermuda. Saí da minha casa, desci – cheguei por volta de 17h aqui na Esplanada –, subi a rampa, tirei foto, cruzei, pela N1, o Eixo Monumental, e subi em direção à minha casa, andando a pé. Esse realmente foi um ato impensável, mas eu subi, tirei foto. As fotos estão no meu celular com a Polícia Federal. Realmente, foi um momento impensável. Se a senhora me perguntar se eu me arrependi; arrependi, mas não tinha ninguém ali embaixo falando: "Não pode subir" – e não é falar: "Ah, pode subir". Eu não pensei na hora, estava ali e eu subi. Isso era por volta de 17h, 17h15, já tinha tudo sob o controle da Secretaria Pública do DF.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor subiu na cúpula. O senhor subiu a rampa e ficou ali?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Só subi, não entrei dentro de nenhum lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor viu o pessoal quebrando tudo aqui?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não vi quebrando. Na hora que eu cheguei, estava tudo já sob o controle da polícia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que horas era a hora que o senhor chegou?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Era 17h.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você já veio já... O senhor...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vim quando tudo tinha acabado, a depredação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por volta das 17h?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nas fotografias que o senhor enviou ao Vanderlei... Na verdade, nas fotografias de 17h...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aí eu tenho que ver se...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... havia várias pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Tem que ver se essas... as fotos nas quais eu estava aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, mas nas fotos que o senhor envia para ele, pelo perfil, na verdade, das fotografias aqui, ainda havia muita gente aqui.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, tinha muita gente, tinha muita gente, mas a polícia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor permaneceu até que horas?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Até 17h30.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor ficou meia hora aqui?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – No máximo... no máximo, 40 minutos. No máximo.

A Polícia Federal está com o meu celular. Pela quebra telemática, eles sabem a hora que eu cheguei e a hora que eu saí, está no relatório da Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Para finalizar, sobre o seu comunicado, por exemplo, com o Mauro Cid. Nessas suas conversas com o Mauro Cid, um pouco mais lá atrás, ainda falando dos atos golpistas, o senhor faz, inclusive, referência... O senhor passa para ele uma cópia de uma matéria da revista *Veja*. E aí, nessa cópia da matéria da revista *Veja*... ela cita, por exemplo, nessa matéria, que as Forças Armadas estariam fazendo tipo... Ela fala: "Olha, as Forças Armadas elaborarão um cronograma para exigir do TSE as respostas aos seus questionamentos". Aí o senhor envia para ele... envia, na verdade, fotografia para ele, enfim, para o Mauro Cid. A motivação dessas suas conversas era referente, por exemplo, à defesa de atos golpistas?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – De maneira nenhuma. Nessa foto eu fiz um *print* de uma matéria de um jornal. Fiz o *print* e enviei para ele. Tipo assim: estava todo mundo querendo saber alguma coisa. Eu mandei para ele, no entanto eu não coloquei e não perguntei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nessa mensagem, um pouquinho mais lá atrás, com o Mauro Cid, em que o senhor conversa sobre a questão do batalhão, você fala: "Olha, estão tocando o horror...", aí você se referindo ao caso de Goiás?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Em Goiânia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – "Estão tocando o horror na frente do teu batalhão lá [chama um palavrão]. Toma uma posição aí, chama os caras da reserva ali, Jabuti, Cheval". Quem é Jabuti, Cheval?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Cheval sou eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ah, você é o Cheval? Mas você fala...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, mas é porque a gente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você fala de você na terceira pessoa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – No meio militar, a gente tem um codinome, e Jabuti é um amigo meu. É até bom que eu não vou expor o nome dele aí, mas Jabuti é um amigo meu. Eu já fui para várias missões com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o senhor costumava se falar em terceira pessoa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É. Eu fiz num tom de brincadeira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E ele fala... Ele lhe responde o seguinte... Sorri e... "Por mim, fica lá o pessoal. Mais fácil eu ajudar os caras do que tirar eles de lá". Ou seja, o Mauro Cid, claramente, ali, fazendo a incentivação dessas manifestações.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senadora, se a senhora vir a mensagem, é num tom de ironia que eu falo aí, e ele também, da mesma forma. É uma mensagem em que eu estou falando... Não estou expondo, não estou publicando nada. É uma mensagem privada minha e uma mensagem privada dele. Eu acho que... Não vejo... No meu ponto de vista. A senhora entende?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nas mensagens, a gente não tem o áudio. Você sente a ironia ou não conforme a entonação, na verdade, mas, pelo conteúdo frio da letra, não tem nada de ironia aqui.

Mas eu queria, Presidente, finalizar os meus questionamentos e dizer o seguinte: que todas essas movimentações são, algumas, frutos de RIF. Eu compreendo que é muito importante a gente ter, na verdade, a quebra do sigilo bancário do Dos Reis para a gente compreender esse emaranhado de movimentação financeira. Como eu disse, nós temos um viés de investigação, e um deles é a busca dos financiadores. E a busca dos financiadores... Aliás, são dezenas, são dezenas mesmo, alguns com pequenos investimentos. Nós estamos centrando em empresas que tiveram algum tipo de financiamento público, ou convênio direto com o Governo Federal em um dos seus ministérios, ou, por exemplo, empréstimos junto a bancos públicos.

No caso da Cedro do Líbano, claramente, fez-se movimentação financeira com recurso público. Dessa empresa, houve um direcionamento muito explícito, conforme a documentação que nós temos aqui, com o Sr. Dos Reis, com o Mauro Cid e com outros integrantes aí da Ajudância de Ordens.

Eu quero finalizar, Sr. Dos Reis, até lhe agradecendo pelas informações que o senhor trouxe a esta Comissão, por você ter contribuído no início dos trabalhos, e saber do senhor se há – do senhor ou da sua defesa – algum interesse de trabalhar algo em relação à colaboração premiada junto à Justiça



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira e também ao Ministério Público; se houver, que os senhores, na verdade, possam fazer essa manifestação aqui a esta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Doutora, eu quero agradecer à senhora também.

Eu me coloco à disposição no que possa a esta Casa... Pode ser quebrado meu sigilo fiscal. A Polícia Federal já quebrou meu sigilo bancário.

Como eu falei para a senhora, a respeito disso que a senhora falou, a PGR já mandou arquivar tudo isso. Eu, hoje... Eu trabalhei 33 anos. Está nos extratos – a senhora vai ver lá – que eu paguei juros durante todo o tempo naquelas transferências. Quando eu recebi uma pecúnia, eu coloquei numa aplicação. Ainda bem que não deu tempo, porque, senão, eu teria perdido. Mas, depois, eu consegui...

Para resumir, hoje, eu moro de aluguel num apartamento de 48m2, com dois filhos – meu outro filho mora em São Paulo, com a minha esposa –, e tenho um lote, que está no nome da minha esposa, que foi adquirido em 2004. Esses são os bens que eu tenho.

Eu me coloco à disposição desta Casa aqui para qualquer esclarecimento.

Os extratos ficam com a senhora.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, se todos concordarem, podemos encerrar a sessão hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Rogério Correia, eu quero fazer um esclarecimento aqui e quero contar com a compreensão de todos.

Eu não vou intervir...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... no conteúdo da fala dos Parlamentares quando eles estiverem falando. Eu sei que de lado a lado toda hora tem esse tipo de queixa – toda hora tem esse tipo de queixa. Eu não posso interferir na fala de um Parlamentar censurando-o, sendo o censor da fala de cada um. Eu tenho a minha opinião sobre o que deve ser investigado, o que deve ser colocado e tenho, inclusive, manifestado isso na imprensa. Agora, a fala do Parlamentar não cabe ao Presidente interromper. Eu não posso, eu não posso fazer isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pediria que todos nós pudéssemos ouvir o que cada um tem a falar, no seu tempo também. No tempo de cada um, ninguém vai intervir, e isso tem dado certo, tem sido assim até agora, e, por isso, as nossas sessões têm transcorrido com normalidade.

Claro que, quando um Parlamentar pede uma questão de ordem e a encaminha de maneira diferente, aí tudo bem, esta Presidência pode, sem entrar no mérito do que ele está falando, mas para dizer que aquilo não é uma questão de ordem e cassar a palavra. Fora disso, eu não vou dizer qual questionamento pode ser feito ou qual questionamento não pode ser feito. Isso não cabe a mim.

Então, eu pediria que a gente mantivesse a ordem, mantivesse o respeito pela palavra de cada um, porque, com certeza, esse é o melhor caminho para nós seguirmos o nosso trabalho.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, pela ordem, antes. Deputado André Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – É porque, Presidente, de forma clara, a Relatora agora estava fazendo a inquirição com o depoente e estava citando alguns documentos. Inclusive, seria até bom, pelo bom trabalho desta Comissão, que todos os Parlamentares acompanhassem esses documentos.

Acontece que os documentos que chegaram até a CPMI não são esses documentos que a Relatora está falando e mostrando.

Veja bem, chegou o RIF – isso é verdade. Agora, não chegou até esta Casa, por exemplo, nenhum *print* de conversa. Não chegou nada disso. Lá, nos documentos da CPMI – os Parlamentares que aqui estão podem checar –, a gente não tem essa informação.

Então, Sr. Presidente, eu só queria entender e compreender como é que a gente está trabalhando em uma investigação em que a Relatora tem informações, tem dados, informações privilegiadas, a que os membros da CPMI sequer têm acesso. Ela está recebendo esses documentos de forma extraoficial, por fora da CPMI?

Eu queria que o senhor, como Presidente desta Comissão, desse um esclarecimento. Isso é muito estranho, Sr. Presidente.

E eu estou pedindo isso... Não estou fazendo acusação, mas eu só quero acompanhar e acreditar que é um direito legítimo de qualquer Parlamentar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado André Fernandes, o que eu posso responder, em nome da CPMI, é que todos os documentos que chegam a esta CPMI vão para o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor determinado, próprio, que classifica esses documentos em sigilosos ou não. Os sigilosos são guardados de acordo com a sua classificação e os demais são colocados no *site* da CPMI.

Eu, como Presidente, até agora, não fui procurar nenhum documento – nenhum documento – sigiloso. Não me envolvi, não procurei, pedi... A única... Para não dizer que não tive nenhuma ação, ao meu assessor, encaminhado pelo Procurador-Geral da República, o Dr. Aldo, eu pedi que fizesse para mim um resumo do Plano Escudo. Foi a única e exclusiva informação que eu pedi desses documentos.

O que eu posso garantir ao senhor e a todos os Parlamentares é que todos os documentos que foram encaminhados – todos os documentos que foram encaminhados – a esta CPMI foram encaminhados ao setor próprio que classifica os documentos e que os disponibiliza no *site*.

Agora, se algum Parlamentar, seja Relator ou qualquer outro, tem aqui um documento extra, além daquilo que chegou à CPMI, eu não posso responder.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – É, Sr. Presidente, então a gente está diante aqui de algo muito grave, porque o que chegou foi o RIF.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não tem nada grave, Presidente, são documentos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela ordem, Presidente. Questão de ordem.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, só chegou...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É que ele está fazendo uma questão de ordem pertinente. Eu estou...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Isso aqui é grave!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele está fazendo uma questão de ordem pertinente, eu estou ouvindo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, isso aqui é grave! Assim, podem checar. Nesse exato momento... Pode pedir para a assessoria, inclusive, aqui desta Comissão, nesse exato momento, os únicos documentos, a única informação que chegou do depoente foi o RIF. A Relatora está citando conversas de WhatsApp, *prints* e informações que ninguém tem. Então, eu, como Parlamentar desta Comissão, exijo: de onde a Relatora está recebendo essas informações? É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Questão de ordem, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu queria só informar...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Quero levantar outra questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, assim, na verdade, eu queria dizer que uma coisa que eu tenho feito... Aliás, queria até registrar isto aqui: que a relatoria de uma Comissão Parlamentar de Inquérito nos demanda muito tempo, não é? Eu nem quase tenho ido ao meu estado – é lendo documento aqui, desta CPMI. Saudade até das minhas filhotinhas lá. E tudo o que eu tenho citado aqui, Deputado, é em torno...

Veja só, o RIF chegou dele, mas chegou a quebra de sigilo bancário do Mauro Cid. E não é só esse.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Qual é o número do documento dessas conversas?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu estou aqui com...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não! Qual é o número?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... o inquérito, com o relatório da Polícia Federal. Basta o senhor ler. Está aqui! Eu li o que estava aqui. É público.

Todos os documentos que eu cito nesta Comissão são documentos que são públicos ou são sigilosos, mas que chegaram a esta CPMI.

Agora, deixe-me falar aqui uma coisa para vocês. A característica...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A característica de um depoimento é um depoimento aberto. Eu não vou me auto-obstruir, eu tenho que perguntar, respaldada no documento. Se é sigiloso ou não, mas, se está de posse do trabalho desta Comissão, eu tenho que fazer referência a ele, até para nós não cometermos erros como nós já cometemos – e eu me penitencio por isto aqui nesta Comissão: às vezes, ficar respaldada apenas a uma nota de uma publicidade que sai.

Então, todas as vezes em que for necessário buscar os documentos sigilosos, eu vou buscar.

Agora, a nossa relatoria tem, para além dos quatro servidores que estão me disponibilizando, toda uma equipe técnica. Todo mundo lê um documento. É por isto que a relatoria acaba tendo um volume maior de informações, exatamente porque a quantidade de pessoas no seu entorno de busca e de leitura é muito grande.

Então, de fato, tudo que nós perguntamos nesta Comissão não é pergunta aleatória, é pergunta substanciada em documentos que vieram ou da Polícia Federal, ou do Supremo Tribunal Federal – como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão inclusive em fase de compartilhamento –, ou dos RIFs, ou de quebra de sigilos que chegaram a esta Comissão, ou de publicidade da imprensa, que faço questão sempre de fazer referência quando sai de algum jornal.

Muito obrigada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, eu quero solicitar então... Só para concluir, Presidente, eu gostaria de solicitar à Presidência então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu também, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... que fizesse o cruzamento desses dados, dessas informações e documentos que a Relatora está citando, inclusive para inquirir o depoente. Por quê? Deixo registrado: os documentos que ela está usando para inquirir o depoente não chegaram a esta CPMI. Então, gostaria de solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado pela informação, Deputado André Fernandes. Obrigado pela informação.

O que eu quero dizer aos senhores, com segurança – absoluta segurança –, é que todos os documentos que chegaram a esta CPMI estão no *site* ou no cofre de documentos sigilosos, que qualquer um que é da CPI pode consultar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Fora disso, não cabe à Presidência da CPMI investigar como é que a Relatora ou qualquer outro Parlamentar conseguiu um dado que eventualmente não tenha chegado a esta CPMI. Aquele que achar que esse acesso a esse documento, de alguma forma, foi ilegal, que tome as suas providências devidas. Mas não é papel desta Presidência fazer esse tipo de cotejamento que V. Exa. deseja.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, eu tinha pedido também.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada, se é sobre esse assunto...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É porque é questão de ordem. É para esclarecer, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, esse assunto a Relatora já esclareceu, já está esclarecido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, mas eu preciso dizer...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele falou da Relatora, não falou da senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, não é de mim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Deputada, não...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Eu preciso dizer que esse documento foi tornado público pelo Ministro Alexandre de Moraes no documento da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ótimo! Então, está esclarecido.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, vocês que estudem, vocês que estudem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A posição da Mesa já está colocada. Quem achar que está havendo alguma invasão de privacidade que tome as suas providências, mas não se trata de documento que tenha chegado a esta CPMI e de alguma forma tenha sido suprimido. Tudo que chegou a esta CPMI... Isto é o que importa para mim – é o que importa para mim –: é que tudo, absolutamente tudo que chegou a esta CPMI está disposto e está à disposição de todos os Parlamentares. Não há nenhuma seletividade de que alguém teve: nem a Relatora, nem eu, Presidente. O que chega a esta CPMI não vem nem para a minha mão; vai direto para os técnicos da Comissão, que já são técnicos próprios do Senado que trabalham em CPMI. Eles é que fazem a classificação e disponibilizam no *site*. Se outro documento chegou à CPMI por via outra, eu não tenho como interferir nesse tipo de procedimento.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Luis Marcos dos Reis, a situação do senhor é grave, as denúncias são graves e a denúncia é de participação nos atos golpistas do dia 8, querendo abolir a democracia e o Estado de direito de forma violenta. O senhor participou desses atos, mas nós vamos chegar lá.

Mas eu queria até alertar o senhor que o senhor não será abandonado pelos bolsonaristas e pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro; o senhor já está abandonado. Hoje nós assistimos, e é assim que eles agem: eles abandonam um por um.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada Carla Zambelli hoje não conseguiu a graça dos bolsonaristas nem de fazer um destaque contra a quebra de sigilo dela. Será quebrado o sigilo bancário, fiscal, telemático, todo o sigilo da Carla Zambelli, sem que houvesse uma oposição dos bolsonaristas.

O senhor também já está abandonado. O senhor veio aqui sem farda, mas Mauro Cid está fardado, porque ele ainda tem algum respaldo lá na CPI em Brasília, e aqui também ele veio fardado. O senhor não foi orientado nem autorizado a vir de farda.

Mas, para o senhor ver a gravidade da sua situação, até porque o senhor é um homem de origem humilde e merece saber como a situação é grave, até para que o senhor possa contribuir e não dizer coisas que, no meu entender, não condizem com os fatos, portanto não são verdades.

Eu pediria que passassem o vídeo para o senhor saber a gravidade dos fatos por que o senhor tem sido denunciado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu fiz questão de passar o vídeo para o senhor saber que essas questões são graves.

Mas vou começar pela participação do senhor no dia 8. O senhor disse que foi uma participação fortuita. A sua esposa te convidou para ir lá, como se o senhor fosse alguém despolitizado, que não estivesse entendendo nada do que estava acontecendo, e foi lá passear, aqui, enxergar e ver aquele movimento bonito que estavam fazendo, não é? É isso que o senhor dá a entender. Mas vamos ver.

O senhor conhece o Derlei? Derlei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, o Derlei já foi mencionado?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Já foi mencionado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas não com essa intimidade, não é?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, conheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Como é que o Derlei chama? Para os Deputados saberem.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ele está no meu WhatsApp como Derlei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois é, o Derlei, como é que é o nome dele para os Deputados saberem?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vanderlei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vanderlei Cardoso de Barros, o dono da Cedro do Líbano. Aliás, a dona é a esposa. Ele é laranja da Cedro do Líbano.

Ele é que fez depósito para o senhor, que depois foi parar na conta da Michelle Bolsonaro, que o senhor pagava as contas. Esse o senhor chamava de Derlei.

O senhor mandou para ele aqui, ó, arquivo de mensagem de vídeo, aqui eu tenho uns oito, nove vídeos – um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete –, oito vídeos que o senhor mandou para o Derlei. E o Derlei – esse, sim, estava na televisão – falou: "Estou aqui acompanhando".

Eu tinha um retrato do Derlei aqui, mas perdi. Depois eu mostro o retrato do Derlei.

Então, ele chamava Derlei. Ele era o amigo dele. Então, ele não era simplesmente uma pessoa desconhecida, como o senhor quis insinuar.

O senhor depois enviou esse vídeo para vários outros. O senhor enviou esse vídeo também, além do Derlei, para o Antônio Caboclo, que eu não sei quem é. Depois o senhor mandou esse Derlei para o Franculi. É isso? Franculi? Franculi? O senhor conhece? Pois o senhor conversou muito com ele.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Françaúli?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Franceli? Aqui está Franculi. É Franceli?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Françaúli.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Françaúli, Françaúli.

O Françaúli, o senhor mandou para ele aqui, ó: "Você deve estar mais informado que eu [...]. Você está vendo televisão, porra! Eu estou no meio da muvuca! [...] O bicho vai pegar!". É essa que o senhor falou: "Não sei o que tá acontecendo! O bicho vai pegar!". Será que o senhor não sabia o que estava acontecendo mesmo? Porque depois o senhor manda para ele o seguinte: "Toma cuidado, rapaz! Estamos com cuidado aqui [...]. [Eu, a esposa do senhor, que eu não vou falar o nome]. Nós temos cada um [que] fazer a nossa força aqui!". O senhor queria fazer força lá. "Representar o nosso país, né? Graças a Deus! Mas foi bonito aqui!". Foi bonito aqui, tudo quebrado. "É, muita das vezes a televisão fala mentira aí [...] Realmente, é a primeira vez que eu vejo aqui. Entraram no Planalto, no Congresso, Câmara dos [...] [Deputados] e entrou no STF. E quebrou, arrancou as togas de lá daqueles ladrões. Arrancou tudo! Foi, foi... O bicho pegou hoje [...]! *Spray* também de pimenta, gás lacrimogêneo. O pau torou aqui! Sua prima estava no combate aqui comigo [isso deve ser, então, o primo da sua esposa]! Tamo aqui ainda! Bicho está pegando!".

"Entraram no Planalto, no Congresso, Câmara dos [...] [Deputados] e entrou no STF. E quebrou, arrancou as togas de lá daqueles ladrões".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ladrões são os Ministros do Supremo, é a isso que o senhor quis se referir? Estou perguntando para o senhor se são os Ministros do Supremo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não? Quem que são os das togas então? Quem mais usa toga neste país?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Que horas... Que horas que foi a mensagem, por favor?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Que horas foi a mensagem? Eu vou passar para o senhor depois aqui, mas foi às... Em 2023, janeiro, janeiro... 8 de janeiro de 2023, 18h34, o senhor mandou isso para o Franceli.

Tem mais. Se o senhor quiser escutar mais... Às vezes o senhor vai lembrando. Mas, olha só, não estava lá à toa, passeando aqui, não. O senhor estava ali engajado no golpe, não é? O senhor é um dos militares golpistas.

Eu queria até dizer, Presidente, que não pode ser militar golpista apenas Sargento, Tenente-Coronel, não; tem que olhar outros. Aquele General Dutra – que já tem inclusive um requerimento aprovado –, ele não deixava tirar os golpistas ali do acampamento. E foi de lá que os golpistas vieram quebrar tudo. Esse General Dutra tem que ser ouvido. Não pode passar a mão na cabeça dos generais que participaram das ações golpistas.

Foi bom que o senhor não viesse de farda, porque senão a imagem das Forças Armadas fica como a participante do golpe. É o que o Mauro Cid fez aqui no dia.

Então, se as Forças Armadas estão incomodadas de não serem chamadas de golpista, que elas assumam aqueles elementos das Forças Armadas que estavam no golpe, como é o caso do senhor; do Lawand; é o caso do Mauro Cid; é o caso do General Dutra...

E nós vamos ter que escutar também o Ministro da Defesa de Bolsonaro, porque ele permitiu, a mando de Bolsonaro, que o *hacker* entrasse no Ministério da Defesa para falar de urnas eletrônicas, como nós vimos anteriormente.

Então, há aqui todo um movimento de que o senhor estava participando, por isso é que eu digo que o senhor está encrencado – só no dia 8.

A relação das contas...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A Senadora perguntou para o senhor sobre o Cedro do Líbano, e o senhor não quer falar mais. Mas o Derlei te dava esse dinheiro todo por quê? E o Derlei o senhor sabia que era dono da Cedro do Líbano ou não sabia? O Derlei.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não sabia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não sabia. Então, o Derlei era só um amigo que o senhor não sabia que tinha Cedro do Líbano... Te emprestou um dinheiro. Não sei nem se o senhor pagou a ele, como é que ficou essa relação, mas esse dinheiro era da Cedro do Líbano.

A Cedro do Líbano é a empresa que faz serviço para a Codevasf. E ela é madeireira. Fazia serviço para a Codevasf de maquinário, que não tinha nada a ver com madeireira.

Essa empresa, o dinheiro entrou na conta do senhor e, no dia seguinte, o senhor pagou contas da Michelle Bolsonaro. Então, o senhor está em apuros. E o senhor vem aqui proteger o senhor não sabe quem: quem não vai protegê-lo. Eu cito o exemplo da Carla Zambelli.

Então, sinceramente, o senhor contribuiu muito pouco para a nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Mentiu muito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, questão de ordem.

Só, Presidente, pela ordem, porque eu fui citado no vídeo aqui do Deputado anterior e eu queria ter o direito de resposta...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu não identifiquei essa citação, mas eu já pedi ao Dr. Leandro que faça checagem do vídeo, conforme o senhor falou. E ele vai me responder. Se, de fato, o senhor foi citado, eu lhe concederei os três minutos.

Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela condução desses trabalhos, ao passo que também saúdo aqui a minha querida Relatora, Senadora Eliziane Gama, e todos os meus companheiros, Deputados Federais e Senadores.

Agradeço o comparecimento do Dos Reis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu pediria um pouco de atenção, por gentileza, porque às vezes a gente comenta aqui que a movimentação bancária não tem relação com o 8 de janeiro, mas existe um fenômeno em Direito Penal chamado serendipidade, que é quando você, de forma casual ou fortuita, encontra prova de um crime. E isso é perfeitamente possível. O próprio Supremo Tribunal Federal já manifestou a validade e a autorização para que haja a investigação nessa linha.

Então, eu pergunto ao senhor... O senhor teve movimentação, em pouco mais de um ano, na conta do senhor de R\$3,3 milhões. O senhor alega que isso seria uma possibilidade de um consórcio, não é isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Bom dia, Senador.

Eu queria passar para o senhor da seguinte forma: no início está a relação aí, o relatório do Coaf, o qual menciona, na verdade, 1,5 milhão.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Objetivamente...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Objetivamente...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... era um consórcio?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Essa movimentação o senhor passava para os militares para fazer a coleta?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – E faria o que então?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O que entrou na minha conta... Não entraram 3 milhões na minha conta.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu falo do total, em um ano e meio...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não. Mas não entrou isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Entrou, sim.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não entrou. Está o documento aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Entrou... Eu sei. Entrou e saiu, mas movimentou isso na conta do senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Quinhentos e cinquenta mil foi o mesmo dinheiro que bateu e voltou.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Perfeito. Eu só quero alertar para o senhor que, para esse tipo de movimentação, o senhor precisa de autorização do Banco Central. Isso é crime. Está previsto na Lei 7.492, no art. 16, que fazer essa operação indevida, sem autorização, com, inclusive, distribuição de valores, com a pena de reclusão de um a quatro anos. A ação penal é pública e incondicionada. Então, eu espero que o Ministério Público tome as providências já naqueles pontos que eu reputo importantes e que o senhor está aqui respondendo.

Quando o senhor fala ainda nessa linha da movimentação, o senhor tinha autorização para realizar pagamentos em nome do ex-Presidente?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Em nome da ex-Primeira-Dama?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu, pessoalmente, nunca fiz nenhum depósito.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Nenhum depósito?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor. Nem na conta da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro nem na conta do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – E, claro que, com relação ao Mauro Cid, o senhor já se manifestou aqui. Perfeito?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, eu mostrei e...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Perfeito. Agora, olha só, essa movimentação atípica, o senhor fez declaração dela no Imposto de Renda? Porque isso a gente tem que declarar.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Essa declaração foi feita? Foi repassada para a Receita Federal?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu fiz todas as declarações de Imposto de Renda.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu quero alertar o senhor que o senhor está aqui com o compromisso de contribuir e de dizer a verdade, concorda?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Perfeito, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor. Sim, senhor.

O que eu quero esclarecer para o senhor é que o que entrou na minha conta não foi... Entrou... Não entrou... De 239 mil, se o senhor quiser pegar aí no Coaf, ele entra na poupança...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu já entendi, eu só não posso perder muito mais meu tempo. Eu estou entendido, as provas estão irrefutáveis com relação a isso.

Eu quero voltar aos atos do dia 8, quando o senhor fez esse tipo de comportamento.

Aqui eu quero fazer uma pergunta para o senhor muito pessoal: o senhor tem filhos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Tenho.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Três filhos, não é? Eu também sou pai com muito orgulho. Os filhos costumam olhar nos pais como espelho para ser alguém na vida. O senhor é um militar. Eu sou policial. A regra, Dos Reis, é faculdade para a população, mas é obrigatoriedade para nós. Nós temos uma coisa que está além do aspecto legal, que é um comportamento em cima de... é pautar a nossa vida em cima de um comportamento ético. Que tipo de imagem o senhor passa para os seus filhos? Eu fico questionando isso... Não, eu fico questionando isso, sabe por quê? Porque olha só...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – O seu filho tem orgulho do senhor. Não liga para isso, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Olha só, orgulho do senhor, Sr. Dos Reis, o senhor participar do movimento antidemocrático e falar...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Não participava.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... "Foi bonito aqui, o recado foi dado, entraram no Planalto, no Congresso, no STF...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Ô, Presidente! Vai partir para o pessoal aí, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... quebrou, arrancou as togas daqueles ladrões, daqueles ladrões, daqueles ladrões"? Isso...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... fala dos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Restabeleça o meu tempo, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode continuar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu quero saber o seguinte... Não, eu estou tocando num ponto que para o senhor tem que ser caro como é para mim. Quando eu falo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Quando eu falo que os filhos costumam olhar para os pais como espelho para ser alguém na vida, eu, com todo o respeito, com toda humildade, o senhor como um militar da ativa, como um ajudante de ordem, diretamente ligado ao ex-Presidente da República, mandar isso, mensagem: "Foi bonito aqui, entraram no Planalto, no Congresso, no STF, quebrou, arrancou as togas daqueles ladrões"... Eu pergunto: quem são os ladrões? Quem são os ladrões?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O Lula.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu quero saber o seguinte, eu quero saber o seguinte...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O Lula, o pessoal do Consórcio Nordeste.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abilio, Srs. Deputados, eu vou exigir silêncio, eu vou exigir silêncio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado... o Senador está fazendo a inquirição dele, está perguntando um termo que está nas mensagens do depoente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e V. Exa. não tem nada a ver com isso, Deputado.

Mais um minuto para o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só estou falando isso, porque o senhor é um militar da ativa.

Quando o senhor esteve no movimento, o senhor visitou o acampamento? O senhor foi lá com os seus filhos, não foi? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou perguntando.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Posso responder?

Primeiramente, eu quero reforçar para todos, quero reforçar que eu fui ao 8 de janeiro, está no relatório da Polícia Federal, lá vai estar, na quebra do sigilo telemático, a hora que eu saí da minha casa, a hora que eu cheguei lá, o ato que eu fiz.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – O senhor esteve lá com seus filhos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu subi...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – A pergunta é objetiva, é "sim" ou "não".

(Tumulto no recinto.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu estou perguntando isso. Para saber que o senhor esteve lá, a hora, a circunstância, a Polícia Federal vai investigar.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estive lá com a minha esposa.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu estou perguntando se o senhor esteve lá com sua esposa e com seus filhos.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Estive lá com a minha esposa.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – E com os seus filhos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Com um filho que eu encontrei...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Está vendo? O senhor está faltando com a verdade, uma hora o senhor fala uma coisa, outra hora fala outra...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... agora o senhor está falando isso.

O senhor tem três filhos. Então, o senhor foi lá com o seu filho, com a sua esposa, participar de um movimento para atentar contra a democracia. O senhor foi lá para atentar contra o Poder Judiciário. O senhor foi lá para atentar contra o Congresso Nacional. O senhor participou de movimentos antidemocráticos. Um militar da ativa. Bolsonarismo é isto: nega a ciência, ovaciona torturador, fala que ali é a favor da liberdade de expressão, mas apoia ditadura, censura na ditadura. Esse é o bolsonarismo, que fala que a terra é plana, que nega vacina à população, que matou 700 mil pessoas e enfia Ivermectina na população.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse não é um comportamento de um integrante das Forças Armadas. Isso vai ficar eternizado na vida do senhor, como vai ficar nas nossas vidas, participar de movimentos antidemocráticos.

As instituições, elas não são de governo, são de Estado. Esse não é um comportamento de um militar. Principalmente um militar da ativa fazer esse tipo de comentário?

Aqui o senhor não quer falar sequer da vacina. Claro, porque o senhor se compromete. O senhor se compromete, porque aqui, mais uma vez, nós temos um encontro do negacionismo – do negacionismo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... com o golpismo. Esse é o encontro que nós temos aqui, nesta CPI. E eu espero que a CPMI, que já tem luz... Aliás, do entorno do ex-Presidente está todo mundo preso, está todo mundo preso! O senhor está preso. Está todo mundo aí devendo ser responsabilizado por essa conduta que é de envergonhar a nação e os integrantes das Forças Armadas, a quem eu tenho total admiração e apreço, porque é isso que nós temos, é isso que nós temos que ter na mente quando nós temos um comportamento e exercemos esse múnus público.

Agora, eu espero que o senhor tenha consciência e que use aí, pense nisso, quando a gente analisa o comportamento da gente com aquilo que vai ser um espelho para a vida dos nossos filhos, das nossas famílias.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o próximo orador inscrito... Não, o tempo do Senador, é o que consta. O senhor pode, qualquer fala que o senhor quiser fazer o senhor faz na próxima, no final, aos cinco minutos que o senhor tem à sua disposição.

Com a palavra, o Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Sargento Dos Reis. Muito obrigado por estar colaborando com esta CPMI, respondendo, tentando explicar as questões que o trouxeram até aqui, as questões que fazem com que o senhor esteja preso há 114 dias, se não me engano.

Mas eu queria dizer um negócio. Você não estava só presente no ato do dia 8, você gostou de tudo que aconteceu. Nas suas próprias palavras, você fala assim: "Você está vendo na televisão [palavrão]? Eu estou no meio da muvuca. Nós temos que cada um fazer nossa força aqui, representar o país. Meu Deus, foi bonito aqui". Essas são palavras do senhor em áudio, em WhatsApp.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria entender, nessa ocasião, que tipo de cena, o que o senhor achou bonito?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Infelizmente eu não achei nada bonito. Eu quero enfatizar que eu fui, cheguei às 17h – está no relatório da Polícia Federal lá, pela quebra telemática do meu celular, e foi isso –, eu cheguei às 17h, subi, tirei foto lá em cima.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tá.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Me arrependo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas está na...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O crime foi esse: subi...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu sei, não tem problema, concordo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... saí e comecei a andar.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Faz parte, Sr. Dos Reis...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O senhor pode ver, Senador, que na mensagem aí, o horário da mensagem que eu mandei era 18h30. Eu saí caminhando daqui até a Asa Norte, eu fui andando para casa.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas deixa eu lhe falar um negócio: nessa mensagem, porque o senhor fala que saiu às 17h30, falou para a Senadora e repetiu agora, nas mensagens, o senhor fala que está no meio da muvuca e, em outra mensagem mais à frente, às 18h34, o senhor fala: "Estamos com cuidado aqui", ou seja, na sua própria mensagem, cai por água abaixo a sua história aqui de que saiu às 17h30. O senhor não saiu às 17h30, porque, na sua própria mensagem, que foi às 18h26, e outra às 18h34, o senhor afirma, categoricamente, que está, uma vez, na muvuca, e em outra: "Estamos tendo cuidado aqui". Então, essas são expressões de quem está dentro do movimento. O senhor não saiu às 17h30?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Saí às 17h30, estava caminhando. O senhor pode ver, pelo horário da mensagem, que está aí, às 18h30 eu mandei a mensagem de voz.

Aí você está numa situação caminhando ali, mas, assim, o único ato... Eu subi na rampa, estava cheio de gente ali, eu fiz uma foto e fui embora para minha casa. Aí eu comecei a mandar mensagem que eu estava, mas eu não estive... Porque, hoje em dia, Senador, com todo o respeito, a Polícia Federal tem lá a hora, ela sabe a hora em que eu estive aqui, ela sabe a hora em que qualquer um, com a quebra telemática do meu celular...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, você mandou mensagem, assim, mentindo mesmo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, mandei...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ... para quem você estava mandando? Entendi.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso. Eu mandei depois...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – "Estou aqui na muvuca". Mas não estava na muvuca, estava em casa.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Estava em casa. O horário...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Entendi.

Então, "cuidado aqui": também não estava lá, estava em casa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O horário... Não é 18h30?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É 18h26 e a outra, 18h34.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Exatamente. E, nesta hora, não tinha ninguém na muvuca, já tinha acabado tudo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas o senhor não estava, não, lá? Estava em casa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estava...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Você mentiu para quem você mandou a mensagem, então?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor!

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Está bom. Tudo bem. Está resolvido.

E, mais à frente, o senhor... Eu queria entender o seguinte: Nesse pouco tempo que o senhor estava lá e mandou uma mensagem mentindo que não estava, enfim, o que é que o senhor presenciou? O que é que o senhor viu quando subiu a rampa, tirou uma foto? O que estava acontecendo naquele momento?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Quando eu subi a rampa, eu cheguei... Meu celular está com a Polícia Federal, mas...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas era um protesto pacífico?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Quando eu cheguei, sim.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Era pacífico. E aí virou uma tentativa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ... de golpe de Estado...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não!

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ... e o senhor foi embora?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu cheguei, já tinha acabado tudo. Já tinha acabado tudo. É por isso que eu estou falando para o senhor que estava pacífico. Tinha carrinho de bebê lá...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas vamos lá, me diga uma coisa...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Tem imagem no meu celular do carrinho de bebê.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, Sr. Dos Reis, mas como é o senhor disse que, quando você chegou, já tinha acabado tudo se, numa mensagem, o senhor fala aqui: "Entraram no Planalto, no Congresso, Câmara dos Deputados e entrou no STF".

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso eu vi pela televisão.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ah, você viu pela televisão essa aqui? Você não participou disso, não?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Em nenhum momento.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – "Arrancou as tonga" – que eu presumo ser togas – "daqueles ladrão. Arrancou tudo!". Então, o senhor já fala o teor que o senhor presenciou ali.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Quando eu cheguei... Eu vi pela televisão. Quando eu cheguei, foi às 17h, tudo já tinha acabado. A Polícia Militar do DF, a Força Nacional já estava do lado do ministério... Estava tudo pacificado. Qualquer um andava ali. Se precisarem, tem no meu WhatsApp lá, no meu celular, que tem as imagens de pessoas de idade orando, rezando, criança com carrinho... Estava ali. Tinha muita gente ali.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor encontrou com infiltrados? O senhor viu infiltrados na manifestação?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Tinha pessoas suspeitas... Eu não posso afirmar...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ah, é suspeita!

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Suspeita, sim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – E o senhor usou da sua esperteza para identificar essas pessoas naquele momento? Em 30 minutos que você estava lá! Não viu nada. Primeiro, eram crianças rezando, depois mandou uma mensagem mentindo horário...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É porque...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Estou tentando entender, realmente, Dos Reis...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Por favor!

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senador, eu vou tentar, pelos meus 33 anos... E voltar a falar aqui para o Deputado e para o Senador aqui que eu não estou na ativa, eu estou na reserva. Por isso, eu vim... Tenho muito orgulho do Exército Brasileiro. Por isso, eu vim assim, civil.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É porque, assim, sabe, Dos Reis... A gente escuta muito aqui que eram infiltrados, que infiltrados quebraram... E aí se o senhor tivesse visto algo suspeito... Por que o senhor, na hora em que mandou as mensagens, só comemorava, regozijava, o senhor achava lindo e adorava tudo que estava acontecendo, mas, em nenhum momento, o senhor falou assim: "Nossa! Estão quebrando o Palácio do Planalto, entraram aqui neste Congresso Nacional, derrubaram o STF, mas foram infiltrados, vamos prendê-los. Isso é um absurdo"? Eu queria só entender isso!

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, aí eu vou falar agora sobre esse detalhe assim... Eu vi uma ou duas pessoas diferentes com os demais que estavam em cima da... Na rampa...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas sabe por que estou falando isso, Sr. Dos Reis? Desculpe-me mesmo, mas é porque é assim: a gente teve aqui já o Coronel Lawand, que é o nosso indicado ao Prêmio Nobel da Paz, que ficou por mensagens o tempo todo instigando o golpe, que, valente de cercadinho, chegou aqui, não admitiu e disse que era o grande pacificador da República!

E aí a gente fica caindo em contradição o tempo todo. As pessoas estavam fazendo uma coisa, chegam aqui e dizem outras completamente diferentes, e eu não estou conseguindo acreditar no senhor. Me desculpe.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor, Senador. Eu entendo.

Eu quero falar para o senhor, porque, quando eu subi ali, tinha muitas pessoas com bandeira do Brasil, com aquele estilo do Brasil, e tinha algumas pessoas, de maneira diferente dos demais, que estavam com mochila nas costas, estavam de máscara. Então, isso levantou suspeita. Não estou falando que foi tudo, mas foi isso que eu vi, que eu presenciei.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Está bom.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um detalhe: o senhor conversou com a Relatora sobre a questão da movimentação financeira. Foram três milhões e alguns mil reais. Entrou, saiu, teve DOCs e TEDs que eram para o senhor mesmo e voltaram. Mas, pelo que o senhor falou aí, eu fiz uma soma dos DOCs e TEDs: R\$500 mil; o carro, R\$70 mil; o seu salário; a pecúnia. Tudo isso somado, dá, aproximadamente, R\$900 mil, arredondando para cima. Então, ainda há aí pelo menos R\$2,3 milhões, que, se você dividir por dois – não tem problema, entra e sai, é tranquilo –, ainda há mais de R\$1 milhão que a gente não está conseguindo entender.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Os 239 mil de proventos entram numa conta poupança; são computados R\$239 mil. Quando eles saem, vão para conta corrente, são computados também.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu sei. Eu estou fazendo a conta geral; eu já fiz a sua conta geral.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu fiz a conta também.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ela sai, e você não consegue...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu tenho um extrato. Está aqui com a senhora...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, vamos fazer o seguinte...

Sr. Dos Reis, eu errei na conta. Não são R\$2,3 milhões; são R\$500 mil que eu errei. É muito pouco dinheiro, eu acho, presumo, para o senhor, R\$500 mil. E aí está voando esse dinheiro. Não há explicação. Era o dinheiro do cara da Cedro Madeiras, que o senhor, primeiro, disse que não conhecia, mas, quando viu a foto, reconheceu. Mais um pouco, à frente, além de reconhecer, chama ele pelo apelido de Derley, como disse aqui o Deputado Rogério.

Então, é difícil, de verdade, Sargento, a gente tentar de ajudar. Estamos te ouvindo, te dando essa oportunidade. Eu acho que é um momento importante, para quem está sendo acusado, de mostrar à sociedade por que está aqui ou por que está preso, de fazer uma defesa concreta, concisa, mas o senhor, até agora, até esse exato momento, deixa lacunas gigantescas, que provam que o senhor passará ainda um bom tempo contando os dias que o senhor está preso. Essa que é a grande verdade de tudo que foi dito aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O dinheiro não tem explicação. A amizade com a Cedro Madeiras não tem explicação. As horas das mensagens enviadas com a hora que o senhor afirma ter saído da manifestação não têm nenhuma explicação.

E o que eu vejo aqui, de verdade, é que, depois de tudo que a gente presenciou, é que a boca fala o que o coração está cheio. Muita gente diz que o atual Governo quis fraudar a democracia, estava



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando a urna eletrônica, mas, na verdade, a boca fala o que o coração está cheio, e quem acusa nesse momento é quem estava tentando usurpar a liberdade do povo e destruir a nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Dos Reis, essa CPMI virou o retrato do desespero daqueles que apoiaram um golpe, o desespero daqueles que praticaram crimes, achando que teriam algum tipo de anistia, algum tipo de perdão por força dos seus privilégios, dos privilégios tidos no cargo, cargo esse temporário.

O senhor tem nove minutos para responder aos nossos questionamentos, para honrar as Forças Armadas, para honrar a sua família.

É muito importante que aqui nós tenhamos acesso às informações, sob pena de o senhor responder sozinho, como está acontecendo. A cada novo depoimento nós percebemos que os pontos vão se ligando, nós começamos a descobrir de onde está saindo o dinheiro e para onde o dinheiro foi. É nesse sentido que me gera espanto.

Eu fui Presidente do Procon Maranhão, dos Procons Nordeste, por quatro anos. Eu nunca vi consórcio dar certo. Eu nunca vi alguém chegar, fazer um consórcio e dizer que teve uma experiência positiva. Pelo contrário, recebi centenas, milhares de reclamações de pessoas questionando o consórcio.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor...

Sr. Presidente, toda vez é isso. Não adianta, eu peço reposição do meu tempo porque toda vez é esse movimento, é gritinho, é manifestação, na tentativa de nos prejudicar e nos atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. tem mais um minuto, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Mas toda vez é isso. Isso é o desespero. Sabe o que é isso? É a confissão. É a confissão de que há um envolvimento, porque se quisessem responder os questionamentos, se quisessem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Duarte Jr...

Deputado, eu vou pedir ao senhor que se comporte, porque eu inclusive já chamei alguns correligionários de V. Exa. Para dizer que eu seria obrigado a solicitar que V. Exa. saia desse recinto se V. Exa. continuar com essa maneira desrespeitosa, que parte exclusivamente de V. Exa., quando um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado está falando. V. Exa. está insistindo com esse comportamento, e é a última vez que eu falo, Deputado.

Infelizmente... A última coisa que eu quero é ter uma relação dessa natureza com um colega que está aqui igual a mim, eleito da mesma forma que eu. A última coisa que eu desejo é tomar esse tipo de comportamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas V. Exa. de fato é o Deputado que mais tumultua essa reunião. V. Exa. é o Deputado que todo santo dia tem esse tipo de problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho sinceramente que V. Exa. faz isso para ter algum tipo de ganho eleitoral para aqueles que votam no senhor, mas eu não vou permitir que isso perdure. Então, eu peço a V. Exa. que fique calado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – No tempo que V. Exa. for falar... Eu estou falando Deputado, eu estou falando. Quando V. Exa. tiver a palavra, V. Exa. falará. Eu garantirei o seu tempo, como tenho garantido o de todos. Agora, eu não vou permitir que V. Exa. continue com essa atitude desrespeitosa com essa Comissão. Então, eu peço a V. Exa. que fique calado e espere a conclusão da fala dos demais.

Continue, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço e peço só a reposição do meu tempo, porque, enquanto o senhor advertia, meu tempo foi correndo. Então, obrigado.

Como eu estava falando, toda essa cena que a extrema-direita faz aqui é a confissão de um crime. É o medo de que as investigações avancem.

Como eu disse, eu nunca vi um consórcio dar certo. Eu nunca vi um consórcio beneficiar o consumidor. O senhor tem um salário que varia de R\$12 mil, R\$13 mil. Vamos arredondar para 15. Tem movimentações nas suas contas, de acordo com relatórios do Coaf, que ultrapassam R\$3 milhões. Se for juntar a movimentação de todos os assessores que rodeavam ali o Bolsonaro, ultrapassam R\$12 milhões. Aí o senhor vem me dizer, nessa CPMI, que é graças a um consórcio, à venda de um carro? Pelo amor de Deus, fale a verdade. De onde veio esse dinheiro? Para onde foi esse dinheiro?

Vou tentar ajudá-lo. O senhor tem troca de depósitos da empresa, da Madeireira Cedro do Líbano, empresa essa que tem relações, que tem contratação com o Governo Bolsonaro através da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Codevasf. Uma empresa que tem um rendimento mensal de R\$ 248 mil, mas movimentou mais de R\$33 milhões, de janeiro de 2022 a abril de 2023. Me explica que dinheiro todo é esse. Por que esse dinheiro chegou na sua conta? Nos dê essa resposta?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu falei que isso aí já foi investigado pela Polícia Federal, a PGR já mandou arquivar isso aí, foi quebrado o meu sigilo bancário, está nos autos do STF e com os meus advogados.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu estou lhe perguntando, o senhor movimentou na sua conta R\$3,3 milhões. Se a gente pegar aqui o relatório do Coaf: Mauro Cesar Cid, R\$6.723.780; Luis Marcos dos Reis, R\$3.341.779; Luiz Antonio Gonçalves de Oliveira, R\$582.666; Osmar Crivelatti, mais de meio milhão de reais; Jairo Moreira da Silva, R\$453 mil; Adriano Alves Teperino, R\$268 mil. São as movimentações.

Aí o senhor quer me dizer que isso é o consórcio? O senhor quer me dizer que foi respondido à Polícia Federal e que essa movimentação não é estranha? Que não há nenhuma ligação com os atos do dia 8 de janeiro? Que não há possibilidade de um financiamento para a manutenção desses acampamentos? O senhor visitou algum desses acampamentos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Deputado, com todo respeito...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor visitou algum desses acampamentos? "Sim" ou "não"? Não é "é"; é "sim" ou "não"? Visitou alguns dos acampamentos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu fui uma vez no acampamento.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O que o senhor foi fazer nesse acampamento?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estava almoçando com a minha esposa ali no Cruzeiro e passei ali na porta. Se não me engano, foi no dia 1º. A Polícia Federal está com o meu celular, ela sabe o dia que eu passei lá.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não, eu não estou perguntando para Polícia Federal, eu estou perguntando para você. O senhor foi fazer o que no acampamento?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Fui lá para ver.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Para ver o quê?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não sabia que era proibido ir. (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não, eu não estou lhe dizendo que é proibido. Eu quero saber se você foi e o que você foi fazer. Eu lhe disse que foi proibido? O senhor me respeite. Eu lhe disse que foi proibido?

(Manifestação da plateia.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu lhe disse que foi proibido? Agora, o que o senhor fez lá o senhor sabe que é proibido; ir até lá, talvez não, mas ir lá, praticar crimes... Atentar contra a democracia é crime. E o senhor sabe disso, por isso, está respondendo, por isso está preso.

O que o senhor fez dentro do acampamento?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Não, foi preso pelo cartão de uma vacina. Não liga não.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, mais uma vez, o desespero. Eu peço, por favor: me conceda mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou dar, mais uma vez, um minuto ao Deputado Duarte. Pelo visto, ele vai passar o dia inteiro falando. Vai mais um minuto para o Deputado Duarte.

Pois não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Obrigado, Presidente.

Eu lhe pergunto: o que o senhor fez no acampamento? O seu advogado está lhe cutucando por quê? Está com medo por quê? Está com medo de falar o quê? Responde! Pode fazer gritinho de desespero. Está o desesperado aqui. Foi fazer o que no acampamento?

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Deputado, eu falei que estou aqui para colaborar. Eu tenho...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Foi tentar roubar as togas?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O que que o senhor foi fazer no acampamento?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor, com todo o respeito.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É a quinta vez que eu lhe pergunto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E eu falei para o senhor, eu fui lá para ver como que era.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – E como era? O que foi? O que achou de interessante lá?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nada, não tinha nada demais.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – E por que trocou mensagens com o Mauro Cid falando de muvuca? Que muvuca é essa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Muvuca?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É, o senhor falou, está nas suas mensagens.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim. Tá. Eu passei...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Que muvuca é essa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Essa muvuca de que eu estou falando com o senhor... de que eu falei para o Coronel Cid, era no quartel, em Goiânia. A mensagem... Era no quartel, em Goiânia.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sim, mas que muvuca é essa no quartel, no dia 8 de janeiro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não estava... eu não estava lá.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Está aqui: o senhor afirma que não tem nada a ver com o dia 8 de janeiro, mas escreveu para um familiar que estava no meio da muvuca. Eu quero entender a sua presença no acampamento, a sua presença no dia 8 de janeiro aqui.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – No dia 8 de janeiro, eu informo, novamente, ao Sr. Deputado que eu saí da minha casa, às 16h; peguei um carro de aplicativo; cheguei aqui, ao Conjunto Nacional; desci andando – a pé –, subi a rampa, estava cheio de gente.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Quando o senhor chegou, o senhor subiu andando?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Subi andando.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Que horas era isso? Qual foi o horário?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Por volta de 17h.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Dezesete horas?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que advirta o depoente, pois ele está mentindo. Ele falou para a Senadora Relatora Eliziane que chegou às 16h. Agora já diz às 17h.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Às 16h eu saí da minha casa.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Escolhe a tese que o senhor quer defender, porque mentir aqui não pode.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor, Deputado. Não faz parte da minha índole.

Eu saí da minha casa às 16h. Foi chamado um carro de aplicativo.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não, o senhor já...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu falei isso. Entendeu?

Aí, até o carro chegar... Não tem como eu cronometrar. Eu não vou lembrar. Mas, quando eu cheguei ao Conjunto Nacional, eu desci andando a pé. Subi, cheguei ali, fiz algumas fotos, subi...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Que cenas violentas foram essas que o senhor viu?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senhor?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor acabou de falar que viu cenas violentas. Que cenas violentas foram essas?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, eu não falei que vi cenas violentas.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Pela televisão?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor falou.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Pela televisão, eu vi "quebralheira", como todo mundo viu no vídeo.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ah, aí o senhor vê "quebralheira"...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É outro fato inédito.

O senhor diz que ganhou R\$3 milhões através de um consórcio. Aí, o senhor vê quebradeira pela televisão...

(Manifestação da plateia.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor vê quebradeira pela televisão e decide dar as mãos à sua esposa: "Amor, vamos lá olhar a quebradeira de perto, porque é seguro, é gostoso"... Isso é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

masoquismo? O que é? Me explica o que está acontecendo. O senhor vê quebradeira pela tevê e decide ir lá, acompanhar de perto.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, eu vi quebradeira... Na televisão, estava noticiando. Quando falou "agora está pacificado"...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ah...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Está na reportagem a hora que para.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Aí o senhor mente mais uma vez. Sabe por quê?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Nas mensagens de WhatsApp, o senhor falou que a TV mente, que a mídia, que os jornalistas mentem. E aí o senhor confiou na TV falando que "está tudo pacificado. Pode ir".

Quem fez essa quebradeira? Foram uns recém-nascidos que fizeram lá uma movimentação e quebraram tudo?

Rapaz, é muita mentira!

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Quando eu cheguei lá, já estava tudo quebrado, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sabe o que é mais impressionante? Tu mentes, tua cara nem treme, mas a tua respiração não esconde o medo. O medo, porque a Justiça pode demorar, mas ela não falha, e o senhor não vai escapar. Não vai escapar. O senhor tem dois minutos para...

Mais uma vez, eu repito: honre a sua família, honre a farda, diga a verdade, contribua verdadeiramente com esta investigação.

O que o senhor fez no dia 8? De onde saiu esse dinheiro? Para onde foi esse dinheiro? Quem pagava as contas da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro? Qual era a sua ligação?

Responda. O Brasil quer saber. A sua família quer saber.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sr. Deputado e todos os Deputados, Senadores e Senadoras aqui, eu saí da minha casa por volta de 16h... Eu não vou falar 16 e... Eu não sei o horário certinho. Saí por volta das 16h, num carro de aplicativo, da 99, cheguei ao Conjunto Nacional e desci andando, a pé. Eu estou chutando que deve ter demorado uns 40 minutos, 45, porque do Conjunto Nacional para descer a pé até a Esplanada dá em torno de 1,8 mil metros, 2km. E aí eu cheguei ali, fiz alguns... Olhei e tal, tirei fotos. Aí eu subi a rampa. Da rampa, eu saí, e saí andando e voltei para casa, andando junto com a minha esposa. Essa foi a minha participação. Eu errei? Sim. Estou aqui para assumir esse erro, e a Justiça



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai decidir. Eu subi a rampa. Como estava cheio de gente... Não tinha ninguém... Agora, dentro de todos – STF, o Palácio do Planalto...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... ali no Congresso – já estava... a PM do DF já tinha tomado conta.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Dos Reis...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... sem *delay*, de forma clara e objetiva: qual era a sua ligação com a empresa Cedro do Líbano, com o Vanderlei?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Me explica essas movimentações.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou repetir novamente: está lá nos autos da Polícia Federal, na investigação, e está já junto com a PGR sobre isso aí. Está a quebra do sigilo bancário minha, dele... Está tudo lá. E vai responder lá, com a PGR.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor vai responder.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Então, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de fala e agradeço a iniciativa desta CPMI, pois tentaram a todo custo atacar o Ministro da Justiça, Flávio Dino, e, a cada dia que passa, nós estamos percebendo, com provas concretas, quem de fato financiou, quem de fato instigou, quem de fato auxiliou, quem de fato mobilizou e quem de fato será condenado, porque nós não aceitaremos nenhum tipo de anistia.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Acabou o tempo, Presidente. Acabou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, a primeira... o primeiro realce que eu quero dar aqui é que uma CPMI exige muito de nós, e exige de nós dedicação, estudo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitura de documento. Isso leva tempo e corresponde ao nosso compromisso e seriedade com esse trabalho.

O documento que estão acusando de ser algo que só a Relatora tem, esse documento é o RAPJ, que é o Relatório de Análise da Polícia Judiciária nº 2272674, publicado no *UOL* – no *UOL* –, em 2 de junho de 2023.

O Ministro Alexandre de Moraes suspendeu o sigilo das trocas de mensagens do Sr. Mauro Cid – as dele estão incluídas no mesmo relatório – nessa data. Foi suspenso o sigilo e divulgado, esse documento é público, ou seja, só quem não estuda, quem não se dedica e quem não lê faz um questionamento desse tipo à Relatora, porque isso aqui é para a gente ler, é para a gente estudar, é para a gente ter dedicação e ter seriedade na apuração.

E quando a gente está apurando e está ouvindo um depoente aqui, que já está preso, o comportamento mais desastroso é ficar defendendo o depoente como as pessoas estão fazendo aqui. Isso é não investigar.

Quer investigar? Então, fica em silêncio, ouve, pergunta, apura. Aqui não é para apurar, aqui é para fazer lacração para a internet, para fazer discurso para eleitor. Aqui, quem está fazendo isso, não quer investigar nada!

E eu vou voltar aqui, Sr. Sargento Dos Reis, também a 8 de janeiro, inicialmente.

O senhor confirma essas mensagens que foram lidas aqui, que foi o senhor que passou?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Eu não lembro...

Eu não lembro de todas as mensagens.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, eu vou ler de novo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu vou ler de novo.

"Toma cuidado, rapaz. Estamos com cuidado aqui, mas provavelmente, Lucélia, nós somos o perigo".

Nós, vocês.

"Nós temos [que] cada um fazer a nossa força aqui, representar o nosso país, né? Graças a Deus! Mas foi bonito aqui. É, muita das vezes a televisão fala mentira [...]. Realmente, é a primeira vez que eu vejo aqui. Entraram no Planalto, no Congresso, na Câmara dos Deputados e entrou no STF. E quebrou, arrancou as togas lá [daqueles ladrões] [...]". "Daquele ladrão". Inclusive está sem concordância.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Arrancou tudo. [...] O bicho pegou hoje aqui. *Spray* também de pimenta, gás lacrimogêneo. O pau torou aqui! Sua prima estava no combate aqui comigo. Estamos aqui ainda! O bicho tá pegando!" Às 18h34.

O senhor confirma esta mensagem?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não lembro de todas as mensagens.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não...

Isso aqui está no seu WhatsApp.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está no seu WhatsApp, tá?

Segundo, o senhor acabou de... E tem outras, muitas outras aqui que lhe comprometem.

Segundo, o senhor disse que ficou ali só embaixo, com as velhinhas, com as criancinhas. O primeiro vídeo que o senhor mandou para o Sr. Delei, que é o Sr. Vanderlei, dono da Cedro, é 16h46. O vídeo do senhor mostrando o quebra-pau, tudo o que estava acontecendo aqui é às 16h46, portanto, o senhor não ficou entre 17h e 17h30.

Depois, uma tal de Sônia. O senhor sabe quem é Sônia? Quem é Sônia?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não me lembro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não lembra. Está na sua lista de WhatsApp e o senhor não lembra.

A D. Sônia diz:

Boa tarde, meu amigão [o senhor tem uma amigona e não lembra?]. Você está assistindo na TV o que fizeram lá no congresso?

[Sua resposta, 18h10:] Não, dona Sônia! Fui assistir, não! A minha esposa comentou. Nós estamos é aqui na bagaceira. Nós tamo voltando para casa agora e eu fui com ela para lá mais meu filho. Depois eu mando aí pra senhora os vídeos e as fotos.

Isso era 18h10. Portanto, não é... O senhor não ficou lá entre 17h e 17h30. O senhor disse: "Eu não vi na TV porque eu estou aqui na bagaceira". O senhor também não se lembra dessa mensagem para sua amigona Sônia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Essa mensagem pode ser... Pode ter sido enviada eu caminhando, voltando para minha casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Caminhando para sua casa.

Quando o senhor diz que já está em casa, sabe qual era a hora da mensagem? Às 20h.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu fui andando para casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Às 20h.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Daqui... Eu moro... Eu estava morando na Asa Norte, 308. É por volta de uma hora de caminhada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está bem.

Ou seja, eu não vou nem mais precisar caracterizar que o senhor participou dos atos golpistas, subiu rampa, fez vídeo e achou o máximo, achou bonito. Ainda xingou os Ministros do Supremo. Nem vou perguntar mais sobre isso.

Eu vou aqui agora para o relatório do Coaf, dizendo o seguinte. O próprio Coaf diz que o senhor, junto com o Sr. Mauro Cid, pelas transações feitas... Isso é o relatório do Coaf. Se o senhor tem na mão, o senhor vai ver.

Aliás, quem não tem o relatório do Coaf aqui é que também não procurou. Porque está perguntando onde é que está, e está na CPMI. Vai estudar, vai procurar, vai ler para fazer uma participação séria aqui.

Está dizendo aqui sobre suposto envolvimento em crime de lavagem de dinheiro. Essa é a consideração do Coaf, na análise da atipia das suas contas. O senhor vai falar de novo de consórcio, vai falar um monte de coisa, mas tem uma coisa aqui que me chama muito a atenção: resumo de lançamentos a débito entre 1º de fevereiro de 2022 e 20 janeiro de 2023. DOC e TED, R\$694.500 – só de TED que o senhor enviou; e 215 Pix! Imaginem: 215 Pix no valor de R\$336.204; cartão de crédito, R\$86 mil. E lá vai... Depois, em quatro meses de 2023 – quatro meses apenas –, o senhor movimenta R\$167 mil na sua conta com crédito; 25 Pix na sua conta, no valor de R\$43.749. Depois, de débito, o senhor bota para fora R\$213 mil. Só num TED são R\$58 mil já este ano. O senhor consegue explicar um TED de R\$58 mil este ano já? O senhor ainda estava em consórcio?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não tem como eu me lembrar de todos os TEDs ou Pix, mas eu entreguei para a Relatora aqui todos os meus extratos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Só um momento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E estou à disposição.

Os consórcios. Eu quero esclarecer que os consórcios que eu fazia eram consórcios baratos. Eram dez pessoas, de R\$1 mil que começava pagando, e o último estaria pagando...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ou seja, 215 Pix, de R\$336 mil. É de mil em mil? É isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, não. Não é isso que estou falando. Estou falando de consórcio, para esclarecer e deixar bem claro aqui. A senhora entendeu?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Essa história de consórcio, desculpe-me, mas não convence.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, é consórcio entre amigos. Fica...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não convence.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aumenta 2%...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Entre amigos... Inclusive entre os amigos está o Vanderlei, da Cedro.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, a maioria é o pessoal do quartel.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Uai, ele está aqui.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, mas não pode...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O Vanderlei, da Cedro... Tem depósito de uma empresa na sua conta. Não é da figura física, é da empresa Cedro na sua conta.

E a Cedro está envolvida num esquemaço junto à Codevasf.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não tinha conhecimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Todo dinheiro que entra, R\$1 milhão, sai R\$1 milhão no mesmo dia, em espécie. Essa é a empresa que estava depositando na sua conta.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aí eu respondo por mim, Sra. Deputada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, mas a Cedro está na sua conta. Então o senhor tem que ser amigo do tal Derlei (Vanderlei), que é o dono da Cedro. Ele está no seu WhatsApp, na sua conta como pessoa física e na sua conta como empresa, e o senhor não sabe explicar? Uma empresa depositando na sua conta, por quê?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Isso aí já foi... Já está nos autos da Polícia Federal e está na PGR. A PGR já investigou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, aqui eu queria colocar uma questão que para mim é muito importante. Eu talvez até compreenda que o senhor tenha feito essa movimentação como ajudante de ordens. A pergunta que fica é a seguinte: pela ordem de quem? Ordem de quem?

Eu nem acho que essa lavagem de dinheiro pode ter sido iniciativa sua, não, pode ser até que o senhor tenha redução de pena por causa disso, mas alguém mandou, porque esse dinheiro todo na sua conta, claramente atípica e com cara de lavagem de dinheiro, eu nem acho que foi iniciativa sua. Estou lhe dando aqui, inclusive, a benesse aqui de dizer isso. Agora, o senhor é ajudante de ordens. Se o senhor movimentou esse dinheiro como ajudante de ordens, eu pergunto: sob a ordem de quem?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu movimentei esse dinheiro na minha conta particular.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Particular.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Particular.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, ninguém lhe deu nenhuma ordem sobre isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Os movimentos estão aqui para serem esclarecidos, igual eu falei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, o senhor está dizendo que ninguém ordenou essa grana toda passar pela sua conta nem da empresa?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O dinheiro que passou na minha conta é condizente com o que eu recebia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ah, mas não é mesmo.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E os que... Estão aí 550 mil...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não é mesmo. Nós vimos aqui 13 mil do seu salário, depois passou para 10 mil.

O senhor foi fazer o que no Ministério do Turismo? Qual era a sua função lá, por favor?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou responder aqui, da CPMI daqui, do 8 de janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, depois o senhor foi para o Ministério do Turismo. Só qual era a sua função?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou me manter em silêncio nessa resposta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A sua função no Ministério do Turismo? O senhor não pode dizer qual era o cargo?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, eu era Coordenador.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Coordenador de quê? Desculpe. Coordenador de que no Ministério do Turismo, só para eu entender a mudança de função? Sua função no Ministério do Turismo qual era? Coordenador de quê?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Coordenador lá da CGmob.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – CGmob.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor pode descrever a sigla CGmob? O que é?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Posso. É Coordenação-Geral de Mobilidade e Conectividade Turística.

Ah, sim, CGmob, cargo importante, que tem a ver com a sua *expertise*.

Por fim, Presidente, dizer o seguinte: para mim está ficando clara aqui uma lavagem de dinheiro na conta do Sargento Reis – por ordem nós vamos ter que descobrir de quem –, e está mais do que comprovada a participação dele nos atos golpistas, antidemocráticos do 8 de janeiro, como partícipe ativo desses atos e feliz da vida pelo que aconteceu.

Portanto, é muito grave a situação do Sargento Reis, na medida em que ele não abre muito o jogo – mas vai ter que abrir em algum momento, se ele se dispuser a reduzir a pena. Mas nós estamos diante aqui de uma situação muito grave do Sr. Sargento Dos Reis.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o próximo orador inscrito, que é o Pastor Henrique Vieira. *(Pausa.)*

Na ausência do Pastor Henrique Vieira, a próxima oradora inscrita é a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Quer que saia daqui?

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Não, está ótimo, pode ficar aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente. Obrigada também, Luis Marcos dos Reis, pela tentativa de colaboração com a CPMI em nossas investigações.

O que esta CPMI tem mostrado é que o Bolsonaro, além de corrupto, foi um grande corruptor. Basta ver os escândalos que perpassaram o seu Governo: tráfico de joias, rachadinhas, falsificação no cartão de vacina, lavagem de dinheiro, etc., etc., etc.

Como eu disse, Bolsonaro é um grande corruptor, levando a corrupção para setores da Polícia Rodoviária Federal, levando a corrupção para setores das Forças Armadas, levando a corrupção para setores da Abin.

O senhor, Marcos dos Reis, quando foi se apresentar, nas suas palavras iniciais, o senhor se apresenta como uma pessoa de bem. Na Bíblia, há um versículo que assim diz: "As más companhias corrompem os bons costumes". E aí eu lhe pergunto: a sua relação com Bolsonaro e a família Bolsonaro corromperam os seus bons costumes?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Não.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Outro fato importante é que as investigações aqui estão seguindo linhas. Entre elas, o dinheiro que patrocinou uma tentativa de golpe de Estado no Brasil. Nós sabemos perfeitamente, como mostrou e tem mostrado esta CPMI, que não foi um fato isolado, ao léu; pelo contrário, algo estruturado, possivelmente com financiamento de dinheiro sujo.

Então, as perguntas que eu irei fazer aqui podem contribuir para essa investigação.

A primeira pergunta que lhe faço é: o senhor conhece a ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Conheço publicamente.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – O senhor recebeu alguma ordem para pagar algo para Michelle?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nunca fiz nenhum depósito na conta da ex-Primeira-Dama.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Mas teve que pagar alguma coisa para ela? Por exemplo: "Pague a conta tal para a Primeira-Dama Michelle Bolsonaro".

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Com todo respeito, eu vou me manter em silêncio, porque isso já foi esclarecido na Polícia Federal. Eu vou me manter em silêncio.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E o senhor já fez algum pagamento também para outros membros da família Bolsonaro? Ou pediram para que o fizesse?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – O senhor tinha costume de sacar dinheiro em espécie para pagar suas contas?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – As minhas contas, raramente; mas já saquei dinheiro da minha conta, sim.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E para pagar as contas de Michelle Bolsonaro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – O senhor hoje está preso há um bom tempo. A quem o senhor atribui a sua prisão hoje? É uma pergunta.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Ao Alexandre de Moraes. Pode falar.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu acredito...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – O senhor está respondendo pelo depoente, não?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu fui preso no dia três...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Estou falando para todo mundo, estou falando para todo mundo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha. Fora do microfone.*) – Por favor, Deputado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – E me respeita também, tá, André. Você é investigado. Fica na tua, porque você é investigado. Fica na tua.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – O tempo, tá, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Por favor, por favor...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – E você já foi condenada!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Olha aí, Presidente. Eu não grito desse jeito, Presidente. Manda sair, manda sair também! Manda ela sair também!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir para que... Deputado André Fernandes e Deputada Jandira Feghali, eu vou pedir calma... Eu vou pedir calma... Eu vou pedir calma...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Você é mentiroso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir calma a todos. A Deputada Duda Salabert está com a palavra, está fazendo aqui uma inquirição importante. Vamos preservar aqui o trabalho da Deputada.

Por favor, Deputada, eu vou restituir o seu tempo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pô, com ela o senhor é bonzinho; comigo, o senhor é um brabão, hein?

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada, Presidente.

Outra linha de investigação é o ato em si. Fiz algumas perguntas relacionadas a possíveis recursos que poderiam ter patrocinado a tentativa de golpe, mas houve a quebraadeira no dia 8, da qual o senhor participou vendo, segundo o relato do senhor.

A pergunta que faço é porque na televisão se mostrou, de fato, a quebraadeira. Todos aqui, acredito, ficaram surpresos quando viram aquele episódio trágico no domingo. E o senhor disse que foi logo quando disseram que estava pacificada a situação. Mas a pergunta é: vendo todo aquele episódio de quebraadeira e o que aquilo representava não só para a democracia, não só para a imagem do Brasil, mas também para o patrimônio público cultural brasileiro, mesmo assim o senhor quis ir lá. Qual foi a sua motivação para ir?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É, foi um ato impensado, mas eu jamais – eu jamais – faço parte de qualquer violência. Eu fui como um curioso mesmo.

A Deputada agorinha ainda falou que era 16h45, 16h46... Então, foi esse horário mais ou menos, porque não tem como eu lembrar o horário certinho, se era 17h, ou 15 minutos ou 14 a mais.

Mas eu fui como um curioso. E o meu ato... Eu vejo... O meu erro foi subir a rampa. Como estava cheio de gente... Não tinha nada aqui bloqueado, não tinha... A polícia tratou de maneira... No meu ponto de vista de militar, ela guardou os estabelecimentos: dentro do Congresso, ficou ali; dentro do STF e dentro do Congresso. Mas eu não adentrei em lugar nenhum. Eu subi realmente a rampa, tirei uma foto e depois saí. E saí andando. No meu celular, vai estar lá a caminhada que eu fiz, vai ter o horário e tudo, a hora que eu cheguei a minha casa.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

E o senhor, como militar – toda uma trajetória na segurança pública –, vendo aquele episódio, o senhor não teve... Em momento algum, pensou em ligar para a polícia, para algum órgão da segurança pública, para que pudesse intervir nas pessoas que estavam ali quebrando ou depredando bem público?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Deputada, como eu falei para a senhora, quando eu cheguei lá, já estava sob o controle da Segurança Pública do DF. Não tinha mais manifestante entrando e quebrando nada, já tinha tudo acontecido. Se vê nas imagens, em relatório da Polícia Militar do DF, vê quando começou e quando terminou. Tem os horários nas câmeras.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Nós sabemos que a tentativa de golpe no Brasil não se organizou somente no dia 8. Houve episódios anteriores que foram se sucedendo até se construir a trama do golpe, que se materializa e se plasma no dia 8 de janeiro.

No dia 12 de dezembro, alguns ônibus foram queimados aqui em Brasília e tentaram, inclusive, invadir a sede da Polícia Federal aqui.

Onde o senhor estava no dia 12 de dezembro, o senhor lembra?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – No dia 12 eu não lembro, mas, em princípio, eu estava em casa, mas, pelo celular, sabe-se onde eu estava. A Polícia Federal está com o meu celular. Pode pedir, se necessário for. Eu estou aqui para esclarecer qualquer dúvida dos senhores, nesta Comissão. Agora, no dia 12, eu não lembro onde eu estava – dia 10 ou 11, não tem como.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

Aí, logo, 12 dias depois, no dia 24 de dezembro, outro bolsonarista – e que esteve aqui presente – tentou, instalou uma bomba no Aeroporto de Brasília, que, se explodisse, seria o maior atentado terrorista da história do Brasil e da América Latina.

O senhor teve alguma relação com esse episódio ou não?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Não?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhora.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E, para terminar a inquirição e agradecer pelas explicações, nós divergimos em alguns pontos – e um é uma análise pessoal.

O senhor disse que o grande erro que o senhor cometeu foi ter subido a rampa e ter tirado as fotos e filmado aquela tentativa de golpe. É uma interpretação pessoal minha: na minha opinião, o grande erro que o senhor teve traduz o grande erro que os setores da sociedade tiveram também que é justamente acreditar num bolsonarismo que carregava consigo a negação da ciência e da vacina – e por isso o senhor está preso –, que fomentou o golpe no Brasil – e por isso o senhor está sendo investigado, há inquirição e outros estão presos –, e também por movimentações estranhas financeiras – por que algumas outras pessoas também ligadas ao Bolsonaro foram presas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para terminar a minha inquirição, a visão que eu tenho é de que o senhor é o retrato daquelas pessoas que foram vitimadas por um grande corruptor chamado Jair Bolsonaro, que por onde passava corrompia as pessoas que estavam ao redor, inclusive a própria estrutura estatal brasileira do Governo brasileiro.

Muito obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quero informar só que vamos encerrar, vamos suspender os nossos trabalhos, como sempre, às 13h, com uma hora de recesso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Dos Reis, eu queria aproveitar hoje o seu depoimento, ainda mais que o senhor está disposto a falar, para entender um pouco como eram os trabalhos lá na Ajudância de Ordem no Governo do então Presidente da República. E o senhor disse que o ajudante de ordem, no caso o senhor era uma espécie de ajudante adjunto, porque o senhor é – não sei se a expressão é correta – como se fosse praça, e o oficial seria o Mauro Cid... Mas o senhor disse que era para assistir o Presidente em qualquer coisa. O senhor falou essa expressão, o senhor confirma?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Não é... De maneira... É assim, entendeu...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, não. Está entre aspas, é a sua expressão: "assistir o Presidente em qualquer coisa".

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Dentro das demandas necessárias do Presidente da República.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito. E o senhor ainda disse mais: que, na prática, quem executava mesmo era o senhor, porque o Mauro Cid, General, Coronel, Tenente-Coronel, não era ele quem fazia o trabalho operacional, mas, no mais das vezes, era o senhor próprio quem fazia – barrar um Parlamentar, pegar um documento que caiu, um óculos que caiu, pequenas tarefas de uma forma geral. O senhor confirma que o senhor disse isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Em maneira geral, essas partes mais operativas mesmo, mas...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era justamente isso que eu queria começar a entender para poder ouvir um pouco mais. O Mauro Cid, quando veio aqui, não falou nada. Ele está na câmara do DF agora, optou por não falar nada. Estratégia de defesa, nós concordamos. Mas, nessas tarefas domésticas, tarefas corriqueiras, o senhor disse que... O senhor fazia algum tipo de pagamentos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Paga...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pagamentos.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Pagamento, é... Como foi... Eu vou usar o direito de ficar calado, porque questão de pagamento, o senhor me permite?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Na verdade, é que, no meu entendimento, o seu *habeas corpus*... Tudo bem, o senhor entendeu desde o início que não quer falar de vacina, mas de pagamentos, ao meu ver, isso ajuda o senhor a se defender.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Mas eu não tenho... De pagamentos, isso aí...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A pergunta é: o senhor fez algum pagamento ou não, a pedido do Presidente da República? Não estou nem falando de valores.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não. Do Presidente da República, não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – De interesse dele sim?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Do Presidente da República, não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Na ajudância da ordem, sim.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Da Sra. Michelle Bolsonaro o senhor fez algum pagamento?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – De qualquer que seja o valor?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu recebia quando era, vamos dizer assim... Para fazer... Um exemplo...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pequenos pagamentos.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Já fiz.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, o senhor acabou de dizer que não fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O senhor fez ou não fez?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estou falando aqui... Eu fiz um pagamento de boleto da filha do Presidente, do colégio em que ela estudava no...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O senhor, quando fazia pagamento, naturalmente não era da sua conta, era com dinheiro em espécie?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Aí volto... Eu vou permanecer em silêncio, porque essa parte de dinheiro em espécie...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Tudo bem. Eu já entendi. Toda vez em que se fala em dinheiro...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... o senhor vai dizer que vai ficar calado e não vai responder.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Mas já foi prestada a conta. O Presidente mostrou os saques dele, e o depósito já foi esclarecido.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, mas a pergunta... Eu só estou perguntando como o senhor pagava, se era com dinheiro em espécie. O senhor disse que prefere não responder, porque cartão corporativo o senhor já disse que não tinha.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Nunca vi o cartão corporativo.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Bem, eu estou pensando, tem três formas de fazer pagamento – mas eu posso estar errado –: a primeira é cartão corporativo; a segunda é débito na sua conta, o senhor já disse que não fez; a terceira é com dinheiro em espécie.

O senhor pode ficar em silêncio, é um direito seu, e eu defendo o seu direito, mas, na inteligência da investigação, só sobra ter sido em dinheiro vivo.

Faço uma outra pergunta para o senhor: havia movimentação de dinheiro em espécie na ajudância de ordens?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Oi?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vou permanecer em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – E o seu silêncio fala demais – o seu silêncio fala demais! E era isso que eu queria entender.

Como se davam esses pagamentos na ajudância de ordens? Da onde vinha esse dinheiro em espécie? Quem lhe repassava esse dinheiro em espécie?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vou permanecer em silêncio. Eu não peguei em dinheiro.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, então o senhor tem que decidir se o senhor diz que vai ficar em silêncio ou se vai dizer que não pegou em dinheiro.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Me desculpe, vou permanecer em silêncio.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Ah, tá. Então, está desculpado, apesar de que isso atrapalha a investigação e isso atrapalha a sua defesa – isso atrapalha a sua defesa. E adivinha para onde normalmente quebra a corda? Do lado do mais fraco, que, nesse caso, não é o tenente-coronel; é o sargento reformado. Mas a investigação está em andamento e o senhor sabe que isso é facilmente verificado.

Mas vamos avançar.

Dentro dos depósitos que o senhor fez, e isso está aí no RIF, que está à disposição da Comissão, eu queria lhe perguntar se o senhor conhece a Rosimary Cardoso Cordeiro.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não conheço.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O senhor fez depósitos para ela?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Então, vou afirmar: tem três depósitos do senhor para ela.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu não lembro.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Ela era responsável por emitir os pagamentos... ela foi responsável por emitir um cartão de crédito em nome da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro.

E eu odeio, eu detesto ter que fazer uma investigação para quem está fora da política, mas isso não é de quem está fora da política; isso é de quem está lá dentro da ajudância de ordens, do braço direito do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

E é isto que eu quero saber: da onde vem o dinheiro em espécie? Como eram esses pagamentos? Qual era o volume em espécie que havia circulando na ajudância de ordens? Porque, infelizmente, Sr.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos Reis, a ajudância de ordens se transformou em ajudância de crimes, porque, em todos os crimes que nós estamos investigando nesta CPI, a ajudância de ordens está lá no meio – todos.

Acampamento... E o pior foram as justificativas que o senhor trouxe a esta Comissão. Repito: respeito o seu direito de defesa. Mas, em relação ao acampamento, que o senhor passou, o senhor disse que foi lá por curiosidade, rapidinho. E, no outro acampamento de Goiânia, o senhor falou: "Não, era uma ironia, eu e o Mauro Cid. Nós estávamos brincando: 'Ei, tu não quer vir pra cá?'". E ele responde: "Por mim o pessoal fica é aí mesmo". Sendo que o Diretor da Abin veio aqui e disse que esse acampamento era fábrica de golpista, que nesses acampamentos até discussão sobre implantar bomba, na véspera de Natal, tinha. E lá o senhor escolhe o caminho do sorriso.

Sobre a minuta golpista, que rodou em todo o núcleo bolsonarista, o senhor disse: "Não, eu só repassei uma matéria de jornal". E era uma matéria de jornal de um tema que era recorrente lá onde o senhor trabalhava – na ajudância de ordens, na ajudância do crime.

Fraude no cartão de vacina.

O Presidente da República não está no Brasil no dia do acontecido.

O senhor disse que se reserva ao direito de não responder. O senhor quer falar algo sobre o cartão de vacina?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Tudo bem, é um direito do senhor, mas... O seu silêncio não pode ser usado contra o senhor, mas, na minha linha de raciocínio investigativa, o senhor foi o principal responsável pela fraude no cartão, pelo local que aconteceu, pelas pessoas relacionadas, porque o senhor era quem executava operacionalmente as ordens. E o seu silêncio o prejudica, neste caso, quando o senhor deixa de se defender; é um direito seu, mas o senhor deixa de se defender.

A justificativa para parte do dinheiro vivo, o senhor disse que era um consórcio. Existe a história que é crível, aquela em que a gente crê; e existe a história que é incrível, que é difícil de acreditar. Essa história de que um Sargento do Exército, que tem um salário entre R\$10 mil, R\$12 mil, R\$13 mil, já no avançar da carreira, movimenta R\$3,3 milhões, entre entrada e saída da sua conta, fora o dinheiro vivo lá da ajudância de ordem, e o senhor disse que parte disso era equivalente a um consórcio, é uma história incrível, difícil de se acreditar.

Dia 8 de janeiro, olha a história incrível do senhor mais uma vez: "Estou em casa assistindo à televisão". Eu também estava em casa e também estava acompanhando. O senhor olha o pessoal invadindo os três Poderes. O que o senhor faz? "Estou curioso. Eu vou lá olhar." Foi o que o senhor disse aqui. Ninguém consegue acreditar nessa versão, ninguém consegue acreditar! Aí o senhor disse que chegou, porque demorou – desce no Conjunto Nacional, pega o 99 –, chegou e disse: "Não, agora a PM



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já pacificou". Aí o senhor disse: "Perdi o interesse. Eu vou só até ali à rampa". E, olha, foi na rampa aqui do Congresso Nacional em que o senhor esteve, ou foi na rampa do Palácio do Planalto?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, do Congresso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Aí veja como são as ironias da vida. O senhor sobe a rampa um dia, pensando ser um manifestante; depois o senhor sobe a rampa, agora, como investigado na CPMI, já depois de ir preso por 114 dias. Vê as ironias?

Mas o senhor disse: "Não, era apenas uma curiosidade. Aí, me arrependi, peço desculpa". Esse negócio de já ir se arrependendo não adianta, porque não apaga os malfeitos, não apaga a sua participação aqui, sua omissão. O senhor, ainda que reformado das Forças Armadas, ao olhar sendo depredada a sede dos três Poderes, registra a foto.

O senhor procurou alguém para fazer algum tipo de denúncia posteriormente?

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Quando eu cheguei – eu falei para o senhor –, já estava tudo sob o comando da Polícia Militar do DF.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Mas o senhor viu suas imagens. O senhor fez algum tipo de denúncia – Controladoria, Corregedoria, Polícia –, disponibilizou de alguma forma?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu saí dali e voltei para a minha casa.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O senhor poderia ter tido uma outra medida várias das vezes, mas a opção do senhor era achar isso tudo normal, era torcer pelo golpe. No fundo, o que o senhor queria era que isso aqui tivesse dado certo, mas era impossível dar certo, porque o Estado brasileiro se impôs a partir da intervenção, porque as normas têm que valer no nosso país. E, infelizmente, a ajudância de ordem se transforma em ajudância do crime: participa de acampamento, minuta golpista, fraude no cartão de vacina, dinheiro vivo e invasão aos três Poderes – essa foi a sua participação com a sua história incrível e esdrúxula na manhã de hoje, nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

O próximo orador inscrito, Deputado Paulo Magalhães, não está presente.

Passo a palavra ao próximo orador, que é o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, antes de iniciar minha fala aqui com o nosso depoente, a quem dou as boas-vindas a esta Casa, eu queria me dirigir a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe. Desculpe, Deputado, eu não ouvi.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Antes de me dirigir ao depoente, eu queria me dirigir a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Dois motivos: primeiro, eu prometo a V. Exa. que nunca mais vou fazer nenhum tipo de pedido para fala, questão de ordem ou pela ordem, porque, todas as vezes em que faço, eu sou negligenciado e, sempre que faço, tento fazer da maneira mais educada possível, mas acabo sendo sempre preterido. Eu me sinto um subdeputado aqui nesta Comissão. Já falei isso inúmeras vezes, a começar pela lista de inscrição, que cada vez tem uma maneira difícil, diferente que é atuada ali.

Segunda coisa: quando eu havia lhe pedido uma questão de ordem, era exatamente para colocar em pratos limpos aqui uma mentira feita pela Senadora Relatora, que, infelizmente, não está aqui. Eu queria fazer a pergunta...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Ah, está aqui? Ah, está ali.

V. Exa. estava na reunião que aconteceu na terça-feira e V. Exa. é testemunha de que eu não agredi a Senadora em momento algum. A Senadora postou nas mídias sociais dela assim: "O diabo é o pai da mentira e a verdade liberta. @marcofeliciano assuma seus atos e diga a todos que quem partiu para cima de uma mulher foi o senhor". Ela postou isso nas mídias sociais, e isso virou matéria de jornais. E V. Exa. é testemunha, porque V. Exa. estava lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu também sou.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – A Senadora levantou, ergueu a voz e apontou o dedo no meu nariz. Eu, então, fiquei em pé e disse a ela: "Se fosse um homem no lugar de V. Exa. fazendo isso, eu estaria sendo acusado de misoginia ou seria levado ao Conselho de Ética". Então, que a verdade seja restabelecida, porque temos testemunhas. Tem o senhor como o testemunha, tem o Senador Marcos Rogério, os Senadores estavam lá... Em momento algum – em momento algum! –, eu fui o personagem ativo dessa história.

Segundo, aconteceu aquele entrevero aqui no momento, e eu lamento muito, estou triste, estou com o coração aqui pequeno, porque a Laura sempre foi uma grande amiga minha aqui. É porque, quando eu pedi a V. Exa. a palavra, o senhor não me deu a palavra, o senhor disse: "O senhor não tem a palavra". E a Laura, do outro lado ali, gritou, disse: "Não vai falar mesmo!". Eu perguntei quem foi que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou isso, porque achei que era V. Exa. V. Exa. tem autoridade para falar, mas ela não. Ela veio aqui na frente: "Fui eu que falei, e não vai falar mesmo". Eu disse: "Mas V. Exa. não é Presidente". Aí, então, ela, num destempero, começou a gritar comigo, veio aqui, deu a volta, apontou o dedo no meu nariz, e V. Exa. nada fez. Aí sai na imprensa de novo que este Deputado é como se fosse alguém que agride mulheres...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Ela mandou você ir pra...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É, ela falou um palavrão aqui que eu não tenho coragem de dizer por causa da minha função como pastor, nem como ser humano.

Eu moro numa casa, Sr. Presidente, onde eu tenho o prazer de dividir a minha casa com a minha sogra, que é uma mulher por quem eu tenho muito respeito, a minha esposa, três filhas e a minha neta. Eu tenho a minha mãe viva de 69 anos de idade. E, na minha casa, trabalham mais duas mulheres. Então, mulher para mim sempre foi sinônimo de...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... respeito...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... e deve ter todo tipo de respeito.

Então, eu só queria restabelecer aqui, neste momento, isso, porque isso não pode mais acontecer. Todas as vezes, as pessoas falam aqui, neste plenário e lá na Câmara, que todos são iguais perante a Justiça e perante a lei. Então, eu quero aqui, Sr. Presidente, exigir igualdade, igualdade com as mulheres, porque, quando nós falamos – qualquer um da Oposição aqui fala –, o senhor sobe o tom, o senhor falou com o Abílio aqui num tom até exaltado; quando acontece do outro lado, o senhor não usa o mesmo tom. Eu queria só que houvesse aqui paridade, respeito nesse sentido. Quando há uma mulher falando, elas podem tudo, nós não podemos nada. E, se a gente fala qualquer coisa... E isto eu ouvi da boca de pessoas importantes, inclusive de V. Exa. Quando elas falam qualquer coisa a mais, meu Deus, o mundo desaba sobre nós se a gente faz qualquer tipo de ação. Então, se escondem atrás do mi-mi-mi, se escondem atrás do sexo frágil, que para mim não é sexo frágil, mulher é igual ao homem, forte igual ao homem... Só que aqui elas batem como homem, e nós jamais vamos revidar, porque nós só de olharmos já somos julgados pela imprensa! Então, está muito difícil o convívio dentro do Parlamento nesta situação.

Então, eu queria falar com V. Exa. sobre isto: que, primeiro, a verdade seja restabelecida. Que a Senadora Eliziane Gama tenha pelo menos o respeito de falar a verdade. Eu não a agredi. Não fui o primeiro a partir para cima de V. Exa. V. Exa. fez isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, ela sempre me ataca na questão da minha religião, pela qual tem muito orgulho, tenho 9 milhões de seguidores por esse nosso país, inclusive no estado dela, no Estado do Maranhão. E eu entendo o motivo da ira da Senadora, porque no estado dela está tendo dificuldade de entrar até dentro das igrejas, estão vaiando-a, mas a culpa não é minha, Senadora. A culpa não é minha se V. Exa. escolheu um lado diferente daquele lado que as pessoas lá do seu estado escolheram. Então, eu quero só que seja restabelecida a verdade, Sr. Presidente.

Eu repito, como eu iniciei aqui, para dizer ao senhor: este Deputado não mais pedirá nem questão de ordem nem pela ordem. Aguardarei a minha inscrição, como sempre, para poder falar de muito bom grado. Nunca tive nada contra V. Exa., sempre o tratei com muito respeito, e V. Exa. também me tratou sempre com muito respeito. Mas, aqui na Comissão, parece que, quando chega a nossa vez, alguma coisa acontece. Eu não queria mais que isso acontecesse. Essa é a minha primeira parte.

Na segunda parte, agora então me dirijo ao depoente, ao Sr. Luis Marcos dos Reis.

O senhor está aqui por um único motivo: porque o senhor é amigo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. O senhor está aqui porque há um regime de um governo revanchista, um governo que desvirtuou o cerne desta CPMI, que era descobrimos o que houve nos atos de 8 de janeiro, quem foram os culpados. Era para estarmos aqui debatendo a omissão das forças, era para estarmos debatendo aqui se houve facilitação para que aquele golpe ou para que aquela tentativa de golpe, como eles dizem e que no meu pensamento não foi golpe nenhum, porque não há um tanque de guerra na rua, não há uma bomba atômica apontada para cá, não há uma superpotência mundial olhando para o Brasil ou dando apoio... São mulheres e crianças, como V. Sa. mesmo disse aqui que viu lá, com as Bíblias nas mãos.

Existem, sim, vândalos? Existem! E, aos vândalos, o rigor da lei, mas aos inocentes que estão sendo injustiçados, quer seja lá na Papuda, quer seja andando pelas ruas com uma tornozeleira... E era isso que nós teríamos que estar debatendo aqui para proteger o cidadão brasileiro, porque essa Casa é a Casa do Povo. Mas, não! Há um revanchismo aqui. Miraram todas as metralhadoras contra Jair Messias Bolsonaro e o seu entorno, simplesmente por revanchismo. Então, o senhor está sentado aí nessa cadeira por conta disso.

Se há indícios, se há isso ou aquilo, deveria ser tratado em outro foro. Aqui não é a CPMI da corrupção, aqui não é a CPMI do cartão de vacina. Aqui é a CPMI dos atos de 8 de janeiro. Então, V. Sa. está sentado no lugar errado, ouvindo as perguntas erradas.

Inclusive alguns aqui talvez conheçam o Código de Processo Penal, mas talvez usam mesmo do abuso de poder, atacam V. Sa. Todos nós sabemos que uma pessoa que está sendo inquirida não pode ser constrangida, não pode ser acusada, da forma como está sendo feito aqui, nem partir contra as pessoas que estão ao seu entorno, como a sua família. Eu vi aqui um Senador insistir contra a sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família. Imagine se amanhã mudasse a situação e perguntassem sobre a família dos que estão aqui, se perguntassem, por exemplo, sobre a família da Senadora, sobre a família deste Deputado que aqui está falando.

Ninguém perguntou ao senhor se o senhor tem...

Não, eu vou fazer uma pergunta: o senhor tem quantos CPFs?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Somente um.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Somente um CPF. Pois bem, há pessoas aqui dentro que têm mais de um; um, dois, três. Não eles em si, mas os seus parentes. Imagine se fôssemos trazer tudo à baila aqui, o que fazem, o que acontece com as famílias. Não há respeito nenhum.

Eu disse na terça-feira e vou encerrar a minha fala dizendo: essa CPMI terminou no dia que ela começou, porque ela começou marcada, rotulada.

A Senadora, no meu pensamento, posso estar errado, ela já tem o relatório dela pronto, já tem as pessoas que ela vai indiciar, já sabe o que vai acontecer. Então, nada do que fizemos aqui vai mudar a situação.

Eu vi um Deputado aqui falar que nós abandonamos a Carla Zambelli. Ele desconhece os fatos e faz isso só para criar uma intriga entre os bolsonaristas.

Na terça-feira, o cerne da briga que houve lá naquela reunião foi exatamente sobre a Deputada Carla Zambelli, quando eu disse que esse Parlamento deveria ter pelo menos respeito pelos pares do Parlamento.

Muitas pessoas que sentaram nessa cadeira aí, primeiro foram ouvidas, foram inquiridas, e depois foi pedida a quebra do sigilo bancário, quebra do sigilo telefônico.

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Mas da nossa companheira, da nossa Parlamentar, eleita pelo voto popular, não. Nem sequer havia um convite para ela sentar aí. Houve direto uma quebra de telefone, a quebra da conta bancária dela. Imagine se essa onda pega, se cria-se esse precedente aqui. Foi nesse momento, quando eu questionei isso, que eu vi lá dentro daquela reunião alguém falar: "Ela é mentirosa, ela é isso...". Mas ela não foi nem ouvida. Aí eu pedi justiça. Quando eu disse "ser justo", se levantou todo o entrevero que aconteceu.

Então, eu termino aqui dizendo que o senhor, para mim, está no lugar errado, a CPMI perdeu o seu foco, e nós estamos aqui simplesmente em um momento de *show*, onde cenas acontecem, sim – de ambos os lados, mas dos nossos lados nunca teve coisa como do tipo que nós ouvimos aqui hoje,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém mandar alguém aqui para uma... Eu não posso falar um palavrão porque doem os meus ouvidos só de falar. E partiu da boca de uma Deputada, uma mulher.

Era isso que eu tinha dizer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou passar a palavra aqui, por três minutos, para a Relatora, já que ela foi citada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, ele falou dez minutos a meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, a senhora tem três minutos para responder à fala dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu vou responder o Deputado Marco Feliciano. E eu não sei se eu vou ter só três minutos, Presidente, porque o que ele falou para mim aqui, ele usou dez minutos do tempo dele para falar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, todas as pessoas que são citadas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... têm três minutos para se defender. É o que consta do Regimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para explicação pessoal.) – Deputado Marco Feliciano, eu vou falar aqui para o senhor primeiramente sobre o que aconteceu na reunião fechada, que as TVs, na verdade, não filmaram, mas várias pessoas estavam na reunião e viram.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Verdade. Então, assim, eu não vou entrar nesse detalhe, até porque não há uma filmagem ali. Mas há provas cabais sobre isso. Mas quando terminou o seu grito ali comigo, e eu depois gritei também com o senhor, rebatendo o seu grito inicial, o senhor me pediu perdão, Pastor. O senhor chegou para mim e o senhor me disse: "Eliziane, me perdoe". E eu lhe respondi: "Eu lhe perdoo em nome de Jesus". E eu saí dali, Deputado, na frente daquela reunião tinha um batalhão de jornalistas. O meu assessor me pediu para eu falar com a imprensa. Eu falei que eu não ia falar. E eu falei que eu não ia falar, Pastor, porque eu aprendi na minha igreja, com meu pai, que perdão é esquecer o passado, é seguir para a frente, que é o que foi que Jesus nos ensinou. Mas o senhor foi para a rede social tripudiar. O senhor usou seu Twitter e depois a rede social para tripudiar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o que o senhor falou a meu respeito. Eu apenas rebati a sua fala porque era a sua versão que ia ficar na rede social, porque eu não tinha falado com ninguém.

E eu também quero lhe dizer assim, com a maior calma, Pr. Marco Feliciano. O senhor é Pastor da Igreja Assembleia de Deus, acho que ainda está, eu também sou membro da Assembleia de Deus no Brasil. Eu, na minha adolescência... E lhe digo isso porque desde o primeiro dia em que eu cheguei a esta Comissão, o senhor me provoca. O senhor me olha com o olhar carregado de ódio. Eu estou aqui sentada nesta mesa, e toda sessão é isso, Deputado.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Senador Magno Malta, por vezes me pediu aqui para que eu, na verdade, falasse com o senhor.

Vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só para fazer um registro: a senhora tem mais dois minutos. A Mesa me corrigiu aqui que a senhora tem direito a cinco minutos. Então, vou colocar mais dois.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu acho que o tempo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E eu quero lhe dizer aqui para o senhor: o senhor sabe porque eu nunca lhe respondi, Pr. Marco Feliciano? Porque, na minha adolescência, na minha igreja, eu, com a juventude, tirava oferta para receber o senhor na nossa igreja, para o senhor pregar na nossa igreja, porque era o auge ter o senhor na nossa igreja. Eu fiz isso várias vezes, pastor, fazia e vendia pão, cachorro-quente, que é o que a juventude faz hoje nas igrejas evangélicas do Brasil, para receber um pregador de renome, era o que eu fazia com o senhor, e, por isso, eu nunca lhe respondi, porque eu aprendi a ter respeito por pastor. Meu pai é pastor, pastor; meu tio é pastor; meu irmão é pastor. Eu nasci na Assembleia de Deus, Pr. Marco Feliciano, eu aprendi a respeitar essa autoridade, e, por isso, eu nunca lhe respondi, mas eu quero dizer para o senhor que o senhor se tornou uma pessoa (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal*). O tratamento que o senhor dá às mulheres nesta Casa é surreal. O senhor bateu nesta mesa – e o Brasil inteiro viu – em relação à Senadora Soraya. O senhor gritou comigo, na última reunião; e eu gritei, porque eu contrapus ao senhor, como o senhor já discutiu com várias outras mulheres aqui nesta Casa.

Eu quero lhe dizer, pastor, que eu aprendi a ter um pastor como autoridade, sabe por quê? Porque, quando a gente chegar no céu, a sua responsabilidade diante de Deus vai ser maior do que a nossa, porque o senhor usa um templo, o senhor usa uma tribuna da igreja. O senhor é pastor, mas, como o senhor me disse na última reunião, não vou mais lhe chamar de pastor, porque o senhor me pediu para eu não lhe chamar mais de pastor e, de fato, o senhor não merece ser chamado de pastor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Tá vendo aí como é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não merece sabe por quê?

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Porque o pastor não é carregado de ódio, Pr. Marco Feliciano. O pastor não olha para as pessoas com o olhar que o senhor olha para cá, para esta mesa. Eu quero dizer que o seu olhar não me intimida, Pr. Marco Feliciano. Eu cheguei aqui nesta Casa com suor. Eu enfrentei a fome. Eu nasci numa casa de palha e piso de chão. E eu fui eleita sem ter um Vereador na minha igreja, na minha casa, e sem ter centavo nenhum, apenas como jornalista. Hoje eu sou Senadora da República do meu país. E eu quero dizer que não é o seu olhar torto e nem a sua forma de intimidar que vai me intimidar aqui desta tribuna, onde eu sou Relatora. E quero lhe dizer ainda mais: siga o Evangelho de Cristo, porque o seu Evangelho não é do meu Jesus Cristo de Nazaré, o Evangelho da paz, do perdão, da solidariedade e da graça, que o senhor não tem o Evangelho da graça.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Absurdo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero terminar lendo para o senhor o que Jesus Cristo falou.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente, acabou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acabou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Um minuto.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor não me deu... Mas não pode, o senhor já deu meio minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Um minuto, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tudo bem. Eu vou dar um minuto; depois, eu vou dar mais um minuto para o Deputado Marco Feliciano. Tudo bem.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, a senhora tem o tempo que quiser; depois eu restituo a palavra.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Pode falar que marido dela pode ser o pastor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não posso dar um tempo a mais para um e não dar para o outro, felizmente. Eu acho que isso não é assunto desta CPMI. Isso não é assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não é mesmo, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E nenhum Deputado nem Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não é assunto, mas quem levantou foi ele.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nenhum Deputado nem Senador está querendo discutir isso aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quem levantou foi ele o debate.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá, Senadora. A senhora conclua, e vou dar mais dois minutos para o Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E eu quero só dizer para o senhor que sabe o que Jesus falou para os escribas e fariseus que usavam a Bíblia para isso? Ele disse o seguinte: "Ai de vocês, mestres da Lei, fariseus hipócritas!".

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Isso é uma heresia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – "Vocês são como sepulcros caiados: bonitos por fora, mas por dentro estão cheios de ossos e de todo tipo de imundice".

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Heresia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você foi um (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) comigo!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pera aí. Senadora, já chega.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você pediu perdão e você não levou em consideração o perdão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que Deus abençoe a sua vida...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu agradeço a sua palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e que o Senhor Deus tenha misericórdia das mentiras que o senhor profere aqui se escondendo atrás do púlpito como pastor. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço que a Taquigrafia retire as palavras ofensivas a qualquer Parlamentar, e assim o faço neste momento em relação à fala...

Concedo dois minutos ao Deputado Marco Feliciano, já que a Senadora passou do tempo dela, e vou encerrar este assunto.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu fico muito feliz que a Senadora tenha falado, porque o Brasil todo ouviu que tudo que eu falei é verdade. Ataca minha religião, ataca minha fé, como se isso aqui fosse uma igreja. Aqui é o Parlamento brasileiro. Se quiser conversar com o pastor, vá lá no púlpito da minha igreja, no gabinete pastoral. Aqui, falemos de Parlamentar para Parlamentar.

Sr. Presidente, a Senadora citou a Bíblia. Eu queria dizer que, quando Jesus foi acusado, lá no meio do deserto, o diabo usou a mesma Bíblia. O diabo conhece tanto a Bíblia quanto a Senadora conhece aqui.

Então, eu só queria dizer que ela foi... Um homem que ataca uma mulher é misógino. E uma mulher que ataca um homem é o quê? Como é que a gente fala? Tem alguma lei? Tem alguma lei ou não tem? Alguém me socorre! Tem advogados aqui. Um homem que fala alto com uma mulher é misógino. E a mulher que fala alto com um homem é o quê? Uma oportunista que aparece no momento para falar?

Então, eu só queria dizer que estou feliz com a citação...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... da Senadora. Ela mentiu de novo, porque o senhor que está sentado aí foi testemunha de que ela levantou primeiro lá, e ela está dizendo que eu menti. Ela é uma mentirosa contumaz. Mentirosa contumaz! E é claro que a esquerda vai falar a mesma coisa, vai tentar aplaudi-la, porque faz parte. O convívio diz isso. Eu tenho o meu pessoal aqui que estava lá e é testemunha.

Desculpe-me, Presidente, eu me exaltei aqui agora, porque é difícil. Eu apanhei no meio da rua. Ela falou na mãe dela. Minha mãe não sabe ler nem escrever. Minha mãe pedia esmola na rua. Eu apanhei na rua por ser uma pessoa de direita, por ser cristão. Partidos que estão aqui, representados... Há pessoas que estão sentadas aqui, inclusive, que me perseguiram, espancaram as minhas igrejas, depredaram a minha casa. Eu tenho... A minha família toda faz terapia até hoje por conta da perseguição que a esquerda fez, e vem a esquerda aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado, por favor. Para concluir.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... tripudiar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho sete segundos, Sr. Presidente.

Tripudiar em cima da minha fé e usar este Parlamento aqui para fazer injustiça, não! (*Palmas.*)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marco Feliciano...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... eu quero registrar que eu me convenci, quando ouvi agora a fala de V. Exa., de que, realmente, eu agi corretamente no início da sessão quando eu não concedi uma questão de ordem que V. Exa. solicitou, porque eu antevi que, de fato, V. Exa. não queria fazer uma questão de ordem, porque imagine só...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu não pedi questão de ordem. Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Imagine...

Seja lá o que for, Deputado Marco Feliciano.

A gente sempre teve uma relação extremamente amistosa, e isto vai permanecer. Nós chegamos juntos a este Parlamento, somos colegas há 13 anos, sempre nos tratamos bem, como V. Exa. registrou, e é verdade.

Veja só: imagine se todos os Parlamentares que estão aqui, nesta Comissão, quiserem discutir aquilo que foi dito contra si nas redes sociais, por pior que seja, Deputado! Eu não posso... Imagine se chega aqui a Deputada Jandira Feghali e quer responder ao Deputado A, o Deputado A quer responder ao Deputado B, o Deputado B... Imagine o que vai virar isso. O palco da CPMI não pode ser utilizado para que nós utilizemos esse tempo para discutir o que sai na rede social.

Eu lamento, lamento profundamente o imbróglio que teve entre V. Exa. e a nobre Senadora Eliziane Gama naquela reunião que tivemos na terça-feira. Tenho certeza de que ambos, tanto o senhor quanto ela, estão muito acima disso. Foi um momento de desinteligência que eu espero ver absolutamente superado. Agora, obviamente, isso não é motivo para ser trazido, o que saiu na rede social, para esta discussão.

As questões de ordem, fruto da inteligência de V. Exa., que é um grande Deputado, que é um Deputado conhecido no Brasil inteiro, que é um homem de Deus, eu peço que isso seja tratado, como foi colocado, no âmbito da rede social.

Eu vou passar a palavra para o último orador inscrito e, em seguida, vamos suspender a sessão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que é o Deputado... O Deputado Eduardo Bolsonaro queria, desde o início...

Eu não sei o que V. Exa. tem contra o Deputado Eduardo Bolsonaro, eu não entendi, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Lá em casa ele é o primogênito, mas aqui não tem hierarquia não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra...

Isso é coisa de irmão mais velho com irmão mais novo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Senador, fica quieto.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, pela ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou entrar nessas querelas familiares.

Eduardo Bolsonaro e, em seguida, vamos encerrar a nossa reunião.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu só... Eu não vou entrar na polêmica que me antecedeu aqui não, mas eu só queria falar e prestar o meu apoio ao Deputado Marco Feliciano, pessoa honrada que é, e eu desconheço um Parlamentar desta Casa que tenha sofrido tanto no CPF, na física, quanto ele.

Foi zoado em... Foi zoado em avião, a filha mudou de colégio, sofreu o pão que o diabo amassou com aquela menina lá, que também me acusou e depois acusou um outro Deputado de esquerda aqui, sem qualquer tipo de prova, apenas por falar e os microfones se abriam para ela, qualquer mentira que fosse.

Mas, enfim, só deixar o meu manifesto aqui, o meu apoio, Deputado Marco Feliciano, porque eu sei que não é fácil carregar todo esse piano pesado. A gente aqui, como Bolsonaro, a gente está vendo a perseguição que está acontecendo, mas pode ter certeza de que V. Exa. está no mesmo nível e a gente tem que enfrentar isso daí com uma verdadeira medalha. É a certeza de que estamos fazendo tudo da maneira correta, porque, para receber o aplauso desse pessoal, você tem que apoiar a sexualização de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças, a pornografia na escola e todo aquele tipo de coisa que certamente Jesus não gostaria de ver aqui conosco.

Eu pediria para que passasse o primeiro vídeo, por favor, para dar o tom do que que virou esta CPMI aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Só colocar no começo, por favor, tem dois minutinhos de vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Os democratas vão à Cuba e à Venezuela.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Homossexuais assassinados lá, Venezuela, presos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Estou aprendendo com o Rogério Correia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Estou aprendendo, um dia eu chego lá, um dia eu chego lá.

Mas o que a gente viu aqui, nas perguntas do pessoal da esquerda, incluso aí as da Relatora, é tentando colocar que o Sargento Luis Marcos dos Reis é o epicentro dos atos golpistas do Brasil. Ele está quase no mesmo nível da Irmã Ilda, não é, Senador Magno Malta? Um dia, um dia vai chegar lá.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Vai ser ministro ainda.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Sargento, o senhor está preso exatamente por qual delito? Qual a acusação por que o senhor está sendo preso? É com relação a 8 de janeiro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Há 114 dias estou sendo investigado por supostas fraudes em cartões de vacinação do Coronel Cid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – O senhor tem consciência de que alguma outra pessoa neste país está presa há mais de cem dias por supostamente falsificar um cartão de vacina? Tem notícia disso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

Inclusive, no dia em que eu fui preso, a equipe do Delegado Alessandro chegou à minha casa por volta das 6h da manhã, eu entreguei o meu celular, forneci senha do meu celular, senha do celular da minha esposa, o computador do meu filho, foi tudo levado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

Só para deixar constado aqui também que um dos seguranças do Presidente Jair Bolsonaro, Max, está preso, e a sua esposa não pode visitá-lo, porque mesmo neste ponto que nós estamos, do pós-pandemia – acredite se quiser –, foi negado esse direito a ela, porque ela não está vacinada. Essa é a democracia relativa que nós estamos vivendo!

E, falando em democracia relativa, eu peço para que passe o segundo vídeo, porque ele é bem interessante e mostra que há total hipocrisia da esquerda quando enche a boca para falar de atos antidemocráticos e zelo pela democracia. Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Atacando um Ministro do Supremo Tribunal Federal, um Deputado Federal do PT. Onde é que está o Sr. Wadih Damous hoje? Democraticamente com Flávio Dino! Olha só: Secretário de defesa do Consumidor, um alto escalão, junto com Flávio Dino.

Eu queria saber da esquerda se eles vão falar que Wadih Damous é um cara antidemocrático, se eles vão chamá-lo aqui, porque falam tanto: "Ah, um cabo e um soldado, não sei o quê"... Foi no mesmo momento, tudo em 2018. Agora, por que um pode e o outro não pode? Por que um está preso e tantos outros estão soltos? É porque existe uma coisa chamada sobrenome "Jair Bolsonaro" ou as pessoas que se relacionam com ele.

Sargento, foi nojento ver aqui Deputados e Senadores querendo colocar o dedo na cara do senhor, inclusive apelando e perguntando se o senhor tem filho. Um dos valentões Senadores aí, ele teve a capacidade de, na CPI da covid, convocar uma pessoa que tuitou mal sobre ele. Tuitou, ele não gostou, e convocaram o cara aqui. Ele ainda fez um jogo combinado com o Sr. Presidente àquela época da CPI, para ele sentar aí e inquirir o cara a ponto de pedir a ele para pedir desculpas pelo que ele tinha tuitado. No caso, não era nenhum sargento, era Otávio Fakhoury que estava aí sentado. E o maior crime dele qual foi? Militar contra a esquerda por um país sem comunismo, sem socialismo, para não deixar o Brasil virar essa Venezuela que a gente já virou. Quem fala: "O Brasil vai virar Venezuela"...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, olha só, essas matérias aqui: "PF vai cruzar dados para identificar doadores de R\$17 milhões para Bolsonaro". Isso aqui é ida direta para a Alemanha Oriental, sem parada em Cuba, é Stasi. Vão investigar milhares de pessoas, porque fizeram um Pix para o Presidente de R\$0,22. Vão mover a máquina pública para isso?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu fiz.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – E na verdade...

Obrigado, Senador Magno Malta.

E na verdade isso daqui é para quê? É para aterrorizar, para não deixar ninguém chegar perto do Presidente Jair Bolsonaro.

E, para comprovar mais uma vez a hipocrisia da esquerda, enquanto a gente ainda tem voz para falar e algumas ações para fazer, acabei de assinar aqui o requerimento do Senador Magno Malta para que seja criada a CPI dos 11 contêineres do Lula. Vamos ver se a esquerda vai assinar.

Eu quero saber aqui da matéria da *Folha de S.Paulo* – não vão falar que é *fake news*, *Folha de S.Paulo*: "Relógio de R\$ 80 mil usado por Lula não consta em lista de presentes oficiais". Cadê a Jandira Feghali para falar aqui da joia? Falou aqui da joia de R\$400, e ela tinha um restaurante em que a coca-cola era R\$8. Se você pegar 50 latinhas de coca-cola no restaurante da Jandira Feghali, vai dar a bendita joia com que ela chegou aqui e que jogou ao vento. E, quando foi desmascarada, falando que eram R\$400, ela bateu o pé e falou: "Não, mas tem que investigar mesmo assim".

Eu fico perguntando, Senador Girão, Seif, Abilio, se ela tem a decência de chegar no restaurante – não sei se ela está mais lá na sociedade – e falar para o garçom que trabalhava lá que ela explorava a mais-valia do garçom para pegar o lucro do trabalho dele e viajar já de primeira classe da Air France para o exterior, porque esse é o discurso dela de comunista, o patrão que explora o empregado.

Mas, enfim, Presidente, isso tudo aqui dito, eu finalizo aqui nesse um minuto que me resta para deixar uma contribuição, porque muito foi falado numa empresa – Cedro do Líbano Comércio e Materiais...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... e a sua relação com a Codevasf, querendo deixar no ar uma suspeita de que a Codevasf, durante a gestão Bolsonaro, tinha algum negócio ilícito com a Cedro do Líbano Comércio.

Bem, tem uma nota aqui da própria Codevasf, pública, de 13 de maio de 2023 – faço questão de entregar aqui para a Sra. Relatora –, em que ela já fala especificamente da única compra que ela fez com a Cedro do Líbano. Espero ter aqui acabado com uma narrativa, antes que ela se espalhe por aí, mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das *fake news* espalhadas por aí. E, para quem acha que a nossa imprensa profissional é sinônimo de verdade – não é, porque às vezes erra também –, eu tenho no meu Instagram aqui um álbum, um destaque no meu Instagram – de tanto lotado, eu tive que abrir um outro álbum –, que se chama Hall das Fake News. Quem quiser se divertir e ver as *fake news* que foram já endereçadas à família Bolsonaro é só entrar lá no meu Instagram que vai ver, bolsonarosp.

No mais, Sargento, sucesso ao senhor. O senhor não tem nada que dever aos seus filhos, perfeito? O senhor teve uma atitude correta, deu as explicações necessárias, e aqui, infelizmente, estão pegando o senhor para ver se o senhor paga o pato para eles chegarem ao Jair Bolsonaro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Vamos agora suspender a reunião por uma hora e, às 14h15, retomaremos os nossos trabalhos.

(Suspensa às 13 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Retomando os nossos trabalhos, passo a palavra para o próximo orador inscrito, ilustre Senador do meu querido e vizinho Estado de Sergipe, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sabe que Jorge Amado fala tanto de Sergipe que há até um certo ciúme, de tanto que o nosso baiano Jorge Amado homenageou o querido Estado de Sergipe. É motivo de um certo ciúme de nós baianos, viu?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – É que a gente não tem as praias belas de Alagoas, mas a gente tem a Praia do Saco, a gente tem várias cidades históricas, e Jorge Amado foi se refugiar lá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade, é verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Tivemos o privilégio de tê-lo, por um tempo, na cidade de Estância.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, em compensação, Jenner Augusto foi morar na Bahia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Foi morar na Bahia, é verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para quem não sabe, Jenner Augusto é um dos maiores pintores do século passado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Exatamente.

Bom, Presidente, eu sinto que a gente esteja aqui tendo que debater sobre algo que parecia já termos consolidado no Brasil: a democracia. Nós vivemos uma ditadura entre 1964 e 1985, uma ditadura que perseguiu, que torturou, que matou. E não foi ninguém que disse, foram os arquivos da CIA, revelados 50 anos depois do golpe militar, que mostraram que era com autorização de um Presidente militar que se decidia sobre manter vivo ou morto um militante que discordava do regime militar.

E nós voltamos – com este Governo que acabou, felizmente – a viver a apologia à tortura, apologia à ditadura, apologia àquilo que... Milhares de brasileiros perderam suas vidas, desapareceram, deixaram de conviver com suas famílias; milhares foram presos, torturados, e a gente achou que toda aquela luta tinha produzido, a partir de 1985 e com a Constituição de 88, um novo caminho para o Brasil.

Infelizmente, o que nós podemos dizer é que pessoas desprovidas de compreensão civilizatória e de civilidade e que não acreditam na democracia, que acreditam na ditadura, e que pediram a intervenção militar, e que trabalharam por uma intervenção militar, produziram, na verdade, um ato terrorista no dia 8 de janeiro de 2023.

Porque vocês tentaram, e não adianta querer esconder, não adiantam mais subterfúgios e narrativas para dizer que o 8 de janeiro foi um ato de negligência. Na verdade, foi um ato de desespero daqueles que não conseguiram vencer a unidade e a força dos democratas brasileiros, que não permitiram que a instituição Exército Brasileiro fosse instrumentalizada a ponto de dar suporte a uma aventura golpista. Graças a essa unidade em torno da democracia que fizeram as instituições e uma boa parte do Congresso Nacional...

É claro que tinha no Congresso Nacional aqueles que queriam intervenção militar, aqueles que defendiam a ruptura institucional. Tinha no Palácio do Planalto, como foi dito aqui pelo Delgatti na última oitiva. O próprio Presidente falava em ruptura o tempo todo. O próprio Presidente contratou um *hacker* para burlar, para violar a urna eletrônica, para desacreditar aquilo que a gente tem de mais respeitado no mundo, que é o nosso processo de votação. A gente acaba uma eleição 5h da tarde; 10h da noite, a gente sabe quem é o Presidente da República. Olha a nossa comparação com os Estados Unidos e veja a evolução com o digital, com a biometria que as nossas urnas têm. E o Presidente contrata um *hacker* para violar as urnas.

Então, além de tudo isso, de toda essa desconstrução ou tentativa de desconstrução da democracia, de instigar a sociedade contra a democracia, passar a ideia de que existe algum regime



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor do que aquele em que coletivamente a gente define os rumos do país, eles achavam que deviam se manter no poder. E, para se manter no poder, tinham até que questionar o resultado das eleições. E, para isso, precisavam burlar as urnas.

Mas, no meio do caminho, a gente descobre... Como foi na pandemia, em que eles negaram a vacina, criaram o efeito Bolsonaro – porque o efeito manada na saúde pública é o efeito em que você consegue fazer várias pessoas... quando várias pessoas se vacinam, a gente acaba tendo uma imunidade coletiva, mas pela vacina. Eles propuseram o efeito rebanho, expondo as pessoas à doença. E defenderam isso. E 700 mil brasileiros morreram.

Eles também instigaram e mobilizaram, mobilizaram tanque de guerra, mobilizaram eventos, para mostrar força, para intimidar, para criar a ilusão de que nós democratas não resistiríamos à sanha golpista autoritária desse bolsonarismo radical, terraplanista, fascista, que tomou conta do Executivo brasileiro e que tomou conta, infelizmente, infelizmente... Eu digo infelizmente, porque eu sempre achei que o Exército, depois de 1988, tinha um papel de destaque na nossa sociedade e que estava subordinado – todos os seus dirigentes subordinados – à Constituição, para garantir a segurança do povo e da sociedade, mas não como um instrumento para tirar da sociedade o poder de decidir sobre os seus rumos. E aí inventaram a história do Poder moderador do Exército e das Forças Armadas.

Mas o que me entristece é ver que, além do Presidente, de um grupo de apoiadores – parte podre das Forças Armadas – não só urdiram junto um processo de ruptura democrática, que, frustrado, virou um ato terrorista... Então, nada de condolência, nem de amenizar a condição daqueles que aterrorizaram o Brasil no dia 8 de janeiro, que foi um ato terrorista – o senhor estava lá e participou. Aquilo é um ato terrorista, aquilo não é um ato de manifestação política, aquilo é um ato contra instituições, contra símbolos nacionais. Aquilo se parece com o avião que se chocou com o World Trade Center, nos Estados Unidos, um ato terrorista que V. Sas. praticaram.

E não bastasse tudo isso, o buraco da "rachadinha", a feia da "rachadinha". E, pelo que nós estamos vendo, é o coronel, é o general, é o cabo, é o soldado... Eu não estou aqui citando um nome específico, mas é uma trupe inteira envolvida na lavagem de dinheiro, que é o que nós estamos neste momento identificando como um viés. Se era para financiar os atos golpistas, se era para financiar despesas pessoais, se era para se autofinanciarem, não importa. A gente está vendo que...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... foram transformadas joias da União em dinheiro. Para quê? Para fugir? Para quê? Presente, quando é dado a chefe de Estado que passa de um determinado valor, é do Estado, não é do representante do Estado naquele momento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dizer aos brasileiros e às brasileiras, nesses últimos 30 segundos, que a democracia venceu aqueles que acreditavam na ditadura, no autoritarismo, no Exército como um instrumento de morte contra o povo brasileiro, contra a democracia e contra a sociedade brasileira.

Eu quero aqui dizer àqueles que resistiram no Exército contra o golpe, meu respeito; e àqueles que se colocaram junto dessa aventura golpista, meu desprezo e que a punição seja exemplar.

Sem anistia para aqueles que traíram a democracia e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, a próxima oradora, a Senadora Soraya Thronicke.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão, Presidente, de algo muito grave que está acontecendo neste momento.

Presidente, estão espalhando *fake news* grave – grave – sobre mim. Pegaram um período do vídeo em que eu falo que o Duarte... Ele estava pedindo um minuto de vídeo, e eu peço naquele momento mais três minutos para o Duarte. Estou fazendo um sinal de três com as mãos, pedindo mais três minutos para o Duarte. Alguém pegou um recorte, só o recorte, totalmente fora de contexto, e saiu falando por aí, soltando vídeo, mandando pauta para a imprensa, em diversos canais da imprensa, falando que estou fazendo gesto de supremacia.

Vocês são um nojo! Vocês, esquerdistas, são um nojo!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O que vocês estão fazendo... Estão atacando minha família neste momento, Presidente. Estão entrando nas redes sociais da minha família, estão entrando nas redes sociais da minha mulher me ofendendo.

Vocês são uma vergonha!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Vergonha é o senhor!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, Deputado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Vergonha é o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Vergonha! Esse comportamento, distorcendo a verdade, publicando *fake news*, isso é uma vergonha! Mentira!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acabou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Tenha vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Deputado...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Tenha vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está feito o registro. Está feito o registro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Tenha vergonha, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está feito o registro.

Senador Rogério... Senador Rogério Carvalho, eu faço um apelo a V. Exa., Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Vem bater na mesa? Tenha vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador...

Eu faço um apelo, vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, o Senador está concordando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço aos senhores que se...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O Senador está concordando...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Olha a acusação, olha a acusação, Sr. Presidente.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O Senador está concordando com isso?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Eu não fiz isso!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Senador, o senhor está concordando com isso, Senador? Volta aqui e fala, uai! Volta aqui e fala.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, senhores...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não tem coragem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos parar com essa... Esta sessão de hoje realmente está superando toda e qualquer expectativa no que diz respeito a...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Olha o que estão divulgando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... uma sessão violenta, desnecessariamente violenta, porque realmente não é...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Olha o que estão criando!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... possível a gente trabalhar com esse nível de exacerbação de ânimos.

Olha, já é a terceira ou a quarta vez que nós hoje temos esse tipo de tumulto aqui na CPI. Isso não é bom para o Parlamento. Eu ressalto mais uma vez que isso não é bom para o Parlamento.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Vem me acusar, Sr. Presidente... O próprio Senador vem aqui na minha frente me acusar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu gostaria que a gente tentasse, daqui pra frente...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – ... de racista, na minha frente! Na minha frente, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Que a gente possa...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... levar a sessão em paz e em ordem.

Então, felizmente, a próxima oradora, apesar de ser uma mulher de propósitos firmes, ela sempre fala num tom muito educado e é uma mulher conciliadora.

Eu passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Razão, educação, ética



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, caro depoente Luis Marcos dos Reis, seu advogado, Ronaldo Braga, boa tarde a todos.

Sr. Luis Marcos dos Reis, o senhor, até o dia 8 de janeiro, ou até o dia da sua prisão... Melhor: o senhor, até o dia da sua prisão, onde o senhor estava lotado, onde o senhor estava trabalhando?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – No dia da minha prisão, eu estava trabalhando na...

Eu vou usar o meu direito de me manter em silêncio. A senhora me desculpa, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor não pode falar onde o senhor estava trabalhando?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou me manter, com o direito do *habeas corpus*, em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor, depois de preso, ainda continua recebendo seus soldos?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu vou me manter em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – A sua família, neste momento, está vivendo, assim, com todo o respeito, do quê? Faz falta o soldo do senhor para a subsistência da sua família?
(Pausa.)

O senhor está pagando o seu advogado como?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – O meu advogado está em atraso. Ele parcelou. Este meu advogado aqui... Ele veio hoje aqui, ele não está cobrando nada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Veio *pro bono*.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ele veio *pro bono*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Parabéns, doutor.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E o meu advogado... São 10 parcelas de 3,5 mil. Foi feita uma parcela só até hoje. Está em atraso. A minha cunhada tem um grupo lá e já está angariando o dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k.

O senhor, quando foi preso, o senhor disse que foi preso por conta de adulteração nas carteiras de vacinação da família do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Correto?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senadora, está nos autos da Polícia Federal, nas investigações, no que está sendo investigado. Eu vou me manter em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k.

O senhor já foi denunciado pelo Ministério Público?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Então, *a priori*, o senhor foi preso por conta de adulteração das vacinas, e aí o senhor disse que pesa sobre o senhor também a questão da participação no dia 8 de janeiro e também por movimentações financeiras atípicas. Então, são três questões que pesam sobre o senhor.

Sobre o cartão de vacinas, pouco interessa aqui para esta CPMI. E eu até acredito – sabe, doutor? – que ele vai ser liberado dessa questão. Sabe por quê? Porque eu acho que os cartões de vacina não foram alterados. Eu sempre defendi que todos eles se vacinaram, não é mentira. Nós soubemos, agora há pouco, que Carlos Bolsonaro também foi vacinado, o entorno do Presidente Jair Bolsonaro foi vacinado. Então, não houve adulteração. O senhor vai se livrar dessa pena aí. Eu bateria, doutor, como advogada dele, bateria nessa tecla. "Não, está todo mundo vacinado, não tem adulteração nenhuma, não"! Ponto.

Bom, sobre a questão do dia 8 em diante, gostaria de saber do senhor... Em questões também de transação financeira, muito se falou sobre o Coronel Cid. Gostaria de saber qual foi a transação financeira com o pai do Major Cid, o Cesar Lourena Cid.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senadora, todos os meus extratos bancários da minha conta estão com a Relatora, e eu vou me manter em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Foi ele que depositou para o senhor ou o senhor que depositou para ele?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Ninguém fez depósito na minha conta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Ele consta, consta como... Cadê? Nós temos aqui um relatório que veio sobre as suas movimentações financeiras e nós temos aqui o nome de Mauro Cesar Lourena Cid. Então, a documentação é farta, ele não quer falar, mas a documentação faz prova.

Por favor...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Só, dá uma olhada... Talvez eu possa estar enganado. Vê se não é o pai. Em princípio, o único depósito que eu fiz foi da venda do carro. Não é Lourena, é somente Mauro Cesar Cid.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – É, não, mas eu tenho, está muito bem especificado com CPF e tudo. E, em relação a esse carro, a gente até acha estranho, porque até o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depósito para quem comprou o carro foi feito para o senhor em vez de ser feito para quem vendeu, mas, enfim, a gente já sabe, já entende mais ou menos o que tudo isso significa.

No entorno do Presidente Jair Bolsonaro, várias pessoas já foram presas: Daniel Silveira, Roberto Jefferson, Anderson Torres, agora temos Fernando da PM, Fábio, Klepter, Naime, Paulo José, Cid, o senhor... E muitos outros estão enfrentando processos bem pesados.

Quando o senhor foi preso por conta de um envolvimento... O senhor disse que o seu nome foi envolvido em tramas. Foi isto que o senhor disse quando o senhor iniciou aqui: o seu nome foi envolvido. O senhor disse assim, que o seu nome... Nos 15 minutos iniciais, o senhor disse que o seu nome foi envolvido em vários crimes.

Eu pergunto para o senhor se a família Bolsonaro foi visitá-lo na cadeia.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não foi me visitar. É...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Só me desculpe, aproveitando... Eu não quero tomar o tempo da senhora, mas eu não me lembro de ter falado essa fala que a senhora... A senhora me perdoe se...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k., o.k. Então, o seu nome não foi envolvido, o senhor se envolveu, então, em crimes? O senhor se envolveu...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu, eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O contrário de "meu nome estar envolvido"...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Senadora, isso está nos autos, eu acredito na Justiça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – A Polícia Federal está investigando e está...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k., nós estamos também ajudando a compor os autos.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Isso aqui vai compor os autos. O.k.?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Hoje, eu espero que o senhor tenha daquelas pessoas que o envolveram... Ou o senhor cometeu crimes em nome de outras pessoas. Que elas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitem a oportunidade pra falar com o senhor, porque realmente é muito estranho tantas pessoas envolvidas numa trama golpista.

E eu gostaria que vocês colocassem aí o pedido de Pix de Silvinei Vasques. *(Pausa.)*

Silvinei Vasques, como o senhor também, está passando uma situação difícil, não está mais recebendo salário. Anderson Torres também não vai mais receber salário. Os PMs que foram presos dias atrás também terão cortados os seus soldos.

Ali ó! Silvinei Vasques está igual ao senhor, só que ele tem mais amigos que o senhor, eu acho, porque o pessoal está pedindo Pix.

Gostaria que colocassem também agora aquela cantora *gospel* que foi presa junto com outros manifestantes que se dizem patriotas. Aí ó: "Fernanda Ôliver: cantora *gospel* faz vaquinha para pagar processo".

O senhor pensou em fazer alguma vaquinha? Acho que seria bacana. Eu acho também que seria interessante... O senhor poderia pedir para o próprio Presidente Bolsonaro fazer um Pix para o senhor para pagar esse advogado do senhor. Por quê? Porque o Brasil... Ou o Brasil inteiro... Esses patriotas que fizeram o pagamento dos advogados e estão pagando pelos crimes de Jair Bolsonaro, ajudando-o a pagar multas, etc., bem que poderiam ajudar também o senhor. Afinal, são patriotas, não é? O senhor, um patriota.

Bom, isso aqui... Para terminar, é completamente desnecessário, inclusive, Sr. Presidente, continuarmos com alguns dos depoimentos. Por quê? Os documentos que nós estamos recebendo são sinceramente – desculpem o termo, já que hoje o negócio está... – batom na cueca! Não tem, não tem mais o que discutir! Sim, foram envolvidos... O senhor está ali, o senhor não é... As conversas que o senhor teve com o Cid e com Jean Lawand não são conversas de compadre, não são conversas de botequim, são conversas de pessoas que estão ali no alto escalão.

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Eu tenho dó sinceramente daqueles que estiveram aqui depredando. E o senhor peca, mais uma vez, quando aqui, no local onde estavam depredando, o senhor não deu voz de prisão, o senhor não entrou no trabalho. O senhor não é qualquer um. Qualquer pessoa pode dar voz de prisão para quem está em flagrante delito, mas o senhor tinha o dever! O senhor tinha o dever! O senhor ficou olhando?! É mais um crime que pesa contra o senhor!

O senhor está se sentindo ameaçado? O senhor está se sentindo intimidado aqui? *(Pausa.)*

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Não? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutor, é algo em que o senhor tem que prestar atenção. Estou falando para o advogado: presta atenção em intimidações. Por quê? Porque outros estão sentindo a mesma coisa.

O senhor recebeu pra isso? O senhor recebeu? O senhor está recebendo alguma ajuda de alguém pra subsistência da sua família?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Falei para a senhora, Senadora. A minha cunhada fez uma vaquinha e recebeu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Já passou para o senhor?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estou com... Os extratos estão com a Relatora, no caso, da minha conta. E, se vocês precisarem, eu peço à minha esposa para passar até hoje os extratos todos da minha conta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Pense numa colaboração premiada, senão vocês vão pagar sozinhos por isso. É muita gente pagando! Divide isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor falou que o senhor ia responder – eu achei muito bom, Doutor – na medida da culpabilidade. Adorei isso, porque o senhor vai responder exatamente na medida da sua culpabilidade. Se o senhor não apontar os outros que o senhor sabe que estão no meio dessa trama...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, finalizou ... Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... o senhor vai acabar respondendo também pela culpabilidade dos demais. Pense bem nisso: na medida da sua culpabilidade.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Não vai responder pela culpa de outros.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Valeu, valeu, valeu!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Obrigada. Sucesso na sua defesa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Marcos Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sr. Luis Marcos dos Reis, que presta depoimento aqui hoje, eu queria iniciar dizendo: dia histórico para a CPI do 8 de janeiro.

Hoje tivemos o primeiro depoimento de alguém que participou das manifestações do 8 janeiro. Veja, os atores governistas conseguiram trazer aqui hoje alguém – Esperidião Amin, Senador – que participou das manifestações do 8 de janeiro: Luis Marcos dos Reis, que está preso. Por que participou do 8 de janeiro? Não. Porque teve um imbróglio com o cartão de vacina.

Em tempos de normalidade jurídica, em tempos em que o Estado democrático de direito tinha validade, não estaria preso. Absolutamente, não estaria preso, mas está preso e veio aqui hoje – e eu estou cumprimentando a CPI, porque pela primeira vez nós estamos ouvindo alguém que participou das manifestações. Invadiu os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal? Não. Subiu a rampa do Congresso. Quebrou alguma coisa? Não, não quebrou nada. Mas está sendo ouvido aqui e sendo acusado de tudo.

Aí, a Relatora, que deve ter tirado férias da CPI e não está aqui pra acompanhar o depoimento, vem aqui e pega as informações financeiras do depoente e começa a tripudiar em cima, a cirandar em cima: "Não, olha, V. Sa. movimentou aqui R\$5 mil; não, aqui você movimentou R\$3 mil; não, aqui tem R\$10 mil; e aí não sei o quê; e movimentou R\$3 milhões". Aí você vai ver e tem lá um milhão e pouquinho. Ele começa a mostrar os extratos e disse: "Olha, aqui entrou, aqui saiu". E aí eu fico olhando tudo isso, e sabe que me vem à mente, Senador Flávio Bolsonaro? É que a Relatora e os membros do Governo olham para V. Sa., Sr. Luis Marcos dos Reis, e enxergam em V. Sa. um Youssef, enxergam em V. Sa. um Paulo Roberto Costa, enxergam em V. Sa. um Palocci, enxergam em V. Sa. um Nestor Cerveró. Sabe por quê? Porque esses companheiros do PT e seus governos desviaram, só da Petrobras, R\$18 bilhões.

Pergunto a V. Sa.: recebeu na sua conta algum dinheiro da Petrobras?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Dos Correios?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O seu apartamento estava cheio de dinheiro? Alguém pegou dinheiro no seu apartamento, lotado de...?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, eles olham para V. Sa. e olham e enxergam o retrovisor do tempo, e aí, veem aí os companheiros, os comparsas do crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria dizer que idiotice não é crime. E V. Sa. já disse aqui que se arrepende de ter ido lá.

Eu nunca defendi aqui nessa CPI, não é hoje que vou defender, quem foi, invadiu, quebrou, fez quebra-quebra dentro do Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados, Senado Federal ou prédio do Supremo Tribunal Federal. Quem cometeu crime responda na medida da sua culpabilidade. Agora, nem disso podem acusar V. Sa., porque não entrou e não quebrou. Teve a infelicidade, num ato voluntário, de sair e participar das manifestações no momento em que já estava no seu final, como narrado aqui.

Pergunto: alguém lhe pediu pra fazer isso?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Estava sob coordenação de alguém?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor, livre e espontânea vontade minha

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, Sr. Presidente, o que resta aqui? Veja, eles nos deram a oportunidade de ouvir um depoimento, enfim, de um que participou dos atos do 8 de janeiro. Mas, infelizmente, não foi nenhum daqueles que apareceram na foto da Reuters. Não. Aqueles que estavam lá na antessala da Presidência da República não vieram à CPI. Não vi no plano de trabalho da Relatora...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Ninguém foi preso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Aliás... Estão presos?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Não, nenhum foi preso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Onde estão? Olha, com todo o aparato tecnológico, de inteligência, informação, até contrainformação, eu pergunto: onde estão aqueles que estavam no quebra-quebra? Na onda do quebra-quebra? Os golpistas que eles dizem aqui ou são muito espertos ou tem alguém, me parece, não querendo cumprir o dever de casa. E eu queria – já disse isso ao Presidente da CPI –, queria ver sentados nessa cadeira aqueles que estavam lá, especialmente aqueles da salinha, do quadradinho da foto posada. Mas não estão.

E aí, eu ouvi aqui hoje um Senador do PT – não vou citar o nome dele pra ele não vir aqui pedir direito de resposta, nem merece ter citado o nome dele –, que disse que bolsonarismo é isso. Veja o que ele disse: "Bolsonarismo é isso". Bolsonarismo agora, pra quem não sabe, é sinônimo de direita. Quando você pensa em direita, eles redundam pra bolsonarismo. Bolsonarismo é isso, golpista, anticiência, antidemocrático, e daí por diante. E aí, nos governos do PT, nós tivemos lá apartamento cheio de dinheiro, diretores da Petrobras que devolveram milhões... E eu posso citar aqui: Paulo Roberto Costa devolveu 79 milhões; Sérgio Cabral, 380; Palocci, preso, condenado, mais de 100 milhões – posso continuar falando –, mas esses são santos, os santos da esquerda, os veneráveis da esquerda, os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venerados da esquerda, como eles veneraram aqui o hacker da "vaza jato", são os ídolos deles. Os ídolos da esquerda são os bandidos.

Mas V. Sa., que vem aqui – e não estou dizendo que não errou, V. Sa. já disse que errou –, mas querem pintar V. Sa. de bandido. V. Sa. não tem cara de bandido. V. Sa. não tem resposta de bandido, sabe por quê? Os primeiros acusados do petrolão, do mensalão e "ão", "ão", "ão", primeira coisa que faziam: negavam tudo. Daqui a pouco, a coisa apertava, as evidências apareciam, aí começavam a entregar tudo, delatavam tudo, e aí, depois, devolviam o dinheiro, mas hoje ainda estão nos altares da santificação da turma da esquerda, continuam – alguns eles até escondem, não querem mostrar muito, não.

Então, com todo respeito, Sr. Presidente, aí o Senador do PT vem aqui e diz: "Bolsonarismo é isso, é golpista, é anti ciência, é antivacina, é antidemocracia". Aí eu pergunto: será que eu posso dizer que esquerdista é isso, corrupto? Eu posso dizer que esquerdista lulista é ladrão? Eu posso dizer com a mesma veemência que disse ali o Senador do PT que bolsonarista é isso? Porque não é isso que eu penso, eu não acho que todo esquerdista é ladrão, eu não acho que todo esquerdista é bandido ou qualquer outra coisa. Eu divirjo de quem é da esquerda, tenho um pensamento totalmente diferente deles, penso de modo diferente, defendo valores diferentes, mas tem muitos representantes da esquerda que eu respeito e que sei que são honestos, mas não é honesto alguém vir aqui, sentar numa cadeira como paladino da moralidade – e que em outra hora invocou, inclusive, nomes da direita para se eleger –, aí vir aqui querer cantar de galo e dizer que: "Não, bolsonarista é tudo isso".

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Tenha um pouquinho de respeito, de decência, de urbanidade, de fidalguia, de qualquer coisa que o valha para poder definir o que é esse ambiente.

Eu, na CPI da Pandemia, tive embates duros ali com muitos colegas, alguns até no plano pessoal – nunca ataquei ninguém no plano pessoal –, e, depois, vinham me pedir desculpa no particular. O.k., faz parte do jogo.

Agora, aqui eles querem criar uma cortina de fumaça. Ninguém falou das joias hoje. Que legal, não é? Ninguém falou das joias do Bolsonaro, da Michelle, ninguém falou. Hoje parece que esqueceram, porque aqui todo dia tem uma cortina de fumaça, talvez seja: "Ah, não, porque o Lula teve 11 contêineres, devolveu uma parte, a outra botou não sei onde". Tem um relógio Piaget dele, que nem na declaração de entrada está, mas ele deu um depoimento dizendo que ganhou de um ex-Presidente francês, mas aí está tudo certo. Se é da esquerda que fez: "Não, esse aí é santificado porque é da esquerda".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero comparar ninguém, mas o que eu quero dizer é que hoje eu estou feliz porque temos aqui o primeiro depoimento de alguém que esteve no 8 de janeiro, uma pena que não é nenhum daqueles que praticaram atos criminosos no âmbito dos Palácios dos Três Poderes.

Que V. Sa. reflita sobre tudo, mas tenha a consciência tranquila. Eu lamento muito que tenham feito uma devassa na vida de V. Sa. hoje em cima de 3, 4, 5 mil, 18 mil, aí você devolveu aqui, e, depois, eu quero ter acesso aos relatórios, aos extratos comprovando que fez, como fez. E aí querem criminalizar aquilo que não é criminalizável, querem misturar alhos com bugalhos. Mas V. Sa. não tem nada a ver com os crimes graves que estão sendo denunciados aqui, exceto pelo fato de ter ido lá. E aí eu digo e repito: tolíce não é crime.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Na ausência do Senador Izalci Lucas, passo para o próximo orador, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, querida amiga Senadora Eliziane Gama...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... quero, respeitosamente, saudar o convocado e seu advogado, saudar os Srs. Senadores.

Eu vou pedir que a equipe, por favor, consiga colocar no vídeo modestas 11 – 11 é um número perfeito, não é, Presidente? –, 11 ilustrações que eu lhes passei, se for possível. Mas vou iniciar.

O Sr. Luis Marcos dos Reis está aqui porque participou do dia 8 de janeiro. Não praticou nenhuma violência, não se omitiu. E eu gostaria de trazer algumas respostas, algumas dúvidas e algumas perguntas.

Todos conhecem essa manifestação do nosso Ministro da Justiça – não sei se tem som aí; por favor –, porque ele diz que não recebeu nenhuma comunicação e desafiou que se mostrasse.

Eu vou, modestamente, satisfazer o seu desejo, seguindo aquela lição de Joaci Góes, *sapere aude*, ou seja, ter a audácia de saber.

Pode ser a próxima?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – No dia 6 de janeiro, é sabido e consabido, circulou uma informação... Não circulou na coluna social, circulou no Sisbin, cuja agência central é a Abin, que haveria invasão do Congresso Nacional e de outros prédios, evidentemente públicos, só os há públicos, na Esplanada dos Ministérios.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 7, o Ministro da Justiça e da Segurança Pública editou uma portaria regulamentando o papel a ser cumprido pela Força Nacional, que foi fotografada pelo Sr. Adriano Machado.

O art. 1º diz:

Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública [...] para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado [preste atenção geograficamente] entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes [deu para entender na geografia?], assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023.

Quem subscreveu isso não é um desavisado, é alguém não só avisado como também quem impôs sobreaviso em um plano pra fazer face a uma contingência de três dias.

Há alguns diálogos que eu quero deixar registrados aqui.

Já no dia 8 de janeiro, pela manhã, o chefe do setor de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Sr. Mauro André Kaiser Cabral, que não era da administração anterior, indagou ao subsequente sobre como proceder.

A mensagem seguinte, por favor, é só seguir a...

Confesso que não é a melhor produção técnica.

A mensagem "b" diz: "Bom dia, meu amigo. Vocês vão acionar os CICCEN?". Quer dizer, o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional. É uma pergunta. Feita por quem? Pelo Mauro André Kaiser Cabral.

A resposta: "Bom dia. No momento a avaliação do Ministério da Justiça e Segurança Pública...". É o que está aqui. É a terceira mensagem. Se eu não estiver lendo o correto, eu peço até pra ser chamado à colação, mas eu estou apenas lendo o que está aqui, e este documento pertence à Comissão.

"Bom dia, no momento a avaliação do Ministério da Justiça é que a maior tensão é no DF e, por isso, não haveria necessidade de ativar este comando de coordenação nacional. Escalei a decisão para o novo Secretário Nacional de Segurança. Estou aguardando orientações".

Isso já ainda na manhã do dia... às 9h22, do dia 8 de janeiro.

A resposta: "O CICCEN não será ativado".

Com isso, nós chegamos à última mensagem. Eu peço perdão pela precariedade dos recursos de que eu estou me utilizando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês sabem a que horas foi ativado? Foi ativado... "Estou acionando a célula de inteligência do comando central". Às 15h49...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Estava tudo quebrado já.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Às 15h49 do dia 8 de janeiro.

Eles chegaram quase tão atrasados quanto o senhor, só que eles tinham a informação.

E à afirmação, somente após as invasões de todos os prédios públicos referidos é que o comando foi acionado, ou seja, eu quero, em homenagem ao fato, no que eu compartilho com o Senador Marcos Rogério, de hoje estarmos recebendo, não como visita, mas como convocado, um participante do dia 8 de janeiro, que eu não colocaria...

Se eu fosse o Senador Magno Malta, eu não o enquadraria como golpista. Mas cada um pode enquadrar como quiser. Pode-se fazer, inclusive, proposta de delação premiada com algum teor de sedução.

E eu gostaria de dizer o seguinte: que, de alguma forma, nós estamos inaugurando a oportunidade de confrontar a ação do dia 8 de janeiro com a omissão do dia 8 de janeiro. E eu desafio que alguém questione esses mal-apresentados eventos que eu selecionei. Eu apenas selecionei quase que aleatoriamente, porque eu achei que a sessão hoje, pela manhã, teve alguns rumos e alguns traços que não fazem parte de uma investigação para o futuro. Creio que esses pequenos *flashes* da omissão vão alimentar a nossa jornada.

Na quinta-feira da semana que vem, certamente teremos alguns tópicos a mais. E aquela narrativa, que alguns consideram uma invenção, aos poucos vai adquirindo forma, fato e notícia concreta disponibilizada a esta Comissão, e esse conjunto vai fazer parte do relatório, seja do principal, seja do acessório, ou seja do que venha a ser a verdade.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Meu único compromisso aqui é de ter trazido a verdade. Se eu tiver cometido algum erro de interpretação ou de leitura, porque eu quis me ater aos dez minutos, eu peço desculpas antecipadas. Mas fico à disposição para responder a qualquer resposta.

Isso é o primeiro *trailer* da omissão em andamento, porque continuamos a não ter os vídeos do Ministério da Justiça. Há quem diga até que foram, acidentalmente, prejudicados. Mas temos as fotografias do fotógrafo Adriano Machado, e Força Nacional estava lá. Alguém a dispersou.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ausência do próximo orador, que seria o Deputado Filipe Barros, passo ao próximo orador seguinte, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Srs. Senadores, Deputados, Sras. Senadoras, Sra. Relatora, depoente, repito uma pergunta que lhe foi feita, mas não precisa me responder. Você viu por acaso, lá dentro, algum infiltrado? Não me responda porque o sorriso é meu. Alguém tinha placa de infiltrado ou não infiltrado na testa? Eu não quero dizer que a pergunta é imbecil, mas é a mesma coisa de dizer: "Como o senhor desceu andando? Com os pés. Como o senhor subiu a rampa? Voando".

Mas eu quero chamar a atenção para um fato que está ancorado em todo esse material que eu ouvi e presenciei: as elucubrações infinitas que não têm um mínimo de relação com o escopo ou com o fato determinado desta CPI, que está completamente inviabilizada juridicamente, se a Justiça brasileira estivesse no seu pleno exercício e o nosso ordenamento jurídico não tivesse já ido para a Cucuia. Quem escreveu o fato jurídico foi esse menino, Deputado André Fernandes.

A quem a investigação se houve, atos de vandalismo é uma omissão. Quem vandalizou precisa pagar pelo vandalismo que fez. Aliás, esses crimes já estão no ordenamento jurídico nacional, que está nas nuvens na era da internet, está nas nuvens o ordenamento jurídico. Espero que volte, que alguém o traga de volta.

Mas o senhor veio para aqui com uma grande montanha por ser assessor do AGO, mas não é por nada. O negócio não é com o senhor. O negócio é Jair Messias Bolsonaro.

Quem se aproxima de Bolsonaro vira bandido. Eu vi essa frase aqui.

Olha, o Anderson Torres está preso, o senhor está preso, o entorno de Bolsonaro está preso; o entorno de Lula nunca esteve preso, dos seus ministros a Presidente de partido, e o próprio Lula. E sem falar naqueles que delataram bilhões desviados de cofres públicos. E alguém está falando em joia de R\$400, e alguém está falando na sua movimentação – um dia, foram 5 mil; um dia, foram 3,5 mil –, se tudo isso era para pagar contas da Primeira-Dama ou para financiar um golpe. Pobre da ex-Primeira-Dama, de saudosa memória, D. Marisa, que tudo vai para a conta dela. Tudo vai para a conta dela.

Nós estamos completamente fora, Sr. Presidente, do fato determinado desta CPI. Onde estão os infiltrados? Só se sabe se os trouxessem para depor. Alguém aqui ouviu alguém que injustamente foi preso por vir à rua e dizer: "Eu estou vindo à rua, porque sou contra aborto, sou contra ideologia de gênero, sou contra Maduro, eu sou contra ditadura, eu sou contra tirar o dinheiro do Brasil para levar para a Argentina, para levar para Cuba, eu sou contra essas empresas que assaltaram o Brasil...". Aliás, a lista da Odebrecht, da Queiroz Galvão e da OAS tem o nome de muita gente que está aqui cantando de vida limpa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu caso, eu nem tomei vacina, não tomei, preguei contra a vacina, já fiz quatro discursos no Senado e mostrei as bulas da vacina, e não fui aparteado por nenhum cientista dessa CPI da Covid.

Nós estamos fora do escopo? Eu implorei e implorei a ponto de sair. Me esqueço do nome do senhor...

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor. *Fora do microfone.*) – Luis Marcos dos Reis.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – É só para eu não falar sozinho, só para você falar o seu nome, Luis Marcos.

Eu implorei para que pessoas presas como você, inocentes – e eles zombam, velhinhas chorando, orando, rezando...

Tinha, sim; tinha jovens também, tinha adultos, tinha pessoas com comorbidades. Mas trabalharam, fizeram de tudo para não visitá-los. Nenhum gesto humanitário. E eles pregam direitos humanos, mas os direitos humanos deles são como se os humanos não tivessem direito. Quem tem direito é quem rouba um celular, assassina um estudante na porta de casa, dá um tiro na cabeça, mas tem 17 anos e é tratado – um homem travestido de criança –, mas as nossas crianças podem ser erotizadas. Esse tipo de gente eles defendem. Mas, mais uma vez, Flávio, a montanha pariu um camundongo. Eu ontem fiquei pensando: amanhã o mundo acaba.

Aí, do alto da inteligência de Esperidião Amin, ancorado na fala contundente de Marcos Rogério, nós temos os omissos. Eles estão guardando G. Dias, estão escondendo o G. Dias. E tem muitos conselheiros misericordiosos aqui, conselheiros que são verdadeiros samaritanos: "Olha, o senhor vai ficar só. Abandonaram o senhor. Abandonaram Anderson Torres". Ninguém está abandonado, não. Anderson Torres é meu amigo e eu o visito." Abandonaram o Diretor da PRF". Ninguém está abandonado, não. Nós estamos dentro de uma contingência, onde não há legislação, ordenamento jurídico e as pessoas estão sendo presas aleatoriamente, porque eles querem chegar ao final desse relatório – que já está pronto, a CPI começou com o relatório pronto, porque foi declarado pela nossa Relatora que houve uma tentativa de golpe... Se você vai investigar alguma coisa – e uma CPI é juiz e é polícia –, cria inviabilidades jurídicas quando ela se declara. Perdeu então a força de juiz.

Então, nós já sabemos qual é o relatório, sabemos qual é o final. E por ter a montanha parido um rato, um camundongo, as pessoas se dispersam.

Falaram o que para o senhor? O senhor como militar desceu aqui a rampa? O senhor assume que cometeu um erro? Não sei... Não sei... As pessoas estavam curiosas, as pessoas estavam inquietas.

O meu Instagram está aqui. Tudo que eu falo está gravado e está aqui. Eles vêm aqui, tiram um vídeo aleatoriamente e vão lá, montam um monte de coisa em cima do meu vídeo e espalham, como se eu fosse parte disso. Eu quero que encontrem. Eu quero que encontrem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Suprema Corte, eu ouvi dizer agora que está trabalhando junto à PGR para fazer um tipo de acordo para inocentar as pessoas que foram presas. A honra, a dignidade, as imagens dos terroristas...

No julgamento – vou contar uma história para você –, no julgamento de Cesare Battisti, lá no Supremo, estava o Senador Nery, do PSOL, que era Senador aqui; o Senador Randolfe; Ivan Valente; Chico Alencar assistindo ao então advogado Barroso fazer uma sustentação de um homem inocente, um homem caluniado, um ser humano maravilhoso, um decente pai de família. E foi inocentado. E eles fizeram uma festa. Um terrorista que matou crianças vivas, queimadas dentro de casa. Fez a delação na Itália. Há um ódio nisso porque ele foi deportado no Governo Jair Bolsonaro. Então, eles têm o maior orgulho de serem lulistas e pensam que a gente tem vergonha quando é chamado de bolsonarista. Quando o cara é chamado de bolsonarista, o cara está fazendo uma ligação com cores. Verde e amarelo é bandeira, pátria, família!

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – A luta contra a legalização de droga, de aborto!

Então, onde estão os infiltrados? E eles existem. Eles estavam fazendo um ensaio fotográfico; estavam montando uma produção para poder mandar para o mundo, Senador Jorge Seif. E lá estava o fotógrafo.

Eu visito a cadeia – todo mundo sabe disso. Não encontrei nenhum daqueles que estão lá no ensaio fotográfico nem na Papuda e nem na Colmeia. Eles estão ali, todo mundo limpinho. Eu podia...

Há um vídeo do Lula, ele dizendo: "Isso foi de dentro para fora – de dentro para fora. Isso não foi de fora para dentro. Alguém abriu a porta". Quem diz isso é Lula, não sou eu.

Então, é o seguinte – e encerro, Sr. Presidente, nesses dez segundos –: nessa questão de joias, gostam tanto de joias... Nós estamos colhendo assinaturas, vamos fazer a CPMI dos 11 contêineres do homem do relógio maravilhoso. E aí nós saberemos para onde é que foram os contêineres, se estão no sítio de Atibaia, se estão no triplex ou em algum lugar do mundo, onde esse homem abre a boca e diz "eu fui embora com 11 contêineres" e faz seus discursos com relógio acima de US\$80 mil. É isso! Vamos saber quem são esses infiltrados e vamos saber quem são aqueles que fizeram a baderna e vamos limpar definitivamente o nome desses inocentes.

Agora, esses não foram ouvidos. Esses nunca entraram em nenhum requerimento, por mais que eu implorasse. E essa foi uma das razões, Senador Rogério, que me fez abandonar essa posição e sentar aqui, ficar aqui, porque pessoas neste país – mais de 2 mil pessoas – foram pagas, vilipendiadas, espezinhadas, debochadas aqui, porque vieram às ruas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o próximo 7 de setembro vai ser o nosso "fique em casa". Terá um 7 de setembro das Forças Armadas, que hoje fazem continência para bandido, junto com o MST, junto com a CUT, dando continência para bandido, para ex-presidiário; e vai ser o nosso "fique em casa". E vamos ver que 7 de setembro lindo.

Eu soube até que as Forças Armadas estão muito chateadas conosco. Mamãe, me acorde. Eu estou sem dormir por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Próximo orador, Deputado André Fernandes. *(Pausa.)*

O Deputado não está aqui?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Sr. Presidente... *(Risos.)*

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Primeiro, quero falar aqui para o Sargento Luis Marcos dos Reis: seja bem-vindo.

Fico triste em ver o senhor sendo desrespeitado por Parlamentares aqui que são muito machões diante de alguém que o que falar pode vir a se prejudicar, que está preso, que está sofrendo restrição de sua liberdade. São covardes, são covardes, são machões. Eles não têm coragem de fazer isso para cima de nenhum que está aqui.

Fica com a mente tranquila. Essas ameaças, falar de filho... Coisa de covarde. O senhor, como bom militar, já deve ter se deparado com vários desses aí na sua frente. Então, ignora o que essa raça maldita falou, tá?

Mas vamos lá.

Sr. Presidente, muitos têm falado aqui que houve avisos desde o dia 5, dia 6. Aí eu estou olhando toda a documentação que chega lá no banco de dados da CPMI. E o Sr. Saulo, ex-Abin do Lula, em uma conversa com uma mulher chamada Luciana, após os ataques e sair na imprensa que talvez a Abin tivesse falhado, ela afirma em mensagem que teria avisos e relatos sobre vandalismos desde, pelo menos, o dia 3 de janeiro – está lá nos documentos da CPMI. E aí ele até responde: "Bom, então estamos resguardados". Tirou o dele da reta, falando popularmente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas acontecem várias coisas que o Governo está ignorando, a base governista está ignorando e prefere falar de joia e de cartão de vacina.

Chegamos e aprovamos aqui, nesta CPMI, buscar informações e detalhes do plano de voo de Lula para Araraquara. Pasmem, senhores: Lula decidiu viajar para São Paulo às 16h43 do dia 7 de janeiro – 16h43 de 7 de janeiro. Ele decidiu: "Vou viajar para Araraquara, faz uma agenda". Duas horas e pouco depois, sai uma portaria do Ministério da Justiça autorizando o uso da Força Nacional em Brasília. E, para não dizer que Dino não estava ciente, ele postou até nas suas redes sociais, às 19h08: "Além de todas as forças federais disponíveis em Brasília, [além de todas as forças federais disponíveis em Brasília] e da atuação constitucional do [...] [GDF], teremos nos próximos dias o auxílio da Força Nacional". Ele não fala que está deixando à disposição, ele está dizendo que vai ter: "[...] teremos [...] o auxílio [...]". Assinei agora Portaria [portaria que o Senador Amin acabou de ler] autorizando a atuação, em face de ameaças veiculadas contra a democracia".

Veja só, Lula decide viajar quase 5h da tarde, duas horas depois sai uma portaria, o Ministro da Justiça disse: "Deve acontecer algo e eu estou autorizando o uso da Força Nacional".

Vira-se o dia, 8 de janeiro. Pela manhã, o mesmo ex-Abin do Lula, Saulo, conversa com um funcionário do alto escalão do Ministério da Justiça e pergunta: "Vocês acionarão o CICCEN (Centro Integrado de Comando e Controle Nacional)?" E ele fala: "Não". Está nos documentos da CPMI. Na mesma conversa, quase 4h da tarde, o mesmo diz: "Acionamos o CICCEN", já após os ataques.

Acontece que o próprio Exército Brasileiro deixou registrado que Lula, que o GSI do Lula ignorou o protocolo de defesa do Palácio do Planalto. Está comprovado que o Dino, que, em menos de 24 horas atrás, tinha dito "estaremos usando a Força Nacional para auxiliar nesses prováveis ataques"... Não vimos a Força Nacional agir. E, quando a gente soma esse fato com outro fato que é quando tocamos aqui nesta reunião de CPMI sobre convocar o Comandante da Força Nacional que atuava no 8 de janeiro, o Governo dá um pulo. A Relatora, que está aqui para defender o Dino, junto com a maioria da bancada da Comissão, que é do Maranhão, apontada por Dino, dá um pulo: "Meu Deus! Não pode trazer." Eles preferem trazer o Cid novamente, eles preferem trazer um sargento preso por supostamente fraudar um cartão de vacina – e eu falo supostamente porque não está comprovado –, mas trazer a esta Comissão o comandante da época, da Força Nacional, ao qual Dino tinha dito: "Estou assinando uma portaria para a atuação", e que não atuaram, aí não pode, aí não pode.

E, vejam só, o Governo tenta a todo momento dizer e elencar Bolsonaro com o 8 de janeiro, como se ele fosse o mentor disso tudo.

Aí nós vemos de um lado, Polícia Militar do Distrito Federal; Palácio do Planalto, GSI; Ministério da Justiça, Dino, Força Nacional; Dino, Lula, GDF. E cadê Bolsonaro nessa história? Porque Bolsonaro não era Governador, nem era Presidente, nem era Ministro da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Detalhe, Sr. Presidente, para o povo brasileiro entender como funciona o sistema: quem estava comandando aquele batalhão de operação era o Comandante Klepter, da PM do Distrito Federal. Sabe o que ele fez? Pediu para os policiais militares ficarem em casa, sob aviso, não de prontidão aquartelado, sob aviso em casa. E, sim, tiveram uma certa facilidade os manifestantes. Aliás, da Polícia Militar, boa parte estava em casa.

Vem a intervenção, Lula escolhe... O mesmo Lula que fugiu na véspera dos ataques. E o homem que inclusive deu a notícia de que Lula estaria viajando estava dentro do Palácio do Planalto no outro dia com os manifestantes. Olha a coincidência! O mesmo que estava dentro do Palácio do Planalto com os manifestantes foi o que assinou a viagem do Lula, às 16h43, do dia anterior. É muita coincidência acontecendo. Teve uma certa facilidade.

Vem o Lula, junto com o Dino, e escolhe Cappelli para ser interventor. Cappelli interventor pega o Klepter, que deixou os policiais em casa para facilitar a entrada dos manifestantes, e o promove a Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. Eles dois conseguem derrubar G. Dias. Já está claro que o Governo entregou a cabeça do G. Dias.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Vai sobrar para o G. Dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só vai sobrar para ele. Eu tenho até pena, porque o Governo já escolheu: vai ser ele o bode expiatório.

Pega o Cappelli, que é interventor, conseguiu elencar o Comandante-Geral da Polícia Militar, agora traz Cappelli para ser GSI. Aí eu vejo também nas mensagens do Saulo, ele conversando com o parceiro da Abin, em que ele diz claramente que Dino... Ele diz que o outro Ministro da Casa Civil, como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Rui Costa e outro lá de dentro do Palácio Planalto são a favor da desmilitarização do GSI. Está lá nos documentos da CPMI. Aí você começa a arquitetar. Opa, espere aí! Qual era a ideia do Dino junto com o Cappelli, junto com esse grupinho dentro disso tudo? Porque é que, a todo momento, Dino vem crescendo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... e colocando quem ele quer em pontos estratégicos, querendo colocar para cima do Exército Brasileiro?

Aliás, se dependesse da Relatora, o Alto Comando estaria todo convocado. O Governo não quer, a Relatora quer. Randolfe Rodrigues não quer, a Relatora quer. Aí eu começo a pensar, o que está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo? Quer dizer que Lula, Randolfe, estão de um lado; Dino, Eliziane e a turminha do Maranhão estão do outro, junto com o Cappelli? O que está acontecendo? Será que o Dino agora vai ser o próximo Presidente? Será que, então, é o Dino que está mandando em tudo, na bagaça toda? É muita força para um homem só. Janja, cuidado! Vão já tomar o lugar do teu *boy*, Janja. Fica de olho aberto!

Sr. Presidente, tudo arquitetado, está comprovado, mas, infelizmente, o Governo está tentando desviar o foco da CPMI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, a próxima oradora inscrita, que é a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigada.

Eu vou tentar ajudar a Relatora e ajudar os demais Parlamentares esclarecendo alguns fatos. Eu vou fazer uma exposição e, no final, vou fazer uma pergunta ao depoente, ao Sargento Reis.

Eu gostaria de abrir um eslaide para a gente esclarecer, porque, Relatora, o Brasil está acompanhando e, às vezes, tem dúvidas sobre o que a gente está falando aqui.

Eu queria chamar a atenção dos nossos Parlamentares sobre atribuições do ajudante de ordens. Nós temos aqui, nós temos uma lei de 1952 que fala quem deve e pode ser ajudante de ordens e as atribuições. O.k. Ela foi revogada, outras foram surgindo e tal, mas vamos chegar – pode passar –, vamos chegar a essa lei de 2020, a esse decreto de 2020, com base lá nas leis anteriores, que diz que:

À Ajudância de Ordens compete:

I – prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente da República nos assuntos de natureza pessoal [diga-se familiares], em regime de atendimento permanente e ininterrupto, em Brasília ou em viagem;

.....

Isso aqui é de 2020.

Próximo eslaide, por favor.

Como foi em 2022? Repetem-se, por um novo decreto também, as mesmas atribuições de um ajudante de ordens.

Próximo eslaide.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023, como é que o Presidente Lula lida com os ajudantes de ordens dele e como é que a Presidência da República hoje também trabalha com ajudantes de ordens? A mesma coisa: prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente da República nos assuntos de natureza pessoal.

A gente não consegue ver um Presidente da República sair do gabinete, ir ao caixa eletrônico, sacar R\$50 para pagar a manicure da esposa. Isso faz parte do trabalho de ajudante de ordens. O Presidente da República tinha ajudantes de ordens. De acordo com a lei, são militares, há todo um requisito para ser ajudante de ordens. E aí, a gente viu aqui, hoje, de uma forma indevida, um Parlamentar – e eu mudei toda a minha fala por conta deste vídeo – apresentar um vídeo em que associava a imagem da Primeira-Dama a depósitos da turma do Cid na conta da Primeira-Dama, e esses depósitos poderiam ser financiamento dos atos de 8 de janeiro. Absurdo!

Se o ajudante de ordens tem que cuidar das coisas pessoais do Presidente, é verdade que ajudantes de ordens fazem pagamentos de contas pessoais do Presidente e de sua família.

Mas eu quero chamar a atenção do Brasil para a guerra das narrativas e para as inverdades e mentiras. E nós, nesta Comissão, não podemos cometer esse erro. Eu não quero entrar para a história como membro de uma Comissão de Parlamentares despreparados e que cometeram erros numa CPMI.

Vejam essas notícias. E, infelizmente, o que eu estou vendo aqui são Parlamentares usarem muito matéria de imprensa. E, infelizmente, Relatora, eu vi um relatório do Coaf usando frases de matéria da imprensa. Se o Coaf não tem instrumentos para apurar situações, vai usar matérias de imprensa?! Eu estou muito preocupada com a gente usando como fonte, o tempo todo, matéria de imprensa, como esta por aqui.

Esta aqui: "Em 11 dias, equipe de Mauro Cid depositou R\$60 mil em dinheiro na conta de Michelle Bolsonaro". Uau! Está aí o golpe: R\$60 mil. Só que a mesma matéria que faz essa chamada – e todo mundo cai nessa chamada – está dizendo lá embaixo: são "11 dias distribuídos em oito meses". Espere aí! Ela paga contas de casa, ela paga dentista da filha, ela paga plano de saúde, ela paga manicure, ela paga sapato... São R\$60 mil em oito meses! Vamos dividir 60 por 8? Quanto dá isso? Uma despesa de uma dona de casa.

E de onde vem o dinheiro, senhores? Eu quero lembrar todos os Deputados e Senadores aqui: Mauro Cid era procurador da conta do Presidente. Esse dinheiro aqui era salário do Presidente! Quem sacava? Quem é o procurador? Todo mundo sabe isto aqui. Mauro Cid saca o salário do Presidente, a Primeira-Dama liga: "Presidente, marido, amado, tem que pagar a manicure". Mauro Cid faz o depósito na conta da Primeira-Dama. Gente, isso aqui está muito claro! Não foi depósito para financiar atos de 8 de janeiro. Eu não sei por que o Deputado trouxe isso aqui! Eu preciso rebater!

A própria matéria continua. Aí, Brasil, olhe lá o valor dos depósitos que Cid fez na conta, que a turma do Cid – e, possivelmente, pode o Sargento ter feito um depósito na conta de Michelle –: R\$900,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R\$800, R\$7 mil... É isso aqui, gente! Financiamento de atos... Em oito meses?! Vocês acham que Michelle Bolsonaro ia ficar oito meses recebendo R\$800 na conta, arquitetando os atos de 8 de janeiro?! Ela ia ficar guardando R\$800 por mês para financiar um ato em 8 de janeiro?! Eu precisava mostrar isso para o Brasil!

Mas eu vou fazer uma outra... Volte, por favor, o eslaide. Eu vou fazer... Volte, volte, volte.

Antes de mostrar o eslaide, eu quero chamar atenção dos Parlamentares: eu não vou quebrar sigilo de Michelle, o que eu vou exibir aqui é com autorização de Michelle e da Sra. Rosimary.

O Brasil inteiro está falando – e hoje foi falado várias vezes aqui – que Michelle tinha um cartão de crédito, e já insinuaram que esse cartão de crédito também era para financiamento de atos golpistas.

Vamos embora ver o cartão de crédito, com a autorização da titular e da Michelle. Vamos passar aqui.

Um cartão de crédito em que Michelle era dependente... Era... Fazia parte dessa dependência. Titular: Rosimary. Quem é Rosimary? Minha assessora. Quem é Rosimary, que nós todos no Senado chamamos de Chuchu? Rosimary é amiga há décadas de Michelle.

Gente, deixe-me explicar uma coisa para vocês, eu tenho tempo ainda. Michelle, aos 14 anos, vendia laranja no farol. É essa menina que chegou a ser Primeira-Dama. Quando Michelle foi trabalhar no gabinete com Chuchu, Michelle não tinha renda para abrir cartão de crédito. Chuchu abre um cartão de crédito... Esse especificamente foi aberto em 2015, quando Michelle entra como dependente de Chuchu. E é claro que tem que pagar fatura! Michelle gasta. Mas olhe o valor da fatura, gente: R\$315!

Deixe-me mostrar outra fatura, com autorização de Michelle e de Rosimary. Pode passar! Olhem lá o valor da fatura: R\$341!

Volte à primeira, por favor.

Olhem as despesas de Michelle: Renner, R\$89! Olhem lá as despesas da nossa Primeira-Dama, e é isso que estão dizendo que é ato golpista.

Relatora, a senhora não pode incidir nesse erro. Há um cartão de crédito de uma amiga que ajudava a outra. Esse cartão de crédito foi de 2015 a 2021, e eu tenho autorização delas para mostrar a fatura para que não haja nenhuma dúvida. Inclusive, Relatora, a Primeira-Dama e a Rosimary, a nossa Chuchu, estão colocando à disposição da senhora, se a senhora sentir necessidade, apesar de aqui não ser a CPI de cartão de crédito, ou CPI de joia, ou CPI de horário de Uber, elas estão colocando à disposição da relatoria, se a relatoria sentir necessidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ter um momento, Relatora, que a fatura de 341... O depósito dos ajudantes de ordens é um pouquinho maior pra Chuchu, sim, porque era Chuchu, como mãe de Michelle aqui em Brasília, que pagava o plano de saúde do irmão de Michelle, que ela mandava dinheiro, e Chuchu que pagava também – a vida inteira Chuchu cuidou de Michelle – o seguro de vida, o seguro do carro do pai de Michelle. Essas são as despesas entre Chuchu, D. Rosi, e Primeira-Dama. Essa Comissão não pode incidir em erro. Estão querendo destruir a reputação da nossa ex-Primeira-Dama.

E a minha pergunta fica agora, Sargento: esse Sr. Vanderlei, que é empresário e que não é o Vanderlei Sargento que trabalhava no Alvorada, alguma vez ligou pro senhor e disse: "Eu sou empresário, vou pôr dinheiro na sua conta pro senhor dar pra Michelle Bolsonaro."?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Que fique registrado que o empresário Vanderlei nunca mandou dinheiro para a ex-Primeira-Dama do Brasil.

E eu coloco à disposição da relatoria os documentos. Chega de assassinato de reputação nessa CPMI! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

O próximo orador seria o Deputado Aluisio Mendes, que não está presente.

Eu passo, portanto, ao próximo orador inscrito, que é o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Eu quero dar as boas-vindas ao Sr. Luis Marcos dos Reis e ao seu advogado, Sr. Ronaldo Braga.

Eu quero dizer que eu não vou fazer nenhuma pergunta pro senhor. O senhor respondeu aí tudo que tinha que responder, e eu confesso que fiquei envergonhado com algumas perguntas que foram feitas ao senhor. Algo sem absolutamente nada a ver com o que a gente está fazendo aqui há dois meses e meio, uma perda de tempo, de dinheiro público e de exposição de pessoas que vêm de forma firme, serena fazer colocações aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Olha, Sr. Presidente, eu quero abrir meu coração. Eu sei das minhas inúmeras limitações e imperfeições. Tenho procurado fazer um trabalho independente aqui, confesso que a busca por essa imparcialidade... Eu sou testemunha de que o senhor tem tentado desde o início da CPMI, mas, na aprovação desses requerimentos, nós estamos fazendo um desserviço à nação. É CPI de tudo, menos do dia 8 de janeiro, para o que nós estamos aqui pra buscar a verdade, doa a quem doer. É CPI de joia, é CPI de cartão de vacina...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Olha, e absolutamente nada do que o povo está querendo saber, que o povo está querendo saber.

Então, eu lhe faço um apelo, Presidente, publicamente. O senhor... Tem uma frase de um pacifista que eu gosto muito, um humanista, que é Chico Xavier, que diz que não importa o que a gente fez até agora, o importante é como nós vamos terminar isso. E o senhor tem a chance, como Presidente, na missão que o senhor recebeu do Colegiado, de pessoas influentes, o senhor tem como fazer com que haja o mínimo de equilíbrio nessa CPMI. Você ter, como a gente diz no Nordeste, uma ruma de requerimentos só de um lado e pegar meia dúzia, literalmente, de um outro, que não é a essência do que a gente precisa buscar aqui, isso joga a CPMI lá para baixo, o trabalho de todos nós.

Então, eu quero pegar a sua frase no começo da sessão... Confesso que dormi muito chateado essas duas noites, mas eu quero pegar essa frase de que o senhor vai tentar fazer uma coisa nem que seja de quatro a um, porque a média está sendo de cinco, seis a um em oitavas aqui. Vamos fazer isso, pega três, quatro, mas traz um que é importante, e eu vou dizer alguns nomes aqui que o Brasil quer saber. E aí é independente se é de direita ou de esquerda, a gente precisa tirar o defunto da sala. O defunto está na sala. Essa CPMI vai acabar, o Governo quer que ela acabe, já saiu entrevista dizendo isso, porque vai chegar aonde tem que chegar. Você não consegue segurar a verdade, esconder a verdade durante muito tempo, não.

Eu queria pedir à atenciosa Secretaria dessa mesa para passar um vídeo, e depois eu complemento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não é esse vídeo, não. Não é esse vídeo. Esse vídeo já foi exibido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Aí eu peço, Presidente, que volte aí o tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Porque é um vídeo que já passou aqui, inclusive. Eu estou trazendo alguns fatos novos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com prazer, Senador. Mais um minuto para o Senador Eduardo Girão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá bom, Presidente. Tá bom. Eu agradeço.

Inclusive a omissão dele, do Ministro Flávio Dino, do Governo Lula. Por que isso não está sendo visto aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito? Por que só um lado é visto? "Ah, não, mas a Força de Segurança Nacional [eu ouvi Parlamentares dizerem isso em entrevistas] tem que ter... o Ibaneis tem que autorizar". E o Ministro Moro, Senador integrante dessa CPMI, que, quando Ministro, mandou a Força de Segurança Nacional atuar, e atuou, e preservou o patrimônio público? Até quando nós vamos nos esconder dos fatos? Ô, Sr. Presidente, não tem como essa CPMI não chamar aqui para ouvir respeitosamente o comandante da Força Nacional, testemunha ocular, ele tem que vir. O fotógrafo da Reuters disse que viu e o fotografou; ele não, o batalhão de 200 homens parados naquele momento.

E as imagens, Sr. Presidente? E as imagens, Sr. Presidente? Isso é um desrespeito ao Parlamento, é um desrespeito à nossa instituição Congresso Nacional. Cadê as imagens? Duas só, chegaram.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Em todo lugar tem câmera de segurança no Ministério da Justiça. Eu já fui lá. Como disse um colega, só não tem dentro de banheiro. Eles não podem fazer isso. O senhor tem que nos defender com relação às imagens. Cadê a perícia das imagens que chegaram, as pouquíssimas? Cadê a perícia?

Presidente, será que nós vamos terminar esta CPMI e não vamos ouvir o Sr. Glauber Amorim, que é um subordinado do Dino, da inteligência do Ministério da Justiça, que recebeu 33 alertas da Abin de que o objetivo seria destruir?

Será que nós não vamos ouvir aqui alguns desses brasileiros, a associação de vítimas de pessoas presas, advogados que tiveram seus direitos negados, o que nós já denunciemos inclusive na ONU?

Será que a gente vai assistir a isso tudo de camarote enquanto a gente está aqui para trabalhar?

Este é o apelo que eu faço, Sr. Presidente, lhe dizendo que o senhor tem essa missão de salvar esta CPMI, de resgatar, para que ela não se desmoralize. Eu faço este apelo para o senhor dando mais um voto de confiança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu quero dizer aqui, a respeito da fala do Senador, e tantas outras pessoas já se manifestaram nesse sentido, que esta Presidência não tem o poder de convocar ninguém. Eu posso, sim, submeter à votação aqui os requerimentos que os senhores quiserem, não há nenhuma dificuldade. Eu tento, tenho tentado sempre fazer acordos. Por exemplo, me pediram para colocar o requerimento hoje a que V. Exa. se refere, que eu acho realmente necessário, dos comandantes da Força Nacional, mas eu senti que, se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso fosse colocado em votação, seriam derrotados. Eu tenho tentado sempre fazer o acordo para aprovar alguns... Agora, eu não tenho esse poder. Eu não tenho, mas eu estou empenhado em fazermos um acordo nessas últimas 11 audiências que temos para que tenhamos, sim, a participação de nomes indicados pela Oposição e nomes indicados pelo Governo.

Agora, eu quero fazer aqui um outro registro, respondendo ao meu amigo, grande Senador da República, Fabiano Contarato, que falou hoje de serendipidade. O que é serendipidade? É uma expressão do Direito Penal de quando está havendo uma investigação e, fortuitamente, se encontra outro crime dentro daquele que está sendo investigado. Acontece que a serendipidade vale para a polícia, vale para o Ministério Público, não vale para uma CPMI que foi criada com um propósito específico e que, para ser criada, precisa da assinatura de 171 Sras. e Srs. Deputados e mais 27 assinaturas de Sras. e Srs. Senadores, que nos dão um objetivo específico de investigar aquele ato determinado, delimitado, que está no requerimento. Então, a serendipidade não vale para a CPMI. Não vale. Se, aqui, nós fomos criados, estamos aqui constituídos na condição de uma comissão parlamentar de inquérito, com o propósito de investigar o que aconteceu no dia 8 de janeiro, eu até entendo que há uma elasticidade no sentido de "olha, quais são os atos que nos levaram ao 8 de janeiro?" "Ah, tem lá o cara que botou a bomba debaixo do caminhão".

Eu acho que faz sentido, viu, Deputado Marco Feliciano! Acho que faz sentido ouvir, porque é um acontecimento que está concatenado.

"Ah, tem a invasão lá da sede da Polícia federal". Eu acho que faz sentido.

A pessoa da Abin que fez os relatórios, não foi no dia 8, mas foi antes. Está conectado com isso.

Agora, meus amigos, pelo amor de Deus, a questão das joias, de corrupção eventual que tenha acontecido num governo seja lá qual for, não é proposta desta CPMI, porque aí, sim, nós estaríamos transgredindo o mandado, a ordem que a Câmara e o Senado nos deram. Não posso fazer.

Da mesma forma, isso vale para os dois lados.

O jovem combativo, Deputado Nikolas Ferreira, ídolo das minhas assessoras... (*Risos.*)

... que gosta muito de rede social.

O Deputado Nikolas Ferreira, por exemplo, fez um requerimento querendo ouvir...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – José...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... uma pessoa aqui citada pelo *hacker*, que teria sido a única pessoa que programou o código fonte em 2018.

E eu, com todo o respeito ao Parlamentar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Se fosse aplicar o paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... apliquei esse mesmo critério.

Falei: "Olha, Deputado, aí a gente teria que providenciar as assinaturas e abrir uma outra CPI pra discutir a validade, a segurança das urnas eletrônicas no país", Senador Flávio Bolsonaro.

Então, a serendipidade tem sido tão lembrada aqui, não só pelo nobre Senador Fabiano Contarato, mas por outras pessoas. A serendipidade não cabe numa CPI, porque nós só temos o poder de investigação sobre aquilo que nos é determinado previamente.

Então, era isso o que eu queria deixar claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Apenas pra sublinhar a fala de V. Exa., que foi aqui um momento especial com relação a essas terminologias que surgem e é um caso que deve ser olhado com muita parcimônia, porque é quando você detecta uma prova de forma aleatória, um fato aleatório dentro, no curso de uma investigação.

É diferente do que hoje a gente tem observado por aí, que é o chamado *fishing expedition* ou a pesca aleatória. Você olha pra uma situação, mas, na verdade, o objetivo é outro. E isso não se enquadra dentro dessa expressão, não se enquadra dentro daquilo que é o modelo penal brasileiro, e, infelizmente, é o que vem sendo praticado.

Mas eu cumprimento V. Exa. pela cautela em cuidar daquilo que é objeto realmente desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado, pode falar.

Deputado Rogério Correia, um breve comunicado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Rapidamente, apenas quero...

Não vou entrar neste assunto agora, até pra não prejudicar a oitiva, mas como o senhor deu a oportunidade também pra que outros se manifestassem, apenas pra dizer que tenho uma discordância dessa análise que o senhor faz. Respeito, é claro, como respeito as opiniões, mas me parece óbvio que relacionar tudo aquilo que levou a um processo de golpe precisa ser investigado.

Se, no processo de golpe, aparecem denúncias de corrupção, no meu entendimento fazem parte do processo, porque um processo como esse é eivado de problemas, de críticas, é eivado de erros, entre eles o erro de corrupção.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é algo que, evidentemente, nós vamos debater e vamos ver o que aparece também de documentação na CPMI.

Apenas pra registrar que não há consenso nessa análise que V. Exa. fez, embora respeite a opinião.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

A próxima oradora inscrita seria a Senadora Ana Paula Lobato, que não está presente; o Deputado Rodrigo Valadares, que não está presente; e o Senador Randolfe, que não está presente.

Eu passo, portanto, a palavra ao próximo orador, que é o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu quero desejar boa tarde ao Dr. Ronaldo Braga, ao Luis Marcos dos Reis, o qual conheço e com quem convivi no tempo em que fui Ministro da Pesca. E lamento também, mais uma vez, pelos maus-tratos que o senhor está sofrendo. E essa conversa de que teus filhos não têm admiração pelo senhor é conversa fiada, viu? Não têm admiração por quem presta continência para Nicolás Maduro, que assassina o seu povo, passando com tanque de guerra em cima – e eles aplaudem, essa cambada de sem vergonha, entendeu? Aí o povo também tem que se envergonhar daqueles que vêm aqui e se dizem cristãos, evangélicos, católicos... E a Nísia Andrade, Ministra da Saúde, me assina uma portaria falando de aborto, de liberação de maconha, de hormonização de crianças de 14 anos. Não tem um evangélico da base governista que fez uma manifestação contra isso. Mas Deus não dorme, e eles vão ter que pagar por isso – se não for na Terra, vai ser no tribunal mais justo que tem, que é no Céu.

Quero te falar também, Luis Marcos, que eu pensei que isto aqui era uma CPMI para tratar de 8 de janeiro, mas isto aqui é um circo, mas o palhaço é o povo brasileiro. Eu fiz a conta: R\$2,5 mil, só dos 64 Deputados e Senadores – R\$2,5 mil –, sem assessores, sem nada, custa esta CPMI para o povo brasileiro. São R\$2,5 mil por hora – o.k.? –, para chegar aqui e virar Coaf, querer saber se o senhor comprou bala, doce, se comprou pneu, se depositou, ao invés de perguntar diretamente para o senhor: "Vem cá, tu financiaste? Tu não participaste?", se as tuas filmagens estão nas redes sociais, estão lá. Então se gasta tempo. E, mais uma vez, infelizmente o povo brasileiro... Assim como na CPI da Covid, aqui é a versão dois da Covid, com a palhaçada que não prendeu um Governador ladrão que roubou milhares de reais do povo brasileiro.

Por falar em vacina, que um monte de mentiroso, canalha, vem aqui falar do negacionismo de Bolsonaro, deixe-me falar algo para o senhor. O senhor sabe quando foi aplicada a primeira vacina no Brasil? O senhor não tomou vacina ou tomou? Não, não importa. Isso não precisa responder. O senhor sabe quando foi aplicada a primeira vacina no mundo? – no mundo! Sabe quando foi?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor. *Fora do microfone.*) – Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Pois eu vou te falar, está na imprensa: em 24/12 foi aplicada a primeira vacina no mundo.

O senhor sabe que o Brasil tem um órgão que regulamenta remédios, produtos? Sabe qual o nome desse órgão? Anvisa. O Presidente da República pode autorizar a vacinação de alguém se a Anvisa não aprovar o medicamento? Sim ou não?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não.

Ó, nós estamos falando de 24/12, dezembro. Em 17 de janeiro de 2021 – matéria aqui no jornal –, a Anvisa autoriza o uso emergencial para as duas primeiras vacinas de covid. Sabe quando foi a primeira vacinação no Brasil? O senhor sabe? Não. Horas depois da aprovação da Anvisa, São Paulo inicia a vacinação dos profissionais de saúde, indígenas e quilombolas.

Infelizmente, eu queria respeitar mais colegas aqui, mas são canalhas, são mentirosos, fazem narrativas, tiram o foco.

O senhor está preso por causa de vacina. Sabe quantas pessoas estão presas no Brasil por causa de vacina? Aliás, existem outros órgãos, outros Poderes que inclusive devolvem helicóptero para traficante que sai pela porta da frente. Mas o senhor está aqui preso. Quanto tempo o senhor está preso? Longe da tua família?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Cento e catorze dias.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Cento e catorze dias! E traficante, que é pego com cocaína, com metralhadora, com fuzil, liberam na audiência de custódia, dizendo o seguinte: "Ai, não me deram copinho d'água", "Ai, me amarraram; não tinha algema, me amarraram com corda", "Direitos humanos"....

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – E processa o policial.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – O.k. Vou continuar.

O senhor sabe o que é que, dia 18/10, o atual Presidente da República... Um ladrão, ladrão! Segundo Marco Aurélio Mello, o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, falou – falou agora, esses dias, numa entrevista –, Lula nunca foi inocentado; por uma questão territorial, eliminaram as provas pra soltá-lo pra Presidência da República. O Ministro! Não é Jorge Seif, Senador da República. Ministro do Supremo Tribunal Federal. Uma vergonha!

Um ladrão, que atualmente ocupa a cadeira de Presidente da República, escreveu uma carta para os cristãos do Brasil, para os evangélicos do Brasil. Sabe o que o canalha fala na carta aos cristãos? Um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trecho: "Outro compromisso que assumo: fortalecer as famílias para que os nossos jovens sejam mantidos longe das drogas. Nós queremos nossa Juventude na escola, na iniciação profissional". Canalha! Mentiroso! E sabe quem é o pai da mentira, segundo a minha Bíblia Sagrada? É o satanás. Pai da mentira. Carta aos brasileiros, dia 18/10. Está aqui também, pode procurar aí.

Outro trecho da carta do mentiroso, ladrão: "Nosso Projeto de Governo tem compromisso com a vida plena em todas as suas fases. Para mim a vida é sagrada, obra das mãos do Criador, e meu compromisso sempre foi e será com sua proteção. Sou pessoalmente contra o aborto". Sabe o que diz no art. 49 do anexo 2 da portaria do Ministério da Saúde, que a Nísia Trindade assinou, a Ministra dele? Legalização de aborto e de droga. Mentiroso. Vagabundo.

Vamos continuar.

Hum... Tem uns caras aqui, Presidente, descarados, que se elegeram Brasil acima de tudo, Deus acima de todos: "Eu sou 'lavajatista'. Viva Sergio Moro. Sou soldado do Moro". Aí chega aqui, senta nessas cadeiras, desce o pau no Presidente Bolsonaro, terraplanista, não sei nem que bosta é essa. Eu sou terraplanista? Olha, é tanta sacanagem absurda... Por isso que eu falo, Flávio, isto aqui é a CPI do circo, a revanche, a vingança, infelizmente, onde... Deles, que são maioria aqui, ninguém assinou a CPMI. Ninguém assinou. Se não fossem as imagens da CNN, que pressionou esse Governo descarado, que compra Parlamentar para tirar o nome da CPMI, não teria isso aqui. Mas esses que se elegeram com Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, "lavajatista", soldado do Moro, nas próximas eleições, tique-taque, tique-taque, não voltarão para esta Casa, porque o povo está aprendendo e se politizando.

Tenho dois minutos ainda.

Por último – e falo agora com profunda tristeza no coração –, quero te falar que tive uma educação militar, porque meu pai é militar, como o senhor. E o senhor sabe por que o povo brasileiro está com repulsa das Forças Armadas? E eu lamento isso, tá? Eu ando esse Brasil inteiro, falo com centenas diariamente aqui ou no meu Estado de Santa Catarina. Primeiro, as pessoas me dizem – tá, Coronel? – que o relatório das Forças Armadas sobre as urnas demonstrava fragilidade. As Forças Armadas foram ignoradas pelo TSE, nenhuma das sugestões foi acatada, e as Forças Armadas se calaram e se submeteram. Aí começou já o povo a ficar meio brabo, pensando que as Forças Armadas eram braço forte, bons amigos, e agora chamam de frouxas armadas, não é?

Segundo, com base nas manifestações durante as eleições, pra onde Bolsonaro ia era multidão: "Mito, mito, mito".

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Para onde o ladrão ia era vazio, segurança, não tinha ninguém, ovo, via. Então, quando abria a urna e tinha mais voto pra um lado do que pro outro, o povo falou: "Não é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível! Aonde o cara vai é motociata, é povo, é abraço, é riso!"... Enfim, então, essa é a uma segunda questão.

Terceiro, Coronel, que as pessoas foram para os quartéis manifestar sua indignação com os resultados. Estavam falando: "O que aconteceu? Não é possível!". Estavam pedindo: "Ô, Forças Armadas, vocês não fizeram relatório? Não mostrou fragilidade?". Realmente, isso é uma realidade e nós não podemos negar.

E, por último, com o retorno do ladrão à Presidência, as Forças Armadas, que não permitiram que as PMs dissuassem as multidões... Depois, o General Dutra – canalha, covarde! – falando com o Presidente Lula: "Eu admiro muito o senhor. Não, amanhã nós vamos ajudar a prender". Prender patriotas. Eles não deixaram as pessoas irem para suas casas, e, depois, o Exército Brasileiro ajudou esse desgoverno a prender inocentes, que, muitas vezes, até hoje não têm acesso ao seu processo.

Então, eu lamento muito... Meu pai serviu ao Exército de Caxias e tinha orgulho disso. Hoje, o que as Forças Armadas brasileiras e o Exército Brasileiro estão recebendo da população é justíssimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Relatora, Sargento Dos Reis, Dr. Ronaldo Braga.

Presidente, eu ia começar a falar, mas eu acabei de receber aqui um alerta no meu telefone com a notícia da CNN, e eu acho que a gente tinha que convocar o Alexandre de Moraes aqui. "Moraes convida especialistas e 'hackers do bem' a testar segurança das urnas". É golpe! É golpe! É golpe! Assim, dois pesos e duas medidas, não é?

Sentou aqui, há poucos dias um *hacker* maluco, um 171.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Vinte anos de prisão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Deu uma versão completamente absurda, que é isso aqui que o Bolsonaro estava, talvez, pedindo, não é? "Cara, vamos procurar especialistas para mostrar para o TSE que podem ser vulneráveis essas urnas?". E agora ele faz a mesma coisa. Eu acho que a Senadora Eliziane vai ter um pouco de dificuldade para enquadrar isso aqui agora no seu relatório, porque, se enquadrar Bolsonaro, vai ter que enquadrar Alexandre de Moraes. Então, a gente tem que ter um pouco de cuidado com isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, antes de vir aqui para a reunião hoje, como sempre, eu procuro estudar, entender onde é que estão as razões que levaram a gente a fazer a oitiva de alguém. E eu confesso, Sargento Dos Reis, que eu não estava entendendo a razão de você estar aqui hoje. No fundo, não tem. Mas, com o passar dos questionamentos... Você está aqui porque queriam vincular Michelle Bolsonaro a qualquer tentativa de algo ilegal, naquela tese maluca, absurda de dizer que esse dinheiro poderia ter sido usado para financiar atos do dia 8. De repente, quanto é que os R\$800 que ela... Foi mostrado aqui pela Senadora Damares que a Michelle teria usado não sei para quê, talvez para pagar uma funcionária que cuida da sua filha, alguma coisa... Quantos ônibus ela alugou com isso? Acho que nenhum. Não tem nenhuma vinculação, não tem lógica, como não tem lógica, Sr. Presidente...

E eu quero também, de público, aqui fazer o meu reconhecimento a V. Exa., Presidente Arthur Maia, para que não admita, por mais até requerimentos que já tenhamos aprovados, que se tragam aqui pessoas como o Sargento dos Reis, que não tem absolutamente nada a ver com a CPMI, como o senhor tem colocado publicamente a sua postura, correta, de qualquer vinculação com relação a joias, com relação a qualquer outra coisa... Tem que ter a ver com o escopo da CPMI.

Então, por mais que já se tenham aprovado os requerimentos, nas nossas próximas 11 datas que nós temos prioridades, é para a gente chamar de verdade aquilo que possa contribuir para o relatório. Não é ficar quebrando sigilo telemático, bancário, fiscal de pessoas de quem a gente nunca ouviu falar de nenhuma vinculação – "Ah! Porque é próxima do Bolsonaro, vamos quebrar" –, porque a única consequência é a exposição. Pega coisa que não tem nada a ver com nada, vaza para a imprensa, como já aconteceu aqui na CPMI – inclusive, eu queria saber de V. Exa. como é que está a questão da investigação de quem vazou o RIF do Presidente Bolsonaro aqui desta CPMI – e a consequência é uma exposição para a pessoa, que às vezes não consegue... Que tem uma empresa que de repente não consegue mais passar num *compliance* de uma outra empresa que poderia contratar a sua empresa. Uma pessoa que passa por aqui que não tem absolutamente nada, mas fica nos jornais o seu nome, o seu sobrenome, o seu CPF; depois, tem dificuldade de arrumar um emprego.

E eu sei que V. Exa., Presidente Arthur Maia, pensa deste jeito: tem essa preocupação de preservar, como o próprio Sargento Dos Reis teve a preocupação de preservar hoje aqui alguns nomes. Mas não adiantou nada, Sargento, porque leu-se aqui de uma forma covarde, pelo simples fato de estar no RIF o nome de alguém, como se estivesse cometendo algo ilegal. E absolutamente nada de ilegal, nada de errado.

Depois, eu entendi, com o passar do tempo, que queriam vincular algum pagamento ilícito, alguma coisa a Michelle Bolsonaro. Mais uma vez – mais uma vez – a montanha pariu um camundongo, como disse o Senador Magno Malta.

Mas eu quero lamentar também, Sargento Dos Reis, porque eu fico vendo muito o comportamento dos Parlamentares ao indagarem aqui os depoentes. Eu tenho esse defeito, sabe? Eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gosto de... Eu acabo medindo os outros pela minha régua e falo assim: "Pô, eu nunca teria capacidade de me dirigir a alguém de uma forma, desse jeito... Uma pessoa que eu nem conheço"... Falando mentira na sua cara, acusando-o de crime que o senhor não cometeu, tentando humilhá-lo, querendo envolver a sua família, como se o senhor não fosse referência para os seus filhos. O senhor é referência para os seus filhos, sabe por quê? Sabe quando o senhor quebrou aqui a Bancada do Governo aqui na CPMI? Porque vieram aqui cheio de gracinha com os RIFs, o senhor foi pontuando um a um, mostrando que estava tudo correto, ainda puxou o seu extrato bancário. Isso sim! O senhor abriu o seu sigilo para o Brasil ao vivo, porque não tinha nada a esconder.

E aí veio o outro falar aqui: "Não, eu trabalhei com consórcio a vida toda, nunca vi um consórcio dar certo". Eu já vi o Consórcio Nordeste dar certo para as empresas de maconha, porque não deu certo para o povo do Nordeste, que não teve os seus respiradores entregues. Foram pagos com o dinheiro público, e o dinheiro sumiu lá na Bahia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Quarenta e nove milhões.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Se não me engano, o Governador da Bahia era o Rui Costa, que era o Presidente desse Consórcio Nordeste – o dinheiro sumiu. Esse consórcio deu certo para alguém, não foi para o povo da Bahia, não foi para o povo do Nordeste.

Tentaram fazer aqui umas vinculações do que o senhor pagou, do que são esses R\$800 aqui, do que são esses 2 mil, do que são esses R\$3,5 mil... Não tem absolutamente nada a ver com o 8 de janeiro isso tudo.

Então, senhor, eu lamento muito que o senhor tenha que passar por esses dias de tortura aqui na CPMI, que não é nada agradável – não é nada agradável –, ainda mais sabendo que o senhor é inocente, que o senhor não fez nada, que o senhor é mais um preso político, como todos os outros que estão presos por causa de cartão de vacina. Não tem ninguém no Brasil mais preso por isso, no mundo não tem; talvez tenha na Coreia do Norte, em Cuba, na China; no Brasil, não tem. E o senhor está há mais de cem dias preso, e não tem denúncia contra o senhor. O senhor nem sequer foi chamado aos esclarecimentos, como o senhor falou no início desta audiência. Em qualquer situação normal, se o senhor não estivesse trabalhado no Governo Bolsonaro, o senhor nem preso estava ou o senhor já estaria solto. Não tem nenhuma razão.

Inclusive, a gente podia avaliar, Presidente, já que o Sr. Sargento Dos Reis foi chamado aqui, como eu vejo alguns Parlamentares oferecendo pedidos de prisão, vamos oferecer um pedido de livramento, de relaxamento da prisão do Sr. Dos Reis, do Sr. Max, do Sr. Cordeiro, de todos aqueles que estão nesse imbróglio, presos por nada. Vamos tomar essa iniciativa? Se a CPI tem poder de pedir prisão, tem poder de pedir também o relaxamento de uma prisão. Então, fica aqui a sugestão, mas eu vou formalizar depois a V. Exa. Quem quiser me acompanhar para assinar será muito bem-vindo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tive uma curiosidade aqui, Sargento Dos Reis: qual foi o apelido que o senhor falou que tem, que foi visto naquelas trocas mensais? O apelido do senhor? Jaca? Não. Como é que é?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor. *Fora do microfone.*) – Cheval.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Hã?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Cheval.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Mas tinha outro nome. É Cheval o quê?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Jabuti era o meu amigo, e eu, Cheval.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Ah, Jabuti. Cheval e Jabuti.

Aí, o que eu tive a curiosidade de fazer? Eu peguei lá a lista do Odebrecht, para ver alguns apelidos que ele tinha lá, porque, assim, se o senhor é um criminoso... Para mim, criminoso é quem é beneficiado com algum dinheiro por ter feito algo de ilícito para essa pessoa que deu o dinheiro. Aí eu fui lá ver alguns nomes que estão lá: Amigo – que seria o Lula inclusive, Amigo; bom, não é Cheval nem Jabuti... Amigo, Amante, Avião, Barão, Barbie, Drácula, Lindinho, Guerrilheiro, Nervosinho, Pescador. Não achei Cheval nem Jabuti.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não sou eu, não, hein? Não sou eu, não, hein?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – É. Pescador não... Quem tiver curiosidade dá um Google aí que vai saber quais são os nomes.

Mas não achei Cheval nem Jabuti. O senhor não recebeu dinheiro de empreiteira nenhuma. O senhor não cometeu crime nenhum. O senhor é um preso político.

E, mais uma vez, o senhor tem que ter orgulho do exemplo que é para os seus filhos, porque as pessoas que entram nessa seara aqui talvez não sejam bons exemplos para os seus filhos – nem politicamente, nem pessoalmente, nem moralmente. Então, o senhor sai daqui hoje cansado, exausto mentalmente, mas de cabeça erguida, porque o senhor sabe que o senhor fez seu trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor sabe que o senhor não fez nada de errado. E o senhor não se deixou intimidar – para concluir, Presidente – até pelas seduções. Eu vi que o pessoal jogou um charme para você aqui, como quem diz: "Olha, foi abandonado. Vai, entrega. Invente alguma coisa contra Bolsonaro, se não tu vai sozinho se ferrar". E o senhor, com muita tranquilidade, falou: "Eu não tenho o que falar, porque não tem nada de errado". Agora, quando o G. Dias vier aqui, pelos vídeos que foram exibidos, pelo que a gente tem conhecimento, eu acho que ele vai acabar apontando o dedo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o fofinho Ministro, que claramente tentou botar na conta do G. Dias a responsabilidade de tudo, e o G. Dias vai ter a oportunidade de sentar aqui e mostrar de verdade quem é que se omitiu no dia 8 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, que é o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Sargento Reis.

Sargento Reis, eu confesso que eu achei que hoje seria um dia bombástico para a esquerda, iriam deitar e rolar, nadar de braçada. Eu ouvi aqui a Relatora perguntar qual era a idade da sua mãe, sobre o *print* da sua venda do carro na OLX. Eu gostaria que o pessoal da mídia tirasse o *zoom* e mostrasse tudo aqui, por gentileza. Pode tirar o *zoom* aqui de mim? Mostra todo mundo que está aqui, e eu desafio se você acha uma pessoa aqui de esquerda. Ah, não, perdão, tem uma. Deve ser o banco de reserva da esquerda que veio aqui marcar presença inclusive... Mas que satisfação, que satisfação, que coincidência!

Foram machões com o senhor, Sargento Reis, puxando a sua capivara, perguntando sobre transações da sua família, mas, se você puxar a capivara de quem está aqui, é uma coincidência divina. "Deputado do PT [...] contratou a advogada de lobista da Lista de Furnas." "Deputado petista acusado de ter encomendado a Lista de Furnas usou 19,4 mil da venda indenizatória para pagar a consultoria de mulher que defendeu o lobista Nilton Monteiro." "PSDB quer cassar o Deputado [que está aqui] por envolvimento em esquema de fraude de documentos." "Deputado é denunciado por desvio do auxílio-moradia." São muito machões para poder pegar um sargento, numa posição fragilizada, e querer colocar o senhor como criminoso. Isso porque não têm outros aqui... Eu vou esperar o gostinho para, quando eles estiverem aqui, eu mostrar a cara de pau desse pessoal aí.

Mas, enfim, queria perguntar ao senhor: o senhor está preso há quanto tempo, Sargento Reis?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Cento e quatorze dias, Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O Lula ficou 580 dias preso – isso dá um quinto do que ele ficou preso –, e ele foi preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O senhor está preso por uma suposta fraude no cartão de vacinas. Isso realmente é só na república democrática popular do Brasil, não é?

O senhor já tinha sido ouvido antes ou agora é a primeira vez?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – É a primeira vez que eu tenho a oportunidade de ser ouvido com os autos. Eu fui depor na Polícia Federal um dia e, quando a minha advogada chegou junto comigo, não tinha acesso aos autos ainda.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o senhor não tem acesso aos autos, não há indiciamento, não foi denunciado, o senhor também não foi julgado.

O senhor chegou a depredar algo no dia 8 de janeiro?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor, de maneira alguma.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o senhor basicamente está aqui, e o grande crime em que a esquerda quer que nós aqui acreditemos, Deputados, Senadores, e todo o Brasil, é o de que havia militares, pessoas em volta do Bolsonaro e o próprio Bolsonaro que vendiam joias pra poder financiar os acampamentos golpistas. Isso dá um roteiro de filme mal escrito. Ninguém acredita nisso. E aí, por um lado, eles o querem acusar de um crime, de uma opinião privada que o senhor teve. Se foi tolice, se foi uma idiotice, se foi algo errado que o senhor fez de ir pra ali, o senhor mesmo disse que o senhor se arrependeu de estar ali.

Agora, a opinião privada do senhor pode ser considerada como um crime? Espere aí! Imagine se a gente quebrar o sigilo telemático do Ministro Flávio Dino! Hum... Imagine as opiniões que vão ter ali, hein? As opiniões do Flávio Dino com Lula, a opinião do Lula em uma mensagem com Alexandre de Moraes ou a opinião do Lula com a Dilma, a opinião destes Senadores aqui no seu privado?! Quais opiniões teriam ali? Será que seriam opiniões democráticas ou seriam opiniões autoritárias ou até mesmo em um tom ditatorial? Porque, enquanto eles querem condená-lo por uma opinião privada no seu WhatsApp, o Presidente deles recebe aqui um ditador, e isso pesa menos do que uma mensagem sua privada para um amigo. Essa é a ginástica mental que a esquerda quer trazer aqui.

Agora, o senhor, no dia 8 de janeiro, comandava alguma tropa do Exército?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor exercia algum cargo de comando no Exército ou na Presidência da República?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Hoje é mais um dia em que a esquerda, de fato, utiliza desta CPMI, que gasta dinheiro público, que gasta o nosso tempo, Senador Cleitinho, para poder simplesmente emplacar narrativas mirabolantes contra o Presidente Bolsonaro, porque a gente sabe que ele realmente é o pavor da esquerda. É joia, é Coaf, é realmente uma pesca – é o *fishing expedition*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– para poder tentar queimar, para poder tentar desgastar o Presidente no seu entorno, para poder colocar aí como se ele fosse um corrupto, paralelo ao bandido do Lula.

Agora, vamos dar uma retrospectiva do que está acontecendo. Esta CPMI aqui só foi aberta por conta de muita pressão dos Deputados que estão aqui agora – e não dos que foram embora –, dos que estão aqui agora, que assinaram esta CPMI, que só teve a sua abertura quando o General do Lula foi visto numa imagem vazada dentro do Planalto. Após isso, nós ouvimos aqui diversas pessoas, quase nenhuma por requerimento da Oposição, mas por requerimento do Governo. Aí eu pergunto: qual linha, Brasil, faz mais sentido? A linha de que o Presidente Bolsonaro, que usa um Casio igual a este meu aqui, coordenava pessoas para vender joia para poder financiar tias do zap, ou de que aproveitaram da situação, viram que as pessoas invadiram e disseram: "Opa, opa! Deixe quietinho aí!"?

Por que, quando a gente fala em Força Nacional de Segurança, a esquerda parece estar vendo fantasma na sua frente? Por que não chamam aqui o Comandante da Força Nacional de Segurança para poder esclarecer o que, de fato, aconteceu? O fotógrafo da Reuters veio aqui, e disseram: "Nossa! Nada ele acrescentou. Foi um tiro no pé da direita". Oras, esqueceram um pequeno ponto: ele disse aqui que ele estacionou o seu carro no estacionamento do Ministério da Justiça e que ele viu a Força Nacional de Segurança lá. E, agora, me vem o grande, o grande Ministro Flávio Dino, dizendo que ele só poderia operacionalizar caso o Governador desse aprovação. Mentira! Outra mentira dele, porque, no dia 17/04/2019, para poder preservar a ordem pública na Esplanada – eram também manifestações no Governo Temer –, foram movimentados 600 homens para estarem ali. Também no dia 30/07/2017, a Força Nacional de Segurança também se mobilizou ali na Esplanada dos Ministérios, tinha 600 pessoas. No dia 24/08/2019, o Sergio Moro, então Ministro da Justiça, também mobilizou a Força Nacional de Segurança pra poder combater as queimadas da Amazônia. O mesmo aconteceu em 04/01/2019, nos ataques que estavam acontecendo a prédios e ônibus no Ceará. E, por fim, dia 31/03/2020, a Força Nacional de Segurança também foi movimentada pra poder apoiar ações de combate ao coronavírus. Isso sem nenhum tipo de condicionamento do Governo, do Executivo de nenhum estado. Isso era a demanda do próprio Ministério da Justiça. Agora, entre os dias 7 e 8 de janeiro, o Flávio Dino editou a portaria autorizando o emprego da Força Nacional de Segurança.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Dia 7.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – No dia 7, como eu disse. Por que estavam parados? Por que simplesmente nada fizeram?

Agora, a sua casa é invadida, tem câmeras lá dentro e você não quer saber dessas câmeras? Ou senão a polícia pede: "Olha, estou investigando. Nós vamos descobrir quem quebrou isso aqui dentro". E você fala: "Não. Te agradeço. Eu não vou entregar as câmeras não, sabe? Primeiro eu vou mandar lá pro STF, depois eu vou subjugar isso à Polícia Federal e, no fim das contas, das 40 câmeras que eu tenho aqui na minha casa, eu só vou enviar duas". Isso parece uma posição de alguém que quer transparência?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que as câmeras, Sr. Presidente, foram enviadas somente duas e não todas as câmeras ali? Será que há algo comprometedor?

Ei, Flávio Dino, se o senhor não tem nada a esconder...

(Soa a campainha.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – ... já que quer quebrar aqui sigilo telemático das pessoas aqui em atacado, em varejo, eu te desafio a quebrar o seu sigilo telemático entre os dias 1º a 8 de janeiro. Vamos ver se a gente vai encontrar algo? Vamos ver se não há nenhum tipo de mensagem comprometedor também? Porque coloca aí o senhor numa posição muito sensível de conversas privadas, mas será que há conversas privadas do Flávio Dino com relação a isso?

Nós aqui, como oposição, fomos até a PGR e deixamos bem claro que essa atitude do Flávio Dino, que inclusive me parece o Presidente do Brasil, jogou o Lula de lado... E, Janja, tome cuidado, porque tem um homem aí bem forte, grande que quer tomar o poder aí do Brasil. O que ele tem a esconder? O que essa CPMI está querendo blindar? É isso que a gente quer descobrir aqui.

Então, Sargento, que você tenha a tranquilidade de saber que hoje aqui realmente não passou de um mero teatro, e a população brasileira está vendo.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Eu passo a palavra para o último membro inscrito, que é o Senador Izalci.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, não sou eu... Sou eu agora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, me desculpe. Eu estou aqui, Senador Cleitinho, seguindo a lista.

Pergunto à Mesa se tem algum um erro aqui na minha lista...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, parece que o ritual, quando...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – É isso mesmo. Está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Depois aqui estão os não membros: Paulo Fernando, Abílio Brunini, Marcel van Hattem. Não está aqui o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Não! O que é isso aqui?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Vocês mandaram aqui: 29 sou eu, e 30 é o Senador Cleitinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, eu estou falando da lista que está aqui na minha mão, que me foi passada para...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei que não tem nada a ver com o senhor.

Deixe-me resolver isso aqui com a Mesa.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Não, eu queria só explicar porque eu vou embora agora para Minas. E eu vou de carro, eu vou gastar quase 10 horas. Eu estou aqui tem quase... Eu nunca atralhei ninguém aqui, nunca prejudiquei ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro!

Então, pode falar, Senador, pode falar.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado, viu?

Eu quero falar para vocês aqui, para todas V. Exas. que eu costumo seguir o ritual. CPMI pra mim é para investigar o dia 8. Aí trazem o Sr. Luis aqui, que está preso pela questão de vacina.

Mas, mesmo assim, Sr. Luis, eu vou lhe perguntar algumas perguntas aqui para seguir o ritual. Eu queria que o senhor me respondesse só "sim" ou "não", tá? Aí você vai me responder o seguinte: essa questão do carro que o senhor comprou, vendeu, comprou, você fez esse negócio com o carro foi para financiar o dia 8?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então vou lhe fazer outra pergunta: você fazia consórcio com os militares para financiar o dia 8?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Ô gente...

Todas essas transações que a Relatora te questionou, a Relatora te questionou sobre um monte de transação, foram para financiar o dia 8?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Não foram.

O pneu que você comprou, com balanceamento, foi para financiar o dia 8?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Eu só queria falar uma coisa agora, Magno, aqui, o Nikolas está aqui. Vocês conhecem a história dos fariseus, não conhecem? Fariseu *versus* publicano, vocês conhecem, do fariseu? Então eu queria falar uma coisa. Os fariseus... Batiam no peito os fariseus, Rogério Correia, e falavam assim: "Eu sou honesto. Eu sou filho de Deus. Eu sou santo". Só o fariseu que serve. Só que tem uns fariseus da época agora, atual, aqui na CPMI. E eu queria falar desses fariseus, gente.

Esses fariseus de hoje, eles não aceitam presente. Não aceitam presente. Eles também não aceitam Pix, inclusive em época de eleição, viu, gente? Não aceitam Pix. Esses fariseus querem tomar vacina, e eles tomaram vacina. Eles tomaram! Tem que vacinar! Esses fariseus de hoje também não fazem consórcio. E o mais importante que eu vi desses fariseus... Eu vi um charlatão vir aqui semana passada, um cretino, que está condenado. Esse condenado, pra esses fariseus, virou herói. Ele é corajoso. Ele é do bem. Ele é um *hacker*, não é? Esses fariseus são muito hipócritas, não é?

Só que tem uma coisa. Tem um líder maior desses fariseus. Aí eu queria falar uma coisa. Essa CPMI, que tinha que investigar, porque essa Casa é cara... Tem muitas pessoas que estão lá, trabalhadores, estão presos! Tem até gente que nem merecia estar com a tornozeleira, porque tem outros políticos que deveriam estar com tornozeleira e não estão, e está aí, precisando de trabalhar e está com a tornozeleira. E ficam enchendo o saco aqui, em vez de focar no dia 8 pra poder liberar essas pessoas que estão presas.

Aí eu queria falar o seguinte: a CPMI aqui virou o seguinte: virou pra falar de presente, virou pra falar de joias, falar de vacina.

Mas eu queria mostrar o líder maior dos fariseus, gente.

Por favor, *cameraman*, coloca o vídeo pra mim do maior líder dos fariseus de hoje. Já que é para falar de presente, olha aí!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Aumenta, por favor. É o líder dos fariseus. Volta pra mim. Volta pra mim. O líder dos fariseus.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – É delícia! Tem mais! Tem mais! O líder dos fariseus está falando!

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Fariseus, vocês são hipócritas! Vocês são canalhas! Vocês estão querendo perseguir um Presidente, um ex-Presidente como o Bolsonaro. Vocês estão vendo isso aí? Agora vocês querem fazer CPMI? Eu assino todas, se vocês quiserem. Vamos fazer uma CPMI agora para investigar todos os ex-Presidentes que ganharam presentes! Vocês estão preparados para isso, V. Exas.? V. Exas., não; fariseus. Querem fazer CPMI? Vocês estavam arrotando aqui questão de Codevasf. A Codevasf eu conheço bem. Eu fiscalizei quando eu era Deputado Estadual lá em Minas Gerais. No norte de Minas, um monte de maquinário parado há mais de cinco anos. Fariseus! Um monte de maquinário superfaturado! Vamos fazer uma CPMI da Codevasf? Pois eu chamo o Nikolas aqui e todos os Deputados. Nós vamos em todas as CODEVASFs do Brasil, que tem o Rio São Francisco, e vamos fiscalizar cada uma Codevasf e fazer uma CPI da Codevasf. Vocês estão preparados para isso, V. Exas., quer dizer, fariseus?

Aqui, se puder assinar, já que vocês estão tão preocupados com os presentes que o ex-Presidente Bolsonaro ganhou e também a nossa ex-Primeira-Dama, vamos assinar aqui um requerimento da CPMI. Só tem um aqui, não é?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Todo contente.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O Rogério Correia vai assinar, porque ele é mineiro, ele é Tiradentes. Ele tem coragem, ele vai assinar, pode dar pra ele.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Rogério.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Ele vai assinar.

Nós vamos investigar o Bolsonaro, o Lula, a Dilma, todo mundo – todo mundo!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – E é o seguinte, fariseus – fariseus... Pena que não estão todos aqui, não é? Fariseus, eu só queria falar uma coisa pra vocês: não fiquem com raiva do Cleitinho, fariseus.

Vocês lembram da sinagoga? Vão pra sinagoga e vão orar, porque vão orar e o ódio de vocês vai passar, fariseus.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

Quem? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar, agora, para o próximo orador inscrito – aí, sim, é o último dos membros da nossa Comissão –, o nobre Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Vai vendo aí, Brasil.

Presidente, eu não estava aqui na aprovação dos requerimentos, mas queria fazer essa pontuação.

É incrível aprovar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu vou aguardar pra que eu possa falar.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Cleitinho, peço silêncio a todos aí para que o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Fica aí pra escutar. Estou indo para Montes Claros, você escuta um pouquinho. Fica aí! Você é sempre valente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Foge não, rapaz.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Eu não vou fugir, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não foge, não, rapaz.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Você acha que eu vou ter medo de você, Rogério Correia?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Então, senta aí e escuta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha gente, eu faço...

(Tumulto no recinto.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Eu sempre te respeitei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Vai dar o braço para o Nikolas.

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Parabéns, Cleitinho!

Tchau, tchau, boa viagem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Meu Deus! Meu Deus! Quero pedir aqui ao meu senhor Bom Jesus da Lapa, lá de onde eu fui Prefeito, ao meu senhor do Bonfim, lá na Colina Sagrada da Bahia, que abençoe esta Comissão.

Senador Izalci, com a palavra. *(Risos.)*

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, a CPMI tem fato determinado e prazos para a gente concluir os trabalhos, pode até ser prorrogada, mas ela tem um objetivo.

Eu fico vendo aqui o que foi aprovado hoje, os requerimentos, dos quais 90% aqui são requerimentos da Relatora.

Meu Deus, Relatora é pra relatar a fala de todos, a posição de todos os documentos apresentados por todos, mas o que eu vejo é que nós estamos fazendo aqui uma CPMI, cujo relatório já deve estar pronto, e estão apenas tentando dar consistência ou buscar a fundamentação em cima de um relatório.

A coisa básica... Porque eu estou vendo: o G. Dias está previsto pra vir quinta-feira, espero que ele venha mesmo.

Mas nós tivemos o depoimento aqui do Saulo. O Saulo, o ajudante da... o adjunto da Abin, disse para nós aqui coisa importantíssima: foram 33 alertas desde sexta-feira. Alguém recebeu essas mensagens.

Como nós aqui... Eu não tenho... Não vejo lógica nenhuma em a gente não aprovar os requerimentos de quem recebeu as mensagens.

O que ele fez com a mensagem? Quem recebeu a mensagem? Quais as providências que ele tomou? Eu vejo que o Ministro, lamentavelmente, não atendeu sequer a própria decisão do Supremo. Tem que entregar os documentos, tem que entregar as câmeras, os vídeos. Ah, mandou dois... Cara, qualquer um conhece e sabe que lá no Ministério da Justiça tem câmeras em todo lado, inclusive da Força Nacional. Ele disse aqui quem são as pessoas e os órgãos que receberam. E aí eu não vejo como, Presidente, a gente não colocar aqui...

Se falou que tem quebra telemática aqui, celular de várias pessoas, o principal não tem. Tem um vídeo – já deve ter passado, mas se não passou, vão passar ainda – do Ministro Flávio Dino dizendo: "Estou aqui, estou presenciando. Já liguei para o Presidente, o Presidente já sabia". Cara, falou o que pra ele? O que ele respondeu? É óbvio que nós temos que saber disso. E o Ministro deveria já – não era



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de requerimento – apresentar como Senador, inclusive, como ex-Governador, como ex-Juiz, já deveria ele apresentar: "Está aqui o meu sigilo telemático. Não precisa nem quebrar, não. Estou apresentando pra vocês".

Então, nós teríamos aí aquilo que acho que a Relatora não levou em consideração como importante: a verdade. Porque a verdade tem que ser colocada. E ele, como Ministro, como Senador, deveria respeitar um dos instrumentos mais importantes que nós temos, que são as CPIs e CPMIs. Eu participei de todas as CPIs, Senador... Deputado Arthur, já estou prevendo aqui como Senador.

Quando o Lula saiu, o Tribunal de Contas já fez uma auditoria sobre isso, foram 11 contêineres. Agora fica discutindo essa questão. Vamos discutir isso em outro lugar, em outro momento, numa CPI específica, mas aqui...

Eu vejo aqui esse monte de quebra de sigilo e informações. Aí cada um desses aqui será, daqui a pouco, convidado. Nós não vamos chegar a lugar nenhum. Esse é o objetivo da CPI? Ficar divagando e verificando coisas fora do contexto da CPI, da CPMI? É esse o objetivo da Relatora e dos membros da CPI? Não. O que nós queremos é a verdade.

Lamento, Luis dos Reis, que você esteja aqui, porque cada um que vem pra cá, seja militar, seja empresário, seja um cidadão comum, já tem sérios problemas. Eu sei o que representa a convocação de um empresário aqui. A partir do momento que tem um requerimento, ele perde a credibilidade do mercado. Ninguém quer vender mais pra ele. A empresa... Isso acaba quebrando a empresa. Então, essa irresponsabilidade até que eu vejo de chamar todo mundo de qualquer jeito... Está vendo aqui o desgaste, está preso e está dizendo aqui que sequer conhece o inquérito. É a primeira vez que ele está tendo a oportunidade de dizer. Cara, eu realmente não sou advogado, não, mas fiz, inclusive, sexta-feira um encontro com alguns advogados que estavam formando em Direito, eu falei: "Cara, é impressionante, porque não dá ao cidadão o direito do contraditório, de falar, de ver do que está sendo acusado, de que está sendo acusado, quem acusou, como".

E aí, além disso, na CPI, com vários pontos a serem esclarecidos, frutos, inclusive, de um depoimento aqui, em que foram perguntados pela base de Governo e pela Oposição – mas a base de Governo também perguntou tudo a que tinha de direito –, ele respondeu, e a resposta dele é que nós vamos exatamente chegar ao objetivo da CPI: a verdade, o que aconteceu dia 8? Teve problema na Segurança Pública do DF? Teve. Agora, quem é que me garante – não é? – e quem é que pode dizer que o Governo Federal não se omitiu em termos de evitar o que aconteceu no dia 8 de janeiro? E agora vem o fotógrafo e diz: "Não, a Força Nacional estava aqui no estacionamento do Ministério da Justiça". E fica por isso mesmo. Você não pode chamar o presidente da Força, o Comandante da Força Nacional – não pode – ou quem recebeu a mensagem da Força Nacional; também não pode. Ué! Que CPI é esta? O que a Relatora vai dizer sobre isso no relatório dela?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos ouvir o G. Dias. Eu já sei o que o G. Dias vai falar aqui de muita coisa. Mas o que vai acontecer na sequência? Vão simplesmente encerrar o assunto. Ou seja, não querem apurar a verdade dos fatos do dia 8 de janeiro.

Ninguém aqui, tenho certeza absoluta, nem um Parlamentar, nunca vi um discurso, uma defesa de algo errado, que alguém ia defender alguém que fez, cometeu algum crime ou alguma quebra de patrimônio público. Não! Todos aqui falam, e eu inclusive. Nós não estamos aqui para passar a mão na cabeça de ninguém, não. Agora, não pode haver uma condenação coletiva. Cada um paga pelo que fez, mas também tem que pagar pela omissão do que não fez, porque, pelo depoimento que ele deu...

E eu acho que o único depoimento que eu vi aqui, realmente, que tem ligação concreta com a CPI foi o do Saulo, que produziu aqui, de fato, informações que precisam ser apuradas. Como é que nós vamos fazer? Presidente, se ficar pela base de Governo, não quer apurar nada. E qual é o objetivo da CPMI? Como é que eu posso, aqui, pegar uma pauta dessa de hoje, e 90% do que está aqui são da Relatora, pedindo quebra de sigilo de todo mundo. E aí, sim, em cada um desse aqui vai procurar. "Ah, não! Tem aqui uma transferência de R\$1 mil, e eu quero saber". Aí vem aqui, nós vamos chegar a... O tempo está terminando. Nós estamos já na fase final da CPMI e não apuramos nada. Fica discutindo. Eu vi aqui...

Tem lá... Eu participei da CPI da Petrobras. Tem lá um que devolveu 500 milhões, o outro... São 15 bilhões que foram devolvidos pelas empresas e por quem estava comprometido lá na CPI da Petrobras. Abreu e Lima, Comperj. Cara, está lá. E aí? "Não, não aconteceu nada disso, não." Caiu do céu essa devolução de 15 bilhões. Nós estamos falando de 15 bilhões, não estamos falando aqui de um relógio, não. E aí dá essa importância...

Olha, está ali o depoimento do Presidente: "Olha, esse aqui recebi...". Passou no vídeo aí. E aí a gente pega uma CPI da importância que tem uma CPI, e ficamos discutindo o negócio de um relógio que o próprio Presidente – o ex-Presidente ou o Presidente atual, o Presidente Lula –, publicamente, mostrou. "Olha, esse relógio aqui eu ganhei". Está lá.

Onze contêineres – onze contêineres! "Ah, não, isso é normal. Ninguém ganhou mais presente do que eu." Está lá no vídeo. Não sou eu que estou falando, não; ninguém está falando, não. Ele disse, e a gente assistiu agora.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E aí fica a CPI aqui... "Ah! Vamos quebrar o sigilo de fulano, sicrano" e não sei o quê, esse monte de negócio aqui, comprometendo as empresas, que, a partir do momento em que tem um requerimento aqui, têm dificuldade financeira, vão ter dificuldade de manter emprego, de manter o negócio. Então, simplesmente, vamos botar aqui um requerimento só pra adiar as conclusões da CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sinceramente, eu vi aqui um ou outro requerimento da Oposição, mas, cara, a gente tem que aprovar. Vamos quebrar. Já que se quer quebrar o sigilo telemático aqui, eu tenho um requerimento da quebra do sigilo telemático do Ministro da Justiça, já que ele espontaneamente não apresenta, o que pra nós já seria o suficiente. Ora, qual a dificuldade de ele apresentar e dizer: "Não, o Governo Federal, eu, como Ministro, não tenho nada com isso, o que tinha que fazer, eu fiz"? Eu quero ver as mensagens. Já que se quebram as de todo mundo, por que não as dele?

Então, Presidente, eu faço um apelo a V. Exa.: essas coisas óbvias que são fundamentais pra esclarecer realmente o foco da CPI que a gente aprove. V. Exa. pode conduzir isso, porque não tem sentido. Quem é que pode dizer que não tem sentido aprovar a quebra de sigilo do Ministro Flávio Dino? Não teria mesmo, não, desde que ele apresentasse espontaneamente as mensagens que ele mandou, e quem recebeu, e o que foi falado. Então, eu sinceramente gostaria...

Nós vamos encerrar a CPI. Se se for atender isso que está aqui, nós vamos chegar a nada; apenas fazer ou produzir um relatório independente, porque a gente já sabe qual é o relatório que vem em função dos requerimentos que estão sendo aprovados, e a gente perde tempo, dinheiro, a população não fica esclarecida. Então, eu apelo a V. Exa., porque essas coisas básicas de saber, a Força Nacional, a quebra de sigilo telemático do que aconteceu no dia e a convocação aqui do que o Saulo disse, isso foi pra dar sequência no óbvio. É um apelo que eu faço aos nossos pares, independentemente da questão partidária e ideológica.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Izalci, V. Exa. não estava aqui, quando eu me manifestei a respeito desse assunto, dizendo que a gente sabe qual é a composição política da CPMI. Eu posso colocar qualquer requerimento em votação, mas nós vimos como foi aqui o primeiro dia da CPMI: prevaleceu a força da Maioria e só foram aprovados os requerimentos da Maioria. Posteriormente, com muito esforço desta Presidência, nós conseguimos fazer alguns acordos, e vários requerimentos da Oposição foram aprovados, vários! Agora, eu não tenho força para impor a aprovação pura e simplesmente. Eu posso colocar em votação aquilo que os senhores quiserem, mas eu não tenho poder para aprovar requerimentos; eu tenho poder para escrever a pauta. Então é bom que isso fique claro...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É um apelo que eu faço a V. Exa.: vamos votar isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... mas eu concordo que todos os requerimentos que digam respeito, não aqueles que estão fora do assunto da CPMI, mas eu pessoalmente defendo que todos aqueles requerimentos que digam respeito ao assunto 8 de janeiro deveriam ser aprovados, sobretudo aqueles que não são de convocação para trazer documentos. Eu não vejo nenhuma dificuldade nisso, e esta Presidência é absolutamente convicta de que essa documentação rica só vai contribuir com o nosso trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora aos oradores não membros.

O primeiro inscrito é o Prof. Paulo Fernando, pelo tempo, três minutos.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhor depoente, Sargento, amanhã, comemora-se o Dia do Soldado, 25 de agosto, em alusão a Duque de Caxias, Patrono do Exército. Em nome do senhor, eu cumprimento todas as Forças Armadas. E, hoje, 69 anos do suicídio de Vargas. Então, antes que os raivosos falem, não é nenhuma alusão ao atual Presidente, é só lembrando a data.

Então, Sr. Presidente, na CPI se aplica subsidiariamente a legislação prevista no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal. Na reunião da semana passada, na oitiva do Walter, o *hacker fake*, eu assisti atentamente à gravação depois, e, por duas vezes, vi o advogado do depoente se levantar da cadeira e cochichar com a Sra. Relatora. Pena que ela não está aqui para ouvir.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de admoestar que tal procedimento é incompatível com os trabalhos. Obviamente que o meu colega advogado estava no exercício da sua atividade de defender o seu cliente, mas o advogado não pode nem se dirigir a nós Parlamentares quanto mais cochichar com a Sra. Relatora. Então, o que se espera é que a Sra. Relatora, se for possível, tenha uma atuação mais imparcial. Espero que tal fato não se repita.

E hoje eu assisti aqui, Sr. Presidente, a muitas aleivosias, muitos disparates, muitas ilações descabidas, inclusive vídeos apresentados aqui pelo Deputado das Alterosas, que colocou imagens de pessoas, situações que não são objeto desta CPI, diferentemente apenas do Senador Girão, que colocou um vídeo pertinente ao objeto desta CPI.

Eu me senti, assim, satisfeito com as declarações do Sargento, mas eu gostaria de perguntar ao senhor se, no dia 8 de janeiro, que era domingo, o senhor, pela manhã ou à noite, compareceu ao culto da igreja que o senhor frequenta.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Deputado, me desculpe, eu não me lembro se eu compareci no culto.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k. Não tem problema.

Se o senhor, lá na prisão, tem recebido assistência religiosa, tem recebido visita de capelão?

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Sim, senhor.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Se o senhor, estando na reserva, se filiou a algum partido político?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Se o senhor fez alguma doação como pessoa física nas eleições de 2022?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

E quero dizer que, por acaso, se o senhor foi condenado por essa questão da vacina, lá do cartão, é uma falsidade ideológica, prevista no Código Penal, a pena é de um a cinco anos e multa. Então, o senhor, sendo réu primário, bons antecedentes, com a progressão da pena, pelo tempo que o senhor já está preso, já estaria livre.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Prof. Paulo Fernando.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Abilio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero que acresça o tempo de Liderança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Marcon? Então, tudo bem.

Sr. Presidente, eu quero que passe um vídeo que eu deixei à disposição aí.

Eu recebi esse vídeo, Sr. Presidente, que eu gostaria que fosse objeto de investigação da CPMI, que é dos atos do dia 8.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Esse vídeo eu quero que seja anexado aos lados da CPMI para que seja apurado, as pessoas sejam trazidas aqui para dar explicações, porque, ao que tudo indica, pode ser que sim, que tenha umas ou outras pessoas que foram levadas a erros, mas há muitas evidências de que houve infiltrados nas manifestações com clara intenção de destruição.

Há muitas evidências, Sr. Presidente, de que houve negligência e omissão dos responsáveis pela segurança, inclusive Flávio Dino e G. Dias, que estavam aqui no dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço que, de fato, a CPMI volte ao objeto dela: investigar os atos do dia 8. Não é objeto da CPMI joia, vacina, carro na OLX, *hacker*; o objeto da CPMI é o dia 8. Espero que isso volte a acontecer.

Peço mais 30 segundos, se o senhor permitir, Sr. Presidente, só pra informar que fiz um boletim de ocorrência – está aqui, ó; fiz um boletim de ocorrência – sobre essa falsa acusação sobre mim, falsa acusação. Não é a primeira vez que se levanta uma falsa acusação sobre mim, já é a segunda vez. Fiz aqui na Polícia Legislativa. Espero que haja investigação sobre os fatos porque aconteceu aqui dentro da CPMI. Ao que tudo indica, foi pautada na imprensa uma acusação de supremacia contra mim, absurda, inadmissível. Eu estou sofrendo ameaças pessoais, físicas, Sr. Presidente. Estão ameaçando a mim e a minha família. Eu espero providências da Polícia Legislativa, pois se trata de um crime cometido dentro da CPMI do dia 8 no Senado, tá?

Muito obrigado.

Espero que tudo termine bem e que a CPMI traga o resultado de que nós precisamos, que é a apuração dos fatos do dia 8.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o último orador inscrito, o outro não está presente.

Pelo tempo de três minutos, o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, eu estive aqui de manhã cedo, no início dos trabalhos da CPMI, e ouvi uma provocação do Deputado Rubens Pereira Júnior de que a Oposição ficaria arrependida da CPMI e queria que ela terminasse antes do prazo. Eu quero devolver aqui ao Deputado, na forma de um desafio – está aqui o Deputado Rogério Carvalho, do PT –: que o Governo apresente um requerimento de prorrogação da CPMI pra ver quem vai votar a favor, se o Governo vai votar realmente pra investigar ou não, porque a Oposição tem certeza de que, apesar dos rumos que esta CPMI está tomando, pelo menos, sob o ponto de vista da revelação da verdade por meio do debate que acontece aqui, ela tem sido um sucesso, porque quem está nos assistindo sabe o que de fato aconteceu no Brasil no dia 8 de janeiro. Houve depredação, sim; houve violência, sim; mas houve, sobretudo, injustiça e ilegalidade cometidas por aqueles que não poderiam cometer abuso de autoridade.

Quero aproveitar aqui a presença do Sargento Luis Marcos para que nós tiremos algumas dúvidas. Tenho apenas quatro perguntas, meu tempo também é curto, mas quero que repita a resposta que deste ao Deputado Nikolas há pouco, quando fez a pergunta. V. Sa. teve acesso aos autos quando deu seu depoimento à Polícia Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Não, senhor. A minha advogada chegou lá sem acesso aos autos. A subprocuradora estava numa videoconferência e falou que não ia responder porque não tinha acesso aos autos naquela data.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E V. Sa. tem conhecimento de que centenas de outros brasileiros estão nessa mesma situação de não ter acesso aos autos e de não estar sendo... não tendo as prerrogativas dos seus defensores respeitados nesse momento no nosso país?

V. Sa. está preso há quanto tempo?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Hoje, 114 dias.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E tem denúncia do Ministério Público contra V. Sa.?

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Não, senhor. Eu sou um investigado somente. Não tem... O ministério...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – ... não me acusou de nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, de acordo com a Lei de Abuso de Autoridade, nós estamos aqui em flagrante abuso das autoridades, que colocaram tanto o Sargento Luis Marcos na cadeia como tantos outros, independentemente do mérito, se tiveram culpa ou não, porque, sem denúncia, da forma como se protelam as prisões no Brasil, está se cometendo abuso de autoridade.

E minha pergunta agora se dirige à Relatora, Senadora Eliziane Gama. Eu gostaria de saber de V. Exa., Senador Eliziane Gama, se V. Exa. vai incluir no relatório os abusos de autoridade que estão sendo cometidos pelo Sr. Alexandre de Moraes e pelo Supremo Tribunal Federal contra cidadãos brasileiros, a despeito do que dizem a Constituição da República e as leis brasileiras. Gostaria de ter de V. Exa. uma resposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sobre os indiciamentos?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se V. Exa. vai incluir os abusos de autoridade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós estamos no meio... Não, nós estamos no meio ainda da CPI. Nós estamos levantando as informações. Nós estamos levantando as informações, e, no final, nós teremos os indiciamentos que forem necessários e justos. Pode ter certeza disso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas eu quero saber se, no relatório de V. Exa., V. Exa. está prevendo incluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu não sei, Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... os abusos de autoridade, inclusive a falta de acesso aos autos que advogados e defensores têm reiteradamente dito aqui, se V. Exa. vai incluir isso no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Relatora já respondeu, Deputado, que não sabe ainda.

O tempo de V. Exa. está esgotado, e eu passo a palavra...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu lamento, Sr. Presidente, porque, de tão público tudo o que está acontecendo, para concluir aqui, eu imaginava uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. vai ter oportunidade de tratar do relatório na hora adequada, quando formos discutir o relatório...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu imaginava que a resposta seria objetiva nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... obviamente, depois que a Relatora apresentar o relatório. Antes de ela apresentar, não há como a gente discutir o relatório.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Esperemos que seja incluído.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu passo a palavra, pelo tempo da Liderança do Governo, ao Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Estou fora desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão, perdão. Da Oposição. Mauricio Marcon, perdão.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela Liderança.) – Pelo amor de Deus, né, Presidente? Eu não faço parte de Governo onde corrupto é chefe, né? Bom, vamos lá.

Sargento Luis Reis, o senhor pode falar para nós qual o motivo, causa, razão ou circunstância que o levou à cadeia? O senhor sabe?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa., Deputado, não pode fazer questionamento. O acertado aqui é que o tempo de Liderança é apenas para um pronunciamento.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – São cinco minutos, Presidente. Se o senhor puder...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, pode... São cinco minutos, de fato.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Obrigado.

Aos colegas aqui... O colega do Governo não quis que eu fizesse inquirições; está certo, é o Regimento. Então, agradeço.

Não vou fazer, mas, pelo que o senhor falou ao longo do dia, o senhor está preso por causa da carteirinha de vacina que o senhor supostamente teria adulterado. Pois bem, a minha pergunta era o que isso tem a ver com esta CPMI. Carteirinha de vacina....

Enquanto isso, caros colegas, a gente tem G. Dias soltinho da silva, Flávio Dino, que não entrega as imagens, e, Presidente, eu vou alertá-lo: o senhor vai ser o *pizzaiolo* dessa pizza que está sendo gestada nesta CPMI. O seu nome, Presidente, vai entrar para história como alguém que foi o *pizzaiolo* de uma pizza aqui, na CPMI – o senhor –, porque o senhor tem poder para mandar busca e apreensão no Ministério da Justiça e termos acesso às imagens que esta CPMI, de forma democrática, aprovou.

Há mais de um mês, esta CPMI aprovou o requerimento – ou eu estou mentindo? Não estou, não é, Presidente? – para que as imagens fossem dadas a esta CPMI. Por que é que não estão aqui? Será que é porque vão mostrar que a Força Nacional estava ao lado do Ministério da Justiça e Flávio Dino chegou muito antes – do que ele falou – ao Ministério da Justiça, e nada fez?

Sabe qual que é a estratégia, colega Marcel? Postergar ao máximo possível a entrega, para a CPMI acabar, e a beldade do Sr. Ministro da Justiça dizer: "Oh, agora eu iria entregar. Acabou a CPMI. Que pena". E nós, aqui, junto com o povo brasileiro, com cara de palhaço. E o senhor vai ser o *pizzaiolo*, porque a Relatora, que do seu lado está, que deveria estar preocupada em fazer um relatório imparcial dos atos do dia 8, não vi nenhuma manifestação dela, até agora, pelo descumprimento do requerimento aprovado nesta Casa. Estranho, não é?

Será que, se algum depoente que a Relatora quis que viesse não tivesse vindo porque simplesmente não quis... "Não vou. Vou outra hora". Será que estaria nessa paz de espírito, tranquilidade? Mas, como o chefe informal da Senadora, Ministro da Justiça, Flávio Dino, disse "não vou mandar, não faça nada", está ali, numa paz de espírito invejável, com o relatório pronto.

Ela me respondeu agora, colega Marcel, que ela não pode afirmar se vai ter ou não. Mas é engraçado, Senadora Eliziane, que, para dar entrevista e dizer que o Bolsonaro vai ser enquadrado, a senhora já está pronta! Depende, não é? Se prejudica o Bolsonaro, mesmo que todas as testemunhas que vieram aqui, até agora... Não consegui meia prova contra o Presidente. Meia a senhora não conseguiu. Mas já foi capaz de ir para a mídia, para aparecer no lixo do Jornal Nacional. No lixo! Porque não é imprensa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Nós vamos indiciar o Bolsonaro", mas não foi capaz de responder à pergunta do colega Marcel sobre absurdos como esse cidadão, que poderia ser o meu pai, poderia ser um tio meu, que está preso injustamente. Como o Professor falou: "Se o senhor for condenado, a sua pena é menor do que o tempo em que o senhor já está preso". Poderia ser o pai dela, e está tudo bem. Está tudo bem...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... porque o Dino quer assim. O relatório, quem vai fazer... Tem que ser muito tanso, como se diz lá no Rio Grande, para acreditar que quem vai fazer o relatório é a Senadora Eliziane Gama. Vem pronto, Brasil, pronto, do ministro que não quer entregar as imagens. Essa é a verdade.

Então, esta CPMI, caro colega Professor...

Sr. Presidente, infelizmente... Olha, gosto do senhor, aprendi a gostar muito, mas o senhor está fazendo um papel triste para a sua reputação, porque o senhor está deixando esta CPMI virar uma palhaçada.

Fala-se de joias que o Presidente... Eu assino, viu? Assino a CPMI para nós investigarmos todos os presentes que os Presidentes receberam, mas aqui era para tratar de 8 de janeiro, e até agora, Presidente, G. Dias não veio.

Quando é que vem o Comandante da Força Nacional? Não veio porque o Governo não quer. Por que é que não quer? Porque tem coisa para esconder. As imagens, Presidente, me diga... O senhor vai fazer alguma coisa ou esta CPMI será pautada por essa palhaçada que desrespeita este Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marcon, obviamente que V. Exa. não está sendo justo comigo. Não está.

V. Exa. estava aqui no primeiro dia e viu que todos – todos – os requerimentos que eu pautei, todos da oposição, todos, Deputado, todos foram rejeitados pela maioria. Eu, na condição de Presidente, para impor a esta CPI uma equidade, saí e dei uma declaração de, como Presidente, ficava constrangido de ver que apenas requerimentos do Governo haviam sido aprovados e que todos da oposição haviam sido rejeitados. Por conta dessa pressão política, conseguimos aprovar vários requerimentos da oposição. Portanto, o senhor não está sendo justo comigo, porque...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Mas não foi cumprido...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os requerimentos foram cumpridos, sim, Deputado! Sim!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Cadê as imagens, Presidente? Cadê as imagens?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – As imagens nós estamos exigindo. Já mandei a solicitação... Da mesma forma que V. Exa. e outros Deputados entrarem no Supremo Tribunal Federal requerendo as imagens e até hoje não chegaram. A CPI não tem força coercitiva, e eu não vou fazer disto aqui uma palhaçada, porque não é do meu feitio ficar gritando nem usar de espalhafato para querer me promover em mídia social. Isso V. Exa. não vai encontrar em mim – não vai! A CPMI não tem força coercitiva, nem eu sou maluco de mandar aqui quatro ou cinco policiais do Senado irem lá confrontar a polícia do Ministério da Justiça para pegar CPMI... Ou para pegar imagens do Ministério da Justiça. V. Exa. sabe disso.

Se esta CPMI tem aqui agido com equidade, se trouxe para cá os depoimentos que a oposição pediu, o depoimento de G. Dias, o depoimento do representante da Abin, o depoimento do fotógrafo da Reuters, se trouxe para cá, foi por ação desta Presidência. Agora, se o depoimento não correspondeu à expectativa da oposição, não me culpe, não me culpe, Deputado! Eu não determino se o depoente vai falar o que V. Exa. quer ou não. Nisso eu não me meto. Agora, V. Exa. não está sendo justo comigo!

Se V. Exas. quiserem, não tem problema... Eu estou tentando, neste momento da CPMI, construir um acordo em que a gente coloque... Tenho conversado com Deputados com quem eu tenho tido capacidade de conversar, do Governo, da oposição; tenho conversado, tenho buscado entendimento. Agora, se V. Exas. quiserem, não tem problema. Eu me retiro do acordo e boto todos os requerimentos que estão aí – todos, 800, 600, todos – para votar na próxima reunião. E o resultado vai ser o resultado da CPMI. Não tem problema nenhum, Deputado!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Agora, eu tenho tentado construir um acordo, e não é justo e não aceito que V. Exa. venha para cá, com essa palavra apenas para uma promoção em mídia social...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não é verdade...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... dizer que eu estou aqui tentando fazer algum tipo de combinação para evitar ou impedir o resultado da CPMI!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, não foi isso que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. disse que eu estava aqui...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não, não falei...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... transformado em *pizzaiolo*!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Eu reconheço seu esforço, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. falou...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Eu estou dizendo para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. falou que eu estou aqui...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O resultado da CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... transformando esta CPMI em uma pizza! Não tem problema, Deputado!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... sua causa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não tem problema! Se esse é o desejo, não tem problema!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Permite um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu colocarei na próxima reunião todos! Está autorizado, Leandro! Na próxima reunião, votaremos todos os requerimentos – todos em votação! E vocês decidem o que vai ser aprovado! E a responsabilidade dessa votação e a falta de acordo eu atribuirei a V. Exa.!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ao invés de buscar o entendimento para se construir uma solução negociada, vem com essa posição radical, populista, demagógica, para querer desmoralizar o meu trabalho!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Quero falar por 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, não venha com essa conversa de *pizzaiolo*, não, porque eu tenho responsabilidade com o que eu faço e não aceito, de maneira nenhuma, uma conversa como esta que V. Exa. está trazendo pra cá!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, pela oposição, 30 segundos, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Pela oposição, só para...

Eu entendo a indignação do Deputado, mas, por motivo de justiça, como eu já falei na minha fala anterior, eu reconheço o esforço de V. Exa. pra buscar que essa CPMI tenha algum ar, algum faro de realmente buscar a verdade, e exatamente os requerimentos que V. Exa. que já colocou em pauta e que foram aprovados aqui nessa Comissão... Muito aquém do que nós gostaríamos – é óbvio, não é? Mas eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é uma injustiça realmente com o senhor como Presidente da CPMI querer responsabilizá-lo por a gente não estar conseguindo aquilo que o Brasil quer saber. E o senhor tem tido esse esforço, porque o Governo claramente busca que a CPMI não dê em nada, que acabe logo. Então, fica aqui só como também um integrante da oposição nessa CPMI reconhecer o esforço de V. Exa. e fazendo o que é possível pra que nós possamos avançar em algum sentido nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Agora eu quero falar mais, eu quero falar mais uma coisa.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero que a oposição, para que não se repitam falas infelizes como essas do Deputado Macron, eu quero pedir que a oposição...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Meu nome é Marcon, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... me traga a relação completa de todos os requerimentos que os senhores querem ver votados na próxima sessão. Colocarei todos em votação, todos, todos! Não tem problema nenhum.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, só um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Os nossos também, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Boto todos. Não tem problema nenhum. Se é assim que a oposição quer, Deputado... Eu tenho feito um esforço, porque aqui eu estou na seguinte situação: é a oposição falando que quer que bote requerimento, e eu segurando pra botar requerimento negociado; é o Governo querendo botar requerimento, e eu segurando porque eu sei que, se o Governo botar 500 e quiser aprovar os 500, aprova – aprova.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor tem alguma dúvida disso? Aprova todos. E eu estou aqui me indispondo com os Deputados do Governo, que até têm direito a querer que coloque os requerimentos deles...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, deixe-me fazer um comentário, por favor. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro, claro que eu deixo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Quando eu falei, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não tem problema não, Rogério. Eu vou dar, eu vou dar, eu vou dar.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Eu até peço, Presidente, que o senhor assista novamente para fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, o senhor me chamou de *pizzaiolo*.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Trinta segundos.

Quando eu falei que o senhor vai entrar como *pizzaiolo* da história é porque quem está conduzindo na CPMI a relatoria já está pronta e não está querendo ouvir. Então, o senhor, por favor, assista novamente para não me cometer injustiça. Eu sei do seu trabalho, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, quem foi injusto foi o senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Até agora a gente só conseguiu ouvir algumas pessoas pelo seu trabalho, mas o que eu quis dizer foi: que, se continuar assim, nós não vamos conseguir... E trazer pessoas que não fazem o menor sentido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... para essa sua CPMI.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Encerra logo os trabalhos, Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não, eu não me arrependi, Relatora. É só a senhora ver de novo o vídeo que eu não falo e me arrependo. A senhora assista.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não tem problema, Deputado. Eu só quero que vocês...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – E se eu o ofendi, Presidente, por favor, o senhor me desculpa, por favor. Não foi a minha intenção. Mas, se esta CPMI não der em nada, infelizmente, é o nome do senhor que vai entrar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não considero dessa forma, Deputado. Eu não considero dessa forma. Eu não tenho... Eu já repeti isso aqui várias vezes e quero falar para o Brasil inteiro: eu não tenho poder para aprovar requerimento. A única coisa que eu faço aqui é produzir e fazer a pauta. Se quiser que eu faça a pauta colocando os mil requerimentos que estão aí, eu faço. O resultado sabe qual ser, Deputado, sem acordo? Todos os requerimentos da oposição – todos! – serão rejeitados, todos os do Governo serão aprovados, porque o Governo tem... para cada membro da oposição nesta CPMI o Governo tem três. Então, todos serão aprovados.

Eu tenho politicamente conversado com membros do Governo, com membros da oposição, às vezes, até me desgastando com o Governo... Porque eu não sou oposição; quero dizer que o meu partido, União Brasil, é independente. Eu não sou oposição, não sou oposição. Tenho aqui agido, entretanto, às vezes, até parece que eu sou oposição pelo tanto que eu defendo para colocar os requerimentos da oposição para serem aprovados, porque botar pra votar, Deputado, é muito fácil. Se for botar para votar, eu falo: "Dr. Leandro, bote todos para votar". E são votados. E todos, Deputado, serão rejeitados, todos!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como foi no primeiro dia.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, Presidente, Abilio, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, é bom a gente, se... O resultado desta CPMI, seja qual for – e é claro que isso está caminhando para que a gente tenha uma conclusão da Relatora e outra conclusão por parte da oposição, está caminhando para isso –, eu vou aceitar e vou estar certo de que cumpri o meu papel, me esforçando ao máximo para que tivéssemos aqui a exposição da pluralidade das provas, tanto de depoimentos como de requerimentos de informações. Você veja, por exemplo, há umas três sessões, botamos aqui uma lista grande, acho que 90 requerimentos da oposição foram aprovados – a oposição disse que não tinha conhecimento daqueles requerimentos. Todos os requerimentos aprovados pela oposição naquele dia – 90, parece – foram, todos, aprovados. E agora, se a CPI acabar em *pizza*, a culpa é deste Deputado? Pelo amor de Deus, Deputado Marcon...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu quero só falar como Vice-Líder da Oposição.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, segue a ordem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só um minutinho, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou dar a palavra a todo mundo, não tem problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Presidente, mas antes...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não tem problema, eu vou deixar todo mundo falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Primeiro, primeiro...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, o meu não é primeiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espere aí.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ainda falta a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Rogério Correia... Você quer falar pelos cinco minutos?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, eu faço o seguinte...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É um minuto só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como eu entendo que o Governo... Espere aí.

Deputado Rogério, como eu entendo que o governo sempre deve falar por último, porque o governo sempre é atacado – isto é praxe do Parlamento: o governo fala por último –, eu vou dar um minuto para o Deputado Marcel, para o Deputado Abilio, para o Senador Girão e V. Exa. terá os seus cinco minutos. Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – V. Exa. é magnânimo, Presidente. Aliás, em manifestação recente, falei da importância que V. Exa. terá – e já tem, na verdade – pela história do Brasil, na história do Brasil, pela sua biografia, e terá pela condução dos trabalhos nesta CPMI.

Eu só queria aqui fazer uma consideração – estou aqui ao lado do Senador Girão, também do meu Partido Novo: são 17h15, a sessão já está indo para o fim, há poucos Deputados aqui, foram feitos vários acordos, V. Exa. sempre muito sensato, muito equilibrado. Imagino que qualquer decisão em relação a eventuais protocolos ou colocados em votação requerimentos, melhor que seja tomada depois em direção da Mesa e tal.

Só... Eu sei que o momento foi acalorado. Conversei até com o Deputado Marcon, acho que foi mal interpretado na minha visão, mas, de qualquer maneira, entendo também que V. Exa., por causa da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condução que vem tentando fazer para manter o equilíbrio aqui das sessões, o que não é fácil – a gente percebeu, agora há pouco, também teve uma interpretação diversa daquela que muitos tiveram...

Só pediria mais uma vez, como sempre V. Exa. foi equilibrado, que mantenha esse equilíbrio de sempre, para que a gente possa depois, sim, decidir o que vai ser votado e pautado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Falo isso em nome da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Deputado Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, olha, frequentemente eu tenho dado, de certa forma, um trabalho ao senhor aqui na CPMI, frequentemente, mas eu reconheço a tolerância e paciência do senhor em relação a tudo – não só a mim, a todos os Parlamentares. Aqui é um lugar muito aquecido, como já vi CPIs no passado, CPMI's no passado.

Eu tenho visto que, apesar de todos os conflitos que se dão nesta CPMI, ela terá dois relatórios: um da Senadora, que, naturalmente, tem todo o direito de dar o viés do lado que ela quiser; e terá um relatório paralelo, também, que, da mesma forma, será apresentado.

Pelo conhecimento que eu tenho de CPIs, CPMI's, Sr. Presidente – já presidi uma CPI inclusive –, o relatório é apenas encaminhado ao Ministério Público para que sejam dados os devidos procedimentos.

Quero reconhecer publicamente, Sr. Presidente, os atos do senhor, por mais que, de todas as vezes, a gente tenha protagonizado cenas não muito agradáveis na imprensa, mas eu reconheço que, se não fossem os trabalhos do senhor e as ações do senhor, bem possível, os nossos requerimentos não teriam sido aprovados. Eu reconheço que não seriam aprovados. Eu estive na última reunião fechada – inclusive, eu, não membro, pude participar da última reunião fechada da CPMI para discutir os assuntos – e eu vi o quão tolerante o senhor foi e o quanto o senhor buscou o entendimento entre todas as partes.

Eu peço a todos que estiverem nos assistindo... As pessoas que nos assistem, às vezes, tomam uma impressão diferente dessa situação. O Presidente tem sido o mais imparcial – e eu posso dizer –, o mais imparcial, pelo momento que nós estamos passando, pela situação que nós estamos passando. Há parcialidade entre outros membros, e é natural que tenha, mas o senhor tem sido habilidoso e agido de forma imparcial e justa com todos. Muito obrigado.

Eu entendo que... Só às vezes que aperta um pouco mais para o meu lado do que para o lado de outros. (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu também compreendo que talvez eu dê mais trabalho que os outros também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado. Obrigado, Deputado.

Senador Girão, depois o Deputado Rogério Carvalho... Rogério Correia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que o senhor é o homem certo no lugar certo, tanto é que foi eleito aqui, o que é, pelo menos nas CPIs de que eu pude participar... O senhor foi eleito por aclamação, apoiado pela oposição, apoiado pelos governistas, e está fazendo um trabalho de equilibrista, porque não é fácil, o senhor às vezes tem que fazer um malabarismo para conseguir equilibrar, e tem conseguido fazer isso.

É normal, todos nós erramos. Eu acho que, no meu ponto de vista, respeito quem pensa diferente, esses aprovados de hoje, esses requerimentos de hoje, muitos não têm a ver com o escopo da CPMI, mas já foi, vamos olhar para frente.

O que eu queria lhe dizer é que o senhor está dando um exemplo de equilíbrio. A gente vê Deputados e Senadores muitas vezes se agredindo, momentos difíceis. É um exemplo péssimo que a gente passa lá para fora, mas o senhor tem mantido o controle.

Eu lhe peço, lhe faço um apelo, que procure construir esse entendimento para o bem da CPMI, porque eu acho que nós vamos terminar bem. E são poucas pessoas que a gente precisa ouvir da oposição. E o senhor tem esse poder, pela autoridade moral que tem, de construir isso, porque é o mínimo que a gente pode fazer, nem que seja três ou quatro a um, mas é preciso ouvir um. Então, continue insistindo que eu acho que vai dar certo.

Conte com o meu apoio e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador Girão.

Com a palavra o último orador inscrito, o Senador... Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vai falando Senador, que é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É, os anjos da boca mole digam "amém".

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar eu queria esclarecer um fato. Eu solicitei, inclusive, que um Senador e um Deputado ficassem aqui, que são lá das Minas Gerais. Eles são do grupo político do Aécio Neves, sempre foram. E eu lá era oposição. Então, eles fizeram contra mim uma leva, uma carga muito pesada, tentaram até cassar meu mandato. Eu não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho, depois de 32 anos no Parlamento, nenhum processo judicial contra mim, muito menos condenação. Então, não adianta eles fazerem insinuações.

Agora, este menino que saiu é um verdadeiro moleque – ele não quis ficar, porque eu ia falar na cara dele –, que é esse Nikolas Ferreira. Esse é um moleque. Esse tem pouco tempo de mandato, está com uma dívida, que ele tem que pagar porque perdeu no Justiça, de R\$30 mil para o Lula, 80 mil para a Duda Salabert, faz transfobia, ataque às mulheres... Ele tem uma denúncia contra ele de que ele foi dentro de uma escola e atacou um menor, com transfobia, com LGBTfobia, assim por diante. Ele, a única coisa que eu sei que ele fez aqui até hoje foi vestir uma peruca. Está famoso no mundo inteiro porque vestiu uma peruca no Dia da Mulher. Então, sinceramente, devia ter ficado para escutar em vez de falar bobagem e sair.

O outro que estava aqui falando de fariseu está aqui dizendo que vai de carro toda vez para Belo Horizonte. Mentira. Já o encontrei no avião. Fariseu é ele. Mais do que isso, usa todas as verbas remuneratórias e está aqui xingando Deputados que usam avião. Eu creio que todos nós usamos avião. Então, fariseu é ele, não é?

Apenas para que tenham a paciência de não falar mentira e depois sair correndo para lacrar em rede social. Lacro eu então: dois moleques.

Presidente, a outra questão que eu queria dizer é a seguinte: eu aceito o chororô, o choro é livre. O pessoal deu um tiro no pé. Eu sei que vocês estão arrependidos, porque realmente não tem como pegar essa narrativa de que foram infiltrados que fizeram isso, que não foram bolsonaristas, que isso foi coisa do próprio Governo do Presidente Lula, que viajou e queria que tudo fosse quebrado. Essa narrativa não tem pé nem cabeça, por isso ela não se sustenta. A verdade é essa. Então, dessa narrativa, suas o pessoal fez água. O que aconteceu foi uma tentativa de golpe. Isto está sendo provado a cada dia: que teve tentativa de golpe neste país e quem orientou essa tentativa de golpe foi o Presidente Jair Bolsonaro. Ele falou isso o tempo inteiro, ele colocou a população contra as urnas. Foi isso o tempo inteiro. Por isso, no Supremo Tribunal Federal, na PGR, ele tem sido cobrado e tem perdido as ações todas, e se aproxima a hora do vamos ver. A tensão no Brasil é no sentido de que está demorando demais a prisão daquele que tentou um golpe no país por debaixo dos panos, que viajou pra fazer isso. Então, esse é o caso, por isso esse chororô.

Vocês querem o quê? Que o relatório diga que o que aconteceu foram infiltrados que quebraram aqui, que não teve tentativa de golpe, que o sistema democrático não foi todo atacado, que o sistema democrático não correu o risco? Correu o risco. Isso quem diz não é só o Governo, nem só as forças de esquerda; as forças de direita, de centro, que são democráticas, sabem que houve um processo de tentativa de golpe e muitos estavam envolvidos. Tem inquéritos no Supremo dizendo, de autoria intelectual... está lá, na autoria intelectual, sendo investigado o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Então, pessoal, paciência. É da regra. Nós viemos pra CPMI. Vocês deram um tiro no pé, agora estão com esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chororô, falando que vai ter dez relatórios; pode ter dez, mas só um chegará ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República, que é o que vai ser votado aqui.

Por fim, eu queria dizer do Sargento Dos Reis. Primeiro, quero agradecer que ele veio e buscou responder, mas eu diria que tem três falhas. A primeira é a questão da vacinação. Ele não quis explicar, disse que está na Polícia Federal. Foi preso pela questão da vacinação, mas foi chamado aqui pela participação no processo de golpe e também por causa das estranhas contas que tem.

Não explicou a relação com a Cedro do Líbano, que tem contrato com a Codevasf, recebia o dinheiro, o dinheiro saía no mesmo dia...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e contas da ex-Primeira-Dama foram pagas exatamente com esse dinheiro que saiu no dia da Cedro do Líbano. Isso, evidentemente, ficou claro e você teve que reconhecer que pagou conta até da escola da filha do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

E, por fim e por último, a presença no ato. Aí, realmente, o senhor se acovardou nesse sentido, porque eu achei que o senhor ia ter coragem de chegar aqui, como um bolsonarista convicto, e falar o que o senhor disse: que a toga é cheia de ladrão. Aí o senhor: "Não, não me lembrei disso". É muito engraçado, os bolsonaristas já não proclamam mais aquilo que proclamavam: que vieram salvar o Brasil em nome de Deus, da pátria, da liberdade, não. Isso já não existe mais. Agora ele diz: "Não, eu não lembro. Eu só estive lá. Minha esposa me chamou". Sinceramente, Sr. Marcos dos Reis, não foi verdade. O senhor foi porque o senhor queria participar do procedimento de golpe – e isso ficou muito claro.

E tome cuidado, porque a Carla Zambelli, hoje ninguém a defendeu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, eu passo agora...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não estava aqui... Eu só quero elogiar V. Exa., porque – eu não estava aqui – V. Exa. disse que vai pautar os requerimentos.

Eu só pediria a V. Exa. que na votação a gente fizesse votação individual, porque a base tem essa mania de pedir pra votar em bloco e fechar tudo. É o pedido que eu faço, pra gente falar de cada requerimento, porque...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito, perfeito, perfeito, Senador.

Eu passo a palavra ao Sargento Reis, para que ele faça suas considerações finais, pelo prazo de cinco minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS (Para depor.) – Mais uma vez aqui, agradecer ao Sr. Presidente Arthur Maia e à Sra. Senadora Relatora, Eliziane Gama.

Sr. Deputado Prof., o senhor é professor de Direito?

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Sim, sou professor de Direito.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Estou fazendo essa pergunta... Desculpa, eu me dirigir... Eu nem sei se posso.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Não tem problema.

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – Eu estou preso há 114 dias.

E aos Deputados também que não estão aqui, tanto de direita quanto de esquerda, eu acho que agora não é questão de direita ou de esquerda, no meu caso. Eu sou um cidadão comum brasileiro, que pago meus impostos, passei todos os extratos aqui, estou... E, desde o primeiro dia em que fui preso, passei a senha, tudo, não resisti a nada, me ofereci à disposição da Justiça. E eu acredito na Justiça.

Porém – e eu estou falando isso para o senhor porque eu tenho dois filhos que estudam Direito –, o meu filho faz Direito na USP. Então, ele saiu de lá, veio de ônibus, veio me visitar... Então, assim, pelo que ele me fala... Não sou eu, eu sou leigo em questão da prisão. Eu sou um investigado, como qualquer brasileiro que comete... vamos supor que comete um crime, mas está sendo investigado. Só que eu estou sendo investigado de um possível crime de 2021, e eu fui preso em 2023. De tanto eu ler – eu li todo o relatório da PGR, da Subprocuradora Lindôra –, o que eu entendi – se eu estiver errado, o senhor é professor – é que está ilegal, mas quem sou eu? Não quero afrontar jamais o Sr. Ministro Alexandre, se estiver... se depois vir esse vídeo. Não, eu quero que tanto os Deputados de esquerda e direita...

O Senador Flávio aqui, com todo o respeito... O Deputado Prof. que falou que... "Ah! Por acaso, se você for condenado, você não vai...". Então, assim, pelo que eu li tudo, se investiga, a PGR acusa, e o juiz vai julgar, porém – tudo bem –, e se eu não for acusado de nada? E os dias em que eu estarei preso lá, longe da minha família? Eu sou o que sustenta aquela casa.

Então, assim, fica isso aqui. Não é palanque nem nada, é um pai de uma família. Eu entendo também o lado da esquerda – eu entendo – e só quero que se faça justiça, que a Justiça... Quem estiver ouvindo, todos os Ministros, a Sra. Presidente Rosa Weber, eu não quero atacar nada.

Às vezes, como saiu aqui... Às vezes... É a primeira vez que eu venho, e sai acalorado, um bate na mesa, um fala, o outro Parlamentar... Do mesmo jeito, quem sou eu, um simples cidadão?

Eu falei, tem lá, mas é uma coisa privada que eu falei... Eu não sou... eu não tenho formação de opinião, rede social, eu não falei nada. Eu falei... eu falando para o meu amigo, que é o primo, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Françuli, volto a falar que eu falei ali. Então, é uma coisa que... Quem sou eu? Se eu fosse um Deputado que falasse isso, um formador de opinião, um *youtuber*, aí seria diferente. Esse é o meu ponto de vista.

E queria agradecer a todos. Acredito na Justiça. Eu sei que... Eu acompanhei desde o Presidente Tancredo Neves, que, quando morreu, assumiu Sarney; aí veio Collor; depois, Itamar Franco; vieram todos... Eu sei que é conturbado tanto para a esquerda como para a direita.

Antigamente, a gente não tinha... Eu sou do interior. Então, você só ouvia na rádio ali ou na televisão. Hoje, no meio da informação, toda coisa que é boa é ruim ao mesmo tempo, é perigoso também. Então, existe *fake news* da esquerda, existe *fake news* da direita, mas o que está sendo agora aqui... Não estou falando... Eu quero que a justiça seja feita, apurada, me coloquei à disposição, falei o meu ato, que eu subi. Já falei e peço desculpa.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS MARCOS DOS REIS – E foi aquilo ali.

Está, no relatório da Polícia Federal, a hora em que eu saí da minha casa, a hora em que eu cheguei aqui na Esplanada, a hora em que eu subi ali; não tinha nenhuma barreira, estava todo mundo ali. O Sr. Deputado passou um vídeo ali. Eu vim, eu não sou... O senhor passou um vídeo ali de... Então, assim, eu vi dois tipos. Então, assim, quem sou eu? Eu não posso acusar ninguém. Eu vi pessoas diferentes ali, tinha pessoas diferentes que qualquer um perceberia, não precisa ser policial nem nada – às vezes, qualquer um via ali.

Eu quero agradecer a todos.

Eu quero agradecer ao Dr. Ronaldo Braga, aqui, que veio hoje, disponibilizou-se pra vir aqui. Ele está no 0800, fazendo esse favor aí pra mim.

E eu me coloco à disposição da Justiça. A quebra do sigilo fiscal meu... Eu falei para o senhor que eu tenho 33 anos de trabalho, eu tenho um carro que é financiado através de um consórcio. Está tudo aqui, inclusive no relatório do Coaf.

Muito obrigado a todos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência. *Fora do microfone.*) – ... Ronaldo Braga, advogado, meu colega.

Coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 29 de agosto, às 9h, neste mesmo recinto.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 33 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Arthur Oliveira Maia e Magno Malta, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Amanda Gentil, Duda Salabert, Gervásio Maia, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Emanuel Pinheiro Neto, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Rogério Correia, Jandira Feghali, Carlos Veras e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Wilder Moraes, Rodrigo Cunha e Prof. Paulo Fernando, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Cid Gomes, Eliziane Gama, Omar Aziz, Otto Alencar, Carlos Sampaio, Rodrigo Gambale e Rubens Pereira Júnior. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva de Fábio Augusto Vieira. Finalidade: Oitiva de Fábio Augusto Vieira. Oitiva do Fábio Augusto Vieira, em atendimento aos requerimentos 13/2023, 136/2023, 228/2023, 258/2023, 317/2023, 333/2023 e 360/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo um número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes da República.

A presente reunião destina-se à deliberação dos requerimentos constantes da pauta e ao depoimento do Sr. Fábio Augusto Vieira (Requerimento 13, de 2023), convocado na condição de testemunha.

Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, antes de começar esta reunião, eu quero trazer um esclarecimento aqui a todos os Parlamentares, porque ontem várias notas foram publicadas na imprensa a respeito de um ato que a Mesa tomou regulamentando aqui a atividade dos senhores e senhoras jornalistas.

Eu quero dizer que esta sala em que nós estamos, de fato, é uma sala menor do que aquilo que, de fato, necessitaríamos para os trabalhos da CPMI, de sorte que nós temos tido uma preocupação muito grande com a liberação de credenciais. Alguns Parlamentares, inclusive, solicitaram mais de uma credencial, e nós não tivemos condição de dar. Os senhores são testemunhas: muitas vezes esta sala está muito cheia, lotada, e a dificuldade de trabalho é muito grande. Concedemos, entretanto, credenciais para todos os veículos de comunicação que estão credenciados na Câmara e no Senado, para que pudessem colocar aqui os seus profissionais para cobrirem os trabalhos da CPMI.

Acontece que, na última reunião que nós tivemos, um Parlamentar me procurou mostrando que um profissional da imprensa localizado ali no fundo do plenário, através de uma teleobjetiva, conseguiu capturar uma mensagem privada do Parlamentar no seu próprio aparelho celular e, mais do que isso, publicou esta imagem no seu *site* pessoal.

Veja bem: profissional que estava aqui trabalhando pela EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) – portanto, prestando serviço à EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) – vem aqui pra este plenário, se arvora a violar uma correspondência. E eu quero lembrar que violação de correspondência é um crime previsto no Código Penal brasileiro, no art. 151, que sugere... que estabelece uma pena de até um ano de prisão. Então, tirou esta fotografia do celular do Parlamentar e publicou na sua página pessoal, ou seja, o sujeito está credenciado por uma empresa de comunicação, vem pra cá pra tirar foto, pra colocar no seu Instagram, na sua rede pessoal.

Obviamente que, se qualquer pessoa me solicitasse uma credencial de jornalista para vir para esta Comissão para cobrir, para fazer fotografias da sua rede pessoal, eu não concederia e não posso conceder.

Então, eu entendo que o direito à intimidade é um direito sagrado. O direito à privacidade é um direito constitucional, um dos direitos fundamentais do ser humano.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que nós temos que, quando tratamos de direitos constitucionais, fazer o cotejamento desses direitos, e, por outro lado, existe também a liberdade de imprensa, mas eu quero lembrar aos senhores que nenhum direito é absoluto. Nem o direito à vida é absoluto, porque, se alguém tem o direito à vida, em legítima defesa, você pode matar outra pessoa, está, portanto, acabando com a vida de outrem, mas isso não é crime. Portanto, até o direito à vida é um direito limitado.

Eu quero estabelecer aqui, com toda a clareza, o meu respeito pela imprensa, o meu respeito pela liberdade de expressão de todos – eu sou uma pessoa absolutamente comprometida com a democracia –, entretanto eu não posso admitir que profissionais da imprensa, apenas porque têm o diploma de profissionais da imprensa, possam avançar sobre a intimidade alheia.

No mundo moderno, o aparelho celular é quase que uma parte da vida de todos nós. Todas as pessoas que estão aqui, nesta Comissão, têm aparelho celular, todas essas pessoas que estão aqui, nesta Comissão, tratam de questões profissionais, mas também de questões íntimas, privadas no seu celular. Aqui você fala com os seus filhos, com seus amigos, com sua esposa, tem relações e conversas que não têm nada a ver com a atividade parlamentar. E, ainda que seja, meu caro Senador Veneziano, um assunto parlamentar, também esse, quando você assim o deseja, pode ser privado, pode ser particular, tanto que esta Comissão tem o direito, se assim quisermos, de realizar reuniões secretas.

Portanto, é inaceitável – inaceitável – que venham para cá profissionais de imprensa que, ao invés de cobrir os trabalhos que de fato interessam à sociedade brasileira, que é o que nós estamos fazendo, tratando esta CPMI, fiquem preocupados em devassar a intimidade alheia.

Eu determinei o cancelamento dessa credencial, e essa é uma medida que nós manteremos, apesar de que temos tido aí algumas solicitações no sentido contrário, mas manteremos em nome do respeito à privacidade não só dos Deputados, mas de todos os brasileiros. Não é admissível que alguém possa, se escudando no manto da liberdade de imprensa, querer devassar a privacidade alheia.

Sendo assim, ontem eu mandei editar aqui uma singela regulamentação para o credenciamento dos jornalistas. No meio dessa regulamentação, que foi feita pela Advocacia do Senado, no art. 2º, existe aqui, no inciso IV, como uma das proibições: "divulgar, por qualquer meio, como supedâneo do credenciamento ou fora de seu escopo, informações privadas ou classificadas como confidenciais pela Comissão Parlamentar de Inquérito sem [a devida] expressa [...]". Esse inciso IV extrapola a nossa condição, porque muitas vezes a imprensa publica – e não é só nesta CPMI, é em todas as de que eu tenho notícia – documentos que estão sob sigilo, e esses documentos ganham publicidade, e você não sabe a origem, e, portanto, eu não posso responsabilizar o jornalista que está aqui. Seria uma incongruência, seria algo errado por parte da Mesa, de sorte que eu determino à Secretaria que exclua do texto desse regulamento o inciso IV do §2º, para que a gente possa tratar dessa questão com a máxima justiça possível.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, vamos agora para a oitiva do nosso depoimento.

Solicito que o depoente, Sr. Fábio Augusto Vieira, seja conduzido à mesa.

Esclarecimentos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – O Paulo está...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como, Deputada? Eu não entendi.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ô Paulo, desculpe.

Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu estou estranhando o comportamento de V. Exa., porque, conhecendo-o como o conheço, um democrata militante, cercear o direito de trabalho de um jornalista, eu não consigo entender. Este Presidente ilustre, um democrata, um homem que ouve mais do que fala e que tem demonstrado na Bahia e ao Brasil, a essa altura, um comportamento irretocável, V. Exa. extrapola o direito, impedindo o acesso do jornalista. V. Exa. não gostaria de repensar? Ou, então, colocaríamos em votação. Não que queira eu diminuir o seu poder, que isso é ilimitado, mas acho que V. Exa. poderia refletir e conversar com seus pares no sentido de darmos mais uma oportunidade a esse jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Paulo Magalhães, sua fala é sempre muito bem-vinda. Você sabe o carinho e o respeito que eu tenho por V. Exa.

Veja só, eu até posso colocar nos seguintes termos: se essa pessoa, se esse jornalista se retratar perante a Comissão e se comprometer a não cometer outra vez esse tipo de atitude, não há problema. Fora disso, nós manteremos essa posição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois é.

Pois não, Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor e a todos os demais Parlamentares.

Eu quero fazer o contraponto ao Deputado, porque eu entendo que uma das grandes características e qualidades do ser humano é o exercício de empatia. Nós lutamos pela democracia e pela liberdade de imprensa, nós somos democratas e defensores de que a imprensa faça o seu trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, não é possível que nós aceitemos que o senhor tenha credenciado diversos jornalistas e um deles venha aqui pra fotografar conversas pessoais. E o exercício de empatia, que eu faço com todos os Deputados e Senadores aqui presentes é: se o seu celular fosse fotografado e exposto numa conversa sua com uma assessora, com a imprensa, qual seria a sua atitude?

Então, eu, na verdade, quero parabenizar o senhor pela decisão e quero parabenizar o senhor pela postura de entender que o que nós conversamos aqui nos celulares... Nós somos assessorados, estamos sendo ajudados, conversamos questões inclusive de interesse de soberania nacional, e não pode um jornalista, um fotógrafo que está aqui cobrindo a CPMI tirar fotos individuais dos nossos celulares e realmente publicar pra expor a nossa vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, quero fazer não o contraponto, mas eu acho que a resultante disso. Primeiro, mensagens que eu troco pelo celular são públicas – eu que me cuide. E nós tivemos, Senador Seif, um caso concreto que envolveu o nosso querido amigo João Rodrigues, que teve fotografado seu celular lá de cima na Câmara dos Deputados. Isso é trabalho de jornalista. A gente é que tem que se cuidar. Isso não é invasão de privacidade, eu é que estou expondo a minha privacidade quando fico fazendo cineminha ou passando mensagens sem ter o cuidado.

Então, eu acho que o Senador Seif tem razões, mas eu gostaria de endossar a palavra de um irmão seu que representa a baianidade e, portanto, a sabedoria que é o Deputado Paulo Magalhães. Eu acho que, se o senhor fizer uma oraçãozinha pra Menininha do Gantois, já resolve o assunto e o senhor estabelece uma restrição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Essa restrição está estabelecida, Senador.

Eu vou conceder a palavra aqui pra dois Parlamentares que solicitaram, por um minuto cada um, para encerrar esse assunto e começarmos o depoimento.

Deputada Jandira Feghali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, tanto faz.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, bem rápido então.

Eu acho que o ponto principal que também eu iria questionar foi o que V. Exa. já solicitou que retirasse. Afinal de contas, o sigilo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É responsabilidade nossa não ultrapassar este sigilo para a imprensa. Agora, se ela tem acesso, não pode ser, evidentemente, proibida disso. Então, nesse ponto, eu concordo com V. Exa. Talvez fosse o ponto mais sensível do documento que eu iria também questionar. Agora, pediria ao senhor, como fez também o nosso Deputado Paulo, que o jornalista não fosse descredenciado, porque de certa forma fez também o papel dele. É polêmico? É. Mas ele fez o papel dele e nós também não podemos impor algum tipo de censura à imprensa, mesmo que seja essa.

Então, pediria a V. Exa. que atendesse aos pedidos do Paulo e, dessa forma, nós tivéssemos uma harmonia com a cobertura com o Dr. Paulo, a abertura que foi por ele colocada. Nesse caso atenderíamos a isso. E fica aí o restante do que V. Exa. colocou, para que tenhamos os credenciamentos etc., organizados, que é o objetivo maior do ofício de V. Exa.. Seriam essas duas questões, então, que eu queria levantar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Pois não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu vi que o seu ato tem duas partes, uma que organiza o credenciamento e as autorizações, o que é importante e tem funcionado aqui, e a segunda, de fato mais importante, foi sensivelmente suprimida, porque de fato se alguma coisa vazar, o problema não é da imprensa. Eu sou repórter e boto na capa. Então, é correto que a imprensa divulgue aquilo que chega às suas mãos, não é?

Penso que o apelo do Deputado Paulo Magalhães faz sentido, reforçado aqui pelo Senador Esperidião Amin. Eu compreendo o seu ato de, num primeiro momento, reagir com uma punição – vamos dizer assim –, com o descredenciamento, mas acho que é preciso refletir sobre isso e revisar a decisão. Claro, ele pode até fazer uma retratação, mas acho que... Eu me lembro, no Plenário da Câmara, Deputados muito moralistas, muito cheios de moral e que ficavam vendo vídeo pornô, no Plenário da Câmara, e o jornalista pegou isso e divulgou. Então, isso é uma forma também de expor a contradição do comportamento de uma pessoa que é pública.

Então, eu penso que deveria rever a punição ao fotógrafo Lula Marques, para que a gente pudesse ter tranquilidade em relação à imprensa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente, Deputada. Está colocada já a minha resposta, que fiz ao Deputado Paulo Magalhães, e está mantida essa posição.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – O Presidente já me permitiu e eu quero agradecer, Presidente, a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclarecimentos. Decisão do Ministro Alexandre de Moraes, na Petição nº 11.008, de 26 de agosto de 2023, determinou que o depoente seja apresentado à CPMI no dia 29/08/2023, no Plenário desta Comissão, na condição de testemunha, tendo o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando entretanto assegurado o direito ao silêncio e à garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação, assistido por advogados durante a sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI.

A Comissão também foi comunicada sobre a decisão do Ministro Cristiano Zanin, no HC 231839, de 28 de agosto de 2023, que garantiu ao paciente o direito de silêncio, o direito à assistência por advogado durante o ato, o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de consignar termo de tal conteúdo, o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores. Atribui-se a essa decisão força de mandado, ofício, salvo conduto.

Termo de compromisso. (*Pausa.*)

Bom, a Secretaria da Mesa, com toda a razão, está me trazendo aqui uma inovação que é apresentada a esta CPI, da lavra do Sr. Ministro Cristiano Zanin, porque, até agora, em todos os depoimentos que nós solicitamos, o depoente chega aqui com o direito de ficar calado naquilo que possa incriminá-lo. Entretanto, eu estou lendo aqui com mais cuidado, e, de fato, a decisão do Ministro Zanin é completamente diferente em relação ao depoente.

Ele diz que: "(a) o direito ao silêncio" – não é só ao silêncio naquilo que o incrimine; é ao silêncio – ; "(b) o direito à assistência por [...] [parte do] advogado [...]"; e "(c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de consignar termos [...] [de] tal conteúdo". Ou seja, o depoente pode mentir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É a autorização que está aqui concedida pelo Sr. Ministro. Estou lendo porque...

Pois não, Deputado Marcos Rogério.

Eu sugiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Apenas para contribuir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Ele pode omitir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Apenas para contribuir com V. Exa. à luz da decisão que o Ministro profere. Na verdade, é uma possibilidade de ele não prestar compromisso. Veja, ele está autorizado a não prestar compromisso, uma vez que, sendo investigado, ele goza desse direito. Sendo investigado, é direito dele não prestar compromisso de dizer a verdade. Agora, isso não impede V. Exa. de tomar o compromisso dele de dizer a verdade. Cabe a ele dizer a esta CPI se ele faz o compromisso ou não faz o compromisso. É uma opção que cabe a ele na condição de testemunha aqui. Ele está autorizado a não prestar o compromisso, por decisão do Supremo Tribunal Federal, mas é uma opção que ele deve exercer diante desta CPI, e não uma imposição a esta CPI.

Penso, com a clareza que tenho do que significa uma decisão judicial...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... que o Sr. Ministro *(Fora do microfone.)* ... Oi!

Penso, com a clareza que tenho do alcance de uma decisão judicial, que não quis o Sr. Ministro determinar a esta CPI tal gravame, mas dar ao paciente essa possibilidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu queria até pedir que V. Exa. retificasse a interpretação que deu e ficou escrita. Ele não pode faltar com a verdade; ele pode não dizer nada, mas não está autorizado a mentir. E, como isso consta, constou da sua locução, eu compreendo que ele foi dispensado até de falar. Se ele quiser ficar em silêncio aí o tempo todo, ele tem a faculdade concedida, mas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Explique uma coisa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... mas não para faltar com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deixe-me fazer uma pergunta a V. Exa.: qual é o propósito do compromisso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não... O compromisso primeiro é de falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Qual é o propósito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O segundo é de falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deixe-me refazer a minha pergunta ao senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu leio aqui e peço para que o depoente diga "sim" ou "não" ao seguinte termo: "V. Exa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber ou lhe for perguntado?", qual é o propósito, Senador, dessa inquirição, desse compromisso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Se ele se compromete ou não. Quando ele disser "não", não quer dizer que ele pode mentir; quer dizer que ele não se compromete.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pode até não falar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É uma interpretação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que o senhor está dando, porque, na minha...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, e eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... na minha compreensão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... de deixar assinalado isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Na minha interpretação, quando eu leio este termo de compromisso e o depoente responde "sim", esta Presidência passa a ter – ou até outros Parlamentares passam a ter – o direito de, em o depoente faltando com a verdade, determinar-lhe a prisão imediatamente. Esse é o propósito, na minha opinião, claro desse termo de compromisso. Na medida em que você retira esta solicitação para que se faça esse termo de compromisso, obviamente que o depoente está descomprometido – claro, vamos dizer – a não falar a verdade. Ele pode falar aquilo que lhe convier. Essa é a minha interpretação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Se ele proferir uma mentira, ele responderá pela mentira, desde que não seja a resposta...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – ... que lhe é imposta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu tenho uma interpretação diferente da de V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas eu queria deixar registrada a minha interpretação...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... porque o que ele pode é não falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pronto.

A interpretação que eu tenho, na medida em que é retirado desta Presidência o condão de fazer esse termo de compromisso, é diferente da de V. Exa.

Senador Magno Malta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas faço o apelo a V. Exa. de que tome o compromisso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, eu acho que deve ser solicitado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, se ele mentir, ele vai responder. Se ele acusar alguém, ele vai responder por isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, acusar é outra coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Sim, é mentir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acusar é outra coisa.

Senador Magno Malta.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas ele...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... na resposta mentir.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – ... tem que ser submetido a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Segundo a Mesa, não.

Senador Magno Malta, eu vou passar a palavra a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ao fazer a leitura, V. Exa. disse: "Estou sendo avisado aqui pela Mesa de que houve uma inovação". Na verdade, o verdadeiro *habeas corpus* é esse que o Zanin deu para ele. Os outros que têm vindo é que estão vindo atravessados, com metade pra lá e metade pra cá. Metade aqui, ele fala a verdade; metade, ele mente. Esse é o verdadeiro *habeas corpus*. Quando o cara recebe um *habeas corpus*, isso está na Constituição. Ele nem precisava ir atrás de *habeas corpus*; era só V. Exa. lhe dizer: "A lei diz que você não pode criar prova contra você; você pode falar ou não falar, ponto". Ele nem precisaria de *habeas corpus*; mas eles vão buscar o *habeas*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corpus. E tem vindo *habeas corpus* de trivela. Uns *habeas corpus* flex estão vindo: o cara pode falar uma banda, e pode não falar outra banda. Um pedaço...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Híbrido.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Híbrido.

... e não falar a outra parte.

Esse *habeas corpus* aí sim... Na verdade, ele foi lá, e o Supremo deu para ele o direito de ficar calado, não falar nada. V. Exa. está correto na interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu concordo com V. Exa. (*Fora do microfone.*)

E aliás quero saudá-lo pela elegância de hoje aí, de forma diferente...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – E realmente eu botei o paletó porque eu sabia que haveria um comentário coletivo. (*Risos.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Enfim saiu o auxílio-paletó.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Eu quero me somar aqui à interpretação dada pelo Senador Marcos Rogério.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Primeiro, que os outros *habeas corpus* que vieram diziam o seguinte: "Não pode se incriminar; mas não pode mentir; pode ficar em silêncio. Ou fica em silêncio, ou fala aquilo que conhece". Acho que é correta a orientação. Quando diz que ele não precisa prestar o compromisso de dizer a verdade, não quer dizer que o senhor não ofereça isso a ele, porque ele pode fazer a opção de dizer: "Eu quero me comprometer em falar e não mentir. Eu quero contribuir com a CPMI". Isso ele pode fazer. Então, eu acho que deve ser lido a ele, oferecido a ele o compromisso para que ele faça. Ele é que vai dizer se vai assumir o compromisso ou não. Eu acho que é essa a interpretação mais correta do *habeas corpus* trazido pelo Ministro Cristiano Zanin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu queria, inclusive, com a sua permissão, ler um pouquinho mais atrás no *habeas corpus*, porque, lá atrás, ele fala da autoincriminação. Ele diz o seguinte, no conteúdo do *habeas corpus*:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte tem reconhecido "ser oponível às Comissões Parlamentares de Inquérito a garantia constitucional contra a autoincriminação e, consequentemente, do direito ao silêncio quanto a perguntas cujas respostas possam resultar em prejuízo dos depoentes, além do direito à assistência do advogado".

Enfim... Ou seja, ele faz o recorte aqui atrás exatamente para os casos de autoincriminação.

Na verdade, se gente for ler, parece meio contraditório, porque também, ao depoente não firmar o compromisso de falar a verdade, em tese, se pensaria que, de fato ele poderia faltar com a verdade – digamos assim, – porque seria até uma mudança de condição do depoente. Nós estamos ouvindo o depoente na condição de testemunha. Então, na condição de testemunha, ele teria que, obrigatoriamente, se submeter a esse compromisso; na condição de investigado, não.

E me parece aqui que o Ministro muda, Presidente, com essa decisão, a condição dele, saindo de testemunha para investigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um esclarecimento aqui até para que todos fiquem sabendo: o depoente foi convocado na condição de testemunha. Nos requerimentos, ele veio na condição de testemunha, ele não veio na condição de investigado – condição de testemunha.

Entretanto, aqui na decisão, na fundamentação da sua decisão, o Sr. Ministro coloca:

Apesar da afirmação do próprio autor na inicial, os documentos de convocação não delineiam, em detalhes, se a convocação se operou na qualidade de testemunha ou de investigado, o que reforça, ainda mais, o pleito formulado.

Na verdade, ele está aqui na condição de testemunha – assim ele foi convocado. Então, essa condição não está de acordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Se ele está...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou conceder aqui ao Senador Moro; depois, ao Senador Randolfe.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, ele foi convocado na condição de testemunha, mas é notório que ele está acusado judicialmente. Nessa condição, ele tem o direito de permanecer em silêncio. Eu acho que, objetivamente, se o *habeas corpus* diz que ele não pode ser submetido ao termo de compromisso, então ele não pode.

Então, é basicamente isto: nós temos que ouvi-lo sem o compromisso de dizer a verdade. Se ele vai mentir ou não, essa é uma questão que ele vai decidir segundo a sua própria consciência. Mas o *habeas corpus*, pelo que eu entendi, diz que nós não podemos exigir o compromisso de dizer a verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como ele está sendo acusado e inclusive está submetido à restrição da liberdade, penso que ouvi-lo... Qualquer que seja o juízo de mérito sobre a acusação, concordemos ou não com a acusação – e essa é uma questão que vai ser decidida pela Justiça –, seria inapropriado ouvi-lo como testemunha neste momento, já que já está na condição, inclusive, de acusado. E aqui falo isso sem emitir qualquer juízo de mérito sobre a acusação.

Mas, objetivamente, se o *habeas corpus* diz que ele não deve ser submetido ao termo de compromisso, então ele não deve.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, no nosso ordenamento jurídico, mais precisamente no nosso ordenamento constitucional, o direito ao silêncio e o direito à não autoincriminação são regras e não exceção. Então, no meu sentir, a decisão do Ministro Zanin – no meu sentir, aqui – não difere das demais.

Embora o depoente seja aqui convocado na condição de testemunha, ele foi ator dos eventos, ele teve participação nos eventos que são objeto da investigação aqui desta Comissão de inquérito.

A linha (c) da decisão do Ministro Zanin versa exatamente o seguinte "(c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de consignar termos de tal conteúdo". Reza a ele a faculdade de aceitar ou não o termo de compromisso nos termos do Código de Processo Penal, assim tal qual os outros depoentes.

Eu acho, no meu sentir, me parece que, embora o Dr. Zanin tenha colocado, S. Exa. o Ministro Zanin tenha colocado, além da preliminar que consta de todas as decisões tenha colocado um apócrifo depois com uma vírgula, dizendo "[...] o compromisso de dizer a verdade ou consignar termos de tal conteúdo", no meu sentir não difere.

Então, eu acho que V. Exa. poderia dar encaminhamento, perguntando ao depoente se ele quer se submeter ou não. É... Por óbvio, ele tem participação nos eventos, por óbvio. Ele já foi, inclusive, já tem inquérito instaurado ao qual ele está respondendo. Ele versará se poderá assumir o compromisso ou não. Os dois direitos, ao silêncio e a não autoincriminação, são regras do ordenamento constitucional. Por mais que a medida judicial possa entender que ele tem a obrigação de dizer sob testemunho, mas os dois direitos são claramente regras. E isso assiste ao depoente de hoje, assistiu a todos que nós já tivemos nesta CPI e nas anteriores, assistirá aos que virão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Randolfe, eu entendo a colocação de V. Exa. – e não é só de V. Exa., é de outros Srs. Parlamentares –, mas eu, mais uma vez, vou ler essa letra (c): ele concede ao depoente o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade. Isso é uma frase muito objetiva, não tem meias palavras. Quando você concede o direito de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém não dizer a verdade, isso significa que a pessoa não está obrigada a dizer a verdade. Ponto. Não está falando em autoincriminação ou não autoincriminação, está dizendo que a pessoa tem o direito de não dizer a verdade. Ponto. Não há como a gente mudar o que está aqui escrito. É assim que está. Eu vou tirar a palavra mentira, vou tirar qualquer outra coisa. O que está aqui escrito: "está autorizado..." *Ipsis litteris*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, tem um detalhe aí...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Pela ordem.) – Fica prejudicado, Presidente, o depoimento como produção de prova – fica prejudicado como produção de prova. Se ele está aqui como testemunha e tinha que jurar dizer a verdade, como todos os outros, vai ficar prejudicado como produção de prova todas as respostas que ele der.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, tem um detalhe aqui. Agora que a gente está lendo com mais precisão o *habeas corpus*, ele faz um recorte, Presidente, o Ministro Zanin. Presidente Maia, veja, ele faz um recorte: "Ante o exposto, defiro a medida liminar pleiteada, para garantir ao paciente, no que toca os questionamentos capazes de incriminá-lo: [...]"; ou seja, ele tem o direito, na verdade, do silêncio, do não compromisso de dizer a verdade para os questionamentos capazes de incriminá-lo. Vai exatamente da decisão constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade, é verdade, mas acontece que, independentemente disso, independentemente do direito de não incriminá-lo, ele está autorizando o depoente a não ser submetido ao juramento. É a questão do juramento a que eu estou me atendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O juramento não é apenas para enfeitar a sessão; é uma parte do ritual da sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Você tem o juramento por algum motivo, não é à toa.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... eu vou de novo insistir: a palavra que o Ministro usa é "direito" e não "obrigação". O direito é do paciente; a obrigação seria V. Exa. O direito é do paciente de não prestar o compromisso; a obrigação seria de V. Exa.: obriga o Presidente dessa CPI a não tomar...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... aí é obrigação, dever de fazer. Agora, aqui não, há um direito do paciente de não se comprometer.

Minha sugestão modesta é: faça o procedimento regular e cabe a ele dizer: "Olha, eu vou seguir a orientação do meu advogado e os termos da decisão", se ele quiser fazer isso. Aí está resolvido. Senão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu farei dessa forma.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Marcos Rogério...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... só dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... depois ao Senador Flávio Bolsonaro e vamos tomar a decisão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Não é da minha alçada a questão do Direito, mas também a gente vai aprendendo algumas coisas. E o que eu vi foi, há poucos minutos, o Sr. Comandante da Polícia, o ex-Comandante da Polícia Militar Fábio Augusto sorrindo aqui junto com o seu advogado. Eu acho que ele tem que ser de qualquer forma aqui inquirido, diga alguma coisa, não diga, mas que seja submetido a dizer que quer ou não dizer a verdade, e que depois nós sigamos, porque tem muita coisa que o povo precisa saber. Quanto mais nós demormos aqui, menos o povo vai saber, e ele vai continuar sorrindo aí como se estivesse debochando desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Flávio Bolsonaro, depois Magno Malta e vamos encerrar aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só para... São dez segundos. Em algum momento a gente está questionando a decisão do Supremo agora? Porque, se começar a questionar, vai virar... vamos questionar um monte de decisão do Supremo. Vamos cumprir a decisão do Ministro Zanin. Acho que o senhor tem que obedecer na íntegra à decisão do Ministro do Supremo, porque o senhor vai fazer a leitura do termo de compromisso pra ele, e ele vai falar: "Me reservo a usufruir do direito que foi concedido no *habeas corpus* tal...". Então, vamos começar, Presidente, sem fazer a prestação de juramento, porque é o que está na decisão. Não tem muito o que ficar interpretando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o fato de ser advogado e conhecer muito bem – V. Exa. advogado e tem conhecimento –, o *habeas corpus* do Ministro Zanin é perfeito. Nós já estamos quase que discutindo o sexo dos anjos. Daqui a pouco vamos ter que convidar o Ministro Zanin a explicar o *habeas corpus* dele. O *habeas corpus* dele é duma clareza límpida.

Agora, como sugeriu o Marcos Rogério, por conta do ritual da CPI, que V. Exa. leia, e vai valer o *habeas corpus* que ele foi buscar, que, aliás, já está na Constituição. E são claros os termos que são colocados pelo Ministro Zanin; senão, daqui a pouco, o senhor vai suspender a sessão pra ligar pra Zanin pra saber se realmente o que Zanin queria dizer é o que ele disse.

Então, sugiro a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Magno Malta, eu concordo com V. Exa., até porque está escrito aqui que ele tem o direito de não ser submetido ao compromisso. Essa decisão é dirigida ao Presidente da CPMI para não submetê-lo ao compromisso. Então, se o Presidente da CPI está sendo instado pelo Supremo a não submetê-lo ao compromisso, eu simplesmente não posso submetê-lo ao compromisso, simples assim. Discordo peremptoriamente dessa decisão, mas eu vou cumpri-la.

Portanto, eu não vou submetê-lo ao compromisso, porque está aqui o direito de não ser submetido ao compromisso. Quando eu leio e pergunto se ele vai dizer "sim" ou vai dizer "não", eu já estou submetendo-o ao compromisso. Portanto, nós vamos pular essa parte e vamos passar direto às falas aqui dos Srs. Parlamentares, já que não tem o direito... já que esta Presidência não pode submeter o depoente ao compromisso de dizer a verdade.

Eu quero esclarecer ao depoente que, pelas normas aqui, pelas regras da CPMI, serão concedidos 15 minutos ao senhor para que o senhor faça sua explanação inicial. Em seguida, a Relatora falará pelo tempo que lhe convier. Depois, cada Parlamentar falará por dez minutos, inquirindo ao senhor, e no tempo do Parlamentar mesmo... A sua resposta conta no tempo dele, portanto, o Parlamentar pode interromper a sua resposta quando se julgar satisfeito. E, ao final da fala de todos, o senhor terá mais cinco minutos para as suas considerações finais.

Portanto, eu passo a palavra ao Sr. Fábio Augusto Vieira pelo tempo de 15 minutos.

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Exmo. Sr. Presidente dessa CPMI, Deputado Arthur Maia, Exma. Sra. Relatora, Senadora Eliziane, Exmos. Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sras. Deputadas, sou o Coronel Fábio Augusto Vieira.

Ingressei na Polícia Militar do Distrito Federal em 1993, com 17 anos de idade. Desde o início de minha formação acadêmica até os fatos em investigação, ou seja, cerca de 30 anos de serviço na Polícia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar do Distrito Federal, não tive qualquer punição escolar ou disciplinar, jamais respondi a processos, sindicâncias, memorandos acusatórios, inquéritos policiais militares, em que figurei sempre como vítima. Possuo em minha ficha profissional elogios e diversas condecorações de honra ao mérito, entre elas: Medalha Mérito Brasília; Medalha Tiradentes, grau Grã-Cruz; Medalha Mérito Alvorada; Medalha Ordem do Ministério Público Militar, entre outras.

Fui Comandante do Regimento de Polícia Montada por 16 anos e, posteriormente, fui Comandante do 1º Comando de Policiamento Regional, oportunidade em que comande a cavalaria e a tropa em centenas de manifestações e solenidades na Esplanada e na Praça dos Três Poderes...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Os Deputados aqui na frente estão pedindo silêncio, porque está realmente difícil ouvir, até para quem está aqui na mesa. Então, eu pediria a todos que fizessem um pouco de silêncio.

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – ... a tropa em centenas de manifestações e solenidades na Esplanada e Praça dos Três Poderes, sempre impedindo depredações, vandalismo e qualquer outro crime, defendendo a ordem pública.

Fui promovido, por merecimento, ao posto de coronel na primeira vez em que figurei no quadro de acesso e, posteriormente, fui alçado ao cargo de comandante-geral, como escolha de perfil técnico, sem qualquer apoio de grupos políticos, decisão essa, a indicação, feita pelo então Secretário de Segurança Pública, Delegado Júlio Danilo.

Ao contrário do que tem sido veiculado, a presença do comandante-geral no terreno não atrai automaticamente o comando da operação em curso, que continua sendo dos comandantes operacionais, sejam os comandantes regionais ou comandantes de batalhões, que foram escalados pelo departamento de operações, participaram do planejamento e possuem as minúcias táticas daquela operação. O comandante-geral não assume o comando tático de operação, dado que não possui todas as informações operacionais necessárias. Tal postura visa, inclusive, à tomada de decisão por aqueles que têm todas as informações sobre a tropa no terreno. Exemplo disso é que, como comandante-geral, acompanhei no terreno várias operações, como eleições, Sete de Setembro, posse, mas sempre a cargo do departamento de operações, sem que tenha atraído o comando técnico e operacional.

Tenho como lema que a palavra convence e o exemplo arrasta, por isso sempre fiz questão de acompanhar no terreno a execução do trabalho da corporação.

Após o resultado das eleições, prontamente manifestei, em reuniões com a tropa, aquilo que acredito que é a base estrutural da Polícia Militar do Distrito Federal. Somos uma polícia de Estado e não de governo. Por isso deveríamos atuar para garantir o resultado proclamado nas urnas, a ordem e, sobretudo, a democracia, com uma transição pacífica até a posse presidencial.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ter sido adotado por Brasília ainda jovem, por zelar diuturnamente há mais de 30 anos pela minha cidade, fiquei consternado ao ver vândalos, verdadeiros terroristas depredando prédios públicos, patrimônios históricos e atacando as instituições do nosso país, que sempre protegi com muita dedicação. Jamais compactuei, assenti, participei ou permiti que atacassem nosso Estado democrático de direito.

Por fim, considerando que tais fatos são investigados na Procuradoria-Geral da República e no Supremo Tribunal Federal, que os fatos investigados nesta CPI compõem a denúncia apresentada, com prazo em curso para minha defesa, que não foi franqueada à minha defesa a íntegra dos documentos utilizados pela acusação na formulação da denúncia, por orientação da minha defesa técnica, vou permanecer em silêncio até o acesso à íntegra dos autos e a apresentação da defesa, com todos os esclarecimentos para cada um dos fatos que me são imputados.

Demonstro, aqui, meu máximo respeito a esta CPMI e me comprometo e me coloco à disposição, desde já, a retornar em uma futura oportunidade, caso seja o interesse desta Comissão, para que possamos esclarecer os fatos após a gente ter a íntegra dos documentos do processo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra à Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. colegas Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados, Sr. Fábio Augusto, o senhor, na verdade, já coloca que vai usar do direito de não falar, mas eu queira fazer, mais uma vez, ao senhor um apelo para que, na verdade, contribuisse com os trabalhos desta Comissão.

Nós temos um ponto central, que é o 8 de janeiro, e compreendemos, na verdade, que a sua contribuição é muito importante para o que será, ao final, nosso relatório, sobretudo por conta dos indiciamentos que faremos ao final dos nossos trabalhos.

Eu, mais uma vez, apelo ao senhor que possa contribuir conosco, com as suas informações.

O senhor hoje está preso. Hoje, na verdade, completa 11 dias da sua prisão.

E nós recebemos aqui a denúncia da Procuradoria-Geral da República, aliás, uma denúncia pela qual eu cumprimento o Dr. Carlos Frederico Santos. É uma denúncia muito embasada, muito respaldada, vem com uma construção, inclusive, muito didática de tudo o que ocorreu precisamente no 8 de janeiro.

Antes de chegar, especificamente, ao fato da sua prisão, eu queria discorrer um pouquinho com o senhor acerca dos fatos que antecederam, na verdade, a sua prisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela denúncia da PGR, o senhor recebeu e encaminhou áudios desde o processo eleitoral de 2022, precisamente no dia 28 de outubro, poucos dias antes do segundo turno das eleições. É um áudio claramente *fake*, inclusive destinado a candidatos à Presidência da República, mas uma montagem, portanto, com conteúdo golpista.

Esse áudio o senhor recebeu, na verdade, do Klepter Rosa e, em seguida, o senhor encaminha o mesmo áudio, por exemplo, ao Coronel Casimiro.

Aí, no áudio, que consta na página 7 da denúncia, o senhor diz o seguinte: "na hora que der o resultado das eleições, que o Lula ganhou, vai ser colocado em prática o art. 142, viu? Vai ser restabelecida a ordem, se afasta Xandão, se afasta...". O senhor vem, o senhor não, o áudio vem com alguns termos, como "vagabundo", "tudinho", "ladrão", "safado", enfim. "Aí vocês vão ver o que é pôr ordem no país. Não admito que o Brasil vai deixar um marginal, criminoso, um bandido como o Lula voltar ao poder".

Na sequência, o áudio diz: "Rapaz, vocês têm que entender o seguinte: o Bolsonaro está preparado com o Exército, com as forças especiais, as Forças Armadas a ir, para fazer a mesma coisa que aconteceu em 64. O povo vai para as ruas, porque ninguém vai aceitar o Lula ganhar a Presidência, porque não tem sentido. O povo vai pedir a intervenção. Aí, meu amigo, eles vão nos livrar do comunismo novamente".

Quer dizer, o senhor fazia esse compartilhamento desses áudios. Está ali, inclusive, na tela. E eram áudios, como eu disse, editados, áudios *fake*, sendo transferidos e compartilhados por membros do alto escalão da Polícia Militar de Brasília.

Eu pergunto ao senhor: havia um clima golpista na Polícia Militar do DF?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Exa., como eu relatei aqui na minha fala, eu não tive acesso à íntegra dos documentos, inclusive, do relatório do meu celular.

Então, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ainda com base, por exemplo, nesta denúncia aqui – na verdade, a denúncia, como todos sabem, já é de conhecimento –, o Coronel Casimiro encaminha para o senhor um quadro. Nesse quadro ele explica supostas alternativas à sucessão presidencial, todas elas, como nós sabemos, absolutamente ilegais, ilícitas, sem nenhum respaldo constitucional.

As mensagens clamavam que as intervenções seriam para atender um pedido do povo para que as Forças Armadas tomassem as ruas. Aí elas vêm colocando aqui, por exemplo, vão trazendo algumas diferenças.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fala, por exemplo, do art. 142, cria, na verdade, uma sequência do que ocorreria. Depois, ele fala da intervenção militar; depois, de uma intervenção federal.

Aí, da mesma forma, o Coronel Casimiro, na verdade, coloca que seria uma explicação, de fato, interessante, uma explicação que deveria, inclusive, ser mais bem discutida.

O senhor recebe, na verdade, essa informação, Sr. Fábio, de um subordinado seu. Quer dizer, não é de alguém "ah, é meu superior, eu não podia fazer nada". Não, o senhor recebe de um subordinado seu.

Ao receber, na verdade, essas informações de conteúdo golpista de um subordinado seu, o senhor não tomava nenhuma atitude, não refutava, não fazia nenhum posicionamento em relação a esse compartilhamento de informações golpistas, de cunho golpista?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Exa., conforme eu falei na minha fala, como eu não tive acesso à integra, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ainda com relação, por exemplo, ao mês de novembro, porque nós tivemos, precisamente, o mês de outubro e o mês de novembro com verdadeiros questionamentos depois do resultado do processo eleitoral. Então, houve um clima, na verdade, no Brasil inteiro, sobretudo daqueles que não estavam aceitando o resultado das eleições.

E aí, no dia 1º de novembro, o senhor recebe um outro conteúdo de fraude nas urnas eletrônicas e um possível relatório das Forças Armadas e o senhor afirma, categoricamente: "A cobra vai fumar". Nessa informação que o senhor responde, na verdade, pelo seu aparelho celular, o senhor responde ao Casimiro, não é? Ou seja, ele fala: "Não fique triste, não fique triste. As Forças Armadas vai entregar o relatório amanhã, que o Alexandre de Moraes pediu e as Forças Armadas disse que só entregaria depois do segundo turno, depois do resultado. E amanhã eles estarão entregando o relatório, a prova de que o Bolsonaro foi eleito no primeiro turno, porque temos o exemplo lá da Bahia, do Nordeste, aonde tem 182 municípios que cometeram erros gravíssimos, gravíssimos. Como Barreiras, onde tem 156 mil municípios...", e tal, e tal. Aí o senhor recebe. Quando o senhor recebe essa informação, que é mais uma vez uma montagem ali que é atribuída a algumas pessoas que faziam parte do processo eleitoral, o senhor responde: "A cobra vai fumar".

O que o senhor queria dizer com essa frase?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, pelas mesmas razões já explicitadas, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E, aí, eu sei que o senhor não vai responder a todas as próximas perguntas, mas é muito interessante que a gente possa fazer essa exposição aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais na frente, o senhor vem com outro compartilhamento de mensagens; ou seja, nós estamos aqui falando de um compartilhamento de dados, naquele momento, pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; ou seja, não era um militar qualquer, não era um integrante qualquer do Sistema de Segurança Pública de Brasília; nós estamos tratando do mais alto comando militar da Secretaria de Segurança Pública do DF.

O senhor, então, recebe uma imagem a qual alguém compartilha, fazendo referência ao questionamento do processo eleitoral. E aí, especificamente, o Casimiro lhe manda uma fotografia com a imagem do candidato, do então Presidente Bolsonaro, que perdeu a eleição naquele momento, e a frase é: "A cara de quem tem as cartas na manga". Aí, o senhor responde: "Será que o Brasil tem jeito?".

Mais uma vez, qual a motivação e o porquê desse questionamento e dessa sua pergunta em relação ao Casimiro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, pelas mesmas razões, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora vem uma outra mensagem que é impressionante, essa que, mais uma vez, o senhor conversa com o Casimiro.

Aí, o Casimiro, na mensagem que ele envia ao senhor, na denúncia, ele diz para o senhor o seguinte: o conteúdo "pode não comprovar nada", mas servirá para "acirrar os ânimos" e provocar "explicação". Em outra mensagem, o senhor diz que os órgãos eleitorais tiveram o "descaramento de fraudar [...] em uma urna [que] um candidato [...] [tinha] recebido zero votos".

Quer dizer, aqui, quando o Casimiro conversa com o senhor, na rede social, especificamente no WhatsApp, ele diz: "Olha...", é como dizer: a informação é mentirosa, a informação pode não comprovar nada, mas ela vai alcançar um objetivo. Qual é o objetivo? Acirrar os ânimos e provocar explicações; ou seja, essa distribuição de mensagens e de informações *fake* logo depois do processo eleitoral tinha essa motivação de acirrar os ânimos na sociedade brasileira, que depois do processo eleitoral estava praticamente ali dividida, por conta da diferença do processo eleitoral? A motivação era acirrar os ânimos na sociedade brasileira?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, pelas mesmas razões citadas, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aliás, ânimos que foram muito acirrados, tanto no dia 12 de janeiro, de dezembro, especificamente, quando nós tivemos as várias manifestações aqui em Brasília, como no dia 24 de dezembro, com a tentativa de explosão de um carro-bomba no aeroporto de Brasília, e culminando com o 8 de janeiro, que foi exatamente o que ocorreu.

Veja, mais na frente, a partir do dia 30 de outubro, a gente acompanhou, Senadora Soraya, manifestações criminosas de obstrução de rodovias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Presidente, está muito barulho. Pede silêncio, por favor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES. *Fazendo soar a campainha.*) – Vou pedir ao pessoal aí atrás para fazer um pouco de silêncio. A Relatora está com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Precisamente no dia 30 de outubro, a gente viu várias manifestações criminosas no Brasil inteiro, com obstrução de rodovias, ataques inclusive a torres de transmissão, e nesse momento o senhor tomou conhecimento, mas respondeu, por ofício encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, que a Polícia Militar do DF deixará de identificar e de abordar os veículos por considerar... Entre aspas. Fala aqui da sua resposta em ofício, entre aspas: "Deixará de identificar e de abordar os veículos por considerar inexistência de infração administrativa". Aí, em adição, o senhor exprimiu, quanto às manifestações nas imediações aqui do QG, do acampamento, que não seria possível identificar lideranças, por tratar os eventos como atos – abra aspas – "de iniciativa popular ou sociedade civil organizada"; ou seja, o acampamento montado aqui, que de lá, por todo um processo de investigação que nós acompanhamos, na verdade, foi a ação embrionária para o que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Aí eu pergunto ao senhor... O senhor responde isso lá atrás ainda, no mês de novembro, precisamente. Hoje, o senhor continua com esse mesmo pensamento? O acampamento era o acampamento de iniciativa popular e da sociedade civil organizada, sem cunho golpista?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Fábio, fazendo um levantamento aqui dos locais em que o senhor na verdade... Os grupos, sobretudo os grupos de WhatsApp que faziam esse compartilhamento, o senhor integrava, por exemplo, um grupo que era chamado de Águia 1º CPR. E tinha um outro grupo que é ADI/DOP/operações. São grupos que faziam o compartilhamento dessas várias informações, desses vários vídeos e áudios, e nesse grupo inclusive havia a participação de hoje companheiros seus que foram presos, da mesma operação de 11 dias atrás, dentre eles o Naime, que foi preso antes, mas o senhor, o Flávio, o Casimiro, na verdade, e outros nomes.

Eu pergunto pro senhor: nesse mesmo grupo em que vocês faziam o compartilhamento de áudios e de vídeos golpistas, vocês receberam algum tipo de alerta referente ao ato do 8 de janeiro? Se o senhor recebeu, quem lhe passou ou quem compartilhou essas informações também referentes à possibilidade de ataques à sede dos Três Poderes para o dia 8 de janeiro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 7 de janeiro, as mensagens, inclusive, nesse grupo foram muito intensas, precisamente no dia 7 de janeiro, com... a partir das manifestações – não é? – que estavam realmente a aparecer, inclusive com a temática que todos nós acompanhamos, com o tema "tomada do poder pelo povo". E aí havia, por exemplo, o material que era transmitido desse grupo de WhatsApp, no qual o senhor, na verdade, estava participando, e não apenas o senhor era um integrante do grupo, o senhor compartilhava as informações que recebia nesse grupo com outras pessoas, como essas na verdade que eu acabei de relatar.

E uma das informações vem, inclusive, didaticamente. Ela vem com o evento... Pastor Henrique – o Pastor Henrique, que usa uma didática muito importante nas suas exposições –, Pastor Henrique, eles buscaram aqui uma coisa meio didática: colocaram "tomada pelo poder", "ato de iniciativa popular", aí vem "local; Setor Militar Urbano, Esplanada dos Ministérios", "ânimos"... Aí coloca "desdobramentos"; coloca "ânimos tranquilos"; "desdobramentos: no Setor Militar Urbano, durante a madrugada, entre 2h e 6h30, os ônibus oriundos de outros estados desembarcaram cerca de 170 pessoas, a grande maioria delas seguindo para o interior dos acampamentos no QG". Quer dizer, isso aqui antes, no dia 7.

Nesse momento, que era o dia anterior, em que as definições para o dia 8 de janeiro estavam sendo tomadas; nesse momento, o senhor já não começou a compreender a possibilidade de haver, no dia seguinte, uma manifestação com acirramento de ânimos e com a possibilidade real, por exemplo, de quebra-quebra aqui na Praça dos Três Poderes?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em uma das mensagens – veja –, em uma das mensagens também do dia 7, a frase era a seguinte: "Chegou a hora. O 8 de janeiro será um divisor de águas"; ou seja, todas as informações que vêm até o senhor, até aquele presente momento, eram informações claras, demonstrando claramente que realmente havia uma possibilidade e uma ação iminente ali, que colocaria na verdade em cheque e em risco – é bom lembrar, em risco – a vida das pessoas, todas as pessoas. E aí, quando eu falo das pessoas, é inclusive de militares até que poderiam ser e que deveriam, na verdade, ser direcionados para aquele lugar. Daí a necessidade de serem pessoas com uma certa experiência, para poderem fazer de fato esse enfrentamento.

Já que o senhor não vai me responder...

Cadê o organograma? Me dê aqui.

Nós temos, na verdade, um organograma da Secretaria de Segurança Pública em que se apresenta claramente a posição de cada um: o senhor, como Comandante-Geral; depois vem, por exemplo, o Klepter Rosa, que é o Subcomandante; depois, vem o Paulo José, que estava ali em substituição ao Naime, lá no DOP; depois, vem o Casimiro, que era o responsável pelo 1º CPR, não é? E aí, depois, vem, por exemplo, o Flávio, que era também responsável por uma guarnição; depois, vem o Rafael, que é o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenente Rafael, que era responsável, na verdade, pelo Batalhão de Choque. Todos eles, Sr. Fábio, sob o seu guarda-chuva, sob a sua responsabilidade, não é?

Mas, antes de chegar o 8 de janeiro, como eu disse, nós tivemos o 12 de dezembro. E, no 12 de dezembro, Deputada Jandira, quando houve a tentativa de invasão da Polícia Federal, ao invés de o efetivo da Polícia Militar do DF seguir para a sede da Polícia Federal, eles, na verdade, seguiram para a superintendência, totalmente divergente de onde estavam ocorrendo as manifestações e a tentativa de invasão da sede da Polícia Federal.

Eu pergunto ao senhor: quem autorizou esse deslocamento contrário ao ponto a que deveria ser direcionado, que seria a sede da Polícia Federal?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coloque aqui para mim no compartilhamento das informações que eram no grupo que o Sr. Fábio integrava. Lá nesse compartilhamento de informações, havia, por exemplo, os comunicados, não é? O Klepter... E aí foi no dia 4 de janeiro, aí não foi só no dia 7 de janeiro, foi no dia 4 de janeiro, três dias, quatro dias antes do 8 de janeiro. Quatro dias antes do 8 de janeiro, você vê aqui os *banners*, na verdade, sendo compartilhados, não é?

Aí tem um deles aqui, esse aqui... (*Pausa.*)

Não deu para colocar.

Mas, por exemplo, aqui ele fala: "Revolução militar pelos militares brasileiros"; está aí outro, outro *banner*: "Comunicado, tomada de poder pelo próprio povo, 7 e 8 de janeiro, movimento patriotas"; depois: "Tomada pelo poder, Congresso Nacional, Brasília, Distrito Federal. É greve geral, povo na rua. Não tem dia para acabar". Essas informações chegaram exatamente quatro dias antes nos mesmos grupos; ou seja, Sr. Fábio, o senhor recebeu essas informações quatro dias antes, e vocês não tomaram uma medida à altura do que deveriam tomar, no sentido de se prepararem para ter um planejamento, de fato, operacional, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu estou com a fala.

Porque teve um PAI, que foi um Plano de Ação Integrada apresentado, e depois teria que ter um Plano de Operação Integrada, em que cada um desses órgãos deveria fazer o seu planejamento operacional para atender a um informe do sistema de inteligência, tanto da própria Secretaria de Segurança Pública, quanto o da Abin.

A sua responsabilidade, que era estratégica... Como eu disse, sob o seu guarda-chuva está toda a organização militar aqui do DF. O senhor não deu ordem, o senhor não determinou, o senhor não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientou, o senhor não estabeleceu metas para que cada um desses batalhões e cada uma das áreas específicas, no âmbito da Polícia Militar, tomasse as medidas cabíveis para evitar o que a gente acompanhou no 8 de janeiro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É: o senhor vai ficar permanecendo em silêncio direto. Então, eu vou aqui passar até mais pra apresentar, de fato, todo o conteúdo de informações que constam hoje da denúncia da PGR que evidenciaram, de fato, a sua prisão.

Como eu disse, em geral, em situações como essa, você cria, na verdade, ordem de serviço, você cria um plano de operação pra que ele realmente possa ser efetivado. Na CPI aqui da Câmara Legislativa do DF, o senhor disse que o planejamento operacional não tinha sido realizado e que tomou conhecimento a esse respeito apenas com o relatório do interventor Ricardo Cappelli. Ora, o Ricardo Cappelli... A intervenção aconteceu na noite do dia 8; somente no dia 9... Eu quero até a confirmação de qual foi o dia específico da apresentação do relatório pelo interventor, porque foram dias depois; ou seja, o senhor afirmou que o senhor só teve conhecimento desses atos com o relatório do interventor Cappelli. Quer dizer, é tempo demais. Ou é ineficiência demais, ou é não olhar pro que, de fato, estava ocorrendo diante do senhor, já que todas as informações da Abin e da própria inteligência chegaram ao âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

Como é que foi, Sr. Fábio, a atuação, por exemplo, do Coronel Paulo José... *(Pausa.)*

O relatório é de 27 de janeiro de 2023, ou seja, quase um mês... Na verdade, 20 dias depois, o senhor passa a ter informações de que deveria ter uma ação mais enérgica, ou seja, a situação, de fato, já havia sido finalizada.

Vou aqui deixar de lado algumas perguntas, já que o senhor realmente não está respondendo.

O senhor afirmou, na Polícia Federal, que o efetivo do dia 8 de janeiro teria sido de 440 pessoas e foi confrontado pela Coronel Cintia, então integrante da Secretaria de Operações Integradas, que disse, através já de depoimento, ter sido planejado o efetivo de 600 pessoas. O senhor pode me dizer... Eu acho que é uma pergunta muito fácil que o senhor pode me responder aqui: quantos militares, de fato, foram designados para o dia 8 de janeiro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, o que nós temos, de fato, de informação é que a quantidade de efetivo designada foi de apenas 200 alunos do curso de formação, que foram realmente direcionados para esse atendimento. Aí, veja, ganhando aqui tempo, houve apenas a designação de 200 militares, ou seja, ainda alunos para uma situação de confronto em que, Rogério Correia, naquele momento, havia o chamamento de pessoas que sabiam manusear armas, que são os CACs; em que,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele momento, a gente tinha acabado de acompanhar o 12 de janeiro, com a invasão da sede da Polícia Federal; em que, naquele momento, a gente tinha acabado de acompanhar o 24 de dezembro, com a tentativa da explosão de um carro-bomba no Aeroporto de Brasília; com vários informes desde o dia 2 de janeiro, passando pelo dia 4, dia 6, dia 7, com um plano de operação, um plano de ação integrada já apresentado.

Diante de tudo isso, o que é feito? É enviado um efetivo de apenas 200 alunos. Esses 200 alunos foram direcionados sem água, sem comida, sem EPI, ou seja, eles, além de não terem a formação e a experiência necessárias para o enfrentamento dessa natureza... Graças a Deus, a Marcela sobreviveu e outros mais sobreviveram, mas poderiam ter morrido, porque não havia ali a quantidade de efetivo suficiente para esse atendimento. Vocês sequer providenciaram alimentação e água. Essa é uma prática recorrente pela Polícia Militar?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E aí, então – vou trabalhar aqui com os vídeos, com as imagens –, aí, então, você tem, no 8 de janeiro, já o ato em si, que foram exatamente as manifestações aqui.

Eu gostaria muito que o senhor me respondesse uma pergunta que é muito importante. Eu não consegui aqui levantar esse horário exato. Como se deu e como o senhor foi chamado para chegar até aqui ao Congresso Nacional? Porque o senhor chegou primeiramente, aqui na parte da Chapelaria. Como o senhor chegou até aqui? Eu vi que o senhor veio sozinho, o senhor não veio com nenhum efetivo no seu entorno. Como o senhor foi chamado? Como o senhor foi avisado e informado da forma e do nível, na verdade, de depredação que estava acontecendo aqui?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja o senhor...

Cadê as imagens? Coloque aí na... *(Pausa.)*

Eu vou seguir agora aqui um rito mais de imagens, e aí, mais uma vez, cumprimentando a PGR, que conseguiu fazer um levantamento muito preciso, na verdade, e de forma muito didática de como se deu essa vinda do Sr. Fábio até aqui ao Congresso Nacional. Na verdade, pelas informações que nós temos, o senhor chegou aqui...

A chegada dele está onde? *(Pausa.)*

Tem as imagens lá. Vamos lá, vamos vendo aqui passo a passo.

Às 14h42, uma imagenzinha antes dessa, mas vamos seguir com essa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, a primeira imagem.

Isso, às 14h42, houve o rompimento ali da barreira, ali nas proximidades do Ministério da Justiça. E aí vem, na imagem seguinte, que foi essa daí, das 14h43, há o rompimento de fato dessas barreiras. Na sequência, às 14h47, aqui são imagens já da parte interna aqui da Câmara dos Deputados, onde havia ainda uma presença pequena de manifestantes. Não tinha uma presença ainda significativa. Ali, na verdade, já é o comandante, bem ali com aquele cone, que sofreu um ferimento naquele momento ali.

Segue a imagem.

Na outra imagem, naquela seta vermelha, é o Coronel Fábio, onde ele está ali... Por isso eu pergunto se ele não veio com ninguém, porque ele estava ali sozinho – ali e ao mesmo tempo sozinho, mas de uma forma, digamos, relativamente tranquila. Havia outros militares, de fato, ali no seu entorno.

E aqui na decisão da PGR, olhem só o que a PGR fala ao se referir a essa imagem especificamente:

[...] o Comandante-Geral dispunha de meios eficazes para proteção dos edifícios-sedes do Poder Legislativo Federal, mas, propositalmente, não os empregou. Em vez de permanecer [...] [o] FÁBIO [...] poderia e deveria ter exercido seus poderes de comando.

Olhem:

Em vez de permanecer isolado no Congresso Nacional, FÁBIO AUGUSTO poderia e deveria ter exercido seus poderes de comando e de emprego da PMDF para arregimentar tropas que, facilmente, teriam protegido o Congresso Nacional de maneira eficaz, como se demonstrará a seguir.

Na verdade é o que diz a decisão aqui da PGR.

Na imagem anterior, aqueles militares – e me lembra muito bem aqui a consultoria –, eles são da Polícia Legislativa do Congresso Nacional. Não são, na verdade, integrantes da Polícia Militar.

Aí, seguindo, segue a outra imagem. Depois eu volto... Exatamente.

Às 15h12, vejam que o ambiente estava ali... Ainda não tinha essa quantidade toda de manifestantes, ou seja, havia uma quantidade realmente ainda pequena.

Aí vamos lá. Na sequência, vejam que é ponto muito interessante dessa chegada aqui desses militares, porque lá atrás a Polícia Militar sozinha – esse é um ponto que é muito importante a gente destacar –, conseguiu evacuar os manifestantes. Nessa imagem de 15h15, chegam, na verdade, outros militares que eram do Choque. Agora vejam o que ocorre. Nesse momento o Coronel Fábio faz um comunicado, em que o outro coronel, que foi o Coronel Flávio, o Flávio Silvestre, ele fala então com o Flávio Silvestre. O Flávio Silvestre vai ao Rafael, que era quem estava... Tem a imagem já direto lá, está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. O Rafael estava aqui, nessa outra área que era uma barreira impedindo a descida dos manifestantes, Presidente Maia, para a sede do Supremo Tribunal Federal. O Flávio Silvestre chega até o Rafael e diz: "Olha, Rafael, é preciso ir alguém para dar apoio lá ao Fábio, porque o Fábio está cercado. O Fábio está sendo agredido lá pelos manifestantes". Aí, então, o que o Rafael faz? O Rafael teria se negado – é o que diz a decisão: teria se negado – a desmobilizar essa equipe que estava fazendo uma barreira. Mas, numa intervenção mais incisiva do Flávio, o Rafael então desmobiliza, pega a metade desses militares e vai para a Chapelaria, que são aqueles que chegaram lá atrás.

Há de voltar novamente? Depois eu volto a essa..

Aí vêm, eles chegam aí. Então, vêm de lá e eles voltam pra cá. Eles chegam – segue a outra imagem –, eles sobem até a escadaria. Sobe mais. Aí eles ficam... Olha como eles ficam, gente; olha que imagem! Eles ficam na lateral, eles ficam na lateral, e os militares... Tem um vídeo que eu vou colocar no final. Já está o vídeo aí? Olha só o que eles fazem: os manifestantes estão aqui, não subiram ainda; estão, inclusive, ajoelhados e tal, e lá em cima estão os militares, eles estão na escadaria. Vamos ver agora o que os militares, o que o Choque faz. Eles vão subir, eles vão subir, e o Choque está em pé; ao invés de eles estarem na barreira, segurando os manifestantes pra não entrarem, como eles fazem? Eles ficam na lateral, em pé.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Faltou o tapete vermelho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só faltou um tapete vermelho, Presidente Maia, pra entrar.

Olha só o que ele faz: ele faz, ele dá sinal pra subir. O Choque do lado, em pé, dá sinal positivo e tal; aí manda os...

Gente, nesse momento não tinha quebradeira dentro do Congresso Nacional ainda. Nesse momento, os manifestantes estavam... Era por volta de 15h17... Deixe-me ver: 15h19 precisamente. Aí, então, eles sobem.

Vamos lá pras fotografias novamente; vai na sequência.

Aí ele vai... Na sequência, é o Choque, que saiu lá de cima e volta.

Não, vamos lá. Então, aqui.

Aqui, então, ficou menos da metade dos integrantes do Choque.

Não, segue aí. Segue, segue, segue mais; mais. Não. Pronto! Aí vamos lá pra parte da subida do Supremo Tribunal Federal. Pegue as imagens lá do Supremo Tribunal Federal.

Então, eles desmobilizam; fica só a metade dos militares do Choque.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue, segue.

Aí vai diminuindo. Vejam aquela seta vermelha. Olha só, eles retiram a barreira, gente. Quando eles retiram a barreira, os manifestantes vão andando. Aí vai lá, olha o ônibus, lá. Nessa hora, com a quantidade pequena, eles entram no ônibus e entram nos outros carros.

Segue.

Aí os manifestantes estão, com mais um tapete vermelho, descendo para o Supremo Tribunal Federal.

Segue.

Aí, olha só onde é que estão os ônibus do Choque: estão aqui embaixo; os manifestantes descendo. Lá na frente, a subida pro Supremo Tribunal Federal, que até o momento estava intacto, não tinha nada aí, estava tudo, as vidraças, tudo certinho lá, tudo bonitinho. E, ali na frente, aquela outra linha preta ali são os militares da segurança do Supremo Tribunal Federal, que é uma quantidade pequena, que é aquela quantidade ordinária que tem pra situações do dia a dia. Eles estavam lá, e olha a força, a Polícia Militar do DF, através do Choque, estava lá atrás; abriram e permitiram a subida dos manifestantes. Aí os manifestantes invadem.

Segue mais imagem.

Aí pronto! Subiu e quebrou. E foram aquelas imagens que o Brasil inteiro acompanhou, as vidraças totalmente destruídas; ou seja, o comando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tem vídeo, é porque nós fizemos o recorte de fotografias pra fazer uma explicação melhor. Inclusive os vídeos estão aqui no Congresso Nacional, e, na verdade, vocês podem acompanhar.

Então eles subiram. Agora vamos lá pra... Olha só outra a situação em relação ao... Eu já mostrei o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, agora vamos lá no Palácio do Planalto.

Cadê o material do Palácio do Planalto? *(Pausa.)*

Está aqui, 15h13min. No Palácio do Planalto, essa aqui é a imagem um pouco mais cedo.

Segue. Lá você tem alguma coisa de efetivo da Polícia Militar. Vocês estão vendo, lá no começo, ali em cima, uma quantidade de militares. Os militares estão lá e os manifestantes aqui, entrando, subindo, estão subindo aqui no Palácio do Planalto. E eles lá em pé, ó, tranquilos. Um outro efetivo menor ali, também tranquilo, ali em pé.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue. A outra fotografia. Eles continuam lá, os carros estão por aqui e tal. Mas veja, os manifestantes normalmente... E até esse momento, eles ainda não haviam subido para o Palácio do Planalto. Gente, o que custava aqueles militares saírem daquela posição e virem para cá, para fazer um cordão de isolamento e impedir que subissem a rampa do Palácio do Planalto? O militar tem uma hierarquia, tem uma ordem, tem um comando. Tudo que ele vai fazer, ele tem que ser comandado, ele tem que ser liderado, entendeu? Naturalmente que eles não foram porque não tiveram o comando de subir e evitar que realmente ocorresse.

Então, eu quero finalizar aqui dizendo, Presidente, que o efetivo de fato era muito pequeno, era algo em torno de apenas 200 militares. Mas, da mesma forma que fizeram a escolta dos manifestantes até toda essa área aqui do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto... Eles vieram escoltados, e quando eles chegaram aqui eles foram, não é exagero dizer, orientados da forma como se entrava de fato nesses prédios, e nós acompanhamos o final, como tudo ocorreu.

Então, quando hoje nós tivemos uma prisão de 11 pessoas do alto comando militar aqui de Brasília, isso tudo se deu por conta dessas imagens aqui que nós acompanhamos; ou seja, como eu disse, o efetivo era muito pequeno, é verdade, mas mesmo com o efetivo muito pequeno, se tivesse tido um comando naquele momento, a coisa teria ocorrido.

Tem uma imagem, que foi a que eu pedi para voltar depois, que é do Comandante Fábio, aqui, que é de 15h38. Ele está lá no Anexo II da Câmara dos Deputados, isso aí já uns 30 minutos depois. E lá, o Chefe da Polícia Legislativa da Câmara, o Paul, pede para ele, diz: "Olha, Comandante Fábio, traga para cá o Choque, porque nós precisamos de um reforço aqui". E a informação do Paul qual é? É de que o Comandante Fábio teria dito: "Olha, você espera aí, não sai daí, e eu vou voltar com o Choque". E o Paul, coitado, ficou lá, esperando, uma hora e meia.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Uma hora e quarenta, me corrige a Deputada Jandira Feghali. Uma hora e quarenta o Paul ficou esperando a chegada. Quando chega o Choque, o efetivo maior da Polícia Militar, não tinha mais jeito, já estava tudo destruído, já estava tudo acabado. Uma hora e meia! Segurança é coisa rápida, é questão de segundos, e a coisa de fato ocorre.

Então, o resultado da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, o resultado final, da prisão, do Ministro do Supremo Tribunal Federal se evidenciou de uma forma clara, pelo baixo efetivo, pela baixa estruturação, mas, sobretudo, pela falta de comando, pela falta de decisão, para que fosse operacionalizado.

Teve aviso, teve informe do sistema de inteligência, mas se colocou um baixo efetivo, um baixo efetivo sem as condições técnicas suficientes para isso e ainda sem comando, ou seja, não tinha como dar certo. Foi planejado simplesmente para dar errado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, muito obrigado, Senadora Eliziane, e passo a palavra ao próximo...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, pela ordem, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, nós tivemos conhecimento de que o Coronel Fábio esteve na CPI da Câmara Distrital e lá, em defesa dele, ele falou, falou inclusive deslocando a responsabilidade. Aqui, a Senadora Eliziane fez perguntas a ele sobre os procedimentos gerais da Polícia Militar – nem tudo o que ela perguntou tinha a ver com o fato em si –, e ele se negou a responder. E não é algo que o incriminasse, foram perguntas dos procedimentos gerais.

Diante da permanente negativa dele de responder a qualquer coisa, eu queria reiterar aqui a necessidade de o senhor submetê-lo – ele exerce o direito se quiser – ao compromisso inicial da CPMI sobre falar ou não a verdade, diante de todos os argumentos já tratados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para interpelar.) – Muito bem, Deputada.

Eu pergunto ao depoente se ele voluntariamente aceita se comprometer a falar a verdade.

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, conforme mencionado aqui, por não ter acesso à íntegra dos autos, eu vou permanecer em silêncio e não vou fazer o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.

Obrigado, Deputado.

Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Gostaria de saber o que ele está dizendo sobre íntegra dos autos, porque nós tivemos acesso ao inquérito... Nós tivemos acesso ao inquérito, é tudo isso aqui... Não, ao oferecimento da denúncia, são páginas, e páginas, e páginas. Nós tivemos acesso à decisão do Ministro Alexandre de Moraes. Ao que ele não teve acesso? Porque a maioria dos documentos já estão públicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não sei, acho que poderia ser averiguada essa questão realmente, porque, depois do oferecimento da denúncia, nós sabemos que todos tiveram acesso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade, é verdade. A senhora está certa, Senadora.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, primeiro, eu fico, a cada reunião da CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só para esclarecer – eu vou restituir o seu tempo, Senador –, o depoente informa que ele não tem ainda o relatório do celular dele, que é citado, mas ele não teve acesso a esse relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Os fragmentos que interessam estão postos, o resto...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu concordo com a senhora.

Eu peço que restitua o tempo integral ao Senador Izalci Lucas, para que ele faça a sua palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu confesso que, a cada reunião da CPMI, eu chego à conclusão de que é um instrumento dispensável hoje, porque eu sei da importância de uma CPI. E, de fato, da forma que a Relatora tem conduzido o seu trabalho, é um direcionamento. Ela, por exemplo, apresenta vários vídeos aí. Por que não apresenta todos? Porque eu vi também, em vários vídeos, as pessoas gritando: "Não quebra, não quebra", e estava lá o cara com a bandeira do PT, os infiltrados dentro. Eu vi isso, tem vários vídeos. Porque a Relatora não pode tomar posição, ela não pode vir com o relatório pronto ou a posição pronta. Ela é Relatora pra relatar. Então, eu fico triste porque é um instrumento importante, participei de todas...

E, Presidente, uma coisa que tem que ficar clara também... Eu tenho lá o meu grupo de futebol, que tem um grupo em que o pessoal manda coisas, assim, toda hora, é um grupo privado, muita brincadeira entre eles, e tem o grupo oficial. Eu estou vendo aqui que, na prática, a Polícia Militar tem um grupo oficial – está aqui – chamado Sipom, que é um grupo pra informações de alerta do sistema de informações policial militar, esse é o grupo oficial. Não foi desse grupo que vêm essas mensagens. Esse... Eu não estou fazendo aqui... passando a mão na cabeça de ninguém, não. Eu só quero esclarecer que grande parte, se não a unanimidade, dos policiais do Comando da Polícia Militar são da mesma turma. Então, é muito comum a amizade entre eles e esses grupos privados.

E a população, de um modo geral, quem acompanhou, como eu, Presidente, que participei de todas as CPIs... Eu participei da CPI da Petrobras, eu fui o primeiro, lá em Curitiba, a perguntar pro Pedro, que era o Presidente do PP, quem é que indicou o Paulo lá pra Petrobras, o Diretor. Foi a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira vez que o Presidente do PP disse assim: "Foi o Lula, o Presidente Lula". Eu vi o Paulo testemunhando aqui e depois devolvendo milhões de reais. Eu vi as consequências do BNDES, do fundo de pensão, participei de todas elas. Então, quando eu vi o Presidente disputando a eleição, eu, particularmente, que conheço todas as CPIs e o *modus operandi*, quem é que fez tudo isso – e agora também muitos deles já estão de volta –, eu fiquei: "Não é possível que um Presidente vai concorrer à eleição". Eu fiz isso.

Agora, o que acontece é que eles pegaram essas informações e, por incrível que pareça, Presidente – eu estou vendo aqui –, o que aconteceu no GSI foi exatamente a mesma coisa, colocaram inclusive a Força Nacional, pelo relatório que a gente recebeu, também em alerta, porque aconteceu aqui no Distrito Federal. O problema que aconteceu aqui no DF foi uma coisa simples, porque, veja bem, no dia 8 de janeiro – no dia 8 de janeiro –, olha só, Presidente, e eu ia perguntar aqui pro Fábio, não sei se ele vai responder alguma coisa, mas olha só: no dia da posse do Presidente Lula, foram 300 mil pessoas anunciadas aqui e não teve nenhum incidente, zero de incidente, 300 mil pessoas. No dia 8, foram 5 mil pessoas, insignificante em relação aos demais...

Então, eu vejo aqui... E pergunto ao ex-comandante: no dia 8, de manhã, houve uma confirmação de que os manifestantes pretendiam descer a Esplanada. Por que razão a PM não empreendeu esforços ou tentou... Foi o caso: colocou o grupo de alerta e não de prontidão, né? Eu acho que as pessoas aqui, quando falam, não conhecem bem a estrutura militar, seja no Exército, seja na Polícia Militar. Eu servi o Exército, sei, conheço. Por mais que o comandante tenha... seja o comandante da Polícia Militar, existe dentro do comando da polícia... cada um tem suas atribuições: tem o Choque, tem o diretor de operações, o diretor de inteligência. Então, na parte de inteligência, tem realmente o instrumento oficial.

A decisão final de abrir a Esplanada dos Ministérios no dia 8 foi do Coronel Paulo José, conforme o depoimento do Coronel Casimiro – essa é uma pergunta de que eu tenho dúvida ainda – ou havia alguém mais importante detrás dessa decisão? Porque, pelos depoimentos que vi nessa CPI da Câmara e outras informações, quem deu realmente o comando para abrir a Esplanada foi o Coronel Paulo José.

V. Sa. estava de licença no dia 8, mas, mesmo assim, compareceu ao teatro de operações e foi, inclusive, ferido. Além disso, V. Sa. empreendeu em diversas oportunidades... Diante do seu comando, teve várias tentativas de desmobilização do acampamento em frente ao QG do Exército. É importante lembrar isto: por diversas vezes a Polícia Militar do Distrito Federal tentou evacuar o pessoal do quartel do Exército, e o Exército não permitiu. Passou, inclusive, em vários meios de comunicação, o DF Legal... Nós temos aqui, no Distrito Federal, o DF Legal e também a secretaria de ação social. Eles estiveram lá para retirar realmente o acampamento, e o Exército não consentiu porque é área do Exército. Então, houve uma tentativa, e não foi uma vez só, foram em várias oportunidades, tentativas realmente de desmobilizar o acampamento em frente ao QG do Exército.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outro lado, nós temos aí o General G. Dias, responsável pela Guarda Presidencial, que também esteve no dia 8. Só que, diferentemente de V. Sa., não foi ferido. Muito pelo contrário, confraternizou com os vândalos, fraudou documentos públicos e tentou sonegar imagens das invasões. Só depois que foram vazadas as informações, nós tivemos acesso realmente ao que aconteceu dentro do Palácio do Planalto. Todavia, até o presente momento, não sofreu sanção de qualquer espécie; apenas foi exonerado.

Eu fico perguntando – não sei se V. Sa. vai responder, mas... – a compreensão de V. Sa. sobre essa diferença de tratamento. Eu ia perguntar se V. Sa. se sente perseguido. A PM do DF foi escolhida como bode expiatório de todo esse episódio? Quem, na avaliação de V. Exa., falta ser alcançado pela Justiça?

Porque a Abin... O Saulo esteve aqui. O Saulo mostrou para todos nós que, desde a sexta-feira, ele fez simplesmente 33 alertas. E aí a minha decepção com a CPMI. Ele disse, trouxe documentos. O Senador Esperidião Amin foi o primeiro, aqui no Senado, a mostrar realmente que o documento que chegou aqui ao Congresso, oficialmente, foi adulterado. E aí o Saulo, que é o adjunto da Abin, trouxe aqui a informação: "Olha, foram feitas mensagens para o Ministério da Justiça, para todos; são quarenta e tantos órgãos de inteligência". Nós já sabemos quem recebeu cada alerta desse. Agora, como a CPI não traz, não consegue aprovar um requerimento, trazendo essas pessoas que receberam... O que nós queremos saber – e acho que a Relatora tinha que ser a primeira, a mais interessada – é: essas pessoas que receberam essas mensagens da Abin fizeram o que com elas? Fizeram o quê? Passaram para quem? Esse que recebeu fez o quê? Porque isso é omissão tanto quanto o que aconteceu na Polícia Militar do Distrito Federal.

E aqui, inclusive, com a adulteração de documentos.

E, quinta-feira, eu espero que o G. Dias possa justificar tudo isso, para que a gente chegue na verdade. Nós não queremos chegar aqui num relatório organizado, uma narrativa que já está pronta, sem ouvir realmente... Por exemplo, com relação à Guarda Nacional, está ali, o fotógrafo esteve aqui e disse: "Olha, a Guarda Nacional estava aqui no estacionamento do Ministério da Justiça". E agora vem um relatório dizendo isso. Dois grupos de 28 pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Um estava no Ministério da Justiça, o outro estava no Gama, e os outros estavam de alerta – alerta –, exatamente o que aconteceu com a PM. Não estavam de prontidão.

Então, o que aconteceu aqui no Distrito Federal aconteceu exatamente igual na Força Nacional, com uma diferença: a PGR mandou prender todo mundo aqui, estão todos presos. E por que não prendeu quem fez exatamente a mesma coisa, que é o General G. Dias? Por que não está preso, se ele também fez exatamente isso? Colocou... Sumiu, a turma sumiu. Mesmo os 28 estavam no Ministério da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça, não no Palácio. Cadê o BGP? Por que não foi convocado? Isso não é omissão? A omissão é apenas aqui no comando da Polícia Militar?

Eu acho que vocês devem realmente esclarecer tudo isso, depois que tiverem acesso, realmente, mas o tratamento que está se dando para o G. Dias com relação ao que aconteceu no GSI é incompatível. Então, pau que dá em Francisco dá em Chico. O que está sendo feito aqui com a Polícia Militar, tem que ser feita exatamente a mesma coisa com realmente o que aconteceu no Palácio do Planalto, com o GSI.

Então, Presidente, é isso. Eu lamento muito que a gente não vê... A Relatora, que deveria relatar todos os fatos aqui de todos, mostra imagens só daquilo que interessa para a base de Governo. Eu vou fornecer a ela as imagens para ela também apresentar depois com relação ao que aconteceu aqui, de fato, no dia 8.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador escrito, o Deputado Delegado Ramagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu posso rapidamente fazer só uma colocação ao Izalci, até pelo respeito que eu tenho, muito grande, pelo Senador?

Izalci, deixa eu falar uma coisa para o senhor sobre a questão, primeiramente sobre o questionamento do GSI. Nós ouvimos aqui o Saulo, o Brasil inteiro acompanhou, na verdade, a forma como eu o questionei, como também iremos questionar com a vinda do General na quinta-feira agora, depois de amanhã. Então, esses questionamentos, na verdade, todos serão feitos.

Sobre a questão da Polícia Militar, eu deixei muito claro aqui o entendimento que esta relatoria está tendo em relação a esses comandos; quer dizer, não são os militares em si – os militares foram 200 –, são alunos, são pessoas que absolutamente estão lá com uma determinação, com uma vontade do trabalho, mas são pessoas que não tinham a experiência suficiente para isso. E, de fato, depois, quando chegou e o comando foi dado – mas, já depois, uma hora e quarenta minutos depois, duas horas depois –, a quebradeira já tinha ocorrido.

A questão não foi o militar em si, a questão foi o comando para esse militar. Um efetivo militar funciona com comando. Isso é um dos princípios, inclusive, do processo militar; quer dizer, você tem uma disciplina, você tem uma hierarquia. Então, até para se movimentar de um lado para o outro tem que ter alguém que dê a ordem. Faltou isso, faltou esse comando. É por isso que a gente teve, ao final, 11 comandantes presos. E os militares estão aí, por quê? Porque eles seguiram uma orientação. Então, aqui não é uma situação pontual, direcionada, é uma situação, de fato, de visão ampla.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, os vídeos que V. Exa. cita que eu posso não ter usado, eu queria até que V. Exa. me passasse, para eu poder fazer essa leitura mais apurada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Está bom.

Presidente, como fui citado, é só para dizer o seguinte: a mesma coisa que V. Exa. está fazendo com a Polícia Militar, V. Exa. deveria fazer a mesma coisa... Porque a Força Nacional também poderia ter agido. O G. Dias poderia ter tomado providências, o Ministro da Justiça poderia ter tomado providências. Houve omissão. Agora, o que a gente fica assim, indignado, é que toda a cúpula da PM está presa, e exatamente com o que aconteceu no Palácio do Planalto, no GSI, não aconteceu nada, nada, nada, sequer foi chamado.

Então, acho, por exemplo, que não adianta trazer o Saulo, o Saulo fala e V. Exa. não concretiza o que foi falado aqui. Por que a Relatora não colocou para ouvir quem recebeu? Presidente, é isso que eu estou dizendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, estou dizendo que V. Exa., se foi citada...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Se o G. Dias vier aqui, falar um monte de coisa e não acontecer nada, não convocar ninguém, não vai adiantar nada, como o Saulo falou e não adiantou nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos ouvir agora a palavra do Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpellar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a mesa, o Coronel Fábio.

De primeira mão, eu concordo integralmente com o Senador Izalci, é o que está acontecendo aqui. Nós sabemos que há uma responsabilidade da Polícia Militar pelos eventos, mas essa responsabilidade não é exclusiva, muito menos é principal. E é muito triste que o senhor, Coronel Fábio, venha ficar silente para todas as indagações, porque nós queremos demonstrar aqui que estão querendo jogar tudo no colo da Polícia Militar e isentar de qualquer responsabilidade as instâncias federais.

Vamos, já de início, à denúncia que tem contra o senhor e contra a cúpula, que prendeu a cúpula da Polícia Militar. Em diversas partes... Na primeira delas, fala que a PM tinha um intuito golpista e por isso não se desfez dos acampamentos em frente ao QG.

Eu vou lhe fazer algumas indagações, vão se tornar retóricas, o senhor vai ficar silente, mas se quiser responder, faça um aceno para mim, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe o que aconteceu com os acampamentos após o 1º de janeiro, com a posse, festa da posse presidencial? (*Pausa.*)

Bem, do que nós sabemos e temos registros, não apenas... Vai responder?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Não, vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O.k., muito obrigado.

Depois do 1º de janeiro, os acampamentos foram desmobilizados espontaneamente. Os manifestantes que estavam ali saíram, não apenas pelos relatórios da Abin, mas pelo próprio relatório do interventor.

Relatório do interventor Cappelli: desde o dia 1º de janeiro de 2023, "houve intensa desmobilização do acampamento do QG. [...] no dia 06 de janeiro, o estacionamento de terra estava totalmente desocupado, e não ocorreu chegada de ônibus/caravanas [...]. Estima-se que restou um público de aproximadamente 300 [...] [manifestantes]". Trezentos manifestantes não fizeram nada no 8 de janeiro. O que está comprovado, portanto? Os vândalos vieram de ônibus. Como coloca o Exército, os acampamentos eram ordeiros, pacíficos, democráticos, inclusive limpos, e ainda ajudavam pessoas de rua ali.

Então, o que nós queremos é que seja individualizada cada conduta desses manifestantes, não foram todos, de forma contrária daqueles que nem entraram nos prédios públicos.

Eu sei que o senhor chegou cedo, Coronel, na Esplanada – o senhor tem experiência em manifestações –, que o senhor verificou que não havia um centro móvel, que a Secretaria de Segurança elaborou o PAI, que o Departamento de Operações não fez um plano de operações, que o efetivo estava reduzido, que o efetivo não estava com as suas competências. Realmente houve um erro operacional ali, que não recai todo sobre o senhor, muito menos principalmente. Recai sobre quem estava no comando sobre o Departamento de Operações, Coronel Paulo José, e muito provavelmente quem já era o Subcomandante e que editou uma circular para colocar a tropa de sobreaviso, Coronel Klepter.

Nós sabemos, apesar disso, voltando pras instâncias federais, que os prédios dos três Poderes não são de competência do Distrito Federal, não são distritais; são prédios da União, de instância federal.

Coronel, existe um protocolo tático integrado que gera matriz de responsabilidade?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Este protocolo define muito bem as atribuições de cada Poder e as atribuições federais. A polícia pode auxiliar, a Polícia Militar pode auxiliar, mas, em nenhum momento, tem a responsabilidade principal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor deve ter ciência, mesmo não respondendo, das atribuições do Gabinete de Segurança Institucional. O que nós todos vimos aqui é que o Ministro de Estado à época, G. Dias, teve ciência antecipada de todos os alertas de invasões e possíveis depredações e não fez nada. Ele tinha à disposição dele quatro companhias, 800 militares. Há alguma dúvida plausível de que 800 militares não ajudariam a Polícia Militar na contenção desses vândalos? Da mesma forma, o Ministro Flávio Dino, do Ministério da Justiça – já conseguimos a comprovação aqui, por ofício da própria Força Nacional –, tinha à sua disposição no MJ no dia 8 de janeiro sete pelotões da Polícia Militar. Não empregou nenhum deles; veio empregar dois pelotões já tarde, quando as linhas todas já estavam rompidas e o caos já tinha sido tomado, da Força Nacional. Quem não tem dúvidas aqui? Há alguma dúvida aqui de que se esse efetivo de sete pelotões da Força Nacional tivesse sido empregado não auxiliaria a Polícia Militar nesse trabalho? O senhor viu a Força Nacional trabalhar, Coronel?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O senhor não deve ter visto, porque o senhor estava dentro do Congresso Nacional ajudando a Polícia Legislativa e ainda saiu contundido na cabeça, que nós sabemos.

Coronel Fábio, ao senhor estão sendo imputados, na sua denúncia, diversos crimes: omissão e dano. Esses crimes têm que ser individualizados e têm que ser responsabilizados todos, principalmente as instâncias federais, que não estão sendo. Agora, outros crimes estão sendo imputados ao senhor: abolição violenta do Estado democrático de direito e golpe de Estado.

Coronel Fábio, a Polícia Militar estava conivente com algum golpe de estado ali na Esplanada dos Ministérios ou estava lutando pelos prédios públicos?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Pelo que nós vimos, o Exército Brasileiro também não estava conivente com qualquer golpe.

Havia alguma figura política popular em campo tentando se investir dos poderes constitucionais? Não. O Presidente Bolsonaro inclusive estava longe, estava fora, estava nos Estados Unidos.

Os vândalos conseguiram o seu intuito: entraram na estrutura, entraram nos prédios públicos, entraram, inclusive, nos gabinetes. Concluíram a ação deles.

Em algum momento, a autoridade do Presidente Lula, como Chefe de Estado, se viu abalada? Não. Em algum momento, os Ministros do STF perderam sua atividade judicante? Em algum momento, os Presidentes da Câmara e do Senado perderam suas Presidências? Lógico que não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para haver um golpe, Coronel, tem que ter todos esses requisitos; do contrário, ele não se estabelece. Ninguém pode ser punido quando há uma impossibilidade de que o crime venha a se consumir, pela absoluta ineficácia do meio. Os senhores e várias pessoas que nem entraram nos prédios públicos, nem causaram dano estão respondendo por crime impossível, art. 17 do Código Penal.

Então, o que nós estamos querendo demonstrar aqui é que há responsabilidades, elas têm que ser individualizadas – as dos vândalos, as das instâncias federais e de uma parte da Polícia Militar –, e não perseguir o DF como fizeram: afastaram o Governador democraticamente eleito, prenderam o Secretário de Segurança e prenderam toda a cúpula da Polícia Militar do DF, sem nenhum dos responsáveis em âmbito federal ser ao menos investigado ou ao menos uma prisão.

Então, nós estamos aqui para demonstrar essas ilegalidades, essas falsas imputações, trazer a verdade.

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Mesmo que a CPMI não venha, nós vamos fazer por conta própria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia; bom dia, Coronel; bom dia a todos que estão aqui.

Eu gostaria de deixar alguns pontos aqui. Infelizmente, a testemunha não vai responder as perguntas – preparei aqui diversas que eram para esclarecimento desta CPMI –, mas, de qualquer maneira, eu gostaria de deixar aqui alguns pontos elencados.

Primeiro, há uma notícia aqui, do dia 28/08/2023, que diz o seguinte: "CPMI do 8 de Janeiro não precisa ouvir Bolsonaro para indiciá-lo, diz Relatora". A todo momento, assim como o Senador Izalci disse, há uma parcialidade muito grande de quem deveria ser a juíza, de quem deveria avaliar todos os fatos. Esta CPMI foi aberta para apurar tanto ações quanto também omissões, e as linhas investigativas, por mais divergentes que sejam, devem ter no mínimo uma lógica, devem ter no mínimo um embasamento de argumentos.

A gente vê, por um lado, a oposição, aqui composta por Deputados majoritariamente de direita, indo para uma linha em que você tanto quer ver as arbitrariedades jurídicas que aconteceram, como também com relação às omissões, mas, ainda assim, nós aprovamos diversos requerimentos e convocações que não diziam respeito a isso, porque, afinal de contas, nós queremos investigar – não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma investigação seletiva, uma investigação que blinda as pessoas, mas uma investigação que vai apurar os fatos.

Agora, a Relatora disse aqui anteriormente, se dirigindo à polícia do DF, abro aspas: "Ou é ineficiência demais, ou é não olhar pro que [...] estava ocorrendo diante do senhor". Você pode utilizar essa frase exatamente para o Flávio Dino, e ela encaixa com uma luva, até mesmo porque...

Passe aí para mim, por gentileza, os tuítes que eu separei do Sr. Flávio Dino, no dia 07/08/2023. Diz o seguinte: "Além de todas as forças federais disponíveis em Brasília, e da atuação constitucional do Governo do Distrito Federal, teremos nos próximos dias o auxílio da Força Nacional. Assinei agora Portaria autorizando a atuação em face de ameaças veiculadas contra a democracia".

Pode passar, por gentileza.

"Desde cedo..." Isto é no dia 07/01/2023, às 10h18min: "Desde cedo, eu e os diretores gerais da PF e da PRF estamos em diálogo e definindo novas providências sobre atos antidemocráticos que podem configurar crimes federais. Vamos manter a sociedade informada. Pequenos grupos extremistas não vão mandar no Brasil".

Aí eu te pergunto, colocando aqui a frase da então Relatora: "[...] é ineficiência demais, ou é não olhar pro que [...] estava ocorrendo diante do senhor [...]". Afinal de contas, onde estava a Força Nacional de Segurança? Nós trouxemos aqui o fotógrafo da Reuters, que deixou claro que ele estacionou ali no estacionamento do Ministério da Justiça e que ele viu a Força Nacional de Segurança ali. Ou seja, por que não houve também um emprego disso? Porque o próprio Flávio Dino, o próprio Ministro da Justiça disse que, no dia anterior, ele assinou aqui a Portaria do Ministério da Justiça 272, de 2023, empregando a Força Nacional, abro aspas, "[...] para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília [...], nos dias 7, 8 e 9 de janeiro [...]". Ou seja, se não foi protegido, essa responsabilidade tem que estar em alguém.

Agora, se se aplicar a mesma régua que a Relatora aplicou pra Polícia do Distrito Federal, também vai ter que ser preso o G. Dias. Espero, inclusive, que a Relatora tenha o mesmo tino, a mesma gana com que inquiriu os demais para poder também inquirir o G. Dias. Eu quero ver aqui, das pessoas de esquerda, Deputados, Senadores e Senadoras, a mesma gana, a mesma disposição em inquirir o G. Dias, que era responsável pelo Plano Escudo. Afinal de contas, se ele tivesse sido efetuado, como o Sr. Anderson Torres disse aqui, só uma bomba, nas palavras dele, iria destruir o planejamento. E o grande responsável por esse Plano Escudo é o General Gonçalves Dias, que é o general instituído por Lula.

Agora, quando nós vamos ligando os pontos, quando se diz respeito, por exemplo, às câmeras do Ministério da Justiça, por que a base aqui do Governo Lula, a base do Dino, que foi colocada aqui para poder defendê-lo e blindá-lo, não ficou indignada quando a totalidade das câmeras não foi enviada? Por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, quando a gente fala em convocação do Comandante da Força Nacional de Segurança, a esquerda permanece silente? Ora, não quer investigação? Não quer apurar todos os fatos? Por que há uma blindagem por parte aqui dos Deputados para o Flávio Dino? Por que não foi, por exemplo, chamado aqui o Cappelli, que foi o interventor um dia após? Por que não é chamado aqui o Flávio Dino?

Foi colocado, aqui na reunião passada, por exemplo... Puxou-se a capivara aqui do então ajudante de ordens. Foi colocado ali, quebrado o sigilo telemático dele, dizendo que as suas opiniões privadas configuravam crimes. Ora, e, se a gente tiver a quebra telemática, então, dos agentes que estavam ali no dia, Senador Cleitinho? Se a gente tiver a quebra telemática do Flávio Dino, Deputado Marco Feliciano? Será que a gente vai encontrar ali alguma mensagem, alguma opinião, algo no que diz respeito a ajudar a nossa investigação aqui? Porque, quanto a nós que estamos aqui, nós estamos transparentes. Inclusive, nós deixamos à disposição aqui, quando foi, por exemplo, a quebra telemática do Bolsonaro, quando quiseram colocar a quebra telemática da Michelle Bolsonaro. Agora, essa é a nossa linha de investigação. A linha de investigação da esquerda, meus senhores, diz respeito a um suposto financiamento de venda de joias em que o Presidente Bolsonaro e a sua cúpula estavam vendendo para o exterior ou afins para poder financiar os QGs. Qual vocês acham mais verossímil? Qual vocês acham que, de fato, está mais atrelado à realidade? Simples assim.

Por que nós aqui, como CPMI, nós estamos colocando os nossos poderes em atuação? Por exemplo, eu acredito que, ao não enviar as câmeras, ao deixar claro que não foi a sua totalidade que o Flávio Dino enviou e se escusou, ainda, dizendo que ele só poderia intervir com autorização do Governo, sendo que isso é mentira, porque nós temos aqui, hoje, o Senador Moro, que, anteriormente, já foi também Ministro da Justiça e que empregou a Força Nacional de Segurança quando ocorreram manifestações aqui, inclusive manifestações de milhões de pessoas, e nem sequer uma lixeira foi quebrada, então, isso que nós precisamos aqui esclarecer.

Então, primeiro, disse aqui a respeito da clara, evidente parcialidade da Relatora, que eu lamento. Segundo, com relação às arbitrariedades jurídicas que foram feitas naquele dia, é engraçado, pessoal, que o pessoal da esquerda, durante muito tempo, tenha se apropriado da pauta direitos humanos, e eu não vi nenhum... Primeiro que nem assinaram para poder abrir esta CPMI. Segundo, nenhum deles aqui deu um pio sequer com relação à investigação das arbitrariedades das pessoas que foram presas indevidamente. Você teve pessoas, uma pessoa que foi presa que é um autista de grau nível 5; inclusive nós tivemos ali também um morador de rua sendo preso no balaio com todos os outros. Houve alguma nota de repúdio?

Inclusive, eu pergunto, onde está a OAB? Porque, quando é bandido, quando é menino que não tem responsabilidade pelos seus atos, de 16 anos, que cometeu latrocínio: "Ora, é uma vítima, é o meio em que ele vive". Quando é essa pessoa...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – ... vêm movimentos sociais, vem a OAB, vêm instituições de fora, exteriores, vem todo o pessoal da esquerda se envolver com relação a isso, mas, quando diz respeito a pessoas que estavam aqui e inclusive chegaram no dia após o dia 8 ou chegaram à noite, depois da quebradeira, daí, de fato, não há compaixão, não há direitos humanos, ou seja, nunca foi, de fato, pelos humanos; sempre foi, na verdade, uma seletividade para quem eles querem usar como forma eleitoreira. Tudo aqui significa isso, até mesmo porque utilizam os dez minutos que têm aqui não para poder investigar, não para poder inquirir, mas para poder fazer com que haja um desgaste do opositor eleitoral, que, no caso, é Jair Bolsonaro.

Então, assim, eu lamento hoje. Gostaria muito de fazer perguntas para o senhor esclarecedoras, mas o senhor permanece no seu direito de silêncio, que é constitucional, mas aproveito, aqui, este momento para deixar claras tanto as omissões, quanto as arbitrariedades jurídicas que ocorreram, e quanto também à parcialidade infeliz que a gente está vendo aqui nesta CPMI, mas acredito que a verdade irá prevalecer. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Nikolas. Com a palavra...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Presidente, questão de ordem. Fui citado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Moro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente, ele não foi citado.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. *Pela ordem.*) – Presidente, fui citado pelo Deputado aqui. Só referendar que, de fato, durante meu período como Ministro, autorizei a intervenção da Força Nacional mais de uma vez diante de risco de depredação das manifestações da época. O mesmo foi feito pelo Ministro Torquato, e nunca houve a necessidade de solicitar a autorização prévia do Governador. Nessa linha, Presidente, só reiterar a necessidade de nós ouvirmos aqui o Diretor da Força Nacional, até porque vieram as informações que nós solicitamos, que a situação havia colocado como condição para convocá-lo, e nós descobrimos aí – veio esta semana – que quatro pelotões ficaram parados ali ao lado do estacionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e nós só gostaríamos de ouvi-lo para entender por que não houve nenhuma ação por parte desses indivíduos dessa tropa. Fica então essa referência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. *Para interpelar.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento-o pela condução de mais esta oitiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria inicialmente mostrar pro Brasil que está nos assistindo, com todo o respeito à minha querida Senadora Eliziane Gama, mas eu acredito que o parecer, o relatório já deve estar – parece até pelas falas, pelas colocações – pronto. Daí a gente não vai ter nenhuma surpresa. Mas a população que está nos assistindo agora... Porque, enquanto nós temos rede social no Brasil, e a gente vê um alinhamento aí de poderosos, Governo Lula, STF, para tirar esse instrumento importante da liberdade de expressão, mas enquanto a gente tem a rede social, a população está tirando as suas próprias conclusões. E vejam bem a diferença do que está acontecendo aqui. É importante. É importante, de qual espectro político e ideológico que você seja, que você use a razão e não use a emoção numa hora dessa.

O requerimento para trazer o Coronel Fábio Augusto Vieira aqui foi também da oposição, principalmente. Eu fiz um requerimento, porque nós estamos querendo investigar de fato o que é que aconteceu naquele dia, porque foi um apagão geral. E a gente precisa entender o que é que aconteceu. Um apagão inclusive do Governo Lula, que é omissão clássica, clara. E nós vamos ver aqui. O importante é que se entenda por que a base do Governo Lula não quer trazer, se pela de medo para trazer... Votou contra, botou a digital votando contra – pode pegar aí as oitivas passadas – para trazer o Comandante da Força Nacional, que, enquanto Ministro, o Senador Sergio Moro empregou duas vezes, sem autorização, sem pedir, sem se escorar, para Governador de estado. Na época de Michel Temer, também, Torquato, que era o Ministro da Justiça, empregou, e nós precisamos relembrar a história para compreendermos o que está acontecendo.

Em 2017, Coronel Fábio, Brasília sofreu um dos maiores atos de vandalismo da história, eventos estes patrocinados por setores da esquerda, sim. A Polícia Militar do Distrito Federal, naquela época, teve um apagão de comando e coordenação nos eventos ocorridos, sendo necessária a decretação de uma GLO para conter a violência naquele momento. Em 2023, agora, no dia 8 de janeiro, repete-se o apagão.

O que eu pergunto para o senhor, se o senhor puder me responder... Eu tenho aqui uma série de perguntas que remontam um pouco à questão tática – absolutamente, não vão incriminá-lo, no meu modo de entender. Eu lhe pergunto: se fossem empregadas, de forma conjunta, integrada, as Forças Armadas, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Militar do DF teriam conseguido evitar a invasão, a depredação que houve aqui na sede dos três Poderes?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Porque é aí que está! A responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal acho que está evidente, prum lado e pro outro, para a direita, para a esquerda, para quem é contra governo, para quem é a favor de governo, para quem é centro. Mas não foi só ela a responsável pelo que aconteceu aqui. E aí é que está a situação que a gente não pode... É injusto atribuir a uma instituição, que, no conjunto da obra, tem uma história de excelência, é reconhecida no Brasil inteiro e até no exterior, a responsabilidade pelo que aconteceu aqui no dia 8.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Força de Segurança Nacional poderia... E eu vou além: pelos pelotões que estavam no estacionamento do Ministério da Justiça, parados, de braços cruzados, que bastava o Ministro ter a coragem, como Sergio Moro teve quando era... Aliás, não é coragem; é a responsabilidade de agir em defesa do patrimônio público. Teria evitado o que aconteceu.

E nós vamos descobrir aqui, porque não vai ter como segurar, a base do Lula não vai ter como segurar a vinda de pessoas-chave aqui. Nós estamos querendo investigar tudo, chamar todo mundo. Por que não vem também, além do Comandante da Força de Segurança Nacional, o Sr. Glauber Amorim, que é o subordinado do Ministro Flávio Dino que recebeu 33 alertas – 33 alertas! – da Abin de que o objetivo – ele é da inteligência – seria depredar.

Nós temos que chamar, sim, Deputado Nikolas! Você está certo! Temos que ouvir pessoas que foram injustamente presas, que podem compartilhar situações, que tiveram seu devido processo legal desrespeitado. Nós temos que chamar para ouvir a associação dos familiares, sim. Não é para buscar a verdade?

Agora, o que eu queria deixar muito claro aqui... Vou pedir para passar um filme rapidinho, que está aí no ponto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Olha só. Por que as medidas adotadas em 2017 não foram adotadas em 8 de janeiro de 2023? Essa é a pergunta que o brasileiro quer saber, o brasileiro que não está preocupado com guerra política. Ninguém aguenta mais briga política. A gente está aqui para buscar a verdade. Está aqui a foto: Força de Segurança Nacional parada aqui, na hora em que estavam quebrando, e só chegam lá depois – mas estavam no estacionamento do Ministério da Justiça. E a Guarda Presidencial, o pelotão, alguém sabe por que foi desmobilizada pelo GSI horas antes do ataque? Esqueceram esse detalhe também? Foi uma omissão flagrante, Sr. Presidente. Esta Comissão tem o dever moral de buscar também os responsáveis no Governo Lula pelo que aconteceu na Praça dos Três Poderes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Duarte Jr.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão, Pastor. Perdão!

Com a palavra, o Deputado Marco Feliciano.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdão, Pastor! Realmente é o senhor e, depois, o Deputado Duarte.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu sou marcado, Sr. Presidente. Tem um alvo assim nas minhas costas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Imagine!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Eu, já na última sessão, disse que eu assumia a postura de ser um subparlamentar. Então, isso não faz diferença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que nos assiste, senhor depoente, Coronel Fábio, bem-vindo a esta Casa!

Já tem semanas que, todas as vezes que entramos aqui dentro, o desânimo toma conta de todos nós. A CPMI, que é um instrumento da minoria, foi tomado aqui pela maioria, pelo Governo. A maioria desses que estão aqui hoje não assinaram sequer a condução para que esta CPMI pudesse ser instalada. Então, a CPMI foi sequestrada, foi tomada de assalto.

Todos os dias, o que nós fazemos aqui, como oposição, como minoria, é apenas quebrar as narrativas e, graças a Deus, tem funcionado. Graças às poderosas mídias sociais, aos Deputados e Senadores que aqui estão, o Brasil está vendo o que é a verdade. Não importa como vai terminar aqui a CPMI, até porque, como já disseram alguns Parlamentares – e eu já disse isso outras vezes –, no nosso pensamento, o relatório final já está pronto; as pessoas que vão ser indiciadas já estão com seus nomes e seus CPFs já catalogados em um documento. Nós vamos lutar até o fim. Nós vamos apresentar um relatório paralelo, vamos fazer o que for possível, como oposição, mas nós já sabemos como vai terminar isso aqui.

Eu queria aqui, inclusive, fazer um desagravo ao Presidente da Comissão e dizer que, todas as vezes que nós falamos sobre esse assunto, o senhor deixa sempre bem claro que, pelo senhor, todos os requerimentos que foram apresentados na CPMI deveriam ter sido aprovados, porque é a praxe em todas as CPMIs desta Casa. Eu sou Deputado no meu quarto mandato e nunca vi requerimento ser rejeitado, quer seja da situação, quer seja da oposição. Agora, de repente, na nossa CPMI, na CPMI do dia 8 de janeiro, dos tais atos antidemocráticos, dos tais terroristas, dos tais isso ou aquilo, o Governo não deixa a gente convocar pessoas que nós gostaríamos de convocar aqui. Isso, pessoas que estão envolvidas diretamente. Mas, de repente, basta uma notícia midiática na imprensa e estava sentado, aí onde o senhor está sentado agora, estava sentado um bandido, que veio aqui e, de repente, a palavra do bandido teve peso, um *hacker* que foi condenado agora. Então, esta CPMI já está doutrinação, ela está direcionada, e o que a gente faz aqui, a cada sessão, é apenas tentar minimizar os estragos.

O seu silêncio aqui hoje, Sr. Fábio, infelizmente prejudica não apenas a CPMI, mas também a instituição que o senhor representa, que é a Polícia Militar do Distrito Federal, que... Não sei se o senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já percebeu: o senhor ouviu, até agora, apenas a Senadora, e ela tem um lado; o senhor vai ouvir, daqui a pouco, os Deputados do Governo, que vão tentar imputar à Polícia Militar do Distrito Federal a culpa de tudo o que aconteceu aqui no dia 8 de janeiro. Estão direcionando para vocês. Alguém vai ter que pagar o pato, e eles, acertadamente, acham que vai ser a Polícia Militar do Distrito Federal, e eu sinto muito por isso.

No dia 10 de janeiro, o senhor foi preso sob acusação de se omitir diante dos atos de 8 de janeiro, que culminaram na invasão dos prédios públicos dos três Poderes. Em fevereiro, a PGR ignorou as alegações da sua defesa sobre não ter participado do planejamento da operação de segurança e defendeu a manutenção da prisão, afirmando ser pouco crível que o Comandante-Geral da Polícia Militar desconhecesse a gravidade dos atos que se avizinhavam na manhã do dia 8 de janeiro. Era de Fábio Augusto Vieira o dever, no mínimo, de se inteirar da organização da corporação e de seu correto funcionamento no dia 8 de janeiro. É o que alegou a PGR.

Pois bem, diante desse exposto, eu gostaria aqui de dizer para o senhor qual é o real motivo da sua prisão, Sr. Fábio Augusto. O senhor está preso porque o senhor não é ministro do Governo Lula, porque se o senhor fosse ministro do Governo Lula, o senhor teria aqui um batalhão de pessoas blindando para que, primeiro, o senhor não sentasse aí nessa cadeira, como está acontecendo com o Ministro do GSI, que, graças a Deus, agora, ele, que é o pivô da CPMI do dia 8 de janeiro... Só existe esta CPMI por causa de G. Dias, por causa do furo que a CNN deu, senão esta CPMI não teria sido instalada. Ele não está sentado aí, mas ele era Ministro do Presidente Lula. Então, o senhor está sentado aí, primeiro, porque o senhor não é ministro do Presidente Lula.

Eu vou fazer aqui uma série de perguntas, é claro que meramente retóricas – acho que o senhor não vai responder. Mas eu queria muito que pudesse me ajudar. Isso ajudaria muito.

O senhor fez parte de algum esquema de corrupção do PT, tais como mensalão, petrolão, Pasadena, Lava Jato?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – A pergunta é retórica, como eu sabia que o senhor não ia responder, mas eu quero responder pelo senhor: tenho certeza de que o senhor não fez parte disso. Como as suas respostas que pudessem ser ditas seriam negativas, esse é o motivo pelo qual o senhor está sentado aí.

Alguns desses apelidos aqui são seus, Sr. Fábio Augusto: Passivo, Atleta, Múmia, Ela, Drácula, Lindinho, Comuna, Bruto, Goleiro, Viagra, Avião? Tenho certeza de que nenhum desses adjetivos são seus, porque essas pessoas, sim, deveriam estar presas, porque foram delatadas, foram entregues em um esquema de corrupção. Mas como o senhor não tem nenhum desses apelidos, o senhor está preso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi amigo de Waldomiro Diniz em 2004, afastado do cargo por pedir propina para o PT, para a eleição de 2002? O senhor fez parte do mensalão de 2005, do PT? O senhor foi amigo de Delúbio Soares e Marcos Valério? O senhor participou do escândalo dos Correios, em 2015, chefiados por um figurão do PT? O senhor fez parte do escândalo dos aloprados, em 2006, quando dois petistas tentaram negociar um falso dossiê que ligava José Serra e Geraldo Alckmin, hoje Vice-Presidente do Governo que armou um dossiê contra ele? O senhor fez parte do Ministério da Fazenda em 2006, no Governo do PT, ao lado de Antonio Palocci, que renunciou ao cargo quando veio à tona um esquema de corrupção de quando ele era Prefeito em Ribeirão Preto? O senhor fez parte do grupo em 2012, oito anos após a explosão do escândalo do mensalão, quando José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares foram condenados por corrupção ativa e formação de quadrilha? O senhor fazia parte do Governo Dilma quando houve uma famosa faxina da Dilma, quando no seu primeiro ano de mandato, perderam cargos sob suspeita de corrupção o Ministro da Fazenda, o Ministro da Agricultura, o Ministro dos Esportes, o Ministro do Turismo, o Ministro das Cidades? O senhor participou do lado de João Vaccari Neto, da Petrobras, acusado de receber propina em contratos da Petrobras para o PT? O senhor tentou, junto com o Senador Delcídio Amaral, comprar o silêncio do delator Nestor Cerveró para que ele não delatasse Dilma e Lula no escândalo da Petrobras? Eu citei aqui nove escândalos do Governo que agora está de volta, governando o nosso país, e eu tenho certeza de que o senhor não participou de nenhum deles. Por isso o senhor está preso.

Sr. Fábio, para encerrar aqui as minhas perguntas, o senhor devolveu aos cofres públicos cerca de R\$25 bilhões, resultado de delações premiadas, de um terrível escândalo da Lava Jato, que as pessoas insistem em dizer que nunca aconteceu, que foi uma mera invenção? Tenho certeza de que não. Por isso, o senhor está preso. O senhor está preso porque o senhor é honesto. O senhor está preso porque eles querem transformar o senhor em alguém que vai pagar o preço por eles, porque a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco.

No interior de São Paulo, onde eu moro, usava-se um ditado popular entre os vaqueiros, quando vinham lá de Minas Gerais para o nosso estado, para atravessarem o grande rio: para preservar a saúde e a vida dos bois bons, dos bois bonitos, dos bois fortes, eles pegavam um boi chamado "boi de piranha" que era um boi que estava velho, que era dispensável, machucado; sangravam ele e o jogavam no meio do rio, aí as piranhas vinham em cima daquele boi e os demais bois, os bonitos, os fortes, passavam.

Infelizmente, Sr. Fábio – e eu falo isso até com a voz embargada, porque estou cansado de ver gente inocente sentada onde o senhor está sentado, principalmente o senhor que é militar, que quantas vezes deve ter trocado tiro com bandidos para proteger a população brasileira, para proteger os desvalidos, aqueles que de fato carecem –, infelizmente o senhor foi pego nessas imagens, que são...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... em alguns casos, até editadas, e está sentado aí agora para pagar o preço pelos grandes. Eu sinto muito. E eu sinto muito por o Brasil estar assistindo este tipo de Comissão que nós estamos tendo aqui e que infelizmente não vai chegar a lugar nenhum.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

E as minhas orações acompanham o senhor, Sr. Fábio, e a sua família. E, se a justiça e a verdade não forem feitas aqui neste plano; em outro plano, ela vai ser, pode ter certeza disso, e aqueles que são injustos pagarão por isso. Deus abençoe o senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Marco Feliciano.

Agora, sim, o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, preliminarmente, antes de formular alguns questionamentos ao ex-Comandante Coronel Fábio Augusto Vieira, eu quero aqui externar minha estranheza à afirmação trazida pelo hoje Senador da República Sergio Moro. Eu não consigo compreender a sua afirmação, porque ou é ignorância, falta de conhecimento sobre o ordenamento jurídico em vigor, sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal, ou é má-fé, inveja do Ministro Flávio Dino. Porque o Senador afirmar que, quando foi Ministro da Justiça, utilizou a Força Nacional e não há nenhuma implicação, não há nenhuma consequência jurídica se a Força Nacional for utilizada sem anuência, sem a concordância do Governo estadual, no caso aqui, do GDF, é um absurdo jurídico, só pode ser ignorância, falta de conhecimento ou inveja do Ministro Flávio Dino. E aqui, se for a primeira alternativa, se for ignorância, nós vamos ensinar ao ex-Juiz Federal, hoje Senador da República, o que diz a lei, o que dizem as decisões mais atualizadas do Supremo Tribunal Federal.

Teve uma ação civil ordinária, protocolada pela Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, em que uma decisão foi proferida pelo Supremo Tribunal Federal, há três anos, decisão essa, no dia 24 de setembro de 2020, que deixou claro: para que o Ministério da Justiça pudesse intervir, pudesse fazer uso da Força Nacional ou seria por meio de uma intervenção, ou quando houver uma anuência dos governos estaduais. Sem essa anuência, somente se houver uma intervenção. Eu convido o Senador a fazer leitura das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Não é à toa que o Governador do Distrito Federal, Ibaneis, respondeu à provocação do Ministério da Justiça, falando que poderia intervir com a Força Nacional tão somente às 17h45min do dia 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o pedido do Ministério da Justiça, se a colocação à disposição do Ministério da Justiça e da Força Nacional fosse inócua, desnecessária, não haveria de ter o Governador Ibaneis aceitado a intervenção, a utilização da Força Nacional.

Então, eu trago aqui essa questão de ordem para trazer a verdade aos fatos. Ninguém vai conseguir investigar se posicionando como um mentiroso ou como um oportunista jurídico. Essa é a verdade dos fatos, isso é o que diz a lei e isso é o que diz a posição atualizada do Supremo Tribunal Federal em nosso país.

É tão importante respeitar as decisões que eu parabeno V. Exa., Sr. Presidente, porque eu li a decisão do Ministro Zanin e, de fato, eu nem questionei. A alínea "c" da decisão é clara. Se o senhor faz algum tipo de advertência, se V. Exa. faz qualquer tipo de advertência ao Sr. Fábio Augusto Vieira, o senhor estaria descumprindo uma decisão do Supremo. Se descumpre uma decisão judicial, configura o crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal brasileiro.

Então, essa é a decisão do Supremo e, por essa razão, o Ministério da Justiça não utilizou a Força Nacional sem anuência do Governo do Distrito Federal.

Eu quero aqui aproveitar a oportunidade. Não custa nada, Sr. Fábio Augusto, eu lhe fazer uns questionamentos.

Eu espero que o senhor possa responder aos nossos questionamentos, não é nada que vá incriminá-lo, mas porque a gente precisa ter acesso a algumas informações, a gente precisa ter a clareza dos fatos.

Qual era o cenário quando o senhor esteve aqui na Esplanada? Qual era o cenário que o senhor encontrou? O que o senhor viu aqui?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ainda assim permanecerá em silêncio.

O senhor foi aprovado num concurso público com 17 anos. Eu estudei a sua história, o senhor é respeitado entre os militares, e é por essa razão que eu peço ao senhor que aproveite esta oportunidade e responda, assim como foi na CPI da Câmara Legislativa aqui do DF, para que a gente possa, de fato, ter acesso às informações que o senhor sabe.

O senhor pediu reforços, pediu ajuda a alguém, pediu reforço para poder combater os atos no dia 8?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, pelas razões já mencionadas, vou permanecer em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Consequentemente, não tem como responder a quem pediu reforços?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Neste caso, Sr. Presidente, eu sigo aqui para a segunda parte dos meus questionamentos, em razão do silêncio do Sr. Fábio Augusto Vieira.

Eu lamento muito, pois esta era uma oportunidade de a gente esclarecer muitos fatos.

Aqui, todos estão vendo. Não existe depoimento com maior visibilidade do que este aqui.

Eu respeito o seu direito, a orientação do seu advogado, a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas reflita sobre a oportunidade que está diante da sua possibilidade de fala, de esclarecer esses elementos.

Aproveito aqui o tempo, Sr. Presidente, para ainda, na questão de ordem levantada, trazer o depoimento do Sr. Fernando de Souza Oliveira.

O senhor conhece o Sr. Fernando de Souza Oliveira? Já ouviu falar dele? Ou também não vai responder?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O Sr. Fernando de Souza Oliveira era adjunto do Anderson Torres, que foi Ministro da Justiça e foi Secretário de Segurança do DF.

No termo de declarações à Polícia Federal, o Fernando de Souza Oliveira fala o seguinte, Sr. Presidente, "que por volta das 12:00 do dia 07/01/2023 recebeu uma mensagem do Secretário Anderson [Torres] determinando ao declarante que entrasse em contato com Governador Ibaneis; que o Governador Ibaneis ligou para o declarante por volta das 13:00 determinando que recebesse os pontos focais do Ministério da Justiça para [...] reunião; que, durante a reunião ficou estabelecido, junto ao Ministério da Justiça, que a Força Nacional ficou responsável pela segurança [frisa-se] do Palácio da Justiça e da sede da Polícia Federal".

Veja, além da decisão do Supremo, que já está em vigor há três anos, do dia 24 de setembro de 2020, esse plano de ações de segurança está aqui claro, confirmado em depoimento público à Polícia Federal pelo adjunto do Anderson Torres, o Fernando, que a Força Nacional só poderia agir no prédio do Ministério da Justiça e no prédio da Polícia Federal. Ora, é por essa razão que a Força Nacional não pôde contribuir com a segurança aqui na Esplanada.

É importante também sublinhar e destacar, Sr. Presidente, que a todo instante a oposição tenta criar uma narrativa, criar uma tese para que o algoz, para que o agressor, para que o criminoso possa se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformar em vítima, tal qual um estupro tenta, em sua defesa inócua, em sua defesa totalmente descabida, alegar que praticou um crime absurdo, um crime horrendo, pelas vestes que a vítima estava usando, pelo decote, pela saia. Isso é um absurdo!

Essa tese não deve prosperar, nós não podemos aceitar que o algoz se transforme em vítima. Não tem cabimento afirmar que foi o Ministro Flávio Dino ou que foi o Presidente Lula que trouxe todas aquelas pessoas dos seus estados, das suas cidades, que montou o acampamento, que financiou o acampamento, que trouxe aquelas pessoas para a Esplanada para que fosse dado um golpe após a vitória nas urnas. Não tem lógica, não tem cabimento!

Tão somente aqueles que creem que a Terra é plana, que uma vacina não salva vidas é que podem levantar uma tese absurda como essa. Então, nesse tempo que aqui eu tenho, eu venho mais uma vez ratificar, nós não vamos aceitar que criminosos tentem aqui se transformar em vítimas.

Quem descumpriu a lei? Quem financiou? Quem vendeu joias para financiar atos antidemocráticos? Quem desviou recurso público de empresa madeireira contratada pela Codevasf para poder financiar acampamento, para poder garantir alimentação para aqueles que lá estavam acampados, para garantir o traslado daquelas pessoas das suas cidades, dos seus estados? Quem utilizou rede social para poder mobilizar essas pessoas e colocar na cabeça delas, quase como uma lavagem, de que, elas vindo para cá, poderiam dar ao então Presidente, ao ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, as condições para uma GLO, as condições para um golpe de estado? Não foi o atual Governo, não foi o Ministro Flávio Dino, pelo contrário, a gente tem aqui mensagens, quebra de sigilo telemático, de mensagens da esposa do Mauro Cid, que foi ajudante de ordens, tido como um filho do Bolsonaro, falando...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... da preocupação para angariar recursos para que essas pessoas pudessem sair dessas cidades, sair dos seus estados, compartilhando mensagens internas das Forças Armadas, do Exército.

Então, vamos acabar com essa conversa fiada, vamos tratar essa investigação de forma séria, vamos respeitar as decisões do Supremo. Podem não concordar, e aqui eu falo como advogado e como jurista, eu não concordo com essa decisão do Zanin, mas me cabe aqui cumpri-la.

Se eu desejar questioná-la, depois eu entro com embargo, eu uso o meio jurídico adequado. Agora, não vem aqui levantar tese que não tem cabimento jurídico, não tem cabimento fático, para tentar transformar o algoz, transformar um criminoso numa vítima. Nós não vamos aceitar, nós não vamos anistiar aqueles que financiaram, instigaram, de algum modo, os atos do dia 8 de janeiro.

Meu muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

O Senador Sergio Moro solicita o tempo de cinco minutos para o seu direito de resposta.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para explicação pessoal.) – O art. 14, fui citado. Primeiro, eu quero lamentar a falta de urbanidade do colega Deputado. Não vim aqui para ofender ninguém, ficar ofendendo as pessoas – acho lamentável esse tipo de comportamento. De todo modo, vamos reiterar aqui, não sou eu que digo, nós temos precedentes. O Ministro Torquato, em 2017, autorizou a utilização da Força Nacional para a proteção dos prédios públicos da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, diante da ameaça de manifestação e depredação. Nós vimos até o vídeo aqui, apresentado pelo Senador Girão

Durante a minha gestão no Ministério da Justiça, por duas vezes, eu autorizei a utilização da Força Nacional para proteger aqui patrimônio público federal. Não existe a exigência, não está condicionada à autorização do Governador do Estado para atuação na Esplanada dos Ministérios ou na Praça dos Três Poderes. Quem fala o contrário mente, mente em relação ao decreto que instituiu a Força Nacional, que é o 5.289, que inclusive estabelece expressamente que a ação pode ser determinada pelo Ministério da Justiça, inclusive por solicitação de Ministro do Estado. Por que o Ministro do GSI não requereu? Por que qualquer outro Ministro do Executivo não requereu? Por que não foi determinado?

Agora, Presidente, nós recebemos, essa semana, a informação do Diretor da Força Nacional, que diz o que ela estava fazendo. E eu vou me permitir fazer a leitura. Resposta ao Requerimento 1.139: "Quatro pelotões de choque [sobre o dia 8] permaneceram a todo momento no estacionamento em frente ao Anexo I do Ministério da Justiça e Segurança Pública" – quatro pelotões de choque permaneceram todo o tempo.

E aí nós vemos invasores invadindo e depredando o Palácio do Planalto, Congresso Nacional, inclusive o Senado Federal e a Câmara, Supremo Tribunal Federal, e nós tínhamos quatro pelotões à disposição para impedir essa invasão e depredação. E aí vem o Ministro da Justiça e seus apoiadores aqui mentirem de que precisavam ter autorização do Governador quando o Supremo estava sendo invadido. Ficaram de braços cruzados ali.

Depois, sim, há informação, no mesmo ofício, diante da gravidade dos acontecimentos: "[...] dois pelotões da Companhia de Pronta Resposta (CPR) foram imediatamente deslocados para a Praça dos Três Poderes para auxiliar na retirada de invasores e repelir a turba". Leia-se aqui nas entrelinhas: somente após ter havido a invasão. Somente após ter havido a invasão, o fato consumado, é que foram dois batalhões, mas tinha quatro.

E, Deputado, tinha um outro batalhão, também informado, dentro do Ministério da Justiça, que ficou lá de braços cruzados. E aí a gente vê no ofício – que ótimo! –: "[...] não houve qualquer dano aos prédios e patrimônios do Ministério da Justiça [...]". Ou seja, a Força Nacional de Segurança Pública foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilizada, no dia 8, para proteção exclusiva do Ministério da Justiça. E quatro pelotões ficaram parados ali, quatro pelotões ficaram parados no anexo, no estacionamento...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... do Ministério da Justiça. E aí, quando essa Comissão quer ouvir o Diretor da Força Nacional, não conseguimos.

É claro, ninguém está querendo isentar quem invadiu e quem depredou da responsabilidade. Inclusive, essas pessoas estão acusadas, estão presas. Mas aqui eu vejo o Comandante da PM que está sendo denunciado por omissão. Nós vamos ouvir o G. Dias, o Ministro. Há suspeita em relação à omissão. Mas não se pode falar do Ministério da Justiça. E aqui são fatos e normas indiscutíveis de que a Força Nacional, que poderia ter sido utilizada para impedir as invasões, não foi empregada – informações do próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública.

E essa falácia de que era necessária a autorização do Governador não procede com base no decreto, não procede com base nos precedentes de ação anterior da Força Nacional para proteger a Esplanada dos Ministérios e Brasília, patrimônio federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu recomendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu recomendo que o Senador leia o art. 2º da Lindb. Eu vou entregar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, a Senadora, a Deputada Jandira.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu vou entregar aqui uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Duarte, V, Exa. falou.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... teve a sua oportunidade de falar. Agora vamos ouvir a palavra de cada um.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Então, vou entregar o...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – ... art. 2º da Lindb para que o Senador possa ler, porque é uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu peço a V. Exa. que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. não está com a palavra, Deputado Duarte.

Deputado Duarte, V. Exa. não está com a palavra, por favor.

Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Presidente, cumprimento V. Exa., os colegas, o depoente, seu advogado.

Presidente, parece-me que falta aqui a gente contextualizar algumas coisas, não é? Primeiro, o §5º da Constituição Federal, art. 144, diz assim: "Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública". Primeiro contexto.

Segundo, a decisão do Ministro Fachin, que foi em 2020, é uma decisão do Pleno do Supremo, por maioria, maioria de oito votos. Não é uma decisão monocrática. É uma decisão do Supremo Tribunal Federal no seu Pleno, dizendo: "A utilização da Força Nacional sem a autorização do Governador viola o princípio constitucional da autonomia dos estados". A ACO 3.427 foi ajuizada contra a portaria do então Ministro da Justiça – 493, de 2020 – e Segurança Pública, que autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública.

Portanto, há uma decisão da Suprema Corte, porque a Força Nacional é uma força complementar ao policiamento ostensivo, ela não é uma força primeira, primordial da ação do policiamento ostensivo e precisa, sim, da anuência do Governador. É bom dizer isto.

O Ministro Flávio Dino, no dia 6, autorizou, em portaria, o uso da força e encaminhou isso ao Governador Ibaneis. A Polícia Federal, no dia 7, pediu o emprego da Força Nacional; o Governador Ibaneis não respondeu. Depois, o Ministro Flávio Dino, no dia 7 também, encaminha uma solicitação de bloqueio: "[...] bloquear a circulação de ônibus de turismo no perímetro compreendido entre a torre de TV e a Praça dos Três Poderes nos dias 8 e 9 de janeiro de 2023"; isso é encaminhado a Ibaneis Rocha Barros Junior. Todas as medidas que o Ministério da Justiça podia fazer, fez.

E digo, e aí é importante dizer, porque as fotos e os vídeos mostram que, em menos de cinco minutos, após a intervenção, todos os prédios foram esvaziados, porque só depois da intervenção foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível o uso da Força Nacional e um comando diferenciado da Polícia Militar do Distrito Federal. Em menos de cinco minutos. Aqui no Congresso, em menos de três minutos foi esvaziado.

Nós estamos diante aqui de algo, na minha opinião – e eu tenho o direito de supor aqui na CPI, já que nós estamos investigando –, que não houve omissão da Polícia Militar do DF; houve uma ação deliberada dolosa para facilitar o golpe. Foi essa a ação, não foi uma omissão. Foi uma ação deliberada dolosa do seu comando, do seu comando – não estou falando da corporação; a corporação segue ordens –, do comando da Polícia Militar para facilitar o atentado golpista que aqui houve. E tentar já é o crime. É desse crime que o Coronel Fábio está acusado: de tentar dar o golpe de Estado. Então, tentar já é crime.

Agora, alguns aqui estão infelizes porque o golpe fracassou. Estão infelizes. E, por ironia do destino, é engraçado, porque acusar o Presidente Lula de golpear ele próprio, isso chega a ser uma piada ridícula, foi o Governo que golpear ele próprio, que ganhou nas urnas. E a segunda ironia é que todos aqueles que estão defendendo o Coronel Fábio – e ele veio aqui a pedido deles – não estão tendo a ajuda do Coronel Fábio para esclarecer, porque ele também não está respondendo. É a terceira ironia do destino. Nós aqui não estamos defendendo nem acusando, nós estamos apurando. Não há um eixo de perguntas aqui, nenhum eixo. Me parece que ficaram um pouco perdidos depois de verem a denúncia da PGR.

E eu gostaria aqui de claramente sustentar o que eu estou afirmando aqui de que foi uma ação deliberada dolosa do comando da PM, não do seu corpo funcional, porque o Coronel Fábio, o Casimiro, os que estão presos, os cinco coronéis presos, mais o Major e mais o Tenente Rafael, porque tem o Major Flávio Silveira e o Tenente Rafael, todos eles estavam nos grupos onde todas as mensagens eram atravessadas. O Coronel Fábio recebeu todas, está aqui; ele está no grupo dos oficiais da Polícia Militar. Tem o grupo também do Departamento de Operações do Coronel Naime, que alguns acham aqui que foi um herói. Em todos eles, o Capitão Wesley Eufrásio informa, desde o dia 4, o que estava acontecendo em Brasília, quase que minuto a minuto ele ia dizendo. Não houve apagão de inteligência, houve aqui informação da inteligência da Polícia Militar. A Coronel Cíntia também se comporta dizendo que precisava aplicar todo o efetivo. Está aqui a fala dela: "[...] a PMDF deveria estar no terreno, na Esplanada [...], com efetivo e tropas especializadas, destacando que não havia confirmação pela ANTT da chegada de ônibus, mas que se houvesse a chegada de 01 (um) [...], seria realizado o fechamento da Praça do Três Poderes [...]". Isso estava no plano de ação integrada, como também estava no plano de ação integrada que a Força Nacional deveria ficar ali no Ministério da Justiça – estava no plano, e o Coronel participou do seu planejamento, ele estava no comando quando o PAI foi feito e estava no comando no dia. O Governador Ibaneis, no seu depoimento, disse que ligou para o Coronel Fábio e mandou comandar no terreno. O Fernando de Souza Oliveira, sub do Sr. Anderson Torres, disse o mesmo: que o Coronel Fábio estava em campo no comando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual foi mesmo a ação do Coronel Fábio? Nós vimos ali nos vídeos. Ele ficou aqui dentro do Congresso sem nenhum efetivo e nada fez para auxiliar a Polícia Legislativa. Digo até que colocou em risco, Coronel, a vida dos seus companheiros de farda, colocou em risco a vida dos policiais legislativos, que heroicamente, aí sim, fizeram a defesa do Plenário da Câmara, não deixaram entrar, e eram poucos, porque era um domingo. Eles fizeram essa defesa! A sua atuação de deixar uma hora e quarenta o Sr. Paul Pierre Deeter plantado na porta do Anexo II aguardando o seu reforço... Eu lhe faria esta pergunta, mas nem vou fazer: o que o senhor fez nessa uma hora e quarenta? O senhor voltou às 17h com tudo já quebrado aqui, tudo quebrado! O senhor não fez nada!

E o efetivo do Choque que chegou aqui facilitou a entrada dos manifestantes – facilitou! Na hora em que o senhor estava dentro, o Salão Verde estava esvaziado, mas, depois da facilitação do Batalhão de Choque, ele encheu de novo. E aí o quebra-pau foi muito grande!

E a Polícia Legislativa está de parabéns, porque ela evitou a entrada no Plenário da Câmara dos Deputados.

O Sr. Flávio Silveira, seu comandado, porque ele era Major, que foi colocado nas ruas para operar a PM, faz aqui algumas falas que são assustadoras. Ele diz aqui: "Comando" – falando com o Coronel Casimiro – "eu vou falar logo para o senhor, viu? Se eu estiver amanhã de comandante da manifestação, como eu estarei, eu não vou permitir a atuação da Força Nacional na nossa Esplanada, não, viu? Não vou autorizar". Depois, ele disse: "Coronel, vou falar uma coisa pra o senhor. Eu não tenho medo de ninguém, não, Coronel. Se eu sou comandante aqui da área, a área é minha. Eu não vou autorizar, não. Já vou deixar o senhor ciente", ou seja, estava claro um confronto sob o comando dele com a Força Nacional. Era isso que estava claro aqui do Sr. Flávio Silveira, que está preso também. Todo mundo preso desse comando, e não é por acaso. A denúncia da PGR é muito detalhada. Eu quero parabenizar aqui o trabalho da PGR, em nome do Sr. Carlos Frederico, Procurador.

Aqui, o Sr. Klepter manda pro Fábio Augusto Vieira – isto aqui é no dia 4 – todas essas convocações. Uma delas, escrito: "Revolução militar pelos militares brasileiros. Convocação constitucional pelo povo brasileiro para todos os militares da ativa e reservistas patriotas, anticomunistas e antiditaduras".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Onde está isso aí?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aqui, no grupo em que ele estava, convocando... E ele soube disso, porque o Klepter mandou pra ele, como mandou também o comunicado "Movimento Patriotas, tomada pelo povo". E o próprio Major Flávio Silveira disse: "Basta uma manifestação para invadir o Congresso Nacional". Tudo isso, ele teve conhecimento, ele estava no mesmo grupo, no mesmo grupo, acompanhou tudo isso.

Aqui é outro: "Convocação geral, clube de tiros, de artes marciais, lutas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... e esportes de combate". Tudo aqui, no mesmo grupo em que ele estava.

Então, o que vai ficando claro para nós aqui – e, obviamente, o G. Dias virá na quinta, e nós vamos participar da inquirição –, aqui o que está o que está claro é que mente quem diz que podia chamar a Força Nacional sem anuência do Governador. Mente. Quem está dizendo aqui que podia está mentindo, porque não está usando a decisão do Supremo Tribunal Federal em 2020, contra a própria decisão do Ministro da Justiça. Mente também quem tenta proteger o comando da PM dizendo que são vítimas. Não são vítimas. Eles estavam no comando da operação ostensiva na Esplanada dos Ministérios. Mente também quem tenta fazer de vítima o Coronel Naime e mesmo o Coronel Fábio. Parece que foi, assim, uma encenação planejada. Machuca um pouquinho para, depois, dizer que foi na batalha, que estava ali no enfrentamento. E, na verdade, o plano de ação integrada virou um álibi para aquilo que eles não cumpriram. Então, repito: uma ação deliberada dolosa de facilitação do atentado violento ao Estado democrático de direito.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Considerando que o depoente ficará em silêncio, desenvolverei a minha fala a partir do raciocínio acumulado por nossa equipe e com outros Parlamentares.

Parece ficar evidente que havia um teor golpista e conspiratório dentro da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal, e as mensagens agora indicadas pela Deputada Jandira comprovam isso, de tal forma que no dia 8 de janeiro houve omissão imprópria, omissão dolosa ou ação deliberada e intencional da cúpula da PM para possibilitar esse caos institucional e social, portanto o golpe.

Vou abrir aspas para a denúncia da PGR: "[...] aderindo subjetivamente às ações delitivas praticadas por terceiros e por omissão imprópria, em circunstâncias nas quais deveriam e poderiam agir para evitar o resultado, concorreram para a prática das condutas criminosas [...]".

Ou seja, a PM deveria agir, a PM poderia agir, tinha condições para isso, e, de maneira intencional, assim não fez.

E o que as investigações demonstram até agora de maneira didática, conforme a Senadora Eliziane falou? Havia baixo efetivo, boa parte dos PMs estava no curso de formação, a tropa estava de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobreaviso, sequer de prontidão, verifica-se inércia, verifica-se a ausência de comando e a ausência de um gabinete de crise. Isso não me parece falha operacional ou circunstancial; isso me parece uma falha intencional, portanto deliberada, e as condutas devem ser devidamente individualizadas, com o direito de defesa de cada agente da Polícia Militar do Distrito Federal – cada um tem o direito de se defender. O que eu estou dizendo é que houve um erro para além de gestão ou operação; houve uma interferência política promovendo isso.

Agora eu peço a atenção a todos e a todas porque, veja, autonomização, ideologização e aparelhamento político das polícias podem constituir golpe fatal contra a democracia no Brasil. Eu quero chamar a atenção para isso, porque, imagina só, monopólio da força, arsenal armado... Imagina, Deputado Rogério, se forças de segurança se tornam correio de transmissão de uma corrente política, não de Estado, mas de governo? Isso é o caos. Força de segurança, com o monopólio da força, com o arsenal armado, tomada por um aparelho político-ideológico, isso é risco para a democracia.

Mas qual é a tese que eu quero apresentar para vocês? A extrema-direita sabe disso, a extrema-direita quer isso e a extrema-direita insuflou isso intencionalmente.

Olha o que diz novamente a denúncia da PGR: "Contaminada ideologicamente, a cúpula da [...] [Polícia Militar do Distrito Federal], especialmente pelos ora denunciados, esperava uma insurgência popular que poderia assegurar a permanência de Jair Messias Bolsonaro [...] [no poder]". Isto é grave: contaminada ideologicamente, uma força de segurança agiu contra a democracia.

Só que eu quero concordar com algo que já foi dito aqui: me parece insuficiente se toda a responsabilidade ficar na cúpula da PM do Distrito Federal. E aqui eu quero chamar a atenção para o elo de ligação entre Bolsonaro, bolsonarismo, intencionalidade golpista e, lá na ponta, a PM. Para mim, Senadora Eliziane, não podemos esquecer e devemos enfatizar que esse elo de ligação se chama Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça de Bolsonaro, que participou de *live* questionando o sistema das urnas, que participou da tentativa de obstruir votação na Região Nordeste no dia 30 de outubro, e no celular dele foi encontrada a minuta de golpe. E depois ele foi nomeado o quê, Deputado Rogério? Secretário de Segurança Pública do DF, posição estratégica e privilegiada para um bolsonarista de carteirinha insuflar um golpe. No dia 6 de janeiro, esse indivíduo, com esse histórico, com esse contexto, viaja, antes das férias formais, para fora do Brasil. Seria injusto, será injusto se toda a responsabilidade ficar na cúpula da PM e não se entender Anderson Torres como elo de ligação entre Bolsonaro, bolsonarismo, intencionalidade golpista e a Polícia Militar do DF.

Porém não acabou. Eu quero ir além. Peço muita atenção a uma outra parte da denúncia da PGR.

Olha isso, Senadora Eliziane: "Diante da inércia do Exército Brasileiro, os extremistas se articularam com o objetivo de promover desordem social e caos, buscando um ambiente propício para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas extremas que, conforme acreditavam, levariam à extinção do Regime Democrático e à manutenção de Bolsonaro no poder".

Então, não se trata – e eu quero ser muito didático – de responsabilizar as Forças Armadas genericamente, mas se trata de perceber que tudo indica que havia participação de generais que queriam esse caos social e institucional, impedindo a estabilidade democrática e o Governo Lula.

Vou dar um exemplo, Deputado Rogério Correia: dia 12 de dezembro e dia 29 de dezembro, segundo investigações, houve tentativa de desmobilizar o acampamento, que era um lugar de pauta antidemocrática e ações criminosas. Segundo investigações, o General Dutra – isso precisa ser investigado – agiu para impedir a desmobilização desses acampamentos. Ele está, inclusive, convocado.

O que eu quero chamar à atenção não é responsabilizar o Exército ou as Forças Armadas, mas não dá para ficar só na cúpula da PM, tem braço de Anderson Torres, e não dá para ficar só em Anderson Torres, tem braço de generais ligados ao Bolsonaro que tinham interesse nesse golpe e na instabilidade democrática.

E, por fim, eu queria reafirmar que concordo quando vários Deputados, como Jandira e Duarte, dizem que ou é má-fé ou é ignorância quando se tenta responsabilizar o Ministro Flávio Dino.

Jandira, preste atenção. Foi dito aqui que, em 2017, o Ministro Torquato chamou a Força Nacional de Segurança, certo? Em 2017. Depois, mais dois precedentes do próprio ex-Ministro da Justiça, aquele que abandonou o Ministério da Justiça, denunciando Bolsonaro por interferência na Polícia Federal – é bom lembrar. Duas vezes se cita este ministro como alguém que chamou a Força Nacional de Segurança, certo?

Mas vamos lá, contexto, cronologia, didática e verdade. Em setembro de 2020, portanto, depois desses exemplos, tem um acórdão do STF – o Presidente da Comissão é jurista. Um acórdão do STF, a decisão da maioria do Pleno, confirmando a relatoria do Ministro Fachin, eu vou dizer textualmente, proíbe a atuação da Força Nacional de Segurança sem requisição do Governador.

Chega uma hora em que eu não sei mais o que dizer, se é preciso desenhar ou reconhecer que estamos lidando com pessoas de má-fé, má intencionalidade ou pura ignorância mesmo, porque os exemplos dados são anteriores ao acórdão do STF. Só que o Ministro Dino, me parece, inteligente, bem-intencionado e agindo dentro da lei, fez um ofício colocando a força à disposição, uma portaria. Depois, fez um ofício...

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... ao Governador Ibaneis afirmando isso. O próprio Governador confirma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E cinco e tanto da tarde, salvo... Cinco e quarenta e dois, é quando isso é liberado. Então, a Força Nacional de Segurança estava onde poderia estar, de acordo com a própria lei, acórdão do STF, setembro de 2020. Assim que houve a possibilidade, inclusive com a decretação da intervenção federal, então, a Força Nacional de Segurança agiu.

Mas, hoje, eu queria só ficar com esse registro: polícias militares autonomizadas, ideologizadas, isso é golpe fatal para a democracia. Só tem uma questão, a extrema-direita sabe disso, a extrema-direita quer isso, a extrema-direita insufla isso. Tomara que não seja só essa cúpula responsabilizada, deve ser com o direito de defesa, mas impressão digital de Anderson Torres, Bolsonaro e de alguns generais, que temos que ter coragem de chamar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interperlar.) – Presidente, eu queria iniciar dizendo que o Sr. Fábio Augusto Vieira esteve também na Comissão Parlamentar de Inquérito em Brasília.

E eu, então, li um trecho em que ele, aqui sintetizado, disse, ao responder ao Deputado Chico Vigilante. Perguntaria ao Fábio Augusto se ele confirma isso: que, no dia 8 de janeiro, pela manhã, o efetivo era o suficiente, pois ainda não se tinha informação se os manifestantes iriam descer para a Esplanada dos Ministérios.

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Bom, mas é o que ele disse, está aqui no depoimento na CPI, ou seja, que de manhã era suficiente. Bem, não condiz com os fatos, não é? Vocês viram agora o que a Relatora colocou, as cenas e também o que a Jandira e o Pastor Henrique colocaram agora: havia uma série de whatsapps repassados que colocavam a necessidade, desde o dia anterior ou até antes, que era necessária a atuação de uma força militar de volume maior. Então, dizer que de manhã, no dia 8, não sabia, sinceramente, Sr. Fábio, não condiz com os fatos que foram aqui apresentados.

Eu estou falando isso porque parece que a oposição caiu numa cilada ao convocar o Sr. Fábio Augusto para vir aqui, querendo aumentar a narrativa deles de que o que houve foi, por parte do Governo do Presidente Lula, um descuido, ou que o próprio Presidente Lula queria que aquilo acontecesse, que é o que eles fazem de narrativa, e esses erros é que levaram a isso. O problema é que a gente vai vendo que tudo isso fazia parte do comando e também do Comandante-Geral da Polícia Militar. Então, eu vou pedir para o pessoal passar aí para mim o primeiro eslaide que a Senadora Eliziane já tinha colocado, mas ele é muito importante, porque trata-se de um diálogo entre o Subcomandante Klepter Rosa com o Comandante Fábio Augusto. E o Klepter Rosa diz exatamente o seguinte: na hora em que der o resultado das eleições que o Lula ganhou, vai ser colocado em prática o art. 142, viu? É



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande, eu vou resumir. No final diz: as Forças Armadas, para fazer a mesma coisa que aconteceu em 1964... O povo vai pras ruas, ninguém vai aceitar o Lula ganhar a Presidência, porque não tem sentido, o povo vai pedir intervenção e aí, meu amigo, eles vão nos livrar do comunismo novamente.

Se puder colocar ali, eu agradeço.

Mas veja o que o Coronel Klepter enviou para o Comandante, o Subcomandante para o Comandante, dizendo que era para dar golpe mesmo, que o Bolsonaro estava preparado para as Forças Armadas, e que eles iam vencer o comunismo. O Comandante com o Subcomandante, Jandira, dizendo que realmente não era para deixar o Lula tomar posse. Aí o que faz o Comandante, que está aqui na nossa frente, Fábio Augusto Vieira? Ele remete esse mesmo absurdo aí, ele remete para o Casimiro Vasconcelos Rodrigues, que era o responsável pelas tropas na Esplanada e remete, então, essa frase para ele. Ou seja, os três mais importantes, que deviam combater o golpe, fizeram uma troca entre eles de mensagem onde eles incentivavam o golpe que seria dado no Brasil. Ora, que comando é esse? É óbvio que tem sete comandantes presos, porque entre si eles combinavam o golpe, Presidente. Foi exatamente isso que foi feito por eles.

Eu peço para passar o segundo, está fora de ordem, mas eu não vou perder tempo, vou colocando. Às vezes vocês acham aí.

O segundo é o seguinte: o Casimiro e o Fábio conversaram acerca de um vídeo que tinha um indivíduo chamado Pastor Ibi Batista. Vamos ver esse Pastor Ibi Batista. Esse pastor é de dentro da casa do Bolsonaro, assim eles disseram, e esse pastor, ele junto com o Naime e a Cíntia, se referia a uma também entrega de um relatório final das eleições pedindo para anular o pleito. Então, eles fiavam nesse pastor, que era da casa do Bolsonaro, que ia mesmo ter o golpe. Aí já está o Casimiro, o Fábio, envolveram a Cíntia, todo o comando estava envolvido.

Outro importante também e que é bom ressaltar: o Tenente Matos envia uma mensagem pro grupo de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, Major Flávio Alencar, e dizem que "é só deixar invadir o Congresso". Isso eles estavam com raiva do Senador Randolfe, que tinha ido, se eu não me engano, numa imprensa, aqui a letra está pequena, acho que na CNN, e tinha falado desse processo que estava acontecendo no Brasil, etc. e defendendo a eleição do Presidente Lula. Aí os dois, referindo-se à entrevista do Randolfe – no grupo de oficiais, pessoal; no grupo de oficiais –, condenam o Senador e dizem: "Na primeira manifestação [foi enviado para o Flávio Alencar], é só deixar invadir o Congresso" – no grupo de oficiais. Era só deixar invadir o congresso!

Pois bem, vamos pra frente aqui, que tem um outro importante, que é uma seleção de frases golpistas, no dia da posse de Lula e Alckmin. Nesse dia, pessoal, é impressionante... E também no grupo de oficiais. Aí eles vão mandando coisas do tipo: "Bolsonaro não concorre na próxima eleição, e eu duvido que haja um nome da direita para derrotar a esquerda". Aí outro fala: "É. Desse jeito ele vai



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vencer em qualquer sistema". Aí manda mais questionamentos em relação à eleição do Lula: "A única chance era o Bolsonaro, com o apoio das Forças Armadas, frear os desmandos do Supremo Tribunal Federal e restabelecer a ordem, marcando novas eleições com voto auditável"; "O Exército Brasileiro e Aeronáutica deixaram a nação na mão", segundo eles. E aí vai, tem uma série. Isso aqui é um *kit* no grupo dos oficiais de como que se deveria dar o golpe no dia em que o Lula assumiu, no dia 1º de janeiro, Presidente.

Então, veja bem o que era esse comando que está preso. É óbvio que tem que estar preso. Eles eram comandantes do golpe, não comandantes para evitar o golpe e fazer com que a democracia prevalecesse.

Mas aí eu entro no último lá, que é o do Casimiro. Esse aí. Esse é importante, pessoal. O Paulo José mandou para o Casimiro. Olha lá embaixo: "Eu estou com muita esperança e vamos conseguir reverter essa... essa lambança que esses petistas malditos fez com o nosso país. Com fé em Deus nós vamos reverter isso aí. Falou, um abraço, meu amigo. Fica com Deus". Isso aí também é no grupo lá do dos oficiais, e o Paulo José mandando pro Casimiro. Você sabe o que o Casimiro respondeu? É o próximo eslaide. O Casimiro diz o seguinte: "Vamos avaliando. No final do dia, conversamos pra tomar as decisões pra amanhã". Vamos ver quais as decisões que eles tomaram?

Por favor, passe aí as decisões que eles tomaram.

Olha aí as decisões: tomando água... Vamos ver mais decisão que eles tomaram: brincando lá na frente, deixando tudo ser quebrado.

Pode ir passando rápido.

Essas são as decisões. Olha as decisões da PM!

Por causa dos comandantes, Presidente. É evidente! Os comandantes falaram o tempo inteiro em golpe. Você confiava nesse comandante?

Tem um filme aí também para ver o final: o que, de fato, eles foram fazendo em relação a todo esse procedimento. E aí nós vamos ver que realmente os tais patriotas – que não são patriotas, na minha opinião – arrumaram toda aquela confusão aqui dentro do Congresso Nacional, quebrando tudo, e dentro do Supremo – é o vídeo, por favor –, eles fizeram coisas ainda piores, que eu gostaria de mostrar para todos, porque eu duvido que alguém possa defender aquilo que foi feito.

Se eu não achar o vídeo... A Comunicação enviou logo em seguida, deve estar um pouquinho à frente aí. Se você achar, passa pra gente enquanto eu vou falando. Mas esse vídeo é importante ser passado, ele está aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja bem, pessoal, esse foi o quadro que nós encontramos, Presidente. Então, realmente, com o comando que a Polícia Militar tinha, só podia dar o golpe. Eu concordo, Pastor, que não foram só eles, não.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Também nós vamos ter que prestar contas aqui dos comandantes do Exército, como o General Dutra, que não deixou tirar nada, absolutamente nada de lá, da frente do quartel, e ali, aqui mesmo os próprios militares dizem que seria essencial que fosse retirado. Então, nós vamos ter que ver isso também. Ou o próprio Comandante, o Ministro da Defesa do Presidente Jair Bolsonaro, Paulo Sérgio, que recebeu o *hacker*. Foi o que o *hacker* colocou. Nós temos que chamá-lo, Presidente, para ele vir aqui dizer por que também o comando e o próprio Ministro da Segurança receberam um *hacker* para falar que as urnas eram violáveis.

Então, Presidente, foi isso. Essa história aqui, apesar de eles terem chamado o Sr. Fábio Augusto, quando veio o acesso aos whatsapps, ficou muito clara. Durante todo o tempo, eles conversaram entre si sobre como facilitar a chegada dos golpistas nos três Poderes. Eu acho que isso está muito claro, e eles mesmos diziam que tudo era em nome de quem? Jair Bolsonaro, que deveria continuar governando. Isso está em todas as frases.

Muito obrigado, Presidente. Fico devendo o vídeo, porque eles não o localizaram, mas o vídeo é uma cena também meio forte pra hora do almoço, que é um patriota que visitou o Supremo e resolveu fazer uma coisa muito feia lá no dia. O pessoal depois assiste ao vídeo, eu vou colocar lá no meu Facebook, nas minhas redes, o pessoal vai ver que filme horroroso, para ver o que os patriotas fizeram, com a ajuda do comando da Polícia Militar, que não quis agir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador escrito, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a nossa querida Relatora, Senadora Eliziane Gama, todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Antes de mais nada, eu quero cumprimentar a Deputada Jandira Feghali, o Deputado Henrique Vieira e agora o Deputado Rogério Correia. Os três fizeram aqui uma descrição pormenorizada do que aconteceu na véspera do dia 8 de janeiro, e uma descrição não a partir de deduções, mas a partir de diálogos e de fatos que compõem uma investigação já coordenada, e já decorre disso uma denúncia contra esses comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, só para complementar, que eu tenho muito pouco a acrescentar, a responsabilidade por preservar o patrimônio e as instituições no Distrito Federal é das forças de segurança do Distrito Federal. Por sinal, nós votamos uma medida provisória, semana passada, para garantir o aumento dos funcionários do Distrito Federal, o que inclui essas forças de segurança. Portanto, fica aqui muito claro que houve dolo – houve dolo.

V. Sa. cometeu crime, urdiu contra aquilo que é mais sagrado numa democracia: o Estado democrático de direito. V. Sa. deve estar ou com muito ódio porque foi desmascarado, ou muito arrependido de ter participado de uma trama tão perversa contra o povo brasileiro e contra o Brasil.

Se V. Sa. não sabe, milhares de brasileiros desapareceram no Golpe Militar de 1964; centenas foram assassinados, foram mortos; outros, perseguidos, torturados. Isso é o resultado de uma ditadura, ditadura que vocês queriam implantar, ditadura que não cabe a um agente público defender.

Por isso é que a pena que vocês têm que cumprir tem que ser dobrada, porque aquele que não é agente público não tem consciência ou pode não ter consciência, não tem a compreensão da gravidade do que está sendo praticado. Vocês tinham a consciência plena da gravidade dos atos de vocês, e também aqueles que estavam no comando do Exército tinham a gravidade dos atos que estavam praticando. É muito pior do que aquele que foi levado como massa de manobra. São muito piores aqueles que pensam, aqueles que organizam, aqueles que formam a inteligência que vem sendo formada há pelo menos cinco anos, que vem sendo alimentada e que vai envolvendo pessoas que compõem as instituições e que transformam instituições em instrumento da ação danosa contra o patrimônio de um povo, que é a sua liberdade, que é a democracia. Vocês, sim, têm uma responsabilidade muito mais dolosa, muito mais... A violência de vocês é muito pior, porque vocês tinham consciência.

V. Sa. disse que estava de prontidão. Não, V. Sa. disse que era pra estar... Como é que disse aí que ele era para estar? Não era de prontidão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Era de sobreaviso. Eu sou médico. Sobreaviso... A Jandira é médica. Em sobreaviso, a gente está esperando o chamado em casa. Eu sei exatamente o que é sobreaviso. Sobreaviso não é prontidão, Coronel. Na prática, vocês deixaram acontecer.

Esse discurso de que facilitou... Veja, um governo com oito dias, por mais diligente que fosse, se as instituições não funcionam, jamais ele conseguiria conter e reter algo que estava sendo urdido e planejado há meses, há anos, porque Bolsonaro já entrou com a intenção de se perpetuar no poder. Ele já entrou querendo destruir a nossa democracia. Ele já entrou buscando uma aliança e botando 5 mil militares dentro do Governo dele. Ele já entrou armando a população e instigando a população para usar arma, para defender a posição que ele queria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me causa muito constrangimento como cidadão é ver que os de patente mais alta, aqueles que deveriam se posicionar contra, eram os principais autores da convivência e do golpe, no Exército, nas forças de segurança, na política, porque tinha políticos participando disso. Na política, uma institucionalidade que estava acometida pelo desejo, a sanha autoritária, golpista, que tomou conta desse país durante 4 anos.

Eu fico absolutamente consternado de ver o que nós estamos vendo aqui. E olhar no fundo dos seus olhos e saber que o senhor olha para mim e pode não ter uma gota de arrependimento do que fez. Eu vejo pelo balançar dos seus pés, a sua expressão, da covardia que foi deixar que destruíssem o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado, o Palácio do Planalto e o STF. A covardia. Sabe para quê? Para justificar uma intervenção militar, para justificar o golpe.

Bolsonaro já sabia que não podia dar aquele golpe. Todos vocês já sabiam. E sabe o que vocês fizeram? Um ato terrorista. O 8 de janeiro vai ser lembrado como o último ato de uma peça, de uma peça golpista que não deu resultado porque a sociedade se uniu, porque a democracia venceu, porque os democratas se uniram. Todas as diferenças foram deixadas de lado, e a gente se uniu contra o golpe e contra a arbitrariedade. E o 8 de janeiro vai ser lembrado como um ato terrorista que o senhor deveria combater, e o senhor participou dele, deixando que acontecesse. O senhor e todo o comando da Polícia Militar, mais o secretário que fugiu, mais o Presidente que fugiu...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... e mais alguns gerais, que eu concordo com o Deputado, o Pastor, que disse aqui que é preciso trazer alguns gerais para essa bancada, para explicar – para explicar! Não o Exército, não as Forças Armadas, mas alguns deles precisam explicar por que e para que, ao invés de protegerem os brasileiros, o Brasil, a nossa democracia, o Estado democrático de direito, que é a obrigação deles, feriram tudo isso para perpetuar a ignorância, o terraplanismo, o obscurantismo no poder brasileiro, com o ex-Presidente que as urnas mandaram para casa e que agora é inelegível.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem, apenas para reivindicar que, na próxima sessão deliberativa, a gente consiga aprovar o requerimento que eu fiz e outros fizeram de trazer o General Paulo Sérgio Nogueira, ex-Ministro da Defesa, e que a gente marque o depoimento do General Dutra, que já está aprovado, e a gente precisa marcar para trazer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade, Deputada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou, em conversa com a Relatora e com os membros da Oposição, tentando compor uma relação de pessoas que virão aqui falar, porque, a partir desta reunião, tirando essa de hoje, nós temos, pelo que está aí no calendário, mais dez reuniões, dez depoimentos. Com certeza o General Dutra será ouvido, como também o G. Dias, na próxima semana, e outras figuras; mas estamos tentando compor já um calendário completo para levar isso até a última data dada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O Paulo Sérgio é ex-Ministro da Defesa. É importante trazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei disso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – G. Dias é na semana que vem, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como? Não defini ainda com a Relatora. Estou vendo aqui como é que a gente vai fazer.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nessa semana, os dois que vieram foram requerimentos da Oposição.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Negativo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Fábio Augusto e o G. Dias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha só...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos agora ouvir o Deputado Gervásio Maia e, em seguida, vamos fazer um recesso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Deixe-me falar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, vamos ficar mais dez minutos. Vão falar o Deputado Gervásio Maia, depois a Senadora Soraya Thronicke – nós sempre temos que ser sensíveis ao apelo da Bancada Feminina – e, em seguida, vamos suspender os nossos trabalhos por uma hora.

Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu confesso que o Brasil assiste à confissão de tudo o que aconteceu no silêncio do ex-Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu resido aqui, em Brasília, no Setor Hoteleiro Sul, no complexo Meliá, em que, por coincidência, logo após as eleições, nós recebemos um novo morador que foi o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. E o comando da polícia ostensiva, a Polícia Militar, fez todo um trabalho de proteção ao complexo Meliá diante de muitos ataques que foram feitos antes daquele dia da diplomação e também no dia 8 de janeiro – tentativas, discursos, anúncios daqueles que não aceitavam, não tinham aceitado, não tinham concordado com o resultado das eleições. Nós vivíamos ali, de manhã, de tarde e de noite, num clima de tensão total.

Quando eu falo sobre isso, eu quero acrescentar que toda a imprensa do país passou, naquele instante, desde que o Presidente Lula se mudou para lá, a praticamente residir na frente do complexo Meliá.

Quando eu falo sobre isso, eu estou querendo dizer que esse clima de insegurança no entorno do Presidente eleito, Lula, demonstrava que nós precisávamos, no mínimo, de muito cuidado pelas autoridades constituídas.

Um comandante, seja ele qual for, de qualquer Estado ou do Distrito Federal, só chega à escolha por um Governador se ele, ao longo da sua vida na corporação, tiver aqueles atributos necessários de experiência, de conhecimento para assumir o mais alto posto do comando de uma corporação da Polícia Militar. O ex-Comandante, com praticamente 30 anos de casa, 30 anos de corporação... Quem passa 30 anos trabalhando numa corporação ou no Poder Legislativo, ou no Poder Executivo, ou num ministério conhece todo mundo, conhece tudo, sabe o que está acontecendo, tem noção de tudo, do dia a dia, do movimento, da rotina.

O dia 12 foi um preparo – foi um preparo. A baderna tomou conta do Distrito Federal, e o comando, de braços cruzados, nitidamente de braços cruzados. Aquilo era um teste. "Vamos testar no dia 12, para, depois, a gente aplicar o golpe final", que foi o do dia 8.

O Comandante, experiente, com quase 30 anos de corporação, sabia que o Secretário tinha viajado sem sequer estar no gozo de férias – o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que tinha sido Ministro da Justiça; sabia que, dos oito chefes de unidades, praticamente todos também tinham tirado a sua licença; sabia que o chefe do Departamento de Operações também estava fora, respondendo pela importante atribuição da chefia do Departamento de Operações do seu substituto; e sabia que o clima era delicado aqui, no Distrito Federal, porque todo o Brasil sabia, todo mundo sabia. E, de repente, o Comandante telefona para o chefe do Departamento de Operações, e ele diz: "Não, estamos preparando 400 homens". E, a partir daí, ele não soube mais de nada. Ele foi pego de surpresa?! Isso é mentira, Presidente! Isso é mentira, porque, para você mobilizar mais de uma centena de homens, você vê a movimentação na corporação, e o Comandante sabe disso; não acontece na calada da noite, sem movimentação, sem designação, sem formação de time, de equipe, de plano estratégico. Claro que não!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 12 de dezembro, nós estávamos aqui, em Brasília. O 8 de janeiro eu acompanhei pela televisão desde o primeiro instante. E quem estava em casa, Sr. Presidente, viu nitidamente que não havia comando, viu nitidamente que havia uma omissão total, deliberada, porque, se o Brasil todo sabia, imagine o Comandante da corporação no Distrito Federal! Claro que sabia! E o silêncio dele é a maior prova de que ele sabia de tudo.

Porque a verdade, Presidente, aqui, neste momento, na CPMI ou em qualquer canto, fala muito mais forte, fala muito mais alto. Mas ele não tem o que dizer. Se ele falar, vai complicar mais ainda.

A verdade é implacável em qualquer instante, em qualquer momento. E alguém que tenha a experiência de 30 anos de corporação, que chegou ao posto mais alto em uma corporação, se estivesse ao lado do Brasil e da democracia, daria um *show* de fala aqui. Mas ele não estava do lado da democracia, ele não estava ao lado do povo brasileiro, que escolheu um Presidente da República – ele não estava. Não precisa acompanhar nem de perto o que apurou a Polícia Federal, o que tem apurado esta Comissão Parlamentar Mista pra entender isso. O silêncio dele não é uma covardia; o silêncio dele é uma estratégia de não contribuir naquilo que ele patrocinou deliberadamente com aqueles que estavam ao seu lado.

Uns fugiram. Uma das peças mais importantes do xadrez, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, era o Secretário de Segurança Pública, que, naquele momento de insegurança, de instabilidade, preferiu encontrar o Mickey lá em Orlando, era mais importante do que estar aqui, assumindo a responsabilidade do seu cargo. E, mesmo que não soubesse o que estava acontecendo – e isso não pode ser considerado por ninguém, ele sabia de tudo –, quando a baderna, a segunda baderna começou – a primeira, do dia 12; a segunda, do dia 8 –, ele tinha que ter pego o primeiro avião pra voltar pro Brasil, mas não. Estava tudo combinado entre os chefões, estava tudo articulado, era isso que eles queriam. Eles passaram o tempo todo querendo isso, sim.

E aí vem o discurso de um ex-juiz parcial, tendencioso, que, por presunção, mudou o jogo político na eleição de 2018 e, de repente, foi premiado com o cargo de Ministro da Justiça, vem aqui, na sua histórica parcialidade, querer atribuir a responsabilidade à Força Nacional – uma piada de mau gosto, e o Senador não percebe que ninguém vai acreditar nessa balela dele.

Polícia ostensiva, Polícia Militar, a corporação, os integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal merecem todas as nossas homenagens, são integrantes preparados que seguem o comando dos seus superiores. E, aliás, isso acontece por todo Brasil, inclusive no meu estado, no Nordeste, na Paraíba. São extremamente disciplinados, Sr. Presidente, não negam fogo, cumprem a determinação superior. Nós sabemos também disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não havia determinação superior, não havia comando. Alguém que ocupa o cargo de comandante-geral de uma corporação tem no seu gabinete uma equipe que tem conhecimento de tudo que acontece no entorno da corporação, claro que tem. É como o Presidente do Congresso Nacional...

(Soa a campanha.)

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) – ... ou o Presidente da Câmara. Quando algo acontece, a sua equipe está ali pra saber de tudo e informar tudo.

O senhor sabia de tudo! O senhor participou do golpe! E o senhor vai ter que responder por isso. E o seu silêncio contribui significativamente para termos a certeza absoluta de que o senhor é mais um deles, daqueles que acreditaram numa viagem louca de que seria fácil, destruindo os prédios públicos, desmontar, desorganizar, trazer a baderna ao país, desmontar o Estado democrático de direito.

Os senhores foram muito tolos. Tanta experiência, 30 anos de corporação, e caiu numa dessa! Agora, o senhor tem que perder a farda, o senhor tem que ser colocado pra fora da Polícia Militar, o senhor tem que ser expulso. O senhor não merece estar na corporação – não merece estar na corporação. O senhor e outros precisam ser banidos e responder com todo o rigor da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, inicio saudando V. Exas., parabenizando também a Relatora pela didática com que ela apresentou tudo que nós pudemos ver no dia de hoje. Cumprimento o depoente, Coronel Fábio Augusto Vieira, e o seu advogado, João Paulo Boaventura.

Gostaria de iniciar, como eu sempre tenho perguntado pra outros depoentes, com algo que o senhor pode responder agora, nesta oportunidade: o senhor já foi ameaçado depois do dia 8 ou o senhor se sente ameaçado?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Se ele não se sentisse ameaçado, ele falaria. Eu tenho alertado pra isso. É grave demais. Muitas perguntas aqui são extremamente intimidadoras.

O senhor fique atento, doutor, o advogado.

Sr. Coronel Fábio Augusto, quantas prisões foram efetuadas pela PM do Distrito Federal nos atos do dia 8 de janeiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Quantas prisões foram efetuadas no dia 12 de dezembro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Vou permanecer em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Bom, sabe-se que a PM, sim, efetuou prisões no dia 8, mas, no dia 12 de dezembro, não. Ele poderia ter falado, porque seria, no caso, até mesmo uma resposta pra sociedade o número de prisões que vocês efetuaram.

Mas, vamos lá. Gostaria de dar uma notícia quente agora. Segundo o *Correio Braziliense*, a Sra. Gabriela Santiago Ribeiro Cid, mulher do Tenente-Coronel Mauro Cid, convenceu o Mauro Cid a colaborar, e parece-nos que ela também vai colaborar. O que parece é que, a partir de agora, muitos, muitos que já estão presos estão tendentes a colaborar. Por quê? Porque, mesmo que o senhor não tenha respondido a nenhuma pergunta no dia de hoje, nós temos uma certeza: apesar de tanta loucura e de tanta distopia, de tantos absurdos que nós estamos vendo, nós continuamos ainda tendo um processo penal, Deputado Rogério – vou te citar uma vez, tá? –, em que são elementos de prova a confissão, exibição de documento ou de coisa, a prova documental, a prova testemunhal, a prova pericial, inspeções judiciais. Enfim, a farta documentação já correlacionada, pelo menos pra nós aqui, na CPMI, já permite obviamente o indiciamento de V. Sa. – o senhor já foi indiciado pelo Ministério Público Federal. Quero parabenizar também o Procurador Frederico... Perdão, não me lembro agora.

Bom, mas nós já temos aqui um conjunto probatório suficiente. Por isso, a necessidade agora de cada um salvar a sua pele. Por quê? Porque está claro.

Todos os colegas colocaram aqui, e eu gostaria, pra trazer um tanto de didática para as pessoas que nos acompanham, Presidente – e essa é uma das missões da nossa CPMI... Por quê? Porque os inquéritos e os processos tramitam em segredo de Justiça. Eu quero só lembrar pras pessoas que estão nos assistindo que, apesar de o ex-Presidente Jair Bolsonaro falar o tempo inteiro sobre uma possível deficiência ou possibilidade de fraude nas urnas... Foi plantado isso na cabeça dos brasileiros durante todo o tempo, foi plantado também muito ódio. E fizeram aquilo que eles dizem que a esquerda sempre fez: vamos dividir para conquistar. E eles dividiram o povo brasileiro.

A reunião dos embaixadores – eu estou iniciando aqui uma linha do tempo – no dia 18/07/2022; depois nós tivemos o dia 7 de setembro de 2022. Foram atos que já mostraram a premeditação da tentativa de golpe – ou de golpe. Aí nós tivemos o dia 30 de outubro de 2022, que foi o segundo turno, com a PRF envolvida. No dia 12 de dezembro, a diplomação do atual Presidente, o Presidente Lula, onde a PM foi absolutamente omissa naquela data. E aí começou o trabalho de omissão ou o trabalho assim... Foi comissivo também. Não vou tratar aqui de omissão totalmente, não. Depois veio a bomba do aeroporto. Aí, dia 30... Nós temos que incluir isto, Presidente, na nossa linha do tempo: dia 30/12 foi a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fuga de Jair Bolsonaro. E no dia 01/01, na posse do atual Presidente, Bolsonaro não passou a faixa. Por que ele fugiu e por que ele não passou a faixa? Porque ele ainda tinha esperança de dar o golpe. Se ele tivesse passado a faixa para o atual Presidente, ele estaria reconhecendo o resultado das urnas. Ele fez isso de caso pensado. Não foi pelo mi-mi-mi, pelo chororô, não; foi porque eles ainda tinham, nas suas mentes, a certeza de que poderiam dar o golpe. Por quê? Porque, se tivessem conseguido sustentar a tomada dos três Poderes, ele voltaria numa GLO. Ele jamais teria reconhecido: o ato de passar a faixa é reconhecer.

E vocês estão neste crime bárbaro, vocês estão envolvidos até o pescoço, e o pior é que levando pessoas ingênuas, o que é diferente das pessoas que têm consciência, como o senhor. São ingênuas, mas não são inocentes, mas vocês não são ingênuos nem inocentes, por óbvio.

Mas tem um ditado que diz que, quando uma pessoa me engana uma vez, a vergonha é dela; quando ela me engana duas vezes, a vergonha é minha. Então, eu quero alertar a todos os brasileiros que ainda estão vivendo dentro de uma dissonância cognitiva coletiva, como diz João Cezar de Castro Rocha – uma dissonância cognitiva coletiva, estão vivendo dentro de uma espécie de seita. Aí eu indico para vocês assistirem na Netflix Como se Tornar um Líder de Seita, Rogério. Qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência – não é mera coincidência.

E digo para essas pessoas que foram usadas por vocês, para quem eu aviso desde 2019 e vou passar todos os meus dias avisando e dizendo: eu avisei – eu avisei. E o medo de perderem o poder tem um grande motivo: os escândalos de corrupção que estão surgindo...

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... e que ainda vão surgir.

Aguarde, Brasil, o choro, a erisipela, o desespero, a loucura que acontece daqui para trás, que eu faço questão de nem olhar para trás, é desespero. É desespero porque está chegando, está chegando lá em cima. Lembro que aqui, nesta CPMI, o nosso escopo jamais foi tratar daquelas pessoas que vocês usaram, dos patriotas; foi para... Nós estamos aqui, nesta CPMI... Se arrependimento matasse, Rogério, o pessoal estava morto de arrependimento, já teríamos enterrado muitos Parlamentares, porque nós estamos chegando em vocês. São vocês os grandes responsáveis pelo que ocorreu e vão pagar caro – muito caro.

Que Deus tenha piedade!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Neste momento, vamos fazer um receso de uma hora para o almoço. São 13h11. Vamos retornar às 14h15.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 13 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Retomando os nossos trabalhos após o recesso do almoço.

Vamos passar a palavra ao próximo orador inscrito, o nosso sempre muito querido Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentá-lo pela condução da reunião no período da manhã, inclusive ao regrar as intervenções de todos os Parlamentares.

Ao depoente, eu quero apenas apresentar a minha compreensão pelo fato de ter se escudado juridicamente – como quase todos fizeram –, no sentido de não se autoincriminar e nem cometer a infração de falar o que não se deveria perguntar.

Mas, a propósito, a sua presença aqui foi proposta com vistas a esclarecer o pecado da omissão. E hoje, pela manhã, nós discutimos isso. Qual é o tamanho da emoção de quem? Por isso, eu quero me valer... Presidente, na verdade, não é nenhuma novidade. Tudo isto que eu vou apresentar consta de documentos recebidos por esta Comissão, mas eu quero desfazer alguns equívocos.

Primeiro, eu gostaria...

Pode passar adiante.

... de ir... Não vou começar pela ordem cronológica, mas, sim, pela declaração do Ministro da Justiça no dia 28 de março deste ano.

Por favor, com som. Da outra vez eu não consegui ouvir. Não tem que aumentar aí o volume? Tem que aumentar o volume, né?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Podia parar por aí, por favor.

"Um mítico informe da Abin". Não era mito, era verdade. O conjunto, também disponível aqui, revela dezenas de mensagens a dezenas de agências, inclusive as agências diretamente ligadas ao Ministro. Se ele não recebeu, é porque alguém da sua confiança não lhe falou; mas tudo indica que ele sabia.

Vamos adiante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às 19h40, alerta da Abin, no Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência) – não é uma coluna social: vai haver invasão do Congresso Nacional e de outros próprios da Esplanada, todos públicos.

Seguinte.

O Ministro assinou uma portaria regrando e delimitando a atuação da Força Nacional, e não tem nada a ver com o acordão. O acordão, sobre a ACO 3.427 – do seu estado –, era pra que a Força Nacional não ficasse um mês, como ficou, em dois municípios da Bahia, sem autorização do Governador. É muito diferente do que objetivava a portaria, que é para a "proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária [...] e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília", mesmo fora deste quadrilátero. Portanto, se o Ministro não sabia e assinou essa portaria, ele teve uma mensagem do além; mas ele sabia, porque, senão, não assinaria.

E aí vêm os diálogos entre o nosso Saulo Moura, que se revelou aqui um servidor público exemplar, com o Mauro Kaiser, que, eu disse, não foi adventício ao Governo Bolsonaro – o Kaiser trabalha na Abin desde 2004, Governo Lula 1; portanto, é um profissional –, com uma pergunta que é um apelo: "Vocês vão acionar o [...] [Centro Integrado de Comando e Controle Nacional]?" É quase que um pedido desesperado, já na manhã do dia 8, às 9h22. A resposta: "No momento a avaliação da [...] [Inteligência]...". Essa palavra "Inteligência" é verdadeira, porque, para os objetivos conseguidos, o inteligente era não fazer nada. "[...] da [...] [Inteligência] do [...] [Ministério da Justiça e Segurança Pública] é que a maior tensão é no DF e por isso não haveria necessidade [...]. Escalei a decisão para o novo Secretário Nacional de Segurança. Estou aguardando orientações".

O próximo – selecionei poucos.

"10h56min. [É definitivo]: [...] não será ativado no momento."

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um instante, Senador, deixe agora eu o inquirir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ali... Que não vai acionar, porque o Secretário Nacional de Segurança era o nosso colega Tadeu Alencar, nosso colega.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Ele não aparece ali. Ele está dando uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ali fala que...

Volta atrás.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pode voltar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, antes, antes. (*Pausa.*)

O novo Secretário de Segurança Nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, ele vai levar, mas eu não estou trazendo nenhuma ligação, nenhum contato direto do nosso amigo Tadeu Alencar. Ele não aparece nessa retrospectiva.

Eu estou indo para a final.

"10h56min." Resposta... Afirmação de Mauro Kaiser Cabral.

Por isso eu estou requerendo aqui, estou apresentando aqui o requerimento para a convocação. Ele informou. Quem é que mandou essa notícia para ele? Eu não sei, mas eu sei... Eu tenho o pedido. Não sei se isso aqui vai para o escaninho da Força Nacional, que até agora não foi convocada. Dispersaram sem usar quatro pelotões junto ao Ministério da Justiça, que, aliás, ficou imune, restou imune.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quantas pessoas representam esse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Olha, isso aí, pelo cálculo que eu conheço, no mínimo 120, mas a fotografia do fotógrafo da Reuters falava em 250, 250 homens da Força Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Sr. Fábio Augusto fala que são 240.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu errei por dez: margem de erro – melhor do que a da Datafolha!

Então, sejam 240, sejam 250, eram mais do que todo o efetivo que foi empregado, todo o efetivo empregado, incluindo a Polícia Militar. Antes da 15h era menos do que isso, pelo menos foi o que eu vi; depois é outra coisa.

Então, os 240 ou 250 ficaram ali. Por causa do acórdão? O acórdão é sobre os dois municípios da Bahia, não tem nada a ver com próprio federal! E, sem a autorização do Governador, às 15h49 foi acionado.

Então, Presidente, chega de esconder filme, esconder vídeo. Não se sabe quem é que mandou a Força Nacional não fazer nada? Não se sabe, Presidente, porque não se quer saber. O *sapere aude* do nosso Joaci Góes exige coragem, audácia para saber, coragem para enfrentar a verdade, e nós estamos escondendo.

Essa breve recapitulação... Quer dizer, não sei, é um mito, não sabia, não quis, não acionei... O propósito de se chegar à omissão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Arthur Oliveira Maia, a sua conduta tem sido irrepreensível, mas isso não vai acontecer ao final desta CPMI se nós não tivermos a coragem de conhecer todos os autores da omissão e esse cenário. Eu não recebi, eu não sabia de nada.

Tinha 240 homens, eles desapareceram. Eu já vi um vídeo, só que é um vídeo de que eu não posso atestar a autenticidade, da tropa se desmobilizando. Eu vi, mas eu não posso afirmar uma coisa que não tem autenticidade. Quem tem que procurar essa autenticidade é esta CPMI. E não fugir, e não fugir da verdade.

O Ministro sabia porque é da sua responsabilidade. Se o gerente da sua caixa postal não o informou, tem que abrir um inquérito contra essa pessoa. Foi ele que escolheu ou manteve. A caixa postal que eu digo é o Messenger.

Segundo, diante dos apelos pela repetição...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... no diálogo completo, Presidente, a repetição da pergunta: mas não vão usar, não vão avisar? Não, não vamos usar.

Portanto, havia, houve o propósito deliberado de deixar acontecer a invasão. Eu não vou repetir frases que eu já ouvi sobre como é que foi a sentença final. Deixa invadir, mas há várias ecoando nos desvãos daquilo que a omissão brutal enseja.

Então, eu quero lhe fazer um apelo. Além de entregar este requerimento, não nos deixe sem procurar a verdade, toda ela. De quem se omitiu de um lado, de quem se omitiu de outro, mas a omissão a partir do Ministério da Justiça é indiscutível. Tem que ser conhecida a fundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Eu passo a palavra agora à próxima oradora inscrita, que é a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Boa tarde, companheiras, companheiros.

Fábio Augusto Vieira, o que chamou atenção no dia 8 de janeiro não foi o número de participantes na manifestação porque já aconteceram aqui, em Brasília, manifestações muito maiores e que a Polícia Militar conseguiu controlar de forma pacífica. Não foi também a violência bolsonarista, porque ela já ficou explícita em diversos momentos como, por exemplo, no dia 12 de dezembro, em que ônibus foram queimados aqui, e no dia 24 de dezembro, em que esse grupo colocou uma bomba no aeroporto de Brasília.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que chamou atenção na verdade foi a omissão da Polícia Militar. E eu fico me perguntando, Deputado Rogério, o senhor que também é um professor, se fossem professores que estivessem naquela manifestação, se a Polícia Militar agiria daquela forma como agiu com os golpistas do dia 8.

Eu sou professora e já participei de diversas manifestações e normalmente recebida com bombas de gás lacrimogênio. Várias professoras amigas minhas foram violentadas, agredidas pela PM por cobrar melhor educação no país.

Então, a pergunta que lhe faço – e desculpe o linguajar popular, mas acho que é o que melhor sintetiza e traduz, já que é uma expressão popular – é: por que a Polícia Militar acaba sendo "tchutchuca" com golpistas e, do outro lado, é "tigrão" com professores?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

A prisão do senhor é extremamente importante, porque ela descortina um grande desafio que nós temos no Brasil, nessa nova etapa, nesse novo cenário, que é como "desbolsonarizar" as forças de segurança no Brasil. O que essa CPMI tem mostrado, a cada oitiva, é como, infelizmente, a ideologização das Forças Armadas e da Força de Segurança do Brasil foi ruim não só pra democracia, foi ruim não só pro país, mas ruim também pras forças de segurança, porque acabou manchando parte da história delas, porque atrelou novamente essas forças a uma tentativa de golpe no Brasil e até a um atentado terrorista no Brasil.

Então, o desafio que nós temos é muito grande: como fazer com que as forças de segurança voltem para o que é o papel dela, a segurança, porque o que nós tivemos, no último mandato, foi um presidente, o Jair Bolsonaro, que queria transformar polícias de Estado em milícias de governo. Era essa a intenção do Jair Bolsonaro: transformar polícias de Estado em milícias de governo, justamente por essa ideia de ideologizar as Forças Armadas. Quem perdeu, no fundo, foi o cidadão, mas também perdeu ou perderam as Forças Armadas no Brasil.

E aí sabemos que a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal foi presa e está presa, mas agora nós temos que estender isso pra outras forças de segurança no Brasil, envolvendo inclusive a alta cúpula do Exército Brasileiro, porque nós sabemos que essa tentativa de ideologizar as forças de segurança não se limitou à PM e transbordou pra outras forças. E, se nós temos um compromisso, de fato, com a segurança nacional, com a soberania do país, em construir uma nova realidade em que essas forças estejam pautadas para o interesse popular e não pra interesses escusos de governantes, cabe a essa CPMI investigar, aprofundar a investigação e chegar também aos responsáveis ligados ao Exército e a outras Forças Armadas.

Muito obrigada, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o próximo orador... É o Senador Sergio Moro, que não está presente.

Seria a Senadora Damares, que também não está presente.

Então, passo a palavra ao ilustre Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, antes só de começar, coronel, lhe fazer uma pergunta: o senhor mudou a sua forma de participar da CPI em relação à CPI dos Atos Antidemocráticos daqui, do Distrito Federal. Essa mudança de estratégia sua foi após serem divulgadas as conversas dentro do grupo e nos celulares do senhor e de outros coronéis?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mensagens de cunho totalmente golpista foram encontradas no seu telefone. Alguns Parlamentares aqui disseram, antes de mim, que acham normal; também têm grupos com esse tipo de conteúdo. Talvez seja por isso que alguns membros do Congresso Nacional também estão sendo investigados. Eu, por outro lado, acho incrivelmente bizarro naturalizar mensagens com esse tipo de conteúdo, em especial no telefone de autoridades públicas, que têm o dever de zelar pela Constituição e pelo Estado democrático de direito.

Portanto, não compactuarei com essas ideias de admitir aclamações e incitações a um golpe de Estado. Talvez isso seja realmente normal e caiba dentro de um grupo de WhatsApp de quem não respeita o Estado brasileiro e o seu povo ou de quem acredita que a Terra é plana, que a vacina transforma pessoas em jacaré, de quem fez campanhas dizendo que haveria banheiro unissex nas escolas de todo o país, entre outros delírios, mas não em grupos formados por pessoas corretas e justas.

No entanto, quando o senhor esteve lá, na CPI da Câmara Legislativa, esse conteúdo ainda não tinha saído para o grande público, e na ocasião o senhor atribuiu a responsabilidade do planejamento das ações para o dia 8 de janeiro ao DOP, que estava sob o comando do Coronel Paulo José. O senhor poderia... Era sob o comando do Coronel Paulo José que o DOP estava no dia 8 de janeiro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ele estava presente na reunião de planejamento, no dia 6 de janeiro?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Vou permanecer em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Conforme a ata e protocolo das ações integradas, o DOP estava representado nessa reunião pelo Coronel Casimiro e pelo Major Leandro. O senhor poderia me dizer quem são essas pessoas?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – "Coronel Casimiro" eu presumo que seja Marcelo Casimiro, estou correto?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Sim, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O mesmo Marcelo Casimiro que enviou uma mensagem com delírios jurídicos, que eu só me permito repetir aqui entre aspas: "Precisamos de uma intervenção federal, com a manutenção de Bolsonaro no Poder" – fecho aspas –, e comentou achar interessante essa explicação. E o senhor respondeu: "A cobra vai fumar [...] [comandante]". O qual também encaminhou um vídeo do ex-Presidente com a mensagem: "a cara de quem tem as cartas na manga". Estou correto?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Agora podemos entender, então, porque é que o senhor acusou o golpe... acusou o DOP, lá na CPI daqui, do Distrito Federal... acusou o DOP de não ter feito o planejamento devido, porque, afinal de contas, sabemos hoje que ele estava representado por um coronel da polícia que aclamava um golpe de Estado, e o senhor tinha conhecimento sobre tudo isso, uma vez que, no grupo de WhatsApp, eram recorrentes o assunto golpe de Estado e esses devaneios de pessoas golpistas.

Chegou-se a levantar a hipótese de que havia ocorrido conivência da PM do Distrito Federal nos atos antidemocráticos, como forma de demonstrar a falta de comando do senhor e, por consequência, derrubá-lo de seu cargo, mas suas mensagens demonstram o contrário: o senhor não é vítima; o senhor é sócio, partícipe.

No dia 13 de dezembro, o Coronel Casimiro – o mesmo de que estávamos falando anteriormente – enviou uma matéria que dizia: "Inércia da [...] [PM] durante atos terroristas gera crise na Secretaria de Segurança". O senhor respondeu: "Essa inércia restabeleceu a ordem e salvou vidas". Isso quer dizer que o senhor compactuava com a omissão da Polícia Militar do Distrito Federal?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Nas mensagens do grupo ADI/DOP, o evento era chamado de "Tomada pelo povo".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se dos nervos exaltados dos golpistas, dos princípios de tumulto. Mas, ainda assim, ao ver a notícia sobre o emprego da Força Nacional, tinha capitão dizendo que não iria permitir. O Capitão Flávio Alencar disse, entre aspas: "Não vou permitir a atuação da Força Nacional na nossa Esplanada, viu? Não vou autorizar", fecho aspas.

O senhor pode nos esclarecer só uma coisa: a atuação da PM, no dia 8 de janeiro, era pela manutenção da ordem ou pela promoção do caos?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça e Secretário de Segurança Pública à época do 8 de janeiro, veio a esta CPMI e, muito confuso, ora dizia que deixou um plano de segurança tão eficiente que seria capaz de conter tudo com exceção de uma bomba, ora dizia que não tinha ideia do que estava por vir. Bem, sabemos ao certo que ele gazeou o trabalho no dia 8 de janeiro, mas os senhores realizaram reunião pra montar o protocolo de ações integradas. Lá foi discutida a existência de áudios que falavam sobre a invasão dos prédios.

Por que é que o protocolo estudado na reunião do dia 6 se mostrou ineficiente?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Não adianta acusar outras forças, afinal de contas, conforme o documento elaborado pelos senhores, a responsabilidade de proteger a Esplanada e a Praça dos Três Poderes era, sempre foi e continuará sendo da PM do Distrito Federal. Inclusive, o capitão da PM afirmou que, como eu disse na pergunta passada, não permitiria, de forma alguma, a atuação da Força Nacional no dia 8 de janeiro.

Qual a opinião do senhor, pessoal, sobre os acampamentos extremistas em frente ao quartel do Exército?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor, ao prestar depoimento à Polícia Federal, dois dias após a sua primeira detenção, fez graves acusações ao Exército. O relatório produzido pela Polícia Militar datado do dia 15 de janeiro também conta que houve um impedimento do Exército de desmontar o acampamento em frente ao quartel-general, acampamento de onde havia planejamento para os atos antidemocráticos e o clamor para um golpe de Estado, tramoias para explosão de uma bomba no aeroporto, na noite de Natal.

O senhor confirma que houve tentativa da PM do Distrito Federal de desmontar o acampamento?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O que motivava o interesse de desmobilização do acampamento por parte da polícia do Distrito Federal?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor pode citar o nome de quem, em algum momento, impediu a desmobilização?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Quais medidas foram adotadas pelo senhor e a PM? Quais medidas o senhor e a PM tentaram adotar e que foram impedidas ou não adotadas no cumprimento do planejamento?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu acabei as minhas perguntas.

Eu confesso, Coronel, que vim aqui no espírito, achando que iria ouvi-lo como testemunha, como o senhor já falou em outras ocasiões, mas, realmente, depois que saíram a público as conversas, no WhatsApp do senhor, de outros coronéis, nos grupos de que o senhor fazia parte, ficaria muito complicado o senhor vir aqui na condição de testemunha.

O senhor é investigado por essa tentativa de golpe de Estado e é uma tentativa muito clara, está muito certo de que tudo isso estruturado passou nas mãos da Polícia Militar do Distrito Federal, da qual o senhor era o comandante, no dia 8 de janeiro.

Então, eu acho que fica o lamento da sua não participação como testemunha, mas, a cada dia que passa, Presidente Arthur, eu fico mais feliz com o andamento da CPMI, que tem jogado um holofote de luz em cantos escusos e obscuros em toda essa investigação de tudo que aconteceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que seria o Deputado Paulo Magalhães, que na ausência, eu passo ao seguinte, que é o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interperlar.) – Eu gostaria de pedir para que colocassem a apresentação que nós preparamos.

Sr. Presidente e depoente Fábio, é com tristeza que eu vejo essa sua mudança de postura, porque, na CPI do Distrito Federal, o senhor respondeu a todos os questionamentos, e aqui, na nossa CPMI, do Congresso Nacional, dos Deputados e Senadores, o senhor simplesmente fica em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Óbvio, é um direito constitucional que o senhor tem, mas seria uma oportunidade para esclarecer inúmeros fatos.

Então, eu resolvi, Sr. Presidente, trazer aqui alguns fatos que foram ditos pelo ex-Comandante Fábio, no depoimento que ele deu na Câmara Legislativa daqui, do Distrito Federal.

Em relação ao dia 12 de dezembro, é importante que a gente relembre aquilo que nós já falamos aqui, no Plenário desta CPMI. Abro aspas: "A Polícia Federal decidiu cumprir um mandado, sem comunicar à secretaria (de Segurança Pública) e às forças de segurança e não avaliou os reflexos que poderiam ocorrer com aquela operação". O óbvio. A Polícia Federal simplesmente resolveu prender um índio dentro de um ônibus que estava em movimento, parou o ônibus que estava em movimento, prendeu o índio, e era óbvio que isso iria gerar um clamor popular, pelo menos das pessoas que estavam ali dentro daquele ônibus.

Isso quem disse foi o Fábio, ora depoente, na CPI do Distrito Federal.

Pode passar, por favor.

Agora, vamos fazer um histórico, por ordem cronológica, como nós temos feito aqui, nesta CPMI.

No dia 6 de janeiro, nós tivemos a reunião do PAI, o Plano de Ações Integradas. E abro aspas mais uma vez para a fala do Fábio: "Segundo informações do interventor, esse plano não foi elaborado... Eu tomei conhecimento, após o plano do interventor, [Sr.] (Ricardo Cappelli), que não teria sido feito... Não é normal". O que o Fábio dizia naquele momento? Que foi feito o PAI, mas precisaria ser feita pelo DOP a operacionalização daquilo que o PAI previu, e que essa operacionalização não foi feita pelo DOP. E aí eu pergunto: Quem era o responsável pela realização do plano operacional, após a reunião do PAI? Quem estava à frente do DOP?

O Coronel Paulo José, que estava à frente do DOP, seria o responsável por ter feito essa operacionalização, Fábio?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Coronel Klepter, que era o Subcomandante da Polícia Militar, também tem responsabilidade por não fazer esse plano operacional em decorrência do PAI?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu quero lembrar, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, que o Coronel Naime, naquele momento, já estava de férias desde o dia 2 ou 3 de janeiro, e quem estava respondendo pelo DOP era o Coronel Paulo José, que deveria ter feito esse plano que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comandante Fábio disse que não foi feito, e que deveria ter sido cobrado pelo Coronel Klepter sobre esse plano que não foi feito. Pode passar, Sr. Presidente.

Em relação ao dia 7 de janeiro, um dia antes dos atos de vandalismo do dia 8, abro aspas, mais uma vez, para o depoimento do Fábio:

Conversei com o Coronel Paulo José no sábado para aumentar o efetivo. O que eu detectei [...] lá [no dia] (8 de janeiro), de manhã havia um efetivo mais suficiente. Até às 11h da manhã, o acampamento não sabia que ia descer [...]... De manhã, quando eu cheguei lá, eles me informaram que havia uma... [não seguiu o raciocínio] O próprio Coronel Casimiro chegou a comentar que havia uma média de 550 a 600 policiais militares e que depois chegariam mais policiais.

Quem disse isso não fui eu; foi o Fábio, na CPI do Distrito Federal. Só que, segundo informações que esta CPMI recebeu, à tarde, no dia 8 de janeiro, a Polícia Militar disponibilizou em torno de 200 soldados. Então, houve uma desmobilização de policiais militares de manhã em relação à tarde.

O Comandante Fábio disse que tinha, de manhã, de 550 a 600 policiais, Presidente, só que à tarde só tinham 200. Então, quem desmobilizou, Comandante Fábio, os policiais?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Pode passar. *(Pausa.)*

Pode passar.

No dia 7 de janeiro ainda, o que ficou claro para todo mundo aqui é que os policiais ficaram em casa, porque houve uma ordem de deixar os policiais de sobreaviso, que é diferente de prontidão: de prontidão, eles ficariam aquartelados, prontos para serem acionados; de sobreaviso, cada um ficou dentro de sua casa. E aí nós temos acesso a uma mensagem que o Fábio, então comandante da polícia, encaminhou para o Klepter, no dia 7 de janeiro, determinando que os policiais ficassem de sobreaviso. E, ato contínuo, o Klepter encaminha a ordem de sobreaviso para os demais oficiais.

Então, a ordem de sobreaviso, Fábio, partiu do senhor, foi para o Klepter, que foi replicada para toda a tropa, ordem essa que causou um prejuízo monumental, porque, até os policiais se mobilizarem e chegarem à Esplanada dos Ministérios, já tinha tido todo o quebra-quebra.

Pode passar.

Em relação ao baixo efetivo da Polícia Legislativa e da Polícia do Judiciário, o senhor disse, na CPI do Distrito Federal, que se deparou com um baixo número de policiais legislativos no Congresso Nacional, bem como um baixo número de policiais no Judiciário. Mas aqui eu quero lembrar – pode



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar o eslaide – que a Abin produziu dois informes de inteligência, um no dia 6 e outro no dia 7. Esses dois informes... Produziu mais, aliás. Mas esses dois informes especificamente afirmam, categoricamente, que haveria invasão do Congresso Nacional e de outros prédios públicos na Esplanada dos Ministérios. Mas, coincidentemente, Sr. Presidente, nenhum desses dois informes foi mandado nem para a Polícia Legislativa nem para a Polícia do Judiciário; ou seja, a Abin escolheu não notificar a Polícia Legislativa e a Abin escolheu não notificar a Polícia do Supremo Tribunal Federal de que haveria manifestações com impacto de invasão nos prédios. Estão ali os destinatários dos informes: não consta nem o representante da Câmara dos Deputados, nem do Senado Federal, nem do Supremo Tribunal Federal.

Então, a Abin sabia o que ia acontecer, e não notificou as vítimas.

Pode passar.

Em relação às ligações telefônicas, o Sr. Fábio, no depoimento dele, disse que o Naime relatou a ele que recebeu uma ligação naquele momento, dizendo e pedindo para o Naime sair da Esplanada dos Ministérios para que o Naime não estivesse no teatro das operações no dia 8. O senhor sabe quem ligou para o Naime?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Pode passar. *(Pausa.)*

Pode passar.

Agora, é curioso a gente ver as mensagens, Sr. Presidente, trocadas entre o Saulo, Chefe da Abin, e o Leonardo Singer, que era uma espécie de subchefe da Abin naquele momento, em que o Leonardo diz o seguinte: "G. Dias está sendo fortemente atacado [...]. Nós apareceremos de tabela. [A] Narrativa pode mudar contra nós". E o Saulo responde: "Sim". O Leonardo prossegue: "Saulo, precisamos nos blindar de todas as formas, mas sem relar no G. Dias. Recomendo conseguir um espaço com algum figurão do [...] [Ministério da Justiça] ou assessoria do Alexandre de Moraes [...] [e] entregar o trabalho todo".

Pode passar.

Saulo continua: "O [...] [Ministro da Justiça] já estava sabendo, mas temos que reforçar". O Chefe da Abin diz que o Ministro da Justiça já estava sabendo. Sabendo o quê? Que aconteceriam as invasões? O Leonardo prossegue: "Pois é. [...] [Mas] para proteger a agência de qualquer ilação ou ataques estranhos. Estávamos sabendo também que o povo desceria a Esplanada para vandalizar"...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... "mas temos um material que está ficando quente demais nas nossas mãos. Temos que entregar, de preferência a uma autoridade que nos dê suporte posteriormente".

Ou seja, a Abin sabia do que ia acontecer. Que material é esse que estava quente demais na mão da Abin, Sr. Presidente? O Ministro da Justiça sabia, segundo o próprio Saulo.

Pode passar.

No dia 10 de janeiro, o Sr. Fábio é preso. No mesmo dia 10 de janeiro, o Saulo, Chefe da Abin, diz: "E eu estou administrando com Andrei [Chefe da Polícia Federal] uma saída para tirar o comandante da PM da cadeia porque ele não tem responsabilidade direta".

Olha a ingerência da Abin ao Andrei, Chefe da Polícia Federal, construindo uma narrativa... Que é aquilo que eu tenho dito desde o início: o dia 8 – e o que procedeu depois do dia 8 – é a construção de uma narrativa feita pelos órgãos de Estado.

Pode prosseguir.

E me concede só mais um minuto, só para finalizar o raciocínio, Sr. Presidente.

O relatório do Cappelli. Ele inocenta o ex-Comandante Fábio no dia 27 de janeiro.

Pode prosseguir.

No dia 3 de fevereiro, alguns dias depois do relatório do Cappelli, o Fábio foi solto por determinação do Ministro Alexandre de Moraes e, quatro dias depois, o Coronel Naime foi preso.

Pode passar.

Fica cada vez mais claro, Sr. Presidente, que o Cappelli – e digo isso com todas as letras, porque está ficando claro, para todo mundo ver – o Cappelli está induzindo o Judiciário a erro. O Cappelli está induzindo o Ministro Alexandre de Moraes a erro. O Cappelli está fazendo e promovendo uma investigação que não é séria; está promovendo uma investigação que, na verdade, é uma construção de narrativa contra opositores políticos deste Governo. O Cappelli inocenta o Fábio, no relatório dele, que hoje está preso. Fábio que deu a determinação para que os policiais ficassem em suas casas no dia 8; deu essa determinação para o Comandante Klepter, que, por sua vez, replicou para toda a tropa da Polícia Militar. O Klepter foi promovido pelo Cappelli. O Fábio foi inocentado no relatório do Cappelli. O Paulo José, que era quem estava à frente do DOP e que deveria ter feito o plano, segundo o próprio Fábio, foi também inocentado pelo Cappelli no relatório da intervenção federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está ficando claro para todo mundo: aqueles que deram ordem para a Polícia Militar ficar em suas casas foram ou inocentados pelo Cappelli ou foram promovidos. E o Coronel Naime, que estava de férias desde o dia 2 de janeiro, está preso e continua preso.

Sr. Presidente, nós, ao contrário da investigação que está sendo conduzida e que foi conduzida pelo Cappelli, temos que fazer e estamos no caminho de fazer uma investigação séria como nós temos feito. Não podemos mais permitir que o Cappelli continue induzindo o Judiciário a erro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

O próximo orador é o Senador Jorge Seif, que não está presente.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Estou aqui, ó. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor veja, Senador, a palavra do Deputado Filipe Barros é tão eloquente que conseguiu transformar o senhor em uma figura invisível. Eu aqui, olhando para ele... O senhor, com essa figura tão imponente, me perdoe.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu, primeiramente, quero agradecer ao senhor pela paciência, pelo pulso firme com que tem conduzido esta CPMI e, acima de tudo, por um bom senso e um senso de justiça de dar vez e dar voz a nós da Oposição.

Sr. Presidente, eu quero relembrar ao senhor...

Boa tarde, Comandante Fábio Augusto; boa tarde, Dr. João Paulo.

Sr. Presidente, eu quero relembrar ao senhor e a todo o Brasil que está nos acompanhando... Olha que fato interessante e como nós, enquanto Parlamentares, estamos sendo desrespeitados, enquanto Parlamentares, enquanto Casa do povo, enquanto Casa dos estados e, também, enquanto uma Comissão de investigação. Sete requerimentos, Sr. Presidente, solicitando imagens do Ministério da Justiça, foram aprovados aqui. O Ministro Alexandre de Moraes, o temido Alexandre de Moraes determinou, no dia 7 de agosto, que o Ministério da Justiça entregasse as imagens. O ministério entregou duas imagens capengas, duas imagens sem pé nem cabeça, descoordenadas e insuficientes, porque nós já sabemos que o Ministério da Justiça tem câmera para tudo que é lado, em tudo que é andar, de cima para baixo, de baixo para cima, lá em cima da bandeira, tem tudo.

Nós da Oposição, no dia 22 de agosto, impetramos um mandato de segurança no STJ pedindo que as imagens fossem encaminhadas para a CPMI. E, no mesmo dia 23 de agosto, Sr. Presidente, a Relatora, a Exma. Ministra do STJ Regina Helena Costa oficiou o Ministério da Justiça para que tomasse as providências e entregasse, finalmente, as imagens que elucidam, Sr. Presidente... E até agora nada. Já se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe, já se comenta – porque em Brasília não tem segredo, e o senhor sabe bem – que as imagens foram substituídas por outras gravações. Será que foi proposital, Sr. Presidente?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

E, na verdade, o que nós queríamos com essas imagens? Basicamente – basicamente –, mostrar que a Força Nacional, sob o comando do Ministério da Justiça, no caso, do Ministro Flávio Dino, estava de plantão. Conforme palavras do Comandante Fábio Augusto, cerca de 240 homens de braços cruzados, deixando Brasília pegar fogo, deixando Brasília ser depredada.

Muito bem já explanado, Sr. Presidente, pelo meu colega, Senador pelo Estado de Santa Catarina, Espiridião Amin, e agora pelas palavras do que diz aqui o meu irmão gêmeo Filipe Barros – mas ele é muito mais bonito do que eu, viu, Presidente?

Mas, já que nós não temos e que esta CPMI, Sr. Presidente, é para blindar Flávio Dino, é para proteger Flávio Dino, suas omissões, seus braços cruzados, nós temos que virar agentes secretos e começar a investigar, pesquisar na internet, e fazer um grande trabalho – sabe, Comandante? –, buscando a verdade. Buscando, por exemplo, Comandante Fábio Augusto, que várias operações da Força Nacional já foram acionadas sem qualquer comando do Governador do DF, que isso é uma das desculpas que eles estão falando, que a Guarda Nacional estava ali, mas precisava de uma determinação do Ibaneis, querendo colocar tudo no de vocês, na PMDF, e, logicamente, no Governador Ibaneis. E eu até sugiro, Sr. Presidente, que o Governador Ibaneis se manifeste. Ele não pode ficar calado. Estão colocando toda a culpa na Polícia Militar do Distrito Federal. Ele precisa se manifestar, para o bem dele e para que, acima de tudo, a verdade realmente apareça.

Como mentira não se sustenta e tem perna curta, tem aqui... Ofício nº 48, do próprio Flávio Dino, que ele, no vídeo aí que o Esperidião mostrou, dizendo que era "mítico informe da Abin", que já foi demonstrado. Olha aqui: "Sugerimos que V. Exa. [...] a atuação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal [...] bloquear a circulação..." etc. Isso aqui sabe quando foi, Sr. Presidente? No dia 7 de janeiro, véspera da tragédia.

E o Ofício 5, de 2023, do Andrei Augusto Passos Rodrigues... Conhece, Sr. Comandante? Andrei Augusto Passos Rodrigues, Delegado da Polícia Federal, que, entre coisas, Sr. Presidente, diz assim, ó: "E há informações de que teriam intenção de se deslocar até a Esplanada entre hoje e amanhã [entre 7 e 8], para prosseguir atos antidemocráticos. O grupo pretende promover ações hostis e danos contra prédios e ministérios, Congresso Nacional". Ou seja, Flávio Dino estava ciente, Sr. Presidente.

Já que o que ele esconde diz respeito a Parlamentar, diz respeito à CPMI, diz respeito a ministro do Supremo Tribunal Federal e diz respeito a ministro do STJ, eu peço, por gentileza... Porque nós, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazemos aqui um papel de Sherlock Holmes à brasileira, conseguimos algumas imagens da Força Nacional de braços cruzados, enquanto Brasília era destruída.

Por gentileza.

Olha lá: que lindo! Força Nacional. Escudo, capacete, arma, não sei mais o que, olhando, contemplando a beleza dos atos de destruição. Olha... Conversando... Vejam... Vai vendo, que tem mais. Olha... Olha lá! Olha lá! Todo mundo de "escudinho" no chão, que coisa linda! Que omissão clara...

As imagens que o Flávio Dino quer esconder a gente consegue. Nós somos brasileiros e não desistimos nunca, Sr. Presidente. Vai vendo, Sr. Presidente, as imagens que ele quer esconder. Ministro Alexandre de Moraes, olha isso, Ministro! Olha o que que o Flávio Dino está escondendo e o que essa CPMI está blindado, Ministro! Olha lá! Está vendo aquele ônibus preto lá? Força Nacional. Todo mundo mobilizado, o pau já começando a cantar, e eles lá contemplando as maravilhas da destruição, contemplando, pra jogar a culpa no Bolsonaro, que estava fora do Brasil.

Então, Sr. Presidente, já que o Flávio Dino não mostra as imagens, sabe qual a conclusão a que eu chego? A Força Nacional estava no Ministério da Justiça para fazer a segurança de Flávio Dino, e não para proteger patrimônio público, Congresso Nacional, Presidência da República e Supremo Tribunal Federal.

E, com essas palavras e com tantas decisões, inclusive judiciais, nós pedimos que ele faça o que nós já sabemos que ele vai fazer: dizer que as imagens foram deletadas. Não sei por quê, né? Talvez pra cobrir as suas omissões e o braço cruzado dele e da Força Nacional, porque bastava um comando, bastava coragem pra dar um comando, Presidente: "Força Nacional, estão quebrando o Brasil, estão quebrando as sedes dos três Poderes, estão invadindo Brasília. Ajam!". E eles lá parados igual a um dois de paus pra proteger Flávio Dino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

O próximo orador inscrito é o Senador Fabiano Contarato. *(Pausa.)*

Não está presente.

O Deputado Aluisio Mendes também não está presente.

Eu passo a palavra ao Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está cada vez mais claro que o 8 de janeiro foi todo... Antes, pensávamos que tinha sido apenas um caso de omissão, mas agora está ficando claro que foi todo arquitetado, apesar de todo o esforço que o Governo vem fazendo para tentar mentir, omitir, a bancada do Maranhão que foi colocada, escolhida a dedo pra participar dessa Comissão e pra blindar Flávio Dino, a própria Relatora, escolhida pelo Governo e pelo Dino para estar aqui blindando o Ministro da Justiça, que é um dado que eu prefiro acreditar que seja uma mera coincidência.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do dia 8 de janeiro, essa, que eu propus, foi instalada no dia 25 de maio. No dia 1º de junho, a Relatora, do Dino, do Governo, apresentou o seu plano de trabalho. No dia 1º de junho, a Relatora, do Dino, também conseguiu emplacar a irmã dela na Superintendência da Pesca e Agricultura no Maranhão – no mesmo dia.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Coincidência.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – É uma coincidência. Eu não estou fazendo acusação, não quero acreditar que tenha alguma ligação, mas é muito estranho. Eu não estou falando de um dia depois, dois dias depois, três... Não, no dia: pá, apresenta o plano de trabalho, ganha cargo pra irmã. Estranho, mas eu prefiro acreditar que é só uma coincidência.

Sr. Presidente, o Brasil todo pergunta: "E as imagens do Ministério da Justiça?". Aliás, o Ministro Alexandre de Moraes não determinou que todas as imagens fossem compartilhadas? Até quando o Ministro da Justiça vai ficar empurrando com a barriga? Não foi piada, tá? Ele vai ficar empurrando? Vai ficar empurrando pra frente sem dar uma satisfação para esta Comissão? Até quando nós vamos ficar aqui sem entender por que essas simples imagens não chegaram a esta Comissão?

Eu me sinto muito desrespeitado, porque foi difícil. Vejo o trabalho de V. Exa. de tentar sempre pautar requerimento de ambos os lados – parabeno-o por isso, sempre parabenei, desde a instalação desta CPMI –, mas foi difícil. Depois, o Governo se revoltou, não percebeu que tínhamos aprovado alguns requerimentos. Queria voltar atrás. Não queria trazer G. Dias, não queria quebrar sigilo, não queria pedir as imagens. Ainda assim, conseguimos.

E, aí, o Ministro, pra tentar se esquivar, diz: "Não, eu vou...". Em vez de só mandar pra esta CPMI o que já foi determinado, foi aprovado – e a gente tem força de polícia –, ele se esquia da culpa, tira o dele da reta, como a gente fala no Ceará, aí, vai perguntar pra Alexandre de Moraes se pode mandar. Alexandre de Moraes diz: "Não tenho nada a ver com isso. Ó, a CPMI aprovou. Tem as imagens? Mande todas". Aí, vai, o Ministro da Justiça não assina, enviando pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e coloca a Polícia Federal pra assinar, enviando imagem de duas câmeras – duas câmeras –, mais uma vez, tirando a culpa dele. Coloca a Polícia Federal pra assinar e pra enviar pra esta Comissão. Inclusive, a mesma Polícia Federal que tem alguém no comando que torce pela prisão do Bolsonaro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero acreditar também que tenha algum tipo de perseguição, atual, na Polícia Federal, eu não quero acreditar, apesar de a Polícia Federal ter concluído que eu cometi um crime porque eu fiz um tuíte criticando o ativismo judicial, a mesma Polícia Federal que está olhando, está atuando no cartão de vacina, na suposta venda de joia, em pessoas ligadas ao 8 de janeiro e está deixando o tráfico, o crime organizado de lado – isso aí não importa mais. Caso de corrupção ficou no passado – "não vou mexer nisso, não".

A Polícia Federal tem um objetivo: sangrar o Bolsonaro antes de pedir a prisão ao Alexandre de Moraes, a prisão do Bolsonaro. Bom, não é o Deputado André Fernandes que está falando. Não quero – repito, Presidente: não quero – acreditar que tenha alguma ligação. Desde o começo da fala, eu estou falando apenas de coincidências.

Vai o Ministro da Justiça e manda a Polícia Federal assinar o envio dessas duas câmeras. A Comissão responde: "A gente não pediu imagem de duas câmeras; a gente quer todas as imagens do Ministério da Justiça, e não só do que acontecia no estacionamento".

Por que a recusa? O que aconteceu dentro do Ministério da Justiça? Com quem o Ministro da Justiça esteve reunido? Quem esteve dentro do Ministério da Justiça? Com quem o Ministro da Justiça estava lá, de camarote, assistindo aos ataques de vandalismo do 8 de janeiro?

Sr. Presidente, é um desrespeito com todos esses Parlamentares. Nós aprovamos. E vai ficar por isso? Obviamente, se o senhor perguntar: "Deputado, o que você quer que façamos?". Ao meu ver, mandado de busca e apreensão. Sei lá, junta a Polícia – a Federal não, porque tem dono – Legislativa do Senado, manda lá buscar essas imagens. Nós não aprovamos? Ou pelo menos, Presidente, na pior das hipóteses que o Ministro da Justiça venha e assuma a sua culpa. Por que dizer que... Pelo menos, nos bastidores, o que está rolando, acontecendo, o que a gente escuta falar, os bastidores, o que se escuta falar é que, após o 8 de janeiro, chegou um tal de um delegado no Ministério da Justiça e recolheu todas as imagens de todas as câmeras, e o Ministro não tem mais essas imagens. O nome do delegado ninguém sabe. As imagens do delegado chegando lá para pedir essas imagens ninguém tem. E é muito estranho chegar uma pessoa, um policial, um delegado, coletar toda as imagens: "Não, eu estou vindo aqui a mando, sei lá, de quem...". E não tem mais essas imagens? Esse é o boato que rola nos corredores.

Agora, eu quero saber, Presidente, quando é que o Ministro da Justiça vai assinar e vai dizer de fato: "Não temos mais essas imagens. Papai Noel passou, e buscou, e coletou. Não temos mais". Qual a resposta vai ser dada? Afinal, estamos, desde o começo desta CPMI, nos aproximando de quem realmente se beneficiou e participou do 8 de janeiro, e, com uma simples peça que, nesse caso, é fundamental, o Ministro da Justiça não está cooperando. Está obstruindo a Justiça? O que é que está acontecendo? E, daqui a pouco, vamos ter que aprovar um requerimento destinado ao Ministro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre de Moraes pedindo para o Ministro Alexandre de Moraes solicitar ao Ministro da Justiça? Isso é um desrespeito.

E, se a partir de agora, todas as vezes em que tivermos que aprovar diligências... Nem adianta mais – nem adianta mais – aprovar, direcionado a um órgão, a um departamento, a uma pessoa, porque agora a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito virou puxadinho de ministro do STF: "Não tem o que fazer porque o Moraes já determinou" – e, mesmo assim, ele não está cumprindo.

Tá, e aí? Acabou então a Comissão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Recorrer a quem, não é?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Aliás, dizem que a ditadura do Judiciário é a pior, porque a ela ninguém consegue recorrer.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas e aí? Certo, o Moraes determinou, estamos chegando perto do culpado. E aí? Acabou a Comissão?

Presidente, como membro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu peço humildemente que o senhor insista e que tome providências – eu não sei quais. É estranho estarmos vivendo este tempo onde a gente tem que pedir pro Ministro fazer algo: "Mas não sei o que fazer!". Mas temos que fazer algo, Sr. Presidente! É um desrespeito com este Parlamento, é um desrespeito com V. Exa. que está sentado nessa Presidência, que tenta conduzir de forma honesta, com a Oposição e com a base. Aprova, e o pessoal, ó, ignora...

Presidente, solicitamos providências!

E, de todo modo, para finalizar, mais uma vez o parabenizo pela condução até hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado André Fernandes.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, senhores ausentes, quero cumprimentá-los, porque isso vai para a rede social, não é? Então, cumprimento os ausentes, que estão sempre presentes, conforme o endereço ou o interesse de cada um.

Mas eu quero começar aqui registrando, fazendo um registro da história até para os mais novos que estão aqui. Para V. Exa. não há novidade nenhuma no que vou falar: o último discurso de Antonio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Magalhães nesta Casa, quando eu tinha 13 anos, em Itapetinga, Deputado Arthur; quando nasceram meus dentes, ACM já era ACM, jogo bruto. Ele faz o último discurso, nesta Casa, profetizando estes dias – por falar em dias, estamos precisando ouvir G. Dias, não é? –, estes dias tão tenebrosos e difíceis que nós estamos vivendo.

Quando nós falamos no Judiciário, quanto a nós aqui no Senado – e eu cheguei agora –, a cobrança tem que ser maior sobre os outros, porque, nos 16 anos em que passei aqui, passei pelo menos dez repetindo a mesma coisa. É só pegar um discurso meu que vão ter três coisas no meu discurso, ao longo da minha vida aqui: Deus, eu falo na Bíblia toda vez; D. Dadá, minha mãe – D. Dadá –; e o ativismo judicial. E, agora, eu preciso falar é desta Casa, porque contra o ativismo judicial só existe um remédio constitucional que é o Senado Federal. Uma frase do Presidente desta Casa, falando de invasão de Poderes, já mexeu com o formigueiro contra ele – não é? –, contra o Pacheco. E que Deus dê a ele mais ânimo para poder levantar a voz, porque essa obrigação constitucional é dele.

O instituto CPI ou CPMI está se acabando nesta legislatura, que tem apenas seis meses, porque esse instituto tão valioso, que é instrumento de minoria, torna-se um puxadinho de uma Suprema Corte que está acima das nuvens. Mas, mesmo assim, essa Suprema Corte, sendo solicitada, solicitou que alguém que está debaixo da autoridade deles – e eu não sei, porque constitucionalmente isso não existe – cumprisse o seu dever e o seu papel, estava falando o Deputado André Fernandes, papel que não foi cumprido.

Eu me lembro de Antonio Carlos fazendo o discurso, mas me lembro dele, na tribuna, todo dia – eu até printei aqui para eu não me esquecer, já de saudosa memória, morre aos 73 anos de idade Geraldo Brindeiro, que ACM chamava de engavetador da República.

Mas era todo dia: subia com aquele nariz empinado dele, aquela força dele, olhar fixo, voz firme. Aliás, V. Exa. vive na Bahia, foi Prefeito de Bom Jesus da Lapa, a terra dos romeiros. V. Exa. é baiano e sabe que até hoje o que de fato, estrutural, existe na Bahia, ainda foi ACM. Poderíamos dizer que o que está no entorno ainda é perfumaria, porque o estrutural foi feito por ACM.

Se esse pessoal do mi-mi-mi hoje... Esse pessoal do mi-mi-mi aqui está tudo espancando o Zanin agora, nas redes sociais, vocês sabem, não é? O Zanin está apanhando agora. O PT não gosta mais dele, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, nem o PSOL, odeiam-no, estão tudo... Eles não têm é como processá-lo, porque vai recorrer para ele mesmo, não é?

Mas estão tudo chateados, porque Zanin votou contra colocar LGBTQIA+ no crime de racismo. Eu pergunto a V. Exa.: Sivuca pediu para nascer albino? Alguém pediu para nascer oriental? Alguém pediu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nascer negro? Não. Você cometer um crime contra uma pessoa dessa, discriminá-la, você tem que responder, mas porque aqui, no Parlamento, que é majoritariamente cristão – o país é majoritariamente cristão –, não passa; judicializa. Aí ele tomou a decisão e está apanhando.

V. Exa., eu quero falar sobre o Geraldo Brindeiro. Geraldo Brindeiro, V. Exa., era o engavetador da República. Quero dizer a V. Exa. que quando a CPI do Narcotráfico foi instalada, acho que V. Exa. não estava no Parlamento como Deputado Federal, assistiu de longe, era Presidente da Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. nos deu o prazer de ir na Assembleia Legislativa da Bahia.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu fui à Assembleia Legislativa da Bahia, é verdade.

O Ministro da Justiça, Renan Calheiros, foi chamado pela CPI para ir à CPI. Ele só respondeu, Flávio, dizendo que estava à disposição. O Ministro veio já com ativismo judicial naquela ocasião, e eu não podia falar, mas ACM falava, porque ACM fez a CPI do Judiciário. Ele peitou e fez a CPI do Judiciário, tanto que ele achou Lalau, ele achou Luiz Estevão e, na construção do TRT de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Lalau.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Lalau, nascido na ousadia, descoberto na ousadia de ACM.

Quando Renan Calheiros vem, como Ministro da Justiça, à CPI, a gente consegue libertar o Acre da família Pascoal. O homem da motosserra, o homem que serrava, destruía vidas, porque o Ministro veio. Só do Governador que foi assassinado do Acre tinha engavetados aqui 12 CPFs – 12. Hildebrando Pascoal nem se fale; aí é uma história para o Brasil Paralelo contar, a Netflix contar.

Eu até me admiro que eles fizeram sobre a violência e o crescimento da violência do Brasil e não leram, Flávio, o relatório da CPI do Narcotráfico, porque nem tocaram nessas figuras que tocavam o terror, de fato, nos seus estados.

Mas o que vemos aqui é um Ministro da Justiça correndo e sendo protegido. Correndo e sendo protegido, quando, na verdade, ele poderia vir e dizer – as imagens estão aqui –, porque todas as imagens feitas, eles sabem quem quebrou, quem não quebrou, quem é infiltrado, quem não é infiltrado, eles sabem de tudo! Dizer que não sabe de nada? Morde aqui, para ver se sai leite. Sabem de tudo!

Então, ao se protegerem, jogaram tudo no colo da PM de Brasília – Brasília, e o Governador é o culpado. O Governador até cometeu um erro, na minha visão, não sou conselheiro dele, de no dia seguinte assinar o recibo e pedir perdão para Lula e para Alexandre Moraes. Ele não tinha que fazer nada disso.

(*Soa a campanha.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ele foi eleito pelo voto popular.

Mas aí, fragilizou e nós temos quase que uma tropa presa, porque o Governo Federal, o seu GSI, a sua inteligência, os homens do Governo Federal... o Ministro da Justiça está cheio de imagens, porque ninguém colocou aqui. Vamos esperar o momento certo. Onde está o Flávio Dino? Duas imagens de lugares queimados sem pessoas, com pessoas circulando. Então, Sr. Presidente, a vinda do Ministro da Justiça aqui seria esclarecedora, mas aí tem que fazer relação com história de joia, que Bolsonaro está vendendo joia para financiar o golpe. Que joia que Bolsonaro está vendendo para poder financiar golpe, pelo amor de Deus, gente?

Aliás, eu estou colhendo assinatura para CPI dos 11 contêineres do Lula. Fique à vontade quem não assinou ainda. Eu sei que vocês já assinaram, porque nós vamos saber para onde foram as joias. Vamos saber para onde foram as joias que ele recebeu. A gente aproveita e faz as de Dilma também – porque eles agora estão querendo desimpitimar a Dilma. Eles vão sair convencendo Deputado por Deputado, Senador por Senador, e eu estou pronto para receber a visita de quem vai me convencer que Dilma não cometeu o crime de pedalada fiscal.

De maneira, Sr. Presidente, que é ridículo isso, tentar colocar tudo, tudo no colo da PM e do Governo do Distrito Federal. Tem culpa? Tem? Não tinha um plano? Sei lá, não tinha? Mas só eles? Só eles? Vamos pegar aqui o celular deles, vamos destrinchar, vamos pegar tudo que eles conversaram e vamos falar lá na CPI.

Nós vamos sempre comendo o tempo, é sempre na terça-feira; na quinta é mais ou menos; eu espero que seja bem na próxima quinta-feira – que seja bem na próxima quinta-feira! Para a gente apurar responsabilidades, porque, no final – no final, Sr. Presidente –, quem fala no final é o Presidente, quando encerra. A Relatora dá a sua versão. Infelizmente, a minha amiga Eliziane já disse como será o final. Ela já começou no primeiro dia no plano de trabalho, no plano de trabalho, na tentativa de golpe, já disse.

E V. Exa. sabe que se o nosso Judiciário estivesse agindo no seu normal, juridicamente, essa afirmação já tinha inviabilizado tudo que está acontecendo aqui, juridicamente.

Porque, na condição de juiz, os dois, na condição de...

Acabou, mas ele é benevolente, porque ele passou uns dias aí com raiva de mim, ele vai me deixar falar mais 30 segundos. *(Risos.)*

Eu estou aqui só com o olho na boca, ela falando e eu olhando aqui.

Sr. Presidente, porque, no final, tem que ter uma resposta contundente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma senhora – só sobrou uma, Senadora Eliziane – chamada Dirce. Dona Dirce é uma cabeleireira de quase 70 anos, e eu acho que houve um erro nessa última saída de todas, e ela foi a única que ficou – um erro no nome dela. Ela está sozinha, ela não está no isolamento, ou seja, ela não está na solitária, porque também não podem colocá-la no meio das outras presas, que respondem por crime de tráfico, por crime de assassinato, mas, neste momento, está vivendo um trauma emocional. Nenhuma delas foi ouvida. A Senadora toparia ouvir a Dona Dirce na quinta-feira? Quem sabe ela falasse em nome de todas? Porque ninguém foi ouvido. Como é que você é parte de um processo, toma um processo na cara, toma uma torção de tornozelo na cara... Tem as câmeras, você sabe quem foi e quem não foi, pelo amor de Deus. Se tivessem entregado as imagens, isso tudo estaria resolvido. Porque quem vandalizou paga, quem não vandalizou precisa receber um pedido de desculpas e ser respeitado.

Por isso, Sr. Presidente, eu espero, eu espero, ainda tenho esperança de que, até o dia de encerrar esta CPI, nós possamos trazer à luz, às claras... E que o Ministro Flávio Dino, o Ministro Flávio Dino, volto a repetir... Não falo isso com rancor, porque não guardo; nem com ódio, porque não guardo; até porque com ele eu não tenho nem direito, com o Dino eu não tenho nem direito de ter nada disso, porque estive com ele no momento mais duro da vida dele, com ele e com a família dele. Mas essa estratégia está errada e a história vai dizer. Querer colocar tudo no colo da PM do Distrito Federal é uma grande covardia.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Magno.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sr. Coronel Fábio, Sr. João Paulo Boaventura, que está aqui na defesa do Coronel. Vou pegar um gancho aqui no que disse o Senador Magno Malta, porque está muito claro qual é a estratégia do Governo Lula...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Daqui a pouquinho; daqui a pouquinho; daqui a pouquinho.

... muito claro qual é a estratégia do Governo Lula, de blindar a cúpula do seu Governo, blindar Flávio Dino, blindar o interventor, que foi colocado aqui no Distrito Federal na área da segurança pública. E me consta, Srs. Parlamentares, que o tal do decreto de intervenção já estaria pronto no sábado, portanto antes até de ter acontecido o dia 8, e é óbvio que tem que "empurrar o caminhão", como a gente fala no Rio de Janeiro, botar a culpa em alguém. E aqui a estratégia da base do Governo é botar a culpa na Polícia Militar do DF. Inclusive, já chegaram a dizer aqui que colocaram pessoas despreparadas pra ir pras ruas. Com todo o respeito, quem fala isso é porque não conhece a Polícia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar do DF, que é uma das mais preparadas do Brasil – desde soldado já é exigido nível superior pra ingresso na carreira como soldado. É um dos locais onde a segurança pública é considerada das melhores do Brasil, aqui no Distrito Federal.

E tentam desqualificar a Polícia Militar, a estratégia está muito clara, mas estamos aqui pra mostrar a verdade. A CPMI eu tenho dito, Presidente Arthur, só pelo fato de comprovarmos aqui que houve omissão... Falta individualizar nas respectivas responsabilidades, quem da Cúpula do Governo Lula tem... teve essas responsabilidades.

E eu queria aqui botar um vídeo, peço que minha assessoria da mesa coloque o primeiro vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – É, Presidente, se houve um boicote por parte de alguma força de segurança no planejamento aqui da Praça dos Três Poderes... Pelo menos essa linha aqui está mais do que clara: eles estão escondendo alguma coisa, estão blindando alguém. E não tem plano de segurança que pare de pé quando aquela que está subordinada à cúpula do Governo Lula boicota o próprio plano.

Roubo de armas! Roubaram armas dentro do Palácio do Planalto! Onde foram parar essas armas? Por que não há o vazamento de quem facilitou o acesso a essas armas no inquérito que está no Supremo Tribunal Federal? Porque não interessa, não é? Talvez não interesse apontar possíveis responsáveis muito próximos de Lula que facilitaram.

E a Abin, aparentemente, fez a sua parte. Tinha acesso àqueles informes, àqueles alertas, distribuiu na rede de comunicação, que era o WhatsApp, que era o que tinha naquele momento e, no entanto, esbarraram no chefe deles, o G. Dias, que vai estar aqui, Presidente, na próxima quinta-feira.

E onde estava Lula nesse momento, Senadora Damares? Eu vou falar onde estava o Lula.

Eu quero ler aqui o Plano Escudo, e eu sei que o Presidente também se debruçou sobre esse assunto, que é fundamental para os trabalhos desta CPMI.

Aqui vou fazer a leitura de alguns trechos do Plano Escudo.

Tarefas específicas – tarefas específicas da Direção do Departamento de Segurança Presidencial.

Departamento de Segurança Presidencial: estabelecer e manter contato com os comandantes de tropas da Polícia Militar do DF envolvidas na operação, transmitindo-lhes a manobra da SCP para fins de coordenação das ações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o senhor não está respondendo hoje, mas eu vou perguntar: o senhor recebeu algum aviso do Departamento de Segurança Presidencial? O senhor...

Outro item. Tarefas específicas do Departamento de Segurança Presidencial: manter o secretário de Segurança e Coordenação Presidencial permanentemente informado sobre a situação. Aconteceu? Que eu saiba, não.

Organizar reunião de coordenação sobre este plano, convidando os órgãos de segurança pública e organizações militares do Exército brasileiro. Portanto, aqui no plano escudo, atribuições que caberiam ao órgão de segurança da Presidência da República.

E vamos ver onde é que estava o Lula, Sr. Presidente? Eu peço que bote a primeira imagem, por favor. O documento 1. Onde estava o Lula? Saiu fugido de Brasília.

Essa aí é a foto. Lula vai a Araraquara neste domingo avaliar danos das chuvas. Isso no dia 7, na véspera do domingo, às 18h48, atualizado há sete meses. Se contar a partir de hoje, essa notícia foi atualizada pelo menos alguns dias depois de ela ser publicada no dia 7 de janeiro. Então, podem ter mudado já o título, alguma coisa no corpo.

Próxima foto. Vamos analisando de trás para frente.

Isso aqui, Presidente, é um comunicado da assessoria de imprensa do Lula, que no dia 7, às pressas, correndo, manda esse comunicado a todos os profissionais de imprensa para que eles possam se cadastrar no evento em que o Lula estaria no dia seguinte, que não estava planejado.

Então, do dia 7 ao dia 8, até meio-dia, era o horário que a imprensa tinha para cadastrar os seus profissionais que fossem cobrir o evento do Lula em São Paulo, armado para ele não estar em Brasília. Dá um *zoom* ali para todo mundo não ter dúvida, próxima foto. Ali, dia 7. Em que evento de um Presidente da República de um dia para o outro há esse informe para que a imprensa possa ir lá cobrir? Só algo que foi feito às pressas.

O próximo. Próxima foto.

Aqui, agenda do Presidente da República. Dia 6 de janeiro, sexta-feira. Está vendo ali, 18 horas? Embarque para São Paulo. Eu te pergunto: o Lula foi para São Paulo na sexta-feira? Não foi, né? Cancelou a ida dele para São Paulo. Embarque para São Paulo 18 horas de sexta-feira.

Por que ele não foi? Ele desistiu da viagem e olha a próxima foto, que interessante. Jornal *Valor Econômico* do dia 6, às 18h43, imprensa comunicando: por enquanto, não há previsão de agenda oficial para Lula nos próximos dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Lula não tinha agenda oficial em São Paulo. Ele inventou essa ida a Araraquara para não estar aqui no momento, porque ele já sabia que o Governo... a cúpula do Governo já sabia que as manifestações tinham a possibilidade de ter um escalonamento para algo muito mais grave.

Pode tirar a foto. Lula fugiu de Brasília com medo de quê? Ou para facilitar o quê? Por que ele foi às pressas para São Paulo?

Portanto, a PM do DF tem que ter a consciência tranquila porque em todas as imagens que nós já vimos aqui, quem estava trabalhando era a PM do DF.

Quem tirou os manifestantes de dentro dos prédios do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, foi a Polícia Militar do DF. E a Força Nacional, subordinada a Flávio Dino, ficou acompanhando tudo sem fazer absolutamente nada. E aqui cabe a ressalva: eles estavam ali cumprindo ordens. Se foi dada a ordem para que eles permanecessem parados onde eles estavam, na porta, no estacionamento, no subsolo, na garagem do Ministério da Justiça, é porque alguém deu. E, no entanto, a CPMI, Coronel Fábio, está ignorando essa peça importantíssima desse quebra-cabeça, que é a Força Nacional, que estava subordinada a alguém, que não fez nada; está ignorando a segurança do Palácio do Planalto, a segurança institucional da Presidência da República, que tinha o seu papel aqui no Plano Escudo e não fez nada.

Por isso que esta CPMI, Presidente – reforço aqui o que foi dito pelo Deputado André Fernandes – , tem a obrigação de ter acesso a essas imagens do Ministério da Justiça o quanto antes. Ele não pode cagar na nossa cabeça. Todo mundo está vendo aqui: o Alexandre de Moraes dá uma ordem e todo mundo cumpre imediatamente. Agora, o Flávio Dino está descumprindo uma ordem do Alexandre de Moraes? Como é que pode? Flávio Dino descumprindo uma ordem do Alexandre de Moraes? Por que o Alexandre de Moraes não faz nada? Porque vai você aqui desobedecer uma ordem do Alexandre de Moraes, não vai lá imediatamente no horário marcado para cumprir alguma diligência, alguma determinação dele para ver o que acontece! E, no entanto, com o Flávio Dino, maravilha!

Querem colocar o domínio final, de fato, como se o Presidente Bolsonaro fosse o grande arquiteto disso tudo. O cara estava nos Estados Unidos, longe, sem poder de comando nenhum. Mas quem estava sentado na cadeira de Presidente não era Bolsonaro. O Presidente já era outro. Ele tinha que vir aqui a esta CPI também, Sr. Presidente. O Lula tinha que sentar aqui nessa cadeira onde está sentado hoje o Coronel Fábio, para deixar claro porque ele fugiu, de véspera, correndo para Araraquara, em São Paulo, para explicar se não foi para facilitar que houvesse as invasões, porque ele fala como se não fosse o Presidente do Brasil na época: "Não é comigo!"

Estão mais do que claras aqui nesta CPI as omissões por parte do Sr. Flávio Dino, por parte do Sr. G. Dias, então Ministro do GSI. E é óbvio que isso tem que estar no relatório final, porque, se não tiver, a gente também vai fazer chegar à PGR essas informações que nós tivemos aqui nos depoimentos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrando toda essa omissão criminoso, doloso, para arregaçar as portas de Brasília para que houvesse o quebra-quebra, porque, se todos os elos do plano de segurança da Praça dos Três Poderes tivessem funcionado corretamente, simplesmente não haveria dia 8 de janeiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Deputado Carlos Veras. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado, passo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu lembro que, logo depois do ocorrido em 8 de janeiro, um amigo meu americano me ligou, vou preservar a fonte, aí ele falou para mim o seguinte, Senador Flávio: "Vem cá, afastaram um Governador de estado aí eleito, depois do negócio do 8 de janeiro?" Falei: afastaram. "Mas como? Ele não foi eleito?" Falei: foi. "Mas a sua Constituição permite isso daí?" Falei, não. "Mas como é que ele foi afastado?" Alexandre de Moraes, não é?

Fica difícil você crer que uma ordem de Alexandre de Moraes está sendo desrespeitada pelo Flávio Dino. Ou eles estão em conluio, ou alguma coisa muito estranha está acontecendo. E vale lembrar, lá nos Estados Unidos, o que o Trump fala... Porque lá ele também, não é? As pessoas tentam tirá-lo do jogo através do tapetão, tentando prendê-lo. Ele fala que se o prenderem, ele que lidera todas as pesquisas eleitorais lá para ser o próximo Presidente dos Estados Unidos, isso seria rebaixar os Estados Unidos a um país de terceiro mundo.

Vale lembrar que aqui do lado, na Bolívia, Senador Cleitinho, a Senadora Jeanine Áñez, que na linha sucessória, seguindo a Constituição da Bolívia, assumiu a Presidência daquele país, quando Evo Morales falsificou as eleições e depois teve que sair corrido para o México, com uma parada em Cuba... Ela assumiu a Presidência daquele país e depois de um ano organizou a eleição. Quem que ganhou a eleição? O indicado do Evo Morales. O que aconteceu com a Jeanine Áñez? Foi para a cadeia. E outras autoridades, como o Ministro da Defesa, o Ministro da Justiça, só não foram para a cadeia porque saíram da Bolívia antes.

O Brasil está no meio termo. O Presidente Bolsonaro não está preso. Muita gente aqui quer. Tentam arranjar uma desculpa para isso daí, não conseguem. Chegou ao ridículo aqui... Desculpa, Coronel Fábio, passar V. Exa. a ouvir esse tipo de coisa, mas a gente teve uma semana aqui em que a Deputada Jandira Feghali deu um furo aqui, em primeira mão, sobre joias novas do Presidente Bolsonaro. Aí, quando o Filipe Barros desmascarou a Jandira Feghali, que ele foi na feirinha aqui, foi no comércio dos importados, feirinha da torre, não é? Comprou as pedras preciosas de Bolsonaro e chegou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à conclusão de que a joia era de R\$400, a cara dela nem fica vermelha. Ela chega aqui e continua falando tudo igual: "Não, mas é R\$400, mas aí tem que investigar!" A Senadora Damares mostrou a lei, falou dos parâmetros, R\$399, enfim.

É uma cara de pau o que eles tentam fazer de cortina de fumaça aqui, porque se fosse algo sério, eles estavam assinando a CPMI do Senador Magno Malta. Ué. Já que é um escândalo de corrupção receber presentes, vamos ver os outros contêineres do Lula, até porque tem matérias da imprensa dando conta de que o relógio Piaget dele, não é? É Piaget? R\$80 mil a R\$100 mil que custa o Piaget... não foi declarado no acervo da Presidência. E o pessoal da esquerda vai tomar alguma atitude com relação a isso? É óbvio que não. Por quê? Querem transformar um presente recebido no exterior em caso de corrupção. Por quê? Porque já reviraram a vida inteira do sujeito e não conseguem achar nada.

Eu estava vendo uma coletiva de imprensa, Dr. João Paulo Boaventura, dos advogados de Bolsonaro. Eles chegaram a descer o detalhe de mostrar como é que o Jair Bolsonaro pedia uma pizza. Pagava no cartão master ou pagava no cartão visa, como é que acontecia etc. e tal, R\$70, para conseguir fazer a defesa do ex-Presidente. Enquanto isso, Lula hoje está criando mais um ministério... Só que é o seguinte, não é? Para dar volta em cobra criada dessa casa daqui, não vai ser fácil não. Criando mais um ministério. Beleza. Vai negociar com o centrão. Mas cadê o dinheiro do ministério? Não tem como alimentar tanto carrapato. Já voltou a Lei Rouanet, que foram não sei quantos bilhões aí para artista famosinho ficar mamando às custas do dinheiro do povo. Agora essa questão de mais um ministério. E ele não para! Foram quase mais de R\$3 bilhões agora que ele está anunciando para a Argentina, para tentar vencer as eleições lá. Só que não adianta, porque o candidato do Governo da Cristina Kirchner está em terceiro lugar e muito lá atrás.

Prestem atenção, para quem acha que a América Latina está pintada de vermelho, ó, Uruguai é direita, Paraguai é direita; Equador tem eleição, mas ainda é o Guillermo Lasso, é direita. O Chile, o próximo Presidente do Chile chama-se José Antonio Kast, direita. A Argentina vai ter o Presidente pelo menos que não seja de esquerda; vai ser o Javier Milei ou a Patricia Bullrich. Na Colômbia, o Presidente está com a pior aprovação dentre os presidentes colombianos em início de mandato.

Em 2026, o Brasil vai sofrer uma forte pressão nas eleições para que essa esquerda maldita, que ganha as eleições, Abilio, sabe-se lá como, não volte ao poder.

Lá nos Estados Unidos, você pode falar sobre questão eleitoral; aqui no Brasil não – ou melhor, a depender de quem fale também, porque, lá nos Estados Unidos, o Trump foi falar da eleição na Geórgia e acabou sendo fichado. E os adversários dele acharam que ele ia fazer uma cara de coitado, de enfraquecido; fez uma cara de brabo. Ainda já ganhou mais de US\$7 milhões para a campanha dele. O cara é um fenômeno também. Esse cara merece ser Presidente. Eita cara empreendedor.

Aqui, no Brasil, para se falar mal da eleição, só se você for do PT.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro Zé Dirceu, que fez um projeto de lei em 1999 para criar uma comissão externa para acompanhar a urna eletrônica; os projetos, inclusive, de Carlos Lupi, vídeo de dois anos atrás, falando sobre o voto impresso, que não quer o voto só eletrônico. E o mesmo Carlos Lupi é que deixou Bolsonaro inelegível através de uma ação, dizendo que Bolsonaro ia se reunir com os embaixadores para descredibilizar as urnas eletrônicas, sendo que ele mesmo tem projeto para colocar adiante o voto impresso. Esse é o Brasil. É o país da piada pronta.

É por isso que a gente vem aqui às vezes, convoca aqui... Com todo respeito, Coronel, mas vocês estão pagando o pato para tentar segurar a pressão para cima de Flávio Dino. A gente vem aqui... A gente já até criticou o Coronel Klepter na questão de deixar o pessoal de sobreaviso em casa e não de prontidão nos quartéis. Mas será que foi só ele que teve uma parcela nessa omissão?

O Senador Seif colocou aqui os vídeos da Força Nacional. O pessoal parecia a guarda municipal: única atribuição é fazer a segurança de patrimônio. Tem toda essa discussão. A guarda municipal, a bem da verdade, também ajuda no combate ao crime. Mas parecia ali um segurança patrimonial, um vigilante de uma empresa privada fazendo segurança do ministério. E depois ainda enchendo a boca para dizer que "não, foi um atentado contra a democracia, os terroristas".

Eu acho que pelo menos este serviço aqui esta CPMI já fez: limpar, separar o joio do trigo, porque dessa prisão em massa recorde... Eu nunca fiquei sabendo de 1,5 mil pessoas presas num único dia no Brasil, em nenhum tipo de operação. E garanto: se fosse uma operação no Complexo do Alemão, no Complexo da Maré, de que o Flávio Dino gosta muito, e prendessem 1,5 mil pessoas, certamente não estariam até hoje presas – certamente! Se V. Exa. estivesse traficando droga, estava hoje na rua – mas sem sombra de dúvida disso. Neste país aqui, a única coisa que dá prisão agora é 8 de janeiro.

E pasmem! Prisões estão acontecendo neste momento. Porque prisão preventiva, até onde eu sei, serve para quatro situações: risco à ordem financeira – não é o caso –; risco à ordem pública – não é o caso... E as outras duas que restam são: perigo de fuga – até onde eu sei, V. Exa. não comprou passagem para o exterior, não estava se dirigindo à fronteira – ou se estiver atrapalhando as investigações, o que eu também acho muito difícil de estar ocorrendo a essa altura do campeonato.

Mas, falando em atrapalhar as investigações, poderiam, então, prender o Flávio Dino, porque, se esta CPMI aqui aprovou um requerimento... Verdade, Filipe Barros, foi uma barrigada do Governo, que comeu bola; depois tentaram voltar atrás e não conseguiram. Mas aprovamos um requerimento para ter acesso às câmeras do MJ. Alexandre de Moraes, o todo-poderoso, pede, solicita ao Flávio Dino para que as imagens sejam entregues. Ele só entrega duas câmeras? Bem, se a Polícia do Senado – e aí eu não posso falar da Polícia Federal porque parece que tem dono, ao menos aqui em Brasília –, se a Polícia do Senado não vai cumprir o mandado de busca e apreensão e pegar essas imagens lá na fonte, que a gente chame aqui, então, Flávio Dino. É o mínimo que a gente pode fazer. É colocá-lo aí sentado, onde está hoje o Coronel Fábio Augusto Vieira, para que ele responda, ainda que com seu jeito debochado,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas que mostre ao Brasil inteiro quem é essa pessoa que resolve atacar pessoas inocentes – usando-se o 8 de janeiro para tentar criar um enredo de que a direita é antidemocrática, de que a direita quer um golpe, quer isso, quer aquilo –, mas que não cede minimamente as imagens da casa dele, do local de trabalho, para que esta CPMI aqui analise.

E vale lembrar: esta CPMI só foi aberta graças às imagens que foram vazadas pela CNN. E, por virem da CNN, muita gente acha que foi a inteligência americana que soltou essas imagens pra ter a pressão suficiente e começar esta CPMI.

Então, podem ter certeza de que a gente vai continuar adiante aqui, tendo essa pressão. E eu convoco a todos os que me assistem agora para que continuem prestando atenção na semana que vem, em que virá aqui o General Gonçalves Dias. Aí, sim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Falei o quê?

Semana que vem, não, desculpem; quinta agora, Dr. Paulo.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Para que a gente possa ver realmente uma das pessoas-chave nessa peça toda de segurança aqui de Brasília, ver a questão do cafezinho, quem é que serviu água, por que, das duas companhias, só tinha uma no Palácio do Planalto. Os prédios mais seguros do Brasil estavam desguarnecidos. Parecia que foram pegos de surpresa, mesmo com tantos alertas da Abin, não é?

Tivemos aqui o ex-Diretor Saulo, numa das raras vezes em que alguém veio realmente para contribuir sobre o 8 de Janeiro, e não pra fazer discurso. Porque até assessor da Primeira-Dama já quiseram chamar aqui. Ah, o Vanderlei! O Vanderlei, o Vanderlei, o Vanderlei... Ninguém sabe... Outro veio aqui, coitado, semana passada, o ajudante de ordens do sargento, o Reis. Ajudante de ordens da Primeira-Dama veio aqui pra ficar dando satisfação sobre como é que ele movimentava a conta bancária dele. E Parlamentar de esquerda falando que ele era a peça central, a figura-chave de tudo aquilo que ocorreu em 8 de janeiro.

Então, é hora de começar a trabalhar sério e, depois de Gonçalves Dias, por favor, Presidente, a gente faz força aqui para que venha também a essa audiência Flávio Dino.

Eu pediria até, pra finalizar, que as câmeras da TV Senado mostrassem como é que está a Comissão, vazia, aqui. Está vazia por quê? Porque a bancada do Maranhão não está presente neste momento.

Muito obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Passo a palavra agora ao Deputado Mauricio Marcon. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado Mauricio Marcon, voltamos agora àqueles que não estavam na primeira chamada. Pela... Primeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. V. Exa. vai ser chamado.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, eu não vou ocupar todo o tempo aqui, até em homenagem aos colegas. Apenas eu ouvi, anteriormente, em resposta à minha fala, uma referência a uma ação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o Supremo havia decidido que seria mandatório, condição necessária a solicitação do Governador para a atuação da Força Nacional, mas aqui nós temos que fazer a necessária distinção: era um caso que envolvia, no Governo passado, inclusive, o seu estado natal, Presidente, Bahia, quando a Força Nacional foi enviada para realizar duas reintegrações de posse, a pedido de um Ministro, sem que houvesse autorização ou solicitação do Governador, e o Supremo Tribunal Federal entendeu, naquele caso, pela necessidade da solicitação do Governador. Mas aqui nós estamos falando de uma situação diferente. Aqui nós estamos falando da Esplanada dos Ministérios, da Praça dos Três Poderes, coração do Governo central. E aqui, em relação a esse caso, nós temos precedentes do Governo Temer, em 2017, no qual o Ministro Torquato autorizou a atuação da Força Nacional para proteger a Esplanada dos Ministérios sem que sequer se cogitasse em ter a autorização do Governador do Distrito Federal.

Da mesma forma, em 2019 e 2020, como Ministro da Justiça, eu autorizei por duas vezes a atuação da Força Nacional a pedido, na época, do Ministro do GSI, o General Augusto Heleno, porque o decreto que regulamenta a atuação da Força Nacional é bastante claro ao estabelecer que o Ministro da Justiça pode autorizar a atuação havendo uma solicitação ou de Governador do estado ou de ministro de Estado. É o Decreto 5.289. O art. 4º é explícito: "[...] mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado".

Tratando-se aqui de área com prédios públicos federais, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, é evidente que não se pode condicionar a atuação da Força Nacional, das forças de segurança – ainda mais em uma situação de emergência –, a uma autorização do Governo do Distrito Federal. Ainda que assim não fosse, essa solicitação era a prévia edição da portaria. E nós vimos aqui, isto é notório, que no dia 7, por volta das 19h, o Ministro da Justiça Flávio Dino editou a portaria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qualquer questão relacionada à autorização, a uma solicitação, seria prévia. Ele não poderia ter editado a portaria caso, de fato, houvesse esse condicionamento. Mas não há, e ele editou a portaria.

E agora nós recebemos uma informação, nos últimos dias – de que todos nós já suspeitávamos –, de que a Força Nacional de Segurança Pública ficou de braços cruzados, e ficou de braços cruzados não na Base Gama, aqui na região do Distrito Federal: ficou de braços cruzados no estacionamento ao lado do Ministério da Justiça. Então, a gente fica imaginando, Senador Cleitinho, a Força Nacional olhando a invasão do Palácio do Planalto, a Força Nacional olhando a invasão do Congresso Nacional, querendo agir – eu tenho certeza de que os soldados queriam cumprir a sua missão de atuar para evitar aquela depredação –, mas sem autorização do escalão superior.

Aliás, se nós formos ler a resposta que a Força Nacional enviou a esta Comissão, dá para encontrar nas entrelinhas, quando, por exemplo, se afirma: "Atendemos prontamente quando houve solicitação dos escalões superiores". Eles não agiram porque não tiveram autorização dos seus superiores. E aqui nós estamos falando do Ministro da Justiça.

Ainda que nós pudéssemos pensar, Senadora Damares, que, por alguma razão jurídica qualquer houvesse uma compreensão da necessidade de uma autorização do Governador do Distrito Federal, vamos aos fatos: era uma situação de emergência! Numa situação de emergência, você atua.

Como é que simplesmente você vai ver o Congresso Nacional sendo invadido, e aí, de repente, você está lá, de braços cruzados, quatro pelotões, mais um pelotão lá dentro do Ministério da Justiça... "Não, não vamos fazer nada, porque o Governador do Distrito Federal não quer que nós façamos".

Ora, se faz, se atende à emergência! Mas isso eu estou colocando hipoteticamente, porque nós tínhamos precedentes, sim, de que não era necessária essa autorização. E, quando eu falo desses fatos, eu não estou dizendo aqui que quem invadiu, quem depredou não tem que ser punido. Estão sendo punidos. Estão acusados. Alguns vão ser julgados. Tem gente sendo presa até hoje.

Temos aqui o pessoal da Secretaria do Distrito Federal, que já foi acusado, inclusive, respondendo se são culpados ou não, uma questão lá dentro do processo penal... Mas por que só a Secretaria do DF, então? Por que os outros órgãos de segurança, que não agiram e poderiam agir, nada fizeram? Por que é que o GSI, como foi informado pelo comando do Exército do Planalto, não solicitou a atuação do Batalhão da Guarda Presidencial? Isso também está por escrito! Agora, a gente não consegue chamar essas pessoas para serem ouvidas.

O General Dutra já disse que está disposto a vir aqui falar, explicar o que aconteceu, mas ele teve que informar por escrito.

Nós tínhamos 198 soldados, de pronto emprego, que, em 30 minutos, estariam aqui na Praça dos Três Poderes para proteger o Planalto. Mas a gente não consegue chamá-lo para explicar. A gente tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ler por escrito, mas ele não se acovardou e disse a verdade ali, por escrito. "Nós só podíamos atuar se houvesse a solicitação do GSI". E o GSI, quando solicita, pede o quê? Um pelotão. Vinte e oito soldados. Tinha 198!

E, quando nós vamos adiante, nesse mesmo ofício, o que é que o General diz? "Nós tivemos que ligar ao GSI, quando já tinha havido a invasão, quando já estava havendo a destruição, e nós tivemos que ligar para o GSI". "Escuta: vocês não vão nos chamar?" "Não vão nos chamar para impedir isso?". E, aí, me parece que não houve alternativa do GSI senão tomar essas providências.

Então, o que nós temos que fazer aqui, sim, é apurar eventuais responsabilidades, e aqui mais uma vez eu coloco, de uma maneira clara: não estou afirmando que o depoente aqui tem ou não tem responsabilidade – isso é uma questão que já foi denunciada –, mas causa espécie – causa espécie – que os braços cruzados da Força Nacional, por falta de autorização do escalão superior, não causem a mesma apuração, a mesma indignação daqueles mesmos que apontam o dedo para a Secretaria do Distrito Federal. Causa também espécie que a inação do Batalhão da Guarda Presidencial – nesse caso, sim, esclarecido o motivo, porque não foi provocada pelo GSI – não cause a mesma indignação.

E hoje nós vimos, na semana, o resultado da sindicância do GSI, que foi feita, aparentemente, para aliviar as responsabilidades...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... do General Gonçalves Dias. Mas nós vimos as mensagens de WhatsApp, extraídas do Diretor Saulo Cunha, da Abin, e o Diretor Saulo Cunha, da Abin, esteve aqui e disse: "Eu avisei, às 9h da manhã [8h50, para ser mais exato] do dia 8, ao General Gonçalves Dias, Ministro do GSI do Lula, que haveria invasão e depredação, e o General respondeu: "Acho que teremos problemas", mas depois se tem o sumiço.

Quando se junta tudo isso com um álibi falso do Governo Federal, que foi dito pelo Lula, naquela entrevista de 8 de fevereiro, que houve apagão de inteligência, e a gente sabe que isso é mentira... Hoje nós sabemos que isso é mentira, porque não houve apagão de inteligência. A Abin fez as comunicações necessárias. O que houve foi a falha operacional, falha por incompetência? Falha deliberada? Não sei, porque a gente não tem condições de apurar isso aqui, porque não podemos ouvir outras pessoas, ou melhor, não podemos ouvir pessoas relacionadas ao Governo Federal para poder esclarecer todos os fatos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra para a próxima oradora inscrita, a Senadora Damare Alves.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu também não vou tomar meu tempo todo, mas eu tenho um papel aqui, nesta CPI. Eu estou mesmo como um arauto dos direitos humanos aqui, Presidente, e eu preciso lembrar aos colegas o tempo todo: nós somos investigadores; nós não somos juízes nesta Comissão. Nós estamos numa fase de investigação.

E, quando eu vejo uma sentença hoje preferida contra um coronel da Polícia Militar do DF, de terrorista, e eu sei que o seu filho está lá, do outro lado, assistindo... Você tem dois filhos em casa: um de 14 e um com menos de 12 anos. Tem uma criança em casa lhe assistindo, e eu vejo os colegas o acusarem de terrorismo antes do final de uma investigação; eu fico muito preocupada com todas as violações de direitos que nós tivemos no processo de investigação do 8 de janeiro, e esta CPI está contribuindo para a violação de direitos.

Eu preciso fazer esse registro e preciso também lembrar quem é o coronel, porque, na hora em que a caneta da Relatora começar a pesar, eu preciso que ela saiba quem é esse coronel que está sentado aí.

Coronel Fábio, eu não me lembro de ter me encontrado contigo antes. Não me lembro e, se eu me encontrei, me desculpa por não estar lembrando do seu rosto, mas eu moro em Brasília há 24 anos, eu transito nas ruas, eu frequento os salões de beleza que mulheres de militares frequentam, eu vou à igreja que mães de militares frequentam, e todos que eu encontrei nos últimos meses, quando se referem a esse coronel que está na mesa hoje, sendo tão acusado, se referem como um homem de bem, um homem que é amado pela tropa. E eu precisava colocar isso, eu preciso trazer um pouco de humanidade para esta Comissão. Um homem que começou a trabalhar com nove anos de idade como *office boy* – olha o que eu descobri do senhor –, um homem que entrou na faculdade aos 17 anos de idade, um aluno exemplar, um filho amado pelos pais.

Eu não consigo imaginar como é que está a sua mãe do outro lado. A Comissão vai ter que começar a pensar sobre isso. Um homem que teve uma carreira brilhante. Foi para o Chile aprender equitação, foi para lá, voltou especializado e trouxe para o Distrito Federal o maior projeto de equoterapia que nós temos. Em nome de todas as crianças que foram beneficiadas pelo seu trabalho na equoterapia, em nome de todas as pessoas com deficiência no Brasil, aqui, em Brasília, eu quero agradecê-lo por sua dedicação a essa área.

Então, nós não temos um monstro sentado na mesa para ser acusado dessa forma, de terrorista. Nós temos um homem, um ser humano com mais de 25 anos de prestação de serviço à sociedade, e eu precisava falar isso. Eu sou a Senadora do DF, e eu sou uma defensora da Polícia Militar do DF. Sou uma defensora porque eu sei que essa polícia é preparada. E vou dar um exemplo, Coronel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente olhar tudo o que aconteceu em 8 de janeiro, nós não temos uma morte. O que acontece ali? Havia ali manifestantes exaltados. Eu entendo, e eu estou conversando com um especialista: houve um efeito manada. Quando chega a um certo ponto da manifestação, houve um efeito manada. E tem muita gente que queria que vocês comessem a atirar e bater. Se vocês tivessem reagido como alguns da esquerda estão aqui dizendo que vocês não reagiram, nós estaríamos sepultando corpos até hoje. O que a gente observa naquilo tudo? Uma contenção. A PM agiu para conter. Se houve falha, se houve erro, que isso seja apurado.

Mas eu vejo manifestações no passado. Por exemplo, em 2014, a gente teve uma manifestação no Rio de Janeiro, em que um cinegrafista foi morto com um rojão. Eu não vi o secretário de segurança do estado ser preso por isso, nem o comandante da PM lá. Inclusive, era ligado, a pessoa que soltou o rojão ligada a uma ativista, ligada a um Deputado. Eu não vi ninguém ser preso. Aqui não houve mortes. Teve feridos, teve depredação do patrimônio público e a gente vai ter que investigar e responsabilizar. Mas a PM agiu para conter naquele momento da explosão da manada.

Coronel, se o senhor errou, que o senhor seja penalizado no tamanho da sua pena, no tamanho da sua culpa. O senhor está com restrição de liberdade. A restrição de liberdade é a maior pena que esse Brasil pode dar a um réu, e o senhor já está cumprindo uma pena de restrição de liberdade. Deixe-me lhe falar, o sargento que veio aqui a semana passada... Quando eu e o Dr. Paulo, que é especialista em Direito Penal, começamos a somar, o número de dias que ele está preso já ultrapassou a pena por falsificação de documento público, se ele for condenado em falsificação de documento público.

O senhor está preso, Coronel; bandidos estão soltos. O senhor está preso, mas eu precisava dizer aqui hoje, está tendo violação de direitos humanos; eu precisava dizer aqui hoje que o senhor é um grande profissional. Se o senhor cometeu algum erro, que responda no tamanho desse erro, mas a pena que estão lhe dando é muito grave.

Eu ouvi pessoas esses dias nas ruas. Meu último encontro com a PM foi domingo passado, no mamaço. A minha PM aqui é tão humana que estava lá no parque da cidade, num grande evento de amamentação. Eu fui cumprimentar todos. Eu ouvi, por exemplo, que o senhor é um homem que defende a lei de uma forma absurda. Como é que esse homem pode ser terrorista?

Vou contar um fato aqui, pessoal. Em 2003, eu soube que sua irmã foi assassinada num assalto. E o senhor em momento algum defendeu a morte de quem matou sua irmã. A PM o admira por isso; Brasília o admira por isso. O senhor pediu aplicação da lei. Como é que um homem que pede aplicação da lei, no caso da perda de uma irmã, vai ser terrorista? Tem muita coisa invertida nesse Brasil. E me preocupa nessa Comissão também.

Coronel, eu soube, das duas vezes que o senhor foi preso, as crianças estavam em casa. E é uma informação que eu vou lhe trazer, mas já está tudo bem. Nessa segunda prisão, seu menino, sua criança



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não ficou bem. Precisou que a família cuidasse muito. Ele já está bem agora. Não quiseram te falar para não o preocupar, mas ele já está bem. Eu soube que ele está bem.

Mas eu trago aqui um outro episódio, Presidente e Relatora. Nesse processo todo, não estão respeitando os direitos da criança e do adolescente. O meu Coronel não precisava ser preso na frente do filho. Um filho que sabe que bandido está preso, policial está solto: "Agora papai está preso". É difícil explicar pra esse menino que o bandido não vai matar papai!

Diante de tudo o que está acontecendo depois do dia 8 de janeiro, eu queria chamar o Grupo Tortura Nunca Mais pra acompanhar; eu queria chamar, Dr. Paulo, o Comitê Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Tortura; eu queria chamar o Ministério dos Direitos Humanos. Nós temos direitos de criança sendo violados, nós temos direitos humanos sendo violados.

Coronel, sua família está lhe assistindo agora. A sua família te ama, Brasília lhe respeita. Estar sentado aí, constrangido, não vai mudar sua história, não. Não é esse depoimento, não é esse interrogatório que vai lhe definir, o que lhe define são os anos de trabalho que o senhor já prestou pra Brasília. Fica bem, Coronel. Esta fase aqui vai passar. Nós vamos chegar aos culpados. E eu só lamento que, talvez, a União vá ter que pedir perdão a muita gente e indenizar muita gente. Eu me preocupo muito com o ônus que nós estamos trazendo pra União daqui a alguns anos, nas ações de indenização. Eu estou preocupada com isso também.

Coronel, a gente acompanhou seu depoimento lá; muita coisa que eu queria saber eu já peguei naquele depoimento. Acho que o senhor acertou em ficar calado aqui hoje – pra não ser mais acusado, atacado, humilhado. Nós vamos chegar à verdade. Fique bem.

A Polícia Militar está muito triste aqui no DF, eu quero que o senhor imagine como é que está a moral da minha tropa aqui – "minha" porque eu sou daqui, tá, gente? Eles estão muito tristes. Mas esse momento difícil vai passar. E a PMDF não vai pagar o pato; não vai pagar esse pato. A PMDF vai ter o momento de provar que agiu como devia ter agido naquele momento que a manada explodiu.

Que Deus te abençoe, Coronel. Que Deus abençoe suas crianças. Que Deus abençoe sua família. E obrigada por tudo o que o senhor já fez aqui pelo DF. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Concedo a palavra, conforme a lista, ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exa. pela condução nesta Comissão, ao passo em que também parabenizo a querida Senadora Eliziane Gama. E eu confesso pros colegas que hoje, quando eu vejo o depoente se reservando ao direito de permanecer calado, por uma garantia efetivamente constitucional, eu fico refletindo, porque a Polícia Militar surge no Brasil com a vinda da Família Real, quando veio a família de D. João VI, em 1808; é uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição tão forte, é uma instituição de Estado e em que nós não podemos permitir desvio de conduta.

Então, quando eu vejo que o senhor está sendo responsabilizado aqui – claro, assegurando contraditório e ampla defesa –, mas o senhor está sendo responsabilizado por crime de prevaricação, previsto no art. 319; o senhor está sendo responsabilizado também por abolição violenta contra o Estado democrático de direito; por golpe de Estado; por dano qualificado; por crime contra o meio ambiente, previsto na Lei 9.605. Tudo isso por um comportamento, que eu quero deixar claro pro senhor, que é a relevância da omissão do senhor. Porque o art. 144, §5º, da Constituição Federal, determina qual é a função da Polícia Militar: compete à Polícia Militar o trabalho de policiamento ostensivo, para garantia da ordem pública, para prevenir que a conduta delituosa ocorra. A omissão do senhor é penalmente relevante, porque essa é a regra, essa é a regra prevista no art. 301 do Código de Processo Penal.

Tanto é que lá a norma é clara, ela diz: qualquer do povo pode e a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que se encontre em estado flagrancial.

Então, quando o senhor, como Comandante da PM, se omite deliberadamente... Essa omissão do senhor é penalmente relevante. Mais uma vez: não por ação, mas por omissão. São os chamados crimes comissivos por omissão, que estão no art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei – e o senhor tem por lei – essa obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Ora, a Polícia Militar do Distrito Federal escoltou os golpistas por quase oito quilômetros. A Polícia Militar do Distrito Federal, a qual o senhor comandava, não deu voz de prisão a ninguém. Foram crimes contra o Estado democrático de direito, foram crimes de ação penal pública incondicionada. O senhor tem uma farda que o senhor deve honrar, é uma instituição.

Eu volto a falar: eu também passei pela instituição policial, como delegado de polícia, por 27 anos. As instituições são de Estado, elas são permanentes, o princípio é o da impessoalidade.

Mesmo depois das eleições, o senhor partilhou, o senhor divulgou mensagens em grupos de WhatsApp com conteúdo antidemocrático. Isso tem que ser dito.

Nós temos que entender que a lei tem que ser cumprida contra todos, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual. Eu queria ver quem está defendendo direitos humanos se fosse defender a população carcerária que está no país também, pobres, pretos e semialfabetizados. A lei é igual para todo mundo, mas aquelas pessoas que ocupam a função de garantidoras devem cumprir a sua função obedecendo o princípio da legalidade, e não tendo comportamento antidemocrático.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico só refletindo: qual é a imagem efetivamente que o senhor passa para a própria família, porque essa conduta da gente... O comportamento da gente é que rege a vida da gente, os atos falam mais que as palavras.

E o que eu estou vendo aqui, nesta Comissão, é uma total inversão dos valores. Querem tornar réus as autoridades que foram vítimas dos ataques, querem tornar réu o fotógrafo que estava fotografando, na função dele. Agora fazem vistas grossas para um ministro que estava com minuta golpista. Para quem ficou quatro anos atacando a democracia, para quem ficou quatro anos instigando a população, falando que, para fechar o Supremo bastava um cabo e um soldado, que se o Presidente Lula fosse eleito não subiria a rampa, para quem aquiesceu... E aí eu falo para o senhor, porque desde novembro os acampamentos golpistas estavam na frente do quartel, além de ter escoltado em todo o trajeto... Para quem participa de movimentos antidemocráticos... Quem ficou quatro anos atentando contra a democracia? Quem ficou quatro anos atentando contra as instituições, falando para fechar o Congresso, o Supremo, que nós tínhamos que fechar o Congresso e o Supremo? Nós temos que fortalecer as instituições.

Tentaram matar efetivamente foi a democracia. Isso tem que ser dito a todo momento, isso tem que ser repetido para que não ocorra isso de outra forma.

Eu fico, assim, questionando porque quando eu vejo Parlamentares aqui aplaudindo... E eles fazem tudo ao contrário, fazem tudo ao contrário. Falam que são a favor da vida, mas apoiam o massacre. Fala que apoia, é a favor da liberdade de expressão, mas apoia censura em ditadura militar. Fazem tudo ao contrário. Fala que são a favor da lisura do processo eleitoral, mas contrata um *hacker* para fraudar o sistema eleitoral.

Eu queria ver o seguinte, eu queria ver o seguinte... A lógica é totalmente desarrazoada, porque querer atribuir responsabilidade ao Governo Lula... Eu vou dar três exemplos aqui muito claros.

O nosso querido Fernando Haddad foi candidato a Presidente da República, perdeu e respeitou o resultado das urnas. Em nenhum momento ele saiu atacando o TSE, o sistema eleitoral ou difundindo *fake news*. A Presidente Dilma sofreu um golpe, em nenhum momento atacou as instituições. O Presidente Lula teve um dos principais bens jurídicos violado, que foi a liberdade, em nenhum momento atacou a democracia, em nenhum momento atacou o sistema eleitoral, em nenhum momento atacou as instituições.

Pelo contrário. A Presidente Dilma hoje é Presidente do Brics; Fernando Haddad, Ministro da Fazenda; e Lula é o nosso Presidente da República. Ao contrário, o inelegível está na iminência de ser preso, porque quem de qualquer forma concorre para o crime responde pelo mesmo crime. É essa a garantia constitucional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os bolsonaristas têm que ficar preocupados porque eles lutaram tanto por uma CPMI e o que esta CPMI está provando é o comportamento, seja por ação ou omissão dolosa, de quem de qualquer forma tenha concorrido para aquilo que eclodiu, porque nós sabemos que o que aconteceu aqui no dia 8 foi um mero exaurimento daquilo que foi atacado por quatro anos.

Nós tivemos atentados à sede da Polícia Federal, atentado a bomba. Nós tivemos atentado em diversos momentos às instituições que compõem o Estado democrático de direito. Então, eu acho que a função do senhor enquanto policial militar era, acima de tudo, cumprir o que está na Constituição Federal.

E aqui eu volto a falar e talvez sirva, em algum momento na vida do senhor, o que o saudoso Ulysses Guimarães diz a respeito da Constituição...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... discordar sim, divergir sim, descumprir jamais, afrontá-la nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria.

Eu espero que o senhor tenha consciência dos atos que o senhor tenha praticado, seja por ação, seja por omissão, seja a título de dolo, seja a título de culpa, mas eu tenho certeza que quem de qualquer forma concorre para o crime vai responder pelo mesmo crime. Não sou eu que estou falando, é o art. 29 do Código Penal brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, só para lembrar ao Senador que, no *impeachment* da Dilma, até fala dizendo que iam pegar em armas teve dentro do Palácio do Planalto.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – A Presidente Dilma sempre cumpriu... Agora a Justiça está determinando... Vocês têm que entender. Vamos saber viver na democracia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Encerrada a palavra do Senador Contarato com o André Fernandes, em seguida, acho que é o Deputado Abílio...

É isso mesmo?

Com a palavra o Deputado...

O nome não está arriscado, não é? *(Pausa.)*

Paulo Fernando, professor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Fernando, Abílio...

É o último, não é?

Esperem aí. Paulo Fernando...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, vou falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Em seguida, Deputado Cleitinho, Senador Cleitinho; depois, o Deputado Abílio.

Deputado Paulo Fernando.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Comandante Fábio, colega advogado, ficou evidenciado que o senhor não participou do planejamento para a operação de segurança do dia 8.

Respeitamos o seu direito constitucional de ficar calado, mas, se o senhor quiser responder: no sábado, véspera do dia 8, o senhor falou com o chefe em exercício, Coronel Paulo José, para aumentar o efetivo. Esse aumento seria de quantos homens?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Esse telefone com as trocas de mensagens era um telefone particular ou era um telefone funcional?

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Eu queria colaborar com o discurso da minha amiga Senadora Damares. Sabemos que o senhor tem uma carreira exemplar, que foi um oficial que trabalhou na atividade, enfim, sendo uma referência no Regimento Coronel Rabelo, da Polícia Militar, da PMDF, onde o senhor passou uma boa parte de sua carreira. E o fato é que o senhor sempre se mostrou um oficial presente, comprometido com o conceito dentro da corporação.

E também sabemos, Sr. Presidente, que a verdade não é um conceito abstrato ou relativo, mas é um fato da vida e uma realidade assim, para aqueles que creem, como o próprio Deus.

Portanto, a verdade irá aparecer, Coronel. Mais cedo ou mais tarde, a sua honra será restaurada e, assim como falou o Senador que me antecedeu, a da bicentenária corporação da Polícia Militar, de mais de 200 anos. Sabemos do terrível, indescritível sofrimento que o senhor e a sua família estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando, além disso, também somos solidários a cada policial vocacionado do DF que também sofre neste momento. Não desanime. Mantenha a sua moral alta e o seu coração em Deus. Ao tempo, em tudo se fará justiça.

Força e honra, Comandante.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Senador Cleitinho.

O Cleitinho vai falar como líder?

Abilio está numa situação difícil ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Com a palavra o Deputado Abílio.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, olha, eu não sei se é uma piada de mal gosto, eu não... Eu estou tentando entender. Eu estou tentando entender qual é a narrativa da esquerda. Presta bem atenção: Bolsonaro teve quatro anos de mandato. Depois que passou o segundo turno das eleições, teve mais de 30 dias no poder e, pela esquerda, ele decidiu dar o golpe oito dias depois, no Governo do Lula. É brincar com a inteligência do povo brasileiro – é brincar com a inteligência do povo brasileiro. Depois de quatro anos de mandato, falando que vai seguir as quatro linhas da Constituição, depois do segundo turno, o cara vai para fora do país, e ainda tem gente que acha que ele queria dar o golpe oito dias depois, no Governo do Lula, num domingo, com prédio vazio, com todo mundo da Abin sabendo, e que ele ia vender joias de R\$400 para financiar o golpe. *(Risos.)*

Vender relógio, caneta para financiar golpe.

Presidente, eu sei que, muitas vezes, o senhor me pede para ser comedido: "Não faça tantas piadas, não brinque tanto na CPMI", mas, Presidente, tem sido difícil – tem sido difícil.

O senhor ouviu o Senador Contarato aí com essas coisas dele, da cabeça dele. Eu chego a perguntar, Presidente, se a água que o senhor oferece para nós, da direita, é diferente da água da esquerda. Deve ter alguma coisa, não é possível.

Presidente, todos os vídeos mostram...

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... que havia um claro interesse de deixar entrar nos prédios. Não sei se o interesse, naquele momento, era dissipar o povo que estava em frente aos quarteis, não sei se o interesse é aquilo que o Lula está falando desde o ano passado, que é a construção de uma narrativa para destruir o bolsonarismo. O Lula está falando há muito tempo sobre isso, que ele tem que fazer a narrativa certa para o Bolsonaro não voltar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero dizer uma coisa, Lula: a gente está aqui, irmão, a gente está aqui, e não é mais o Bolsonaro; é todo mundo, são 50 milhões de brasileiros no mínimo. Não tem como apagar, não tem como tirar. Então, para de história da carochinha, para de conversa fiada de Contarato e respeita que a gente chegou, e nós vamos dar trabalho até vocês saírem. E não queremos dar golpe, golpe nenhum; nós queremos mostrar para o povo brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Assim como o Nordeste está se manifestando agora, o Nordeste lá, com os seus Prefeitos, fazendo manifestação agora, e a gente vai mostrar para o povo brasileiro que a gente chegou.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Abilio...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, o senhor já sabe, o meu nome é Abilio.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Com a palavra o Senador Cleitinho. Em seguida, o Deputado Rogério Correia.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bem breve aqui.

Se não querem culpar o Governo atual da questão da omissão, já que o Governo atual é vítima, por que não liberam as imagens? Está aqui o André Fernandes, que foi acusado. Queria investigá-lo, mas ele que pediu a CPMI. Eu não consigo entender. Quer dizer, quem é vítima não quer mostrar as imagens? Quem é vítima não queria nem a CPMI.

Eu vou explicar para a população brasileira: independente de você ter votado no Bolsonaro, ter votado no Lula, você que é o patrão que toma conta do país. Que é o patrão! Inclusive, nós somos todos empregados de vocês aqui.

Entram na sua casa, te roubam, a polícia chega lá e fala assim: "Eu vou descobrir parar você o que aconteceu, me dá as imagens".

Você chega e fala assim: "Eu não vou te dar as imagens". Gente, não dá pra entender uma coisa dessa, não.

Eu estou ouvindo aqui, falar sempre aqui, Presidente, falando a questão aqui, que culpada é a Polícia Militar aqui do DF, junto com o Governo do DF. O Ibaneis já disse várias vezes aqui que está disposto a vir aqui. Convoquem o Ibaneis.

Outro que poderia vir aqui – foi o que aconteceu hoje, que foi até na casa dele a Polícia Federal –, Deputado Estadual por Goiás, Amauri Ribeiro. Tenho o maior respeito por ele. Tragam ele aqui, que eu tenho certeza que ele vai falar, ele não vai ficar calado. Porque muitas pessoas que estão vindo aqui,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoentes, estão entrando no STF pedindo pra ficar em silêncio. Sabe o que a gente podia fazer? Vamos convocar vários inocentes que foram presos, que eu tenho certeza que eles querem sentar aqui pra falar a verdade. Tenho certeza que vários sentam aqui e falam a verdade aqui. Vamos trazer eles? Estão preparados pra trazer eles?

Porque eu queria mostrar uma coisa pra vocês também, gente. Porque aqui ficou falando que tem golpista, que tem terrorista. Por que que não traz esses golpistas e terroristas pra cá? Eu já falei, aquela Ana Priscila, que não é de direita, que falou que missão dada é missão cumprida. Vamos trazer ela aqui pra ela poder falar pra gente quem mandou dar a missão? Agora, eu queria mostrar outro pra vocês aqui, gente. Ó, as imagens são fortes, tá? É muito forte.

Acho que não deve nem passar, não é? Ó, olha lá. Tem que ter censura.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Olha lá, gente, que gracinha. Que coisa linda. Olha o terrorista ali. Olha lá, que beleza. Aquilo é um bundão, é um mijão, é um cagão.

Então traz ele pra cá. Ele está preso, Presidente? Esse cidadão que quebrou tudo? Esse mostra que quebrou, as imagens estão aí. Ele está preso? Vamos trazer pra cá. Vamos trazer pra arena. Ele vai contar pra gente quem financiou, quem que ajudou a quebrar, quem que patrocinou. É ele que tem que estar aqui. Chega de trazer pessoas que não vão fazer nada pra sair bem. Isso aqui é caro. A gente está chegando agora no mês de setembro, e a gente está falando nessa CPMI, e até agora a gente não trouxe quem realmente quebrou isso tudo aqui.

Enquanto tem uma pessoa que eu vou mostrar nas imagens aqui, eu vou lá em Minas Gerais mostrar pra vocês, um vendedor de alface que está com a torção de tornozelo, vendendo alface com a torção de tornozelo, pagando seus impostos, vendendo alface pra pagar essa Casa, que é cara aqui, que não mostra a verdade. E que está com medo de mostrar a verdade. Aquele que fala que é vítima, Presidente, não quer deixar mostrar a verdade. Vamos mostrar a verdade aqui? Que eu já falei: eu não passo pano pra nada, eu estou aqui pra defender os inocentes. E tem inocentes. Tanto que quando eu peguei e comecei a movimentar aqui, mostrando a quantidade de ônibus, eu mostrei pro Ministro da Justiça, liberaram os ônibus, que não tinham culpa nenhuma.

Então tem inocentes que estão pagando pelos pecadores. Agora, esses pecadores, está na hora de sentarem ali e a gente poder questionar e cobrar deles, pra acabar essa CPMI de uma vez, porque isso aqui custa caro. A população não aguenta mais esse circo, essa palhaçada aqui, não. Sabe, eu estou aqui pra trabalhar, pra resolver. Então eu espero que o Presidente, junto aqui com a oposição, situação, o que for, resolva, traga quem realmente precisa trazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, o Ibaneis, que é Governador aqui, já falou: "Eu estou disposto a ir". Traga ele; traga ele. E tem muitos que podem sentar aqui. Traga muitos que estavam presos lá, na Colmeia. Traga pra sentar aqui. Quero ver se eles não vão falar o que está engasgado na boca deles pra falar aqui.

Inocentes pagando por pecadores, pagando imposto pra manter esse circo aqui. Essa palhaçada aqui. Cheguei aqui cedo, estou aqui até agora...

(Soa a campainha.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Já estou terminando, Presidente.

... e não resolve o que tiver de resolver.

Se a gente está representando o povo e está aqui pra fazer justiça, vamos fazer justiça. Quem errou vai pagar. Agora, inocentes não vão pagar pelos pecadores, não, viu?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Senador Cleitinho, obrigado.

Senador Rogério Correia.... Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Vai falando que sou Senador, que um dia eu ainda chego onde o Cleitinho já está, chego no Senado.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Chega, rapaz. A esquerda está saindo e está abrindo espaço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente – isso é até um elogio, Senador –, essa reunião hoje foi muito importante.

Infelizmente, é preciso dizer ao Fábio Augusto Vieira que ele tem contra ele uma denúncia de ser, sim, um golpista, de ter contribuído para que este golpe virasse uma tentativa violenta de usurpar o poder. Mas essa não é uma denúncia que nós estamos fazendo aqui.

Aliás, quando o Sr. Fábio foi convocado, quem o fez foram os Deputados e Senadores da oposição; foram quem assinaram o requerimento. E achavam que realmente o papel que a Polícia Militar tinha tido tinha sido um papel de reprimir os golpistas, por isso o chamaram. O problema é que o WhatsApp de vocês foi recolhido, através de telefones, e ali foi revelado o crime cometido por sete comandantes da Polícia Militar.

Então, não adianta aqui tentar nos jogar contra a Polícia Militar e Constituição. O problema é que tem sete comandantes que, entre eles, se comunicavam e falavam de golpe. E nós mostramos diversas destas falas aqui, que diziam que ia ter o art. 142; que o Lula não ia continuar, não ia tomar posse,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o diálogo começou antes e, depois, não ia continuar no Governo, porque aqueles que estavam vindo – e sabiam que estavam vindo –, iam, com a ajuda da Polícia Militar, dos seus comandantes, dar um golpe de Estado; e que Bolsonaro seria mantido no poder. Então vocês dialogam assim; sete comandantes.

É óbvio que essa Polícia Militar, os soldados, comandados por vocês, não tiveram condições de agir. Foi isso que está demonstrado na peça da Procuradoria-Geral da República, da PGR, ou seja, os comandantes armavam o golpe. Por isso é que são golpistas, estão aqui como golpistas. Estão sentados no banco do réu. Estão presos, porque tentaram acabar com o processo democrático, o que não é da origem nem do dever da Polícia Militar, pelo contrário.

Quando o senhor assumiu o comando, provavelmente jurou que ia fazer com que a Constituição fosse cumprida. E de repente, são passados vídeos, recados, tudo incentivando, entre um e outro, o que seria o processo de golpe contra a Constituição.

As eleições tinham já terminado, Bolsonaro foi derrotado. Era para dar posse ao Presidente Lula, e não para incentivar golpistas a não permitir que o Presidente Lula tomasse posse – foi o que vocês fizeram. Sete comandantes estão presos por causa disso, e não adianta negar.

Então, ao não falar, fica o que está aqui nos autos e que estava nos celulares.

Agora, se Deputados e Senadores preferem não querer ver isso, é um problema; é um problema de visão. E pior, tem uns que não entendem – eu acho que são mesmo mais limitados –, não conseguem entender isso. Mas é evidente que está muito claro o papel exercido pelo Comando da Polícia Militar.

Foi só a Polícia Militar e só o Comando da Polícia Militar? Não. Do Exército, tem alguns que com certeza agiram assim. Por exemplo, o General Dutra, que tem que vir aqui mesmo. O General Dutra não deixava retirar os golpistas. Inclusive tinha arma lá dentro do acampamento, e ele não deixava retirá-los de lá. Fez o maior escarcéu para não os retirar de lá, porque ali era um berçário, que, inclusive, ensaiou a bomba que ia ser colocada e ia matar gente no aeroporto de Brasília. Então, também tem generais do Exército que estavam nisso.

O General que era o Ministro da Defesa do ex -Presidente Jair Bolsonaro...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... simplesmente recebeu um *hacker* lá dentro, um *hacker* para falar mal das urnas. Olha que coisa impressionante! Para falar o quê? Que as eleições não podiam continuar.

O Anderson Torres era o Secretário de Segurança Pública. Onde estava o Anderson Torres? Esse, sim, estava foragido; devia estar lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora o Lula, que foi cuidar daqueles que estavam sofridos por causa da chuva, dizem que fugiu. Querem dizer... Isto, sim, é narrativa esquisita: "o Presidente fugiu para Araraquara". Para quê? "Para ver o circo pegar fogo." E o circo era de quem? Era dele, porque ele tinha sido eleito. Para que o Lula ia querer que o circo pegasse fogo aqui? Não tem a menor lógica. É por isso que vocês não conseguem fazer com que esta CPMI ande; não anda no sentido que vocês querem, mas ela está descobrindo os golpistas e vai descobrir mais.

E é evidente que Bolsonaro foi o grande artífice de todo esse processo que era de interesse dele.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Encerrado o último orador, eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Se o senhor desejar fazer alguma consideração...

O SR. FÁBIO AUGUSTO VIEIRA *(Fora do microfone.)* – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Bom, agradeço esse tempo longo, cansativo.

Eu espero que, ao encerrarmos, nos lembremos que há um escopo, há fato determinado.

E, mais uma vez, aqui no exercício desta Presidência, senhores, eu apelo e vou apelar até o final para que pessoas que estão presas e ainda presas à tornazeleira sejam ouvidas aqui antes do final, que tragamos um número de pessoas, existem "n" números de pessoas que entraram na bandalheira, que fizeram quebra-quebra, que entraram no efeito manada, no efeito crucifica, e esses vão ter que pagar. Mas é preciso ouvir inocentes que estão jogados dentro do útero do elefante, da barriga do elefante, sabe que cabe tudo, que estão de incitador até terrorista.

Então, neste exercício aqui de Presidência, se eu tivesse neste momento que me reunir com a Relatora, certamente era o pedido que eu faria, porque isso é direitos humanos.

Até Marcola tem direitos enquanto preso. Sujeito líder da maior facção criminosa hoje na América Latina e tomando conta do mundo tem direitos, por que um cidadão que foi preso dia 8 não pode ser ouvido?

De maneira que coloco em votação a ata desta 4ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, antes de dizer que está encerrada a sessão, eu vou pedir...

Eu estou atrapalhando vocês aí ou não? Eu estou atrapalhando vocês ou não?

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Que isso! Nós estamos pedindo aqui para trazer alguém que estava preso.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deixe-me pedir, nobre Relatora. Eu lhe faço um apelo em nome dos direitos humanos. V. Exa. sabe que até um indivíduo como Marcola tem direito à visita; e ele está preso, o Estado tem que cuidar, é problema do Estado. Mas que pessoas inocentes e aqueles que participaram da bandalheira, e eles existem, e todos aqueles que eu não os vi em nenhum relatório, que lhe faço, como Relatora... Não vi nenhum desses que vandalizaram, nenhum daqueles que estavam com o fotógrafo na prisão, Relatora. Eu não os vi, tentei identificar todos, tanto na Colmeia quanto na Papuda, eles não estavam lá. Então, vamos trazer quem quebrou, quem tem que pagar, quem tem que responder pelo crime e vamos ouvir, dar uma oportunidade misericordiosa a alguém que vai dizer: "Olha, eu estava na rua por essa razão, pelos meus filhos, pela minha fé, eu não acredito no aborto, eu não quero ditadura".

Essa palavra ditadura é uma coisa muito forte, restrição da liberdade.

Então eu lhe faço esse apelo, aqui assentado na Presidência. Enquanto Presidente, na ausência de Arthur, se tivesse que encerrar a CPI hoje, seria eu e a senhora que iríamos encerrar, seríamos a última palavra. E, assim como Arthur faz os apelos que ele tem feito para poder equalizar, eu também faço esse apelo neste momento, como Presidente desta CPMI, para que pessoas que são inocentes sejam ouvidas, e quem fez quebra-quebra, quem vandalizou, seja ouvido também aqui para dizer o porquê das coisas. Se é que tem infiltrado, vamos trazer o infiltrado para ele dizer quem o infiltrou e quem mandou ele se infiltrar.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Arthur Oliveira Maia e Magno Malta, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Cid Gomes, Izalci Lucas, Sergio Moro, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Duda Salabert, Rodrigo Valadares, Evair Vieira de Melo, Josenildo, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Delegada Adriana Accorsi e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Prof. Paulo Fernando, Paulo Paim, Túlio Gadêlha, Nelsinho Trad e Abilio Brunini, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Davi Alcolumbre, Omar Aziz, Otto Alencar, Ana Paula Lobato, Amanda Gentil, Dagoberto Nogueira e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitiva de Marco Edson Gonçalves Dias. Finalidade: Oitiva de Marco Edson Gonçalves Dias. Oitiva do Marco Edson Gonçalves Dias, em atendimento aos requerimentos 935/2023, 936/2023, 937/2023, 938/2023, 945/2023, 948/2023 e 982/2023. Resultado: Oitiva realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1833 de 2023 que: "Requer a disponibilização sem recortes do sigilo telemático do Sr. Saulo Moura da Cunha." Autoria: Deputado Arthur Oliveira Maia. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campanha.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos três Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Marco Edson Gonçalves Dias (Requerimento 937, de 2023), que é convocado na condição de testemunha.

Antes de ler, antes de chamar o depoente, eu quero dizer o seguinte. Quando o ex-Diretor da Abin, o Sr. Saulo, esteve aqui, nós solicitamos e ele entregou de maneira espontânea toda a cópia telemática do seu aparelho celular, e, naquele momento, a Mesa entregou para a Secretaria para que o documento fosse extraído – todo o documento. Ele fez a ressalva de que não poderia colocar publicamente aquilo que era sigilo funcional. Então, assim que isso foi feito, que foi extraído todo o conteúdo, a Secretaria da Comissão chamou aqui o Sr. Saulo para que ele indicasse aquilo que estava caracterizado como sigilo funcional ou não. Entretanto, a maior parte de tudo que foi extraído foi considerado por ele próprio como sigilo funcional.

Então, diante dessa condição, eu fiz um requerimento para que essa parte – para que os Deputados e Senadores tenham acesso a essa documentação –, para que essa parte que ele classifica como sigilo funcional seja disponibilizada aos Srs. Parlamentares, uma vez que já está na CPMI, mas em segredo, no cofre da CPMI.

Então, vou colocando como extrapauta esse requerimento.

Requeiro, com fundamento no art. 148 do Regimento Interno, que o sigilo telemático do Sr. Saulo Moura Cunha seja disponibilizado sem recorte, de maneira como chegou a este Colegiado, em computador na sala-forte da Comissão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Quero comunicar que recebi, ontem e hoje, do Ministério da Justiça, três ofícios. Um ofício em que novas imagens do prédio do Ministério da Justiça são encaminhadas a esta Comissão – é um ofício. O segundo ofício trata da questão referente ao posicionamento, que tem sido um... A possibilidade ou não de o Ministério da Justiça, o Ministro, o Governo Federal, no caso, autorizar o emprego da Força Nacional. Esse debate tem sido recorrente aqui na CPMI. Eu recebi esse ofício do Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça, e, dada a relevância desse debate para os trabalhos da Comissão, eu vou ler para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos tomem conhecimento, claro que sem prejuízo daqueles que quiserem a cópia depois, é só se dirigirem à Secretaria da Comissão.

Assunto: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos Golpistas de 8 de Janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

Em face de debate nessa Comissão sobre a necessidade de anuência para a atuação da Força Nacional de Segurança Pública [...] no dia 8 de janeiro de 2023, passamos a expor fatos e apresentar documentos para sanar os questionamentos levantados por alguns Parlamentares dessa Comissão.

A competência constitucional para o policiamento ostensivo da Esplanada dos Ministérios é da Polícia Militar do Distrito Federal [...]. Destaca-se que as sedes dos Poderes têm seu próprio sistema de segurança, sendo que nenhum é vinculado ou subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A anuência da unidade federada para a atuação da Força Nacional foi estabelecida como requisito na Ação Cível Originária 3.427, datada de 27 de setembro de 2020 - ACO 3.427-BA (22463660). Na ocasião, [o Supremo Tribunal Federal] a Suprema Corte decidiu que a dispensa da anuência do Governador de Estado no emprego da Força Nacional viola o princípio da autonomia estadual. Dito isso, a interpretação obrigatória do art. 4º do Decreto 5.289/2004 foi fixada com vistas a garantir o consenso dos entes federados na mobilização da Força Nacional, evitando-se uma "intervenção federal" sem o devido processo legal por cima do estado federado, detentor da competência por intermédio da sua Polícia Militar.

Além disso, em reunião com a Secretaria de Segurança Pública do DF, que ocorreu no dia 7 de janeiro de 2023, ficou acordado que a Força Nacional de Segurança Pública atuaria na segurança do Palácio da Justiça e na sede da Polícia Federal. As demais ruas seriam cobertas pelas forças de segurança locais. Na mesma data, após o recebimento do Ofício nº 7/2023/GAB/PF (21782989), da Polícia Federal, que sugeriu [a Polícia Federal] o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, notadamente para garantia da ordem pública e do patrimônio público e privado, foi editada a Portaria nº 272, de 7 de janeiro de 2023 [...], autorizando o auxílio, em regime de colaboração, o que foi comunicado ao Governo do Distrito Federal, conforme Ofício nº 49/2023 [...]. No entanto, recebemos apenas no dia 8 de janeiro, às 17h29, a anuência do Governador do DF para o emprego da Força Nacional, conforme Ofício nº 6 [...] [Quero dizer que esses ofícios todos estão anexos; o Ministro mandou também todos esses ofícios aqui anexos].



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a decisão da intervenção federal elaborada por este signatário [que é o Ministro Flávio Dino], foi possível à Força Nacional atuar de forma integrada e colaborativa com a Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o mandamento legal. Ou seja, a intervenção federal tornou dispensável a anuência, pois se estabeleceu uma unidade de comando sobre a [...] [Força Nacional], com a derrogação da autonomia federativa, neste caso com amparo na Constituição Federal.

Informo ainda, que, em Requerimento de Informação do deputado Ivan Valente [...], que questiona o então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, sobre o emprego da Força Nacional sem anuência [...] [dos] governadores, foi inserida na resposta do Ministro a Informação nº 105/2021/DIAL/CGESP/SENASP [...], que se apoia na decisão do STF acima citada ACO 3.427 [...].

Dito isso, reitero que jamais poderia cometer abuso de autoridade confrontando uma decisão do [...] [Supremo Tribunal Federal]. Como se constata, a reação à tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023 partiu do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme os fatos e documentos, sendo absolutamente fantasiosa e esdrúxula a menção à "omissão". Em vez disso, todas as providências cabíveis, no âmbito das competências legais, foram tempestivamente adotadas, à luz do sistema constitucional pátrio, que não permite que o Governo Federal invada uma atribuição de ente federado, no caso prover segurança em vias públicas do Distrito Federal.

Atenciosamente,
Flávio Dino.

Eu sei que todo mundo vai pedir para falar, eu quero dizer o seguinte: eu não vou estabelecer aqui – porque tem outro ofício ainda para ler falando de câmeras –, eu não vou estabelecer aqui um debate em que todos vão se inscrever para falar sobre isso. Eu vou permitir que dois Deputados do Governo, dois Deputados da oposição usarão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... não, eu vou falar sim, Deputado – cada um – esse tema tem sido aqui permanentemente recorrente... Sobre esse tema, cada um poderá falar cinco minutos. Mas eu já vou ler o segundo ofício para que cada um indique dois membros, cada um desses membros falará por três minutos e nós encerraremos essa discussão sobre os ofícios encaminhados pelo Ministro Flávio Dino.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, coloque Senador também, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, claro, estou falando membro... Aqui, para mim, nesse Plenário, Deputado e Senador, é uma coisa só. Então, me desculpe, estou falando membros do Colegiado, naturalmente.

Agora, eu vou ler o segundo ofício, eu vou ler o segundo ofício...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou ler o segundo ofício encaminhado hoje pela manhã pelo Ministro da Justiça, que trata da questão das câmeras do Ministério da Justiça.

Ofício nº 1578/ 2023 [...] [do Ministério da Justiça].

Ao Senhor

Arthur Oliveira Maia

Presidente da [...] [Comissão Parlamentar de Inquérito]

Assunto: Inquérito. [...] [CPMI] – Requisição de informações. [...]

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício 339/2023 – [...] [da CPMI de 8 de janeiro], no qual Vossa Excelência solicita a remessa, à CPMI, das imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça, registradas no dia 8 de janeiro de 2023.

Nesse contexto, em complementação ao Ofício nº 1550/2023 [...], [do Ministério da Justiça], desta Secretaria-Executiva, informamos:

I - O termo de referência do contrato da empresa responsável pelas câmeras de segurança, firmado em 01/11/2018, estabelece que as imagens devem ser armazenadas por 30 dias. Desde então, estabeleceu-se durante todos os anos posteriores a prática do mercado, ou seja, ocorre automaticamente o processo de regravação.

II - As imagens encaminhadas à CPMI até o dia 30 de agosto referem-se aos registros considerados, pelas autoridades competentes [no caso, a Polícia Federal], importantes para instrução dos inquéritos, e que foram, portanto, preservados.

III - Assim, em face do processo de regravação, com amparo contratual, apenas as imagens de inquéritos foram preservadas e enviadas a essa CPMI.

Ao ensejo, permita-me anotar que esta Secretaria-Executiva permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, está aqui esse segundo ofício, também do Ministério da Justiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Assinado por quem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Assinado por quem? Não foi pelo Ministro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – O Secretário-Executivo, o Cappelli.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O ofício é assinado pelo Secretário-Executivo, Ricardo Cappelli.

Bom, eu vou fazer o seguinte, eu vou abrir aqui três minutos para a oposição, três minutos para o Governo. Cada... Obviamente que eu acho mais razoável que fale um Senador da oposição, um Senador do Governo. Aqui me pedem já... dois Senadores pedem a palavra, três Senadores: Sergio Moro, Esperidião Amin e Izalci. Eu quero que vocês definam um ou, então, dois, e aí excluiríamos o Deputado.

Quem é que vai falar é a primeira coisa de que eu preciso...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu quero fazer um pedido a V. Exa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Pela ordem.*) – Assim como V. Exa. acabou de aprovar um requerimento, agora, com relação às imagens... aos documentos que já estão aqui, de acesso, nós precisaríamos, evidentemente, de uma perícia com relação a essas questões das câmeras do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Perfeito.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Porque o que a gente percebe é que está havendo postergação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Quem vai falar, então: Moro ou Esperidião?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, pronto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falará o Ministro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, é um da oposição e um do Governo, não dá para falar quatro.

Já está ali o Deputado Ramagem e o Deputado Filipe Barros pedindo... Eu quero saber quem são os dois da oposição que vão falar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esperem, os dois do Governo primeiro... desculpa, oposição. O Governo fala por último. Eu quero saber os dois da oposição que vão falar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, aí vocês se resolvam, não sou eu que vou fazer a lista de oradores.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como é, então? Quem é que vai falar?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O Moro e o Amin vão falar pela oposição, Presidente, como Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, vão ser os dois Senadores que vão falar pela oposição?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então quem é?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Um Senador e um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como é?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Um Senador e um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, me digam quem é o Deputado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Moro e Ramagem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Moro e Ramagem. É isso, então, que vai ser feito? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pronto.

Então, três minutos para o Senador Sergio Moro; três minutos, depois, para o Deputado Ramagem.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos apurando aqui... E ninguém quer poupar os invasores ou quem depredou, mas nós temos que saber por que que as forças de segurança falharam no dia 8.

Essa justificativa do Ministro da Justiça, muito bem foi lida aqui, não corresponde ao que a gente vê na realidade. Hoje mesmo coletei fatos aqui: a Força Nacional de Segurança atuou na posse do Lula – Portaria do Ministério da Justiça 259, de 27 de dezembro de 2022. Não tem autorização, não tem solicitação do DF, e a Força de Segurança estava lá. Assim como esteve em 2019...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... com minha autorização, protegendo a Esplanada, assim como esteve no Governo Temer.

Esse precedente do Supremo Tribunal Federal é uma situação absolutamente diversa, que envolve a Bahia, e não a Praça dos Três Poderes.

Mas ainda que nós pudéssemos dizer assim, existe uma questão jurídica a ser resolvida: o fato que essa CPMI revelou que tinha quatro pelotões de choque da Força Nacional de Segurança Pública no estacionamento do Ministério da Justiça, e ali se tinha presente a visualização, inclusive, da invasão do Congresso, da invasão do Planalto. Aliás, declaração do G. Dias – que ele pode confirmar daqui a pouco –, os manifestantes romperam a barreira do DF e passaram na frente do Ministério da Justiça se direcionando ao Congresso e ao Palácio do Planalto. E tinha quatro pelotões de choque que não agiram.

E o que é que nós estamos vendo? Nós não conseguimos ouvir nesta CPMI – porque o Governo tem obstruído, com a utilização aqui do jogo político dentro da CPMI –, não conseguimos ouvir o Diretor da Força Nacional. Nós temos que ouvir o próprio Ministro Dino, para que ele possa esclarecer. E aqui, abrindo os espíritos, ninguém está afirmando uma culpa antecipada...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ...mas o fato inegável é que havia quatro pelotões de choque da Força Nacional, o Ministério da Justiça sabia do risco de invasão e depredação de prédios públicos, e eles ficaram parados, apenas agiram, como foi informado, depois das invasões, para retirar os invasores. E nós queremos saber: quando foi essa ação? Foi depois da autorização então do Governador? E é o Governador então que decide se o Supremo pode ser invadido ou não? O Ministério da Justiça errou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

flagrantemente nessa data ao deixar esses quatro pelotões de choque, que poderiam ter impedido a invasão, e está utilizando argumentos jurídicos que não se sustentam, considerando os precedentes e a própria atuação da Força Nacional na data da posse do Lula, sem que houvesse solicitação ou autorização do Governador do DF.

Por isso, reforço a necessidade, pela oposição, da oitiva do Diretor da Força Nacional e da oitiva do próprio Ministro Dino, perante esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia, por três minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu fico impressionado de ver como é que alguns querem se abster do processo que aconteceu aqui em Brasília no dia 8 e antes do dia 8.

Nós, na semana passada, aliás, nesta semana, escutamos o Comandante-Geral da Polícia Militar. Junto com ele tem mais seis comandantes da Polícia Militar presos. Por que é que esses comandantes estão presos? Porque eles não agiram no dia e, pior, entre eles trocaram ideias sobre como deveriam agir para facilitar o golpe. Nós lemos trechos inteiros falando exatamente destes comandantes, ou seja, eles retiraram a Polícia Militar da ação para facilitar que os golpistas chegassem aos três Poderes. Eles estão presos, no parecer da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal acatou a denúncia e mandou prender. Estão lá sete comandantes da PM presos.

E, sinceramente, a oposição quer dizer que isso não tem nada a ver, que a Polícia Militar não deveria mesmo ter agido, que isso seria da Força Nacional de Segurança, que tinha restrições constitucionais... Tem alguns que não se importam com as restrições constitucionais, por isso foram considerados, então, até juízes parciais pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Portanto, é óbvio que o Ministro Dino não poderia ter a irresponsabilidade de simplesmente não acatar aquilo que era do Supremo. O que o Ministro Dino fez foi acatar, inclusive, as reuniões que tiveram prévias, que colocavam funções para a segurança através da Força Nacional. E aí, sim, se estabeleceu em comum acordo qual a função dela, que foi cumprida, e não foi cumprida a da Polícia Militar. Não vão lembrar disto: que tem sete comandantes presos? Além disso, Presidente, há aí também uma cortina de fumaça. Quem é que veio aqui fazer essa quebradeira ou lá dentro do Palácio Planalto? Quem foram?

Olhem o Documento 322...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ...da Abin, que chegou segunda-feira passada, um documento sigiloso, mas ele é muito importante. Ele é ainda do Governo Bolsonaro, da Abin. Eu vou ler um trecho. Olha o que diz esse documento:

[Além de sinalizar tendência de radicalização] [...] demonstram interesse em associar narrativas supremacistas a movimentos de contestação dos resultados eleitorais [os que vieram quebrar aqui] e adotam discursos que dialogam com pautas de outros grupos para recrutar novos adeptos e promover ações violentas contra utilidades, instituições e agrupamentos antagônicos.

Esses eram os que vieram fazer a quebradeira. A Abin detectou esses grupos. Portanto, foram grupos bolsonaristas que vieram até aqui na tentativa de golpe.

Ora, é crível que o Ministro Dino quisesse que essa quebradeira acontecesse e a tentativa de golpe? É óbvio que não, porque quem tinha ganhado a eleição era o Presidente Lula. Interessava isso a quem perdeu as eleições, Jair Bolsonaro, que, aliás, hoje está em apuros, esclarecendo a questão das joias lá na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esses dois ofícios são respostas esdrúxulas de quem está inventando e não tem mais argumentos contra o que nós estamos provando aqui.

Essa decisão do STF se refere a uma cautelar em liminar na Bahia. Já há, nos autos, parecer da AGU dizendo da possibilidade, e diversos Ministros se manifestaram a esse favor. E, na Bahia, só houve essa decisão, porque se tratava de uma ordem pública da Bahia, estadual apenas, não federal, e de patrimônio estadual, para que se evite uma possibilidade de uma intervenção. Completamente ao contrário do que aconteceu aqui no DF.

Aqui no DF, a ordem pública era federal, patrimônio público federal, e a intenção do Ministro era de uma intervenção. Nós sabemos que eram sete pelotões da Força Nacional que ele tinha à disposição: um, dentro do MJ; seis no estacionamento, só que dois foram empregados apenas já no final, quando o caos já estava tomado. E o DF... A Polícia Militar do DF estava lutando sozinha contra esses vândalos.

Nós conhecemos a empáfia, a arrogância do Sr. Flávio Dino, típico de líderes autoritários, comunistas. Será que uma pessoa como essa, que sabe que o dever da Força Nacional, por lei, é preservar a ordem pública e a defesa do patrimônio... Se essa pessoa, esse Ministro não quisesse que não quebrassem ou invadissem, ele não poria a Força Nacional – sete pelotões – para atuar? Não, ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quis o resultado. Ele quis o resultado, previamente ciente, porque ele sabia que ele usaria... Nem mil pessoas entraram para quebrar...

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Ele usaria tudo aquilo para botar uma pecha, para acusar todo o movimento pacífico de direita de terroristas.

Mas a gente está mostrando que esta CPMI não é do golpe, é da omissão dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Quero um pouco mais de tempo sobre as imagens.

Como é que um ex-juiz, Ministro da Justiça, que é o ministério para a solução de crimes, não preserva as imagens? Ele, nas suas respostas esdrúxulas, ainda confessa que a Vice-Governadora estava com ele no MJ. Então, duas pessoas beneficiadas: ele botou um interventor, o 02 dele – como é que um interventor não preserva as imagens? –, e uma Vice-Governadora, que, com o afastamento, se tornou Governadora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali, por três minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me parece que os espíritos abertos aqui são os espíritos da mentira, da desonestidade intelectual e do desrespeito.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Esses dois ofícios, esses dois ofícios são respeitosos à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque trazem a historicização legal e constitucional do processo do uso da Força Nacional, e encaminham exatamente que as imagens que foram preservadas são as que estão no inquérito. Então, é muita mentira que se usa aqui. Usar o exemplo de 2019, como usou o primeiro orador aqui, é desonesto – é desonesto –, porque a decisão do Supremo Tribunal Federal foi em 2020, foi em 2020!

Segundo, no plano de ação integrada da posse do Presidente Lula, estava no plano de ação integrada, junto com o Governo do Distrito Federal, o uso da Força Nacional, estava junto, foi decidido junto, estava no plano de ação integrada da posse de Lula, coisa que não estava no plano de ação integrada do 8 de janeiro. Ali, o plano de ação integrada mandava a Força Nacional ficar no Ministério da Justiça e na Polícia Federal, e foi correto cumprir.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu quero falar sem interferência, Presidente. Parece que os meninos do ensino fundamental voltaram hoje para a CPMI.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu quero falar sem interferência!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A senhora tem mais um minuto, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Obrigada, Presidente.

Então, o que o Ministro Dino fez...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem alguém... Alguém acordou mal hoje, aqui, não é? Dá café, dá um pãozinho, que talvez melhore ali o humor.

Então, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores, eu peço silêncio para que a gente mantenha a ordem da reunião, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Silêncio, educação e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, eu peço silêncio para que mantenhamos a ordem da reunião. Vamos respeitar aqui a palavra de todos, senão não vai ser possível a gente levar com ordem esse trabalho.

Por favor, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Silêncio, educação e respeito é o que a gente exige aqui.

Então, o que foi feito no 8 de janeiro foi cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal e a Constituição. A falha de segurança pública ser jogada para uma força complementar com polícia de outros estados? Pelo amor de Deus, isso é uma brincadeira! Ficou claro que a barreira que a PM do DF botou aqui, que o comando botou aqui, foi uma barreira aí, sim, esdrúxula, aí, sim, ridícula, aí, sim, ínfima, que foi rompida no primeiro empurrão, porque a decisão era não evitar que a invasão dos três Poderes acontecesse para provocar uma GLO, que inteligentemente não foi chamada, inteligentemente não foi chamada!

Então, é importante aqui a gente reafirmar o que eu disse na outra, na terça-feira. A ação do comando da Polícia Militar do DF foi uma ação deliberada dolosa para facilitar o golpe, dolosa para facilitar o golpe!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É isso que aconteceu com o comando da PM do DF.

Em relação à causa do que aconteceu, vem para cá um bando de supremacistas, um bando de fascistas, um bando de gente querendo dar golpe, e o problema está no Ministério da Justiça do Governo que ganhou? Pelo amor de Deus! Quem pega a arma e atira é um homicida. Não dá para a gente ficar brincando com essas narrativas idiotas que a gente ouve aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O Flávio, o Flávio Silvestre...

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Gente, sejam um pouquinho inteligentes, isso é uma metáfora, pelo amor de Deus!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A inteligência faz parte.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A inteligência faz parte. Não é?

E finalmente quero dizer que o Sr. Flávio Silvestre da PM, ele dizia: "Não vou aceitar a Força Nacional na minha Esplanada e no meu território". Ele era o Comandante das operações no território, junto com o Comandante Fábio. É inacreditável...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Acabou o tempo, Presidente. Aí também não... Aí já tinha dado um minuto, Presidente. Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, quem determina aqui o tempo a mais ou a menos que eu dou para todos para concluir o raciocínio é a Presidência. Então, não venham com essa pressão, não, Deputado André Fernandes. Eu darei o tempo que eu quiser, então vamos respeitar...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Você estava indo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... como eu respeito também quando Deputado da oposição está falando e se estende. Agora mesmo aconteceu isso. Será possível? Vamos parar com isso, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quem está irritando aqui é V. Exa. É um absurdo isso.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Se acalme, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Continue, Deputada.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Se acalme.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vocês querem tumultuar a sessão porque não têm argumento. Conversa absurda essa.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Se acalme.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas V. Exa. está provocando, e a reação é normal. Não, eu fico calmo da forma como eu quiser, Deputado. Agora eu lhe garanto que V. Exa. não vai tumultuar esta sessão. Não vai tumultuar. Não vai tumultuar! E eu mando V. Exa. interromper a sua fala, senão eu vou lhe retirar do Plenário.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Se acalme.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou lhe retirar do Plenário. Se V. Exa. continuar com essa argumentação e provocando a Mesa, eu vou mandar retirar V. Exa. deste Plenário. A minha calma depende de mim, não é de V. Exa. E eu exijo que V. Exa. pare de falar.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Ah, agora eu vou ficar calado?

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Quando alguém está falando, sim. Quando alguém está falando, sim. Quando alguém está falando, sim.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não vou deixar isso barato, não. Cadê? *(Pausa.)*

Deputado Abílio, eu peço que o senhor pare essa filmagem e se sente como todos os Parlamentares. Eu peço que o senhor pare essa filmagem e se sente como todos os Parlamentares, Deputado. Isso não é papel de Parlamentar. O senhor não é cinegrafista. Eu peço que o senhor se sente, tome seu lugar, para que essa Mesa possa prosseguir os trabalhos.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode prosseguir, Deputado.

Eu quero chamar a atenção – e estou seguindo o Regimento –, antes de tomar uma medida mais drástica, eu estou chamando a atenção, de acordo com o art. 22, pela primeira vez, do Deputado André Fernandes e do Deputado Abílio Brunini.

Peço que o depoente Marco Edson Gonçalves Dias seja conduzido à mesa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu posso apresentar uma questão de ordem – questão de ordem?

Eu fui um dos requerentes para que o General Gonçalves Dias aqui se apresentasse. Fui surpreendido hoje com a informação de que o meu requerimento foi indeferido e, por isso, eu não figuro na lista dos requerentes.

Pela lógica, se a matéria foi aprovada, seja com o meu requerimento ou não, será a primeira vez que me inscrevi como requerente e esta interpretação acho que fere o princípio da lógica. Seja no meu, seja no dele ou de qualquer outro, o intento foi acolhido. É só isso que eu queria ponderar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O.k.

Senador Esperidião Amin, nós sabemos que aqui, na primeira reunião, vários requerimentos foram rejeitados, inclusive o de V. Exa. Eu informei, entretanto, que aceitaria a reapresentação desses requerimentos. Foram apresentados novos requerimentos. Nessa ocasião, V. Exa. não apresentou novo requerimento. Então, a mesa está considerando apenas os requerimentos que, de fato, foram votados e aprovados. Os que foram rejeitados não podem ser considerados. Peço a compreensão de V. Exa., que é bastante experiente e sabe os trâmites desta Casa. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, não tem condição de permanecer assim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero informar a todos que nós temos aqui um rito próprio, General, para esses depoimentos. Então, inicialmente, será concedido um tempo de 15 minutos para que o senhor faça a sua explanação. Em seguida...

Deputado Brunini, eu vou lhe chamar a atenção pela segunda vez, porque V. Exa. está tumultuando os trabalhos. Na terceira vez, eu vou ter que pedir que o senhor se retire deste recinto. Estou lhe chamando, de acordo com o art. 22 do Regimento Interno do Senado, a atenção pela segunda vez. Na terceira, o Regimento já me faculta que o senhor saia da sala. Não vou falar mais isso com o senhor.

Então, passarei a palavra ao General G. Dias pelo prazo de 15 minutos. Em seguida, General, nós ouviremos aqui a Relatora, que não tem um tempo determinado, ela pode usar o tempo que assim



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejar. Depois, os Parlamentares inscritos poderão falar por até 10 minutos, porque, na verdade, é uma inquirição. A resposta que V. Sa. der ao longo dessa inquirição conta no tempo do Parlamentar, de sorte que o Parlamentar pode até interromper a resposta quando se julgar satisfeito e, ao final de todas as falas, nós vamos ouvir, passar a palavra ao senhor por mais cinco minutos para as suas considerações finais. *(Pausa.)*

O senhor tem o direito ao silêncio, de acordo com o que foi aqui dado pelo Ministro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... Luciano Zanin.

Agora, a decisão do Ministro Luciano Zanin, do Ministro Zanin, o que está aqui posto, diferentemente da outra decisão, o que está aqui posto é que o depoente poderá ficar calado naquilo que o incrimine; entretanto, não pode deixar de responder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... a questionamentos que não o incriminem. Essa é a decisão do Supremo Tribunal Federal que me chegou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – V. Exa. não comunicou a este Plenário que na decisão tenha sido determinada a não tomada do compromisso. Então, como V. Exa. já está indicando a fala dele, eu alerto V. Exa. quanto à tomada do compromisso em se tratando de testemunha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O *habeas corpus* que foi concedido ao depoente o traz aqui na condição não de testemunha, mas de investigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Mas no requerimento não...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas acontece que houve um *habeas corpus*, e a compreensão do Ministro é a de que o depoente vem aqui na condição de investigado. Essa é a decisão tomada pelo Ministro Zanin. O *habeas corpus* está aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu vou... Eu concordo com o Ministro, Sr. Presidente. É uma pena que nos casos anteriores esse precedente não tenha sido referendado, mas a lógica do processo é exatamente essa que V. Exa. está a comunicar e que veio dentro da decisão do Ministro Zanin. Está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correto. É uma pena que nos demais casos não houve essa prática, mas V. Exa. está correto na interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olhem só, o que está aqui posto pelo Ministro Zanin é o seguinte: "Defiro medida liminar [...], para garantir ao paciente, no que toca aos questionamentos capazes de incriminá-lo". No que é capaz de incriminá-lo, o Ministro autoriza aqui o direito de o depoente não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade – no que seja capaz de incriminá-lo.

Então, eu vou refazer a pergunta ao Sr. General G. Dias nos seguintes termos: Sr. General, excluídos os questionamentos capazes de incriminá-lo, V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que lhe for perguntado?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Presidente, nos termos do que não me incrimine, sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito bem. É assim que consta exatamente no *habeas corpus*. Então, o senhor está dentro do limite daquilo que foi deferido através de um *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, eu vou inicialmente passar a palavra a V. Sa. pelo tempo de até 15 minutos para as suas considerações.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer aqui o convite e quero me desculpar pelo atraso. Eu moro na DF-140, km 2 – para os senhores terem uma noção, Jardim Botânico, depois da Papuda. Saí de casa precisamente às 7h30, passando no escritório aqui para pegar o advogado, cheguei aqui agora e peço as desculpas a todas as senhoras e senhores.

Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Arthur Oliveira Maia, Presidente da CPMI; Exmo. Sr. Senador Cid Gomes, Primeiro-Vice-Presidente da CPI; Exmo. Sr. Senador Magno Malta, Segundo-Vice-Presidente da CPI; Exma. Sra. Senadora Eliziane Gama, Relatora da CPMI. Em nome da Exma. Sra. Relatora Eliziane Gama, dos Exmos. Srs. Deputado Arthur Maia e demais Senadores que dirigem esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cumprimento todas as Sras. Senadoras e Deputadas e todos os Srs. Senadores e Deputados aqui presentes.

Sou General de Divisão do Exército Brasileiro. Concluí a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) de Infantaria, em 1975. Possuo os cursos de Forças Especiais, de Comandos de Guerra na Selva, paraquedista, Aperfeiçoamento de Oficiais, curso de Comando Estado Maior, curso de Política,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estratégia e Alta Administração e de Segurança Presidencial. Com muita honra, prestei serviço às Forças de Segurança da ONU na América Central por um ano e meio, no início dos anos 90.

Entre os anos 2003 e 2010, coordenei a segurança do Presidente da República. Em 2011, como General de Divisão, comandeí a 6ª Região Militar, em Salvador, na Bahia. Em dezembro de 2022, fui convidado para assumir o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Tomei posse em 1º de janeiro de 2023. Pedi afastamento do posto em 19 de abril. Saí por causa da divulgação imprecisa e desconexa de vídeos gravados no interior do Palácio do Planalto durante a invasão do prédio, em 8 de janeiro de 2023.

Naquele dia, foram cometidas agressões impensáveis à democracia brasileira. Eu era Ministro-Chefe do GSI. Cabia a mim, funcionalmente e como cidadão brasileiro, preservar a sede do Poder Executivo do Estado brasileiro, o Palácio do Planalto.

No dia 8 de janeiro, utilizando de todos os meus conhecimentos agregados pelos cursos que realizei ao longo de mais de 44 anos de serviço, pelas experiências vividas dentro e fora das funções do Exército, exerci efetivamente minha ação de comando na defesa e preservação do palácio presidencial, no meio de um levante antidemocrático. Foi um ataque único, inédito e inimaginável para todos nós que somos democratas e devotamos respeito à Constituição e às instituições.

Tendo conhecimento agora da sequência dos fatos que nos levaram até aquelas agressões de vândalos e também da ineficiência dos agentes que atuavam na execução do Plano Escudo, aprovado com a coordenação de diversos órgãos civis, militares e de segurança pública, seria mais duro do que fui na repressão. Faria diferente, embora tenha plena certeza de que envidei todos os esforços e ações que estavam ao meu alcance para mitigar danos e, o mais importante, preservar as vidas de cidadãos e cidadãos brasileiros, sem derramamento de uma gota de sangue, sem nenhuma morte.

O consórcio de ações e inações das forças policiais da Polícia Militar do Distrito Federal, que não foram eficazes no cumprimento das atividades sob sua responsabilidade, previstas no Protocolo de Ações Integradas (PAI), levou àqueles eventos.

Em reuniões prévias dos órgãos que tratavam da segurança da Esplanada dos Ministérios, chamadas e organizadas pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, previa-se não permitir o acesso de pessoas e veículos à Praça dos Três Poderes. A determinação, claro, era evitar que os manifestantes chegassem ao Palácio do Planalto, onde deveria estar montado o sistema previsto no escudo do Planalto – onde deveria estar montado o sistema previsto no escudo do Planalto –, que eu determinei que se mantivesse ativo desde o dia 5 de janeiro, cuja execução confirmei à tarde do dia 6 de janeiro, antes de deixar o Palácio, sexta-feira, final de semana.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas medidas nos davam a segurança de que os planejamentos de segurança e proteção que haviam sido planejados estavam sendo executados e seriam cumpridos, não existindo a possibilidade de um evento de magnitude do dia 8 de janeiro.

Erros em avaliação no acompanhamento da evolução da situação cometidos por órgãos de assessoramento direto do Gabinete de Segurança Institucional, especificamente a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial e a coordenadoria geral de análise de risco...

Também determinei, sendo conduzido a uma má avaliação dos fatos por ter recebido informações divergentes de pessoas que trabalhavam comigo... Essas informações divergentes me foram passadas por contatos diretos meus com o Sr. Saulo Cunha, a Coronel Cintia, da Polícia Militar do Distrito Federal, e o General Penteado, meu Secretário-Executivo. Essas informações divergentes me foram passadas na manhã do dia 8 de janeiro e culminaram com minha decisão e iniciativa em ir pessoalmente ver como estava a situação no Palácio do Planalto. É claro que seria radicalmente mais exigente e minucioso no detalhamento do planejamento do esquema de segurança, mesmo aquilo sendo responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Em resumo, olhando para trás, algumas decisões seriam tomadas de forma diferente.

Para compreender os fatos daquele fatídico domingo de 8 de janeiro de 2023 é preciso voltar um pouco no tempo. Sexta-feira, 6 de janeiro, último dia útil da semana em que o Presidente da República havia tomado posse sob um clima de brutal tensão de segurança, e tudo havia dado certo. A posse presidencial no dia 1º de janeiro transcorreu dentro da normalidade, foi uma festa democrática. Entre os dias 2 a 6 de janeiro, alguns ministros tomaram posse em seus cargos, medidas provisórias foram enviadas ao Congresso Nacional, Parlamentares, Governadores, Chefes de Estado e integrantes dos Três Poderes circulavam normalmente por Brasília. Não houve um único conflito de segurança capaz de chamar a atenção do público. Permanecia, contudo, a situação embaraçosa dos acampamentos de partidários do ex-Presidente diante do Quartel-General do Exército, algo que não deveria ter sido permitido e foi.

O Governo que assumia herdou a situação. Ela era incômoda, seja no Governo, seja no Comando das Forças Armadas e das Forças federais de segurança. A decisão do Governo era pôr fim àqueles acampamentos.

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal realizou uma reunião no dia 6 de janeiro com diversos órgãos e setores encarregados da segurança e da prevenção dos distúrbios na Esplanada, e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República não foi convidado para o evento. Isso é público.

Dia 6, dentro de uma situação de normalidade, encaminhei-me para encerrar o expediente no Palácio do Planalto. Telefonei para o Diretor Adjunto da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), o Sr.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saulo, que deu um depoimento sério, correto e verdadeiro aqui nesta CPMI. Trocamos ideias genéricas sobre a segurança palaciana. Não falamos de nenhum esquema especial para o dia 8, porque, naquele momento, não havia nenhuma informação que nos indicasse que ocorreria o que ocorreu e as medidas de segurança preventivas já haviam sido tomadas. Reafirmo: o Plano Escudo do Planalto estava ativado e operante por determinação minha. Deixei o Palácio por volta de 18h.

O Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que tem a Abin como órgão central, administrador, tinha como canal oficial utilizado para transmissão de conhecimento de inteligência com os demais órgãos uma ferramenta chamada Correio Sisbin. Durante os primeiros dias do Governo, de 2 a 8, não foi repassado nenhum relatório de inteligência por este meio. E eu, com apenas cinco dias na função, trocava mensagens esporádicas com o Sr. Saulo, usava o aplicativo WhatsApp do meu telefone pessoal. Em minha avaliação, essa troca de mensagem por um aplicativo aberto e por celulares pessoais não corresponde à forma de comunicação correta e institucional para transmissão de informações sensíveis sobre a segurança nacional de suas instituições e governantes.

Somente após os atos antidemocráticos do dia 8, tomei conhecimento de que a Abin havia adotado um grupo de troca de mensagens no aplicativo de WhatsApp, no qual estavam o Centro de Inteligência da Marinha, o Centro de Inteligência do Exército, o Centro de Inteligência da Força Aérea, o centro, a área de inteligência do Ministério da Defesa e a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça.

Voltando um pouco no tempo, porque é necessário fazer isso para compreender os fatos, no dia 6, depois de uma reunião onde a Secretaria de Segurança Pública apresentou o protocolo de ações integradas (PAI) e ativou a Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal, os alertas de segurança do grupo da Abin, até então compartilhados em um grupo de WhatsApp, de cuja existência só tomei, repito, conhecimento após o dia 8, migraram para um novo grupo de WhatsApp.

Como já foi informado, o GSI não foi convidado sobre a reunião do dia 6. Mesmo que estivesse presente, não seria o Ministro do GSI que comporia esse grupo.

(Soa a campainha.)

Eu teria designado o Secretário de Coordenação e Segurança Presidencial, General Feitosa, porque estaria na atribuição dele.

Entre os dias 2 e 5, os alertas não apontavam para uma espiral de violência ou depredações que ocorreu. Ao contrário, diziam que o movimento se esvaziava. *(Pausa.)*

Às 16h30 do dia 6 de janeiro, o alerta de atualização das manifestações registrou o seguinte, em Brasília, abro aspas:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram bloqueados os acessos da Avenida do Exército. O Exército realiza operações de redistribuição da estrutura do acampamento junto a manifestantes, nas proximidades do QG do Exército e da Praça dos Cristais. Não foram identificadas manifestações em outros locais da capital [fecho aspas].

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal assegurava que tudo estava sob controle, que ações especiais eram desnecessárias. Aquele era o cenário no momento em que deixei o expediente do dia 6, sexta-feira. O Serviço de Segurança de Instalações do Palácio do Planalto corria dentro da normalidade e sem alterações. O Plano Escudo do Planalto estava operante e acionado.

Sábado, dia 7, passei todo o dia em casa com a minha família, em Brasília. Presumo que o sistema integrado prosseguiu com seus alertas, difundidos para a célula de inteligência montada pela Secretaria de Segurança Pública do DF.

Naquela primeira semana de Governo, eu seguia usando o meu aparelho celular pessoal e meu aplicativo pessoal de WhatsApp. Tinha convicção de que, se algo extraordinário acontecesse, receberia ligações ou visitas, tendo em vista que eu estava em Brasília e que o meu endereço era do conhecimento de todos os meus chefes e subordinados.

Dia 8 de janeiro, domingo. Passei a manhã em casa, recebi uma ligação do Sr. Saulo Cunha. Ele relatou a possibilidade de intensificação das manifestações. Em seguida, troquei informações, por telefone, com a Coronel Cíntia, da Polícia Militar. Ela me disse que estava tudo calmo. Por volta de 13h30, recebi uma nova ligação do Sr. Saulo. Ele confirmou a intensificação das manifestações.

Liguei, então, para o General Penteado, Secretário-Executivo do GSI. O General Penteado me afirmou que estava tudo calmo. O General Penteado disse que eu não precisava ir ao Palácio Planalto, porém permaneci inquieto e decidi ir até o Palácio do Planalto.

Deixei a minha casa na região do Jardim Botânico, peguei a descida da QI 23, atravessei a Ponte JK. O acesso à Via N1 estava fechado, bloqueado. Desviei para a N2. Deixei meu carro particular no bolsão de estacionamento. Entrei no estacionamento dos anexos e lá estava o Tenente-Coronel Alex, com um carro do GSI. Peguei esse carro, atravessei por dentro dos anexos e parei na cancela leste do Planalto. O General Penteado – que eu nem sequer sabia se estava lá, porque não perguntei a ele onde estava quando nos falamos por telefone – estava lá e foi ao meu encontro. Perguntei a ele por que o bloqueio na frente do Palácio, que deveria ter sido feito pela Polícia Militar do Distrito Federal, não havia sido montado. Aquele era o bloqueio do Plano Escudo do Planalto e tinha que estar montado.

Não, não estava. Cobrei dele, com um palavrão, o motivo de o bloqueio não ter sido montado. O General Penteado não deu resposta à minha pergunta e saiu para montar o bloqueio. Avistei, no meio da confusão, o General Feitosa, Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial; o Coronel



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wanderli, Diretor-Adjunto do Departamento de Segurança Presidencial; o Coronel Garcia, Coordenador-Geral de Segurança de Instalações.

Naquela hora, de pronto, liguei para o Presidente da República e falei o que estava acontecendo. O Presidente estava em Araraquara. Já acompanhava os fatos. Liguei também para o General Dutra, que era o Comandante Militar do Planalto. Pedi ao General Dutra que mandasse para o Palácio do Planalto, de imediato e com urgência, todo reforço que conseguisse reunir, ou seja, além do que foi pedido no Plano Escudo, que mandasse para o Planalto os militares que se tinha à disposição em um domingo à tarde. O General Dutra conseguiu enviar mais duas companhias. A primeira chegou às 16h40 e a segunda chegou às 17h15, respectivamente.

Ao desligar o telefone com o General Dutra, olhei para a direção do Plano Piloto e vi os manifestantes começando a descer a pista do Ministério da Justiça, que é uma rampa. Assisti ao último bloqueio da Polícia Militar ser facilmente rompido antes que os vândalos chegassem ao Planalto. Aquilo não podia ter acontecido. Só aconteceu porque o bloqueio da Polícia Militar foi extremamente permeável.

Na reunião do dia 6, para a qual o GSI não foi convidado, estabeleceu-se o Protocolo de Ações Integradas (PAI). Ele determinava que deveria haver um bloqueio e revista dos manifestantes na altura do Buraco do Tatu, onde fica a rodoviária do Plano Piloto. É a partir dali que o Eixo Monumental deixa de ser uma via eminentemente dos Poderes de Brasília e passa a se tornar a Esplanada dos Ministérios.

O PAI também previa como responsabilidade da polícia que nenhum manifestante ou veículo atingisse a Praça dos Três Poderes. O bloqueio do Buraco do Tatu foi feito. Entretanto, a revista prevista para ocorrer lá não foi feita. Os manifestantes romperam com facilidade o cordão de isolamento da PM e impediram a revista. Deveria existir depois daquele ponto um bloqueio total que impedisse o acesso à Alameda das Bandeiras e à Praça dos Três Poderes. Esse bloqueio aparentemente não existiu ou foi tênue, inexpressivo.

Vi os manifestantes descendo do Ministério da Justiça para o Palácio do Planalto. Ao ultrapassarem a área do estacionamento oeste do Planalto, eles encontraram uma tropa pequena do Batalhão de Guarda Presidencial, porém logo furaram esse bloqueio na avenida, na frente do palácio, à resistência também da Polícia Militar. A partir de então passaram a agir como se tivessem uma coordenação e atuaram como se soubessem como deviam fazer para cercar o palácio.

Eu assisti a tudo do térreo do Palácio do Planalto. Claro que tive ímpetos de reagir, de confrontar. Contudo, readquirindo o autocontrole, controlei-me, porque tinha que cumprir a minha missão: não deixar que defasassem o núcleo central do poder palaciano, o Gabinete do Presidente da República, que fica no terceiro andar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era preciso evacuar os manifestantes do prédio, prender o máximo de manifestantes possível e não permitir a escalada de violência, garantindo a integridade física dos presos com o mínimo de feridos e sem nenhum óbito. Eu estava desarmado e à paisana; havia saído de casa sem saber que tipo de situação encontraria e jamais esperei na minha vida encontrar aquela situação. "Morrer, se preciso; matar, nunca" foi o lema do Marechal Cândido Rondon, um dos Patronos do Exército Brasileiro – o meu lema também, sempre foi. Concentrei-me para retirar os vândalos do palácio o mais rápido possível, de preferência sem baixas e sem confrontos sangrentos. Só havia uma forma de fazer isso: de cima para baixo. Dei a ordem aos oficiais que estavam no palácio. Era preciso alcançar o quarto andar do palácio, o último, e descer evacuando os manifestantes. E isso foi feito.

Quando subi do segundo para o terceiro andar, numa sala de reuniões contígua ao Gabinete presidencial, encontrei três pessoas, uma senhora, uma mulher jovem e um rapaz. A senhora estava assustada, a mulher neutra e o rapaz profundamente alterado. Indiquei a eles e a mais algumas pessoas a escada que leva para o segundo andar. Tivemos algumas altercações. Evitei a violência e conduzi todos eles e mais alguns para o local de acesso à escada que levaria para o segundo andar. Eu havia determinado que as prisões fossem feitas no segundo andar.

Preservamos todo o quarto andar, todas as salas do Gabinete Pessoal do Presidente da República – preservamos todas as salas do Presidente da República.

Bloqueamos o acesso aos anexos do Planalto. E, repito, sem nenhuma gota de sangue.

No Palácio foram presos 182 invasores, eles foram presos a partir de minhas determinações – minhas determinações. Quanto à minha ordem para que efetuassem prisões, já tinha sido dada. O Ministro Flávio Dino, da Justiça, telefonou-me e pediu para que eu fosse ao ministério encontrá-lo. Escoltado pelo Coronel Rogério, desci as escadas, passei pelo 2º andar, para o térreo, alcancei a garagem, atravessei a N2, peguei meu carro e me dirigi para o Ministério da Justiça. Fui comunicado pelo Ministro que o Secretário-Executivo dele, Sr. Ricardo Cappelli, seria nomeado Interventor da segurança pública do Distrito Federal.

Ressalto: enquanto estávamos no Ministério da Justiça, as prisões já estavam ocorrendo no Palácio do Planalto, restaurando aquele... o controle público institucional da ordem sem nenhum confronto que tenha posto em risco vidas humanas, nem do nosso lado, nem do lado dos vândalos.

Fiz tudo que estava sob meu alcance.

Esta é a história que sempre quis contar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Depois de transcorridos os fatos do dia 8, vieram as versões destinadas a distorcê-los.

No dia 20 de janeiro de 2023, enviei para a CCAI do Senado as respostas de um ofício que me foi encaminhado pelo órgão. Era ofício com perguntas abertas, e que prontamente e cordialmente respondi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mim, a partir do relatório feito pela Abin. A CCAI recebeu as respostas no dia 20, e no dia 19 de abril, no mesmo dia em que levaram ao ar da emissora CNN imagens editadas e distorcidas das câmaras de segurança do 3º andar do Palácio, o que estava nas respostas passou a alimentar novas versões, um pouco delirantes e criadas para distorcer o fato e as ordens do evento.

Não mandei ninguém adulterar nada! Nenhum...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – Se ele for tratado com desrespeito, o HC...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhor advogado, o senhor não está autorizado a falar.

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – Mas eu tenho direito de...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, o senhor não tem. O senhor está aqui... Aqui não vou ouvir...

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – ... quando a defesa entender...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não. O senhor não tem como falar e muito menos polemizar com esta Presidência. Eu peço a V. Exa. que se mantenha...

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – Se ele for desrespeitado, ele não vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. pode falar com o seu cliente, mas não pode polemizar com a Presidência e muito menos falar. Isso não está autorizado pelo Ministro, e o senhor não vai falar aqui.

Eu, entretanto, quero falar mais uma vez que eu não vou admitir desrespeito com o depoente. Não vou admitir. Cada um terá direito à sua fala, e não é razoável que, enquanto o depoente esteja falando, as pessoas se manifestem, ainda mais com impropérios. Não vou admitir essa situação!

Não tenho condição aqui, que eu estou ouvindo o depoimento, de saber quem está falando, mas as câmeras têm. E eu vou providenciar que as pessoas que cometerem esse abuso saiam do Plenário. Não vou admitir isso. Então, na próxima vez, eu vou solicitar que a Polícia Legislativa verifique quem está cometendo este abuso e não vou permitir a presença no plenário. Isso vale para todos – todos!

Por favor, General, continue.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Presidente, muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito aqui: não mandei ninguém adulterar documento ou retirar meu nome dos relatórios, apenas, tão somente – tão somente – determinei ao Sr. Saulo que organizasse as informações que deveriam ser dadas à CCAI, dentro de uma lógica única – lógica única, Presidente –: os alertas de segurança abertos com informações de fontes abertas haviam sido passados para um grupo de WhatsApp constituído de órgãos públicos, e não com o meu nome.

Como eu não integrava aqueles grupos, como não estava sequer usando celular público naquele momento e não constava o nome de pessoas no relatório, apenas de órgão, determinei que as informações fossem padronizadas a fim de respondermos à CCAI com presteza e com a verdade – com a verdade, Presidente!

Esses são os fatos, senhores, senhoras. Estou à disposição dessa Comissão, nos termos e nos limites do *habeas corpus* que me foi concedido pelo STF.

Eu agradeço penhoradamente a todos os senhores e senhoras e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Sr. G. Dias.

Passo a palavra agora à Relatora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Srs. Vice-Presidentes, colegas Deputadas e Deputados, Senadores e Senadoras, Sr. General Gonçalves Dias, os meus cumprimentos também à sua defesa, aos advogados aqui presentes – eu vejo uma advogada e um advogado –, meus cumprimentos.

General Gonçalves Dias, o senhor, na verdade, já fez uma exposição muito ampla – não é? – inicial, e aí, até por conta dessa sua exposição inicial, eu vou tentar ser mais resumida aqui nos meus questionamentos e vou aos pontos centrais, na verdade, que motivaram a sua convocação para esta Comissão.

E início, General, falando exatamente do ponto que o senhor aborda na reta final, que é referente aos relatórios que foram apresentados pela Abin tanto ao Congresso Nacional quanto respondendo a uma manifestação da Procuradoria-Geral da República.

De forma resumida, nós tivemos, num primeiro momento, um relatório que foi enviado a esta Casa, na CCAI, provocado aí pelo Senador Esperidião Amin, no qual, neste relatório que chegou, foram apresentados os vários alertas que foram compartilhados aos órgãos de segurança pública do DF, a partir desses serviços de inteligência da Abin. Esse primeiro relatório chegou a esta Comissão precisamente no dia 20 de janeiro. Na sequência, houve uma solicitação... Assinado este documento pelo Saulo, que estava interinamente no comando da Abin. Na sequência, a Procuradoria-Geral da República fez uma nova... na verdade, uma explicação, digamos assim, portanto uma solicitação de um novo relatório. Neste primeiro relatório, do dia 20 de janeiro, não havia a definição específica, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, de alertas ao senhor. Havia... Eu queria pedir aqui à assessoria os dois relatórios. No primeiro relatório havia a definição desses vários órgãos de Segurança Pública, dentre eles... vários órgãos, mas vou aqui diretamente... *(Pausa.)*

Cadê o outro relatório? Esse aqui é o primeiro. *(Fora do microfone.)*

No primeiro relatório enviado, nos pontos, na verdade, em que se definem os órgãos, além dos órgãos que fazem a citação – o CIM, a ANTT, a Anatel, enfim –, ele coloca o Ciisp/DF no primeiro relatório do dia 20 de janeiro.

No segundo relatório, já respondendo a esta provocação, a essa explicação da Procuradoria-Geral da República, ele envia um segundo documento, já no dia 8 de maio, que, segundo o Saulo, muito embora não tenha sido assinado por ele, mas ele, em depoimento nesta Casa, diz que também produziu o segundo relatório, o Ciisp/DF já não mais aparece neste segundo relatório e há a apresentação do órgão Ciisp - Manifestações, e no Ciisp Manifestações vem com a designação dos vários órgãos, que são os órgãos que estavam no primeiro relatório, mas, na designação Ciisp/DF, ele é substituído por Ministro do GSI. Lembrando que o Ciisp Manifestações foi criado exatamente um dia antes da manifestação, que foi no dia 7 de janeiro.

No depoimento feito aqui, General, do Saulo, a gente fez a solicitação do telefone dele, para que nós resgatássemos, na verdade, as mensagens, e nesse levantamento de mensagens que nós fizemos do aparelho celular, em uma das mensagens, precisamente a mensagem que foi enviada para o senhor... na verdade, o senhor envia para ele, no dia 17 de janeiro, às 16h33min, o senhor faz a seguinte pergunta: "Pode tirar o meu nome?". E ele responde, na sequência: "Claro, o senhor não era parte da operação", é a resposta, na verdade, que ele dá ao pedido que o senhor faz através deste celular.

A minha pergunta para o senhor é clara e direta: o senhor mandou fraudar este segundo documento, este segundo relatório?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Muito obrigado pela pergunta, Senadora.

Como eu expliquei inicialmente, a Abin produziu dois documentos: um documento foi inicialmente enviado para a CCAI, o segundo documento foi enviado pela PGR.

Como a senhora disse, o conteúdo dos alertas não era relatório, isso são alertas, não era relatório de inteligência, são alertas produzidos por agentes que estavam lá infiltrados e repassados, logicamente, sem comprovação de dados, a todos os órgãos componentes.

Então, a Abin produziu dois documentos de alertas, um foi enviado para a CCAI e outro foi enviado para um processo da PGR.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois, no conteúdo, como a senhora disse, são iguais. Na difusão, eles são um pouco diferentes, como a senhora disse.

No dia 6 que foi feita a reunião na Secretaria de Segurança, estabelecido o PAI e criada a Célula Integrada de Inteligência. Do dia 6 para o dia 7, esse grupo de WhatsApp aumentou – o grupo feito pelo Saulo, com aquelas áreas, órgãos de inteligência; praticamente todos os órgãos de inteligência das Forças e do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça.

No primeiro documento que o Saulo despachou comigo e trouxe uma minuta, estava lá meu nome, pessoal. Todas as mensagens trocadas com o Saulo foram do meu telefone particular para o telefone particular dele. Eu nunca fui usuário de um grupo de WhatsApp – nunca, nunca –, especificamente desse grupo de WhatsApp.

Estávamos, senhores, no início de governo – cinco dias. Para os senhores terem noção, eu trabalhei com o Saulo desde 2003. Quando eu cheguei à Presidência, em 2003, o Saulo era Assessor Parlamentar do GSI, trabalhando com o General Felix. Foi no meu conhecimento... Foi onde eu conheci e trabalhei inicialmente com o Saulo.

Depois, voltei a ver o Saulo na transição, na transição do governo, no final de novembro e dezembro. Eu convidei o Saulo para ir para mim. O Saulo, na realidade, tudo o que ele falou aqui é exatamente a expressão da verdade. O que está no celular é expressão da verdade. Eu sugeri, logicamente, que ele tirasse o nome. Se ele não tirasse...

Mas, aliás, Senadora, hoje eu falo que, no lugar do meu nome, deveria ter GSI. Seria mais palatável, porque seria órgão, não seria pessoal. Não poderia colocar meu nome, não poderia colocar pessoa física num lugar que não existia pessoa física. Você sabe por que colocar o nome GSI, Senadora? Porque no Anexo A do Plano de Operações Escudo do Planalto, depois que o senhor ativa, senhoras e senhores, o Plano Escudo Planalto e se faz a análise de risco em cima de uma matriz e se estabelece a força para fazer face às manifestações, existe um acompanhamento para mudar a Matriz de Riscos e esse acompanhamento é feito pela Coordenação-Geral de análise de Riscos, que, obrigatoriamente – escrito no Anexo A –, tem que entrar em contato com os órgãos de segurança pública – a Coordenadoria – com a polícia... os órgãos de inteligência da Polícia Militar e com a Abin – Abin. E na oitiva do Dr. Saulo, na sindicância que eu mandei instaurar, Senadora, tem lá o nome da pessoa que fazia parte deste grupo.

Então, a história, na realidade, passo a passo, Senadora, não sei se eu expliquei tudo, eu gostaria de perguntar para a senhora se existe alguma dúvida que eu possa... O que aconteceu foi exatamente isso e foi o que eu li aqui, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, quando o senhor fala, por exemplo, do nome do órgão e não do seu nome, especificamente, que é o fato que ele faz a alteração, eu estava vendo aqui no Ciisp/DF, lá, representando o GSI, estava o Sr. Jader Silva dos Santos, que aí o senhor faz referência,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, à sindicância, que nós temos essa cópia da sindicância aqui na CPMI. O Sr. Jader Silva dos Santos é subchefe, portanto ele é Coordenador em Avaliação de Riscos do GSI. No nosso levantamento de dados, ele participa, na verdade, desse grupo, ou seja, ele integrava o Ciisp/DF, que é o que consta aqui no documento. E, também, no nosso levantamento, ele recebeu, ao menos, quatro alertas de inteligência sobre as reais possibilidades de invasão e depredação de prédios públicos. Aí, ele recebe, como integrante do Ciisp, no caso específico aqui, o Jader Silva dos Santos, que estava lá. O senhor também recebeu do Saulo os alertas – nós, inclusive, detectamos isso aqui –, mas o senhor recebe, basicamente, a partir do dia 6. No Ciisp/DF, as informações estavam sendo compartilhadas a partir do dia 2, ou seja, quatro dias antes esse órgão já vinha, na verdade, recebendo essas manifestações, ou melhor, esses alertas.

Eu pergunto ao senhor: além do Saulo, nesses envios de mensagens ao senhor, o Jader, que era o responsável por essa avaliação de risco, também enviou ao senhor esses alertas e lhe informou acerca desses dados, dessas informações, dessas manifestações, inclusive com o cunho, possivelmente, que se materializou depois, de violência, enfim, de invasão de prédios públicos?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senadora, obrigado pela pergunta.

A Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial cuida de vários aspectos: segurança pessoal do Presidente, segurança de instalações, coordenação de eventos, cerimonial militar e coordenação de viagens do Presidente. Nessa secretaria, nós temos, mais ou menos, 980 homens. Um dos departamentos da secretaria... Essa secretaria era comandada por um general, na época, o General Feitosa, que vem do Governo passado. Nessa secretaria, nós temos uma coordenação, um departamento de coordenação de segurança. Nesse departamento de coordenação de segurança, o coordenador era o Coronel Wanderli. Embaixo do Coronel Wanderli, no organograma, a senhora tem sete coordenações gerais; três é importante serem analisadas – três –: a Coordenação-Geral de Análise de Risco; a Coordenação-Geral de Segurança de Instalações – da de Análise de Risco, a chefia é do Coronel Amorim, a chefia é do Coronel Amorim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ...da Segurança de Instalações, a chefia é do Coronel Garcia –; e a Segurança de Planejamento e Doutrina, do Coronel Onofre. Então, são três coordenadorias. Essas três coordenadorias têm por missão acompanhar, logicamente, a manifestação. O Ciisp foi criado quando foi institucionalizado o PAI.

Então, o PAI foi... A reunião da Subsecretaria de Operações Integradas, chefiada pela Coronel Cíntia... A primeira reunião foi dia 10 do dia 6, sexta-feira. Aí criou-se...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Dia 6, às 10h. Desculpem, dia 6, às 10h, quando foi criada a célula integrada de inteligência. Do 6 para o dia 7, a célula da Abin passou a integrar o sistema. O sistema, Senadora, do Ciisp são 15 órgãos, são os 15 órgãos constantes do PAI. Ali a senhora tem Câmara, tem Senado, tem STF, tem toda a estrutura da Secretaria de Segurança Pública; o senhor tem instituições, órgãos e agências federais e estaduais da área de defesa, de área de inteligência, que têm responsabilidade na defesa, quando há manifestações da Esplanada do Ministério e da Praça dos Três Poderes.

Resumindo e perguntando – desculpe me alongar, Senadora –, mas, nesses cinco dias iniciais, os senhores e as senhoras não sabem... Do dia 2 ao dia 6, o Presidente da República deu ordem de que ele queria, no Palácio do Planalto, a fotografia de 2010, nos ministérios. Em 2010, o GSI era no segundo andar. Onde estava o GSI no Governo passado? No quarto andar. Então, o quarto andar, na realidade, é a cabeça do Planalto. Lá tem a Casa Civil e tem a Secretaria de Relações Institucionais. Quem ocupou o meu lugar lá? A Secretaria de Relações Institucionais. Eu desci para a sala do Secretário-Executivo no segundo andar, nessa primeira semana, sem computador, sem telefone, sem comunicação. Então, nós estávamos, nessa primeira semana, numa mudança física. É para entender o contexto, logicamente. Eu, Ministro, chegando... A estrutura do GSI, Senadora, não era a estrutura do GSI de quando eu saí em 2010. Foi uma estrutura mais bem trabalhada, com quatro secretarias.

Para os senhores e as senhoras terem noção, o grande arcabouço de proteção do Estado brasileiro é o Gabinete de Segurança Institucional. Ele cuida de três áreas extremamente importantes que estão previstas na Estratégia Nacional de Defesa e na Política Nacional de Defesa, que são a área nuclear, a área espacial e a área cibernética. É o futuro do Brasil. Esse é o grande arcabouço de proteção do Estado brasileiro. Para isso, ele tem quatro secretarias. Tem a Secretaria de Coordenação de Sistemas, que cuida da área espacial e da área nuclear. Lá dentro, senhores e senhoras, tem o núcleo de controle de todas as indústrias nucleares do Brasil. O senhor tem a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, que cuida de assentimento prévio, política nacional de fronteiras, proteção da infraestrutura crítica do país; e o senhor tem a Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética. E tem uma secretaria que cuida de viagem e segurança do Presidente, que é a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

General, é porque, na verdade, eu estou querendo aqui fazer... Seguindo a linha do nosso Pastor Henrique, tentar criar um alinhamento mais didático.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Passo a passo, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, mas eu queria que o senhor apenas me respondesse, General – porque a gente vai chegar a essas competências de cada um desses órgãos –, a minha



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta é apenas esta: o Jader era o adjunto do Amorim, que era o responsável pela avaliação de risco, e era o Jader que estava nesta célula, era o Jader que estava neste órgão. Neste primeiro relatório, consta o envio de alertas a partir do dia 2 de janeiro – sequência no dia 3, sequência dia 4, 5 até o dia 7 –, ou seja, a partir do dia 2, o Sr. Jader recebe alertas, demonstrando o nível de criticidade do que poderia ocorrer no dia 8 de janeiro. A minha pergunta para o senhor é apenas uma: o Saulo lhe enviou mensagens a partir do dia 6, que é um nível mais grave em que ele passa a lhe mostrar a gravidade e a criticidade do que seria essa manifestação. O Jader, que estava no Ciisp, designado pelo GSI, também lhe informava, também lhe passava esses dados?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhora, eu não sabia. Aliás, eu fiquei sabendo, Senadora, que o Jader fazia isso quando da sindicância do Saulo, da inquirição do Saulo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo, porque já vamos falar da sindicância. Já sobre a sindicância, General, na sindicância, eles fazem referência, porque a gente não conseguiu identificar, se se trata de um grupo de WhatsApp ou se de um aplicativo que se chama Olho Vivo. O senhor conheceu esse grupo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Esse grupo do Olho Vivo, quando eu estava na Presidência em 2003, ele foi basicamente criado à época em que eu estava lá. Qual era o grande objetivo? A senhora tinha informações da Polícia Militar para fazer a avaliação da manifestação, a senhora tinha informações da própria Abin, e eu queria informações *in loco, in loco*! Então, vai lá o agente de segurança de instalações, na sua moto ou no seu carro, olha o que está acontecendo e repassa para a secretaria de coordenação e segurança presidencial, passa para o Departamento de Segurança Presidencial, para a senhora poder atualizar o Plano Escudo do Planalto. Então, não é aplicativo, é o agente que está lá olhando o que está acontecendo e acompanha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não é um grupo também de WhatsApp?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, é uma fonte de informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É como se fosse uma célula, digamos assim?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, é uma pessoa, Senadora. É uma pessoa?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É uma pessoa?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É uma pessoa que está lá, ou duas pessoas que estão lá. São agentes da coordenadoria-geral de instalação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Porque, na verdade, nesse grupo, eu vi que tem, por exemplo, a presença do Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial; o Diretor Adjunto do Departamento de Segurança Presidencial; o Coordenador-Geral de Segurança de Instalações; o Chefe da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenação de Avaliação de Risco. Não vi o senhor integrando, na verdade, este grupo. O senhor não integrava, então, essas discussões em relação ao Olho Vivo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senadora, a Presidência tem 1,2 mil homens.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ela tem quatro secretarias e um departamento de gestão. A senhora tem ali o Ministro, o Secretário-Executivo, o pessoal em volta do Ministro. Esse daí é o nível de decisão estratégica. A senhora tem o nível de decisão tático, que são as secretarias, e a senhora tem o nível de decisão operacional, que são as coordenadorias-gerais do departamento. A partir do momento em que a cabeça, o nível estratégico, deu a ordem, a execução está embaixo. Eu não fazia parte desse grupo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, perfeito. Então, deste grupo, que era o grupo mais operacional, que estava em uma ação mais de campo, o senhor não participava.

Na sindicância, que nós fizemos o levantamento, constava, entre eles, também um debate de informações referente ao 8 de janeiro. Estou apenas aqui seguindo uma ordem de transferência de informações e, portanto, de alerta.

Antes, eu vou pedir aqui para a minha equipe já deixar um vídeo aqui pronto.

Só um minutinho. Antes do vídeo, eu queria fazer uma última pergunta ainda sobre a questão da inteligência...

Não, vamos logo vou seguir ao vídeo. Essa pergunta eu faço depois do vídeo. Vamos lá.

Eu queria que a gente acompanhasse esse vídeo, General. Ele tem quatro minutos, mas eu vou pedir que passe todo, porque eu acho que esse é o vídeo, na verdade, que o Brasil mais acompanhou. E pairou sobre ele uma série de dúvidas. Então, eu queria discorrer todos os pontos desse vídeo.

Vamos lá, pessoal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero... Está bem ruim aqui o telão para a gente poder acompanhar passo a passo as imagens. Mas antes de falar do Natale, que, na verdade, foi a primeira parte do vídeo, eu vou começar na segunda parte, que é exatamente quando o senhor aparece no vídeo, Ministro.

O senhor aparece no vídeo chegando lá – agora está difícil o vídeo, não é? – por volta das 16h. Na verdade, está aí a chegada sua. E o senhor chega primeiramente ao elevador. Em um determinado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento do vídeo, o senhor está, ao que parece ali, no 3º ou 4º andar, já fazendo menção, de fato, para as pessoas descerem e, aí, inclusive, aponta, em algum momento, ali, a escada. Por que, naquele momento e nessa imagem, de uma forma muito clara, a gente não vê uma ação, digamos, mais enérgica da sua parte? O senhor está ali com uma certa tranquilidade, digamos assim. Então, você está ali e manda o pessoal descer. O senhor vem à porta, fecha novamente. Por que o senhor adotou essa tranquilidade? Por que, naquele momento, o senhor não deu ordem de prisão exatamente ali onde o senhor estava, naquele piso, naquele andar, que é, ao que me parece, 3º ou 4º andar?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Boa pergunta, Senadora. Eu fui treinado a minha vida toda pra, em momento de crise, em momentos difíceis da nossa vida, gerenciar as crises. A senhora não gerencia uma crise apagando um fogo jogando gasolina, a senhora gerencia crise conversando com a pessoa e retirando as pessoas. Nesse processo do Plano Escudo do Planalto, a senhora tem regras de engajamento. Aliás, eu acho que a senhora tinha que pedir ao Gabinete de Segurança Institucional, que, logicamente, é restrito, as regras de engajamento, porque a senhora vai ter noção de que há necessidade do emprego parcelado da força. Nesse emprego parcelado da força, você realiza as prisões quando são necessárias.

Nós estamos trabalhando numa área, num prédio de 36 mil metros quadrados. No início das operações, nós estávamos com 135 homens. Solicitamos... Solicitamos mais. O primeiro reforço chegou às 15h40, o segundo reforço chegou às 16h40, o terceiro reforço chegou às 17h10.

Então, a senhora veja o seguinte: no início não dava para fazer as prisões, e nós tínhamos que, na realidade, gerenciar aquela crise e retirar, evacuar as pessoas o máximo possível para que não houvesse depredações e também gerenciar isso daí para que não houvesse mortos nem feridos. Então, não adiantava sair batendo nas pessoas. As prisões foram feitas quando chegaram os reforços, e as prisões foram feitas no 2º andar. Todas essas imagens são verdadeiras. É isso que... E elas foram distribuídas para vários órgãos. Desde o dia 9... Desde o dia 9 até o dia, se não me engano, 27 de janeiro, foram distribuídas para vários órgãos que estavam com o processo em andamento.

Essas imagens – só para exemplificar, se a senhora me dá essa oportunidade – ficam guardadas num cofre na Diretoria de Tecnologia, subordinada à Secretaria de Administração e hoje pendurada na Casa Civil. O Gabinete de Segurança Institucional, na realidade, não pega as imagens da mão dele; ela fica arquivada ali. E, se não me engano, ela tem duração, no *drive* da diretoria, de 13 dias; 13, 14 dias.

Eu não sei se eu respondi. Por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na verdade, em uma das imagens, o senhor aparece – e aí eu queria até que o senhor me explicasse – mexendo ali na porta. E aí parece "nossa!"... Num primeiro momento – eu queria que o senhor explicasse – parece uma certa omissão. O senhor estava abrindo a porta ou o senhor estava fechando a porta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O que é que era aquilo ali?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É... Eu... A imagem aparece eu saindo do 2º andar e indo para o segundo... Subindo a escada. Passo pela porta de vidro – passo pela porta de vidro. Aquela porta inicial, que eu mexo nela, é a porta de entrada da sala do ajudante de ordens. Saio dali e passo à segunda porta de vidro. A sala contígua àquela porta de vidro é uma sala de reuniões do Presidente da República. Como ela estava aberta, eu entrei, porque no fundo eu escutei... Eu escutei vozes. Lá no fundo tinha três pessoas: uma senhora de idade, uma moça jovem e um rapaz visivelmente, aparentemente drogado, que quis entrar em luta corporal comigo. Eu os tirei, passei pela porta de vidro e indiquei a saída para o 2º andar. O rapaz virou as costas, saiu... Ele saiu basicamente no contra-azimute. Vieram mais, se eu não me engano, quatro pessoas, que foram indicadas para descer.

Nesse corredor, nós temos três...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Fale no microfone.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... câmeras: uma, que foca a entrada da sala dos ajudantes de ordens; outra, que foca o elevador; e a terceira, que foca uma sala de audiências que fica no final do corredor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No microfone.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ah, obrigado. Obrigado, Presidente.

Então, eu não sei se eu respondi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em uma das imagens também... Eu queria até que fosse... Porque essa eu fiz questão de ir e voltar, que é a do Major Natale. Aliás, o Major Natale foi uma das pessoas que foram nomeadas pelo Penteado. Nessa... Veja a imagem lá – eu queria que o senhor olhasse para ali. Porque, na reportagem, eles dizem que ele estaria distribuindo água. Eu não vi água na mão dele ali. Inclusive, pedi para passar várias vezes. E ele sai...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Naquela salinha ali tem água...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, lá atrás, também, numa imagem, Deputado, que o senhor cita, ele vem com o carrinho de água. Tem um manifestante que entra com o carrinho de água, que também está em um dos momentos da imagem. Quer dizer, tem alguém da manifestação – eu não sei se tem essa imagem aí, se vocês puderem colocar para mim –, vem alguém com um carrinho de água, entrando no Palácio, e temos essa outra imagem, que é quando ele entra e... Ele estava dando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água? Ele estava dando mesmo apoio? Porque tem um outro momento em que ele também tenta impedir a entrada dos manifestantes. Inclusive, ele é derrubado, e essas pessoas, de fato, acessam.

Ele dava água? Ele estava servindo ali os manifestantes?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Aquele armário é um armário que se coloca água para servir ao pessoal que está de serviço naquele corredor, no dia a dia. O carrinho, que fica no final do corredor... E, naquele corredor, a senhora tem a escada contra incêndio... É a cozinha. Lá tem geladeira, tem o... Aquele carrinho é o que serve café nas salas dos ministros e nas salas contíguas ao ministro. Então, são duas coisas: um armário que tem água lá, que serve ao pessoal de serviço naquele corredor do Presidente, e na cozinha também.

Essas imagens foram um dos motivos também por que eu mandei abrir sindicância. E o Major Natale foi ouvido nessa sindicância.

Quando eu saí, dia 19, a sindicância ainda não tinha sido concluída, mas eu também... Por isso, a senhora nunca pode cometer injustiça quando vê somente uma imagem. A senhora tem que ver o conjunto como um todo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi o que nós fizemos. Eu assisti bastante a essas imagens ontem.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sabe por quê? Para a senhora não criar uma narrativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vejo ali o carrinho, ele está vendo alguma... Ó...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Onde está indo aquela pessoa com um saco azul é a cozinha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eles pegavam água e traziam para cá.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eles entraram na cozinha e pegaram água.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Seguindo aqui, General, ainda sobre a questão das informações. Por exemplo, além desse serviço todo que é feito... E aí o senhor citou que, inclusive, o senhor não estava integrando esses grupos mais operacionais. Pela sua posição estratégica, como Ministro do GSI, o senhor não tem em torno do senhor nenhum serviço de inteligência mais próximo do senhor, que lhe possa municiar, de fato, dessas informações, sobretudo o serviço de inteligência?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O GSI não tem um serviço de inteligência específico. Você tem, na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, no departamento, esse órgão que faz análise de risco. Esse órgão faz análise de risco, logicamente, para alguma eventualidade nos edifícios em que o Presidente fica e também nas viagens do Presidente. Não tem um órgão específico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se a senhora sabe, Senadora, no pós-dia 8, por causa da sindicância, e também quando o Presidente decidiu que o Diretor da Abin seria uma outra pessoa, eu puxei o Saulo para o meu gabinete, para criar lá uma célula de inteligência, e falei: "Você pega o assessor que você quiser da Abin, para nós criarmos exatamente uma célula de inteligência, para cobrir essa deficiência que tem", porque a senhora começa a ter dependências; e essas dependências, muitas vezes, não fazem com que atenda às suas necessidades.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No levantamento que eu fiz aqui, a Abin atenderia a algo em torno de 30 a 40 órgãos de segurança em média, ou seja: a Abin está à disposição, para além do GSI, de todos esses órgãos também de segurança. É isso?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu acho que nós temos que dividir duas coisas: a Abin é o órgão central do sistema de inteligência do Estado brasileiro, que se chama Sisbin. O Sisbin tem um conselho que se chama Consisbin, que se reúne duas vezes por ano. O Sisbin é um colegiado. Esse colegiado abrange quarenta... *(Pausa.)*

Quarenta e... *(Pausa.)*

Ele abrange 48 instituições...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quarenta e oito?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na realidade, a missão principal da agência é produzir conhecimento estratégico que atenda ao Poder Executivo em algumas áreas... Uma área que dou exemplo para a senhora são ilícitos transnacionais. Então, assim, a Abin é a agência que produz conhecimento estratégico para atender às necessidades do Poder Executivo. E aí... *(Pausa.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – E aí a senhora tem a segunda vertente. O Decreto 10.777, de 24 de agosto de 2021, estabelece a estratégia nacional de inteligência na área de segurança pública. A responsabilidade, na realidade, é da Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, essa que tem responsabilidade para prevenir, neutralizar e reprimir todos os crimes na área de segurança pública.

E aí o Saulo mesmo disse aqui, e eu concordo com ele. A produção da Abin é de conhecimento estratégico, o cliente são todos os ministérios, principalmente o GSI. O cliente para informações de segurança pública não é o GSI, é a Secretaria de Segurança Pública, é o cliente da Abin. O Saulo disse isso aqui. E isso, na realidade, quando a senhora realmente se aprofunda e vê as missões da Abin, é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o Saulo, General, ainda sobre o telefone dele, a gente localizou aqui uma mensagem... Nessa conversa do Saulo, ele fala com um assessor especial dele que é Leonardo Singer – não sei se o senhor conhece. Nessa conversa, ele fala o seguinte... E aí eu vou ler aqui a conversa. Ele diz o seguinte na conversa: "De alguma maneira temos que dizer a ele que alguém(s) da equipe dele facilitou a entrada dos manifestantes nos recintos onde armamento estava armazenado. Não é fácil entrar e nem é fácil achar isso. Uma hipótese forte é coordenação entre gente do GSI e gente da manifestação", ou seja, com essa informação aqui, parece que alguém teria facilitado, por exemplo, esse acesso desses manifestantes àquela área, onde tinha, inclusive, alguma coisa de armamento, me parece que algumas delas sem efeito letal. Essa informação ele chegou a compartilhar com o senhor? Ele chegou a alertá-lo desse possível conluio de alguém em relação aos manifestantes, ou o senhor não acha verdadeira, por exemplo, essa informação?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senadora, eu realmente não conheço essa pessoa e não sei se o Saulo manteve diálogo com ele. O que eu posso realmente afirmar categoricamente para a senhora é que ali não é uma reserva de armamento. Ali tem colete de sinalização, tem bastão retrátil, tem guarda-chuva, tinha nove *tasers* – tinha nove *tasers* lá. Nunca foi reserva de armamento. Aliás, a reserva de armamento fica, na realidade, em uma edificação atrás do almoxarifado. Tem três prédios lá atrás do almoxarifado; um dos prédios da Secretaria de Coordenação e Segurança é um prédio da área logística. Ali fica toda a reserva de armamento e os estandes de tiro. Então, essa sala é uma sala do pessoal de serviço.

Outra coisa que falaram muito, e eu realmente não sei se é verdade ou se são ilações, é que teve partícipes na invasão da própria Secretaria de Coordenação. Eu abri sindicância para isso, a sindicância foi aberta. Um dos motes da sindicância, uma das perguntas da sindicância, Senador, era essa da participação ou não nisso daí. Entendeu? Eu acho um absurdo isso, da depredação, do nível de depredação que houve ali, da própria invasão – se não houvesse a depredação – de uma sede de um Poder do Estado democrático de direito. É um absurdo, Senadora!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General, em outra mensagem do Saulo – essa ele envia para o senhor –, ele diz o seguinte: "GDF abriu as portas". Essa mensagem aqui é uma coisa interessante porque... O que eu fiz, na verdade, foi um levantamento do momento do teor de cada mensagem e do nível de criticidade alertado nessas mensagens. Essa criticidade aqui, quando ele fala "o GDF abriu as portas", foi às 15h01, quando o senhor já havia, inclusive, tomado uma decisão de vir para o Planalto. O senhor entende, por exemplo, que a Polícia Militar deixou de cumprir o seu papel de segurança pública?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Posso fazer uma explicação para a senhora? A senhora permite?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Em 2017, foram reunidos todos, várias instituições: a agência, organizações de segurança do GDF, órgãos federais, estaduais, áreas de inteligência. Das várias reuniões, foi feito um documento que se chamou Protocolo Tático Integrado. Sempre quando há manifestação, esse PrTI (Procolo Tático Integrado) é ativado. Ele é ativado por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública.

Por que foi instituído esse Protocolo Tático Integrado? Para que houvesse, em caso de manifestação, uma coordenação única, sistêmica, sinérgica na defesa da Esplanada e na Praça dos Três Poderes. A coordenação seria feita, acordada entre todos os órgãos, pela Secretaria de Segurança Pública do GDF. Ela, ativando esse protocolo, automaticamente a coordenação seria feita pelo Centro Integrado de Operações de Brasília, que seria uma espécie de sala de situação e gabinete de crise.

Eu gostaria de passar às mãos da senhora, Senadora, eu não sei se a senhora tem... Essa daqui foi a portaria que instituiu o Protocolo Tático Integrado, que dá responsabilidade a cada agente da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, dentro, logicamente, das competências legais de cada um. A Secretaria de Segurança Pública não vai dar ordem para o Presidente da República, mas o Presidente da República compartilha, como convidado, nesse planejamento sinérgico e único. Essa daqui é a instituição da portaria.

Senadora, no 7 de setembro, a Secretaria de Segurança Pública ativou o protocolo. Aqui está o protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Em 7 de setembro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Em 7 de setembro do ano passado. Em 7 de setembro do ano passado, ativou o protocolo e, no mesmo dia, ativou a Coordenação Integrada de Operações. No primeiro dia, na posse do Presidente, ativou novamente o protocolo. No dia 8, esse protocolo não foi ativado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Quem é que ativa o protocolo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A Secretaria de Segurança Pública, que é o órgão central, é o órgão centralizador de... Se a senhora leu lá, não foi ativado o protocolo. E não foi ativado o gabinete de crise, que é onde você coordena, na realidade, todas as ações de todas as forças e, principalmente, da Polícia Militar. A Polícia Militar, neste protocolo, tem uma missão única e importante: é a tropa que vai ser empregada de primeira linha, é a primeira reação.

Se a senhora olhar, a Secretaria de Segurança Pública, Senadora, tem duas secretarias: uma Secretaria Executiva de Gestão e uma Secretaria Executiva de Segurança Pública. Na Secretaria Executiva de Segurança Pública, senhores e senhoras, você tem ali seis subsecretarias. Das seis subsecretarias,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas são importantes: a Subsecretaria de Operações Integradas, que é da Coronel Cíntia, grande coordenadora, militar competente; e a Secretaria de Inteligência, que, à época, era da Delegada Marília. Essas duas têm que trabalhar juntas.

Então, não foi acionado o protocolo, que foi acordado em 2017; não foi acionado o Centro Integrado, que é, na realidade, a sala de situação. É uma sala de situação que analisa a situação para empregar as forças ou dividir as forças.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – E a senhora veja o seguinte, na realidade, a Subsecretaria de Operações Integradas, da Cíntia, pode fazer dois documentos: o PAI ou o POI, o Plano de Operações Integradas ou o Protocolo de Ações Integradas. Qual é a diferença entre um e outro, Senadora? É a complexidade da missão. Se a missão é muito difícil, é complexa, existem várias coordenações, a senhora faz o plano; se a missão é simples – "tem o movimento das Margaridas" –, aí eu faço o PAI. Então, para a simples, eu faço o PAI; para o 7 de setembro do ano passado, tem o POI; para a posse do Presidente, tem o POI. É Complexa. Foram feitas seis, sete reuniões com todos os órgãos da Esplanada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Para o 8 de janeiro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O PAI. Aí, o PAI... A senhora tem, na realidade, se a senhora somar ali...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A senhora tem aqui, ao analisar o documento, 15 unidades participantes, 15. Bacana isso. Foi, realmente, um processo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senhor?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O microfone. O microfone para o senhor usar.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso daqui foi um planejamento excelente feito à época pela Segurança Pública.

Eu quero salientar aqui, também exemplificando para a senhora, "mas não foi feito isso, não foi feito aquilo". Aqui, programação. Porque foi feito... Isso aqui, para mim, hoje, foi iniciativa única da Cíntia. O Secretário não estava aí. O Subsecretário estava – o Subsecretário estava. Mudou a menina de Inteligência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui fala, aqui, olha: "Isso aqui foi feito em cima de levantamento de inteligência e divulgação das redes sociais". É obtenção de informe de fonte aberta. Isso aqui foi feito em cima de fonte aberta e em cima da área de inteligência, da área de inteligência da Polícia Militar, que fez uma agenda, uma agenda de manifestação. Essa agenda de manifestação tinha lá o número de manifestantes, tinha lá intensidade baixa, adesão, adesão baixa.

Essa reunião foi às 10h do dia 6. A Cíntia produziu um relatório de inteligência às 17h do dia 6. Não sou eu que estou dizendo. Está no relatório do Dr. Cappelli. Às 17h. A informação que eu tenho... Esse relatório de inteligência que a senhora vê... A memória dele, na última parte, no final, diz que há inconsistência, porque obteve, fez o relatório de inteligência em cima de fontes abertas – em cima de fontes abertas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Fontes abertas são WhatsApp, internet, televisão, rede social. Hoje, o WhatsApp é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor fala no microfone? *(Risos.)*

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Hoje, o WhatsApp é a maior fonte, eu acho assim, o WhatsApp é fonte de cultura. É fonte de cultura o WhatsApp, porque ninguém mais vê livro, ninguém mais faz nada. Então o WhatsApp é fonte de cultura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, houve falha, General.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É triste dizer isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Houve falha da Polícia...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Aí a senhora pega o PAI. O PAI vai para onde? O PAI vai para o Departamento de Operações da Polícia Militar. Com base no PAI, o Coronel pega lá e faz um plano de operações para conter... Um plano de operações "x", plano de operação Planalto. Distribui para todas as unidades. Não foi feito o plano de operações. No dia 7 de setembro do ano passado, tem o plano de operações. No dia 1º, tem o plano de operações. No dia 8, não tem um plano de operações.

A senhora sabe, a senhora tem o documento, Senadora, um ofício enviado para cá da Polícia Federal, Andrei Passos, em que ele fala: "Se reuniu na parte da tarde do dia 7 com o Secretário-Adjunto de Segurança Pública e a Cíntia", mostrando a preocupação sobre a manifestação. Nessa preocupação, nessa preocupação foi respondido para ele: "Não, está tudo planejado e a manifestação é pacífica, ela é pacífica". E aí, se a senhora olhar, eu não sei se a senhora viu no inquérito da PGR, que tem a oitiva do Governador, o Governador fala que ligou para o Ministro da Justiça, dizendo – isso no dia 7 – que estava tudo o.k. Então, eu, eu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu gostaria de complementar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se a senhora me permitir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só falar no microfone.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

Quando a tropa de primeira linha, de pronto emprego, não está no seu devido lugar, em que deveria estar, é a teoria de dominó, não é, cara? Vai caindo, caindo lá e cai aqui embaixo. Qual é o volume de pessoas que foi despejado no Palácio do Planalto?

(Intervenção fora do microfone.)

Sim, isso é avaliação, eu não sei, não contei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... porque a situação que eu presenciei eu não presenciei... Eu já participei de combates, senhores, na América Central, e vi gente morrer. Eu nunca vi coisa igual! Eu nunca vi coisa igual! Agora, aquela horda foi despejada. Cinco mil pessoas – 5 mil! O Plano Escudo... A senhora quer que eu fale depois?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero que o senhor fale isso depois, porque na verdade eu vou até resumir aqui, unificar três perguntas. Porque, na verdade, General, as suas colocações somadas, inclusive, aos dados da denúncia da Procuradoria-Geral da República, com as prisões que nós tivemos dos militares e com o detalhamento, na verdade, desses dados, para mim, não foi só falha, foi uma omissão e uma omissão dolosa. Isso de forma muito clara, e a gente, na verdade, vai estar aprofundando para consignar em nosso relatório final.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS *(Fora do microfone.)* – Omissão imprópria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos... Eu vou juntar aqui três perguntas, General, sobre a conversa do Saulo. Veja – aí eu queria que o senhor pegasse aqui para o senhor me responder de uma vez só –, na conversa do Saulo com o Singer, que é esse Assessor Especial dele, ele diz, às 13h42, do dia anterior, do dia 7, ele diz o seguinte: "Já há um temor de que as forças do GDF farão corpo mole em função da volta da turma do Bozo". Esse é um termo que ele fala...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Volta do quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Do Bozo. Só...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bozo, Bozo!

Só no dia seguinte, às 8h... No dia 8, no dia 8...

(Tumulto no recinto.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Mas gosta de falar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu estou perguntando, Presidente. Eu estou respondendo, melhor dizendo, Presidente.

No dia 8, às 13h45, ou seja, só no dia da manifestação, às 13h45, ele passa uma mensagem para o senhor e diz o seguinte: "Há o sentimento entre os manifestantes de que as forças de segurança do DF e o Exército Brasileiro não irão confrontá-lo". Ele já sabia no dia anterior, conversou com o assessor, só no dia seguinte ele diz, e continua: "Em todo o acampamento circulam conversas e mensagens de aplicativo, afirmando que PM e Forças Armadas os estariam apoiando". Essa é a informação que ele dá para o senhor no dia seguinte.

Em uma outra mensagem, aí já o senhor, no dia seguinte, antes de receber essa informação dele – não é? –, especificamente porque ele dá a informação para o senhor às 13h45, mas um pouco mais cedo, pela manhã, às 8h56, o senhor responde para ele: "Vamos ter problema", não é?

Só que nesse mesmo dia, no mesmo dia da manifestação, aí o senhor, às 8h56 da manhã, o senhor responde para ele: "Vamos ter problemas", não é?

No dia 8, ao meio-dia, o Saulo encaminha uma mensagem ao senhor, e isso aí já depois de o senhor ter dito que ia ter problema. Aí ele fala sobre essa animosidade: "Pessoal do QG deve iniciar deslocamento, às 13h, para a Esplanada. Ânimo pacífico entre a maioria, mas houve relatos de pessoas que se dizem armadas". Aí ele coloca: "Em monitoramento". Ou seja, ele dá para o senhor informações meio truncadas: em algum momento ele diz que tem ânimo pacífico, mas tem também informação de que pessoas se diziam armadas.

Eu queria que o senhor me colocasse aqui, de uma forma muito clara, como se deu essa conversa – de posse de todas essas informações – com o seu Secretário-Executivo? Porque o senhor relata, por exemplo, que ligou para o seu Secretário-Executivo, que era o número dois do GSI, e ele falou que estaria, na verdade, tudo tranquilo, não é? Não havia, inclusive, necessidade de o senhor ir até o Palácio do Planalto. Eu queria que o senhor me explicasse um pouquinho como é que se deu essa sua conversa com o Penteado. O que o senhor tinha de acúmulo de informações até o presente momento? E também nos dissesse como se deu a sua conversa com a Coronel Cintia, que, pelas informações, inclusive do seu depoimento na Câmara, ela também teria lhe dito que havia um certo clima pacífico ali, naquele momento, ainda na manhã do dia 8.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então me explique como é que se deu essa sua conversa tanto com o Penteado, quanto com a Cintia.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Essas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu juntei tudo, para a gente ganhar um pouco mais de tempo – a gente tem vários colegas que também querem perguntar.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Essas informações passadas pelo Saulo realmente são verdadeiras. O Saulo telefonou na parte da manhã, explanando a preocupação, a preocupação dele com a manifestação. Aliás, o Saulo – viu, Senadora? – é uma pessoa assim, espetacular. Eu pedi para ele, nessa primeira ligação, o telefone da Cintia, que eu perdi do meu telefone. Liguei pra Cintia, e a Cintia me disse que estava tudo normal. Às 13h, ele me passa uma nova mensagem, eu fiquei preocupado. E aí eu liguei para o Penteado, e o Penteado falou que estava tudo normal. Eu peguei meu carro, e falei: "Poxa, tem... Um me passa uma coisa, o outro me passa outra". Aí eu fui lá – eu fui lá.

Então, a realidade é essa. Eu cheguei lá às 14h40.

Então, realmente, é o que a senhora expôs aí, e eu realmente confirmo, não é?

Tem outra coisa também que, quando a senhora pega as informações do Saulo, são os alertas, que ele chama de alertas, e do dia 2 ao dia 6 não tem nada – há uma desmobilização grande na área de acampamentos aqui em Brasília. No dia 6, às 19h40, é que ele fala da possibilidade de haver manifestação e deslocamento para a Esplanada dos Ministérios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Invasão...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, sim, sim. O senhor está certo, Senador.

E aí essa informação se propaga – ela se propaga no dia 7 e no dia 8. No dia 8, na parte da manhã – eu não sei precisar –, foi que eles decidiram lá se deslocar para a praça, para a frente do Congresso, a Praça dos Três Poderes, com as mesmas informações anteriores. Se a senhora olha essas informações de maneira esporádica ou pega uma, pega outra, a senhora não tem, na realidade, na linha do tempo, uma possibilidade de conclusão também, não é?

Então, é isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, General, nesse momento quando o senhor chega lá no Palácio, já estava lá o Penteado, já estava lá o Feitosa – não é? –, já estava lá uma equipe, já tinha uma equipe já lá de prontidão, não é? E aí o senhor chega lá.

Eu queria fazer, na verdade, duas perguntas. O ideal não teria sido o senhor também estar lá no Palácio do Planalto, a exemplo de que eles também estavam, esses outros que eram seus subordinados?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ao mesmo tempo também, diante dessas informações que o senhor foi percebendo de forma truncada, ali o senhor não teria como já ter uma ação mais enérgica e não ficar, por exemplo, apenas com todos esses protocolos, sobretudo o PAI, que agora o senhor explicou com uma riqueza de detalhes, é uma coisa mais, digamos assim, superficial, não tem uma pujança de ações mais fortes – não é? – Para ações de fato dessa natureza? Ali, naquele momento, o senhor não teria como buscar uma ação mais forte para tentar impedir que essas manifestações ocorressem?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, primeiro, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não é nem manifestação, mas que a depredação de fato ocorresse.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Primeiro, Senadora, eu estava lá junto com eles. Fui eu que liguei para eles. Praticamente... E eles chegaram primeiro porque moram mais perto. Então, eu estava lá.

Segundo, com base em fontes abertas e com base também em informações da área de inteligência da Polícia Militar, no dia 5, a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial ativou o Plano Escudo. A ativação do Plano Escudo, na realidade, se dá quando ele... É um plano que aborda medidas operacionais e administrativas para a defesa do Planalto. O que são medidas operacionais? A senhora vê dentro de uma matriz de criticidade qual é a necessidade de tropa para fazer defesa face a uma ameaça. Então, esse é o Plano Escudo. Ele foi ativado no início dia 6. Qual é a tropa que o Coronel Wanderli pediu para o CMP? Um pelotão pronto e, o restante, dois outros pelotões em prontidão lá no CMP, no BGP. E lá também tem duas companhias no BGP prontas, prontas no BGP.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – O Plano Escudo foi ativado a que horas, que dia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – No dia 6.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele foi planejado no dia 5 e, a partir do dia 6, ele estava ativado, tá?

Aqui a senhora tem o cronograma, a linha do tempo de todas as ações.

Aqui a senhora tem, Senadora, a palestra, a linha do tempo também do planejamento do Coronel Wanderli, que está também na sindicância dele, em que ele mostra as informações da Polícia Militar, ele mostra também a tropa que ele pediu que ficasse de prontidão.

Aqui eu vou mostrar para a senhora também a matriz de criticidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato. Sobre a matriz de criticidade, para a gente ir ganhando tempo, na avaliação de risco, por exemplo, o Coronel Amorim deu o nível de criticidade laranja. Me explique: quais são esses níveis de criticidade, tem quais cores e o que é que significa a cor laranja?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Eu vou já vou dar para a senhora aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu já pediria aqui à equipe que colocasse a imagem do Plano Escudo. Eu pedi aqui, inclusive...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Aqui tem a explicação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então você tem verde, você tem o amarelo, você tem o laranja e você tem o vermelho, não é isso? É o que nós estamos colocando aqui a partir do aumento da probabilidade de ocorrência e também do impacto. Então você vai juntando uma escala. Na junção de probabilidade de ocorrência e de impacto, a cor vermelha seria o maior grau de criticidade...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo que eu estou interpretando aqui, essas imagens de cores, não é isso?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos aqui. A imagem anterior, a imagem anterior. Eu peguei aqui essa fotografia mais distante, aquela primeira seta ali atrás, que é chamada de Buraco do Tatu, seria... por esse plano de ação integrada, já deveria haver ali uma obstrução e, portanto, um efetivo da Polícia Militar.

Mais aqui na frente, nos dois pontos verdes, que já estão aqui na área da Praça dos Três Poderes – vamos para a foto seguinte, para a foto seguinte –, ali nós temos, na altura do Ministério da Justiça, aquelas três linhas verdes. Pelo plano de ação integrada, ali eu deveria ter um efetivo da Polícia Militar com gradis.

Mais ali embaixo... Aquela seta branca. Naquela outra seta vermelha, você tem o Plano Escudo, em que a linha vermelha seria o BGP; a linha azul... Me dá aqui, deixa-me ler aqui. Você tem a presença, por exemplo, você tem... que é o Batalhão do Planalto, e você tem, na linha verde – você tem uma verde, uma azul e uma vermelha... A verde é também um efetivo da Polícia Militar, ou seja, a responsabilidade da cor azul e da cor vermelha não é mais da Polícia Militar, é o efetivo do Palácio do Planalto, que tem aí a responsabilidade em torno do GSI, ou seja, a linha vermelha e a linha azul funcionam depois de as linhas verdes terem funcionado. E aí, o senhor me corrija se eu estiver errada, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a minha pergunta para o senhor é apenas esta: se as linhas verdes, onde tem o efetivo da Polícia Militar, não funcionam, há possibilidade de ter uma efetividade – mesmo que houvesse uma dobra, ou mesmo que houvesse todo o efetivo ordinário por parte do Palácio do Planalto – na linha azul e na linha verde? Ela teria, de fato, efetividade se essas anteriores falhassem, se essas anteriores, de fato, não tivessem o efetivo da Polícia Militar? Me responda.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Boa pergunta. A senhora deixou de falar a branca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ah, ainda tem a branca, de fato. São quatro linhas, é verdade.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Branca, verde, Polícia Militar; a azul, da Coordenadoria de Segurança de Instalações; e a vermelha, do BGP. Essas linhas, logicamente, andam no contorno do prédio de acordo com a possibilidade de os invasores abordarem o prédio.

O Plano Escudo, na sua...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Isso aí tudo faz parte do Plano Escudo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Faz. Faz. Esse é o conceito de operação. No conceito da operação, você tem quatro linhas de contenção, quatro linhas de defesa. Esse é o conceito de operação dele.

O Plano de Escudo, na realidade, engloba Polícia Militar, polícia... agentes de segurança da Coordenadoria-geral de Instalações e do BGP. No Plano Escudo, Senadora, a senhora tem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – ... o BGP, General.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Batalhão da Guarda Presidencial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Batalhão da Guarda Presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Ele fica instalado dentro do Palácio?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, não. Ele fica no SMU e ele... É o pessoal que tira... Revezam. O BGP e o RCG tiram serviço em todos os palácios.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – No microfone.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, Senador.

É que eu não estou acostumado como o senhor... Porque o senhor é uma... (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, a semelhança às vezes não é mera coincidência, não é? *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Só para descontrair o nosso ex-comunista aqui, meu querido amigo, eu queria saber qual é a relação do senhor com a autoridade militar do penteadado. *(Risos.)*

Eu me informei...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, o senhor me deixa constrangido.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... que a sua e a do Benini ali são uma relação intermitente, a minha é definitiva. *(Risos.)*

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Relatora, só pela ordem. É uma coisa importante.

General... General, eu estou aqui, sou a Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora... Senadora, veja só. Senadora... Senadora... Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – É uma coisa simples.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, mas veja só: eu não posso conceder, com todo respeito, com todo carinho pela senhora, que a senhora faça uma pergunta agora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Não é pergunta, é só que ele olhasse para cá.

É só o seguinte, Presidente...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não pode, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Não. Não é pergunta, gente. Eu quero colaborar, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas não dá, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, eu não posso aceitar essa colaboração agora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A senhora me entenda, porque se eu fizer essa concessão a V. Exa...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... eu estarei obrigado a fazer a mesma concessão a todos, viu?

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k. O.k. Eu vou retirar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Toda boa vontade com a senhora, mas é porque realmente fica difícil.

Por favor, prossiga, General.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não, comandante.

Eu queria que o senhor me explicasse...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O efetivo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a minha pergunta é essa.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Esse é o conceito... O que a senhora falou é o conceito da operação.

O Plano Escudo prevê, de acordo com a análise de criticidade, o emprego de um pelotão ou um batalhão. O batalhão gira em torno de 400 e 500 homens, dependendo da unidade.

Eu sou sincero para a senhora: mesmo que...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Mesmo que se colocasse o efetivo máximo de um batalhão aí, previsto no Plano Escudo do Planalto, mesmo que se colocasse, com 5 mil manifestantes e a horda sendo despejada lá, só se a senhora utilizasse munição real que a senhora conteria isso daí. É triste dizer isso, mas é a realidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo, então vamos lá, gente.

Aí, vejam só. Na foto anterior, para a gente só pegar o raciocínio aqui. Na foto anterior.

A gente teria, então, que ter, lá, desde o primeiro momento, do chamado Buraco do Tatu, o efetivo da Polícia Militar. Aqui na frente você deveria ter um efetivo com gradis. Depois, uma outra interrupção no alto do MJ, uma outra ali. Ali já teria que ter três gradis e três efetivos da Polícia Militar. Lá na frente, um outro efetivo da Polícia Militar.

O General diz que o Plano Escudo foi feito no dia 5 e foi efetivado, ou seja, foi dado o sinal para que ficasse em sistema permanente de alerta, a partir do dia 6. No dia 8, que é o dia da manifestação, o chamamento nas redes sociais, Deputada Jandira Feghali, chamava para as 13h do dia 8. Ora, eu tenho um Plano Escudo, eu tenho um PAI, eu tenho todo um planejamento dizendo "esse efetivo tem que estar de prontidão a partir do dia 6, sob aviso, sob vigilância permanente".

Aí vamos lá. No dia 8, uma hora antes da manifestação, olha como nós tínhamos aí a área dos três Poderes: não tinha um policial militar. Os gradins estavam lá, não tinha um policial militar, 12h05.

Vamos lá, próxima imagem. A próxima imagem: 14h05, a Praça dos Três Poderes; 14h em ponto ali, olha só a imagem, sem nenhum policial militar.

Vamos lá, 14h. Nesse horário das 14h, os manifestantes já estavam lá na frente, na altura do MJ. Olha a praça como estava, 14h30: nenhum policial militar.

Na sequência, essa é 13h, é um pouco antes. Vamos para a frente.

Na verdade, essas são as imagens. Agora, nós temos as imagens das 14h30 lá na altura do MJ? Tem mais ainda?

Aí, às 15h, eles já estão descendo. E olha o tanto de militar que tem aqui embaixo, dá de contar. Se contar ali, dão dez, doze, treze.

Desce mais.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Trinta e oito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Trinta e oito, o General coloca aqui.

E 15h, quando já havia a interrupção e a derrubada lá em cima dos primeiros gradins; 15h02, nenhum militar. Aqui, olha. Lá na frente... Tem onde?

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ah, bem aqui, tem três. Realmente tem três.

Vamos à frente. Vamos à frente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Acabou.

Então, veja, gente, pelo amor de Deus, as imagens estão aqui. O fato está aqui diante de nós. O Plano Escudo não acaba em si, ele tem uma programação anterior. A Polícia Militar do DF, é por isso que ela é mantida por recurso federal, porque essa parte – R\$23 milhões –, na verdade, das etapas da guarda da área dos três Poderes é previamente ancorada pela Polícia Militar, sob pena de ocorrer o que ocorreu e que o Brasil inteiro, na verdade, acompanhou.

Já chegando para a reta final, General, eu quero fazer aqui uma pergunta.

O senhor quer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou aqui já... Já vou finalizar.

Eu queria... Nem vou fazer aqui mais todas essas perguntas, porque eu acho que o senhor fez a colocação inicial bem feita. Eu queria colocar aqui o organograma do GSI, mas, antes de colocar o organograma do GSI, eu fiz um levantamento, General, e aí, por isso o senhor até começou a explicar naquele momento, eu quero ele todo, inteiro, com as mais de cento e poucas funções.

General, antes de eu falar aqui do organograma, eu fiz um levantamento comparando, por exemplo, governos antagônicos, governos que não têm um alinhamento. Por exemplo, do Governo FHC para o Governo do Lula. O Governo... Nem comparei Lula com a Dilma, mas eu peguei o Governo da Dilma com o Governo do Temer. Pegamos o Governo do Temer com o Governo do Bolsonaro, não é? E aí, então, o Governo do Bolsonaro com o Governo do Presidente Lula. E o que eu percebi é que não há muita diferença em relação à mudança de efetivo.

Você tem, precisamente, no quadro, por exemplo, do GSI, 1.200 servidores, como um todo, 1.120 servidores, como um todo. E, nesse quadro aqui de funções, nós temos cento e poucas funções que estão aqui nesse organograma, não é? Mas, nessa alteração do Governo Lula, nós tivemos apenas uma alteração... Eu digo comparativo, gente, nos primeiros sete dias, não é? Eu faço esse... Porque, ao longo do processo, você acaba mudando quase que plenamente nas funções estratégicas. Mas, nesses primeiros seis, sete dias, a mudança é muito baixa.

Por que tem este rito, de um governo para o outro, de essas mudanças serem muito lentas? É diferente, por exemplo, de outros ministérios, o Ministério da Saúde, outros ministérios, onde há uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança mais massiva, digamos assim. Qual é o cuidado? É uma questão de segurança? Eu queria que o senhor me explicasse o porquê, porque, como eu digo, não foi uma situação apenas deste Governo, mas também dos...

Está aqui: são 240 funções especificamente, e 1.120 funcionários, servidores no todo.

Então, por que não há uma prática, por exemplo, de uma mudança massiva nesse órgão, nesse ministério?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A senhora tem, na realidade, áreas específicas e áreas importantes, Senadora, e, muitas vezes, de difícil formação. O ministério é um ministério formado basicamente, como eu já disse, em um instamento militar. Então, a maior parte dos componentes do ministério são militares. Por isso é que ele não muda, normalmente, de um governo para o outro. A senhora pega...

O que, na realidade, muda mais? Muda mais a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial. Do Governo Fernando Henrique, eu assumi o Departamento de Segurança. Para o Governo do Presidente Lula, eu não mudei ninguém da secretaria... Era Departamento de Segurança, e não mudei ninguém. Quando eu passei para o Amaro, no Governo Dilma, o Amaro não mudou ninguém. Quando o Amaro passou para o Governo do Temer, não mudou ninguém. Quando o Temer passou para o Bolsonaro, não mudou ninguém. Quando eu assumi... Na primeira semana, na realidade, foram mudadas nove pessoas, que foi toda a área de comunicação do Ministro passado, a área de assessoria parlamentar do Ministro passado, chefe de gabinete do Ministro passado. Então, eu mudei cerca de nove pessoas. E era a primeira semana. Na primeira semana, Senadora, nós estávamos em processo de mudança física também. Depois do dia 8 é que eu comecei, na realidade, uma troca mais efetiva. Do dia 2, do dia 2... Do dia 8 ao dia 19 de abril, eu mudei cerca de 250 pessoas.

Agora veja o seguinte: de onde que eu mudei, Senadora? Eu mudei da Secretaria de Segurança e Coordenação. Por quê? Por quê? Porque o agente, o agente sargento fica de três a quatro anos, podendo ficar mais um. O oficial fica de dois a três anos, podendo ficar mais um. Só que, quando a senhora pega... Como é que eu faço a formação? A formação desse homem em estágio demora dois meses – dois meses.

Entre a solicitação para as forças e a transferência, é de quatro a cinco meses. Então, a senhora tem que trabalhar com antecedência. O Gabinete de Segurança Institucional é um gabinete atípico, ele é um gabinete atípico!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vou fazer, então, aqui, General, minha última pergunta de hoje. Eu fiz um levantamento aqui dos órgãos responsáveis pela execução do Plano Escudo e também fiz um levantamento sobre os órgãos que são acionados em situação extrema dessa natureza, que, portanto, são vitais em situação de desordem pública. No dia 8 de janeiro, em que o senhor estava



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Ministro do GSI, a sua Secretaria Executiva, ou seja, o número dois do GSI era o General Penteado, colocado pelo General Heleno; Chefe de Gabinete era colocado pelo General Heleno, ainda era do General Heleno; Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial vinha e era colocada pelo General Heleno; Coordenação de Avaliação de Riscos veio do Governo anterior pelo General Heleno; Departamento de Segurança e Coordenação Presidencial veio do Governo anterior pelo General Heleno; Diretor Adjunto de Segurança veio do General Heleno; CG de Operações de Segurança Presidencial veio do General Heleno; Coordenação Adjunta de Avaliação de Riscos veio do General Heleno; Assistente Militar veio do General Heleno; CG de Operação de Segurança de Instalações, Coordenador Adjunto, Encarregado de Segurança, Coordenação-Geral de Logística, Batalhão de Guarda Presidencial, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, Regimento de Cavalaria de Guardas, todos esses aqui vieram do Governo anterior. Na sindicância que o senhor fez e em que o senhor pediu a averiguação desses servidores, eu levantei os nomes que o senhor, na verdade, mudou, esses nomes que estão ali naquele organograma; o senhor fala que são basicamente nove pessoas. Nenhuma dessas nove pessoas foi citada nessa sindicância. Inclusive, nas várias citações, algumas delas foram responsabilizadas e todas as que foram citadas e responsabilizadas vieram, de fato, do Governo anterior, portanto, colocadas pelo General Heleno.

A minha pergunta para o senhor, General – e o senhor tem a oportunidade hoje, aqui nesta Comissão, de falar para o Brasil, de falar para todos, de fato, que estão nos acompanhando, diante de todo o relato que nós acompanhamos hoje, aqui nesta oitiva, das informações que foram apresentadas, do efetivo que o senhor tinha nas funções estratégicas dentro do GSI, das informações que foram passadas ao senhor e o *timing* em que essas informações foram passadas ao senhor –, a minha pergunta para o senhor é muito clara: o senhor foi sabotado ou qual foi o erro que o senhor cometeu como Ministro do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senadora, eu quero pensar que não. E a resposta a ela é – acho que – muito simples. Nós somos... Eu passei 44 anos no Exército – 44 –, toda a minha vida. Criei meus filhos. Tenho uma responsabilidade. Fui instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras duas vezes; eu formei gerações de cadetes. E as Forças Armadas são pautadas em cima da hierarquia, disciplina, cadeia de comando. Eu quero acreditar piamente que nós somos organização de Estado e não de Governo. Eu quero acreditar nisso!

Eu herdei uma estrutura. Na primeira semana – na primeira semana –, não deu para mudar nada, obviamente pelo que eu já disse aqui. Mas, Senadora, eu quero acreditar que isso não seja verdade. E as Forças Armadas... Nós temos que acreditar que as Forças Armadas são organizações de Estado, não de governo. Se houve algum erro, esse erro tem que ser apurado – tem que ser apurado – e a pessoa tem que ser punida. Agora, a senhora não pode enquadrar uma instituição, mesmo sendo o Gabinete de Segurança Institucional, como um todo em cima de uma narrativa. Pode ser um estereótipo, pode ser uma falácia... Agora, se existem pessoas que macularam a imagem, ela... Tem que ser apurado. E, aí,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem essa sindicância que eu mandei instaurar. A senhora tem um inquérito no STF, a senhora tem um inquérito na PGR, a senhora tem um inquérito no STM sobre isso. Então, tem que ser apurado, Senadora.

Obrigado pela pergunta, que me dá a oportunidade de fazer explanação de uma entidade em que eu passei 44 anos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada. E, na verdade, também esse é o papel da CPMI. Nós estamos absolutamente debruçados em todos esses pontos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Relatora.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Sergio Moro.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Posso... Posso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão! Eu vou liberar aqui o nosso depoente... que ele volta imediatamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Fica à vontade.

Eu vou suspender a sessão por três minutos.

(Suspensa às 12 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos retomar aqui, porque hoje nós temos aqui inscritos 36 oradores e vamos, agora, passar ao segundo orador, depois da Relatora. Então, nós temos aqui um tempo muito longo pela frente.

Eu vou passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Sergio Moro.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro, eu quero dizer aqui, primeiro, que eu tenho um grande respeito pelas Forças Armadas brasileiras, pela história delas no país, mas o senhor está aqui na condição, pelos fatos que são objeto de investigação, como Ministro do GSI, indicado pelo Lula. Vou o tratar, dessa maneira, como Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para confirmar, embora nós já saibamos disto: o senhor foi nomeado pelo Presidente Lula e o senhor era uma pessoa de confiança dele – o senhor pode afirmar isso?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nós ouvimos o senhor aqui, e o senhor coloca a responsabilidade em cima da Polícia Militar do Distrito Federal, que certamente, pelo que nós já vimos, falhou, de fato, mas – corrija-me se eu estiver errado – não é função do GSI e do Batalhão da Guarda Presidencial, do Regimento de Cavalaria, a proteção do Palácio do Planalto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – No conceito da operação, se o senhor ler o Plano Escudo, são várias forças. Essa é uma, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Essa é a principal? A função principal do GSI não é proteger o Presidente e o Palácio do Planalto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso está nas competências, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nós ouvimos o senhor aqui, sobre as suas comunicações com o Saulo, e o senhor disse que, inclusive, confirma o que ele disse. Nós temos diversas mensagens aqui, do relatório que foi extraído do celular dele, e, desde o dia 6 até o dia 8, tem mensagens muito categóricas. Por exemplo, no dia 6, às 20h22: "Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional". No dia 7/11: "Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios".

Desde o dia 6, final da tarde, no dia 7 e no próprio dia 8, o senhor confirma que o senhor, Ministro, recebeu diversas mensagens do Diretor Saulo Cunha, afirmando expressamente o risco de invasões e depredações do Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu confirmo ter recebido as mensagens.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nós falamos, aqui, muito das falhas da PM, da segurança da PM, mas nós temos informações aqui de que o Comando do Planalto tinha forças à sua disposição e o Batalhão da Guarda Presidencial, e que, no entanto, eles só poderiam agir por demanda do GSI. É assim mesmo que funciona? Foi até uma informação do General Dutra de que o GSI precisaria provocar o Batalhão da Guarda Presidencial para que ele pudesse atuar. Estaria no Plano Escudo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso foi uma resposta que o senhor recebeu do comando do Exército num ofício que o senhor mandou para lá.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Corresponde à verdade? É assim que funciona?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sempre, quando o senhor aciona o Plano Escudo, o senhor pede a uma das tropas a serem pedidas. Fora as outras, são o Comando Militar do Planalto. Aliás, se o senhor olhar o Plano Escudo, ele é assinado pelo General Penteado e pelo General Dutra.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Precisava de provocação do GSI para que o efetivo do Batalhão da Guarda Presidencial fosse acionado e se direcionasse ao Planalto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O efetivo da guarda do Batalhão da Guarda Presidencial, que pertence ao CMP, está sempre à disposição da Presidência da República.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Então, dependia ou não da provocação do GSI? Eu peço uma resposta direta.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Depois de acionado, quem pede a tropa é a Secretaria de Segurança Presidencial e, na Secretaria de Segurança Presidencial, especificamente a Coordenação-Geral de Segurança de Instalações.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – No dia 6 de janeiro, tem uma comunicação que vem do GSI ao Comando do Planalto informando que haveria previsão mínima de manifestações e não apontando a necessidade de um efetivo adicional. O senhor confirma que houve essa comunicação por parte do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Dá para o senhor repetir?

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Mensagem do Coronel Garcia, da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI, ao Coronel Boueri, Chefe do Centro de Operações do Comando do Planalto, 6 de janeiro, 14h59: "há previsão mínima de manifestação", "considera que não tem necessidade de reforço". Houve essa, vamos dizer, comunicação no sentido de que não era necessário um reforço nesse dia 6...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não tenho conhecimento.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não tenho conhecimento. O Coronel...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor não era o Ministro-Chefe do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu era o Ministro em nível estratégico. O senhor tem o nível tático lá embaixo, e o senhor sabe disso porque o senhor comandou o ministério, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Eu sei, Ministro, mas eu vou dizer para o senhor que, se eu soubesse que tivesse risco de invasão e depredação, eu tomaria iniciativas para me assegurar de que o Palácio não estivesse desguarnecido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Foi tomado. Foi tomado, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O Palácio foi invadido...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É, foi invadido por 5 mil manifestantes antidemocráticos, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Consta a informação de que apenas às 11h57 do dia 8 de janeiro foi solicitado um pelotão... Quando havia uma companhia à disposição, foi solicitado um pelotão do Batalhão da Guarda Presidencial pelo GSI. Cerca de 30 soldados, então, foram encaminhados. Por que é que não foi solicitado mais efetivo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se o senhor olhar o planejamento do Coronel Wanderli, que era o Diretor do Departamento de Segurança, lá está a solicitação de uma companhia, um pelotão pronto com 38 homens, mais dois pelotões à disposição lá no Planalto. Isso aí está na explanação e na oitiva do chefe do Departamento de Segurança da Presidência da República.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Houve a solicitação de apenas um pelotão, Sr. Ministro.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se o senhor olhar lá...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Isso está...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se o senhor olhar lá, Senador, é um pelotão pronto.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... companhia de...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Um pelotão pronto.,

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... de 30...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Um pelotão pronto.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... cerca de 30 homens.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – De 135 homens.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Cerca de 30 homens foram solicitados – eu tenho aqui a mensagem que foi prestada pelo Coronel Dutra...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... em 8 de janeiro, às 11h54.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não foi o Coronel Dutra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O Coronel Garcia pede: "haja vista o aumento de manifestantes".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aqui para a gente fazer o seguinte: o Senador Moro faz a pergunta e o senhor responde...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para não ficar essa condição que a gente está vivendo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Tem que tratar com respeito os Deputados e Senadores.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – A mensagem do Coronel Garcia, da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do GSI, ao Coronel Boueri, Chefe do Centro de Operações, 8 de janeiro, 11h54: "Boa tarde, senhores. Haja vista o aumento de manifestantes, solicito o apoio de um pelotão de choque desde já. Estou com uma força-reação de 15 agentes". Por que não foram solicitados mais efetivos nesse momento para ir ao Planalto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Tem uma coordenadoria, um coordenador-geral que cuida disso. Eu não tenho conhecimento dessa mensagem, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor mencionou que o senhor ligou para o General Dutra quando o senhor chegou ao Planalto. A informação que o General Dutra prestou é que ele tomou a iniciativa, por volta das 14h30, 15h; ele tomou a iniciativa de provocar o GSI para que o mesmo solicitasse mais reforço. Consta na informação que ele prestou, inclusive, em depoimento que ele prestou na CPI do Distrito Federal e, inclusive, em ofício. Ao receber informações de que a situação recrudescia no Planalto, o Comando Militar do Planalto provocou o GSI para que o mesmo solicitasse mais reforço, o que foi feito e atendido – aí, sim – com o envio de uma companhia do BGP e, depois, de outra.

Não foi o General Dutra que tomou a iniciativa de provocar o GSI para que fosse provocado?

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Não foi o General Dutra que tomou a iniciativa de provocar o GSI para que fosse provocado?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu liguei duas vezes para o General Dutra, por volta de 14h40.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Ele não teria ligado antes e tomado essa iniciativa antes da sua ligação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não me lembro, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O General Dutra afirma expressamente, no depoimento do GDI, daquele pessoal da CPI do Distrito Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – "... eu liguei para o meu coronel, no centro de operações e disse assim: 'Manda a tropa de prontidão que nós temos no SMU para lá'. Porque [...] nós tínhamos duas subunidades, dois grupos de 120 homens [...]". "'Manda para o Palácio do Planalto'. E o Coronel respondeu: 'General, não pode, porque não tem pedido'. Eu disse: 'Manda, que eu vou providenciar'. Aí mandamos as duas... as subunidades".

Não foi o General Dutra que tomou a iniciativa, e não o senhor? A sua iniciativa não foi posterior à do General Dutra?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Exatamente por essa decisão do General Dutra, de mandar duas companhias, que foi um pedido meu.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Uma indagação ao Ministro... O Ministro recebeu... Não vou nem entrar na questão da mudança depois do relatório da CCAI, porque vai ficar para outros perguntarem, mas o Ministro recebeu comunicações expressas de que haveria risco de invasão e depredação, e o Ministro não tomou as providências ali para se assegurar que tivesse, por exemplo, a presença de todo o Batalhão da Guarda Presidencial no dia 8, antes das invasões. O Ministro tenta transferir a responsabilidade para os seus subordinados, mas a responsabilidade, Ministro, é do chefe.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Acabou o tempo, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Uma última pergunta, já que eu fui interrompido...

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Acabou o tempo, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Eu fui interrompido!

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Aí eu não posso dizer que acabou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou permitir que ele faça a última pergunta e vamos encerrar.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – No dia 18 de janeiro, o Presidente Lula deu uma entrevista, afirmando que teria havido um apagão de inteligência. Hoje está muito claro que não houve esse apagão. O Sr. Ministro mesmo recebeu alertas expressos do Diretor da Abin, Saulo Cunha, do risco de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invasão e depredação. Foram feitos comunicados a diversos órgãos a respeito desse risco de invasão e depredação.

O Presidente Lula mentiu nessa entrevista? Ele estava mal-informado? Ou isso foi uma construção de um álibi ali dentro do Governo Federal para explicar a inoperância dos órgãos federais frente à invasão?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Excelente pergunta, Senador. Temos que perguntar ao Presidente Lula. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – O Lula não sabe nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

General, muito obrigado por estar contribuindo com esta CPMI. É sempre muito importante, muito rico, para nós, quando vem aqui um depoente, uma testemunha ou um investigado e colabora com as perguntas, responde a todos, e para a gente, que está aqui tentando desenvolver um trabalho sério, isso é, sem dúvida, de muita valia.

A divulgação, General, dos vídeos em que o senhor aparece agindo de forma passiva com golpistas é vista como o marco principal para a mudança de paradigma do que estamos investigando aqui. Eu afirmo: não é. É apenas uma gota nesse oceano gigantesco, cheio de tubarões que são capazes de devorar tudo que é certo para saciar a sua fome de poder.

O protagonismo que estão querendo dar à sua participação, General, é uma tentativa desesperada, uma atitude pueril de enganar a sociedade, uma cortina de fumaça para distrair os verdadeiros responsáveis por esse crime.

Hoje, a tentativa de golpe aqui está mais do que provada, mas ele – o dia 8 de janeiro – começou muito antes de 8 de janeiro. Ele começou quando todas as instituições começaram a ser desacreditadas; começou quando o sistema eleitoral, que elegeu todos nós que estamos aqui, começou a ser desacreditado; começou quando, em dia de votação deste Congresso Nacional, de forma inédita, tanques militares desfilaram; começou quando pessoas comandadas por um delírio coletivo estavam em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente aos quartéis pedindo o grande absurdo que é uma intervenção federal; começou quando golpistas passaram a ser financiados por cidadãos que se diziam de bem.

Por muito tempo, vislumbrou-se que esta CPI era desejada por quem devia temê-la e temida por quem devia desejá-la. E a gente sabe bem por quê.

A Polícia Federal e o Supremo já vêm desempenhando seus papéis nessa investigação, mas somente aqui quem defende golpistas e nega a realidade tem a oportunidade de tentar vender algo sem valor para a sociedade, como se fosse uma joia falsa. É uma farsa, é uma distorção da realidade. Não é papel de Parlamentar ser advogado de depoente. A sociedade espera de nós uma outra postura.

Vou lhe dar a chance, General, de explicar diversas lacunas que ainda existem sobre a sua atuação no 8 de janeiro.

Nunca houve, depois da redemocratização, uma ameaça tão grande à estabilidade institucional do nosso país. O GSI se demonstrou inoperante em conter os golpistas, não foi capaz de zelar pela segurança do Palácio presidencial. Por que razão o senhor acredita que o GSI foi incapaz de desempenhar o seu papel precípuo? (*Pausa.*)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Falou tanto que ele não entendeu a pergunta...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu repito!

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – A pergunta do senhor é muito boa. O senhor veja o seguinte... Nós acionamos o Plano Escudo do Planalto. Se o senhor colocasse um efetivo lá, o máximo previsto no Plano Escudo – que não fui que fiz, não fui eu que reipsei, não fui eu que vi; eu herdei... Na minha época, o Plano Escudo – em que eu passei lá – era um pouco diferente. Como eu disse no meu discurso aqui, eu agiria de maneira diferente se fosse hoje, mas nós estávamos numa primeira semana, primeira semana trabalhando dentro de um planejamento feito por outras pessoas.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor falou aqui, General, que teoricamente o Plano Escudo era para estar ativo. Por que ele não se encontrou ativo naquele momento?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele estava ativo...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – E por que ele não funcionou?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Quando o senhor ativa o Plano Escudo? Quando o senhor pede uma tropa para fazer face a uma ameaça.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas a tropa estava presente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Inicialmente, nós tínhamos um pelotão presente, 38 homens. Foi solicitado reforço após o rompimento da barreira inócua na Avenida das Bandeiras, foi solicitado... E que chegou às 14h40. Foi solicitado um segundo reforço para o General Dutra...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas de quem era...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... que chegou às 16h40.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – De quem era a responsabilidade no chão? De quem era a responsabilidade...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Secretaria de Coordenação de Segurança Presidencial, que tem...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Era do Natale, então?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Era quem?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Era do Natale, então? A responsabilidade era dele?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não! Espera aí. Você tem um General que comanda a secretaria e depois você tem um departamento que tem obrigações de acionamento do plano. E aí você tem, nesse departamento, que eu disse já aqui, Deputado... Deputado, o senhor tem, na sede, importantes coordenações gerais, três, que fazem, logicamente, a execução do plano.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas, assim, o senhor...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Natale... O senhor permite, por favor?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Claro. Você está comendo o meu tempo, General, e eu preciso acabar o meu raciocínio.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ah, está bom.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É diferente da Relatora. Me perdoe. A gente tem um tempo e precisa... Eu preciso estar dentro dos meus dez minutos para concluir meu raciocínio.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu peço realmente desculpas.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem. Eu só queria entender o seguinte, General...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Então, o Natale estava de serviço no dia.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tá!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor disse – e disse aqui agora, repetiu – que agiria de forma diferente. E o senhor afirmou que, se estivesse presente no momento em que o Natale entregou uma garrafa de água a um golpista, o senhor teria dado voz de prisão a esse militar naquela hora. General, por qual razão tal intenção impetuosa de prisão não foi direcionada, àquele momento, de igual forma aos invasores do Palácio? Qual foi o critério utilizado para determinar a abordagem de indicar aos invasores a saída ao invés de prendê-los imediatamente?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Aqueles invasores que o senhor viu no que foi passado aqui pela Senadora foram conduzidos para o segundo piso e, no segundo piso, quando chegaram reforços, foram presos.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Quantas pessoas foram presas no segundo piso, General? O senhor sabe precisar?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu sei, Deputado: 182, porque foram quatro ônibus conduzidos à Polícia Federal.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Uma pergunta: aquelas pessoas que, naquele momento, saíram do terceiro e do quarto andares e foram pela escada para o segundo foram presas no segundo andar?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não tenho conhecimento, porque não estava lá. A ordem de prisão foi para Coronel Rogério e Coronel Wanderli.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor sucedeu um Ministro, que, na minha opinião pessoal é expoente no golpismo, ele é terrivelmente golpista. Dizia tomar Lexotan para impedir que Bolsonaro agisse contra o Supremo Tribunal Federal, participava de grupos com outros militares que pediam intervenção federal, defendeu por várias vezes o golpe militar de 1964. O que eu não consigo entender aqui, General, nesse momento, é o que levou o senhor a não promover trocas significativas numa equipe que era claramente incentivadora de um golpe militar, como, por exemplo, é o caso do General Penteado, de que já foi falado aqui por várias vezes e que ficou como seu número 2.

O senhor poderia dizer rapidamente o que levou o senhor a não fazer essas demissões já no início do Governo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Pelo tempo exíguo que eu tinha, Deputado. Boa pergunta. E por achar também, historicamente, que, no tempo que eu passei nos Governos anteriores, essas mudanças não eram tão drásticas. Mas eu, como disse nas minhas palavras iniciais, Deputado – é uma boa pergunta realmente –, talvez eu devesse ter feito isso, Deputado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – General, é verdade que o senhor informou ao Presidente da República que as câmeras que o flagraram na ocasião não estavam funcionando?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – No dia 9, nós passamos... O Presidente pediu que passasse várias imagens para ele. Dessas imagens, não foi... Fizemos um cronograma, e nesse cronograma de imagens ele pediu "quero ver X, quero ver Y", e foram passando.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – E, por não haver sorte, vamos dizer, não passou aquela imagem que deveria ter passado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – General...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Posso continuar?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Deixe-me só terminar, que agora eu só tenho 50 segundos, me perdoe.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Está bom, por favor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor, na minha opinião, golpista não é, traidor da República o senhor não é.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, Deputado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas, assim, não consigo encontrar uma saída, General, para encontrar uma justificativa na forma como foi dada essa sua participação. Tem um ar, me desculpe a expressão, de ingenuidade, tem um ar de incompetência, fraqueza, me perdoe o que eu estou dizendo, mas, assim, me parece que esse pinga no oceano terminou virando comida para quem quer defender o golpe militar.

Então, acho que era isso, General. Faltou... Talvez tenha sido um excesso de confiança na hierarquia do Exército, no que tudo isso representa para quem defende as Forças Armadas livres e defensoras do que é mais rico para a sociedade, que é a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, que é o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, Sras. Senadoras, Deputadas, General G. Dias, para que a gente possa formar um juízo numa CPI, fazer juízo, a gente precisa indagar, ouvir, comparar, para ter a capacidade de fazer juízo, para não cometer injustiças, e, ao final disso, vai ter um relatório.

Na palavra de V. Sa., General, no começo, da maneira como o senhor colocou, ficou absolutamente claro que, em tendo tantas pessoas presas... E aí eu queria colocar um vídeo, porque o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor fala dos vídeos e fala que houve vídeo distorcido e vídeo editado. Mas eu preciso fazer juízo e, para fazer juízo, eu preciso buscar o entendimento, se possível, com a ajuda do senhor, porque aquilo que está solto a gente vai amarrando para formar juízo, mas ouvir quem está sendo alvo da investigação, certamente, é absolutamente importante.

Então, eu queria passar esse vídeo, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Dia 15.

Esses são editados.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – E disso eu queria lhe fazer uma pergunta. O Presidente Lula – não são palavras minhas – disse que alguém facilitou e que foi de dentro para fora.

O senhor é um homem preparado. O senhor falou de todo o seu currículo aqui e disso todo mundo já tem conhecimento. Estar desse lado aqui da cadeira é horroroso. É horroroso, e eu não quero colocá-lo em posição vexatória nenhuma, porque sei que sua família está vendo o senhor e acho que a gente precisa ter esse tipo de respeito. Não vou colocar.

Mas o Presidente Lula disse que alguém facilitou. O senhor, com a sua capacidade, chegar a General e ter a capacidade de entender de segurança pública... O Presidente acertou ou errou ao fazer essa afirmação?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O que é que está... O que é que está acontecendo aí? Eu já pedi para todo mundo ficar em silêncio.

Eu vou pedir para todo mundo ficar em silêncio. Não é possível uma coisa dessas! A gente está aqui, trabalhando, e não é razoável que os Deputados tenham que interromper para, sempre, causar essa condição de interrupção.

Eu acho que o Senador Magno Malta está fazendo aqui uma das melhores inquisições que esta CPI já teve.

Então, eu peço que o Senador continue. Peço desculpas a ele e ao depoente. E vamos manter aqui ordem dos trabalhos.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, muito obrigado e desculpe.

Dá para o senhor fazer a pergunta novamente, Senador?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Porque quem faz a afirmação é o Presidente da República, de que alguém facilitou. Eles entraram. Isso foi de dentro para fora, não foi de fora para dentro. É uma afirmação do Presidente.

E aí eu pergunto ao senhor... Sei que não é uma pergunta... A minha pergunta é difícil. Não é fácil a sua resposta, porque quem afirmou foi o Presidente Lula, não eu. E o senhor, do que viu, do que presenciou, e aqui eu já adianto – não sei se o Presidente vai me dar mais um minuto –, porque o senhor chegou... No seu depoimento à Polícia Federal, o senhor disse que chegou às 14h50, mas o senhor aparece na imagem às 16h29.

Foi feito... Alguém facilitou? Foi de dentro para fora, como disse o Presidente Lula? E aí o senhor, quando fez a sua explanação, falou a sua verdade e tenho certeza de que o senhor não vai mentir neste momento, porque há uma afirmação do Presidente da República.

Então, a minha pergunta é: houve falha?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, sempre há falha em qualquer tipo de operação. Quando o senhor planeja uma operação, possivelmente, haverá falha.

Não digo se o Presidente acertou ou errou. Eu abri uma sindicância investigativa para apurar exatamente isso daí. Agora, Senador, vamos, por favor, vamos raciocinar aqui um pouquinho. Nós estamos num prédio de 36 mil metros quadrados a 30m de uma via extremamente movimentada, sem anteparo físico nenhum que fizesse, que parasse a possibilidade de invasão, e cada vidro quebrado se tornou uma porta de entrada. Então, a porta de entrada na realidade ...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Aham...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... não eram só as portas, cada vidro quebrado é uma porta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, mas veja, assim... É porque o tempo está correndo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Mas eu abri sindicância.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu não sei se naquela intervenção... O Presidente vai me dar mais um minuto?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Já coloquei.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – já colocou.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Já colocou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta é a seguinte: quem facilitou? Porque a afirmação é do Presidente. "Eu liguei para o G. Dias para perguntar: Cadê o soldado? Não tem soldado. Tem gente andando lá". E afirmo para o senhor que eu fui atrás de todas essas pessoas que foram mostradas nas imagens. *(Pausa.)*

General, não sei se eu vou repetir aqui, porque o advogado estava falando, eu...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, não, não. Por favor!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – E essas pessoas que lá estavam... Porque quem vê o senhor na imagem... Não há indignação, assim, de qualquer maneira, o senhor está muito passivo ali. O senhor errou ali? Porque o Presidente te liga e pergunta: "Cadê os soldados?". Quando ele te pergunta "cadê os soldados?", o que o senhor respondeu a ele?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Que eu acionei os soldados de acordo com o Plano Escudo. E cada porta de entrada que eu já falei para o senhor... Cada vidro quebrado é uma porta de entrada. E eu abri sindicância.

O senhor tem sindicância aberta em várias instâncias. O senhor tem na Presidência da República...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, sim, sim, tudo bem ...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... o senhor tem no STF. Aquelas pessoas, Senador, foram só...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – É por causa do tempo que está correndo...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu sei.

Aquelas pessoas já foram duas vezes na Polícia Federal...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, não, deixe-me falar. Aquelas pessoas não estão presas, as que estavam perto do senhor. Nenhuma delas estava lá na Papuda, nenhuma delas estava na Colmeia, e eu estou falando com o senhor, assim – pela saúde da minha neta –, que sou uma das pessoas que mais foi visitar, certo, Presidente? E muitas vezes fui em nome da própria Comissão – não é? – lá, com a minha disposição pessoal de vê-los e tentei identificar. Não encontrei. E eles estavam ali justamente no local onde o senhor estava muito limpinhos, muito arrumadinhos. E como eu tenho aqui um pouco de tempo, então, se o senhor não quer contradizer o Presidente da República... Mas a fala dele está falada, não tem como... Não é? Inclusive, há uma outra fala do Deputado Lindbergh – que eu não vou colocar no ar aí –, em que ele tenta desdizer o que o Presidente disse, e o Presidente, então, reforça o que disse no telefonema que deu para o senhor.

O triste de tudo isso, Senadora Damares, é ver que há todo um trabalho para que fique na conta da Polícia Militar do Distrito Federal. Agora, a minha pergunta ao senhor é: diante de tudo que o senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, do trabalho que o senhor fez, da sua operacionalidade, da sua indignação, por que só o senhor está fora do Governo?

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Por que só o senhor foi demitido? É uma pergunta.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não fui demitido, eu pedi demissão. Eu fui demitido a pedido.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O senhor foi demitido a pedido, pois é, mas, diante de tudo isso, tantos subordinados que erraram e que já estiveram aqui e que falaram com o senhor, eles estão... Penalizado só foi o senhor, mesmo a pedido. O senhor não acha que toda essa coisa está sendo colocada no colo dos subordinados?

E eu quero encerrar dizendo o seguinte... Porque o senhor disse à Relatora que o senhor pediu para tirar o seu nome e colocar o do GSI, que seria o mais normal. O senhor falou aqui com a Relatora: "Não, o que eu fiz ali, na mudança de documento, foi dizer que GSI seria mais adequado do que colocar o meu nome", porque é um órgão, é uma instituição. Correto? O senhor disse a ela. Correto, General?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Lá só tinha órgão de Estado, não tinha o nome pessoal de...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O senhor pediu para...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... de A, B ou C. Não estava...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... tirar o seu nome e colocar "GSI". O senhor afirmou aqui para ela.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu sugeri – eu sugeri – para o Saulo.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Pois é, eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte. Há uma história que eu escuto desde menino, lá no interior da Bahia, de que o sujeito deve para o outro, aí liga para o outro dizendo: "Fulano, tu vais me pagar aquele negócio que tu me debes?". Ele falou: "Eu não lhe devo nada, não. Quem lhe deve é a pessoa jurídica". Aí o outro falou assim: "Mas vem cá: se eu der um tiro na pessoa jurídica, pega na pessoa física?". Então está tudo na conta da pessoa jurídica.

O que nós estamos vendo no Ministério da Justiça é que ninguém está tão na berlinda como o senhor. O Ministro Dino não mandou uma imagem para cá; as imagens são todas debochadas, as que foram colocadas aqui. E ontem vi uma palavra dele de deboche, Sr. Presidente, com relação a esta Casa, porque, na verdade, os termos usados para quem não está querendo argumentar a verdade é de que "são terraplanistas, são terroristas, são não sei o quê" – isso é narrativa. Na verdade, hoje aqui são



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimos detalhes que foram colocados – e observados, para que eu possa fazer juízo –, e nesses detalhes eu faço essa leitura, e assim encerro, Sr. Presidente, de que tudo é na conta da polícia do DF e quem está no topo. De todos esses, só o General G. Dias – só o General G. Dias – é que virou alvo dessa penalização.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Eu queria consultar aqui a todos. Ainda são... Dez minutos dariam para, se formos fazer o encerramento à 1h da tarde, ouvir mais um orador. Mas eu pergunto se o Plenário concordaria em nós, especificamente hoje, em que a sessão teve atraso no seu começo e tem muita gente inscrita, se poderíamos fazer o nosso recesso às 13h30 ou até 14h.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Acho que sim, Presidente, 13h30.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Às 14h...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Às 14h, então. Então vamos até as 14h.

Com a palavra, o Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interperlar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a todos, o depoente e os Parlamentares.

Sr. General Gonçalves Dias, o senhor deveria ter sido um dos primeiros a ser ouvido nesta CPMI. Teve tanta delonga, que nós já desvendamos todas as suas condutas, ou melhor, a falta de condutas que o senhor teve. O senhor chegou... Aqui, em longas explanações, o senhor já caiu em diversas contradições. Contradições são mais de uma versão, então uma versão dessas há de ser mentirosa.

O senhor falou aqui que o senhor deu ordem de prisão aos manifestantes. No depoimento da Polícia Federal, era uma ordem de evacuação. O senhor falou aqui, por diversas oportunidades, que acionou o Plano Escudo. Só que, no inquérito policial militar do Exército Brasileiro, há diversas menções de que o senhor não acionou o Plano Escudo.

O senhor participou do Gabinete de Transição antes de tomar posse como Ministro do GSI. O senhor já trabalhou no GSI. Então, não há desculpa plausível de que o senhor não tinha conhecimento ou tempo para formar uma equipe.

Mais ainda, se o senhor não estava se sentindo apto a desempenhar tamanha, elevada função – dentre elas, a de coordenar toda a inteligência nacional e zelar pela segurança dos palácios presidenciais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

—, que o senhor não assumisse, porque, do contrário, como o senhor está expondo, é uma completa incompetência do senhor, que tem que ser responsabilizada.

O senhor recebeu diversos — diversos — alertas da Abin, foram 33, que foram verdadeira inteligência corrente, assertiva, correta, em tempo real, que se mostraram verdadeiras, porque aconteceu o que foi previsto: diversos ônibus chegando, manifestantes com o intuito de invasão e de quebra de patrimônio público...

Eu não vou ler os 33 alertas, vou ler dois, só de exemplo. Dia 6 de janeiro, dois dias antes, 19h40, alerta da Abin: destaca-se a convocação, por parte de organizadores de caravanas, para o deslocamento de manifestantes, com acesso a armas e a intenção manifesta de invasão. E vocês não fizeram nada!

Dia 8 de janeiro, 13h40 — pelo Plano Escudo há possibilidade de acionamento de 15 até 45 minutos; 13h40 daria para fazer algo; esse alerta só o senhor recebeu e o senhor adulterou ou omitiu do relatório inicial da Abin —, o alerta: iniciado o deslocamento para a Esplanada, há discursos inflamados com pessoas pintando o rosto como se fossem para um combate — olha este último, uma frase —, há entre manifestantes relatos de que as forças policiais e militares não irão confrontá-los. E foi exatamente o que aconteceu. Os senhores não fizeram nada!

Na hora das responsabilidades — estamos trazendo aqui —, todo mundo fala que o WhatsApp não serve. O próprio inquérito policial militar demonstra, em vários pontos, vários protocolos de acionamento, de emprego por meio do WhatsApp. Um deles se chama "Reforço do CMP" — CMP é o Comando Militar do Planalto —, que o senhor não fez. No próprio inquérito policial militar ficou claro o não acionamento do Plano Escudo e que o senhor também não acionou aquele pelotão que entrou em combate.

Vou ler um trecho do IPM: "Apesar de o GSI sem pedir reforço, o Chefe do Centro de Operações do Comando Militar do Planalto [foi o Comando Militar do Planalto], por iniciativa própria [está no IPM] e em função da chegada de diversos ônibus com manifestantes [todos sabiam, menos o senhor], determinou a prontidão de uma companhia".

Então, Sr. General, o senhor sabia de nada ou diz que não sabia, o senhor não acionou ninguém, o senhor só foi diligente para tirar o Presidente Lula aqui de Brasília. E a gente já sabe, é costume — não é? —, desde o mensalão: o Presidente Lula também não sabe de nada. O senhor, General, tem que responder por omissão, pelos danos da omissão e por falsificação de documento público. Por muito menos tem coronéis da PM, que não estavam servindo água, nem confraternizando, estavam lutando, que estão presos até hoje.

Mas vamos a quem está em pior situação que o senhor. Tem Ministro de Estado ainda no Governo que sumiu com as imagens.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Itamaraty, que é Ministério das Relações Exteriores, não tem o dever de solução de crimes, preservou as imagens. O Ministro Flávio Dino sumiu com as imagens. Imagens que iam individualizar condutas entre quem é vândalo e quem é um cidadão de bem, que não entrou em lugar nenhum; imagens que iam mostrar todas essas omissões, que estão tentando enganar não apenas a CPMI, mas o Judiciário também, que já está acordando para as mentiras que foram feitas por essa cúpula do Governo PT.

O Ministro Flávio Dino, primeiro, quando foram requisitadas as imagens aqui, pediu prazo. Ué, pediu prazo? Por que ele já não disse logo que não tinha? Depois disse que: "Não, só vou entregar se o STF autorizar". O STF autorizou a entrega das imagens internas e externas. Daí, sumiram com as imagens. Mas pelo trabalho nosso aqui, a gente já sabe que ele tinha sete pelotões para empregar e não empregou corretamente.

Só para deixar clara a impropriedade, a comparação: nos Setes de Setembro de 2022, 2021, tinha milhões de pessoas em Brasília, não dava na Esplanada, iam até, para quem conhece Brasília, até a rodoviária. Segurança completa dos prédios públicos.

Oito de janeiro, não eram nem 5 mil manifestantes, sabendo, cientes de antecedência, que iam causar vandalismo. Ninguém fez nada. Não eram nem mil que entraram nos prédios públicos. Vocês não fizeram nada. Há alguma dúvida de que não fizeram nada de propósito?

Quando começou essa CPMI, a gente viu o esforço do Governo para ter maioria aqui, para ter a relatoria, a Presidência. A gente achava que era uma blindagem do Governo, mas não, blindagem do Sr. Flávio Dino. Quase 15% dos Senadores aqui – 27 unidades da Federação, Parlamentar de todos –, aqui nessa CPMI, quase 15% dos Senadores são do Maranhão, inclusive a Relatora, que é do mesmo grupo político. Entre Deputados, 25%! Um quarto são de Deputados do Maranhão. Isso não é uma forma de blindar da culpa e da responsabilidade do Sr. Flávio Dino, de início?

Se o relatório da Relatora não vier com o indiciamento do Sr. General G. Dias e do Sr. Flávio Dino, esse relatório pode ter mil páginas, mas não serve para nada, pode jogar no lixo, porque não é um caderno de investigação, é apenas parcialidade, conivência e blindagem. E não é uma blindagem político-partidária, blindagem de crime.

O STF, o STF que foi tão rigoroso com o DF – afastou o Governador, prendeu o Secretário de Segurança, prendeu toda a cúpula da PM – tem que mostrar que não está complacente, conivente e tomar as medidas cabíveis contra essa cúpula do Governo PT, que claramente foi omissa. Nós estamos aqui cumprindo o nosso dever, nós estamos representando por essas omissões, com fundamento, com fatos, com teor legal, para os danos, responsabilidade para esses danos das omissões, prevaricação, desobediência, fraude processual, obstrução à justiça, responsabilidade e improbidade. Nós estamos aqui trazendo a verdade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... e exigindo justiça.

Obrigado, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, rapidamente. Porque, enquanto o Deputado Ramagem falava, os advogados ficaram caçoando da fala do Deputado, eu tenho um amplo respeito pelos advogados, porque também sou advogado. Agora, os advogados não podem ficar caçoando da fala do Deputado e Senador aqui nesse plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Filipe, eu, em algum momento aqui, até toquei no braço do General G. Dias, para que ele prestasse atenção, e realmente ele correspondeu aqui e passou a olhar. Eu percebi isso aqui, mas, de fato, eu vou pedir ao advogado para que, ao longo da pergunta dos Srs. Deputados e Senadores, o depoente preste atenção e, no intervalo, o senhor... alguma coisa que ele queira lhe perguntar – está bom? –, para a gente poder continuar os trabalhos.

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – Eu jamais caçoaria de um representante parlamentar e devo todo respeito a esta Comissão.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Estamos observando pelo sorriso do senhor e a risadinha do senhor também, toda hora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Vamos tocar o barco.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente...

General G. dias, quero dizer a V. Sa. que eu tenho o maior respeito e admiração pelo Exército Brasileiro, pelas Forças Armadas. Sempre participei, como Deputado, da Comissão de Defesa Nacional. E tenho admiração. Até tive o privilégio de servir o Exército Brasileiro – 01, por sinal. Artilheiro. E tive aqui também, quando do depoimento do Saulo, uma ótima impressão e saí daqui com a alma lavada, porque ele de fato fez o que qualquer militar de bem faria.

O Saulo esteve aqui e disse claramente: todos os alertas foram feitos, toda a condução.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E se prontificou a vir aqui em qualquer acareação.

Eu vou fazer a primeira indagação a V. Exa.

O Presidente, quando iniciou a sessão, estava... Definimos aqui a forma de acesso aos documentos encaminhados pelo Saulo. Por que é que eu o admiro e saí de alma lavada com a saída do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saulo aqui? O Saulo, além de falar a verdade – e V. Exa. confirmou, V. Sa. confirmou que ele realmente é uma pessoa competente e confiável –, disse claramente: "Olha, quero abrir aqui o meu sigilo e coloco à disposição meu sigilo telemático, o meu...", todos os sigilos, e apresentou. E o Presidente teve o cuidado, inclusive, de não deixar aberto para todos, para a consulta. Está sendo estabelecido o critério que só... vai ter um modo de ter acesso a isso.

Eu perguntaria... E V. Exa. estava muito à vontade e respondeu a todos aqui. Eu perguntaria a V. Sa.: V. Sa. disponibilizaria para a CPMI, com acesso restrito, o sigilo telemático e o celular de V. Sa.?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Isso já foi feito, Deputado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Para a CPMI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, sim, está nos requerimentos. Pelo menos eu acessei os requerimentos que já foram aprovados, no *site*, e já está lá com os requerimentos que foram aprovados, se eu não me engano. Mas se não fosse... se houve um engano meu, claro, claro, Deputado, sem problema nenhum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador. Desculpe, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

Presidente, eu não vi, não tive acesso às mensagens do sigilo telemático do ex-Ministro.

Perguntaria a V. Exa.: essas mensagens do celular do Ministro estão acessíveis a todos os Parlamentares da CPMI? Eu não vi ainda. *(Pausa.)*

Descontando meu tempo, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – A assessoria está me informando que teve uma quebra de sigilo telemático dele, mas que a CPI não recebeu ainda os dados.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim. Então, eu pediria à V. Exa. que providenciasse, porque, de fato, ele disse aqui, o Presidente Lula confirmou, V. Sa. falou aqui que teria falado com o Presidente Lula, que inclusive já estava sabendo. V. Exa. teve... V. Sa. esteve também lá no Ministério da Justiça. E aí, quebrando o sigilo, fatalmente já haverá tudo aquilo que foi conversado. Mas eu perguntaria isso, com relação aqui, para ficar claro, até chegar o sigilo que eu estou aqui... Eu pediria que fosse feito com urgência o encaminhamento.

Eu não sei se a Relatora já teve acesso a isso, mas, eu vi aqui, e é bom esclarecer, Presidente, quando a base de Governo fala aqui sobre a questão da Polícia Militar aqui do Distrito Federal, jogando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a responsabilidade na Polícia Militar, eu tenho aqui a composição do Plano Escudo. No Plano Escudo, nós temos aqui, Presidente... Olha a composição aqui do Plano de Operações Escudo do Planalto – eu nem sabia que tinha tanta coisa assim –: "Tropa de Choque do Exército Brasileiro, Batalhão da Guarda Presidencial, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, Regimento de Cavalaria de Guardas, Comando Militar do Planalto, definirá para cada acionamento as unidades que fornecerão os meios para compor a tropa de choque do Exército Brasileiro".

Então, como foi dito aqui pelo General, todo o Exército Brasileiro e outras Forças, se for necessária, porque tem outras aqui, estariam disponíveis para qualquer plano. Então, eu fico assim imaginando: tudo bem, houve falha da Polícia Militar? Óbvio que teve, ninguém aqui está... Mas uma coisa não exclui a outra. A Relatora apresentou muito bem ali as cores verde, branca, azul e vermelha. Ora, se os prédios públicos estão sobre as faixas azul e vermelha, é evidente que caberia, dentro do Plano Escudo aqui, no caso do Planalto, acionar. Inclusive no Ministério da Justiça, naquele momento, tinha a Força Nacional, que estava lá no estacionamento do Ministério da Justiça.

Agora, Presidente, eu... O Presidente Arthur Maia não está aqui, mas eu pediria a V. Exa., como Presidente aqui, nós não podemos continuar aceitando o que está acontecendo. Receber uma mensagem dessa agora, do Secretário-Executivo do ministério, com relação às câmeras, é uma coisa tão absurda, é um desrespeito tão grande que eu fico indignado. E esta Casa deveria também ficar, todos os seus membros, não é só quem é oposição, não. E ainda mais assinada pelo Secretário-Executivo.

Então, eu peço à Presidência dos trabalhos que tome essas providências. Eu acho que a gente não pode aceitar mais o que está acontecendo aqui com relação ao Ministro Flávio Dino, que desconsidera completamente a CPMI.

Bem, eu não posso, General, admitir e acreditar que, mesmo com essas mensagens... Eu tenho aqui a mensagem do dia 6, sexta-feira, dois dias antes. O primeiro alerta, dia 6, diz o seguinte:

A perspectiva de adesão às manifestações contra o resultado da eleição convocada para Brasília para os dias 7, 8 e 9 [...] de 2023 permanece baixa. Contudo [contudo], há risco de ações violentas contra edifícios públicos e [...] autoridades. Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas [...].

Então, Saulo Cunha enviou essa mensagem para V. Exa. dia 6, às 20h22.

Aqui também, no Plano Escudo, fala-se exatamente da capacidade de mobilização das Forças do Exército. Vinte e cinco minutos é o prazo normal para que todas as Forças estejam aqui de prontidão. Pelo menos é o que está aqui no plano – 25 minutos. Está aqui, ó... Este aqui é um documento oficial, não é? Não estou... Saiu aqui do... Mas aqui... Olha aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante... Fora do expediente – fora do expediente –, o pelotão de prontidão é hora mais 15 minutos, e o tempo médio de deslocamento, mais 25 minutos. De sobreaviso... Este foi um dos maiores erros da Polícia Militar: ter colocado a tropa do DF em sobreaviso e não de prontidão, mas, mediante os alertas que foram encaminhados, colocados aqui pelo Saulo, e V. Sa. recebeu todos eles... São muitas mensagens. Mesmo de sobreaviso, 3 horas e 25 minutos também para deslocamento.

Então, é evidente que, com os termos das mensagens e os alertas encaminhados, é inadmissível que alguém não tome nenhuma providência, ainda mais sabendo que, para proteger o patrimônio, tem lá a faixa azul e vermelha, que teria que ser acionada, independentemente do Governo do Distrito Federal, independentemente da Polícia Militar do DF.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, eu fico assim...

Como o próprio Ministro, que estava presente no Ministério da Justiça, ou V. Sa., que estava no Palácio do Planalto, não acionou, mesmo de manhã? De manhã, V. Sa. recebeu um alerta dizendo: "Olha...". E V. Sa. ainda respondeu: "Vamos ter problemas". Ora, se vamos ter problemas, isso de manhã, às 8 horas da manhã, esse tempo aqui de acionamento da tropa seria tempo mais do que suficiente para realmente evitar...

Então, o que nós estamos falando aqui... Ninguém está eximindo a questão do DF. O que nós estamos reafirmando, afirmando – eu, inclusive, desde antes da CPMI – é que os atos de dia 8 poderiam ter sido evitados pelo Governo Federal, se tivesse acionado, de fato, aqui todo o plano, como V. Sa. citou, o Plano Escudo. Haveria a possibilidade de evitar, porque está aqui: a Polícia do Exército, o Batalhão da Guarda Presidencial e as demais instituições.

Então, eu tinha várias perguntas aqui, mas, mediante a resposta de V. Sa., eu só...

Viu, Presidente? V. Exa. tinha saído, e eu perguntei a ele... Porque o Saulo, depois do depoimento, se prontificou a entregar a quebra de sigilo. Então, ele disse que já disponibilizou, evidentemente, deste período, porque o que interessa para nós é este período aí do dia 6 até o dia 9, dia 10, inclusive nesses contatos que foram feitos. Então, é só reforçar com V. Exa., para que a gente tenha acesso o mais rápido possível desses sigilos disponibilizados – telemáticos, inclusive, do telefone particular, porque as mensagens foram feitas no WhatsApp.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, só para agradecer a sua fala e dizer que nós já recebemos aqui, na madrugada de ontem para hoje, a quebra e transferência de sigilo telemático dos servidores do Gabinete de Segurança Institucional e também... É isso aí. *(Pausa.)*

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Incluindo, é evidente, o celular...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Secretaria da Mesa me informa que, entre essas quebras que foram feitas, aqui, do sigilo telemático dos ex-servidores do GSI, está incluída a quebra telemática do General G. Dias...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Do telefone particular.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que, portanto, já está à disposição dos Parlamentares nesta Comissão.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Marco Feliciano.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Esse é bom.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ministro General G. Dias, bem-vindo a esta Casa!

Eu queria fazer, aqui, com o senhor apenas uma abstração intelectual. No início da sua fala, o senhor falou muito sobre a tentativa de golpe, e eu queria divergir de V. Sa., porque, no meu pensamento, não houve tentativa de golpe aqui no Brasil, mas, suponhamos que tivesse acontecido. O povo consegue dar golpe em si mesmo? É uma pergunta que eu faço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Como o senhor, pelo jeito, não vai responder, eu continuo aqui.

Existe o *Teoria Geral do Estado*. Para quem estuda Direito é um livro muito conhecido do Sr. Sahid Maluf. Ele é de origem alemã e ele fala muito sobre a construção do Estado. Ele faz algumas indagações que são muito pitorescas, por exemplo: se o povo quer algo – o povo –, estando ou não dentro da Constituição, ele deve ser atendido ou não? Se a democracia é a vontade da maioria, a democracia seria a Constituição? E, se o povo não estiver contente com a Constituição e não é atendido por aqueles que deveriam modificá-la, isso é democracia? Quando os Poderes estão em desarmonia, quem deve tomar a iniciativa para trazê-los de volta à harmonia? Quando o povo não quer, por exemplo, a legalização das drogas, e o Parlamento é passado para trás, e existe um outro Poder fazendo isso, o que o povo deve fazer, a quem o povo deve recorrer?

O povo, segundo o livro – e isso é fato –, vem antes do Estado. O povo se organizou através de regras e leis, criou suas instituições, a Constituição, e daí, então, a nação Estado. As Forças Armadas, pelo que eu entendi, pelo que eu li, foram criadas antes do Estado-nação pelo seu próprio povo, porque foi através delas que tomamos território, que compramos terras, conquistamos, etc. e tal. Então, o povo criou as Forças Armadas. As Forças Armadas, então, pertencem a quem: ao Estado, ao Executivo, ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo, ao Judiciário, ou pertencem ao povo? Se o povo é quem paga o salário das Forças Armadas, não seriam as Forças Armadas, então, pertencentes ao povo brasileiro?

Aí eu vou ao meu pensamento, para fechar aqui. Se esses que pagam o salário das Forças Armadas estão na frente dos QGs, pedindo um artigo constitucional, isso seria ilegal? É golpe? Porque, se for ilegal e é golpe, o povo, que é o patrono, que é quem manda, que é quem construiu o Estado, não pode pedir alguma coisa, algum tipo de modificação, então, é mentira que o povo é o supremo poder. E, como eu disse, é apenas uma abstração intelectual; não estou aqui confirmando nada, só dizendo para que quem está nos assistindo comece a pensar, porque estamos vivendo um estado estranho no nosso país, um estado de exceção.

Quanto às perguntas que eu vou fazer ao senhor, na verdade, foram perguntas que já foram feitas em outra CPI, e, como o nosso tempo é exíguo, eu vou fazer as perguntas e dizer a resposta que o senhor deu lá.

Sr. G. Dias, o senhor sabia da possibilidade de haver protestos previstos para o dia 8 de janeiro? O senhor alegou, na outra CPI, não saber dos protestos radicais previstos para o dia 8 de janeiro. Contudo, há mensagens de que o senhor tinha enviado para a Abin, em 6 de janeiro, uma convocação para o fechamento dos Três Poderes.

Sr. G. Dias, a Abin monitorava o acampamento em frente ao QG do Exército, sim ou não? O senhor disse, numa outra CPI, que não sabia, embora houvesse monitoramento e o senhor recebesse atualizações no seu celular pessoal.

O senhor ordenou o monitoramento das manifestações, sim ou não? O senhor já disse que não em uma outra CPI, porém enviou mensagens ao Diretor da Abin sobre os riscos das mesmas.

O senhor recebeu relatórios sobre o aumento de fluxo de ônibus em Brasília? O senhor disse, em outra CPI, que não, o que é falso, pois o senhor recebeu um relatório exatamente com essas informações no dia 7 de janeiro.

O senhor recebeu os relatórios da Abin? Falam sobre os alertas da possibilidade de invasão. Pois o senhor já disse, na outra CPI, que só soube dos alertas da Abin quando foram enviados ao Senado, o que também é falso, pois o senhor recebeu os relatórios, a pedido da Abin, e que excluísse, inclusive, o seu nome da lista de autoridades avisadas.

Sr. G. Dias, as informações que o senhor recebeu da Abin continham informações relevantes? Pois o senhor afirmou, em outra CPI, que as mensagens que recebeu não continham informações relevantes, o que é contraditório com os alertas da Abin sobre os riscos de manifestantes armados e ações violentas contra edifícios públicos e autoridades dos Três Poderes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. G. Dias, eu insisto aqui nesta pergunta: o senhor recebeu informações da Abin de que haveria manifestações? Porque o senhor disse, na outra CPI, que recebeu vários relatórios da Abin, mas nenhum sobre manifestações, o que é falso, pois todos os relatórios praticamente falavam sobre manifestações.

O senhor acionou o Plano Escudo? Na outra CPI, o senhor disse que acionou o Plano Escudo para proteger o Palácio do Planalto, mas o plano foi ignorado pelo GSI. Essa pergunta eu queria que o senhor respondesse para mim no microfone. Isso aconteceu? O senhor acionou o Plano Escudo e o senhor foi ignorado pelo GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Eu acionei o Plano Escudo. No dia 5, o Secretário de Coordenação e Segurança Presidencial, General Feitosa, fez uma reunião com o Coronel Wanderli, fez uma reunião com o Coronel Amorim, fez uma reunião com o Coronel Garcia, institucionalizando e ativando o pedido para o CMP de ativação do Plano Escudo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – E por que ele não funcionou?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Isso é uma pergunta que o senhor tem que fazer para o General Feitosa.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Não, eu estou fazendo para o Ministro do GSI.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Uma pergunta que o senhor deve fazer para o General Feitosa.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Pois bem. Veja só, um Governo que tem um Ministro que é ignorado por aqueles que estão trabalhando abaixo dele é um Governo extremamente desorganizado; que tem um Ministro que assume uma pasta, que chama o Governo que saiu de inimigos, e não troca ninguém que está lá, tem algum tipo de problema – ou de cognição ou um problema de caráter mesmo –, ou aguardando que acontecesse alguma coisa desse tipo, ou talvez até esperando que esse tipo de mal viesse a acontecer.

O senhor tinha conhecimento do aumento do número de ônibus, mas, em outra CPI, o senhor disse que não sabia dos informes da Abin porque considerava os dados da ANTT, embora um relatório enviado ao senhor no dia 7 informasse sobre o aumento de número de ônibus com destino aqui a Brasília.

Sr. G. Dias, o monitoramento tinha de ser feito por quem se Brasília vai ser sitiada? O senhor afirmou, em outra CPI, que o acompanhamento dos movimentos era de atribuição de outros órgãos como o Ministério da Justiça, da Defesa, da Secretaria de Segurança Pública, o que é falso, pois a Abin é subordinada ao GSI, e esse tem, como função principal, investigar ameaças ao Estado democrático de direito e, principalmente, à soberania nacional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. G. Dias, naquela imagem, que foi a imagem que, graças a ela está acontecendo esta CPMI aqui... Porque o Governo não queria que esta CPMI acontecesse, tanto que, no início aqui, quando o senhor foi inquirido pela advogada de defesa, perdão, pela Relatora desta CPMI, o senhor se sentiu muito à vontade falando com as pessoas porque o senhor está aqui entre amigos... O senhor pode ficar tranquilo: no relatório final dela, o senhor está exonerado, pode ficar em paz sobre isso.

Então, eu fico só imaginando que um general da sua patente, o senhor falou aqui num tom tão bravo e tão alto, e eu acho que isso é marca mesmo dos militares – eu vi o General Mourão um dia dar um bom-dia que me estremeceu por inteiro –, fico imaginando que, se o senhor tivesse dado um grito desse dentro lá do Palácio do Planalto, quando aqueles meliantes entraram lá dentro, talvez eles teriam se assustado e saído correndo também, não é? Mas o senhor não o fez. Lá o senhor agiu como uma pessoa extremamente elegante.

Aliás, estava estudando aqui um pouquinho o seu currículo. O senhor tem histórico de confraternização com aqueles que deveriam conter... Aconteceu lá na Bahia. O senhor foi enviado para lá depois de ter sido demitido pela Dilma, pelo Partido dos Trabalhadores, enviado para lá para conter um tipo de manifestação. Fizeram até um bolo para o senhor. Então, o senhor já tem esse histórico de confraternizar com aqueles que deveriam conter.

General G. Dias, eu termino a minha fala dizendo que esta CPMI vai terminar como ela começou, em nada. Porque nós queríamos aqui saber de fato o que aconteceu naquele dia. O senhor vai entrar para a história como o pivô da CPMI do dia 8 de janeiro, o senhor vai entrar para a história como aquele que representa o maior símbolo de omissão do Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... omissão do Governo naquele fatídico 8 de janeiro, que eu não vejo ali como golpistas, eu vejo como brasileiros que estavam desesperados, porque viam que o outro homem, do outro lado, o que ganhou, o que assumiu o Governo, não podia andar no meio da rua, não conseguia juntar 30 pessoas. Para todo lugar a que ele ia, as pessoas tinham que blindá-lo, reuniões eram fechadas, de um candidato a Presidente da República amigo do senhor, inclusive, que já bateu no peito dizendo que tem orgulho de ser comunista.

Eu fico imaginando como um general três estrelas caminha 20 anos com alguém que ama ser comunista. Como isso aconteceu? Como tudo isso pode ter acontecido?

Então, esta CPMI, Sr. Presidente, ela vai terminar como começou. Como eu já disse, o relatório já está pronto. E nós não vamos fazer aqui o que deveríamos fazer, que é tirar os inocentes que estão presos lá na Papuda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente Arthur, só uma questão técnica aqui para a V. Exa. Como o General G. Dias disponibilizou realmente a quebra do sigilo, que foi aprovada, com relação ao zap, ele precisaria, como o Saulo fez, disponibilizar o zap dele, o celular dele. Eu gostaria de que, como ainda tem muita gente para falar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não há, não há requerimento aprovado em relação à questão, mas o senhor concordaria...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não. Ele concordou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Concordou? Então, vou tomar as providências, como fiz com o Dr. Saulo.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Deputados e Senadores. Boa tarde, Sr. General Gonçalves Dias.

Eu estive atento a todos os seus depoimentos tanto no DF quanto também aqui e pude observar algumas contradições que eu gostaria de esclarecer, fazer realmente perguntas para poder ajudar na nossa investigação...

(Soa a campainha.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – ... para poder ajudar nas nossas investigações.

O senhor, anteriormente, afirmou, com relação aos informes da Abin, que não havia uma certa gravidade com relação ao que poderia acontecer no dia 8. Contudo, num alerta do dia 6 de 2023, às 19h40, diz o seguinte: "Contudo há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades".

Quando o senhor recebeu esse informe, seja através do Tenente-Coronel Jáder, seja porque isso chegou até também o senhor, qual foi a medida que o senhor tomou ao saber desse informe da Abin, por gentileza?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS *(Fora do microfone.)* – O Plano Escudo já estava ativado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Só para falar... Por gentileza.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS *(Para depor.)* – O Plano Escudo já estava ativado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Só que é mais uma contradição, Sr. General, porque, de acordo aqui com o Coronel Amorim, que declarou no inquérito militar do Exército, na p. 22, de 35, disse que o plano não foi acionado. Abro aspas: "Por não ter acionado o Plano de Operações Escudo do Planalto, não recebeu nenhuma determinação de fazer contatos com essas agências". Na p. 13, de 35, do mesmo inquérito, diz-se também que: "Da análise da documentação acostada nos autos, resta evidente que o GSI não realizou solicitação de aumento de reforço à segurança do Palácio do Planalto".

No dia 7 de janeiro, ao meio-dia, a Abin também envia um outro informe: "Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupação de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios". Repito a minha pergunta: sabendo desse informe do dia 7 de janeiro, ao meio-dia, qual a medida que o senhor tomou, Sr. General?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Dá para o senhor... *(Fora do microfone.)* Dá para o senhor repetir, Deputado?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Claro, repito.

No dia 7 de janeiro, ao meio-dia, a Abin enviou um informe dizendo que, abro aspas: "Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupação de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios". Sobre esse informe, qual a medida que o senhor tomou?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O plano... Deputado, o Plano Escudo estava acionado. Se o senhor pegar o depoimento, dia 7, do Governador, ele ligou para o General Dino e disse que estava tudo normal. Se você pegar a reunião, na Secretaria de Segurança Pública, com o Delegado Andrei, mais o Secretário Adjunto, mais a Coronel Cintia, lá está que estava tudo em normalidade e não...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito. E qual era o papel do GSI no Plano Escudo? Qual era o papel dele, por gentileza, se o senhor puder me descrever?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem que ler o Plano Escudo, Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Tá, eu estou pedindo para o senhor...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor era o responsável; não era eu, Sr. General.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É só...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Era o senhor.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É só...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor está aqui para ser perguntado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele é muito bem escrito. Se o senhor ler, o senhor tem noção.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não; eu quero que o senhor me responda. O senhor está aqui para me responder, e não me perguntar. Quem pergunta aqui sou eu.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não vou responder para o senhor, Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Mas o senhor não vai responder?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o.k. Mais uma vez, o senhor é seletivo nas suas respostas, e aqui nós estamos, basicamente, trabalhando. O senhor era o responsável pelo GSI.

Mas eu te respondo, então, já que o senhor quer ficar calado. Basicamente, o GSI convocou... O senhor convocou um pelotão somente, e tinha dois disponíveis. E aí eu te pergunto: por que é que o senhor convocou somente um pelotão, e não todos os 198, conforme aqui o Batalhão da Guarda Presidencial, que estavam disponíveis, os militares? Por que o senhor convocou um pelotão somente às 11h54 do dia 8? Por que o senhor fez isso, Sr. General?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor... Deputado, o senhor já olhou o organograma... O organograma...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. General, o senhor vai responder ou o senhor vai se escusar das perguntas?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu não...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Porque eu estou respondendo de forma sincera.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não vou responder, Deputado. Obrigado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, tudo bem. Então, tudo bem. A sua risada diz muito, e o seu silêncio também diz muito sobre isso. Eu estou fazendo perguntas aqui honestas, estou fazendo perguntas aqui respeitadas, e o senhor não quer responder por algum motivo. Eu não sei qual, mas eu vou continuar perguntando. O senhor pode se escusar das perguntas, não tem problema. Isso diz muito mais sobre você do que sobre mim.

Com relação à Abin, o GSI e a Abin trabalham de forma integrada? Existe alguma hierarquia ou subordinação entre esses dois órgãos?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, ele é uma autarquia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Autarquia. Está bom.

O senhor tem conhecimento se a Abin encaminhou esses informes para o Ministério da Justiça, Sr. G. Dias?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, isso aí, se o senhor olhar a compilação, o senhor vai ver lá.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor tem conhecimento se a Abin encaminhou esses informes para o Ministério da Justiça? Sim ou não?

Se o senhor não tiver conhecimento, tudo bem. Pode dizer "não". Ou o senhor tem?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem a compilação dos informes?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. General, eu estou perguntando para o senhor. Isso aqui não é o Show do Milhão. Eu estou te perguntando.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não; então, eu não vou responder também.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, não vai responder? Então, tudo bem então.

Mais uma vez, o senhor se escusa de responder. Mas está tranquilo. Está dizendo muito mais sobre você do que sobre mim, tá? Mas fique em paz.

O senhor sabe quanto que – uma estimativa de pessoas – um pelotão consegue conter? O senhor convocou um pelotão. Esse pelotão consegue conter quantas pessoas, Sr. G. Dias?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Pergunta excelente, Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Obrigado.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não vou responder.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor não vai responder?

Muito boa a sua ironia e o seu sarro aqui comigo. Diz muito a respeito também do senhor. Mas vamos lá, que eu também sei fazer isso aí e tenho mais quatro minutos, tá? Pode ficar tranquilo.

O senhor chegou ali ao Planalto e eu queria perguntar se o senhor simplesmente tomou alguma medida ou à medida que o senhor tomou foi só simplesmente andar de um lado para o outro ali, perdido? O senhor tomou alguma medida efetiva para poder conter os invasores?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, isso já foi respondido para a Relatora e foi respondido também nas palavras...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Eu quero que o senhor responda para mim.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu não vou responder porque...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não vai responder.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... já foi respondido, Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Excelente. Obrigado pelas suas respostas seletivas.

Então, já que o senhor tomou esta posição, com relação a mim, de ter essas respostas seletivas, então agora é minha vez também de eu falar e o senhor ficar em silêncio, então.

Eu tomei uma posição muito pacífica, com relação ao senhor, de perguntas, mas agora eu vou tomar a medida também que eu gostaria também de tomar.

Primeiro: o senhor, para mim – essa aqui é a minha opinião, mas não é só minha, eu tenho certeza –, que se preza a estar ali ao lado de uma pessoa que, primeiro, jamais honrou o Exército de Caxias, uma pessoa que vai frontalmente aos ideais do Brasil, que seja... O senhor, pelo que tenta colocar aqui para mim, como se não pudesse me responder... O seu histórico diz muito mais e é muito mais pesado do que o meu, Sr. General. Então, realmente, se fosse para alguém aqui, para poder tomar uma posição mais ríspida, deveria ser de mim para o senhor, e não do senhor para mim, até mesmo porque, além de o senhor obviamente ter colado para poder entrar – e o senhor é conhecido por isso no Exército e só tem subido de patente por conta da sua amizade com o Lula –, eu acredito que a verdade sempre prevalece, e as minhas perguntas aqui foram nesse direcionamento. Não tinha nenhum prejuízo de o senhor, por exemplo, me responder com relação ao pelotão, me responder aqui com relação aos informes da Abin, ou seja, no fundo desse buraco que o senhor está e da larga experiência que o senhor tem, não dá para o senhor vir aqui num tom de ingenuidade, de fragilidade, dizer que "ora, só aconteceu tudo isso, e eu não sabia". Ou, senão, o senhor foi incompetente. Porque, se o Plano Escudo já estava ativo, como que as pessoas ali invadiram? Então, de duas, uma: ou o senhor é incompetente no que o senhor faz... Inclusive, pediu demissão por isso, não é? E eu não sei por que, porque, segundo as palavras do senhor, o senhor fez tudo certo. O senhor não tem nenhum erro. Pelo contrário, foi tudo uma trama, uma narrativa com relação do que estava acontecendo.

Então, basicamente, por fim, porque eu já vi que o senhor realmente se escusou de todas as minhas perguntas... Não sei se é por medo, porque, para mim, um General ter medo de um menino, como eles me chamam aqui, realmente é vergonhoso!

Agora, existem pessoas que estão mais no fundo do buraco do que o senhor, que é o Sr. Ministro da Justiça, porque um não sabe de nada, e o outro esconde as imagens!

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – É realmente impressionante a capacidade das pessoas que estão ao lado ali do Lula de mentir!

Eu quero pegar aqui uma frase que diz o seguinte: "Teve aviso, teve informe do sistema de inteligência, mas se colocou um baixo efetivo, um baixo efetivo sem as condições técnicas suficientes para isso e ainda sem comando, ou seja, não tinha como dar certo. Foi planejado simplesmente para dar errado". Essa frase aqui foi uma frase da Relatora que encaixa perfeitamente com o senhor.

Agora, eu espero que, no mínimo, o senhor seja indiciado por omissão e por crime, porque, de fato, existem outras pessoas que por muito menos estão na cadeia. O senhor, realmente, para mim e para os outros que estão vendo, realmente, prestou um serviço aqui vergonhoso para esta CPMI, e a sua atitude que, a meu ver, não diz respeito à sua patente e à sua experiência.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Está suspensa a sessão, e voltaremos às 14h30...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não, é até às 14h...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – É 13h30...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, até às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Foi 13h30, não foi?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – É até às 14h.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Foi 13h30? Não foi 13h30, não?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Retome, então. Então, retome.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Até às 14h, Presidente. Ficou definido...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Esperem um minutinho, esperem um minutinho, porque eu entendi 13h30 – eu e a Eliziane.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Calma, calma. Não precisamos gritar, não precisamos gritar, não precisamos gritar. Eu estou dizendo que eu ouvi 13h30, e a Relatora também está dizendo que ouviu 13h30.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Não tem problema. Eu ouvi 13h30, ela ouviu 13h30, mas eu não tenho nenhum problema em ir até às 14h – eu não tenho nenhum problema.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Retome, retome, retome...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Vamos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Vamos ambos. Vamos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Vamos seguir, Presidente. Vamos seguir...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Eu vou retomar, vou até às 14h.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Não, o depoente veio para depor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Não, não. Para o General...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deixe-me falar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – A próxima oradora é a Senadora Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Deputada ainda, Presidente. Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Pois é. Eu costumo profetizar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Presidente, eu quero cumprimentar os membros da CPMI e também o depoente, General G. Dias, e seus advogados.

Eu queria só dar uma informação aqui pra CPMI, porque isso facilita um pouco a nossa compreensão dos procedimentos. A CPMI aprovou aqui a vinda de imagens do Centro de Operações de Brasília. A Secretaria de Estado de Segurança Pública informa à CPMI que as imagens do Centro Integrado de Operações de Brasília foram apagadas em 60 dias após o 8 de janeiro e, portanto, não vai encaminhar nenhuma imagem à CPMI. Isso é a Secretaria de Segurança Pública do GDF. É bom a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar aqui isso, porque isso também está submetido aos contratos que foram feitos pelo GDF. Eu quero colocar essa informação, porque eu não vi aqui ninguém questionar isso. Questionam imagens que vieram do Ministério da Justiça – e vieram; acho que estão no inquérito – e ninguém falou aqui que o GDF, a Secretaria de Segurança Pública recusou as imagens da CPMI, porque dizem que foram apagados em 60 dias. Então é bom a gente mostrar aqui a falta de isenção no debate político e a parcialidade na análise dos documentos que chegam à CPI. Ou talvez não tenham nem visto, porque poucos aqui estudam os documentos que chegam à CPMI para poderem falar o que eu estou falando aqui.

Em segundo lugar, Presidente, eu penso que a montanha pariu um rato nesse dia de hoje, porque toda tentativa era dizer que houve dolo do General Gonçalves Dias nesse processo. Ele admite a possibilidade de falhas e pede que a sindicância apure; ele não está querendo acusar os seus colegas de equipe.

Mas eu vou entrar aqui em algumas coisas que eu acho muito importantes. Primeiro, os bolsonaristas deixaram bomba no aeroporto; o Bolsonaro deixou no Palácio do Planalto. A equipe que o General G. Dias herdou é uma equipe completamente vinculada ao Governo anterior. Todos, todos, inclusive o Secretário-Executivo, o Sr. General Penteado. Aqui nós vimos do comando anterior, do Sr. Heleno, do General Heleno, mensagens do General Heleno que são coisas absurdas ainda no período das eleições, chamando o PT de quadrilha, concordando com as mensagens golpistas, estimulando as ações golpistas. Nós temos todas as mensagens aqui. Todas.

E é bom dizer que, na sindicância, oito oficiais do GSI estavam nos atos golpistas do 8 de janeiro. Eles estavam lá: Major Alexandre Nunes, do Exército, que, aliás, em relação com representações diplomáticas, disse que Lula não subiria a rampa; Márcio Valverde, da Marinha; Sargento Azevedo, da Aeronáutica. E mais seis da Marinha: Ronaldo Ribeiro Travassos, que, aliás, disse que daria um tiro na cara do próprio irmão se ele fizesse o L, porque "fazer o L" era coisa de terrorista – isso é mensagem dele no WhatsApp; Thiago Cardoso; Estevão Soares; Marcos Chiele; Fernando Carneiro. São nomes de oito dos que foram detectados que eram funcionários do GSI e estavam nos atos golpistas do oito de janeiro.

Aqui tem uma questão importante. O General G. Dias, até aqui, está respondendo às perguntas. Estava respondendo às perguntas até a última intervenção, mas, dos que vieram antes, muitos não fizeram perguntas, fizeram discursos para uma pessoa que está contribuindo com a CPMI. E discursos adjetivando, afirmando, desrespeitando, inclusive, a história do General G. Dias no Exército. Isso é uma subestimação, inclusive, de uma Força como o Exército dizer que ele subiu na carreira porque era amigo do Lula. Isso é algo que, sinceramente, acho um desrespeito ao Exército como Força do Estado brasileiro.

Aqui nessas formulações, eu tenho algumas perguntas, General, que eu quero lhe fazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira: qual deve ser o tempo de chegada de uma tropa do Exército quando é solicitado pelo GSI? Quanto? Qual é o tempo correto, o tempo possível de chegada?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputada, isso aí está no Anexo C do Plano Escudo do Planalto: 15 minutos mais 25. São 40 minutos para a tropa, quando acionada, estar pronta no Palácio.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pois é.

E aqui nós temos o dado de que, quando o senhor pediu a tropa, ela levou uma hora para chegar, uma hora. O primeiro reforço chegou... O senhor pediu às 14h43, ele chegou 15h41, o primeiro reforço. O segundo, mais 40 minutos depois, o terceiro já às 17h.

A que o senhor atribui essa lentidão da chegada das tropas no momento em que o senhor acionou, às 14h43.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, eu não tenho como responder...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tudo bem.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não tenho conhecimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tudo bem, General, não vou perder tempo aqui... 15h43.

Segundo, General, o General Dutra, que está tão homenageado aqui, por alguns discursos que eu ouvi, foi o General – já está convocado por nós – que impediu o desmonte do acampamento em frente ao QG. E ele está dito aqui como o herói, nos discursos que eu ouvi aqui. E ele é quem tinha que mandar as tropas para o reforço do Palácio do Planalto. E foi esse General que impediu o desmonte, que a Polícia Militar desmontasse – o General Dutra – o acampamento em frente ao QG.

Eu fiz essas duas questões juntas porque, obviamente, nós temos que apurar a relação entre o atraso no reforço e a atitude do General Dutra no acampamento do QG.

Aqui está dito que no dia 8 – o senhor falou aqui – a Secretaria de Segurança Pública não ativou o Plano de Ação Integrada e nem há plano de operações. O senhor confirma isso novamente? Por favor.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, isso está no próprio relatório do Ricardo Capelli. Está tudo escrito lá, exatamente o que eu falei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu só quero o reforço aqui na sua resposta porque eu acho importante: não haver um plano de operações.

A terceira questão, General, que eu quero levantar aqui é que o Coronel Penteado e os demais – aliás, vários oficiais, eu não posso dizer que é o Coronel Penteado porque o nome não está aqui –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participavam de mensagens, mensagens de WhatsApp, pedindo intervenção federal, reforçando os atos golpistas e ajudando a mobilizar os atos golpistas, oficiais do GSI.

O senhor aqui disse que, talvez, devesse ter demitido ou exonerado, de início, o General Penteado. Eu considero que essa foi uma grande falha sua, a de ter deixado um Secretário-Executivo que, desde 2021, servia ao General Heleno, abertamente golpista, e articulado com outros oficiais abertamente golpistas e que solicitavam a intervenção federal. Eu acho que, se houve uma falha sua, essa falha foi centralmente não ter exonerado os herdeiros, os viúvos de Bolsonaro que articularam os atos golpistas.

Aqui existe uma outra formulação – que já foi falada aqui –, de que o Coronel André Luiz Garcia Furtado, que era o que deveria articular a coordenação da segurança de instituições, das instituições, de fato mandou para o Comando Militar do Planalto dizendo que não precisava de reforço, que não precisava de reforço, na véspera, e repetiu isso, na véspera.

Eu imagino que isso não tenha chegado ao seu conhecimento. Chegou ao seu conhecimento que ele abriu mão desse reforço?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E por fim, Presidente, como eu só tenho um minuto, quero dizer o seguinte: eu ouvi aqui coisas...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... estarrecedoras: um Deputado que vem aqui expressar a teoria do golpe, que acha que 4 mil pessoas falam em nome do povo, quando o povo se expressou nas urnas, em maioria, por eleger o Presidente Lula. Ainda, justifica os atos, dizendo que eram pessoas decentes e que vieram para cá pacificamente. E, ainda, na verdade, se perfila junto com os golpistas. Isso, de fato, é estarrecedor para uma representação pública dentro do Parlamento e do Estado democrático de direito.

E, por fim, Presidente, quero dizer o seguinte: está claro para nós que a ação do Comando da Polícia Militar foi uma ação deliberada dolosa. E eu quero dizer que eu acho que houve falha, sim, General, mas não vejo dolo na sua atitude.

Isso é importante para a CPML.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Correia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria solicitar à nossa assessoria que pudesse colocar alguns eslaides que eu vou apresentar.

Esse é o primeiro, da estrutura do GSI.

E eu perguntaria, primeiro, ao General Gonçalves Dias se aquela é a estrutura que o senhor encontrou do GSI: o Ministro, que seria o senhor, e, ali, a Secretaria Executiva, que o senhor informou que foi do General Penteado, que já tinha tomado posse e que já estava lá. Se ele tinha também a direção do Departamento de Gestão e aquelas que estavam ali. Se era esse o organograma. Esse organograma.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – A única diferença do Governo passado é que eu transformei a Secretaria de Informação e Cibernética, que era departamento, eu a transformei em secretaria.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O.k.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Então, tinha... Mas o restante é idêntico, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Inclusive o da Secretaria Executiva...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que era o General Penteado.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem. Eu pediria para passar o próximo, porque nós vamos conhecer agora quem era o General Penteado, um pouco dele. Esse aí.

Olha o que ele diz. Ele, primeiro, diz: "O Brasil disse 'não' à corrupção". Depois, o General Villas Bôas o felicita, e ele faz uma afirmação em nome, concordando com o General Villas Bôas, que também é golpista e todo mundo sabe disso.

Depois, ele fala: "Corrupção novamente NÃO", "O Brasil não suporta mais...", "...disfarçados de políticos...", "...cleptocratas...", etc.

Passa o próximo, para a gente ir conhecendo quem é o General Penteado.

Isso aí é o General Penteado. Ele afirmou: "O desmanche do Estado brasileiro devia iniciar pelo Judiciário". Isso é o General Penteado.

Vamos ver o próximo do General Penteado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aí é ele com o ex-Presidente da ditadura militar João Baptista Figueiredo. João Baptista vai dizer: "Vocês querem, então, que eu troque esse partido, que é um sindicato, que quer o comunismo?". Ele está se referindo ao PT. Está lá. "Nesse dia em que o PT chegar, vocês vão querer tirá-los e, para tirá-los de lá, será necessário muito sangue brasileiro". E o General Penteado põe lá em cima: "Verdade absoluta".

Então, esse é o pensamento do General Penteado. O General Penteado, portanto, concordava com a ditadura militar.

Pode, por favor...

Eram esses os eslaides.

Então, isso significa que o General Penteado era um radical de ultradireita.

Eu, já foi dito aqui, não poderia deixar – o senhor me perdoe – de dizer: o senhor é calvo, mas não prestou atenção nesse Penteado aí! (*Risos.*)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu concordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Porque este Penteado, realmente, foi responsável por muita coisa. E ele era responsável pela proteção do Palácio.

Então, pode parecer uma brincadeira, mas eu estou chamando a atenção não apenas deste caso. É que nós não podemos errar no futuro, General Gonçalves Dias. Nós não podemos errar no futuro.

Alguns Generais precisarão vir aqui, porque eles estavam dentro e no interior do golpe, que não é o caso do General G. Dias. Pode ter erro, pode ter ingenuidade, pode ser o que for, mas vamos ver quem proclamava o golpe. O General Penteado está aí, era um; o General Dutra... o General Dutra não quis retirar de forma alguma os manifestantes da frente do quartel. Eu vi que aqui tem gente que defende os manifestantes na frente do quartel até hoje, que estavam lá pedindo a ditadura e intervenção militar. Esses eles defendem, porque defendem até hoje o golpe. É bom que também o STF preste atenção nisso – e a nossa Relatora –, também naqueles que até hoje ficam enaltecendo os que estavam pedindo ditadura militar. O General Heleno, que deixou o Penteado, era um golpista de marca maior. O Ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira até *hacker* recebeu para poder dizer ao *hacker* que realmente concordava em fazer algum plano para o *hacker* fazer denúncia. Tem ainda o General Lourença; o Tenente-Coronel Mauro Cid, que tinha lá um passo a passo do golpe no seu celular, e assim por diante.

Então, esses Generais que eu citei aqui precisam ser ouvidos, Presidente, pelo menos uma parte deles, porque eles atuaram como quinta-coluna da democracia brasileira, foi essa a atitude deles. E o que eu fico preocupado... É porque eles não podem ser anistiados, porque senão eles vão tentar outro golpe. É importante que o Governo do Presidente Lula e as forças democráticas, os partidos políticos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam de direita ou de esquerda, entendam que não é possível ser conivente com esse tipo de atitude, porque ela prevalecerá, e nós teremos outras tentativas de golpe porque alguns proclamam isso.

Eu aproveito para perguntar, então, ao General G. Dias sobre os atos em si. Eu acho que é importante que o senhor relate um pouco. Alguns aqui dizem que os atos foram manifestações pacíficas. Alguns dizem que eram senhorinhas que estavam lá com Bíblia, enroladas rezando e outros enrolados na Bandeira do Brasil, que eram patriotas. O que o senhor viu desses atos – o senhor, que já esteve na frente de batalha, inclusive? O que o senhor diz desses atos? Eles eram pacíficos ou o senhor ficou assustado com a dimensão violenta deles?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Assustado com a dimensão violenta.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eles eram... Havia programação para aquilo? O senhor sentiu isso ou era algo, assim, caótico e espontâneo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Havia programação e a massa acompanhou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É importante isso porque é uma questão que quem viu esse processo, e a gente assistindo aos vídeos vê que realmente foi isso que aconteceu. E aí eu queria, inclusive, dizer o seguinte, porque eu acho que é importante: tinha manifestantes armados com bolinhas de... Como nós vimos vários...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Bolinha de gude.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... bolinhas de gude e bolinhas de esferas também de aço com estilingues, etc. Tinha a intenção de invasão, tanto que invadiram. Tinha discursos inflamados na porta dos quartéis. Tinha relatos de omissão das forças policiais – é evidente que as forças policiais foram omissas, tem sete comandantes presos por causa disso. Bem, essas pessoas é que estavam lá. Quem chamou essas pessoas? Foram as forças do Presidente Lula, como alguns querem dizer, ou o Presidente Lula queria que eles agissem? Você não consegue explicar, Presidente. A tese é muito fraca. O General G. Dias estava lá para permitir que isso acontecesse? O senhor estava lá para permitir que o golpe acontecesse? Diga para a gente sinceramente.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – De maneira nenhuma! Uma semana, uma semana de Governo, em fase de mudança física! Como é que... Eu estava lá pelo meu espírito profissional, porque eu podia não estar. Eu poderia literalmente não estar, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O Presidente Lula. Há indícios de que o Presidente Lula gostou daquilo que aconteceu?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nenhuma, nenhuma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Essa tese é tão esdrúxula, e, por isso, eu concordo com a Deputada Jandira: a montanha pariu um rato. Não é possível que se acredite em uma coisa como essa.

Então, tem coisas que são fatos, tem coisas que são *fake*.

Vamos aos fatos? Sete comandantes da Polícia Militar estão presos porque tramaram golpe. Isso é fato, isso está no WhatsApp deles. Em 7 de setembro de 2021, o Presidente Jair Bolsonaro chamou Alexandre de Moraes de canalha e disse que não respeitaria mais o Supremo Tribunal Federal. Isso é fato. No dia 12 de dezembro, eles fizeram quase uma ocupação no prédio da Polícia Federal, quebraram ônibus e quebraram carros no dia da diplomação. Isso é fato – e vieram do quartel, de onde não foram retirados. Outro fato, tentativa de bomba no aeroporto. Nós vimos aqui, isso foi fato. Outro fato: a invasão dos três Poderes, foi fato, com violência. Outro fato, Bolsonaro está inelegível porque o Supremo entendeu que ele estava por trás desse processo de golpe. E outro fato é que o Presidente Lula foi eleito.

Agora, *fake* também tem. Lula fugiu para Araraquara, é *fake*, não é, pessoal? Sinceramente... As urnas eletrônicas são fraudáveis, é *fake*. Manifestantes iam lá com Bíblias e atos não violentos, é *fake* também, nós vimos aqui. A culpa é do Ministro Dino e do G. Dias, que queriam que acontecesse isso, também é *fake*. *Kit gay* também é *fake*. Mamadeira de piroca também é *fake*.

Então tem coisas que são *fake*, tem coisas que são fatos. E é evidente que fica claro para a população brasileira o que foram os fatos que levaram a esse procedimento golpista.

Agora tem outro fato, Presidente. Mistura-se tentativa de golpe com corrupção.

E hoje, agora, o Presidente Jair Bolsonaro... Tem alguns que reclamaram porque o General G. Dias falou muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Teve um que reclamou que ele não quis responder, mas o menino foi mesmo atrevido, não é? Fica difícil também ficar aceitando desaforo, desaforo, desaforo. É preciso ter respeito ao fazer as indagações.

Então, enfim, esse é o resultado do que nós estamos assistindo desse processo de golpe, então, o que nós vimos no Brasil nesse procedimento.

Eu acho que fica também aí – eu queria terminar nestes 20 segundos meus – esta reflexão. O povo tem gritado nas ruas que não pode haver anistia para os que tentaram dar golpe no Brasil, o que inclui as forças militares, as Forças Armadas também. Não foram todos, mas os que assim estiveram não podem ter anistia. Esse recado tem que ser dado porque senão eles vão querer retornar de novo, com possibilidade golpista no Brasil. Isso tem que servir não é só à esquerda, não: é a todos os democratas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros. Não pode ter anistia para quem tentou dar um golpe no Brasil. A democracia nos é muito cara, ela nos é muito importante. A gente pode ser oposição, pode discordar, como já fui diversas vezes, inclusive no mandato passado, mas a gente não pode tentar destituir aqueles que foram eleitos democraticamente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

Vou passar para o último orador inscrito, porque não chegamos ainda às 14h. Nessa parte da manhã...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O restaurante vai fechar, Presidente. A não ser que V. Exa. tenha pedido comida para nós...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não.

O restaurante fecha a que horas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A partir das 14h, começa a fechar.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos ouvir aqui a palavra do Deputado Pastor Henrique, e, em seguida, vamos encerrar.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde ao General G. Dias, ao advogado e à advogada.

Quero compartilhar aqui alguns raciocínios. Primeiro, não haveria o que aconteceu no Palácio do Planalto sem uma omissão imprópria da cúpula da Polícia Militar.

General G. Dias, o senhor afirmou que o plano de operação integrada funcionou no 7 de setembro e no 1º de janeiro. O senhor confirma essa informação?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Confirmando. É protocolo, Deputado.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem aqui umas aspas que eu peguei de uma fala sua no depoimento lá na Câmara do DF, que diz o seguinte: "Perguntei a ele [no caso, o General Penteadó] o porquê de o bloqueio na frente do Palácio do Planalto, que deveria ter sido feito pela [...] [PMDF], não haver sido montado. Aquele era o bloqueio do plano de operações escudo do Planalto, e tinha que ser montado". O senhor continua com esse entendimento?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, Deputado.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Ou seja, dentro do tal Plano Escudo, até mesmo essa última linha de barreira, perto do Palácio do Planalto, ainda era responsabilidade e competência da Polícia Militar do Distrito Federal. Correto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – As duas primeiras, sim.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É branca, branca e verde.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito.

Por que eu estou dizendo isso? Eu vou usar uma metáfora futebolística, porque eu acho que é um esporte apaixonante, paixão nacional e acho que vai ajudar didaticamente. Vamos imaginar um campo e tem aqui um time. Ele vem avançando com a bola, Sr. Presidente. A primeira linha de bloqueio que ele vai encontrar são os atacantes do time adversário. Os atacantes sumiram. Daí, o time continua avançando, vai encontrar um segundo bloqueio no jogo de futebol, que é o meio-campo. Mas os meios-campistas sumiram também. Agora, a bola continua avançando, com mais jogadores chegando ao gol adversário. Só resta a defesa, os dois zagueiros e os laterais. Mas eles também sumiram. Então, agora você tem o time todo com a bola na frente do goleiro. O time vai e faz o gol. E daí toda a reflexão é: nossa, como o goleiro foi incompetente. Ou seja, o raciocínio da extrema-direita é pitoresco, é absolutamente falacioso. Houve falha dentro da estrutura do GSI? No meu entendimento, sim. Isso precisa ser investigado, e não vejo no senhor intencionalidade, não vejo dolo, tem que investigar essa estrutura, mas é importante que a sociedade brasileira entenda – e talvez a metáfora futebolística ajude – que chegaram 5 mil pessoas ali no entorno, e até chegar a esse ponto tem uma omissão imprópria, dolosa, com investigações avançadas e com comandantes presos.

Eu só quero dizer o seguinte: eu concordo que a responsabilidade não tem que ficar apenas na cúpula da PM, porque a PM, até por uma hierarquia militar, não agiria de forma tão desorganizada assim, só por rebelião interna. Agora, em termos de competência e hierarquia, Secretaria de Segurança Pública. Eu continuo insistindo no nome de Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça, responsável por isso, vinculado diretamente ao ex-Presidente Bolsonaro e a alguns generais. É importante olhar para isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tem uma outra coisa que eu refleti hoje e queria colocar para o nosso questionamento coletivo: os Deputados da extrema-direita... E eu, didaticamente, não divido entre Governo e oposição, não divido; para mim, a linha histórica é democracia ou barbárie, razoabilidade ou negacionismo, genocídio, Terra plana, não havia vírus, fuzil na mão; para mim não é Governo e oposição, eu não vou repetir isso didaticamente, porque a sociedade brasileira precisa entender que na democracia cabe diversidade, cabe conflito, perspectivas políticas distintas. Agora, extrema-direita foi o que um Deputado tentou defender ali, uma tese de golpe com 4 mil pessoas, de forma superior à vontade manifesta na eleição. É bizarro, mas é isso, e tem que ser chamado de bizarro, política e pedagogicamente.

Mas o que eu fiquei pensando? O Palácio do Planalto foi invadido, certo? Daí vem uma teoria conspiratória de que o Governo Lula, democraticamente eleito, tentou dar um golpe em si mesmo. Agora, o STF também não foi depredado? O Congresso Nacional também não foi depredado? Então, por que toda a carga de desconfiança e teoria conspiratória está no sistema de defesa do Palácio do Planalto exclusivamente? Entendem a minha pergunta? Porque é falácia. Eles querem isentar a tentativa de golpe. Por que o Palácio do Planalto... Houve falha? Eu acho que houve, mas é bom lembrar que o STF também foi invadido com facilidade, assim como o Congresso Nacional. Vão chamar o Lira? Vão chamar o Lira? Não, porque chegou muita gente. E tendo a concordar com uma hipótese: que se a guarda chegasse ali para agir numa dinâmica mais truculenta, aí teria sangue. Tendo a pensar dessa forma, e quero refletir sobre isso.

Mas, caminhando para o final, queria fazer uma pergunta para o senhor: quem era o Secretário-Executivo do GSI?

No microfone, que ajuda depois. General Penteado, correto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Correto.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Nome vinculado ao General Heleno, Governo anterior.

Vamos lá. Quem era responsável pela Secretaria de Segurança Presidencial?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – General Feitosa.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Que era também do Governo anterior, vinculado ao General Heleno.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Correto.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Daí, debaixo dessa secretaria, se eu entendi bem, tem uma Coordenadoria de Análise de Risco, correto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, tem um Departamento de Segurança, o Coronel Wanderli.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Wanderli, que era de qual momento?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele chegou no final, no final do... no início do Governo do Presidente Lula.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Final do Governo passado, início do Presidente Lula, eu acho que dois meses.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito. E a Segurança de Instalações?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Governo passado.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito. E a segurança de Planejamento e Doutrina? Anotei certo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Governo passado.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Governo passado. Avaliação de Risco também?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Aqui tem dois nomes: Jäder Silva e Alexandre Santos de Amorim. Estavam onde nessa estrutura?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Avaliação de Risco: o Amorim era o chefe e o Jäder era subordinado.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Então, na Avaliação de Risco tem esses dois nomes?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eles eram vinculados ao Governo passado?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Certo, na sindicância do GSI eles foram afastados, inclusive.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Aonde eu quero chegar? A Senadora Eliziane, na minha compreensão, de forma brilhante, mostrou, ali no início, que tem um padrão – veja se eu entendi corretamente, Senadora –, tem um padrão nas passagens de governo em que demora um tempo mesmo, especialmente no GSI, dada a sua especificidade, para haver a troca.

Então, o que aconteceu esse ano não foi uma anomalia – eu entendi corretamente? –: de Lula para Dilma, Dilma para Lula...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... Temer para Bolsonaro, Bolsonaro para Lula, ou seja, não há um comportamento anômalo ou atípico do G. Dias, há um padrão repetido há muito tempo. Mas sabe o que eu acho que foi o grande problema? O Governo anterior, que ficou com nomes dentro da estrutura do GSI – Secretaria Executiva, Coordenação de Risco, Secretaria da Presidência, Segurança da Presidência –, nomes ligados ao Governo anterior... Até aí, se você pega as outras transições, vida que segue, não é? Mas não é normal. É isso, é aonde eu quero chegar: o Governo Bolsonaro não está dentro da normalidade democrática. Então, essa transição, que sempre aconteceu com uma demora, daí vai sair o nome, vai entrar outro, tem um problema aí: quem entregou o governo não entregou a faixa, certo? Não é uma lógica política confiável, legítima, normal dentro da democracia. Era a extrema-direita, gente. Extrema-direita com características neofascistas, autoritárias, arbitrárias, violentas, bélicas – e, ao que tudo demonstra –, corruptas e moralmente falidas.

Então, essa transição deu ruim dessa vez, porque não é uma transição normal de um governo democrático para um governo democrático.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. G Dias, na minha opinião, precisamos aperfeiçoar e muito o sistema de segurança. Até bem pouco tempo atrás, inclusive os seguranças do Lula ainda foram identificados como vinculados ao Governo passado. Tem muita coisa a acertar. Não vejo dolo. Acho que a investigação tem que avançar, mas fico com a metáfora futebolística: vêm avançando, vêm avançando, vêm avançando, chegam na frente do goleiro 11 jogadores e fazem um gol. E toda uma tese: onde foi que o goleiro errou?

Nós precisamos ir à cúpula da PM, ligada a Anderson Torres, ligada a Bolsonaro. E, na minha opinião, há alguns generais que queriam que isso acontecesse. E não é por vingança, não é por revanche, é por reparação histórica e por democracia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Vamos agora fazer um recesso de uma hora. Retornaremos às 15h10.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 14 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Retomando os nossos trabalhos, eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. General G. Dias, senhores advogados que aqui estão, hoje é um dia importante para esta CPI, Sr. Presidente, porque nós temos a oportunidade aqui de confrontar versões. E eu, desde o primeiro dia, tenho denunciado que o que aconteceu no 8 de janeiro foi crime. A invasão aos prédios públicos foi uma invasão criminosa. Quem lá esteve, entrou, participou do quebra-quebra, cometeu crime e deve responder pelos crimes, cada um na medida da sua culpabilidade, obviamente que individualizando condutas, dentro do que manda o devido processo legal.

O que nós temos que apurar para além disso – e isso, na fase policial, está sendo apurado lá – é: os agentes públicos envolvidos nesse processo todo o que fizeram? Quem agiu para proteger? Quem agiu para favorecer? Quem se omitiu? Quem não se omitiu? Esse é o panorama de atuação desta CPMI.

Tem um vídeo que a minha equipe preparou, eu pediria que se colocasse nesse momento, para fazer alguns breves questionamentos.

Aumenta o som aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, eu coloquei esse vídeo porque aqui tem as falas do Saulo da Abin, que aqui esteve – e tem uma segunda parte que eu acho que não colocaram, peço que coloque no ponto –, porque ali mostra que já na transição, Ministro, V. Sa. já sabia de tudo aquilo, segundo as palavras do próprio Saulo. Na transição, essas informações já foram apresentadas. Posteriormente, nos dias que antecederam, relatórios e informes foram repassados, pelo menos 33, dando conta do que estava para acontecer.

Mas eu até trago aqui uma informação que está no âmbito desta CPI, e que foi objeto inclusive de divulgação ao longo das semanas pelo jornalista Cappelli, que V. Sa. encaminha uma mensagem à própria Abin, dois dias antes dos acontecimentos, mandando um recorte do que estava por acontecer. E aí esse conjunto de alertas é encaminhado a V. Sa., e aí há um apagão, há uma espécie de amnésia seletiva. Não se tem uma troca de informação de V. Sa. com o chefe da Abin.

Eu lhe pergunto: essas informações que já começaram a surgir no âmbito da transição, de fato, V. Sa. não conhecia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pois não.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... dia 24 de novembro eu fui nomeado, em caráter voluntário, na transição, para participar da segurança da posse do Presidente. Existiam vários grupos na transição. Um dos grupos era o grupo de inteligência, de que o Saulo participava, que o chefe do grupo era o Andrei Passos, eu não participei desse grupo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O senhor não participou da transição?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu participei da transição e não desse grupo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O senhor alertou a Abin, mandou um recorte do que estava por acontecer dois dias antes.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Dois dias...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O senhor disse aqui que não tem WhatsApp. O senhor reafirma isso? No começo, o senhor disse que o senhor não mexe com WhatsApp, não recebe mensagem por WhatsApp.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Institucional, eu não tinha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, mas o Saulo disse que mandou no WhatsApp pessoal do senhor. O senhor não recebeu essa informação?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu recebi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – E o que o senhor fez?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Aquele compilado de mensagens que nós encaminhamos à CCAI, eu só fiquei sabendo na íntegra dela quando o Saulo veio despachar comigo e eu enderecei à CCAI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu vou lhe fazer uma outra pergunta então...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Alguns daqueles alertas nós trocamos, eu e o Saulo realmente trocamos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então o senhor sabia do que estava acontecendo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – De alguns alertas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O senhor sabia dos alertas.

E aí eu lhe pergunto: o senhor, sabendo dos alertas, quais foram as medidas efetivas que, como chefe do GSI, como Ministro do GSI, o senhor adotou para dotar o Palácio do Planalto, a Esplanada da segurança necessária, com o emprego de força necessária para evitar o que aconteceu? O que efetivamente o senhor fez?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – No dia 5, foi dada ordem para ativação do Plano de Operações Escudo do Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – E por que o Plano Escudo não foi executado?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Plano Escudo foi executado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, V. Sa. está entrando em contradição no âmbito desta própria CPI. V. Sa. disse que, quando chegou ao Palácio do Planalto, o senhor sobe e depois o senhor tem um encontro. E, quando o senhor vê o Penteado, o senhor se incomoda, porque o senhor percebeu que algo estava errado. As barreiras de proteção... O Plano Escudo não estava ali. Ele falou: "Onde é que está?". E aí ele sai e vai tomar as providências.

Ora, se o Plano Escudo estivesse ativo, operante, V. Sa. não teria dito aqui na CPI que, quando viu, ficou indignado, porque não percebeu que ele estava ativo.

O que é o Plano Escudo? É uma teoria ou é uma ação tática, prática e efetiva para proteger o Palácio do Planalto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É uma ação prática e efetiva que não foi cumprida na sua integridade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Por que ela não funcionou?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem que perguntar para o General Feitosa, que era o responsável por isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu estou perguntando a V. Sa., que está sentado aí e era o Comandante, era o Ministro de Estado.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nós estávamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Ou V. Sa. não tinha competência para dirigir a equipe?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nós estávamos na primeira semana, com uma estrutura que eu herdei. A ordem foi dada e pode não ter sido cumprida na integridade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu vou aqui...

Apenas para poder dizer a quem está nos acompanhando, o Plano Escudo tem atuação conjunta, de um conjunto de forças, porque hoje ficou centrado aqui... Eu vi a Relatora ali e alguns membros do Governo dizerem: "Não, é a Polícia Militar, é a Polícia Militar, é a Polícia Militar".

Só vou falar do aparato de segurança que estaria à disposição de V. Exa. no dia dos acontecimentos: tropa de choque do Batalhão da Guarda Presidencial, Batalhão de Polícia do Exército, Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército, mais a Polícia Militar. E eu nunca disse aqui que a Polícia Militar cumpriu na integralidade o que deveria ter cumprido. Eu estou dizendo que houve um apagão no sistema de segurança.

Agora, quem comanda o Plano Escudo?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – De onde partem as decisões para a ativação do Plano Escudo com toda a cadeia de comando? É do Governador do GDF, é do Comandante da Polícia Militar, ou é do chefe do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Departamento de Segurança da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu pergunto a V. Sa., porque isso virou um mantra aqui dentro da CPI...

O Deputado Marco, o Pr. Marco Feliciano, lhe fez uma pergunta que o senhor não teve a oportunidade de responder: "o povo pode se autogolpear?". Mas eu não vou fazer a mesma pergunta a que o senhor não respondeu. Eu lhe pergunto: na Academia Militar, como é definido um golpe?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – De forma objetiva.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, senhor, claro. Me desculpe, mas isso não faz parte do objeto da sindicância.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Ah, não? Ah, não faz parte? Aqui é o que a gente ouve. Então, V. Sa. está dizendo que isso não faz parte do objeto investigado por esta CPI, golpe não faz parte? Então, V. Sa. está negando aquilo que os governistas estão fazendo aqui o tempo todo, ou V. Sa. não quer responder sobre o conceito de golpe segundo a Academia Militar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nós não tratamos isso da Academia. Nós formamos o cadete naquelas áreas importantes para a carreira dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, eu vou lhe fazer uma outra pergunta...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Em termos de golpe ou não golpe, caro Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Já que V. Sa. é especialista, eu vou lhe fazer uma outra pergunta. Em caso de golpe, quem pode dar golpe dentro de um sistema de governo como o nosso?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Agora o advogado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Estão incomodados. No começo me incomodaram aqui; eu fiquei na boa. Agora o advogado ficou incomodado, o próprio depoente reclamando ao Presidente.

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – Eu nunca fico incomodado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – V. Sa... Eu tenho o maior apreço pelo papel do advogado, sempre defendi, mas eu estou fazendo perguntas objetivas e talvez que não tenham sido feitas ainda. Eu não sei por que as perguntas incomodam tanto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu pergunto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... apenas para concluir em relação ao raciocínio que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Três perguntas objetivas... Quem pode dar um golpe? Em caso de golpe, quem assume o poder? Essas duas perguntas eu lhe faço objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, ele não vai poder responder, porque o tempo que o senhor tem é o mesmo tempo do depoente. Então, temos que fazer esse controle, mas tudo bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente... Presidente... Presidente, eu entendo V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – General, responda essa pergunta ao Senador para que a gente passe para o próximo orador.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, obrigado pela pergunta, mas eu não vou responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Passo ao próximo orador inscrito – obrigado, Senador Marcos Rogério –, passo ao próximo orador inscrito, que é o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente Arthur Maia, Sr. Senador Magno Malta, prezado General G. Dias, advogados aqui presentes, Dr. Callegari e Dra. Marília, quero agradecer a presença dos senhores aqui. Obviamente foi em função, sim, do que foi desnudado, com as imagens que foram divulgadas na CNN, que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ganhou fôlego. E eu não sei se o senhor e o seu time jurídico conseguiram perceber que tem uma tropa do Maranhão aqui, nesta CPMI, escalada pelo Ministro Flávio Dino, que claramente tenta fazer do senhor a barreira para se chegar até Flávio Dino, contando com que a bomba estoure no colo do senhor. A Relatora, que é do Maranhão, já acusou o senhor aqui de uma omissão dolosa. Parlamentares da base do Lula aqui, do Maranhão, já disseram que o senhor foi ingênuo, que o senhor foi incompetente, uma série de outros adjetivos.

A pergunta que eu faço ao senhor: o senhor tem algum problema pessoal com o Ministro Flávio Dino?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Deputado, eu não tenho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor entende que está sendo responsabilizado para aliviar o lado do Ministro Flávio Dino?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, eu não posso responder isso para o senhor, porque não existe fundamento para eu dizer sim ou não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Em depoimento do senhor à Polícia Federal no dia 21 de abril, o senhor declarou o seguinte: "que deixa registrado que o acompanhamento dos movimentos são de atribuição do Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Pública e Ministério da Defesa".

O senhor confirma que o Ministério da Justiça tem atribuição de acompanhar estes movimentos potencialmente violentos?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Decreto 11.777, de 24 de agosto, prescreve ali a Política Nacional de Inteligência, e a responsabilidade por otimizar é do Ministério da Justiça. Isso é de praxe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Obrigado, obrigado, Sr. General, porque aqui há quem defenda que o Ministério da Justiça não tem absolutamente nada a ver com a segurança aqui no Distrito Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o GSI também tem atribuição de acompanhar esses movimentos?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, o próprio Saulo disse aqui que o principal cliente dele é a Secretaria de Segurança do GDF.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Então, tem também a atribuição de acompanhar e fornecer as informações aos seus superiores.

Tem mais uma declaração do senhor no depoimento da PF: "que dentro do GSI existe a Secretaria de Coordenação de Segurança Presidencial, que avalia o nível de criticidade de eventuais movimentos que estejam acontecendo no território nacional a partir de informações recebidas de outros órgãos e agências, principalmente de secretarias de segurança pública".

Eu pergunto ao senhor: o senhor lia as mensagens enviadas pelo Sr. Saulo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu lia todas as mensagens enviadas pelo Dr. Saulo. O Saulo eu coloquei na direção da Abin, é um amigo de longo tempo. Trocávamos, nesse período inicial de uma semana, mensagem...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Obrigado.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... pelo celular particular dele com o meu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Obrigado.

Até relembro aqui algumas falas que o senhor fez em relação ao Sr. Saulo: que é uma pessoa espetacular – sua fala sempre foi 100% verdadeira. E o senhor, confirmando que lia as mensagens também... E aí é uma contradição que ficou clara para todo mundo aqui, Sr. General, com todo o respeito...

Pode botar a foto 1 pra mim, por favor?

Porque ela diz aqui o seguinte: no dia 05/01/23, às 16h13, o Sr. Saulo já enviando para o senhor: "Há convocação de atos para o dia 7 e 8 deste mês [de janeiro]. Esses atos seriam em frente ao Congresso". Isso, então... Dia 5 era uma quinta-feira, não é isso?

Dia 6, que é sexta-feira, às 19h40, há outro alerta da Abin enviado pelo Sr. Saulo ao celular do senhor: "[...] Há risco de ações violentas contra edifícios públicos [...] intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional. Outros edifícios na Esplanada dos Ministérios poderiam ser alvo de ações violentas".

E o senhor não interagia com o Sr. Saulo pelo WhatsApp?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu interagira, mas, especificamente sobre essas mensagens que o senhor está nos dizendo, eu não me lembro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Ah, o senhor não se lembra? Mas o senhor respondeu.

Bota a próxima foto aí, por favor?

O senhor respondeu. Essa frase ficou muito marcada aqui na CPMI, porque, às 8h56 do domingo, já do dia 8, o senhor já sabia que teriam problemas, e não fez absolutamente nada. O senhor fala aqui que acionou o Plano Escudo, mas temos aqui os relatos de outras CPIs, de depoimentos na Polícia Federal, dizendo que o senhor não acionou o Plano Escudo.

Em função disso, eu fiz uma conta aqui: o intervalo entre o tempo do primeiro alerta que o senhor recebeu sobre ações violentas até a invasão da barreira de contenção, às 14h46 do dia 8 de janeiro, passaram-se exatas 43 horas e 6 minutos, sem que o órgão de inteligência, vinculado diretamente ao Presidente da República, tivesse tomado as providências que lhe cabiam, inclusive dentro do Plano Escudo.

Como o senhor mesmo relatou, ao chegar à sede do Palácio do Planalto, constatou que não havia sido acionado ainda, já na parte da tarde.

Eu faço a leitura aqui, rápido, sobre algumas passagens do senhor pela caserna.

O início da carreira foi controverso. Foi punido por ter praticado atos contra a honra e o pundonor, decoro individual militar, utilizando-se comprovadamente de meios ilícitos na realização de uma verificação para julgamento. Foi punido com 30 dias de prisão às vésperas de sua formatura. Houve uma sindicância para apurar o caso, ou seja, teve o contraditório e a ampla defesa, houve dolo, foi preso, foi culpado.

Em 7 de janeiro de 2003, ingressou no Governo Lula, nomeado como Assessor-Chefe da Segurança do Presidente Lula. Era o chefe da segurança que atuava no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional, já o GSI. Naquele momento, iniciou-se uma longa jornada de militante do PT. Após mais de três anos servindo com subserviência a Lula, foi promovido a general, ainda nessa função. Foi uma quebra de paradigmas, pois fontes militares acreditam que sua ascensão hierárquica foi pelo fato de estar ao lado de Lula, daí veio a alcunha General do Lula. Foi uma quebra de paradigmas para o Exército, porque o General carregava a pasta, servia café, era xingado e acendia o cigarro do Presidente e, mais, alguém que tinha desonrado o pundonor militar, sendo punido com 30 dias de prisão. Carregar pasta, servir cigarro ou servir café não deveria ser motivo para a promoção. Com a promoção, foi exonerado da antiga função, sendo alçado ao cargo de Assessor-Chefe de Assessoria Especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, o que, na verdade, foi apenas um aumento de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salário, passando, na época, ao DS6, desempenhando as mesmas funções, com a mesma subserviência, na segurança do Lula.

Sem colocar os pés num quartel e ter comandado o pelotão de faxina e após mais de sete anos militando pelo PT, foi promovido pela ex-Presidente Dilma ao posto de General de Divisão pelos excelentes serviços prestados ao PT. Em 8 anos servindo ao PT e ter tido duas promoções a General, necessitando retornar por pelo menos dois anos ao Exército, foi exonerado da função que exercia junto ao PT e recebeu o comando de uma região militar em Salvador para criar condições de promovê-lo a General de Exército. O pupilo aderiu tanto às carapaças do PT que exatamente um ano após ter sido nomeado Comandante da Região Militar, mais PT que Exército, envolveu-se em uma polêmica confraternizando e chorando com grevistas com quem deveria negociar. Sua atuação foi tão esdrúxula que nem o PT nem o Exército contemporizaram. Foi exonerado em julho daquele ano, não completando os dois anos normais no comando do Exército, sendo nomeado para função de escanteio como punição pelos péssimos serviços prestados ao Exército Brasileiro.

Com o desastre de sua atuação como comandante do quartel do Exército, ficou perambulando em funções do Exército com sua desastrosa atuação no Exército; nem o Presidente Lula quis promovê-lo. Com uma história de cobertura por ter atingido o tempo máximo de permanência no posto, não foi promovido, e colocado na reserva compulsoriamente.

Como General do Lula, já apresentava uma forte ideologia pelo PT e retornou ao Palácio do Planalto, agora como Assessor Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

(Soa a campanha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Logo em seguida, foi para a reserva remunerada do Exército Brasileiro, e hoje está aqui como ex-Ministro do GSI do Lula, uma história muito próxima a do PT.

Para concluir, Presidente, eu só quero lembrar aqui, fazer uma leitura rápida. Foi anexado ao inquérito onde o senhor se tornou investigado, há poucos dias, uma representação com o seguinte teor, após o Ministério Público Federal opinar pelo envio dela à Polícia Federal por conexão com as investigações.

A acusação dizia o seguinte:

[...] Gonçalves Dias se omitiu do seu dever de adotar providência necessária para a salvaguarda e a proteção do Palácio do Planalto [...].

A bem da verdade, o ex-Ministro atuou de maneira condescendente com os atos de vandalismo e de depredação do patrimônio público [...].

Dessa forma, tem-se que o, à época, Ministro-Chefe do GSI Gonçalves Dias deixou de praticar [...] [individualmente] ato de ofício para satisfazer interesse pessoal, consistente no desejo de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promover uma maior perturbação da ordem pública pela depredação das instalações do Palácio do Planalto, a fim de favorecer o discurso e as futuras medidas que o Governo Federal pudesse adotar, tal como foi a justificativa para a decretação da Intervenção Federal na segurança pública da capital federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não sem razão, o senhor está sendo acusado de crimes como prevaricação e fraude de documentos públicos. E, pelas informações que já temos e pelo que testemunhei aqui hoje, o senhor é o fusível que vai queimar para evitar que a bomba estoure no colo de Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Boa tarde. Eu quero cumprimentar o ex-Ministro Gonçalves Dias...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... e, respeitosamente, pedir para apresentar o mais rapidamente possível, também uma linha de tempo, mas desta vez posterior ao dia 8.

Então, se puder, rapidamente...

A frase que eu considero...

Pode ser o próximo?

A frase que eu considero fundamental vai aparecer no final, mas eu antecipo – o Senador Flávio Bolsonaro a mencionou há pouco –: "Vamos ter problemas", às 8h56 do dia 8. Depois, é uma série...

Pode parar. Pode voltar três. Volte três. Volte, volte, volte, volte... Volte, volte, volte. Mais uma. Aí.

Isso aqui são excertos do diálogo entre o Ministro Gonçalves Dias e o Saulo, que eu também reputo, como V. Sa. mencionou, que é um servidor público respeitável. Foi a minha impressão, e hoje o senhor também disse isso. Então, eu não vou repetir o diálogo. Parei nesse aí porque achei que... Eu nunca pensei que eu pudesse deixar alguém preocupado, e a sua pergunta parece que contém uma certa preocupação quanto a quem será entregue o relatório, que eu pedi, como Presidente da CCAI e então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cumprindo o meu dever, no dia 9 de janeiro, ou seja, na primeira oportunidade letiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, segue-se aí.

E eu concluo... Aí, em um diálogo que eu não vou repetir – consta aí –, o próprio Saulo concorda, que dá para tirar o seu nome; "Me manda outra... lacrada...". E essas conclusões que eu não – pode passar pra frente – que eu não compartilho, de que... Eu nunca fiz aqui acusação, exceto numa ocasião, quando ficou comprovado que o Ministério da Justiça se negava – ficou comprovado isso... Até, ontem, a leitura desses dois expedientes, feita pelo Presidente da CPMI...

Eu quero saber qual é o júri que vai acreditar que um contrato comercial possa justificar a eliminação das imagens de um assunto sob investigação. E, se ninguém mais tiver pedido, essas solicitações foram feitas inclusive por outros membros da CCAI, antes da constituição da CPMI, cuja instauração, todo mundo sabe, só aconteceu por causa do vazamento dos vídeos da CNN, senão não haveria CPMI. Se alguém tiver dúvida, pede direito de resposta depois.

Então, o que eu gostaria de registrar é que o Governo sabia, porque, naquele momento, o senhor era o Governo. E eu quero dizer, com profundo respeito à sua carreira, à sua pessoa – o senhor nunca vai ouvir de mim uma palavra desrespeitosa –: eu não acredito que o senhor não tenha conversado com os seus pares. Eu não acredito. Eu não o estou acusando de mentir, mas eu não consigo imaginar que uma pessoa com a sua experiência não tenha compartilhado o "vamos ter problemas". E problemas graves: dois dias antes, "vai ser invadido o Congresso Nacional e outros prédios da Esplanada". Quais são "outros prédios da Esplanada"? Não tem nenhum McDonald's aqui. Aqui é tudo prédio público, Praça dos Três Poderes.

A Portaria 272 – eu não preciso desenhar... Da rodoviária até os prédios que representam os três Poderes, tem Força Nacional para atuar. É o que está escrito! "Inconstitucional"... Isso me faz lembrar... Acusam um político de Santa Catarina, que, no dia 3 de outubro, vieram dizer: "Olhe, o Getúlio está entrando aqui no estado, rumo ao Rio de Janeiro". "Isso é inconstitucional." Claro que era inconstitucional: era uma revolução!

Então, se há uma ameaça, arguir a ACO (Ação Cível Originária) 3.427, da nossa querida Bahia, onde se reclamava a presença da Força Nacional durante 30 dias, sem ter consultado o Governador... Comparar com uma ameaça, e o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional não compartilhar isso com os seus pares, inclusive com o par ou ímpar que cuida da inteligência e tem o controle de uma coisa chamada CICCEN (Centro Integrado de Comando e Controle Nacional), ou seja, que é o Ministério da Justiça – afeto ao Ministério da Justiça... Quer dizer, o senhor não ter compartilhado essa preocupação, que não era fruto de uma abstração... O senhor vai me perdoar...

E concluo, para dizer com o maior respeito: tudo que precisava dizer, em matéria de circunstância, já foi dito. O Governo sabia! Por que deixou acontecer? Aparentemente, o Presidente Lula



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos instigou, no dia 18 de janeiro: quando entrevistado na TV Globo pela Natuza Nery, disse que alguém abriu a porta por dentro. Abriu a porta pra que eles entrassem – o Presidente Lula disse isso.

De forma que o cenário que eu vejo, Ministro... Eu não chego a compará-lo ao fusível, como fez o Senador Flávio Bolsonaro, mas eu não tenho dúvida nenhuma... Pelo que eu vi aqui de manhã, o senhor está sendo tratado com mais respeito por mim do que pelos representantes do Governo e vai continuar sendo tratado. É em nome da sua carreira que eu lhe sugiro que não deixe de pensar nisso. Eu não sou tão sedutor quanto a querida amiga Senadora Soraya quando conclamou alguém a fazer delação, eu não cheguei a esse ponto.

V. Exa. fez e com muito mais graça do que eu, incomparavelmente, principalmente depois das intervenções oculares de Hiran Gonçalves!

Então, eu quero lhe dizer o seguinte...

Até a Relatora ficou embelezada pela comparação! (*Risos.*)

Eu quero lhe dizer o seguinte: não pague o pato sozinho! O senhor está sendo abandonado pelos mesmos que o abandonaram em Salvador! O senhor foi entregue, no seu episódio de Salvador, que eu conheço um pouquinho... O senhor foi movido pelo coração. Eu tenho explicação para o que aconteceu. Eu também tenho esse lado emotivo, meio italiano, meio do Oriente Médio. O senhor foi entregue à expiação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... e à exploração pública naquela ocasião. E, agora, os mesmos vão fazer isso com o senhor. Em nome da sua carreira, das pessoas que vão acompanhá-lo ao longo da sua vida, não permita! Reflita e conte, relate com quem que o senhor compartilhou esta bomba que foi jogada para o seu conhecimento: vai haver invasão de prédios públicos na Esplanada dos Ministérios. O senhor sabia, o Governo sabia.

Qual foi o propósito de abrir a porta por dentro? Quem me instigou a fazer essa pergunta foi o Presidente Lula, foi ele que disse, ele que afirmou, no dia 18 de janeiro, para a jornalista Natuza Nery, que, naturalmente encantadora, deve ter facilitado que o Presidente usasse essa linguagem poética.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito que é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, General Marco Edson Gonçalves Dias, Sra. Relatora Senadora Eliziane Gama, Senadores e Senadoras, Deputados, Deputadas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em primeiro lugar, eu queria dizer que este país passou quatro anos como um avião sem piloto. Imaginem um avião no ar, cheio, ou seja, com lotação completa, sem um piloto. Esse avião uma hora ia ter que aterrissar por falta de combustível, ia ter que pousar e, na verdade, o que a gente viu foi, nesse período de quatro anos, com esse avião sem piloto, o país sendo desmontado gradativamente, todas as instituições.

Na instituição, na saúde, a gente viu na pandemia a tragédia que foram 750 mil mortes e o negacionismo do Presidente Bolsonaro quando negou a vacina, quando não deu a menor importância às pessoas que morriam; até imitar uma pessoa sufocada ele imitou, fazendo graça com a morte. Nós vimos que, nesses quatro anos, todos os dias ou todos os finais de semana, tinha uma crise provocada pelo então Presidente da República, que dizia que tinha que invadir o STF, que o problema era o STF, que o problema era o Congresso, ou seja, acusando as instituições.

Sr. Presidente, eu peço vênia a V. Exa., um favor a V. Exa.: que o Parlamentar aqui não interfira e que devolva o meu tempo, porque isso... Eu respeitei aqui todas as falas enquanto eu estive aqui. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. tem mais um minuto, Deputado... Senador. Perdão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Veja: eu perdi dois já.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço silêncio a todos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Voltando ao raciocínio, nesse Governo que passou tudo foi desmontado.

No dia 12, estava programada a diplomação do Presidente Lula. Felizmente essa diplomação... Ela seria no dia 18 e foi antecipada para o dia 12, porque coisas aconteceriam mesmo no dia 18, e foi antecipada para o dia 12. E a gente viu o que aconteceu em Brasília, e muito pouca coisa foi apurada, foi acompanhada por quem de direito. Porque a gente sabe – e todos sabem aqui – que as Forças Armadas não são forças de segurança, não são forças pra garantir a ordem num determinado território. Todos sabem que a responsabilidade pela garantia da ordem pública no Distrito Federal é da Polícia Militar. Todos sabem que o Palácio do Planalto tem uma guarda pra proteger o prédio, o que é feito por militares, mas todos também sabem que o senhor estava a menos de oito dias no exercício do cargo. Todos sabem que muitos ainda eram e estavam inclusive fazendo campanha pro Bolsonaro e ainda não tinham sido substituídos. A gente sabe que ali dentro do Palácio tinha muitos traíras da pátria, muitos párias do Exército e das Forças Armadas brasileiras que praticaram e que facilitaram aquele ato, que, pra mim, não é um ato mais golpista, porque os atos golpistas foram tentados antes, e eles não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiram, porque os atos golpistas foram tentados antes e eles não conseguiram, porque as instituições se uniram, porque a sociedade se uniu, porque os partidos se uniram, porque a imprensa se uniu, porque todos se uniram e evitaram um golpe que ia ser dado com o apoio de parte dos militares brasileiros – de parte –, que vão ser identificados e serão processados. Com certeza, não haverá o que houve no passado, que é essa história de anistia. Eles serão punidos e serão entregues à sociedade como párias, como pessoas que estavam cumprindo o dever de... Que deveriam cumprir o dever de proteger a sociedade e estavam tramando um golpe contra o Estado democrático de direito, contra a democracia e sob o comando do Presidente da República, o que é mais grave, sob o comando do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

E o que aconteceu? A sociedade não deixou. A gente elegeu Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República. E aí eles tentaram, fizeram várias tentativas de articular, urdir e fazer a ruptura. O Bolsonaro tentou questionar as urnas, o questionamento do PL, do Presidente do PL – como é o nome dele, do Presidente? –, Valdemar Costa Neto, dizendo que as urnas tinham que ser questionadas depois do primeiro turno, que os Deputados, que os Governadores dele tinham sido eleitos, mas que a eleição do Presidente estava sob questionamento. Foi punido pelo TSE.

Aqui, no depoimento, foi dito que o Comandante do Exército patrocinou a ida de um *hacker* para poder espionar o código da urna secreta. Vários iam, em dias diferentes, para tentar pegar, gravar na mente, para poder passar para um *hacker*, para poder violar a urna, para questionar o resultado das eleições, para criar o ambiente, o clima do golpe.

Nada disso deu certo, porque as instituições, felizmente, graças a Deus, deram certo. Felizmente, e graças a Deus, as instituições controlaram tudo isso. Aí, no desespero, a covardia levou o Secretário de Segurança Pública, que não estava aqui, porque estava participando... Viajou. O Presidente já tinha viajado, como Presidente da República, para entrar nos Estados Unidos, e deixou a sua tropa mobilizada para fazer o que fizeram no dia 8 de janeiro.

Aquele ato já não representava mais um ato só contra a democracia, era um ato terrorista, terrorista, porque era uma violação contra prédios que representam a imagem da República Federativa do Brasil, do STF, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto, a sede do Governo do Brasil.

Agora, querem construir a tese de que o Presidente Lula ia organizar o autogolpe. Jesus Cristo! Chega de narrativa! Chega de mentira!

Eu quero dizer, Sr. General G. Dias, que, ao contrário do que eles estão dizendo, falaram eles que hoje seria o dia de matar ou morrer em relação ao 8 de janeiro.

Pediram à PGR a prisão do G. Dias. Dizem que estão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedirão à PGR a prisão do G. Dias. Dizem que estão revelando a culpa do 8 de janeiro, querendo falar que o Lula e o Flávio Dino agora...

A pergunta é: a invasão do 8 de janeiro aconteceu motivada e orquestrada por quem? Quem fazia o questionamento das urnas eletrônicas? Quem fez a *live* pedindo o fechamento do STF, querendo uma crise? Quem está na PF hoje depondo por tantos crimes contra o país?

Ora, hoje é dia de salvar o Brasil das mentiras e narrativas mentirosas e crimes criados por Bolsonaro. Hoje é dia de salvar o Brasil!

E o senhor veio aqui, com muita decência e muita dignidade, e falou, no tempo, o que foi acontecendo. Qualquer um na sua posição estaria vulnerável, porque o senhor vinha de um tempo em que o Exército não estava contaminado, nem era um puxadinho político de nenhum partido. Era uma instituição que garantia e que guardava a sua autonomia.

O senhor chegou num momento. Oito anos depois, aliás, 12 anos depois, o senhor volta, e este Exército tem uma contaminação por uma bactéria, uma bactéria daquelas que comem o cérebro, dessas que estão aparecendo, que comem o cérebro; que comeu o cérebro e deixou as pessoas desnorteadas e motivadas por uma sanha golpista, autoritária, a ponto de, recentemente, dar nome de torturador à rua em São Paulo.

Isso não acabou – isso não acabou. Essa sanha autoritária e golpista contra a democracia não acabou.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – A gente vê aqui nesta Comissão o desejo autoritário, a defesa do indefensável, que é a tentativa de golpe: tentar transferir para um General que comandava uma área com centenas de outras pessoas que nela estavam infiltradas a responsabilidade por um ato terrorista depois de várias tentativas e de uma tentativa de golpe frustrada.

Portanto, eu quero dizer que hoje o Brasil está se livrando, com o depoimento do ex-Presidente, da ex-Primeira Dama, do Cid, do Mauro Cid, do seu pai, de todos na Polícia Federal.

Quem sabe hoje a gente começa a livrar o Brasil deste grande mal autoritário e com viés ditatorial que a gente superou graças às forças democráticas do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo orador inscrito seria o Deputado... Ah, não, está aqui. Está ali. Está em pé, mas está aqui.

Deputado Rubens Pereira Júnior. *(Pausa.)*

Perdão – perdão. Perdão, Duda. Desculpe.

É a Deputada Duda Salabert.

Eu já tinha ticado o seu nome aqui. Perdão, Deputada.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia, companheiros, companheiras. Primeiro, quero agradecer ao General Gonçalves Dias pelas explicações e também pela sua trajetória nas Força Armadas.

Olha a hipocrisia! Olha a hipocrisia! Um Senador da oposição e bolsonarista tentou desqualificar a sua trajetória no Exército Brasileiro. Mas esse mesmo Senador da oposição – bolsonarista – exalta o Jair Bolsonaro, cuja história ou trajetória militar é uma vergonha, uma vergonha! Tentou colocar bomba no quartel. Foi preso por tal, condenado por tal. Então, não leve a mal, não se abale por essa tentativa falaciosa de querer desqualificá-lo porque é puramente uma forma de ilação, que não corresponde com a sua trajetória, que o senhor bem aqui explicou e que é digna de aplauso, e tenho certeza de como é desconfortável para o senhor estar presente numa situação como essa, tendo um currículo, uma trajetória brilhante nas Forças Armadas, como o senhor o tem.

Esta CPMI, General, tem apontado que o Bolsonaro é um grande corruptor e por onde ele passa deixa um rastro de corrupção. E um outro ponto que a CPMI tem mostrado é que há um grande desafio para o Brasil hoje, e esse desafio é como desbolsonarizar as forças de segurança no Brasil. E isso é algo sério, que eu já falei duas vezes aqui, porque a partir das oitivas tem ficado cada vez mais claro que o Jair Bolsonaro tentou transformar polícias de Estado em milícias de governo. O que o Jair Bolsonaro tentou fazer, e eu falo sempre, é esvaziar as Forças Armadas e transformá-las de polícias de Estado em milícias de governo. E eu desconfio de que ele tentou fazer o mesmo com o Exército Brasileiro, e não conseguiu porque o Exército é muito maior que o Bolsonaro, porque a Polícia Rodoviária Federal é muito maior que o Bolsonaro, porque a Polícia Federal e outras forças de segurança são maiores que ele. Não conseguiu mudar a estrutura, mas em alguns pontos dessa estrutura ele conseguiu mexer e corromper porque ele passou por lá, o que é muito trágico, porque forças que deveriam estar a serviço da bandeira tentaram estar a serviço de um candidato.

Então, a primeira pergunta que eu lhe faço. O senhor esteve distante da atuação do Exército por muito tempo, desde 2014 até o seu retorno ao Governo Lula, quando o senhor assumiu o GSI. A pergunta que eu faço: o senhor encontrou – não falo no campo da estrutura do Exército porque ela é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito maior –, o senhor percebeu diferenças no que se refere à ideologização do Exército, comparado a anos atrás, quando o senhor esteve participando?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Sim.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E o senhor vê com bons ou maus olhos essa ideologização do Exército e das forças de segurança?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Quando a política entra, Sra. Deputada, quando a política entra no quartel, a hierarquia e a disciplina saem pelo fundo; quando entra pela frente, sai pelo fundo.

O Exército Brasileiro é pautado na disciplina, hierarquia e na cadeia de comando, amalgamada pelos valores éticos e morais.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

E eu acredito que, nessa explicação, o senhor também acaba explicando outras coisas, como por que, por exemplo, o senhor não trocou toda a sua equipe: porque o senhor acredita na disciplina militar e na estrutura militar. O senhor, como um patriota, diferentemente do Bolsonaro, que é, sem dúvida, um traidor da pátria, o senhor acredita nessa instituição.

O senhor acha que, olhando agora esse processo de ideologização do Exército e das forças de segurança do Brasil, que infelizmente se intensificou no Governo Bolsonaro, o senhor acha que foi um erro ter mantido o Penteado como servidor do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E o senhor acha que a sua gestão... Está certo que a tentativa de golpe acontece oito dias depois da posse, mas o senhor acha que a sua gestão acaba sendo sabotada por militares que foram contaminados por vieses partidários e políticos?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputada, eu não quero pensar assim. Realmente, não quero pensar assim, porque eu me frustraria como profissional.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – E foi dito aqui antes que a pergunta de quem abriu a porta para os manifestantes entrarem... A interpretação que eu tenho é de que quem abriu primeiro a porta ou quem entregou a chave, aqui no sentido metafórico, foram alguns pontuais – eu não digo estrutural, porque eu confio na instituição, mas alguns pontuais –, alguns generais que foram omissos e coniventes com aquelas manifestações que estavam acontecendo nas portas dos quartéis, que nada tinham de compromisso pátrio ali; pelo contrário, ali foi uma fábrica de produzir terroristas, que é o que nós vimos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, quando esteve aqui presente, inclusive, George Washington, que participou desses quartéis e tentou colocar uma bomba no Aeroporto de Brasília.

Então, sem dúvida, nós temos que trazer aqui os generais que foram omissos nessas sementes do golpe ali e, talvez, o mentor maior, aquele que talvez é o sócio maior da tentativa de golpe, que é o General Augusto Heleno. Ele, sim, deve satisfação, porque a oposição, num discurso equivocados, tem dito que havia infiltrados petistas que queriam depredar os prédios públicos aqui. Na verdade, os infiltrados estavam no setor de segurança, no setor de inteligência, no GSI, e quem deixou esses infiltrados foi o Augusto Heleno.

E um outro ponto, só para terminar minha fala. O senhor explicou, de forma técnica e muito bem explicado, por que o senhor não trocou a sua equipe. Primeiro por acreditar no Exército, acreditar na instituição, e também a questão técnica do preparo que tem que ter para ocupar aqueles cargos. Mas também é uma questão política ali. Havia um novo Governo assumindo, e esse novo Governo estava sob ataque e risco de um golpe, que já se antecipou antes. E sabíamos que era possível ter infiltrados militares ali.

Então era um gesto, que foi dado pelo Governo, pelo menos eu interpreto assim, para os militares, de bandeira branca, que é um gesto republicano, só que esse gesto republicano que o Governo deu para as Forças militares, infelizmente, por causa de uma ou outra fruta podre, acabou resultando no dia 8.

Então, eu agradeço pela transparência. Se cometeu erro, esses erros que possam ter havido não comprometem, na minha análise, a sua trajetória patriótica em defesa do Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, agora sim, o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, General G. Dias, se o senhor me permite, eu tenho que confessar que, até o início dessa reunião, eu tinha um prejulgamento sobre o senhor: eu achava que o senhor era um dos culpados pelo que aconteceu no dia 8.

O senhor usou essa oportunidade de vir à CPI para se defender e para trazer luz aos fatos que aconteceram no dia 8, e isso foi extremamente importante. E eu comparo: um ex-integrante do Governo do Presidente Lula que vem, fala, contribui com a investigação, quando eu vi ex-integrantes do Governo Bolsonaro que vieram para cá para ficar calado ou usando tornozadeira eletrônica. É uma diferença gigantesca, e isso eu quero registrar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor teve uma coisa que merece elogio: a sua coragem, porque, quando o senhor viu a invasão, à paisana e desarmado, o senhor foi para o Palácio do Planalto. E contra fatos não há argumentos. Pode politizar, pode tentar fazer o que for, mas essa coragem teve um ganho para o Brasil, e eu vou já dizer qual foi.

Falhas, erros aconteceram, tanto é assim que, na fala do Presidente Lula, apresentado pelo ilustre Senador Magno Malta, o Presidente Lula sinaliza: "Eu quero apuração. Eu quero saber quem abriu a porta. Eu quero identificar os responsáveis", o que prova que neste Governo não há ninguém que encoberte nada; pelo contrário, que o Governo é vítima do que aconteceu no dia 8 de janeiro, e não culpado, como alguns tentam fazer.

Eu pergunto ao senhor: o senhor recebeu determinação para abertura de sindicâncias para apurar a responsabilidade sobre os fatos do dia 8?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Não recebi. A determinação foi minha...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... minha, exatamente pelos fatos que eu presenciei *in loco, in loco*, quando entrei no Palácio.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – E eu pergunto ao senhor: o senhor recebeu alguma orientação para acobertar algo nesta investigação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Negativo.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Era isso que eu esperava.

Mas prossigamos. O senhor chegou ao Palácio do Planalto, desarmado, e o senhor foi uma das poucas testemunhas oculares de quem estava lá. E eu pergunto ao senhor: aquelas pessoas que estavam dentro do palácio, elas conheciam o palácio e tentaram invadir o gabinete presidencial ou era gente que desconhecia e estava passeando dentro do Palácio do Planalto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, teve as duas coisas: teve pessoas que entraram para passear, mas a maioria era para depredar e entrar na parte principal que era o coração do Palácio do Planalto, que é a sala do Presidente da República.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A oposição vai se incomodar, mas eu vou falar. O senhor conseguiu evitar que invadissem o coração do Palácio do Planalto. Infelizmente, o Senado Federal não conseguiu. O Plenário do Senado foi invadido. Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal não conseguiu, o Plenário do Supremo foi invadido. A Câmara conseguiu, preservou-se o Plenário. E o senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu preservar o coração do Palácio. Se o senhor não tivesse vindo pessoalmente, enfrentado, isso não teria sido possível.

E prossigamos. O mais importante, no meu modo de ver, foi uma fala que o senhor disse hoje, que para mim ainda não tinha ficado clara. Mas o senhor disse: "Nós conseguimos desocupar o Palácio sem ter morte" – sem ter morte. Uma tentativa de golpe de Estado, que, com prudência, com responsabilidade, é evitada. E sem nenhuma morte. Eu ousou afirmar que não quem estava passeando, que não os Parlamentares daqui, mas que os terroristas que participaram do ato – e o senhor disse que tinha dos dois tipos –, esses, quando viram que o golpe não deu certo, torciam para ter um cadáver. Eles torciam pelo uso exagerado da força. Eles queriam botar no colo do Presidente Lula, talvez não um, mas vários cadáveres. E se alguém disser: "Não, é exagero!". Lembremos, dez dias antes, na véspera do Natal, era uma bomba num caminhão de combustível no Aeroporto de Brasília. Nós não estamos lidando com quem pensa diferente na política. Nós estamos lidando com quem nega, nós estamos lidando com quem nega a realidade. E é por isso que eu afirmo: a sua decisão de vir aqui e falar hoje ajudou no processo de investigação.

Outro ponto que, a meu ver, o senhor deixou, trouxe ainda mais clareza para onde já havia: a omissão por parte da Polícia Militar do Distrito Federal. Até então, eu tinha a impressão de que o Plano Escudo não tinha sido acionado. E aqui o senhor disse: "Pelo contrário, foi acionado. Funcionou na sexta, no sábado e no domingo desapareceu". O senhor confirma que o Plano de Escudo estava preparado para evitar as invasões? Ele havia sido planejado para tal?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele foi planejado, Deputado. O que não houve, na realidade, foi um acompanhamento. Precisou-se analisar novamente a criticidade e empregar mais força onde deveria ser empregada. Então, não houve um acompanhamento, precisou-se fazer análise de criticidade. E esse acompanhamento obrigatoriamente está escrito no Anexo A do Plano Operacional Escudo do Planalto.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Essa era uma *fake news* que corria nas redes: que o Plano Escudo não tinha sido acionado. Carimba aí que é *fake*. A gente já sabe que é mais uma mentira. Tem outra *fake* que envolve o senhor, mas eu vou perguntar para a gente ter certeza. O senhor serviu água para algum manifestante?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não servi água para nenhum manifestante. Na realidade, aquela imagem que foi projetada pela CNN foi uma montagem. A minha imagem foi gravada às 16h30 e a imagem do major possivelmente dando água, a sindicância vai provar isso ou não, foi às 15h58.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Porque a *fake* que rolava nas redes é que o senhor tinha se transformado num garçom de golpista. E, na narrativa *fake*, era que o senhor era o garçom



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles, porque eles eram seus amiguinhos infiltrados no PT. Carimba que é *fake* de novo. E isso só foi possível por conta da sua contribuição.

De um fato, eu não sabia, e olha que a gente está investigando bastante: foi o que diz respeito ao senhor ter chamado o Exército para reforçar a segurança no Palácio.

O senhor confirma que o senhor pediu para o Exército encaminhar reforço?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu liguei primeiro para o Presidente. O Presidente, se não soubesse, ele tinha que saber – o meu chefe. Segundo, liguei para o General Dutra, pedindo, logicamente, esse reforço que estava de prontidão – estava de prontidão. Tinha mais duas companhias lá, prontas para serem empregadas.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Hoje eu tenho a certeza de que a participação do Exército para evitar o golpe foi importante. Tinha setores golpistas no Exército? Sim. Mas não teve golpe porque o Exército, na sua maioria, não embarcou. E quando o senhor chama reforço do Exército é uma prova.

A Polícia Militar do DF só foi atuar quando houve a intervenção federal. E sorte nossa que o Presidente Lula optou por esse caminho, mas até então eu não tinha conhecimento disso.

Portanto, o senhor chamou reforço do Exército quando precisou. O senhor foi desarmado até o Palácio. O senhor explicou, com a sua trajetória profissional sendo um argumento de autoridade, por que o senhor não podia prender um manifestante no 4º andar. Ora, 38 policiais vão prender 5 mil pessoas dentro do Palácio?

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – E o senhor ainda disse: é uma tática, é uma técnica – emprego parcelado da força. Uma prisão desmedida, malfeita poderia provocar um motim ainda maior, expondo ainda mais em risco a vida dos senhores que estavam ali. E ao final disso tudo, teve uma sindicância que está em andamento para apurar responsabilidades, por iniciativa própria, com a ratificação do Presidente da República. A tese do golpe fica cada vez mais distante. E eu garanto ao senhor, General G. Dias: hoje o senhor pode sair daqui de cabeça erguida.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Fora do microfone.) – A tese do golpe fica cada vez mais distante...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Fora do microfone.) – Parabéns, Rubens. *(Palmas.)*

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, para retificar, que eu tenho seis segundos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Rubens!

(Intervenções fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra ao próximo...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não foi golpe!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, só para retificar, V. Exa. sabe...

(Intervenções fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – André Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

Pode concluir, Deputado. Pode concluir.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode concluir.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, a tese da omissão fica cada vez mais impossível.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Passamos agora a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Seif.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Deputado André Fernandes.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Presidente, esse pessoal, esses golpistas extremistas da direita aqui estão falando e não estão me deixando falar, Presidente.

Aperta o sinal aí. Aperta a campanha aí.

Esses golpistas aqui não me deixam falar. Está louco.

Sr. Presidente, Sr. General, boa tarde para o senhor. Deixe-me lhe falar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amigão, senta nessa cadeira aqui, porque eu quero olhar o General, por favor. Obrigado.

General, eu venho de uma família de militares, como o senhor. Cresci pedindo a bênção pros meus pais, beijando na mão, no rosto dos meus avós. Sempre falo com as pessoas com extremo respeito. Essa é a minha característica, assim fui criado e ensinado. E confesso ao senhor... O senhor deve ter provavelmente a idade do meu pai, meu pai já passou dos 60, mas não chegou aos 80, para não expor a idade do meu velhinho. E confesso ao senhor que, mesmo exercendo as minhas atividades parlamentares, por vezes a gente fica até constrangido por ter que falar algumas coisas, e, por vezes – creio que o senhor tenha esposa, filhos, netos –, isso, logicamente, de alguma forma afeta os seus familiares. Então, ao ser humano eu peço perdão, mas eu vou falar aqui com um ex-Ministro do GSI. Não é nada pessoal contra o senhor e muito menos querendo desrespeitar a sua honra ou sua família.

General, o Decreto 11.331, de 1º de janeiro de 1923, diz o seguinte:

[...] Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete:

.....

VI - zelar, assegurado o exercício do poder de polícia:

.....

c) pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

Aí eu pergunto para o senhor – se o senhor puder, por gentileza, me responda –: o senhor acha que essa missão de zelar pela segurança dos palácios foi cumprida no 8 de janeiro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – O senhor está lendo esse decreto, que é o 11.331, e lá tem...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Está muito baixo o microfone, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É. Está baixo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... e lá tem todas as competências do Gabinete de Segurança Institucional. Cada secretaria cumpre uma competência daquela. Essa que o senhor disse é responsabilidade da Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Mas eu pergunto para o senhor: a missão de zelar pela segurança do Palácio no dia 8 de janeiro – o senhor, enquanto Ministro do GSI e General de alta patente, última patente, desejada por milhares de militares – foi cumprida?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nós, nessa semana, Sr. Deputado, face a uma possibilidade de ameaça, ativamos o Plano Escudo do Planalto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Mas o relatório militar... O senhor não me respondeu, mas tudo bem. O relatório militar diz que o senhor não acionou o Plano Escudo – tá, General? Inclusive tem que ver o motivo, porque o que nós vimos pelas imagens é que esse objetivo não foi cumprido. O Palácio foi quebrado, foi invadido. Por mais que o nosso colega Rubens aqui fale que o coração do Palácio... Para mim, o Palácio é todo o perímetro. Não tem cabeça, não tem pé, não tem mão o Palácio. O Palácio do Planalto é a sede do Presidente da República e ele não foi protegido.

E eu falo para o senhor também: eu, enquanto General, se o fosse, recebendo todas as imagens, todos os informes, todos os avisos e as mensagens trocadas com outros membros do Governo... O senhor não convocar os seus homens, seus soldados, a PE, e ir desarmado para lá me causa estranheza. Ou o senhor estava cometendo suicídio, ou o senhor estava tranquilo, deixando o pau quebrar, sem tomar as devidas providências. Como que um militar vai para uma linha de frente, uma linha de ataque, sem estar devidamente com seus soldados para proteger o patrimônio, que era sua atribuição? É inaceitável, Sr. General! Como que o senhor vai para o Palácio sem uma arma de fogo, enquanto, do lado do senhor ali, Flávio Dino, apagador oficial de câmeras, desrespeitador de Supremo, desrespeitador de CPMI, desrespeitador de STJ, estava com toda a guarda... Como é que é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Força Nacional para protegê-lo. Interessante!

Então, a linha branca não foi acionada, a linha verde não foi acionada, a linha azul não foi acionada e nem a linha vermelha foi acionada, que é o que diz o protocolo lá, General.

E eu pergunto para o senhor: o senhor estava avisado do que ocorria no Palácio do Planalto, correto? O senhor foi avisado ou não?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na estrutura do estamento, da organização do Gabinete de Segurança Institucional, o senhor tem, o senhor tem... Cada um tem a sua responsabilidade. Como eu estava avisado, o Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, que tem na sua estrutura a responsabilidade de zelar pelo que o senhor falou, também estava avisado.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Mas o senhor estava avisado. Sim ou não?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu já respondi para o senhor, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sim? Então, sim.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu já respondi para o senhor, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não. Sim ou não? Sim?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Pode ser.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Pode ser. Maravilha!

Bom, de acordo com o protocolo, os batalhões têm que estar de prontidão, tempo médio de 25 minutos, após acionados, etc, etc. O protocolo não foi seguido. Está claríssimo para todos aqui, seja governista, seja extrema-direita, seja oposição, seja lá o que for. Mas, eu vou pedir...

O senhor sabe onde os militares da linha azul, que é formada pelos militares do GSI, o senhor sabe onde eles estavam durante as invasões, durante o quebra-quebra?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem, na realidade, uma escala de serviço. Nessa escala de serviço, se o senhor olhar, realmente, o Plano Escudo, o senhor tinha 49 homens com mais 30 de sobreaviso de serviço naquele dia – 49 homens da coordenação-geral de segurança de pessoal. O senhor tinha mais 46 homens do RCG. E foram acionados – e foram acionados –, às 12h, mais 38 homens, que eram o pelotão do BGP.

Quando foi rompida aquela linha na Praça da Bandeira, foram acionados mais dois pelotões, que chegaram, Senador, às 15h40. O tempo de cerrar é 25 minutos, Senador, e mais 15 para se aprontar. Então, toda a tropa que o senhor aciona do Comando Militar do Planalto, para cerrar até o Planalto, são 40 minutos, e não 25, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – O meu tempo voou, hein? Eu acho que alguém apertou algum botãozinho aí de bomba-relógio.

Bom, eu tinha uns vídeos para mostrar, mas também alguns outros já foram mostrados aqui. Não precisa mostrar o vídeo, não. Bota a minha carinha ali, deixe-me ver se eu estou bonito na foto. Estou.

Então, vamos lá. Olha só. Deixe-me falar para o senhor que, infelizmente, essa subserviência e a subordinação a que o senhor enquanto militar está se prestando ao Dino, porque nós sabemos que ele tem culpa, que ele não acionou os policiais que estavam ali embaixo, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – A gente lamenta profundamente, mas o senhor tem uma história, o senhor tem uma vida para zelar e o senhor está sendo jogado no fogo, como bem falou aqui o Senador Esperidião Amin, não é?

Agora, meu pai, enquanto militar como o senhor, me ensinou algo, General: que a incompetência e a desonestidade têm o mesmo peso – esse é um pensamento do meu pai. E, infelizmente, o senhor conseguiu, de acordo com o que vimos pelas imagens, juntar essas duas características, infelizmente, incompetência e desonestidade, e ainda mentiu aqui, diversas vezes, na nossa CPMI: "A culpa é do Ibaneis, da Coronel Cintia, da PM do Distrito Federal; a culpa é do Bolsonaro", menos realmente do Dino e do senhor, que agora apagam imagens, somem com tudo, adulteram documento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente Arthur, olha aqui, o senhor é advogado: art. 319 do Código Penal está sendo corrompido, tem advogado também aí; art. 171...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Presidente, acabou o tempo.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... art. 297, art. 342. Esse senhor, com todo o respeito, esse senhor tem que ser levado à prisão, porque o que está se fazendo aqui e o que foi feito no 8 de janeiro é um absurdo, é um crime contra o Brasil, é um crime contra Brasília e é um crime contra a nossa pátria.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Acabou o tempo, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado André Fernandes... *(Pausa.)*

Ah, perdão, perdão!

Eu vou suspender aqui, por três minutos, a pedido do depoente.

(Suspensa às 16 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, passo a palavra, agora sim, ao Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Sr. G. Dias, obviamente estão nítidas, estão claras para todo o Brasil as contradições que V. Sa. está cometendo. Assim está fazendo hoje, como fez diante da Polícia Federal, como também fez diante da CPI do Distrito Federal.

Eu tinha algumas perguntas preparadas, mas, diante dos questionamentos aqui do Senador Marcos Rogério, ficou um vácuo. Acabou-se o tempo, e eu acho que o Brasil queria ouvir a resposta, porque o que o Governo tem feito e tem falado até hoje é muito sobre golpe de Estado ou tentativa de golpe de Estado – "golpe", "são os golpistas". E a gente acompanha na história os golpes sangrentos. Aconteceu na China; aconteceu na Argentina, Chile... E eu não consigo entender esse golpe que aconteceria aqui no Brasil. Por quê? Não tinha o apoio do Poder Judiciário, não tinha o apoio do Poder Legislativo, não tinha o apoio do Poder Executivo, e ainda se fala que parte do Exército evitou que tudo isso acontecesse. Quem assumiria em caso de golpe de Estado, General?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Nós temos no STF um processo em caminhamento, então...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, eu não estou perguntando isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... vamos esperar o resultado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu estou perguntando quem assumiria o poder. Eu não estou perguntando sobre o STF. Quem assumiria o poder, General?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não sei.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não sabe? Não sabe. É isso.

O Lula sempre falou isso diante da Polícia Federal. Quando perguntavam para ele sobre os casos de propina, de corrupção, de lavagem de dinheiro, ele sempre falou: "Não sei; eu não sei". E sempre jogou a culpa em um amigo.

Diga-se de passagem, o mesmo Lula, corrupto, condenado em várias instâncias, por vários juízes, que era – e deve ser ainda nos bastidores – o seu chefe. Porque está publicizado para o Brasil todo que o senhor conseguiu crescer na carreira militar por ser um simples carregador de maleta do Lula. E foi por isso que o senhor conseguiu subir nessa carreira militar.

Eu só escuto falas. Eu só escuto falas e nada além disso. O senhor fala que acionou o Plano Escudo. O senhor o fez. O senhor concorda que o fez? Reafirma que o fez?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Já respondi, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem. Eu entendo, não quer falar mais para não se complicar.

Tem algum documento ou algo que comprova que o senhor o fez?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu entreguei na parte da manhã – não sei se o senhor viu – para a Senadora.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu estou perguntando agora.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu já respondi, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, o senhor entregou esse documento?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Já respondi, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor falou essa mesma coisa na Polícia Federal?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu não vou responder mais o que o senhor está perguntando, porque eu já respondi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, o senhor respondeu na Polícia Federal. Eu estou perguntando nesta CPMI. São duas coisas distintas.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu respondi de manhã para a Senadora Relatora.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu, Deputado André Fernandes, estou perguntando. O senhor vai responder ou não?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não vai... Perfeito.

Não temos ideia de nada que comprove que ele acionou esse Plano Escudo. E se a Relatora tem, ninguém mais da CPMI tem. O que a CPMI tem, na verdade – e que chegou a esta CPMI –, é um documento comprovando o contrário, que não houve esse acionamento.

Tudo que o senhor fala que fez, que é para o lado da sua defesa, é fala; mas tudo que é para lhe incriminar são fatos, são vídeos, são informes, são alertas, são documentos.

O senhor falou que ligou para o General Dutra para pedir a ajuda do Exército. Isso ocorreu, mais ou menos, a que horas?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Por volta de 14h40.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Bom, na CPI do Distrito Federal, o General Dutra falou que, às 14h30, ligou para um coronel e disse que enviasse as tropas que estavam no SMU para o Palácio do Planalto e o coronel respondeu dizendo que não podia porque não foi acionado – às 14h30. Aliás, eu vou até ler aqui o que foi que falou o General Dutra, porque o que me parece é que ele disponibilizou as tropas e depois recebeu a ligação do Sr. G. Dias, que chega aqui e tenta inverter a ordem das coisas. Ele fala que, por volta de 14h30 daquele dia 8, abro aspas:

O que aconteceu foi que, em torno de 14 e 30 daquele dia 8 – eu não entendo o que pode ter acontecido, porque as imagens não têm som –, houve um confronto, um embate entre a polícia e os manifestantes na altura do Tatuí, logo ali, depois da rodoviária. Os manifestantes, a partir dali, perderam o controle; das imagens, dá para ver claro que começaram a correr pelo gramado. Nesse momento, eu liguei para o meu coronel, no centro de operações, e disse assim: “Manda a tropa de prontidão que nós temos no SMU para lá.” Porque, desde o dia 31 de outubro – é importante frisar isto –, para manter a integridade do SMU, nós tínhamos duas subunidades, dois grupos de 120 homens de prontidão no SMU. Então, eu tinha esses homens no SMU. Eu disse assim: “Manda para o Palácio do Planalto.” E o coronel responde: “General, não pode, porque não tem pedido.” Eu disse: “Manda, que eu vou providenciar.”



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, nós mandamos as duas... as subunidades. Eu liguei para o GSI, imediatamente eles fizeram os pedidos, e a companhia chegou lá.

O senhor disse agora que deve ter ligado às 14h40. O General Dutra falou que às 14h30 tinha ligado e não tinha pedido. Mais uma vez, eu volto a dizer, quando é para a sua defesa é só fala; quando é para lhe incriminar, são fatos.

Eu não sei se o senhor percebeu – e para ficar claro aqui, diante de todo o Brasil –: o Governo veio aqui, talvez tenha tentado mudar a estratégia em cima da hora, mas a sua cabeça foi posta numa bandeja pelo Governo. Quando nas reuniões de CPMI, prévias, a gente falava sobre convocar Flávio Dino, Cappelli, Força Nacional, era um berro, era um choro, mas quando falaram de convocar G. Dias, nem fizeram questão. "Ah, não está nem aí, pode falar, pode deixar". Alguém da alta cúpula do PT vai e fala publicamente: "G. Dias é um traidor". E o que a gente vê aqui é o Governo tentando mudar de estratégia.

E eu pergunto: então, quem seria o culpado de tudo aquilo? É o Alto Comando? O Governo acha, acredita que o Alto Comando do Exército estava por trás de tudo isso? Quais são os generais que serão chamados aqui?

O senhor recebeu os informes, mas colocou a culpa no General Penteado. O senhor informou o General Penteado sobre todos os informes da Abin? *(Pausa.)*

Sim ou não? Estou fazendo uma pergunta.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor está criando uma narrativa. Eu não vou responder, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, eu estou perguntando. Sim ou não?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se eu disser que...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Você me respeite! Você me respeite aqui, enquanto está como depoente, e eu estou fazendo a minha inquirição.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Você está aqui como depoente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O advogado...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Sr. Presidente, questão de ordem! Questão de ordem!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Advogado, o senhor...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Questão de ordem, Presidente!

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Questão de ordem! Questão de ordem!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Não pode! Não pode falar aqui, não!

(Tumulto no recinto.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Não pode, não! Não pode, não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor se contenha...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor se contenha...

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – O Estatuto da OAB permite que eu interfira!

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Não, não! Aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sr. André...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dr. André...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dr. André, calma.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente! Tenho uma questão de ordem para formular.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tenha calma, tenha calma.

Aqui... Aqui a gente não tem nenhuma... No estatuto, no Regimento Interno, não há nenhuma previsão de palavra dos senhores advogados para fazerem defesa.

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI *(Fora do microfone.)* – Está no Estatuto da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor está aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI (*Fora do microfone.*) – É lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sim, mas, entre o Estatuto da OAB e o Regimento da Casa, prevalecerá, Dr. André, o Regimento da Casa. Tenho todo respeito pelo senhor...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... pela sua profissão – também sou advogado –, mas o senhor está aqui... De acordo com o próprio despacho do Ministro, o senhor está aqui para poder auxiliar o seu cliente.

Eu vou pedir, Deputado André Fernandes, da forma com que todos até agora fizeram depoimentos, que V. Exa. tratasse seu depoimento com urbanismo e concluísse sua palavra, por favor. Eu vou lhe dar mais um minuto.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas, Sr. Presidente, estava em 2m30, e só faltam 30.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá, eu vou lhe dar mais dois minutos, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado.

Bom, é uma cortesia com que, sendo bem sincero, eu não vi o Coronel Cid ser tratado, o Lawand ser tratado, outras pessoas, o Silvinei ser tratado. Eu não vi essa cortesia com nenhum desses. Com o ex-Ministro de Estado e Secretário também daqui do Distrito Federal Anderson Torres, eu não vi essa mesma parcimônia, esse mesmo cuidado, esse mesmo zelo. Mas tudo bem. Eu não estou aqui para passar pano. Eu fiz uma pergunta e quero saber: vai responder ou vai fugir da resposta?

Esses informes que recebeu da Abin... Até agora o senhor está dizendo que a culpa foi do General Penteado. O senhor recebeu... O senhor recebeu esses informes. Repassou pro General Penteado? Sim ou não?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado André Fernandes, eu já disse que não vou responder a sua pergunta.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Ótimo! Ótimo! Está até agora culpando alguém, mas não consegue afirmar aqui que os informes que recebeu encaminhou para a pessoa que ele está incriminando. Então, ele recebeu os informes, ficou para si, deixou que os manifestantes entrassem, ligou para o General Dutra depois de já ter disponibilizado tropas, não avisou aos seus subordinados que aquilo aconteceria. E, quando está chegando aqui, quando chega aqui, faz a mesma coisa que o Lula fazia nos casos de corrupção: "A culpa é de um amigo. Eu não sei do que se trata. Eu não sei o que é que está acontecendo". Aprendeu bem!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Todos esses anos, andando dentro de carro com Lula bêbado, aprendeu muito bem como é que faz.

Para finalizar, só mesmo um elogio: está muito bonita a sua gravatinha vermelha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar a condução dos trabalhos por V. Exa. ao passo em que também parabenizo a Relatora Senadora Eliziane Gama, os meus colegas Deputados e Senadores e agradeço o comparecimento do General Gonçalves Dias.

Eu quero iniciar a minha fala aqui, Sr. Presidente, parafraseando o Prof. José Geraldo de Sousa Junior: as pessoas não veem o que existe, mas aquilo que recortam da realidade. Esse processo de cognição... Porque, General, querer atribuir responsabilidade ao senhor ou ao Governo do PT em oito dias, quando nós temos aqui um antecedente lógico... Quem ficou por quatro anos no GSI foi o General Augusto Heleno. Ele teve um comportamento ali, dentro da estrutura do Palácio do Planalto, difundindo desinformação, notícias falsas. E eu aqui pontuo: ele integrava um grupo de WhatsApp, com outros militares, em que foi discutida uma ação golpista. Quem fez isso não foi, em oito dias, o Governo do PT nem o senhor. Ele recebeu visitantes do acampamento golpista dentro do GSI. Quem fez isso foi ele. Não foi o senhor. Defendia o Golpe Militar de 1964. Ele alegou que se controlava, por meio de medicação, para não tomar atitudes mais drásticas em relação ao STF. Esse é o comportamento que nós tivemos, por quatro anos, Sr. Presidente, de ataque às instituições. Quem não sabe viver numa democracia foi o inelegível, foi o ex-Presidente.

Eles não conseguem responder... Já falei isso aqui, volto a repetir: o nosso querido Fernando Haddad concorreu à eleição, perdeu, mas respeitou o resultado das urnas. Nunca difundiu *fake news*. A Presidente Dilma sofre um golpe, nunca ataca a democracia. O Presidente foi preso por 580 dias, mas saiu de cabeça erguida e hoje é o nosso Presidente. Ao contrário, eles deram a volta por cima: a Presidente Dilma é Presidente do Brics. O Haddad é o nosso Ministro da Fazenda. E o Lula é o nosso Presidente. Agora, ficar atacando?

Quem ficou quatro anos... Porque esses são os fatos, essa é a realidade que a população brasileira sabe. Quatro anos quem ficou atacando o Supremo Tribunal Federal, participando de movimentos antidemocráticos para fechar o Supremo, o Congresso Nacional, foi o ex-Presidente e seus asseclas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram eles que fizeram isso, porque não sabem vivem em democracia. Nega ditadura e ovaciona torturador. Foi isso que foi feito. É isso que tem que ser dito e ser repetido a todo momento.

Eu não tenho dúvida de que o senhor não tem nenhuma responsabilidade. Sabe por quê? Porque não sou eu que estou dizendo isso. Os seus advogados muito bem sabem. O Código Penal é claro quando ele determina que o resultado de que depende a existência de um crime somente é imputável a quem lhe deu causa, e considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. O senhor não agiu nem com dolo, que é a vontade livre e consciente de praticar um resultado, tampouco a título de culpa. Isso não sou que estou dizendo. Basta abrir o Código Penal, no art. 18, inciso I, que você vai ver o conceito de dolo, o conceito de culpa. Você vai ao art. 13 e você vai ver a relevância de um comportamento para ter repercussão no aspecto penal. O senhor agiu como deveria ter agido.

Oito dias de Governo do Presidente Lula, que sempre defendeu a democracia, sempre fortaleceu as instituições... Ele não fez o que o outro fez: pegar um ex-juiz, colocar como ministro... Ele não fez isso... E que saiu atacando o ex-Presidente! Vocês se recordam disso? Mas não. Sempre respeitou o resultado das urnas, sempre respeitou as instituições.

Eu pergunto, General, só pra mais uma vez ficar claro aqui pra população: o senhor, em oito dias que assumiu o cargo como Ministro do GSI... Quantos servidores fazem parte do GSI?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Cerca de 1,2 mil.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – São 1,2 mil. Em oito dias, teria como mapear servidores infiltrados adeptos de conduta antidemocrática?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Claro, é óbvio que não!

Nós vimos recentemente que, em março, o Coronel Cid estava mandando... Foi descoberto na lixeira de *e-mail* deles: monitorando agendas do Presidente da República. Em março! Agora, querer atribuir responsabilidade ao Presidente Lula, ao Governo do PT?

Ora, o que foi feito com os acampamentos que ficaram desde 1º de novembro, que estavam à frente do quartel-general? Ora, o que foi feito à Polícia Militar escoltando os golpistas por 8km? Aí, sim, nós temos responsabilidade, porque eram crimes de ação penal pública incondicionada. É o próprio Código de Processo Penal quando no art. 301, que determina que qualquer do povo pode, mas autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que se encontre em flagrante delito... E a Polícia Militar nada fez! Ela aquiesceu... E a omissão dela é penalmente relevante, porque ela tem por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Mais uma vez, não sou eu que estou falando isso. Abram o Código, art. 13, §2º, alínea "a": a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não agiu nem com dolo, o senhor não agiu nem com culpa! O senhor não deu causa a absolutamente nada! O senhor agiu dentro do que o dever lhe competia.

Agora, essa narrativa... Volto a falar no professor. Tem pessoas em que o processo de cognição talvez... Eu não sei se é por má-fé ou não sei se é por desconhecimento ou não sei se é por desenvolvimento mental incompleto ou retardado... Aí deveria se arguir a inimputabilidade prevista no art. 26. E é o art. 26 que vou ler para vocês: "É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era [...] inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento".

Eu quero chegar à conclusão de que querer atribuir o que foi feito aqui... Nós nunca tivemos um atentado à bomba, e nós tivemos aqui! Atentado à sede da Polícia Federal nós tivemos aqui!

Quem que falou que, se o Presidente Lula fosse eleito, não subiria a rampa? Quem é que foi para os meios de comunicação, para as redes sociais disparando *fake news*? Quem fez isso? Tem que ser dito isso a todo momento!

Agora, alguns extremistas de direita que falam... E são defensores da vida, mas apoiam massacres! São contra fraudes, mas contratam um *hacker*! Querem inverter a lógica, Senadora Soraya!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Isso! Eles querem inverter a lógica. Eles não entendem que as autoridades do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário... E a nossa democracia foi atacada, mas querem buscar responsabilidade sabem onde, Doutor e Doutora? No fotógrafo que estava registrando e fazendo seu serviço!

Contra fatos não há argumentos! Tudo que aconteceu aqui por quatro anos de um ex-Presidente que atacou a Ordem dos Advogados do Brasil, que atacava os meios de comunicação, que participava de movimentos antidemocráticos para fechar o Supremo, o Congresso Nacional... Não foi o Governo do PT, não foi o Presidente Lula, mas foi o inelegível, que, eu tenho fé, em breve vai responder não só pela pandemia, porque lá ele foi diretamente responsável, mas também pelo que aconteceu aqui no dia 8, porque o que aconteceu aqui no dia 8 foi um mero exaurimento daquilo que ele ficou sistematicamente vilipendiando: a nossa espinha dorsal do Estado democrático direito, que se chama Constituição da República Federativa do Brasil, que, enquanto Deus me der vida e saúde, Senadora Soraya, eu vou estar aqui e em todos os espaços defendendo, porque a democracia é o melhor terreno pra plantar e colher direitos.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu quero aqui mais uma vez, General, falar pro senhor que eu tenho minha consciência tranquila, porque a forma de condução... Nós sabemos e eles também sabem, quando se muda um governo, até você arrumar a casa, quanto tempo leva.

Nós sabemos quem ficou difundindo *fake news*, quem ficou atacando o sistema eleitoral, quem desacreditou o resultado das urnas, o sistema de voto eletrônico. Nós sabemos quem fez isso! Nós sabemos quem atacava a OAB, quem participava de movimentos antidemocráticos. Nós sabemos que essas pessoas têm uma dívida eterna com a população brasileira. E eu espero que elas sejam responsabilizadas, não só a título de dolo, não só a título de crime, criminalmente falando, mas por responsabilidade civil e por aquelas ações de improbidade administrativa ou de responsabilidade administrativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo senhor ter vindo.

E que o Brasil escute isso, porque contra fatos não há argumentos. E os fatos estão aí, claros, evidentes, a prova cristalina de quem, de qualquer forma, concorreu para o que aconteceu aqui no dia 8. E serão responsabilizados, seja como autor, que é aquele que pratica ação nuclear; seja como coautor, é mais de um autor; seja como partícipe na figura do partícipe moral na forma de induzimento, que é inculcar, plantar a ideia, ou instigação, reforçar a ideia; seja como um partícipe material, aquele que auxiliou materialmente, financiando tudo aquilo que aconteceu no dia 8.

Eu tenho minha consciência tranquila, porque eu vou morrer defendendo a Constituição Federal e a nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, a próxima oradora inscrita, que é a Senadora...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Presidente, também tenho uma questão de ordem para...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – O Senador usou uma palavra ofensiva. Ele disse que existem crianças que nascem com retardo mental. Então, pode ficar ofensivo para, eventualmente, pais que têm crianças com retardo mental. Ele usou a palavra "retardado". Se ele puder retirar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Está na lei.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... dos *Anais*, porque realmente é algo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Está na lei!

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Está no art. 26, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, o Regimento da Casa faculta ao Presidente da Comissão o direito de excluir termos desairosos, xingamentos, etc. Quanto a uma expressão de escolha do Parlamentar, se ele achar por bem que deve mudar, ele muda. Não vai ser esta Presidência que vai tomar essa providência.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Posso dar só um informe para o Plenário?

É que foi dito aqui pelo Senador Contarato, (*Fora do microfone.*) por quem eu tenho respeito, que o Presidente Bolsonaro deveria ser responsabilizado pela pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não! Isso não é questão de ordem não, Deputado. Me desculpe.

Isso não é questão de ordem, Deputado.

Com a palavra, a Senadora Soraya Thronicke.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não.

Senadora Soraya Thronicke com a palavra.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE. Para questão de ordem.) – Eu esperei a temperatura baixar.

É fundamentada no art. 151 do Regimento Comum, no art. 148 do Regimento do Senado Federal e nos arts. 36 e 73 do Regimento da Câmara e no Acordo de Procedimentos, de 21 de junho de 2023.

Sr. Presidente, farei de maneira muito breve para não tomar o tempo aqui da Comissão. Farei apenas pela recorrência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe, Sr. Presidente, previsão alguma no Regimento desta CPMI e das Casas do uso da palavra e a interferência do advogado.

Com todo o respeito, senhor advogado, que tenho à sua profissão e a V. Exa., estou fazendo apenas pela recorrência.

Então, que o senhor possa adverti-lo com base nos artigos que foram citados e para que não torne isso a acontecer.

Com todo o respeito ao direito de defesa, mas há interferência. E o uso da palavra não está previsto no nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor está coberto de razão, e eu vou, mais uma vez, chamar o Dr. André a essa realidade que nós vivemos aqui de que não há nenhuma previsão de fala do advogado.

O senhor está aqui na condição de advogado do depoente, pode se comunicar com ele a hora que quiser, mas o senhor não está autorizado a fazer nenhum tipo de fala e nem, muito menos, a discutir com os Srs. Parlamentares.

Eu passo a palavra à próxima oradora inscrita, que é a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo, como também a nossa Relatora, pela condução dos trabalhos, e perguntar se alguém conseguiu encontrar, no Regimento Interno, também, alguma proibição de o advogado se manifestar, porque o que não está proibido em lei está permitido. Não tem previsão, portanto não se sabe sobre a possibilidade ou não. Teremos que entrar com um projeto de resolução para poder determinar esse tipo de manifestação.

Mas eu vou defender os advogados sempre, como defenderia o senhor, como eu me senti ofendida também. Porque se eu estivesse no lugar dele eu já tinha levantado e já tinha acionado a OAB, o STF, pela falta de educação.

Quero cumprimentar o General Marco Edson Gonçalves Dias e seus advogados, a Dra. Marília Fontenele e o Dr. André Callegari.

Me perguntaram hoje de manhã se o General realmente iria falar, porque ele estava munido de um *habeas corpus*, tinha aí um salvo-conduto. Eu disse que eu acreditava que sim, que ele iria falar, que os advogados foram diligentes. Eu faria a mesma coisa, eu estaria municiada, também, da mesma forma, com um HC. Mas o senhor não ficou em silêncio. Quem não deve, General, não treme. As vezes em que o senhor se recusou a falar não foram porque o senhor não queria responder, com preocupação de ser incriminado ou de isso atrapalhar a sua defesa, o senhor não respondeu pela falta de educação. Muito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem se falado em 5ª série, aqui, mas nem 5ª série age dessa maneira. Isso é falta de educação, mas falta de educação mesmo. Tem gente que não pode subir num tijolo na vida, tem gente que não pode subir em dois. Então, são coisas da natureza humana e a gente tem que perdoar, mas, sinceramente, passou do ponto hoje.

Bom, vamos lá. Eu estou aqui com alguns depoimentos da sindicância que o senhor abriu, de ofício. Não vou citar o nome dos depoentes, dos soldados depoentes, vou citar apenas as iniciais.

Primeiro – estou com oito apenas –, o soldado P. M. F., soldado do Exército Brasileiro servindo no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Ele respondeu que... Onde é que ele estava naquele momento das invasões? Ele disse que recebeu ordem de guarnecer a entrada do Anexo 1 do Palácio do Planalto, pelo 3º Sargento Laércio, o encarregado da segurança das instalações do Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro de 2023.

O soldado L. J. P. S., indagado sobre a mesma questão, respondeu que recebeu ordem de guarnecer a entrada do Anexo I do Palácio do Planalto pelo 3º Sargento Laércio...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Por favor, Presidente. Eu estou me desconcentrando. Eu escutei todo mundo em absoluto silêncio – o senhor é testemunha disso. Sempre faço isso.

Então, por favor. Gostaria de mais um minuto, por favor.

... pelo 3º Sargento Laércio, encarregado da segurança das instalações do Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro de 2023.

Próximo.

O cabo do Exército E. M. C., indagado sobre a mesma questão, disse que recebeu ordem de guarnecer a entrada do Anexo I do Palácio do Planalto pelo 3º Sargento Laércio, encarregado da segurança das instalações do Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro.

Estava, praticamente, no copia e cola aqui.

Outro soldado, M. M. R., recebeu ordem de guarnecer a entrada do Anexo I do Palácio do Planalto pelo 3º Sargento Laércio, encarregado da segurança das instalações do Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro.

O soldado L. R. N. recebeu a mesma ordem para guarnecer o Anexo I.

O soldado E. P. S., a mesma ordem para ir para o Anexo I.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Soldado H. M. C. S., para guarnecer o Anexo I do Palácio do Planalto.

E, agora, o último dos que eu encontrei aqui, J. C. C. S. recebeu a mesma ordem para guarnecer a entrada do Anexo I do Palácio do Planalto pelo 3º Sargento Laércio.

Eu gostaria que vocês colocassem aquela imagem para mostrar para os brasileiros onde é o Anexo I do Palácio do Planalto.

Essa é uma imagem... Ali nós temos o Palácio do Planalto – todos o reconhecem? –, e nós temos quatro anexos ao Palácio do Planalto. Nós temos...

Ali, olha, está marcado o Anexo I.

O Palácio do Planalto foi atingido ali no bloco principal, no prédio principal e não no Anexo I.

Olha como é incrível essa ordem!

Foram mandados para o Anexo I, perguntados sobre o que eles estavam fazendo em outro lugar.

E, para você, para eles que já estavam ali, guarnecendo o Anexo I, só tem uma ponte, uma passagem ali, aquela branquinha que aparece.

Ali, esse lugar é abaixo. Para você chegar ao prédio principal do Palácio do Planalto, você tem que pegar ali a via, a rua.

Então, isso nos deixa absolutamente atônitos.

Por quê?

O Sargento Laércio, sobre quem eu já fiz, já apresentei requerimento, Sr. Presidente e Sra. Relatora, de convocação – para o Sargento Laércio. Ele trabalha no GSI desde outubro de 2020, ou seja, também era do antigo Governo.

E, para quem diz que era obrigação do atual Governo, do atual Ministro fazer a transição, procurem, estudem e procurem os fatos. Aqui eu tenho a transição do GSI de todos os últimos anos. Pronto. Quem quiser estudar tem material para varar a noite.

Pergunto para V. Exa.: como foi a transição do Governo Bolsonaro para o Governo Lula na sua pasta? *(Pausa.)*

A transição ocorre, para aqueles que não sabem, durante o período depois das eleições, quando troca o governo. Como foi a sua transição, General?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Eu vou expressar aqui, mas eu não tenho conhecimento total. Essa palavra "transição" não é exatamente a troca de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Dois minutos eu tenho? Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Dois minutos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Só uma pergunta: o senhor viu o General Heleno quantas vezes, depois da eleição do Presidente Lula até a sua posse?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Nenhuma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Então, não houve transição. O dia que o senhor chegou...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A transição do Governo não é a transição de ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k. Mas o senhor... O General Heleno não entregou a chave do GSI para o senhor?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Não explicou nada.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Está bom. Aí, vai vendo o Brasil – tenho mais um minuto, não é, Presidente? –, vai vendo o Brasil. Não houve transição, não houve transição. Vamos lá.

Portanto, portanto, o senhor não teve sequer a condição de fazer todas as análises. Há notícias de que foi necessário chamar chaveiros para abrir as portas de algumas salas do Palácio Planalto. Correto? O senhor soube disso?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu fiquei sabendo pelo secretário de administração.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Pois é, não houve transição, não houve a entrega da faixa, não houve a transição do GSI. Então, seria realmente impossível.

Querem culpar a vítima, dizendo que o senhor também é um dos infiltrados. Nós já estamos quase chegando ao final desta CPMI e os infiltrados ainda não foram convocados. É impressionante isso! É impressionante!

Entre todas essas questões, eu gostaria de destacar aqui...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... por último que, inclusive, as pessoas que estão presas têm no seus depoimentos uma confissão de que estavam, sim, tramando um golpe. As pessoas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presas na Papuda, na Colmeia... É só ler. Não escutem porque, muitas vezes, vão lá só escutar a versão delas. Ouçam os... Escutem, analisem e leiam os depoimentos. Eu não vou ter tempo para isso aqui.

Mas quero lembrar – o Senador Magno Malta gosta muito desses contos da nossa infância –, a mãe da gente quando a gente quer ir pra um lugar e ela não deixa, e a gente fala "mãe, todo mundo está indo", a mãe responde: "Você não é todo mundo! Não seja Maria vai com as outras". E é o que aconteceu com muita gente! Por isso que é bom a gente raciocinar, colocar a razão em primeiro lugar e aprender que quando a turba, quando uns já quebram a primeira vidraça... Você não ir no efeito manada, você não ser uma "Maria vai com as outras". Você não é todo mundo, tem que ter juízo.

Muito prazer em conhecê-lo pessoalmente. Muito obrigada pela condição aí que o senhor demonstrou, eu vi que o senhor ficou muito nervoso. Peço desculpas pela falta de educação dos colegas.

E só por último, Presidente, vamos lembrar aqui que tem muita gente aqui neste Congresso Nacional que não poderia sequer falar, porque não tem essa responsabilidade objetiva em cima do direito criminal no âmbito dele. Se fosse assim... Muitos Parlamentares já tiveram seus assessores envolvidos em tráfico de drogas, avião com drogas, e qual foi a resposta? E é verdade: não existe essa responsabilidade objetiva. Eles não têm nada a ver com os atos individuais de seus assessores.

Então, tem gente aqui falando de algo e querendo responsabilizar totalmente o Ministro pelos atos daquelas pessoas de baixo, daqueles sim infiltrados, porque eles colocaram infiltrados em todos os lugares.

E quem assumiria, por fim...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – E quem assumiria... A pergunta que lhe fizeram: quem é que assumiria a Presidência da República? Essa pergunta tinha que ser devolvida pra eles. Eles é que tinham orquestrado um golpe. Quem assumiria é quem não entregou a faixa, quem nunca saiu, porque não entregou a chave.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, para concluir, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado à senhora.

Com a ausência...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu fui citado pela Senadora Soraya, eu quero dizer a ela que minha mãe não se chama Maria, e também não tenho nada contra nenhuma Maria. Tenho uma tia que se chama Maria, tenho outras tias... Se gosta de conto de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infância, não seja maria vai com as outras. A minha mãe se chama Dadá, e eu sou uma réplica de Dadá. E, na verdade, não sou maria vai com as outras, e nem aqueles que tomam a posição dos que foram presos são maria vai com as outras.

Então, eu entendi exatamente o recado, e estou devolvendo, porque entendi. A minha mãe se chamava Dadá, e eu não sou maria vai com as outras.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, fique calmo.

Vamos agora passar ao próximo orador inscrito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Eu não falei de sua mãe.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Paulo Magalhães não está presente. O seguinte seria a Deputada Delegada Adriana Accorsi, que também não está presente.

Eu passo a palavra, então, ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Sr. Gonçalves Dias, pelo teu currículo, ingênuo, como alguns tentaram dizer, o senhor não é. O senhor é Forças Especiais – Forças Especiais –, que têm na sua formação cursos como guerra psicológica, formação de dissonância, etc., ou seja, o senhor não é ingênuo. Tampouco podemos dizer que o senhor foi sabotado, porque o senhor...

Eu vou ficar em pé, Sr. Presidente, porque estão na frente e eu não consigo olhar pro depoente, se me permite.

Tampouco o senhor pode dizer que foi sabotado, porque, na CPI do Distrito Federal, o senhor foi categórico ao dizer que o senhor exonerou do GSI todos aqueles que eram intimamente ligados ao Ministro Augusto Heleno. E o senhor disse hoje pra nós, aqui, respondendo a um questionamento da Senadora Eliziane Gama, que o GSI não é um ministério como qualquer outro. E a Senadora Eliziane Gama complementa, dizendo que muitos servidores do GSI permanecem da ex-Presidente Dilma, depois pro ex-Presidente Temer, permanecem depois pro Presidente Bolsonaro, e que permanecem agora no GSI de Lula.

Portanto, a tese de que o senhor foi sabotado por uma suposta equipe do Ministro Augusto Heleno não pode prosperar, não prospera. Não só não prospera, como o senhor, ao tentar trazer essa tese para esta CPMI, comete a sua maior traição ao Exército Brasileiro. Na tentativa de se eximir da farsa que o senhor montou, a farsa do golpe, o senhor ora coloca a culpa em seus comandados, ou então ora coloca a culpa no Alto Comando do Exército.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse na sua fala, inicialmente, que a situação embaraçosa dos acampamentos na frente dos quartéis-generais era algo que não deveria ter sido permitido, e foi. Ao dizer isso, o senhor coloca totalmente a culpa no Alto Comando do nosso Exército Brasileiro, que soltou a carta às instituições e ao povo brasileiro, dizendo que as pessoas poderiam se manifestar pacificamente em frente aos quartéis.

O senhor é inimigo do Alto Comando? Estou te fazendo uma pergunta.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Por que toda hora V. Exa. tenta ora culpar o Alto Comando ou culpar os seus coordenados?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não estou culpando ninguém, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O número de telefone celular de DDD 61 e últimos quatro dígitos 0250 era o número do senhor?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, o senhor recebeu, até a manhã do dia 8 de janeiro, 20 mensagens do Saulo, da Abin, aproximadamente 20 mensagens; e, a partir do dia 5, solicitando, ou melhor, te alertando sobre manifestações que ocorreriam em frente ao Congresso Nacional. No dia...

Eu peço à Senadora Soraya, por favor, silêncio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 5 de janeiro, o senhor recebe nesse telefone o primeiro alerta – 5 de janeiro –, dizendo que teria manifestação em frente ao Congresso Nacional. No dia 6 de janeiro, o senhor manda uma mensagem ao Saulo, dizendo de uma suposta paralisação de caminhoneiros. E, depois do dia 6, aproximadamente mais 15 informes da Abin, relatando ao senhor a gravidade daquilo que aconteceria. Até que, no dia 8 de janeiro, o senhor compartilha esta mensagem: "Vamos ter problemas". O senhor compartilha essa mensagem às 8h56 da manhã e some, não responde mais nada no WhatsApp até às 3h da tarde, mas o Saulo continuava o alimentando com informes de inteligência, ou seja, o senhor sabia o que ia acontecer, o senhor tinha todas as informações pra tomada de decisão. O senhor poderia, às 8h56 da manhã, em vez de só ter dito "Vamos ter problema", ter acionado o Plano Escudo naquela manhã do dia 8 de janeiro, mas não o fez. Aliás, o senhor mentiu. O senhor tem repetidas vezes mentido, posso até lhe dizer que é um mentiroso contumaz, porque muda as suas versões a cada depoimento.

O inquérito militar do Exército Brasileiro é categórico ao dizer que o senhor não acionou o Plano Escudo. Os depoimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito do DF afirmam que o senhor não convocou o Plano Escudo. E o Comandante do Exército afirma que o senhor não acionou o Plano Escudo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui um documento que nós recebemos, esta CPMI. O senhor mentiu a esta CPMI ao dizer que tinha acionado o Plano Escudo. Aliás, é o senhor ou é o Comandante do Exército que está mentindo?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É o senhor que está dizendo, o senhor está criando uma narrativa.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, eu vou ler aqui o ofício que nós recebemos do Comandante do Exército: "Para fins de esclarecimento, cumpre destacar que as tropas empregadas no Palácio do Planalto não haviam sido acionadas previamente pelo GSI" – Ofício do Comandante do Exército Brasileiro. Logo, conclui-se que o senhor está mentindo. Era sua responsabilidade acionar o Plano Escudo porque era o senhor que detinha todas as informações pra tomada de decisão, e o senhor não o fez, e não o fez propositalmente.

Mas o senhor não foi demitido pela sua incompetência à frente do GSI, o senhor não foi demitido por isso, o senhor foi demitido porque conseguiu ser mais incompetente que o Ministro Flávio Dino, porque o Ministro Flávio Dino apagou as imagens. E o senhor não foi competente ao ponto de não deixar vaziar as imagens que comprovavam a farsa, a farsa do golpe. O senhor foi incompetente ao ponto de deixar vaziar para a CNN as imagens que mostravam o senhor e sua equipe lá dentro.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Fora do microfone.) – Servindo café...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Servindo café, servindo água...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Fora do microfone.) – Passeando...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... passeando.

Eu até imagino, G. Dias, o Lula ligando para o senhor e para o Dino: "Deixem invadir! Deixem invadir, porque agora nós vamos conseguir acabar com os bolsonaristas!". Eu imagino o Lula ligando pro senhor. E nisso, o Flávio Dino foi mais competente do que o senhor. É por isso que o senhor foi demitido. Porque o Lula não tem problema nenhum em deixar nomeado, no Palácio do Planalto, corrupto, quem já foi condenado por corrupção, propina. Está nomeando um monte de corrupto. O senhor foi demitido, porque não conseguiu segurar a farsa, a farsa do golpe, que queria, exclusivamente, condenar os bolsonaristas.

Não é segredo pra ninguém, aliás, que existe uma rixa entre Flávio Dino e Polícia Federal com o Exército Brasileiro. Isso está posto desde antes de o Governo tomar posse. E o senhor era uma peça de Flávio Dino à frente do GSI, porque o senhor aceitou que o GSI fosse perdendo cada vez mais funções próprias de GSI. O GSI perdeu a segurança presidencial, que passou para a Polícia Federal do Dino; a Abin estava sendo perdida, porque inúmeras mensagens do Saulo relatam que eles estavam doidos para sair de baixo do guarda-chuva do GSI. Você estava à frente do GSI para que Flávio Dino avançasse em seu projeto de poder, era pra isso que o senhor estava lá. E, quando o senhor é chamado no Palácio do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planalto – e foi demitido... Nós sabemos disso, porque, aqui em Brasília, os corredores falam, nós Deputados governistas e a oposição conversamos. Todo mundo sabe que o senhor foi demitido. O senhor foi demitido porque não conseguiu segurar a farsa. O senhor foi demitido porque, na briga de Flávio Dino com o Exército Brasileiro, o senhor era...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... uma peça de Flávio Dino à frente do GSI e não conseguiu cumprir com o seu papel.

Agora, o que resta é o senhor, aqui na CPMI, investigado no Supremo Tribunal Federal, no STF. Enquanto isso, Flávio Dino continua omitindo...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – E debochando.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... as suas imagens, debochando no Ministro Alexandre de Moraes, descumprindo uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes, e o senhor levando a culpa por tudo. Repito aqui, pouquíssimos Deputados e Senadores do Governo para o defender, porque já entregaram a sua cabeça e só o senhor que não percebeu isso, e só o senhor que não percebeu que a sua bandeja será entregue a prêmio por esta CPMI e talvez pelo Judiciário brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Aluisio Mendes, que não está presente.

Então, passo a palavra à oradora seguinte, que é a Senadora Damares Alves.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem... Pela ordem, Presidente. Foi comunicado à sua assessoria, também pela assessoria do próprio Deputado Aluisio Mendes, a permuta...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. A assessoria do Deputado Aluisio Mendes não me comunicou nada e tem sido uma praxe dessa Presidência só fazer permuta quando os dois Deputados estão na Casa, estão aqui nesta Comissão, o que não é o caso. O Deputado Aluisio Mendes se retirou pela manhã e até agora não voltou.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Boa tarde, General. O senhor está... General, o senhor está bem? Eu vi o senhor tomando remédio. O senhor consegue ficar até mais tarde? O senhor está bem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Estou bem.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Está bem? O.k.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – General, pela manhã, eu tinha uma dúvida técnica e eu quis pedir, por favor... Tinha um eslaide que não podia sair dali daquela tela. E aí houve uma interferência do Senador Amin, e aquele eslaide tinha que ficar. E foi na hora da brincadeira ali do penteado e acabou que eu tive a dúvida, fui para o gabinete, olhei. Às 10h32, o jornalista Paulo Cappelli traz a notícia – ele atualiza às 10h32 – de que o senhor havia mentido 11 vezes na Polícia Federal.

Eu passei a noite lendo as 169 páginas de mensagens trocadas entre o senhor e o Saulo, em quatro dias. Foram tantas mensagens, que a gente imprimiu – deu 169. Nada que o senhor fale aqui agora vai dar tempo de a gente fazer confronto, análise do seu depoimento lá na CPI e aqui, mas a gente vai continuar, porque é um processo de investigação. A gente vai continuar. Nós não somos juízes, nós estamos investigando, ainda estamos numa fase de investigação, mas o que eu li nessa madrugada, o que eu vi aqui, já hoje... Já me dou por satisfeita para ajudar na construção do relatório da CPI.

General, o dia 8 de janeiro muda muita coisa na sua vida; na minha também. As nossas vidas se encontram em 8 de janeiro. A partir de agora, quando alguém clicar no meu nome e no seu, no Google, vão estar lá todas as acusações contra o senhor e contra mim também, que fui acusada de terrorista, golpista, inúmeras vezes, depois do ato de 8 de janeiro. Mas a gente espera que tudo isso seja esclarecido logo, General.

E o senhor veio, o senhor prestou informações e eu acho que a gente tem material suficiente aí para a gente ajudar a Relatora na construção de um relatório. Nós, como gestores – e o senhor estava como gestor – respondemos por omissão também. O senhor sabe disso, e a sua defesa deve estar orientando-o nesse sentido. O senhor já fez muitos esclarecimentos aqui hoje que vão nos ajudar muito no nosso relatório.

Não tenho pergunta para lhe fazer, General, mas eu preciso gastar o meu tempo aqui falando dos efeitos colaterais do dia 8 de janeiro, efeitos colaterais que persistem – e eu não sei até quando.

Hoje foi citado aqui o nome da nossa Vice-Governadora, e eu preciso fazer esse registro. Já há comentários de que a nossa Vice-Governadora estava envolvida numa trama porque ela foi beneficiada com o afastamento do Ibaneis. Eu quero pedir muito aos colegas da Comissão, tanto da direita como da esquerda: chega de vítimas do 8 de janeiro. Chega, já tem muita vítima naquele ato de vandalismo – muita vítima. Não vamos criar mais vítimas. A Celina Leão... A maioria desta Comissão a conhece, uma Parlamentar honrada, uma mulher honrada. Ela estava há oito dias como Vice-Governadora e ela já



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarou, isso está muito claro, que o Presidente Arthur Lira, por ser do partido dela, tem relação próxima com ela.

Quando tudo aquilo está acontecendo, o Ministro Dino liga pro Arthur Lira, ele está ligando pra todo mundo, e ela é localizada e ela vai ao Ministério da Justiça. E ela fica dentro do Ministério da Justiça e logo depois teve uma reunião institucional – ela, como Vice-Governadora, Ministro Dino e outras pessoas –, o jornal publicou isso. Então, querer insinuar que a nossa Vice-Governadora estava armando um golpe, porque ela e o Cappelli se dariam bem, isso é temeroso.

Eu tenho o tempo todo nesta Comissão chamado a atenção de todos: gente, chega de violação de direitos, chega de vítimas nesse processo todo. E nós hoje, pelo meu silêncio, a gente poderia estar trazendo mais uma vítima dos atos de 8 de janeiro. A nossa Vice-Governadora é cristã. Eu conheço a Celina há mais de 24 anos, nós temos uma ligação fora da política, ligação de oração, uma ligação de parceria. Ela já me ajudou muito com as crianças indígenas. Eu tenho muito carinho por ela e pela família. E Celina fala muito de fidelidade e lealdade. Celina foi fiel e leal ao Governador Ibaneis. Ela não estava pronta para governar nos dias em que ele ficou afastado. Foi muito peso para ela: de repente, ela recebe um Governo e teve que dar conta. Não houve, por parte da nossa Vice-Governadora...

E o meu medo é que os adversários políticos peguem essas coisas aqui depois, tudo editado, e usem isso lá na campanha contra a Celina daqui a quatro anos, porque eu creio que ela vai ser nossa Governadora daqui a três anos. Então, assim, eu precisava fazer justiça a uma mulher honrada e a uma mulher que, durante o período que ficou como Governadora, cumpriu tudo o que foi pedido. Ela colocou, inclusive, todo o aparato do Governo para socorrer crianças que foram levadas no dia 9 de janeiro para a Polícia Federal, ela deu comida, ela correu, ela foi atrás. Chega de violação de direitos.

E eu encerro, Presidente, não vou gastar meu tempo todo, não. Eu vou trazer aqui um episódio, quando eu falo que a gente não sabe até aonde tudo isso vai, quantas vítimas, quantos efeitos colaterais... O Ministro Alexandre foi ao presídio visitar os presos num período – foram ele, a Ministra Rosa, estavam todos os presos lá, tinha agentes policiais, a Vice-Governadora foi junto. Mas eu soube, por meio de uns presos, que uma das presas se dirigiu ao Ministro Alexandre e falou o seguinte: "Ministro Alexandre, o senhor me autoriza a casar?". Gente, ninguém pode impedir o casamento, o casamento é um dos direitos garantidos pela Carta Universal dos Direitos Humanos. Ela estava noiva, chegou no dia 8 aqui, naquele acampamento, foi levada para a prisão, e o noivo também. E ela sabia que ia sair e os dois iriam ficar de tornozeleira, e alguém disse pra ela que duas tornozeleiras não podem se encontrar no mesmo lugar. E o que ela pediu para o Ministro Alexandre? "Me autoriza a casar? Meu casamento está marcado para setembro." O que eu quero falar com isso, gente? É uma história triste. Inclusive, eu chorei quando eu ouvi esse depoimento. Uma jovem que só queria uma autorização do Ministro Alexandre. "Me permita casar? Meu casamento está pronto." Tantas violações de direitos por conta dos atos de 8 de janeiro. Esta CPI tem que, urgente, chegar às respostas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Presidente, em busca das respostas, eu fui somar o número de horas de todas as pessoas que foram convocadas a se sentarem aqui nessa cadeira, trazendo aí uma média de quatro, por baixo, quatro horas, nós vamos para mais de duzentas horas de depoimento ainda. Nós não vamos dar conta.

Então, eu queria fazer uma sugestão para a Presidência e para a relatoria: vamos pegar aquelas convocações aprovadas, que a gente não vai mesmo ter tempo de ouvir, e já transformar em pedido de esclarecimentos. A CPI Covid fez isso comigo – acho que o Senador Randolfe lembra. Eu fui convocada e não daria tempo de eu vir. Eu gostaria muito de ter vindo, mas a CPI transformou a minha convocação em pedido de esclarecimentos, e eu fiz questão de responder com zelo. Respondi, mandei tudo para a CPI.

Algumas convocações que nós fizemos, se a gente já transformar – claro, numa reunião entre o senhor, a Relatora, alguns membros – em pedidos de esclarecimentos, nós vamos ganhar tempo e vamos esclarecer muita coisa que o General trouxe aqui. Inclusive, para confrontar o depoimento do General – o que ele disse aqui com o que ele já disse anteriormente –, alguns pedidos de esclarecimentos nos ajudariam muito.

Fica a minha sugestão para a CPI.

Fica aqui a minha manifestação de solidariedade à nossa Vice-Governadora, mulher honrada, leal e fiel ao nosso Governador.

Muito obrigada, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu vou suspender aqui a nossa sessão por três minutos.

(Suspensa às 17 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero, publicamente, aqui... Porque, mais uma vez, chegam essas reclamações sobre a lista. Eu quero orientar a Mesa de que não existe negócio de lista extraoficial antes da abertura da lista de inscrições. Abriu a lista de inscrições, tem uma lista oficial, que é a que chega até a Mesa, e é essa lista que os Deputados têm que assinar, porque, agora, por exemplo, veio um Parlamentar me dizer que assinou uma lista que não era oficial, orientado pela Mesa, e que, depois, essa lista não existia mais, etc. O nome dele não foi para a listagem.

Então, eu faço um apelo para que acabem com essa história de lista não oficial. A lista só tem uma que é oficial.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Quem chega mais cedo assina o papel...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É, assina o papel, chega mais cedo, mas não pode. Tem que chegar a partir do horário ou então esperar a lista abrir para que não haja nenhum tipo de problema como esse. É o mais razoável.

Eu tenho evitado... Tenho evitado, não, eu abri mão de ter qualquer participação nessa questão da elaboração da lista justamente por isso. A Mesa passa para nós, a lista é pública, e todo mundo, no começo da reunião, já sabe quem são os senhores e as senhoras oradores. E tem dado certo.

Muitas vezes, as pessoas me procuram aqui, depois de encerrada a inscrição para pedir para fazer a inscrição, e eu falo: "Olha, eu não posso, porque já não compete mais a mim".

Então, vamos acabar com essa coisa da lista não oficial.

Eu passo a palavra ao próximo orador...

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – ... só para registrar, eu fui o primeiro a chegar, cheguei aqui 8h05, marquei minha presença no painel e fui bem atendido pelos servidores que me orientaram a assinar a lista. Então, eu queria deixar consignado, até mesmo porque você tem que dar uma satisfação a seus eleitores que estão esperando que você participe. Eu quero dizer que eu fui o primeiro a ser inscrito e acho que estou sendo punido de uma maneira muito severa, estou sendo punido pelo meu excesso de...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor pode usar o tempo de Liderança...

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que cada um tem, ou cada um não tem... Aí realmente o pessoal da oposição já escolheu outro nome, não posso interferir.

Eu passo a palavra, então, ao próximo orador inscrito, que é o Senador Cleitinho, em permuta com o Senador Eduardo Girão.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos presentes aqui, aos Senadores, aos servidores desta Casa, ao G. Dias, que se encontra aqui, neste momento, e à sua defesa também. Sejam bem-vindos!

Eu quero aqui, G. Dias, falar para o senhor – é, com toda a humildade, que eu vou falar isso – que errar é humano, todo mundo erra. Eu não estou aqui para te crucificar, para te julgar, porque eu já errei



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e todos os que estão aqui já erraram, e a gente ainda vai errar, a gente erra até tentando acertar. Mas por que eu quero falar isso para o senhor? Porque o senhor falou que o senhor não foi exonerado, o senhor pediu para sair, o senhor pediu demissão. O senhor pediu demissão, porque o senhor acha que a estratégia foi errada?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Qual, Senador? Qual estratégia?

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – A estratégia para o dia 8, para poder combater o que ia acontecer?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, não, não. A confusão foi a publicação das imagens na CNN.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor pediu para sair por quê, então?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Foi por causa daquelas imagens que nós começamos a discutir, e eu queria deixar o Governo livre para decidir. Então, foi uma exoneração a pedido.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – A pedido?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – As imagens, as imagens acabaram te prejudicando. Foi uma questão que você pode até falar que foi *fake news*, não é, G. Dias?

Mas eu queria falar o seguinte: eu acho que a política é transparência, a vida pública é transparência. E aonde que eu quero chegar? Esta semana agora, a gente precisava ter mais imagens aqui, a gente pediu até ao STF, e apagaram as imagens, as imagens sumiram. Você acha isso correto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, cada um toma a sua decisão e tem o seu espectro de raciocínio.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – É só falar se é correto, sim ou não.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, inicialmente, as minhas imagens eu não liberei, porque elas faziam parte de um processo no STF, de acordo com o art. 20 do Código de Processo Penal. Como o inquérito estava sob sigilo, as imagens também estão sob sigilo. Quando o Cappelli assumiu, ele ligou para o Ministro, o Ministro liberou, e as imagens foram colocadas à disposição. As minhas imagens, elas também têm um período de validade, elas são automaticamente apagadas. Eu não sei as...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Está bom, sim.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... dos outros órgãos, porque...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: o Capitão Natale estava para o seu comando, o Capitão Natale, aquele que o senhor falou que, se o tivesse visto entregando água, o senhor tinha dado voz de prisão para ele?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Natale era subordinado à secretaria de coordenação e segurança presidencial; diretamente ao meu comando, não, eu nem conhecia o Capitão Natale, haja vista, Senador, que eu estava praticamente na minha primeira semana na gestão do ministério.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sim, então, eu queria chegar à parte para mim que é a principal, que aí a gente tira essa narrativa, tira essa idolatria, torcida, ideologia, que são pessoas que estavam ali, que o senhor acabou de...

Primeiro, eu quero fazer uma pergunta para o senhor: com tudo o que o senhor viu, o senhor acha que lá ia acontecer um golpe? Por tudo, pela experiência que o senhor tem, pelo currículo, ia acontecer um golpe?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, é uma pergunta extremamente difícil. A ação foi nos três Poderes...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Não é difícil. O senhor mesmo falou que nunca viu isso na sua vida.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Planalto é um dos Poderes, entendeu? Tinha que analisar. Tem inquéritos, na realidade, rodando aí que poderão dizer que houve ou não houve. Seria uma infantilidade eu dizer aqui: foi, houve golpe – taxativo – ou não houve golpe.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Não, não teve. Não teve golpe. Eu vou provar para o senhor, porque o senhor acabou de falar também que tinha pessoas...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, é o senhor que está dizendo, Senador.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor falou que tinha pessoas passeando aqui.

Agora, eu queria que mostrassem uma imagem para o senhor também, para a gente começar a separar o joio do trigo.

Se puder mostrar a imagem para mim, por favor. *(Pausa.)*

O áudio. Aumenta o áudio. *(Pausa.)*

Sem áudio não tem como mostrar, pessoal. *(Pausa.)*

Sem áudio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço que suspenda o tempo do Senador até que se consiga colocar o áudio no filme.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Vocês estão vendo isso aí, gente? Isso aí é golpista? Isso aí é golpista?

Sabe o que acontece? Muitos que estavam ali, que estavam recebendo água, como o próprio Magno Malta disse, a gente nem sabe se está preso. Agora, várias pessoas como essas, que estavam defendendo, querendo que não tivesse esse tipo de situação, estão presas. Você acha isso certo, G. Dias?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor tem... é fundamental aqui para poder tirar essas pessoas de tornozeleira, que estão usando tornozeleira. Isso é uma afronta à população brasileira. Tem um mineiro lá no meu estado que vende alface que está com tornozeleira, precisando trabalhar.

Agora, eu faço uma pergunta aqui... Porque estavam falando aqui: "Maria não vai com a outra". Deixe-me falar uma coisa para vocês aqui: o único que conseguiu fiscalizar a mente do ser humano se chama Jesus Cristo. Ele olhou para Pedro e falou para Pedro: "Você vai me negar três vezes". Ele falou para Judas: "Você vai me trair". Agora, nenhum ser humano aqui consegue fiscalizar a consciência da pessoa.

E sabe por que eu estou falando isso aqui? Porque me chamam para ir no especial lá do Cruzeiro e Atlético. Com a maior boa intenção, eu vou. Eles me chamam para ir lá, e tem cinco ou dez cretinos, vagabundos que quebram o Mineirão inteiro. Que culpa que eu tenho? Sabe o que tinha que fazer? Individualizar.

E você tem uma peça fundamental nisso para poder ajudar nisso, para que inocentes não paguem pelos pecadores, pois o senhor mesmo disse aqui: tinha pessoas que vieram para passear. Não vieram para dar golpe, não.

Então, tira essa canseira, essa idolatria, essa torcida de Cruzeiro e Atlético, Flamengo e Vasco, e começa a pensar nas pessoas que pagam o nosso salário aqui, tanto de esquerda quanto de direita. Que dia que vocês viram aqui eu xingar ou ofender alguém que é de esquerda? Que não votou em mim, que não me apoiou? Sabe por quê? Porque eu tenho vergonha na cara. Eu sei que eles são meus patrões e pagam o meu salário.

Então, é a mesma situação com essas pessoas que não concordam com a direita, com o bolsonarismo, com o patriota: comecem a respeitar essas pessoas, porque muitas dessas pessoas aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram enganadas. Pois o próprio G. Dias disse aqui: vieram para passear. Você quer prova maior que hoje de que teve inocentes?

Eu lhe peço G. Dias: se o senhor não puder falar aqui, na hora em que tocar o coração do senhor, vai lá no Ministro Alexandre de Moraes, vai no Flávio Dino: "Flávio Dino, teve inocentes. Tem muitas pessoas que foram enganadas, que estavam lá para passear, inclusive estavam defendendo o patrimônio público". Está aí a prova do vídeo. Está a prova do vídeo aí.

Então, não estou aqui de brincadeira. Desde quando eu entrei aqui, eu falei: eu vou defender inocentes. Esses canalhas que quebraram, que fizeram fezes lá dentro – que não são de direita, porque quem é de direita faz direito... A Ana Priscila não é de direita, ela é uma charlatona. Ela enganou um monte de gente. Quem é de direita faz direito! Eu faço direito aqui dentro, viu?

Obrigado.

E, novamente, quem ficar com raiva de mim vai orar que vai passar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, em permuta com o Deputado Rodrigo Valadares, mas, como não membro, fala por três minutos, o Cabo Gilberto, Deputado Cabo Gilberto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares, servidores desta Casa, senhor advogado André, advogada Marília, Dr. General G. Dias, Srs. Parlamentares, população brasileira, as imagens deixam claro o que o Senador Magno Malta colocou anteriormente, de fatos concretos: que o General G. Dias participou ativamente, de forma omissa, recebendo os manifestantes que quebraram a Praça dos Três Poderes, e nenhum desses, como o senhor falou, está preso até agora.

O Sr. General G. Dias dispensou, através de documentos, o Batalhão da Guarda Presidencial, quase 200 homens, 20 horas antes.

Não tinha programação do Presidente Lula para viagem ao Estado de São Paulo.

O senhor, General, entrou em várias contradições desde os seus primeiros depoimentos – são várias, várias, várias, várias –, inclusive, com falsificação de documento público enviado ao Congresso Nacional, Sr. Presidente. Isso é gravíssimo, isso é gravíssimo. Em contrapartida, toda a cúpula da segurança pública do DF foi presa e, inclusive, um Governador eleito em primeiro turno foi afastado, ao arrepio da lei. Em contrapartida, o senhor continua solto, junto com o Ministro Flávio Dino.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farsa. Não houve tentativa de golpe nenhuma. Não se dá golpe, Sr. Presidente, da forma como aconteceu aqui. Foram vândalos que depredaram o patrimônio público e precisa ser individualizada a conduta, como já falamos por diversas vezes.

O advogado falou com relação à OAB. Cadê a OAB – que defende os advogados, as prerrogativas – , lá na Papuda, lá na Colmeia, onde foram desrespeitados os advogados como nunca na história deste país?

E para finalizar, já que o nosso tempo é muito curto, Sr. Presidente, a Oposição acaba de entrar, com base no art. 129 da Constituição Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – ... que é o pai da ação penal no Ministério Público, através da PGR, a Oposição entra com o pedido de prisão do Sr. Ministro, ex-Ministro Flávio – do Flávio Dino, vai chegar também a hora dele –, do ex-Ministro General Gonçalves Dias por omissão imprópria, prevaricação, ação de ofício em interesse pessoal e obstrução de justiça quando, Srs. Parlamentares, população brasileira, falsificou, de forma dolosa, ofício enviado, relatório para esta Casa. Então a Oposição, de forma muito técnica – quero parabenizar todos os Parlamentares que assinaram, foram dezenas –, acabou de entrar na PGR com pedido de prisão do Ministro, ex-Ministro Gonçalves Dias, que agiu diretamente – só para concluir, Sr. Presidente, dez segundos –, agiu diretamente, com interesse pessoal...

Eu sei que V. Exa. não tem culpa nenhuma no cartório porque o senhor estava cumprindo ordem do desgoverno Lula, que agiu de forma... diretamente para ser beneficiado com a farsa do golpe de que estão falando, criando narrativas constantemente. Isso, sim, Sr. General, é narrativa. E, se a Justiça for correta, justa, V. Exa. vai ter seu pedido de prisão decretado pela Suprema Corte brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Semanas atrás, eu o alertei, Presidente, que esta CPMI poderia virar uma *pizza*, mas mudei de opinião. Acho que esta CPMI já serviu bastante, Sr. Presidente, inclusive, quando o Dino destrói as imagens para não enviar, debochando desta Casa e achando que aqui todo mundo é idiota para achar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Psiu! Pessoal!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... que as imagens foram apagadas. Eu acho que fica muito claro que ele assina sua culpa no cartório. Então, a gente ainda aguarda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o senhor não quer e não vai pedir um mandado de busca e apreensão, porque inclusive as imagens foram apagadas, mas o que mais chama a atenção é que, nessa palhaçada que Dino fez, algumas imagens – cinco câmeras – parece que chegaram. Aquelas, estava tranquilo, sendo que é a mesma empresa, mas as que nos interessam para mostrar a prevaricação dele, essas não apareceram. Então, a gente vai estar estudando para pedir também a prisão de Flávio Dino, junto à PGR, por omissão e obstrução da Justiça. E tenho certeza de que essa Presidência, que foi achincalhada pelo que Flávio Dino fez, vai concordar conosco nesse pedido.

Sr. G. Dias, o senhor tem a idade do meu sogro, então, para mim, é até complicado fazer qualquer inquirição, porque eu sei da sua trajetória, mas, com todo o respeito, eu vou lhe fazer algumas perguntas. Se o senhor se sentir apto a responder... Caso contrário, não tem problema.

Quem era o seu chefe, Dino ou Lula, quando o senhor estava no GSI? O senhor respondia a alguém: a Dino ou a Lula?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Eu fui convidado pelo Presidente para ser Ministro do Gabinete de Segurança Institucional. Então, vou um convite, e eu aceitei esse convite.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor respondia diretamente ao Lula, então; não respondia ao Dino.

A minha pergunta é: já está mais do que provado que o senhor recebeu 33 avisos de que poderiam acontecer os atos que aconteceram no dia 8. O senhor avisou alguma vez Lula ou Dino sobre essas mensagens que o senhor recebeu da Abin ou o senhor guardou só para si e não avisou ninguém?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Eu já...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – No microfone, por favor.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, eu já respondi isso, mas os 33... os 33 alertas, eles são do dia 2 até o dia 8. E lá na área de difusão tem um órgão subordinado ao Ministério da Justiça.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tá. Então, o senhor está me afirmando que esse órgão é subordinado ao Ministério da Justiça; a gente pode entender que Flávio Dino teve acesso a essas imagens. Então, Flávio Dino sabia, também recebeu de forma... Não é? Trinta e três vezes também. O senhor acabou de admitir, então, que Flávio Dino também recebeu essas mensagens porque fazia parte do Ministério da Justiça.

Eu acho que essa informação, colega Girão, é muito relevante, porque ela reforça a nossa tese de omissão de Flávio Dino. O General Gonçalves Dias acabou de admitir aqui que essas mensagens foram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviadas também para o gabinete onde Flávio Dino... Não é? Do Ministério da Justiça. Muito esclarecedor.

Obrigado, Gonçalves Dias.

O senhor mandou uma mensagem, abro aspas: "Vamos ter problemas" – fecho aspas –, pelo WhatsApp. Que problemas seriam esses? O senhor pode me dizer quais seriam esses problemas?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se o senhor olhar as mensagens (*Fora do microfone.*) ... Se o senhor olhar as mensagens, o senhor vai ter noção. E isso já foi respondido também.

Mas veja o seguinte, Deputado: quando ele falou isso às 8h, eu pedi para ele o telefone da Coronel Cintia. Liguei para a Coronel Cintia; a Coronel Cintia me disse que estava tudo normal, não tinha problema nenhum.

E a responsável por confecção do protocolo de ações imediatas é a Subsecretaria de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública do GDF.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor, ao chegar... Quando o senhor chegou, por volta das quinze e pouco – o senhor mencionou, não é? –, o senhor chegou a ver a Força Nacional estacionada ao lado do Ministério da Justiça? Porque, pra gente que conhece Brasília aqui, fica fácil de ver, não é?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor não chegou a ver?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Já respondi, Deputado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – É, impressiona, porque quem conhece Brasília sabe que, se o senhor estava no Planalto, tinha 214 homens, se não me falha a memória, e não ver realmente causa bastante espanto – da minha parte pelo menos.

O senhor acha que, se o senhor tivesse destruído provas, o que o senhor não fez... Até o que a gente sabe, o senhor não fez. Entregou seu WhatsApp, as imagens foram vazadas, inclusive o senhor foi o pivô desta CPMI. O senhor acha que quem destrói provas deve ser preso por obstrução da Justiça?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na realidade, Deputado, a pergunta do senhor é extremamente importante, mas a Justiça é que tem que responder.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi o seu advogado soprando que eu iria pedir do Dino, e realmente eu vou pedir do Dino. O Dino destruiu provas, ao contrário do senhor, que não destruiu provas. O senhor entregou provas. Não é? O senhor está concordando, inclusive.

O senhor acha... Então, se ele realmente destruiu provas para incriminá-lo, ele deve ser preso, na sua opinião? Flávio Dino deve ser preso, responsabilizado, por ter destruído e rido da cara destes Parlamentares que aqui estão, General G. Dias?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, a Justiça que tem que responder, não eu.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não, mas eu fiquei satisfeito quando o senhor balançou a cabeça, de forma afirmativa, porque eu acho que todo brasileiro de bem, que tem dois neurônios funcionando, sabe que Flávio Dino destruiu as provas. Isso ficou muito claro. Então, eu acho que não tem muito mais o que a gente esperar para pedir a prisão de Flávio Dino por ter destruído as provas.

Quando o Saulo Moura da Cunha veio até aqui, eu fiz uma pergunta pra ele, e eu gostaria de ouvir a sua versão, até para que a gente possa esclarecer. Eu pedi o seguinte pra ele... Ele afirmou o seguinte, General... Ele – abro aspas... O senhor afirmou, nas palavras dele: "Ele pediu para que o nome dele fosse retirado do relatório. Ele me pediu pessoalmente".

O senhor confirma que o senhor pediu para adulterar o relatório e, se pediu, foi pessoalmente mesmo ou o senhor mandou alguma mensagem ou algo do gênero?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu já respondi, Deputado.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Poxa, seu Gonçalves Dias, não custa dizer "sim", "não", mas tudo bem, a gente entende. O senhor deve estar cansado também.

Bom, reeditando uma fala que foi muito comentada aqui na CPMI, qual a sua patente, General, no Exército? *(Pausa.)*

É uma pergunta, General. Qual a sua patente?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – É General de Divisão...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ele já respondeu. Eu fui promovido a General de Divisão.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tá.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É o penúltimo posto na hierarquia do Exército Brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Como General, o senhor acha que seria capaz de liderar um exército em guerra? (*Pausa.*)

É bem simples a pergunta. "Sim" e "não".

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – "Sim" e "não", "sim" e "não".

Deputado, as circunstâncias, pelo nosso treinamento, poderão impor isso ou não, mas nós somos treinados, logicamente, para a guerra. Não somos treinados para tempo de paz.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tá.

Então, se o senhor diz que seria apto a liderar um exército na guerra, o senhor não foi apto, então, a coordenar as ações para defender os prédios aqui dos três Poderes. Então, eu estava entre a incompetência e a omissão, eu acho que o senhor, então, tem que... Eu endosso o pedido da oposição: o senhor tem que responder pelos seus crimes de omissão, prevaricação e obstrução da Justiça. E eu assinei o seu pedido também de prisão, porque eu acho injusto que, por exemplo, o Coronel Naime, que estava aqui brigando, esteja preso até hoje... Ele estava de férias, veio até aqui, está preso até hoje, foi ferido, está preso por omissão, e o senhor está livre, mesmo tendo mentido. Aliás, mentiu que acionou o Plano Escudo...

Inclusive, isso é um documento do Exército. E aí ou o Exército ou o senhor está mentindo. Então, o senhor fraudou, pediu para fraudar também documentos... Então, eu acho que nada mais justo que a lei valer pra todos. Se um coronel está preso, o senhor tem que estar preso também!

Obrigado, General.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito que é o Deputado Eduardo Bolsonaro, que não está presente.

Em seguida, o próximo orador é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

General Dias, meus cumprimentos – e à sua defesa aqui também.

General, uma pergunta primeira: seu antecessor era o General Heleno?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Do Governo Jair Bolsonaro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ao assumir, V. Exa., designado pelo Presidente da República, no dia 1º de janeiro, assume de pronto. V. Exa. afasta do GSI a Assessoria Parlamentar, a Assessoria de Comunicação e assessores adjuntos. Foram somente essas pessoas que foram afastadas do GSI naquele momento?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, são nove.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Foram essas nove pessoas, mas foram mantidos no GSI: a Secretaria de Coordenação, que era do Governo anterior; a Segurança Presidencial, que era o General Feitosa; o Secretário-Executivo, que era o General Penteado; o Secretário de Defesa e Segurança Nacional, que era o Brigadeiro Max; o Secretário de Coordenação de Sistemas, que era o Brigadeiro Silva...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Almirante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O Almirante Silva Gomes.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Esses todos pertenciam à equipe do General Heleno?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O Secretário-Executivo também foi mantido e pertencia à equipe do General Heleno.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Também fazia parte da equipe do General Heleno o Coronel André Garcia, Coordenação de Segurança de Instalações. Correto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Era da equipe anterior?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A reunião do... Ocorreu a reunião do chamado PAI, que é o plano de ação integrada, que costumeiramente ocorre quando tem previsão de atos em Brasília. Essa reunião do PAI... O GSI é sempre convidado. Correto?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Sempre é convidado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – No dia 1º de janeiro, na posse do Presidente Lula, o GSI foi convidado para essa reunião?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O GSI também foi convidado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E participou dessa reunião.

No dia 7 de setembro de 2022, pela informação que o senhor tem...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Pela informação que eu tenho, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O GSI também foi convidado pra reunião.

Na reunião que antecedeu 8 de janeiro, se não me engano, na quarta-feira, o GSI foi convidado para essa reunião?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – No dia 6, às 10h, não foi convidado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, o PAI, o plano de ação integrada, organizado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que deveria funcionar para prever os eventos do dia 8 de janeiro, reuniu-se no dia 6 de janeiro, três dias antes do evento, e não convidou o GSI e V. Exa.? É isso?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – E o Sr. André Garcia, que era do Governo anterior, subordinado diretamente ao General Heleno, e que se manteve nessa gestão, encaminha uma comunicação, envia uma curta comunicação ao Comando Militar do Planalto, dizendo o seguinte... Esta informação eu acho que é importante constar da CPMI. Encaminha informação ao Comando Militar do Planalto dizendo o seguinte: "Boa tarde, senhores. O SCP [referindo-se ao Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, General Carlos Feitosa Rodrigues] agradece o apoio dos dragões no dia de hoje. Pelotão de Choque pode ser liberado da prontidão".

E, entre outras medidas, na reunião do PAI do dia 6 de janeiro, estava previsto que não seria autorizada a presença de manifestantes na Esplanada dos Ministérios, decisão da reunião do PAI que claramente não foi cumprida. E aí não foi por V. Exa.; não foi cumprida, como todos sabem, pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Quero só destacar aqui: o Sr. André Garcia, herdado da gestão anterior, dispensa o batalhão dos Dragões, encaminha uma comunicação ao Comando Militar do Planalto, pedindo a dispensa do batalhão dos Dragões da Independência a partir da sexta-feira até o domingo, data dos eventos. General Dias, não era nem o senhor que deveria estar aqui; talvez, em função desses fatos, se se pode culpar o senhor de alguma, seria culpar o senhor de ter cumprido com os princípios constitucionais que as Forças Armadas lhe ensinam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Forças Armadas brasileiras – e a Constituição ensina – são dirigidas pelos princípios de hierarquia e disciplina, de lealdade não ao governante de então, mas de lealdade à Constituição da República e à sucessão presidencial que assim se seguir. Houve eleição legítima e houve a posse do Presidente da República no dia 1º de janeiro. O que ocorre, General Dias, se se pode culpar o senhor de alguma coisa, é culpar de ter acreditado que esses militares que aqui citei, da gestão do Sr. Heleno, da gestão do Sr. Augusto Heleno, que antecedeu a gestão do senhor, a sua gestão no GSI, iriam cumprir com os mandamentos constitucionais. General Dias, o senhor confiou nisso, o senhor confiou nisso. Estes Generais que aqui citei descumpriram o mandamento para com a Constituição. Se o senhor pode ser acusado de alguma coisa é de ter acreditado que alguns militares fascistas poderiam ser leais aos princípios da Constituição, de hierarquia e de disciplina.

Caminhando para o fim. General Dias, o senhor tem conhecimento de um grupo de militares existente dentro da estrutura do Exército chamada Forças Especiais, conhecida como "*kids pretos*"?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (*Fora do microfone.*) – Eu pertenço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O microfone.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Obrigado.

Eu fiz o curso de Forças Especiais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A palavra "*kids pretos*" é antiga. Eu fiz o curso de Forças Especiais nos idos de 1980, comandeí o antigo Destacamento de Forças Especiais, que é o embrião de hoje de Comando de Operações Especiais, mas eu não pertenço a nenhum grupo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.

Mas existe esse grupo específico de Força Especial?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu não sei. Eu realmente não sei porque eu não pertenço ao grupo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – O senhor tem conhecimento, tem informação sobre o General Adauto Lúcio Fernandes, que foi Diretor de Logística do Ministério da Saúde no Governo anterior?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Adauto é um conhecido de vista. Ele é Forças Especiais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem notícia de que ele tinha participado dos eventos do dia 1º de janeiro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Do Sr. José Plácido dos Santos e do Sr. Fernando Galvão e Albuquerque Montenegro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Os dois de nome eu conheço. Nunca servi. E são Forças Especiais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Esses dois são Forças Especiais. O senhor chegou a ter conhecimento das manifestações deles contra, incitando o Comandante do Exército a se levantar contra a Constituição e se levantar contra o Presidente Lula no dia 8 de janeiro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu li só através da imprensa; se eu não me engano, do Plácido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente.

O senhor tem conhecimento da utilização de técnicas utilizadas em Forças Especiais nas ações do dia 8 de janeiro?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na minha área, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pelo que o senhor chegou a ver, tentando, acompanhando os eventos, o senhor teve conhecimento, teve alguma informação desse...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na minha área, especificamente, eu não notei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente.

Sr. Presidente, essas informações eu creio que são importantes para dizer quem é que deveria estar aqui. Na verdade, com o seu depoimento aqui, cai a última das narrativas. Ah, resta uma narrativa: a narrativa de que o Presidente Lula viajou propositamente para Araraquara. O Presidente da República viajou para Araraquara – e V. Exa., inclusive, comunica e organiza, e esse documento está aqui nesta CPI, essa viagem no dia 5 de janeiro –, fez essa viagem, se deslocou para Araraquara para fazer algo que talvez não fosse muito comum para o Presidente anterior fazer: socorrer aqueles que estão aflitos, socorrer uma população que tinha sido vítima de uma tragédia. Tragédias desse tipo o Governo anterior não costumava... O Presidente anterior costumava debochar. Desde o 1º de janeiro, nós temos um Presidente da República que se sensibiliza com o sofrimento do outro.

Foi dito aqui várias vezes, General Dias, que o senhor foi lançado ao fogo. General Dias, se existe algum fogo, ele não é direcionado ao senhor. O senhor talvez...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A gente pode ter eventuais divergências, a gente pode dizer que o senhor pode ter sido inocente, que o senhor pode ter acreditado nos princípios constitucionais de hierarquia e disciplina, que não foram crentes e atuados por outros, mas a responsabilidade pelo que ocorreu foi daqueles que articularam e atentaram – e não tem outro nome para aquilo – a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro. Foi uma tentativa de golpe de Estado organizada, arquitetada, com eventos múltiplos, iniciada no 12 de dezembro, tendo sequência no 24 de dezembro, quando tentaram atear bomba aqui, e tentando culminar no dia 8 de janeiro. Ainda bem que não contaram com o comando do Exército Brasileiro e não contaram concretamente com os generais brasileiros, que, assim como V. Exa., são leais a quem deve ser, não é ao Presidente de plantão, são leais à Constituição da República.

A argumentação – e falo isso para concluir, Presidente – é tão fantasiosa que aqui mesmo, neste ambiente, a gente vê a contradição ululando. Ao mesmo tempo que dizem: "Foi uma articulação sua, G. Dias, foi uma articulação do Governo do Lula", ao mesmo tempo que dizem isso, por outro lado, outros dizem: "Mas tem que liberar aqueles que estão presos". Vejam aí a contradição em si que existe, a ausência de começo, meio e fim na argumentação que existe.

A sua presença aqui coloca em debacle a última narrativa argumentativa que existiu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Arthur Maia.

Quero também dar as boas-vindas aqui ao General Gonçalves Dias, ao advogado André, à advogada Marília.

Olha, graças àquelas imagens da CNN... E a gente tem que saber que o senhor foi uma peça fundamental, porque estava lá no local do crime, não com essa firmeza que o senhor está demonstrando aqui, inclusive no tom de voz – eu acho que eu ouvi até um colega dizendo que, se o senhor tivesse feito isso lá naquela hora, muita gente teria corrido dali –, com a sua equipe, a sua equipe distribuindo água de uma forma muito tranquila, como se estivesse recebendo em casa convidados, que são os invasores. Graças àquelas imagens de uma emissora internacional com sede no Brasil, nós estamos vendo esta CPMI acontecer.

E está acontecendo, Senadora Damares, uma catarse aqui. Muito importante isso, porque a gente está vendo o jogo bruto e sujo do Governo Lula desde o trabalho para não instalar esta CPMI – a mídia diz –, comprando Parlamentares com dezenas de milhões de reais de emendas para retirarem as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinaturas. Quando surgiram aquelas imagens, não adiantou a oferta de cargo, não adiantou nada: foi instalada a CPMI.

E aí o que o Governo Lula fez? A gente não pode esquecer, a gente tem que lembrar isto, Deputado Filipe Barros: sequestrou, tomou de assalto um instrumento típico, típico histórico da minoria, da oposição, sufocando a oposição.

E o Ministro Dino, que tem muito a explicar a esta CPMI, faz gato e sapato da gente aqui, porque aprovamos, por unanimidade, para entregar as imagens, e ele empurra com a barriga, vai entregar depois que o STF autoriza – como se a gente dependesse, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de STF –, e entrega duas imagens de 92 câmeras. A pressão continua, e agora ele entrega mais cinco, e duas repetidas com imagens laterais que não têm absolutamente nada a ver. É um jogo de esconde-esconde, que a população está vendo e da qual está tirando as suas conclusões. Isso é muito importante.

Pedi perícia, Sr. Presidente, pedi – tem requerimento meu, pedindo perícia nessas imagens – o contrato do Ministério da Justiça com a empresa que faz a gestão dessas imagens, porque a gente não pode deixar um defunto na sala.

Agora, eu peço à Secretaria que exiba um vídeo que a gente colocou aí mais cedo, por favor, porque eu quero fazer as perguntas pro Ministro Gonçalves Dias.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – A imagem está ruim, Presidente. Peço para...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Pois é, como a gente pode ver, General, como a gente pode ver, as contradições são muito grandes, do General Dutra com o que o senhor disse. Hoje o *Metrópoles* colocou uma matéria dizendo que, à frente do GSI de Lula no 8 de janeiro, Gonçalves Dias mentiu 11 vezes, em depoimento à Polícia Federal. Mas eu estou intrigado, aqui, com essa questão da quantidade de pessoas que estavam lá no Palácio do Planalto, porque, entre os dias 6 e 7 de janeiro, o senhor não aceitou a oferta de reforço da tropa feita pelo General Dutra. Por que, General Gonçalves Dias, o senhor não aceitou a oferta de tropa do General Dutra na véspera dos ataques? *(Pausa.)*

É uma pergunta: por que o senhor não aceitou?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Quem faz esse planejamento de emprego de tropa no Plano Escudo do Planalto é a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial. O Plano Escudo do Planalto tem, no seu conceito de operação, quatro linhas: as duas primeiras linhas são de contenções da Polícia Militar; a terceira linha fica sob a égide do GSI; e a última linha, na realidade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu entendo...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – ... é a tropa do CMP.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu entendo, mas ele lhe ofereceu reforço.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O Plano Escudo do Planalto foi ativado – eu passei a documentação para a Relatora –, ele foi ativado no dia 6.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Ele foi ativado no dia 6.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Na ativação do Plano Escudo do Planalto, foi pedida ao Comando Militar do Planalto uma companhia, um pelotão para ficar de prontidão dentro do Planalto e dois de prontidão lá no CMP. Esses dois que ficaram de prontidão no CMP foram acionados quando rompeu lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá, perfeito.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – E, quando cheguei, às 14h40, Senador, eu liguei diretamente... Talvez aí haja uma confusão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quando já estavam quebrando tudo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – É...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quando já estava, quando já estava consumado, mas eu lhe pergunto: quantos homens o senhor tinha de segurança no Palácio do Planalto no dia 8?

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ao total, 135.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor respondeu um pelotão aqui mais cedo.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Não, o senhor tinha... O senhor tem 49 homens. Da Coordenação Geral de Segurança de Instalações, o senhor tem 46 homens do RCG e mais 38 homens...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Estavam todos lá?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Quando houve o rompimento do bloqueio lá, estavam todos lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas mais cedo, não? Porque o senhor tinha informação, desde sexta-feira, de que o objetivo era destruir fisicamente as instituições. O senhor recebeu 33 alertas da Abin. Na sexta-feira, às 19h40, o senhor já tinha essa informação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Senador, eu não recebi 33 alertas. Os 33 alertas da Abin que o Saulo fala são desde o dia 2 até o dia 8.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu sei.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se o senhor verificar, são 11 alertas que eu recebi no meu telefone, que foram conversas particulares dele comigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá. Mas confere que o senhor recebeu, às 19h40, o senhor tomou conhecimento no seu celular, da Abin, que o objetivo era destruir o patrimônio público, às 19h40, da sexta-feira?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Que havia possibilidade de risco...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E por que o senhor não acionou as outras guardas?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Estavam acionadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não, não estavam. Onde é que estava aqui, por exemplo, o Regimento de Cavalaria de Guardas, o Esquadrão de Cavalaria Mecanizado? Onde é que estava o batalhão que foi desmobilizado horas antes do ataque? O senhor não é o chefe? Por que o senhor não tomou essa atitude?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – O senhor tem uma coordenadoria que cuida disso. Se o plano...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas é... Fica difícil, Presidente...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Se o plano está acionado, Senador, logicamente o senhor tem ali a possibilidade de uma análise de risco de pedir mais tropa ou não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente, então, para encerrar, fica difícil... Colocar a culpa sempre nos subordinados, fica difícil. Inclusive, eu sou um dos signatários desse pedido de prisão à PGR, e vários colegas. Eu acho que nós não podemos ter dois pesos e duas medidas.

A Polícia Militar do DF, para mim, teve responsabilidade sobre o que aconteceu, mas a omissão do Governo Lula foi flagrante e a gente não pode fechar os olhos para isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, já os não membros, muito embora ainda tenha um membro para falar por último, que trocou a sua vaga, que é o Deputado Rodrigo Valadares. Mas agora, pela inscrição, é o Deputado Marcel van Hattem, pelo tempo de três minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares aqui. Assistimos mais esta reunião da CPMI, e eu confesso que parece que não precisa mais ter Comissão Parlamentar de Inquérito, porque está bastante claro aqui, fora, obviamente, as manifestações mais... Até me perdoem a palavra, mas, às vezes, até teatrais feitas de parte a parte. Me parece que está muito claro que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi algo que beneficiou o Governo Lula para impedir que houvesse oposição depois, nos moldes daquilo que aconteceu em fevereiro de 1933, na Alemanha nazista, quando botaram fogo no Reichstag e perseguiram depois milhares de opositores ao regime nazista. E ali foi quando o Hitler conseguiu manter o poder com mais força. Todo mundo conhece a história. O General Dias certamente conhece muito bem essa história.

General Gonçalves Dias, eu faço essa reflexão aqui, porque me parece, pelo que eu estou ouvindo de todos – e tenho esse privilégio de ser um dos últimos a falar, apesar de ser por tão pouco tempo –, que V. Sa. está sendo bode expiatório aqui, enquanto outros aí deveriam estar pagando pelos seus pecados ou crimes muito mais do que o senhor. Eu me refiro, por exemplo, ao Flávio Dino, o Ministro da Justiça. E V. Sa. já concordou há pouco, inclusive, que ele destruiu provas ao passo que o senhor não destruiu provas.

Em abril... Veja bem, em abril a CNN teve acesso às imagens do GSI. Foi mais de dois meses depois. Esse papo de 15 dias que apagam as coisas, bobagem. A Relatora, aliás, que muitas vezes faz perguntas nada a ver, é sobre vacina, é sobre joia, nada a ver com o tema daqui, aqui ela foi bastante incisiva nos questionamentos a V. Sa.

Aí eu pergunto ao senhor se o senhor não acha que talvez o senhor esteja... Apesar de concordar – e, graças ao Novo, o senhor também está sendo investigado agora – que o senhor tem responsabilidade grande nisso...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... o senhor não acha que, perto da responsabilidade dos outros, o senhor está sendo injustificado?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Deputado, eu não tenho essa noção, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor se considera próximo do Presidente Lula?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – General do Lula.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Fiquei oito anos. Cumpri a missão que o Exército me deu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor não é próximo dele? Não tem amizade com Lula?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Eu tenho amizade, mas nunca fui próximo do Presidente Lula.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor fala... Há quanto tempo o senhor não fala com Lula?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Hoje de manhã.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Ô...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor falou a última vez com o Lula quando? É uma pergunta fácil.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, obrigado, mas eu não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu gostaria que o senhor respondesse. É importante saber se o senhor é próximo ainda do Presidente Lula. (*Pausa.*)

Parece-me muito grave, Sr. Presidente. É o calor. Não respondeu. Pode ter falado ainda hoje de manhã. E por isso que eu digo que V. Sa. aqui, com certeza, sob o ponto de vista da investigação que está sendo feita, pode estar sendo usado – e, na minha opinião, está sendo utilizado – como bode expiatório. E não se engane, porque, nesses momentos, todos os demais se safarão, e talvez V. Sa. seja o único a pagar, em desproporção, perto da responsabilidade, da omissão e da ação que outros tiveram ao longo desses últimos meses, para, inclusive, encobrir e acabar com as imagens, Presidente... Esgotou meu tempo já. Acabar com as imagens do Ministério da Justiça. É um absurdo isso!

Não importa, Sr. Presidente, que estivesse no contrato. Acontece uma invasão na sua casa, Presidente, a primeira coisa que o senhor vai fazer – ou na casa dos vizinhos – é pedir para preservar todas as imagens, guardá-las; o que me parece que o Ministro Gonçalves Dias fez. Mas Flávio Dino veio aqui, debochou de V. Exa., da Comissão e de todos os Deputados e Senadores, ironizando, dizendo que estava no contrato. Ele, sim, Flávio Dino, precisa pagar pelos seus crimes e precisa ir para a cadeia, assim como tantos outros, não aqueles cuja vida o Senador Randolfe fez questão de estragar, colocando-os na cadeia injustamente, e que agora pagam ainda com tornozeleiras, de forma injusta, pelo não crime que cometeram.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o próximo orador inscrito, pelo tempo três minutos, o Deputado Abilio Brunini.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Não sai, não, Presidente. É pro senhor que eu quero falar.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Filhinho do papai.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Sai, não, Presidente.

Presidente, eu tenho um carinho muito grande pelo senhor. *(Risos.)*

Então, Presidente... Eu tenho um carinho muito grande pelo senhor. Eu sei que senhor está no banheiro, mas se o senhor puder me ouvir pelo banheiro... *(Risos.)*

Presidente, sempre que o Flávio Dino te ridicularizar na imprensa, pode descontar em mim, Presidente. Desconta em mim. Quando o senhor não tiver mais o poder de ir lá pegar as imagens, briga comigo, Presidente. Pode vir aqui! Briga comigo! Quando o senhor não puder brigar com alguém da esquerda aqui, mandando embora alguém que está xingando, brigando, me manda embora, Presidente. Pode mandar!

Eu sou aqui o bobo da corte, Presidente, o Shrek, o Presuntinho, o palhaço, o filho do G. Dias. *(Risos.)*

Quando o senhor não puder brigar com ninguém – está todo mundo filmando –, briga só comigo. Só eu, só o meu celular é o problema, Presidente. Todos os outros que estão filmando não têm problema, não, mas o Abilio, Presidente, filmando, que vergonha! Cinegrafista... Um Deputado aqui vale menos do que um cinegrafista. Briga comigo. Presidente, se o senhor tiver que deixar alguém por último, me deixa. Se o senhor ficar com raiva de alguém, desconta em mim, Presidente. Eu estou aqui para isso, eu sou seu amigo.

Eu quero que o senhor, sempre que estiver zangado com alguém, não desconte em ninguém, não; desconte em mim. Eu já estou acostumado, já não é a primeira sessão – todas as sessões. Vai se um prazer, na próxima, o senhor brigar comigo de novo. O carinho que eu tenho pelo senhor não vai deixar essas coisas abalarem nossa amizade e nosso relacionamento. Está bom?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Se tiver alguém brigando aqui, Presidente, alguém xingando, cuspiando, qualquer coisa, bota a culpa em mim – sou eu. Até mesmo se o senhor...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... tiver que culpar de alguma coisa aqui, sou eu, Presidente, estou pronto. Não precisa me dar tempo, não precisa me dar oportunidade de fala. É o Abilio o problema desta CPMI; não é o senhor, que conseguiu as imagens, ou o Flávio Dino que está te enganando. Não, sou eu; eu é que sou o culpado.

Então, eu quero agradecer ao senhor por todas as vezes que eu saio no *Metrópoles*, no *Antagonista*, nos *sites* de notícias, porque o senhor me lembra, o senhor lembra de mim, e eu fico muito orgulhoso disso. Todas as vezes que algum *site* tenta me ridicularizar por estar filmando aqui: "Poxa, que vergonha, filmando essa sessão tão organizada, tão arrumadinha, tão bem apresentada, uma sessão digna do Congresso!". A culpa é minha. É porque, se não sou eu filmando aqui, como o povo vai ficar sabendo o que está acontecendo aqui? Só pelo *G1*, só pela *Globo*.

Então, Presidente, quando o senhor tiver que culpar alguém, lembra de mim. Meu nome é Abilio. Obrigado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Fora do microfone.) – Serve para ser o seu pai?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Serve, serve para ser o meu pai. Está quase sem cabelo igual a mim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Fora do microfone.) – Obrigado, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – O último orador... Ainda tem?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA. Fora do microfone.) – Tem o Sargento...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Sargento...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA. Fora do microfone.) – Sargento Rodrigo Valadares, que trocou. Então, três minutos; aqui são dez.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Sargento Gonçalves tem três minutos, não membro; depois, o Deputado Valadares, que tem dez minutos.

Dessa vez, Abilio não foi o último.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Gonçalves, G. Dias, senhores advogados, Srs. Senadores, pares Deputados Federais, fico muito honrado em estar acompanhando a forma como homens e mulheres de bem que estão aqui tentam buscar, estão lutando em busca da verdade.

Sr. Presidente, eu tenho 18 anos de Polícia Militar, sou Sargento da Polícia Militar, Sr. General. Desses, muitos deles foi no batalhão de polícia de choque, e muito me espanta... E eu queria, de repente, até saber qual a doutrina em que o senhor encontrou essa possibilidade de o comandante da tropa estar transitando livremente, tranquilamente, entre terroristas perigosos, que queriam tomar o poder da nação.

Eu confesso: não cheguei a ser um general, não sou um operações especiais, mas a doutrina que conheço de controle de distúrbio civil, em nenhuma parte dessas doutrinas encontrei essa possibilidade de um integrante de uma tropa, inclusive de um comandante da tropa, estar transitando livremente entre sujeitos tão perigosos, como assim diz a esquerda, nessa falsa narrativa que tentam colocar sobre essas pessoas. Mas o senhor estava lá.

Tentaram esconder as imagens, falando sobre sigilo, mas as imagens foram vazadas. Surgiram as imagens em que o senhor, general de Exército, estava lá, transitando. Pessoas ligadas lá da sua equipe, que o senhor comanda, mas que o senhor diz que não era competência sua de acionar, e eu não consigo imaginar como é isso, também, a condição de militar... Se tem um comandante, se o senhor poderia, estava no cargo mais elevado de chefia, poderia estar no centro de gerenciamento de crise, que era o de se esperar, mas o senhor estava desarmado, no meio da turba. É muito estranha essa doutrina, e confesso que desconheço.

Sr. General G. Dias, uns preferem o bem-estar à honra. Acredito que o senhor fez o juramento de proteger a bandeira, diante da bandeira, e jurou proteger a pátria, mas preferiu defender este Governo, que é símbolo de corrupção, e o seu amigo também, pessoal, o Ministro Flávio Dino. Infelizmente, estes que não estão preocupados com a sua cabeça, com a cabeça de V. Sa.

Para finalizar, que o tempo já está findando, *Yahweh-Tsidkenu*: o Senhor é a nossa justiça.

A minha oração, nesta tarde, neste início de noite, é que o espírito de justiça possa pairar neste local; que possa ocupar o coração dos Srs. Senadores e Deputados, que fazem parte, como membros titulares ou suplentes, desta Comissão; que a justiça seja posta à tona; que a mentira caia por terra; que as pessoas, milhares de pessoas, General G. Dias, que estão sendo injustiçadas, que estão sendo taxadas de criminosas, de terroristas, que estão usando tornozeleiras, que estão com suas liberdades cerceadas, que essas pessoas possam ser alcançadas pela Justiça.

"Fui moço, hoje sou velho, mas nunca vi um justo sem respostas". Essa tem sido a nossa oração...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) – ... e creio que Deus trará justiça sobre a vida dessas pessoas.

Deus salve a nação brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Valadares.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Toda honra e toda glória ao Senhor dos Exércitos. Eu quero declarar que esta CPMI pertence ao Senhor Jesus.

Eu queria pedir para o pessoal da técnica, antes de eu começar, só para filmar a mesa, por favor. Já está filmando. Amplia essa imagem, por favor. Amplia aí um pouquinho, por favor. Mostra a mesa inteira, se for possível.

Existe um filme, que é *Apertem os Cintos... O Piloto Sumiu!*. Esta CPMI é: "Apertem os cintos... A Relatora sumiu".

A tarde inteira, a Relatora mal apareceu aqui. Eu quero saber como é que uma pessoa vai formar o seu convencimento, numa inquirição tão importante, com perguntas tão importantes, se ela nem aqui passou. Uma Relatora que mais pareceu um advogado de defesa. Trabalhou, inclusive, muito melhor, com todo o respeito, do que a banca, porque ela foi a melhor amiga do General.

Dito isso, Sr. General, eu quero fazer das minhas palavras a palavra do Senador Jorge Seif e também do Marcon. Eu não irei me dirigir à pessoa, ao pai de família, possivelmente avô; eu irei me dirigir ao ex-Ministro, ao General. E peço que, caso ofenda o senhor, no calor da emoção, que o senhor desconsidere. Não é pessoal, é em relação à sua posição.

Pegou muito mal, Sr. General, hoje mais cedo, a ausência das respostas a muitas perguntas, inclusive perguntas importantes do nosso colega Deputado Nikolas Ferreira. Foi acusado que foi pelo desrespeito, pela emoção que o senhor não pôde responder. Eu quero aqui dar uma oportunidade, dentro do meu tempo, para que o senhor possa responder às perguntas do Nikolas. Eu separei aqui as mais importantes: o não ativamento do Plano Escudo; o papel do GSI no Plano Escudo qual é; o ativamento tardio do plano, apenas com uma linha; e as medidas tomadas no internato do Palácio do Planalto. Se o senhor quiser responder, Sr. General, eu faculto aqui mais uma vez a oportunidade. (*Pausa.*)

Dei oportunidade. O senhor deseja responder ou não? Estou fazendo uma pergunta.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Ele estava conversando com...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Dá para o senhor repetir? Desculpe, Deputado.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu peço, Sr. Presidente, que possa acrescentar meu tempo, porque eu utilizei mais de um minuto fazendo as perguntas e simplesmente o General estava batendo papo, que eu acho que é mais importante do que escutar um Deputado aqui membro desta Comissão.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Não é do Governo!

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Mais uma vez, Sr. General, eu estou dando oportunidade de o senhor resolver dentro do meu tempo – peço que acrescentem um minuto – às perguntas do Nikolas, que ficaram sem respostas, perguntas importantes para esta Comissão. Por exemplo, o não ativamento do Plano Escudo, o papel do GSI no Plano Escudo qual é; o ativamento tardio do plano, apenas com uma linha; e as medidas tomadas no Palácio do Planalto. O senhor deseja responder às perguntas que o Nikolas fez?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado Valadares, essas perguntas todas que o senhor está me fazendo já foram respondidas.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Na verdade, o que eu mais escutei aqui foi: o silêncio diz muito mais sobre o senhor do que sobre mim. Foi o que mais nós escutamos aqui.

Tem um tuíte de hoje do Flávio Dino em que ele diz assim: "Fui juiz federal por 12 anos. E sempre dizia aos acusados: o interrogatório é um momento precioso para a autodefesa. Poucos abriam mão desse direito. E quando o faziam, era em razão da avaliação deles de que falar era pior do que calar. A experiência sempre ensina muito". Quem falou isso – foi hoje – foi o Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça.

Sr. Ministro, Sr. General, eu quero fazer uma pergunta aqui ao senhor. Hoje, saiu uma matéria do Cappelli, o jornalista, não é o outro Cappelli, com 11 mentiras que o senhor contou na Polícia Federal. Só hoje, nós conseguimos, pelo período da manhã, já outras mentiras. O senhor afirmou que não usou WhatsApp; o senhor afirmou que não recebeu alertas, e está aqui: 43 horas de alertas enviados; o Governo que ativou o Plano Escudo; o senhor disse que não pediu pra retirar o nome dos documentos da Abin; que não ajudou na invasão do Palácio do Planalto; a ANTT...

Peço aqui que possam...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – A ANTT que não comunicou ao GSI questão dos ônibus e caminhões; a Abin que monitorava os acampamentos no quartel. Diversas mentiras que foram contadas a mais pelo senhor aqui hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o Governo, a bancada do Maranhão, a bancada dinista, acabou com o senhor; chamou o senhor de ingênuo, de omissor, de incompetente. Foi o próprio Governo que fez isso, não fomos nós.

E a pergunta que eu quero fazer ao senhor: o senhor tem mais medo de ser preso pelas mentiras ou pela omissão? *(Pausa.)*

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado. Eu não tenho medo de ser preso.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Sr. General, há 15 dias, sentou um *hacker* da Shopee bem aí onde o senhor está, e eu disse que cada semente do mal que ele estava plantando ele iria colher. Na outra semana, ele saiu condenado a 20 anos de prisão.

Deixe-me dizer o que vai acontecer com o senhor. O Sr. Flávio Dino se tornou muito grande para ser sacrificado, e, tal qual ele, que é comunista, e muitos comunistas fazem – e o senhor é um General melancia, que é verde por fora e vermelho por dentro; está aí com sua gravatinha vermelha para ostentar a sua ideologia –, o senhor será sacrificado tal qual... O senhor será sacrificado...

Eu peço aqui que o advogado possa parar de interferir, eu já fiz a questão de ordem.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu tenho liberdade, eu tenho liberdade! Eu sou Deputado, eu tenho liberdade de falar! O senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, Deputado...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – O senhor desrespeitou esta CPMI o dia inteiro, e a senhora não me mande calar!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Doutor...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu sou um deputado e estou aqui fazendo o meu papel.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – O cidadão brasileiro gasta muito tempo com esta CPMI!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, Deputado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Vocês respeitem esta CPMI!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, Deputado...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Respeitem esta CPMI!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, Deputado... Doutor...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu estou sendo cerceado em minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Sim, Eu vou repor o seu tempo, dois minutos. Queria pedir ao doutor aqui, o...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu nunca vi isso!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Não! O senhor está interferido. É um desrespeito isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Um minutinho, um minutinho. Eu vou repor o seu tempo. Pedir ao doutor que...

O SR. ANDRÉ LUÍS CALLEGARI (Fora do microfone.) – Eu me dirigi a V. Exa.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Já fiz uma questão de ordem sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Mas vamos tocar o...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – ... e o advogado continua desrespeitando. Isso é um absurdo.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – É, eu vou pedir ao Deputado para continuar. Eu vou repor o seu tempo e vamos...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – O complicado é que a gente perde o fio da meada do General melancia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, General melancia, o que vai acontecer com o senhor? O Sr. Flávio Dino ficou muito grande para ser sacrificado.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Quem vai ser sacrificado, infelizmente, é o senhor. O senhor vai ser utilizado como bode expiatório.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, é porque está no *habeas corpus* do Supremo tratar o depoente com humanidade.

Eu peço a V. Exa., para que a gente possa manter o ritmo dos trabalhos sem...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu fiz uma constatação ideológica apenas – ideológica –, não ofendi a pessoa dele. Eu disse qual a ideologia que ele professava, que está clara. Ponto. Agora, é crime... O Ministro dele, que ele está salvando por ser bode expiatório, é comunista declarado. Eu o estou chamando de comunista, porque ele é, como boa parte dessa cúpula do Exército, que está batendo continência para bandido!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – O que é isso, rapaz!?

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Que está batendo continência para bandido!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Chegamos ao cúmulo...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Esse não é o Exército Brasileiro, o Exército de Caxias. Esse é o Exército que está preocupado em se aposentar e em crescer na carreira servindo café. É isso que está acontecendo.

Por isso que Sete de Setembro, minha gente, Sete de Setembro é #fiqueemcasa, porque ninguém vai prestigiar essa cúpula nefasta e comunista.

E o senhor será entregue de bandeja. O senhor, infelizmente, já é um morto-vivo. A sua cabeça já está na bandeja. Cadê o Governo aqui para protegê-lo? Cadê a tropa dinista para protegê-lo, que representa 12,5% do Senado e 25% dos Deputados aqui? O senhor será entregue. E eu lhe faço uma reflexão: a delação está aí. Aproveite...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Lula que mandou...

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – ... porque senão as mesmas velhinhas que estavam lá rezando o terço, as mesmas velhinhas que estavam orando, que ficaram seis meses presas – e eu conheci uma hoje... Pode ser amanhã o senhor. Pense nisso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Estou repondo seu tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu queria saber o critério da Mesa, Presidente, porque chamar de melancia é ofensivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas chamar de comunista pode? Quer dizer que comunista não é ofensa para o General, mas chamar de melancia é.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Eu estou repondo o seu minuto.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Ele vai passar para mim o tempo.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE) – Eu passo para o Deputado Prof. Paulo Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Reponha um minuto aqui para o Deputado Paulo Fernando.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas advogados... Marília é o nome da minha filha.

Sr. General, considerando o regulamento militar do Exército, a sua antiguidade, o alto posto que o senhor ocupa, eu pergunto se o comandante da Força Nacional em situação comum, no dia a dia, deve prestar continência ao senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Deixe ele responder...

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS (Para depor.) – Cada um sabe o seu regulamento. Se ele achar que deve fazer de acordo com o regulamento dele, ele faz; se não achar, não faz.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

E, numa situação de emergência nacional como no dia 8...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – ... se esse comandante com as tropas inertes no estacionamento do Ministério da Justiça recebesse uma ordem do senhor, ele deveria, ele teria o dever de obedecê-lo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – Deputado, ele tem uma subordinação.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Nós recebemos aqui o Ofício 1.364 do Ministério da Defesa, do General de Divisão Francisco Humberto Montenegro Junior, que diz que, para fins de esclarecimento, cumpre destacar que as obras empregadas no Palácio do Planalto não haviam sido acionadas previamente pelo GSI, conforme prevê o plano de operações. O senhor aceitaria fazer uma acareação com o General Francisco Humberto para dirimir essa dúvida?

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A decisão não é minha, a decisão é da CPMI.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Tá.

E o senhor aceitaria fazer também uma acareação com o General Dutra? – que diz que gostaria de enviar a tropa, e o senhor não aceitou.

O SR. MARCO EDSON GONÇALVES DIAS – A decisão não é minha, é da CPMI.

O SR. PROF. PAULO FERNANDO (REPUBLICANOS - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Bem, antes de encerrar a sessão, são três minutos...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – ... para a situação, e três minutos para a Oposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – São cinco minutos.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem! – sou o Deputado André Fernandes.

Sr. Presidente, é costume nesta Casa, ao final de todas as sessões, termos aquele tempo, não é? São cinco minutos para a Oposição e cinco minutos para o Governo. Entretanto, como já falamos aqui durante todo o dia, não ficou na CPMI um governista sequer para usar esse tempo, que geralmente em outros depoimentos, outras inquirições é disputadíssimo, esse tempo. Tem governistas aqui que ficam – dez, quinze – até o final da reunião, e hoje o que eles julgaram ser tão importante na vinda do G. Dias, não ficou sequer um governista para defendê-lo. Eu não sei, se for o caso, de repente transferir esse tempo para um outro Parlamentar, porque nós estamos aqui querendo inquirir, usar o tempo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Eu queria comunicar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Eu posso me inscrever, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Quem vai falar pela Oposição, é o Deputado Filipe Barros, para quem vou passar a palavra.

O Senador Randolfe se retirou e me comunicou que a esposa dele está passando mal, e ele então saiu em socorro da esposa. Então, não havendo representante da situação, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para expor.) – Sr. Presidente, o que nós vimos hoje, desde a manhã até agora, quase 7h da noite, é o cometimento do pior tipo de conduta militar, que é fugir das suas responsabilidades, que é incriminar outros colegas, quando, na verdade, ele próprio é que deveria assumir o seu papel e as suas responsabilidades. O que nós vimos hoje durante o dia inteiro foi o Sr. Gonçalves Dias ora atribuir culpa ao Alto Comando do Exército Brasileiro, ora atribuir culpa aos seus subordinados, aos seus comandados, logo ele, um General três estrelas, que já havia sido ministro em outras ocasiões.

Assuma suas responsabilidades, General. Bata no peito e diga que você, que V. Exa., que o senhor não quis fazer a troca dos assessores que estavam no GSI, ao invés de culpá-los. Diga que a responsabilidade era sua. Diga que a responsabilidade era sua, inclusive em acionar o Plano Escudo, que não foi acionado.

Então, o que nós vimos aqui, Sr. Presidente, é o pior crime que pode existir no Código de Ética militar. Mas para além da falta de ética militar promovida pelo Sr. Gonçalves Dias, nós vimos, ao longo desses últimos meses, o cometimento de crimes comuns. Desde o dia 5 de janeiro, o Sr. Gonçalves Dias sabia daquilo que poderia acontecer no dia 8. Nós mostramos aqui, ao longo da tarde, as mensagens trocadas por ele e pelo Saulo, ex-chefe da Abin, mensagens essas que ele falsificou ao mandar o relatório para o Senado Federal. Primeiro crime: falsificação de documento público.

Mas tem mais: ele sabia das informações, daquilo que poderia acontecer no dia 8 de janeiro, desde o dia 5, e ele não convocou o Plano Escudo. Quem disse isso não fui eu, não foi o Senador Girão, Deputado André Fernandes, quem disse que Gonçalves Dias não acionou o Plano Escudo foi o gabinete do comandante do Exército Brasileiro. Não convocou o Plano Escudo, limitou-se a dizer "vamos ter problemas", e sumiu, não fez mais nada! Portanto prevaricou. Segundo crime: prevaricação.

É por isso, Sr. Presidente, que todos nós da oposição, nesta CPMI, protocolamos agora, no final da tarde, ao Procurador-Geral da República, um pedido de prisão preventiva do Sr. Gonçalves Dias, pelo nítido cometimento de crimes ao longo desses últimos meses. A própria imprensa já tem repercutido as mentiras, mentiras, mentiras ditas pelo Gonçalves Dias à Polícia Federal e que ao longo do tempo foram sendo desmentidas. As mudanças de versões que Gonçalves Dias disse para a Assembleia Legislativa do Distrito Federal, depois para esta CPMI, para a Polícia Federal... A mentira tem sido a tônica de Gonçalves Dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crimes foram cometidos e nós pedimos então, no final dessa tarde, a prisão do Sr. Gonçalves Dias. E aqui, Sr. Gonçalves Dias...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... no meu primeiro mandato, eu ouvi o seguinte: "o mais besta aqui é Deputado Federal". Ninguém acredita na tua versão, todo mundo sabe que o senhor falou com Lula, entre o dia 5 e o dia 8. O senhor não quis responder à pergunta do Deputado Marcel van Hattem, quando foi a última vez, mas nós sabemos que o senhor tem falado frequentemente com Lula. Talvez tenha até falado hoje. Então, o senhor pode até enganar um colega, outro colega, mas nós, o senhor não engana. E hoje ficou muito claro que as suas diversas versões e narrativas estão sendo paulatinamente desmontadas e que a mentira que o senhor tem dito não vai prevalecer.

A prisão é o caminho, se nós formos seguir a tônica de outras pessoas que, por muito menos, estão presas, é o único caminho possível para o Sr. Gonçalves Dias.

E aqui, para finalizar, Sr. Presidente, fica mais uma vez o questionamento feito pelo Prof. Paulo Fernando: aceitaria ou não aceitaria uma acareação com os seus subordinados que você tem responsabilizado?

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES. Fala da Presidência.) – Encerrada a palavra do Deputado Filipe Barros, comunico que a próxima reunião será no dia 12, segundo a Mesa.

Coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Pergunto se o senhor gostaria de...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Presidente, Presidente!

Presidente, só um registro para constar na ata: o pedido de prisão do Sr. G. Dias foi assinado por 25 Parlamentares.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – É importante isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Está registrado na Mesa.

Não havendo mais nada a ser tratado, agradecendo ao General G. Dias e seus advogados, está encerrada a sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 49 minutos.)